3 1761 06236370 0

DEPOIS DO TERREMOTO

SUBSÍDIOS PARA A HISTÓRIA
DOS BAIRROS OCIDENTAIS DE LISBOA

ACADEMIA DAS CIÊNCIAS DE LISBOA

G. DE MATOS SEQUEIRA
DA ASSOCIAÇÃO DOS ARQUEÓLOGOS PORTUGUESES

Depois do Terremoto

SUBSÍDIOS PARA A HISTÓRIA DOS BAIRROS OCIDENTAIS DE LISBOA

VOLUME IV

COIMBRA
Imprensa da Universidade
1933

DP
764
M3
V4

PREFÁCIO

Êste quarto volume da obra Depois do Terremoto, *cujo primeiro saíu em 1916, só agora se publica por razões de ordem vária, das quais mencionarei apenas aquelas cuja responsabilidade me pertence e que derivaram da escassez absoluta do tempo que me é permitido utilizar nestes devaneios literário-arqueológicos.*

De há ano e meio para cá que, dada ordem para a impressão dêste tômo, só muito recentemente achei horas, livres e repousadas, para a refundição de parte da matéria, para a adição de novas notícias, colhidas durante êste parêntesis, e, sôbretudo, para novas inculcas respeitantes a actividade fabril do século XVIII, *sem as quais ficaria muito incompleto o meu trabalho, visto que neste volume final se trata*

desenvolvidamente do Real Colégio de Manufacturas *ideado por Pombal.*

A documentação contida nos muitos centenares de massos e de livros da Junta da Administração das Fábricas do Reino, *deu-me larga contribuïção para o estudo crítico, artístico, técnico, e histórico das oficinas fabris do bairro das Amoreiras, principalmente no que diz respeito à célebre Fábrica de Loiça do Rato, a mais nomeada delas tôdas.*

Sem a consulta dêsses milhares de documentos nada se pode escrever sôbre as nossas indústrias setecentistas; mais ainda, nada se pode avançar a dizer sôbre a nossa História Económica. O leitor achará nestes centos de páginas, escritas sem preocupações literárias, mais do que as essenciais para

florir um pouco o árido terreno trilhado, muitas coisas novas, muitas surprêsas quanto à técnica dos artífices do Rato, quanto à sua produção artística, quanto à história movimentada de tentativas, de êxitos e de falhas da nomeada fábrica pombalina. O mesmo se pode dizer, embora em menor escala, quanto às suas irmãs, menos felizes e menos conhecidas.

O resto do volume trata do Aqueduto das Águas Livres, da Casa da Água, historiando a introdução da água em Lisboa desde os tempos mais remotos, e ainda dos sítios de São João dos Bemcasados, da Cruz das Almas, do Arco do Carvalhão e de Campolide, com os seus palácios, os seus moradores e as suas recordações. Um relato das antigas forti-

ficações, um lançar de olhos sôbre o vale de Alcântara, uma evocação do último ataque dos miguelistas a Lisboa, fecham o volume.

O leitor que ainda se lembrar dos anteriores volumes e não estiver arrependido de os ter lido, vire a fôlha e comece por saber que, em 1835, foi posta à venda a Fábrica do Rato cujas faianças lhe ornam, talvez, a mesa de jantar e a banca de trabalho.

CAPÍTULO I

Sumário: Chegamos defronte da Fábrica do Rato e diz-se onde era a oficina. — Toponímia da rua e seus moradores. — A propósito de faianças cita-se a *Cerâmica Portuguesa* e evoca-se a figura de José Queirós. — A importância do seu trabalho e a sua rara intuïção artística. — A moda das faianças. — Uma opinião de Acúrcio das Neves. — O autor pára e tenta traçar o quadro retrospectivo da Cerâmica Nacional. — É chamado a depor o Foral de Lisboa de 1500. — Prova-se que se não fabricava faiança no país, nessa data. — As «mállegas» de Talavera, Sevilha e Valença. — Inventários reais. — O Regimento dos Oleiros de 1572. — O que dizem João Brandão e Cristóvão Roiz de Oliveira, no *Tratado da Abastança* e no *Sumário*. — Os Fornos do Moínho de Vento e as providências da Câmara contra a extracção de barro do Castelo, da calçada do Combro e da Cotovia. — Os oleiros de Santa Catarina, Jesus, São Bento e Janelas Verdes. — Faz-se uma lista. — Mencionam-se os locais onde se vendia a louça no século XVI. — Documentos pintados de faianças quinhentistas. — O falso «canudo» de 1589 e a falsa «Escola Cerâmica dos Freires de Palmela». — Um parecer que se não justifica quanto às peças brazonadas. — Quando começou em Lisboa a fabricar-se faiança. — O oleiro que veio de Talavera. — Uma confusão esclarecida. — O que se chamava «porcelana» no século XVI. — O arco dos oleiros na recepção de Filipe II em 1619 e um romance de Rodrigues Lôbo. — O comércio da loiça oriental e um presente do Cardial-Rei ao Papa.

De páginas 393 a 402 do terceiro volume desta obra falei no palácio Praia e Monforte e agora voltamos, novamente — o leitor e eu — a ocuparmo-nos dêle.

Na parte do edifício que volta ao norte para a calçada da Fábrica da Louça e nos terrenos (hoje jardins

do palácio) que lhe ficavam nas trazeiras, até entestar com a rua das Amoreiras (antiga dos Arcos das Águas Livres) esteve até 1835, instalada a conhecida e nomeada *Fábrica da Loiça do Rato*. O nome que até há pouco teve a calçada servia-lhe de atestado, mas a quem peça documento comprovativo aqui o dou no presente anúncio:

«*Vai á praça no dia 21 de setembro de 1835, pela quantia de 5.600$000 reis: o edificio em que se acha estabelecida: confronta pelo N com a muralha da Casa da Agua, S com a casa do Conde de Viana, nascente com a calçada da fábrica da louça, poente com a rua Direita do Arco das Agoas Livres; compõe-se de um grande páteo de entrada, tendo no fim um tanque, que recebe uma penna de agua do Aqueducto Geral das Aguas Livres, armazem de venda, casas de deposito da louça, casas das rodas com estufa, casa de pintura, outra de moer vidro, tanques de apurar o barro, cavallariças, palheiro, tojeira, quatro fornos de cozer louça e um de fazer o vidro, mais seis casas para deposito e guarda louça manufacturada, barro e residencia do Administrador*» (1).

*

A *calçada da Fábrica da Louça* foi serventia nascida com a fábrica. Só em 1801 é que, pela primeira vez, surge a designação de *calçada da Loiça* e, em 1805, a de *rua da Fábrica de Loiça*. Até aí vejo citar-se apenas o *Sitio da Fábrica*, juntamente com o

(1) Anúncio publicado no jornal *A Revista*, de 19 de Setembro de 1835. Foi-me indicado pelo meu amigo e distinto investigador sr. António César Mena Júnior.

de *Monserrate* e o de *Sóbre a muralha*. Nesse ano contava cinco fogos.

Em 1813 chamava-se-lhe *rua da Calçada da Loiça*.

Morava então aí a família Travassos Valdez. De 1826 a 1828 residiu igualmente na rua o Principal D. António da Câmara; de 1829 a 1834 o conselheiro José Joaquim Rodrigues de Bastos. Já então era conhecida por êsse nome.

D. Francisco de Melo Manuel da Câmara aqui morou também de 1870 a 1871 e o conselheiro Augusto César Cau da Costa em 1874 (1).

Actualmente chama-se a esta serventia *calçada Bento da Rocha Cabral*, em homenagem ao fundador do «Instituto» que hoje ocupa um dos prédios da rua (2).

*

Esta Fábrica da Louça, que até nem já no nome da rua figura, sugerindo ao público a evocação dessa oficina industrial do século XVIII, foi uma das principais senão a principal da Colónia Fabril das Amoreiras criada pelo marquês de Pombal e cujos vantajosos resultados já é supérfluo encarecer. Foi a primeira a estabelecer-se, e a que melhores e mais abundantes frutos produziu.

As faianças do Rato figuram hoje nos museus e nas colecções particulares, como peças do maior aprêço,

---

(1) *Róis dos Confessados da freguesia de São Mamede*, anos citados no texto.

(2) O «Instituto de Investigação Scientífica Bento da Rocha Cabral» foi fundado em 1922 por determinação testamentária dêste benemérito, sendo encarregado da sua instalação, por idêntica determinação, o Dr. Matias Boleto Ferreira de Mira. Foi reconhecido oficialmente por decreto de 11 de Agôsto de 1922.

mas durante muito tempo ninguém lhes ligava a menor atenção.

Deve-se, incontestàvelmente, a Joaquim de Vasconcelos, no norte, e a José Queirós, no sul, a divulgação dêsse gôsto e dêsse culto artísticos. Os coleccionadores de arte começaram a interessar-se e a multiplicar-se, arranjou-se mercado para as «travessas» e para as «terrinas», para as «figuras» e para os «golfinhos», para os «gomis» e para as «bacias de água às mãos».

A faiança da velha oficina pombalina não estava identificada e nas grandes colecções a classificação estave por fazer.

O autor da *Cerâmica Portuguesa* inventariou marcas, definiu tipos, estabeleceu balisas. Como obra de iniciação é formidável.

¿Caíu em erros? Caíu. ¿Confundiu-se algumas vezes? — é certo.

¿Mas quem não cometeria essas faltas, examinando separadamente milhares de peças sem possibilidade de as cotejar; uma hoje, outra àmanhã, outra de aí a um mês, em Viana, em Lisboa, em Coimbra, à custa de um trabalho insano e disperso, fragmentário e isolado?

Os erros eram fatais. Eu, que tive, com Alberto de Sousa, de identificar e de classificar as faianças da colecção Ameal — oitocentas peças das mais variadas épocas e origens, em que pude observar bem a vastidão e a dificuldade do problema, vendo como era fácil estabelecer a falsidade de algumas, por comparação, e como era difícil classificá-las, isoladamente, — avalio a dificuldade da emprêsa, de sciência certa. O célebre «canudo» datado de 1589 que enganou Queirós e que enganaria outros que o vissem, era falso como Judas, feito, como outros, por Pereira Cão.

A importância da *Cerâmica Portuguesa* creio que ninguém a pôs ou porá em dúvida. José Queirós, cujo

espírito encantador evoco sempre com saüdade, amigo de verdade, português às direitas, figura pitoresca e característica do seu tempo, foi o iniciador. Sem êle não seriam possíveis os trabalhos de investigação e de análise que hoje honram a nossa literatura neste ramo da arqueologia artística, os livros de Quim Martins, do Dr. Vergílio Correia, do Dr. Luís de Oliveira, de António Augusto Gonçalves, e ainda agora, recentemente, do Dr. Pedro Vitorino, livros que chegaram a conclusões definitivas sôbre a história da Cerâmica Nacional. Sem o seu trabalho de organizador, de divulgador, de entusiasta propagandista, que motivou a exposição das faianças da Torrinha, ali defronte de S. Julião, e a Exposição do Carmo em 1914, não seriam possíveis as fábricas de Campolide, a da rua de Santana, de Leopoldo Baptistini e outras que se estabeleceram à conta da moda das faianças nacionais, por êle criada, e que não consentia que numa sala de jantar, num salão, num quarto ou num escritório, não figurasse um prato, uma jarra, um tinteiro ou um gomil de faiança portuguesa.

No Pôrto a acção de Joaquim de Vasconcelos, cuja lição serviu ao autor da *Cerâmica*, foi idêntica. José Queirós tinha uma rara intuïção artística. Pegava numa peça de loiça e dizia: — «É do Rato» ou — «É de Viana». Se lhe preguntassem a razão do assêrto, não a saberia dizer. Sentia-a apenas. As coisas portuguesas falavam-lhe, entendiam-se com êle.

Ouvi-o, uma vez, defronte de um «bacio de sangria», dizer muito naturalmente:

— É do Norte.

— Ó Queirós, retorqui-lhe eu, mas não vê a faixa habitual do Rato.

— Já lhe disse que era do Norte.

— Mas...

— Você porá os *mas* que quiser, *mas* êle é que é do Norte.

E era.

Se fôsse vivo, que alegria teria êle agora, vendo justificadas e documentadas a maioria das suas hipóteses, dos seus projectos, e dos seus pressentimentos de artista!

Queirós nem sequer visionou tôda a importância da obra que escreveu. Se êle soubesse o que eu hoje sei da Fábrica do Rato, pasmaria de si mesmo. O carácter variado da produção, os sucessivos ensaios ali feitos em pastas e em vidrados, a identidade dos artistas que lá trabalharam temporàriamente e que estiveram também noutras oficinas, produzindo idênticas peças com marcas e origens diferentes, obrigando mais a investigações de autoria do que às de fábrica, a técnica e a história do azulejo setecentista de Lisboa, os inventários da fábrica ennumerando peças e preços, tôda a história artística, técnica e industrial da velha oficina pombalina, se êle soubesse agora isto, que legítimo orgulho e satisfação não sentíria, êle que mal tocara num documento e mal roçara pela Tôrre do Tombo!

Ao tratar das faianças, neste meu largo passeio evocador que me trouxe à calçada da Fábrica da Loiça, mal me ficaria que não trouxesse até mim a figura de José Queirós. Com ela me acompanho; com a sua amizade e com a sua recordação.

*

Acúrcio das Neves escreveu sôbre esta Fábrica do Rato. O capítulo que lhe dedica no seu conhecido livro *Noções Economicas Historicas e Administrativas sobre a produção e Manufactura das Sedas em Portugal, e particularmente sobre a Real Fabrica do Su-*

burbio do Rato e suas anexas, impresso em Lisboa em 1827, começa assim:

«*Para fazermos alguma ideia da louça que antigamente se fabricava em Portugal, veja-se a que ainda hoje sai das nossas olarias, e de-se-lhe o desconto do muito que ellas se tem aperfeiçoado, depois que temos algumas fabricas desta manufactura de melhor qualidade, as quaes nunca entre nós passarão de mediocres; e assim mesmo tem origem italiana*» (1).

Pelo desacertado juízo sôbre os produtos da época que lhe permitia profetizar a sua futura imperfeição, pode-se ajuizar sôbre o restante desacêrto das opiniões artísticas do laborioso escritor. As suas críticas merecem, por isso, pouca confiança. O mesmo se não pode dizer quanto à parte económica e administrativa dos estabelecimentos fabris de que trata o seu livro. Aí é seguríssimo, e por isso, só nessa orientação lhe seguiremos o escrito, que, aliás, é pouco desenvolvido.

Foi nos papéis da antiga Junta de Administração das Fábricas do Reino (oitocentos volumes e maços, acantoados no *Arquivo Nacional)* que colhi a maioria das notícias que aqui dou ao leitor. Sem a sua consulta, sem mergulhar em cheio dentro dos Inventários, das Ordens, das Consultas, dos Requerimentos, dos Livros de Contas e dos apontamentos avulsos, é impossível escrever-se, sèriamente, uma linha sôbre a história económica do século XVIII e sôbre as indústrias nacionais, revigoradas umas e criadas outras, pelo esfôrço de Pombal e dos seus, às vezes esquecidos, auxiliares.

Antes, porém, de entrarmos nessa narração artística, técnica e industrial, entendo convir esboçar, a traço largo, indicando, sucintamente quanto possível, quais as conclusões feitas até hoje e quais as hipóteses dignas

---

(1) Páginas 239 a 240.

de se manter, no tocante a êsse ramo da actividade artística portuguesa.

Perdoe-se a digressão.

*

Começou-se a fabricar faiança em Portugal na segunda metade do século XVI. Anteriormente a esta data os nossos oleiros apenas feituravam barros vermelhos, lustrados ou vidrados, de vermelho, de verde, de branco e ainda de amarelo, seguindo a escola árabe e modificando a pouco e pouco as formas tradicionais.

Já no «Foral de Lisboa», concedido pelo primeiro soberano português, se prescreve que os moradores da cidade hajam livremente tendas, fornos de pão e de *ólas* (1).

A primeira data que aparece para estabelecer uma balisa de estudo é o último ano do século XV. O «Foral de Lisboa» dado por D. Manuel em 1500 não deixa dúvidas acêrca do seguinte facto: — Nessa data não se fabricava faiança no país. A *telha* e o *tejolo* são tributados nesse documento (verdadeira pauta alfandegária) com a *dizima* pelo fabrico ou pela entrada por

---

(1) Isto de *ola* quere dizer genèricamente *vasos de barro*, embora particularmente se refira a certas vasilhas, pequenas, de barro vidrado, também conhecidas pelo nome de *púcaros*. Em castelhano *ola* significa também um certo prato composto de carne de vaca ou de carneiro, toucinho, grão e outros adubos. Corresponde à nossa panela caseira: *sopa e cozido*. Na linguagem figurada castelhana, o púcaro — *puchero*, como êles dizem — entra em grande escala.

Cá de portas a-dentro apenas dou fé dos dizeres populares *tirar nabos do púcaro* e *de casa e pucarinho*, em que esta vasilha entra como símbolo de curiosidade habilidosa e da mais estreita intimidade.

Foz, e com o *direito de sacada* pela entrada ou saída da cidade. A louça não vidrada, vinda de fora do reino por terra, pagava *portagem*, assim como saíndo dêle. Vinda por *foós* pagava dízima, e a do reino, vidrada ou não, pagava por entrada ou saída da capital três por cento do valor jurado. No capítulo *Málega e Azulejo*, só se taxam as loiças dêste género vindas de fora do reino por terra ou por *foós*, com o *dízimo* aduaneiro, sem se considerar o seu fabrico cá, prova evidente de que êle se não fazia.

No seguinte capítulo epigrafado *Louça* diz precisamente o foral:

«*E hos vizinhos de Lisboa, que mandarem pera suas quintaãs fora da dita cidade, e termo mallega de Valença ou d'outra qualquer parte, ou azulejos, ou louça da terra, ou tejollo para seu serviço, e uso de casa, nom pagarão ho dito direito de sacada*».

E no anterior:

«*E se ha dita mallega e azulejos aportarem, ou entrarem em algũ outro logar, e porto do Reyno, assi do mar, quomo da terra, e hi se pagar seu direito, se depois vierem a ha dita Cidade, posto que polla foós venham nom se pagará aqui mais direito da entrada* etc.

*

Mallega para os portugueses do século XVI era loiça vidrada branca.

A faiança, pois, não se fabricava em Portugal, em 1500. Vinha-nos de Espanha: — de Valença, de Talavera, de Sevilha, e recebia-se e tinha-se como coisa de grande luxo.

O *Tratado da Magestade, Grandeza e Abastança da Cidade de Lisboa* (Estatística de Lisboa de 1552) publicado em 1923 por Gomes de Brito e Vieira da

Silva, que o anotaram eruditamente, diz-nos que de Sevilha, Talavera e outras terras de Castela, nos vinham essas louças cujo comércio anual orçava por 11.500 cruzados.

Por outro lado nos Inventários das nossas princesas figuram peças variadas dessas proveniências.

No inventário da infanta D. Beatriz, mãe de D. Manuel, enfileiram-se entre a loiça de botica: *búrneas de mallega*, *bacios de mallega de Valença, tanfores de Mallega*, *panellas de Valença*, *craveiro de Valença*, *potes de Mallega de Castela*, *altemias e almofias de Vallença*, *salsinhas e pratos de Mallega de Valença*, etc. juntamente com *arredomas*, *almotolias verdes*, *potes de conserva*, *salsinhas de bordas*, *bacios de bordas e chaõs*, *azados*, *alguidares* que porventura seriam de barro brunido, ou vidrado, nacional.

Aparecem também, *jarras de barro de Rodhes* (?), *potes de barro forrados de vergua*, o que é uma surpresa, *vasos com enxarope de avenca* (dignificação arqueológica para o capilé lisboeta) e *bacios de pisa*, que Quim Martins supôs serem oriundos de Pisa mas que eram, de-certo, os comesinhos *almofarizes* de pisar (1).

A baixela de pau também figura no inventário — gamelas, bandejas, escudelas, trinchos, bacias, salsinhas, saleiros, castiçais e colhéres — artefactos que, em geral, vinham de Flandres, mas que também já cá se fabricavam.

*

Os oleiros alfacinhas produziam, como em Coimbra e noutras terras do país, loiça vermelha, loiça verde e branca vidradas e ainda vermelha vidrada.

---

(1) *Cerâmica Coimbrã no século XVI*, por J. M. Teixeira de Carvalho, pág. 120 e seguintes.

O Regimento dos oleiros de 1626, copiado do de 1572 feito por Nunes de Leão ou de outro qualquer, alterado dêste, feito no último quartel do século XVI, assim o dá a entender (1). Os oleiros de *louça vermelha* fabricavam telhas de água, cântaros, potes, quartões, atanores, panelas, asados, almotolias, púcaros, candieiros e outras peças miúdas; os de *loiça vidrada verde*, panelas, almotolias, tachos, infusas, pratos, canos para telhados, frigideiras, servidores, málegas e escudelas *da feição de porcelana;* os de *loiça branca de Talaveira*, almofias de boticário e grandes de pé, galinheiros (pratos grandes), albarradas, redomas, boiões e panelas de botica (2).

Por êste documento se vê que, ao acabar o terceiro quartel do século, já em Lisboa se fabricava loiça branca de Talavera, isto é faiança, imitando as faianças que de Castela nos vinham.

Assim se explica que, em 1551, Cristóvão Rodrigues de Oliveira mencione 206 oleiros no seu *Sumário das Notícias de Lisboa*, citando além desta verba 16 telheiros, 22 tejoleiros e 32 ladrilhadores, afora 47 debuxadores e 76 pintores ceramistas (!).

O *Tratado da Magestade, Grandeza e Abastança* de João Brandão, marca no ano seguinte, na cidade, 60 fornos de louça *assim de barro como de vidrado* rendendo em cada ano 10.000 cruzados. Noutro ponto menciona 70 tendas e casas *em que fazem louça de barro* e mais 10 *casas de louça vidrada*, ocupando na sua laboração ao todo 210 pessoas, número que se

---

(1) *Regimento dos Oleiros de Lisboa*, em 1616, copiado de outro anterior, publicado de páginas 202 a 210 na obra supra, e já publicado também pelo Dr. Vergílio Correia.

(2) Outro *Regimento de Oleiros* foi decretado em 21 de Janeiro de 1797 — Publicação avulsa.

aproxima do que é referido por Cristóvão Roiz de Oliveira.

Outros documentos do século XVI referem-se à produção da cerâmica nacional. Em 1584 o padre Duarte de Sande, no seu caderno de viajante (1) diz, falando do monte de S. Gens... *em cujas raizes ha muitas olarias que trabalham com muita perfeição loiça de barro, por ser o de Lisboa muito bom para tais obras.*

*

Tôda a cumeada de S. Roque até Campolide foi também assento de oleiros e olarias. E vai ver-se o meu assêrto.

No local onde assentam hoje os prédios do lado oriental da rua de D. Pedro V, ficavam, no princípio do décimo-sétimo século, em correnteza, até São Pedro de Alcântara, muitos fornos de louça.

É o que nos diz o desenho, já inserto no primeiro volume dêste trabalho, e contido num dos códices da «Colecção Pombalina» intitulado: *Roteiro da Agoa livre e agoa de Montemor e mais fontes junto a ellas, feito por Pero Nunes Tinoco, architecto de Sua Magestade, dedicado ao ilustre Senado da Camara por João Nunes Tinoco, architecto de S.S. A.A., filho do architeto Pedro Nunes Tinoco, que fez o dito roteiro. Anno de 1671.*

A diligência para a introdução da água em Lisboa fôra feita cinqüenta e três anos antes, em 25 de Setembro de 1618 (2).

---

(1) *Arquivo Pitoresco*, vol. 6.º, pág. 72.

(2) Manuscrito B-5-23 da Colecção Pombalina da Biblioteca Nacional.

No ponto onde hoje assenta o edifício da Faculdade de Sciências, quando os obreiros, aí por 1586 e 1587, examinavam o terreno para a edificação projectada do noviciado dos jesuítas, viram ser todo êle cortado de minas feitas «*para a extracção do barro pelos oleiros do sitio*», diz um manuscrito anónimo, que calculo ter sido escrito entre os anos de 1620 a 1622 (1).

Ora tudo isto nos está a dizer que, paralelamente ao funcionamento dos fornos das olarias na raiz do monte de S. Gens, estavam também em laboração bastas oficinas na banda ocidental da cidade, como se propôs demonstrar José Queirós no seu trabalho *Olarias de Monte Sinay*.

Êsse núcleo de produção cerâmica, espalhado em derredor de Santos (por Jesus, São Bento e cercanias), ressalta das abundantes indicações cidadãs do «Registo Geral de Testamentos», colecção hoje adstrita ao Arquivo da Tôrre do Tombo. A menção da residência dos oleiros testadores e das testemunhas, quási sempre oficiais do mesmo ofício, levam-nos realmente a admitir a existência de dois centros de produção apartados um do outro.

Correndo, para outro fim, os *Róis dos Confessados das freguesias de Santa Catarina e de Santos*, depararam-se-me, no decorrer do século XVII, numerosos oleiros e pintores de azulejo residindo nessas paragens.

A *Frontaria de S. Bento* — Santos-o-Velho — a travessa do *Benedito* (hoje do Oleiro), os *Poiais de S. Bento*, a rua *das Madres* e a *dos Arciprestes* foram assento de duradoiras oficinas, algumas das quais permaneceram largos anos na mesma família, como a dos

---

(1) *Historia da fundação, augmento e progresso da Casa de provação da Companhia de Jesus* — Capitulo 8.º (Colecção do Ministério do Reino — Tôrre do Tombo).

Barbosas na *Frontaria de S. Bento*, meado o século XVII, a dos *Antunes* nos *Poiais* e outras ainda (1).

A providência municipal (Postura de 1610) proïbindo a extracção do barro na calçada do Combro, atesta a afluência dêsses artífices na região indicada. O mesmo já se tinha determinado quanto à encosta do Castelo, por alvará de 16 de Julho de de 1563 (2).

Numa escritura existente no Arquivo da Misericórdia de Lisboa, datada de 1726, mencionam-se «*umas casas e quintal que servem de olarias junto ao convento do Mocambo*». Tudo indicações seguras da existência de um largo núcleo ceramista nesta banda da cidade (3).

Para a lista dos oleiros lisboetas que tinham oficinas e fornos neste lado ocidental de Lisboa, junto aos quási duzentos nomes que José Queirós coleccionou nas *Olarias de Monte Sinay* e aos muitos que o Dr. Vergílio Correia publicou em 1918 na *Atlântida* e na «separata» depois vinda a lume, os seguintes:

— Tinoco, cuja mulher faleceu em 19 de Março de 1598;
— Pedro Álvares, cuja mulher faleceu em 8 de Julho de 1579;
— Domingos Fernandes, às Janelas Verdes, falecido em 27 de Maio de 1581;
— Gonçalo Domingos, oleiro, cuja mulher, Joana Marques, faleceu (século XVI);

---

(1) *Róis dos Confessados de Santos e de Santa Catarina — Róis* do século XVII — de 1656 a 1700.

(2) *Elementos para a Historia do Municipio de Lisboa*, tômo I, pág. 569, e tômo IX, pág. 258.

(3) *O Arquivo da Misericórdia de Lisboa na Exposição Olissiponense de 1914*, pelo sr. Víctor Ribeiro, pág. 51.

— Margarida Fernandes, oleira, às Janelas Verdes, falecida em 26 de Janeiro de 1599;
— Simão Tinoco, às Janelas Verdes, cuja mulher, Inês Roiz, faleceu em 3 de Janeiro de 1605;
— Tinoco, outro ou o mesmo, cuja mulher faleceu em 12 de Março de 1599;
— Jorge Fernandes, oleiro, cuja sogra morreu na rua Direita em 10 de Dezembro de 1609;
— O oleiro da rua Direita, cuja mulher, Maria dos Reis, morreu em 22 de Dezembro de 1599;
— Pedro Partucho, oleiro na rua do Pé de Ferro, falecido em 15 de Janeiro de 1614;
— Simão Roiz, oleiro, cuja mulher, Antónia de Moura, morreu em 21 de Janeiro de 1614;
— António João, oleiro, da rua do Olival, falecido em 15 de Janeiro de 1617.

Todos estes óbitos estão registados nos livros de Santos-o-Velho, em cujo âmbito havia também uma «travessa do Oleiro».

Na freguesia das Mercês (Santa Catarina) encontrei os seguintes:

— João Garcia, em cuja casa morreu um Luís Meiririnho, em 21 de Agôsto de 1598;
— João Benedito, oleiro, sogro de outro, casado com Antónia André, falecida em 12 de Setembro de 1630;
— João da Rosa, oleiro de loiça branca em casa de Mem Álvares, embargado o seu casamento com Leonor Nunes por estar vivo o primeiro marido, Jerónimo Mendes, sirgueiro, ausente no Brasil, em 8 de Julho de 1601;
— João do Couto, oleiro na rua de São Bento, defronte da Horta, falecido em 27 de Abril de 1646;

— Mem Álvares, oleiro, em cuja casa houve um óbito em 28 de Dezembro de 1597;
— Luís Álvares, ladrilhador aos Fiéis de Deus. Falecimento de sua mulher Maria Álvares, em 3 de Junho de 1594;
— O Oleiro de São Bento. Morte de sua mulher, Helena da Cruz, em 3 de Fevereiro de 1648.

Nos óbitos desta freguesia, aparece o nome de um pintor (de louça?) João Barques, talvez castelhano, falecido em 15 de Setembro de 1645.

Nos livros de óbitos da freguesia do Loreto, vi, também, estes dois assentos:

— João Roiz, oleiro, morador na rua dos Calafates, falecido em 6 de Junho de 1623; e
— Manuel Fernandes, oleiro, falecido em 26 de Abril de 1626, morador na rua do Teixeira.

A contribuïção é pequena, mas aqui fica.

*

A loiça nacional e porventura a de Castela, vendia-se no século XVI, por baixo da «varanda» de umas casas no Terreiro do Paço, que encostavam, pela parte de trás com a muralha da cidade e que ficavam entre o *Arco dos Pregos* e o *do Açougue* (1).

Fazendo referências actuais direi ao leitor que tais varandas assentavam entre a rua da Prata e a rua Augusta, seguindo uma linha oblíqua que, principiando no

(1) *As Muralhas da Ribeira de Lisboa*, pelo sr. Augusto Vieira da Silva, pág. 34.

canto da arcada da rua da Prata, se metia, perto do Arco, na espessura dos edifícios dos ministérios.

Quem passa hoje por aquele trôço da arcada, junto ao pôsto da Cruz Vermelha, vai exactamente caminhando pelo local das velhas tendas de louças quinhentistas.

As varandas eram sustentadas por esteios de pedra. Em 1573 chamava-se-lhe: *a Varanda Nova da Cidade*. Para ela se subia por três escadas: a do lado ocidental, que foi também serventia das casas onde poisava a infanta D. Maria; a do centro, que ia do Terreiro do Paço sair-lhe ao meio; e a do lado oriental, que ficava junta ao açougue da carne (1).

A venda do vidro também era ali feita por perto, nos alpendres de uma travessa que estava entre o bêco do Açougue e a muralha fernandina, isto é, pouco mais ou menos, à entrada da rua nova da Princesa, para dentro das casas do lado ocidental (2).

Ainda no século XVII, e até mesmo no século XVIII, tinham as *loiceiras*, junto às *fressureiras*, os seus bancos no Terreiro do Paço, como se vê de diferentes posturas municipais, insertas na muito citada obra de Freire de Oliveira (3).

Outro local onde as loiças se mercadejavam era no Rossio, na *Feira das Martens* (têrças-feiras), e dois dias antes do Natal, Páscoa e Pentecostes, como se conclui do já citado *Regimento dos Oleiros* de 1572, publicado em 1616, no seu número 17.

Parece também que, apesar da proïbição de lá se vender noutro qualquer dia, para o final da centúria,

---

(1) *As Muralhas da Ribeira de Lisboa*, pág. 38.

(2) *Idem*, pág. 34 e seg.

(3) *Elementos para a História do Município de Lisboa*, tômo IX, pág. 3.

havia aí pouso permanente de vendedores de faiança e barro, porque um assento de óbito dos livros de Santa Catarina, referido a uma D. Maria de Brito, registado em 8 de Novembro de 1596, menciona como testamenteiro, João de Andrade, *morador no Rossio antre os louceiros.*

Mais tarde, outro terreiro de venda foi o largo do Carmo, onde se fêz durante muitos anos feira de vasilhas de barro para os crentes irem buscar à capela dos Terceiros a «água de Santo Alberto», que ali era benzida todos os dias 7 de Agôsto (1).

*

Talvez na «Varanda Nova da Cidade» ou na «Feira do Rossio» se encontrassem, então, à venda essas galantes infusas e albarradas que figuram nalguns quadros quinhentistas, únicos documentos da faiança portuguesa do século XVI.

O «canudo» datado de 1589 que enganou tantos investigadores, levando-os a conclusões erradas, é, como vimos, falso; outras peças, como os pratos de borda recortada, a uma côr ou policromos, com cabeças aladas de anjos, que o sr. Dr. Luís de Oliveira supõe do século XVI, são, marcadamente, seiscentistas, pela técnica e pelo caracter; os pratos, decorados com brazões, e com legendas denominativas que o mesmo investigador atribui, sem fundamento, à «Escola dos Freires de Palmela», são dos séculos XVII e até XVIII, como daqui a pouco provaremos.

O vaso que figura numa das tábuas do Tríptico de

---

(1) *Sumário de Vária História*, por Ribeiro Guimarães, tômo IV, pág. 240 e 241.

Coimbra, atribuído a um «Mestre do Paraíso» e datada de 1531, é uma jarra com açucenas de tipo nacional, decorada, policromamente, de filetes e arabescos, e assente sôbre um disco de barro vermelho como os que ainda hoje se usam para o, para mim, detestável, manjar branco. A «albarrada» de um quadro do Museu de Arte Antiga que figura a «Anunciação», de autor desconhecido, é decorada a uma só côr com as tábuas do decálogo e, tem no colo, uma legenda religiosa.

Outros arabescos, denticulados, filetes, circunferências encadeadas, ornamentam-na. As asas são elegantíssimas, aligeiradas por um ornato de folhagem que se revíra, passada a maior amplitude.

O mesmo caracter nacional, marca-a. O artista copiou evidentemente uma «albarrada» que estava vendo.

¿Mas quando se começou, então, a fabricar faiança em Lisboa?

Quim Martins, no seu magnífico livro *A Cerâmica Coimbrã no século XVI*, onde se reproduzem os dois vasos a que fiz referência, crê, com fundadas razões, que meada a centúria de quinhentos já se fazia *loiça branca de Málega* em Lisboa e que foi da capital que irradiou o fabrico para o resto do país.

Em Coimbra, até 1576, não se fabricava faiança; de 1576 até o fim do século, não está provado que se produzisse essa louça; prova-se que ela se fazia nos primeiros anos da centúria seguinte, levada a arte, talvez, para lá pelo oleiro Amador Francisco, examinado em Lisboa em 1581 e depois ali estabelecido.

Êste pormenor, e os dizeres do *Regimento*, possìvelmente de 1572, deixam legìtimamente supor que em 1570 já se fazia faiança na capital.

¿Donde viriam o ensinamento e os mestres?

É o que se vai apurar.

*

Manuel Severim de Faria, o erudito chantre da Sé de Évora, escreveu em 1625, pelo menos, o que se segue, só publicado trinta anos depois:

«*Poucos anos ha que hum oleiro que veyo de Talaveira a Lisboa, vendo a bondade do barro da terra, começou a lavrar louça vidrada branca, não só como a de Talaveira; mas como a da China; porquê na fermesura, e perfeição podem competir as perçolanas de Lisboa com as do Oriente; e imitando-o outros oficiais, cresceu a mercadoria de maneira, q̃ não somente está o Reino cheyo desta louça; mas vai muita de carregação para fora da barra*» (1).

O que até aqui tinha sido confuso por discrepância de datas, visto que já em 1619, quando da visita de Felipe II a Lisboa, a indústria da faiança estava aqui desenvolvida e os oleiros, orgulhosamente, tinham levantado um arco triunfal cheio de legendas documentais do seu incremento, e não se explicava êsse período escrito em 1655, passa a ter explicação depois de Quim Martins ter aclarado que o manuscrito das *Notícias de Portugal* já estava concluído em 1625 e possìvelmente anos antes. Assim já se aceita aquele *poucos anos ha* com que começa o período esclarecedor.

Houve, portanto, um oleiro que veio de Talavera para Lisboa, na segunda metade do século XVI, e que cá fêz escola.

Quem seria o artista?

Antes de o irmos investigar, duas palavras ainda a

---

(1) *Notícias de Portugal*, por Manuel Severim de Faria — Discurso 1.º, pág. 19 da edição de 1740, acrescentada por D. José Barbosa.

propósito do texto transcrito das *Notícias de Portugal*.

A designação de *porcelana* foi impròpriamente empregada por Severim de Faria ou será erradamente por nós interpretada. Quando no século XVI se dizia porcelana, referiam-se à forma e não à matéria. Porcelana significava, genèricamente, uma vasilha em forma de «taça». No *Regimento dos Oleiros*, de 1572, mencionam-se *escudelas da feição de porcelana*, como vimos.

Em documentos quinhentistas surgem «porcelanas de vidro», «porcelanas de prata» e «porcelanas de oiro», prova evidente do que se afirma.

O que o tal oleiro de Talavera, ou vindo de Talavera, fabricava, era faiança. A primeira fábrica de porcelanas que houve na Europa, foi a de Meissen, na Saxónia, fundada em 1709.

Os portugueses prosapiaram de ser os seus introdutores na velha Europa. Provam-no João de Barros, Nunes do Leão, Frei Nicolau de Oliveira e outros, citados pelo sr. D. José Pessanha no seu exactíssimo e excelente estudo sôbre a porcelana em Portugal, onde também se dá a primacia dos segredos do seu fabrico a um fradinho, Frei Gaspar da Cruz, que escreveu o *Tratado em que se cõtam muito por estẽso as cousas da China, cõ suas particularidades, e assy de reyno dormuz*.

Veja-se e consulte-se êsse trabalho que merece todo o aplauso de artistas e de historiadores (1).

---

(1) *A Porcelana em Portugal* — Primeiras tentativas — No *Arquivo Histórico*, 1.º vol., pág. 20 e segs.

*

Quando Felipe II de Castela e I de Portugal fêz a sua entrada em Lisboa, houve, cruel é dizê-lo, brilhantíssimos festejos. Nos locais por onde havia de passar o *solene* cortejo, ergueram-se vistosos arcos ornamentais. Cada ofício apresentava um dêsses monumentos festivos, caprichando em torná-lo o mais luxuoso que podia ser (1).

Os oleiros e louceiros fizeram belíssima figura. O seu arco, situado em um estreito largo ao fundo da *Padaria*, junto à *Misericórdia*, era adornado com as figuras de Santa Justa e Santa Rufina e achava-se esmaltado dos instrumentos próprios do mister, entre os quais uma roda, sôbre a qual a figura alegórica do tôpo pousava a mão esquerda, ao passo que a direita sustentava um vaso, por acabar, imitação de porcelana.

Aos pés dessa figura lia-se a seguinte quadra:

Aqui monarca excelso e soberano
Vos oferece a arte peregrina,
Fabricada no reino luzitano
O que antes nos vendeu tão caro a China.

E ainda esta:

Para demonstração de mór grandeza
Na perfeição da terra que pisaes,
Até o barro humilde dá sinais
De quanto o quiz honrar a natureza!

---

(1) *Viagem de El Rey D. Filipe II ao reyno de Portugal*, por João Baptista Lavanha, pág. 30. Queirós supôs que o arco se ornamentasse de peças cerâmicas. Nenhum documento autoriza a conjectura.

Em um outro quadro via-se uma nau da Índia descarregando caixas de porcelana chinesa, outros navios carregando a nossa louça e outros ainda saindo, já carregados, a barra do Tejo.

Sob o quadro lia-se:

ET NOSTRÆ PERERRANT

como quem diz: «Também as nossas naus as imitam» (1).

O nosso bucólico Rodrigues Lôbo, em um dos seus insonsos romances dedicados à jornada do «Demónio do Meio Dia», descreve a máquina ornamental dos oleiros e diz, entre outras variadíssimas quadras:

Al lado del templo insigne
Cuyo ministerio y orden
Es honor de Portugal,
Y espanto de otras naciones...

e também

Cuentan de naturaleza
Y arte infinitos primores
En los vasos de Lisboa
Que oy llevam por todo el Orbe (2).

¡Quem dirá que tais versos são do autor da *Primavera*, do *Pastor Desenganado*, do *Peregrino* e da graciosíssima *Côrte na Aldeia!*

---

(1) Outro Regimento dêste ofício tem a data de 15 de Junho de 1669 (Livro 3.º das Côrtes — Regimento da Secretaria de Estado dos Negócios do Reino).

(2) *La Jornada del rey D. Filipe II a Portugal* — Romance XXXIV, incluído na edição de tôdas as suas obras, datada de 1723.

*

O comércio das louças orientais era considerável em Lisboa. A capital abarrotava de porcelanas chinesas. Os nossos mercadores não só as vendiam na *rua Nova dos Ferros* e as exportavam, embora não em tão larga escala, como os olandeses, mas chegavam a ir vendê-las a França, expondo-as aos parisienses na feira de Saint Germain (1).

Ao poeta Scarron não escapou o nosso colorido mostruário. Di-lo nos seus versos:

Menez moi chez les Portugais,
Nous y verrons à peu de frais
Les marchandises de la Chine
Nous y verrons de l'ambre gris
.....
Et la porcelaine fine
De cette contrée divine.....

*

O cardial D. Henrique enviou ao papa Pio IV um presente de porcelanas. Frei Bartolomeu dos Mártires, vendo o Papa a comer em baixela de prata, tinha dito:

— ¿Porque não come Vossa Santidade em porcelanas, que he um comer limpo e mui formoso?

Ao que o Pontífice respondera:

— Dizei ao Cardial D. Henrique que as mande, e eu comerei nelas.

E o presente foi enviado para Roma (2).

---

(1) *Cerâmica Portuguesa*, de José Queirós, pág. 27.

(2) *Descrição de Portugal*, por Duarte Nunes do Leão, cap. LX — De Dom Frei Bartolomeu dos Mártires, Arcebispo de Braga, pág. 223.

D. Henrique, ao que parece, usava baixela de porcelana da Índia, como cá lhe chamavam denominando-a pela procedência e não pela origem e fabrico. Na Índia não se fazia louça de porcelana.

Leio n'um apontamento manuscrito que tenho, redigido há talvez oitenta anos, ter-se encontrado nos entulhos de umas obras, feitas no paço de Sintra, um prato da China da baixela do cardial-rei. Se é verdade, não o posso afirmar.

*

Uma nota ainda:

Frei Nicolau de Oliveira, nas suas *Grandezas de Lisboa*, marca a existência, em Lisboa, em 1620, de 8 fornos de loiça vidrada, 28 de loiça de Veneza (!), 49 de tejolo e telha e 13 oleiros de azulejo, produto êste que também se fabricava nos Fornos de Veneza (1).

O que se não explica são os números «47 debuxadores» e «76 pintores» citados no *Sumário* de Roiz de Oliveira em 1551, quando a faiança, quando muito, estaria em princípio, e tanto mais que o *Tratado* de João Brandão, no ano seguinte, não fala sequer em pintores.

---

(1) *Grandezas de Lisboa (Livro das)*, por Frei Nicolau de Oliveira.

CAPÍTULO II

Sumário: Em que se conjectura quem seria o oleiro que veio de Talavera. — Uma nota sôbre Francisco de Matos. — A influência oriental na nossa faiança seiscentista, através da Olanda. — O empório das porcelanas orientais e as cinqüenta fábricas de Delft. — Contraria-se a influência veneziana alvitrada por um investigador. — Peças datadas. — Os tipos da faiança portuguesa: «Desenho miúdo», «Tecido Oriental» ou «Estrêla», «Aranhões», «Barôco», «Malmequer», «Bagas», «Renda», «Arabescos» e «Esponjado». — Citam-se várias peças e apontam-se as suas características pelos elementos decorativos apresentados. — A influência das fábricas de Castela e da Andaluzia. — As legendas e os brazões. — O que significavam, conforme a sua localização nas peças. — A teoria do coleccionador Dr. Luís de Oliveira. — As loiças das frascas conventuais e as peças de botica. — Ligação entre a decoração destas peças e o azulejo. — O que eram os malegueiros e donde veio êste nome. — As peças atribuídas ao século XVI. — Como Júpiter dando uma audiência no Olimpo destrói a conjectura das obras cerâmicas dos Freires de Palmela, cuja Escola não está provado ter existido.

O oleiro que veio de Talavera, conforme a referência de Severim de Faria, foi, segundo crê Joaquim Martins Teixeira de Carvalho e o diz na sua *Cerâmica Coimbrã*, o pintor Francisco de Matos. Em 1563 assina êle na «Bacalhoa» um dos famosos painéis de decoração mural dos jardins do encantador e arruïnado palácio dos Albuquerques.

Supor êsses painéis e as outras guarnições cerâmicas da «Bacalhoa», feitas em Portugal, é tão rematada loucura como atribuír a artistas portugueses, edu-

cados cá, os azulejos de Sintra ou os da Sé Velha de Coimbra.

Os azulejos da Bacalhoa são marcadamente de Talavera pela técnica e pelo ar, digamos assim, e ainda, como muito bem observa Quim Martins, pelos erros ortográficos das legendas. Os da Sé Velha de Coimbra são de Sevilha. Está provado pela encomenda feita por Mestre Olivier de Gand em 1503 (1), e de Sevilha são também os do Paço de Sintra, os que constituem o brazão do bispo D. Jorge de Almeida que hoje se admira no Museu Machado de Castro, e ainda outros.

Era inadmissível pensar-se que êsses trabalhos, que revelam uma fase adiantadíssima da arte, se feiturassem cá, de repente, sem uma longa aprendizagem e sem uma continuïdade de escola.

A hipótese do autor estabelece-se da seguinte forma:

Afonso de Albuquerque, filho, fêz parte do séquito da Imperatriz Isabel, filha do Venturoso, em 1526. O séquito, ou êle só demorou-se em Sevilha de 3 de Março a 5 de Maio dêsse ano. Encontraria lá o português Francisco de Matos, ou melhor, o tal artista, que podia bem não ser êste, trá-lo-ia consigo, ter-se-iam experimentado barros portugueses nas mãos do artífice, e de tal estudo saïria o busto de Afonso de Albuqurque que foi ponto de partida para outras obras. A decoração cerâmica da «Bacalhoa» nascera de aí (2).

Fôsse como fôsse, o certo é que Francisco de Matos,

---

(1) Escritura de 31 de Outubro de 1503, feita em Sevilha. Os azulejadores foram Fernan Martinez Guijarro e seu filho Pedro de Herrera. Os azulejos de labores (cuenca) foram vendidos por 20.000 maravidis (*Azulejos Datados*, por Vergílio Correia, Lisboa, 1922, pág. 7 e 8).

(2) *Cerâmica Coimbrã*, pág. 223 e 224.

castelhano, ou português que fôra para Talavera ou Sevilha trabalhar e aprender, como é mais provável, desenvolveu em Portugal uma grande actividade, criou discípulos que o honraram e, em breves anos, o azulejo e a faiança tomavam o incremento que se sabe.

Em 1584 compõem-se os admiráveis azulejos de São Roque, onde a largueza da composição, a justeza do desenho e a harmonia do colorido denunciam um artista na plena posse das suas faculdades de criador e de executor.

¿ Acaso se poderá identificar com êste pintor de azulejos, um Francisco de Matos que, em 20 de Dezembro de 1575, casa na freguesia de Santa Catarina, com Ana Esteves (1) ?

*

Ao acabar o século XVI, já os nossos oleiros se achavam senhores e conhecedores desta delicada arte, trabalhando com perfeição o azulejo e tentando achar a forma e o justo sentido decorativo no fabrico e na pintura da faiança de altar, de cozinha e de botica. Brilhantes exemplares nos aparecem todavia em museus e colecções em que se nota uma feição especialíssima da sua intuïção artística, bafejada, pouco depois do seu estabelecimento, por uma decisiva influência oriental, vinda, quanto a mim, mais provàvelmente por intermédio dos ceramistas de Delft.

---

(2) *Livro I de Casamentos da Freguesia de Santa Catarina.* Não creio que fôsse êste Matos o oleiro a que diz respeito a hipótese de Quim Martins. De 1526 à data dos azulejos de São Roque vão 58 anos. Uma simples reflexão sôbre estas datas põe de parte a conjectura.

José Queirós contraria esta influência dos olandeses, mas verdade seja que documenta o seu critério apenas quanto ao fabrico do azulejo, e nesse ponto acho-me de acordo com o seu parecer. A influência de Delft deu-se no azulejo, mais tarde. Na loiça de mesa, de cozinha, de altar e de botica devia de ter sido inicial, ou pelo menos paralela à influência das fábricas de Sevilha, de Talavera e de «Puente del Arzobispo».

Algumas peças datadas deixam-nos livremente supor que o tipo da louça de Castela e da Andaluzia predominou na produção da faiança portuguesa e antecedeu o período da influência de Delft.

Por outro lado, algumas peças imperfeitas na forma, do tipo a que Queiroz chamou, e bem, *desenho miúdo,* podem levar-nos a conjecturar que esta influência oriental, vinda da Olanda, precedeu a primeira.

As duas objecções contraditórias que ficaram formuladas, conduzem-nos, pois, a uma solução que satisfaria a dúvida das observações. É que as duas influências se deram paralelamente, havendo, então, em Lisboa, que foi o centro industrial cerâmico do século XVII (o que se acha sobejamente provado) dois grupos de fabricantes e de decoradores que produziam cada um o seu género de faiança: uns imitando mais os castelhanos de Talavera e da «Puente del Arzobispo», outros imitando melhor os ceramistas de Delft ou sofrendo directamente a influência china.

A produção olandesa era formidável no meado do século. Cêrca de cinqüenta fábricas trabalhavam em Delft, ocupando oito a dez mil artífices. Desde o fim do século XV que essa actividade se comprova em peças marcadas e datadas.

Na segunda metade do século XVI as suas faianças esmaltadas a verde e a azul sujo, decoradas, por influência oriental, de figuras chinas, curtas païsagens,

flores, borboletas, dragões, aliás interpretados à europeia, e ainda de motivos heráldicos e assuntos mitológicos, invadiram os mercados da Europa, evidenciando, àparte êsse fundo de estilização china, segundo uns um influxo italiano, segundo outros um *ar* alemão.

Os olandeses foram, no velho continente, os principais dispersadores da porcelana chinesa, embora a nós caiba a honra da sua introdução; mas as loiças que vinham da Índia, pouco saíam do nosso país em comparação com a acção comercial de Amsterdão, que foi o verdadeiro entreposto da porcelana oriental (1).

---

(1) O Dr. Luís de Oliveira reedita o parecer do Dr. Joaquim de Vasconcelos de que foram os ceramistas de Delft que imitaram os portugueses, baseando-se para isso na informação de Havart, que atribuía o comêço do fabrico das grandes peças olandesas a 1596. Êste parecer do Dr. Joaquim de Vasconcelos vem no prólogo do Catálogo da colecção Moreira Cabral.

O sr. Dr. Luís de Oliveira insiste pela filiação veneziana, a que o levou naturalmente á designação de *fornos venezianos*, cuja existência menciona em Lisboa Frei Nicolau de Oliveira, em 1620. Os fornos chamavam-se assim por serem construídos pelo sistema veneziano e não por que a loiça seguisse o estilo de Veneza; *loiça de Veneza* chamava-se à que era produzida nesses fornos.

Daí nasceu a teoria do ilustre ceramógrafo, que se cansa a compendiar elementos documentadores das nossas relações comerciais, políticas e artísticas com a Itália.

O mesmo se podia fazer quanto a Antuérpia e Amsterdão, quanto a França e quanto a Castela, e cada uma dessas listas de factos nada provaria, ou provaria tanto como a que se apresenta, o que vem a dar na mesma.

Não está provada a vinda cá de nenhum mestre italiano, nem que da ida dos nossos pensionistas a Itália resultasse uma influência decisiva nesse ramo da arte. Não creio que imitássemos as majólicas italianas directamente, mas apenas por intermédio de Espanha, onde, no princípio do século XVI, ceramistas italianos, trabalharam, como Nicolau Francesco, em Sevilha. Essa influên-

As *chinesices* nas peças de Delft perduraram pelo século XVII fora, e a elas se adicionaram, à roda de 1650, os assuntos bíblicos a destronar as Vénus e os Cupidos mitológicos. É então, também, que a pintura de placas e de azulejos adquire ali o máximo esplendor, produzindo-se quadros preciosos com païsagens e interiores e os azulejos, cá tão conhecidos e imitados, a que chamamos «de motivo isolado», a que daqui a pouco nos referiremos mais de espaço.

No século XVIII a indústria estava já em decadência. Das 50 fábricas da centúria anterior, só havia 29 em 1764.

O nosso tipo de louça *desenho miúdo* (o Dr. Luís de Oliveira chamou-lhe *desenho sintético,* sem vantagem e com menor expressão) é, quanto a mim, na decoração, um produto de influência dos barros de Mulheim, de Tournay e de Delft, vidrados e esmaltados nesta última cidade, nos dois últimos têrços de seiscentos.

Duas peças apenas conheço datadas, ambas de 1660: uma, um prato, tendo no fundo a legenda DNES (de Inês?) e uma salva de gomil com frete rebordado ao centro, em que Vénus se figura entre uma rica e profusa decoração oriental, a azul e côr de vinho, de figuras, animais, plantas e flores, ambos da Colecção Ameal, dispersada em 1921.

---

cia veio-nos indirectamente. A finura das pastas, os motivos decorativos, os escudos, os brazões, os assuntos mitológicos e religiosos, o costume de marcar as peças no reverso, são factos e circunstâncias observados tanto nas faianças venezianas, como nas olandesas.

Outro facto é citado pelo sr. Dr. Luís de Oliveira para documentar a antigüidade do comércio das loiças de Veneza. É que na *rua Nova dos Ferros*, desde o tempo de D. Dinis que tal comércio se fazia. Freire de Oliveira, citado por Sua Ex.ª, não diz isso. Quando fala em tal loiça refere-se só ao século XVI.

Esta última peça acha-se hoje no Museu de Arte Antiga, que guarda nas vitrinas uma grande bacia coberta, ornamentada (espécie de terrina), nos mesmos tons, com scenas de interior, jogos de cartas e caçadas; um prato, perfeito de modelagem, esmalte e pintura, do mesmo tipo, decorado com um brazão onde avultam duas caldeiras enxequetadas; e uma bilha, com o mote *Real* esmaltado num panejamento-bandeira, erguido por uma figura nua. Tudo provém da mesma colecção.

José Queirós atribui certo prato de um tipo apròximado dêste a que se tem chamado *Estrêla* ou *Tecido Oriental*, ao século XVI; e uma talha, de tipo oriental acentuado, ao princípio do século seguinte. Ignoro o fundamento das atribuïções.

A decoração destas peças — figuras chinas de cabaia e sombrinha, motivos heráldicos, animais, tais como coelhos, cães, leões, mochos, veados e gamos, flores e plantas estilizadas, païsagens curtas e sôltas, aves variadas — participa um pouco, também, dos elementos ornamentais castelhanos, principalmente no que diz respeito ao motivo decorativo do centro anversal, com que se acrescenta o produto, sem, aliás, perder o seu carácter oriental.

Às vezes êste tipo aparece associado com outros; com a faixa baroca na aba, ou com os rótulos intervalando as pontas prolongadas do tipo *Estrêla* ou *Tecido Oriental* e ainda com os *Aranhões*. Na colecção do sr. dr. Luís de Oliveira há um curioso exemplar que participa dos três tipos: — *Desenho miúdo*, *Tecido Oriental* ou *Estrêla*, e *Aranhões*. Em peças de loiça de botica, também aparece a faixa baroca associada ao desenho miúdo, mas o mais vulgar é a decoração das faixas, inferior e superior, ser de *diamantes*, de ornato de *folhagens* ou de *filetes* verticais, que seme-

lham caneluras. A *grega* clássica também aparece algumas vezes.

Legendas indicativas de propriedade, religiosas ou simplesmente sentimentais, decoram nos a miúde, em «cartouches», tarjas e escudos: — *D. Cat.ª de Andrade*, *Charitas*, e *Amor*, por exemplo. Nuns pratos a legenda lê-se na aba, noutros no centro anversal.

A indicação da propriedade igualmente aparece no reverso das peças: — *Marques*, *Leite*, *Albuquerque*, *Lobato*, *Ribeiro*, *Teixeira*, *Vieira*, *Ataíde*, *Pigara*, *D. Catarina dè Andrade*, — como se vê nas colecções Ameal e dr. Luís de Oliveira. Êste investigador considera estas legendas como assinatura de ceramistas, o que nos levava a consentir a hipótese de uma senhora fabricante ou pintora de faianças, tal como *Soror Jacinta da Madre de Deus*, cujo nome religioso aparece, também, no reverso de outro prato da primeira destas colecções.

Tais legendas significavam apenas a propriedade, que, noutros casos, se assinalava na frente da peça, por êste processo ou por meio de brazões, do que há numerosos exemplares em peças de vários tipos.

O sr. dr. Luís de Oliveira vai mais longe ainda: considera a legenda *António da Rocha* (Anto da Rocha ou Ant.º da Rocha) como assinatura de um oleiro.

Ora, esta legenda aparece num óvulo, sôbre a aba, formado entre um dos topos dos braços da Cruz, em dois pratos de tipo mixto (1), tendo um, ao centro, uma dama toucada de «Fontange» segurando na mão uma arara que se vê também incluída nos outros três óvulos

---

(1) Estes dois pratos têm o centro anversal cercado de uma faixa — *Três contas*, *Bagas* ou *Escamas* — e a aba dividida pelos braços de uma cruz, em óvulos, decorados alternadamente por araras e por um tecido de escamas.

da aba. No outro, repete-se o elemento decorativo da arara nos mesmos pontos. Nas abas de outros dois pratos que existiam, como o primeiro dos supra-citados, na colecção Ameal, vê-se a mesma legenda, um tendo no fundo uma personagem também envolta num manto, e outro, do tipo *Bagas*, *Três contas* ou *Escamas*, tendo no centro anversal uma dama empunhando uma arara.

No meu entender êste Rocha seria o encomendador, o possuïdor ou a pessoa à qual foram oferecidos os pratos. Não é admissível que o oleiro ou pintor se servisse da assinatura como elemento ornamental ou dignificador da peça.

Daqui a pouco voltaremos a êste assunto porque vale a pena insistir nêle.

*

As peças conhecidas hoje, além dêstes pratos, que são, em grande número, uns ladeiros e outros covos, aos quais os seiscentistas chamavam *galinheiros*, são bacias cobertas, potes de duas, três e quatro asas, altemias, talhas, boiões e canudos de botica, bilhas e asados, e uma ou outra peça miúda.

A talha com a legenda *Não quero nada do Amor*, ornamentada de Cupidos, flores, plantas e animais, reproduzida na *Cerâmica Portuguesa,* é um exemplar precioso, assim como a bilha com o mote *Real* sôbre um panejamento empunhado por uma figura, que se encontra no Museu de Arte Antiga, vinda do leilão coimbrão de 1921.

O prato datado de 1660 a que já me referi, de frete rebordado; a salva, do mesmo género, adornada com o brazão dos Barbosas e o prato com o brazão dos Pachecos; a bacia coberta, de grandes dimensões, tudo

agora nas Janelas Verdes, são peças de grande valor artístico e documental. Para enfileirar com estas deve ser chamado a capítulo o prato, também reproduzido por Queirós e que pertence ao sr. dr. Luís de Oliveira o qual estabelece a transição para o tipo *Tecido Oriental* ou *Estrêla*, em que, ao centro, se vê uma figura de mulher, trajada à moda do século XVII (princípio), com um espelho na mão e a legenda VER.

Êsse prato devia de fazer parte de uma série de cinco, representando os *Cinco Sentidos*, imitação ou adaptação de um modêlo de Delft, de 1650, do ceramista Cornelis Zachstleven, infinitas vezes imitado depois, embora mais grosseiramente (1).

Mais um argumento a favor da influência de Delft na ornamentação da nossa faiança.

A decoração principal dos canudos e boiões de botica, dêste tipo, são figuras, caçadas, animais, flores e plantas, acompanhada das diversas faixas a que já se fêz referência. As legendas em latim, postas diagonalmente nestas peças, são freqüentes, ornamentando-se diversamente com cordas de volutas *(faixa barôca)*, com rendas *(tipo Renda)* ou atravessando-se directamente sôbre o *Desenho miúdo,* interrompendo-o.

*

Do tipo *Desenho miúdo* é próximo parente o tipo estrelado a que o sr. dr. Luís de Oliveira chamou *Tecido Oriental*, cujo efeito decorativo resulta das hastes de uma estrêla ou dos braços, de aspecto duplo,

---

(1) *Guide des Amateurs de Porcelaines,* por Augusto Demmin, pág. 843.

de uma cruz. Dêste tipo, por amiüdamento das pontas da estrêla, deriva-se ainda outro tipo, a que chamei, com Alberto Sousa, *Malmequer* na classificação da colecção Ameal, e tanto num como noutro intervêm freqüentemente êsses outros motivos ornamentais de caráter oriental a que Queirós chamou *Aranhões* e o sr. dr. Luís de Oliveira *Símbolos chineses.*

Todos estes elementos aparecem freqüentemente juntos em várias peças dos séculos XVII e XVIII, sendo os do tipo, derivado, *Malmequer* mais comuns desta última centúria, ornamentados de *Vénus* e *Cupidos*, mais freqüentemente e quási sempre só a azul.

Todos êles são bafejados pela influência oriental directa ou indirecta, por via olandesa. Muitos pratos são cópias evidentes dos de Delft. Vendo as estampas 26 e 27 da obra do sr. dr. Luís de Oliveira (1), onde se reproduzem pratos da China e de Delft dêsse tipo, não nos fica a menor dúvida.

Um frontal de altar que o Dr. Joaquim de Vasconcelos viu ainda numa capela da igreja do Carmo, no Pôrto, apresentava os azulejos de que se compunha decorados com desenhos de *Tecido oriental* e *Aranhões.*

Êsses azulejos eram de 1657. Outro frontal, apresentando as mesmas características, existia na capela de uma casa brazonada perto de Nine (2).

No Prado, fizeram-se pratos dêste tipo, assim como em Coimbra (3).

---

(1) *Exposição retrospectiva de Cerâmica Regional em Viana do Castelo, no ano de 1915 — Breves Estudos*, Pôrto, 1920.

(2) *Op. cit.*, pág. 103.

(3) *Op. cit.*, pág. 108 e 109.

*

O tipo *Aranhões* reflecte decisivamente a influência oriental. Os variados símbolos da loiça chinesa interpretados com evidentes obliterações pelos artistas portugueses e olandeses, que não curavam da exactidão iconográfica senão do efeito decorativo, aparecem mais comummente na aba dos pratos, umas vezes isolados, outras associados, cortando-se aquela com as hastes irradiadas da composição central.

A peça que aparece com data mais antiga é um prato com um leão dentro de um escudo com elmo e paquife. Traz a data de 1651. No centro anversal dos pratos vêem-se cães, corujas, veados, coelhos, gamos, mochos, galos, cegonhas, etc.; brazões com diversas armas, avultando com maior freqüência o leão, talvez dos Silvas ou dos Castelobrancos (logo se dirá porquê), a cruz de Malta, «cartouches», rótulos e legendas, aves variadíssimas, flores estilizadas, figuras chinas de cabaia e sombrinha. caras e bustos de mulher, figuras de caçadores, tôrres, barcos, anjos alados, etc. Um pássaro picando o coração, corações asseteados poisando em livros, Cupidos vendados, um elefante com palanquim, uma scena de duelo com três personagens, são motivos decorativos das peças dêste tipo.

Num prato da colecção Ameal, hoje nas Janelas Verdes, decorado policromamente, figura-se o Sacrifício de Abraão, com a legenda SA.RVAFRI | CIO DEA | BRAN. Outro prato que ali se encontra tem, no centro, um monograma estranho, em que há um A e porventura um C que o inclui, formado de uma rabisca da primeira letra, dentro de um escudo com paquife. Dentro de uma vitrina, uma caixa de tampa moldada — ou

pequena terrina — apresenta idêntica decoração de *Aranhões*.

*

As peças esmaltadas a branco amarelado, sujo, apenas com decoração central, chamemos-lhe assim, destinavam-se, em geral, a loiça de mesa das Comunidades.

Essa decoração, que era em geral a azul e côr de vinho, constava do brazão das ordens (Carmelita, Franciscana, Dominicana) ou de letreiros de propriedade.

Tenho visto muitas peças dêste género. Eram das frascas conventuais. No Museu de Arte Antiga há um prato tendo, na orla do centro anversal, o letreiro *Soror M.ª Angélica de S.ta Rosa*, e outro com o dizer *Refeitório Framengas*, associado a um brazão de S. Domingos.

Algumas peças, mais apuradas de feitura e mais ricas de ornamentação, aparecem assinaladas com nomes de religiosas, como um pratinho *Desenho miúdo*, que tem inscrito, na orla, no anverso, *Soror Cat.ª do Sacramento*, e um cangirão, que, dentro de uma «cartouche» a azul, mostra escrito: ANNA | DO ÇACRA. (Ana do Sacramento) (1).

Como já dissemos, estas legendas de propriedade também aparecem no reverso. É o caso daquela Soror Jacinta da Madre de Deus, a que já me referi.

---

(1) Estas duas peças estão também no Museu de Arte Antiga.

*

As faianças espanholas, de que o poeta Guerra Junqueiro fêz uma grande colecção, passada depois à posse do dr. Aires de Campos, influíram, como se apontou já, na orientação artística dos *mallegueiros* portugueses, cujas peças a azul e côr de vinho fizeram pensar ao autor dos *Simples* que elas definiam bem a sentimentalidade da raça, opinião de poeta, sem dúvida interessante, mas longe das razões que, quanto a mim, motivaram essas côres, tão dos nossos pratos, empregadas apenas no sentido de procurar imitar os Delfts orientalizados.

Já agora cabe aqui dizer que esta expressão *malegueiros*, derivada do fabrico de *Málegas*, deve buscar remotamente a sua origem.

Nos séculos XIV e XV chamava-se *mállega* a tôda a loiça vidrada e espelhante, de reflexos metálicos, fabricada pelos *alfareros* de Málaga, centro cerâmico da maior importância ao sul de Espanha, onde se fabricaram preciosas peças hispano-mouriscas, entre elas aquele famoso «vaso» de Alhambra que tantos encómios tem merecido aos ceramógrafos.

A ideologia balouçando entre a forma *Malga* e a origem *Málaga* deu à palavra um sentido duplo de vaso ou escudela de loiça e de loiça vidrada, estendendo-se depois aos seus fabricantes: — *os malegueiros*.

Como já se disse, a influência italiana fêz-se sentir em Talavera e em Sevilha, pelos artífices italianos que ali trabalharam. Cá chegou atenuada. A representação mais directa do fabrico e do estilo de Castela e da Andaluzia, está no nosso tipo *Barôco*, marcado pela utilização da faixa de volutas nas bases e bocais dos

potes, boiões, canudos e talhas, e na aba dos pratos, e pela imitação dos motivos ornamentais das faianças de Talavera e de Puente del Arzobispo.

As primeiras, geralmente decoradas a azul e a amarelo, têm como elementos decorativos essenciais — cabeças, bustos, animais, plantas, flores, brazões e outros ornatos heráldicos, «cartouches» e rótulos com legendas.

Entre os animais predominam o leão, o veado, o mocho, o coelho, e variadas aves. Vêem-se ainda Cupidos, dragões, caçadores, etc.

Nas de Puente del Arzobispo predomina a combinação do azul, amarelo e côr de vinho, esta muita vez fazendo os perfis e as outras o cheio, tal como se repetiu cá, nos azulejos e nas peças de cozinha, mesa e botica, observado, e muito bem, por José Queirós, Vergílio Correia, Luís de Oliveira e outros.

Os motivos ornamentais pouco diferem dos de Talavera. Como pouco vulgares aponto o pavão, peixes, uma cornucópia, um toiro acometendo um cão, as armas dos Carmelitas, a cruz de Calatrava, etc.

As nossas peças do tipo *barôco* repetem o estilo destas.

As cabeças e os bustos de mulher dir-se-iam copiados dos exemplares espanhóis, enroladas as feições de tal jeito que lhes dão o aspecto de monstros ou de fenómenos de feira.

Algumas peças datadas que aparecem, servem para conjecturar o seu período de produção. Um vaso de botica, decorado a azul, traz a data de 1641, ornamentando-se com o escudo das quinas; um pote, também a azul, vendo-se, no campo de um escudo, um busto de mulher, a de 1651, posta num rótulo; a de 1681 assinala um pote e uma garrafa, modelados rudemente; ambas as peças ornamentadas com as armas das qui-

nas, a azul, sob o clássico esmalte branco-sujo da época; a de 1677 numa garrafa de bôjo, decorada a côr de vinho (1).

Em pratos dêste tipo aparecem, da mesma forma, legendas de propriedade e brazões. Num prato *Tecido Oriental*, da variante que se apelidou *Malmequer*, aparece a data de 1649. O prato decora-se com o escudo brazonado dos Silvas ou Castelobrancos.

*

Outro tipo pode ainda marcar-se — *o das Bagas*, — a que o sr. dr. Luís de Oliveira chama *Três Contas* ou *Escamas*. O carácter vem-lhe da ornamentação da aba ou da orla anversal, formada de grupos de três bagas, de efeito piramidal, colocados inversamente.

O que predomina nas suas decorações são cabeças e bustos de mulher, aves e flores estilizadas em jeito de penachos, ao gôsto castelhano. O resto são tôrres, barcos, animais, corações asseteados, monogramas, etc.

Num da colecção Ameal vi um homem fumando cachimbo. O ilustre coleccionador dr. Oliveira forma, àparte dêste, um outro tipo — *Flores e Penachos*, — motivos estes que em geral andam associados às *Bagas* ou aos restos degenerados do tipo *Tecido Oriental*.

Estas peças são do século XVIII e passaram ao azulejo de composição e de motivo isolado. Do tipo *Bagas* fabricou-se loiça em Coimbra.

Na colecção do sr. dr. Oliveira, há uma tijela e um

---

(1) As quatro primeiras peças vêm reproduzidas na *Cerâmica Portuguesa*. A quinta estava na colecção Ameal.

cofre pequeno, que Sua Ex.ª atribui, não sei com que fundamento, ao século XVII.

*

O tipo *Renda* marca-se sòlidamente por um ornato que semelha festões de renda, recortados, guarnecendo as bases de vasos de vário tipo, os letreiros em diagonal dos canudos e boiões de botica, e as barras do azulejo de composição.

Nos pratos não há novidade decorativa, salvo umas chaves encruzadas que observei num da colecção Ameal, um brazão de princesa com as armas de Portugal e Aragão, o que Queirós reproduziu na *Cerâmica*, uma ave enleada em ornatos — composição galantíssima — num pratinho que foi da colecção de J. C. Geraldes, de Viana do Castelo, e quatro peças (uma jarrinha, uma caixa de toucador e duas galhetas) na colecção do sr. dr. Luís de Oliveira, afora outro prato com uma representação do Arcanjo S. Miguel; e outro, com a legenda: *Amaral.*

Na igreja de Nossa Senhora de Brotas (distrito de Évora) há dois frontais de altar em azulejo onde se vêem rendas azuis dêste tipo. Formam uma das secções das cercaduras. O sr. dr. Vergílio Correia, que esta notícia nos dá, cita, a propósito, ter visto em Itália pratos de orla rendada (1).

Azulejos e loiça de mesa e botica, devia tudo provir da mesma oficina ou grupo de oficinas.

Comummente a decoração dêste tipo seiscentista é a azul e a côr de vinho.

---

(1) *Azulejos datados*, pág. 36, Lisboa, 1922.

*

Posterior a estes tipos há ainda o tipo *Esponjado*. Deve ser do século XVIII. Como motivos decorativos, empregam-se nêle árvores, plantas, flores, figuras, animais e arabescos. Aos azulejos dêste tipo feitos no fim do século XVIII chamavam os artífices: — *de pedra torta*.

Ainda o sr. dr. Luís de Oliveira pretende criar uma nova classificação entre a faiança do século XVII. É o tipo *Arabescos* ou *Espirais*, assim apelidado pelo carácter da ornamentação. Na sua colecção, Sua Ex.ª tem um belo prato brazonado (Mendonças ou Fogaças) dentro de uma moldura octógona, um boião, de tipo arcaico, com quatro medalhões no bôjo entre vários compartimentos poligonais, e outras peças.

Tal ornamentação é de carácter oriental, sem a menor dúvida, como o coleccionador justificadamente avança a dizer (1). O pratinho do Museu de Arte Antiga que pertenceu a Soror Catarina do Sacramento, deve incluïr-se neste tipo.

*

Tôdas estas peças do século XVII repetiram-se pelo século seguinte fora, dificultando excepcionalmente a sua atribuïção a um período. Os brazões, como motivos decorativos de maior efeito, copiaram-se desabaladamente. Só na colecção Ameal havia oito com o leão heráldico, em escudos adornados de paquife e elmo.

---

(1) Dr. Luís de Oliveira, *op. cit.*, pág. 105.

Evidentemente não escaparam todos ao mesmo possuïdor, posta de parte a hipótese inadmissível de os brazões representarem a autoria do modelador ou do pintor. Nem mesmo nenhum dêsses pratos se pode atribuir ao fabrico quinhentista dos Freires de Palmela, como se lhes não podem atribuir os azulejos da *Bacalhoa*, que são de Talavera, os de Sintra, que são sevilhanos ou os do palácio Fronteira, que são marcadamente do século XVII e nada têm de comum com os anteriores, nem na feitura nem no estilo.

Quando o sr. dr. Luís de Oliveira diz não ter encontrado entre os apelidos dos oleiros das listas de Vergílio Correia e de José Queirós, os que aparecem no reverso dos seus pratos e conclui que tais artistas eram fidalgos da Escola de Palmela, devia antes concluir que, se tais nomes lá não estavam, era porque não existiram tais oleiros, e se tratava, simplesmente, dos donos dos pratos.

As peças que o mesmo coleccionador apresenta no seu trabalho feito por ocasião da Exposição de Viana de 1915, como sendo do século XVI, são da centúria posterior.

No Museu de Arte Antiga expõem-se três dessas peças — poisa-jóias, de aba recortada e relevada com cabeças de anjo aladas, como se vêem no fundo de pratos do tipo *Aranhões*. Duas são polícromas, como a sua que tem a legenda VAS-COMSELOS, apresentando uma, no centro anversal, um busto de mulher, e outra uma figura de homem. A terceira é esmaltada a branco-amarelado tendo, ao centro, um brazão, a tinta azul, mais rude do que as três peças que o autor também possui e que compõem a estampa N.º 3 do seu livro. Em Talavera fizeram-se peças semelhantes.

*

Os pratos brazonados representaram, possìvelmente, a posse e a encomenda, mas depois nem já isso significavam: — fabricavam-se apenas com o sentido decorativo, como hoje se fabricam peças de adòrno com as armas reais; por ser bonito.

Nos séculos XVII e XVIII, os que se tratavam à lei da nobreza, fidalgos e burgueses ricos, serviam-se de loiça da China ou de Chincheo e ainda de vasilhas de estanho que lhes vinham da Flandres, da Alemanha e de Castela.

As faianças, os pratos de *Aranhões*, *Barôcos*, de *Desenho miúdo* e os outros, estavam em cozinhas e em tabernas, nos refeitórios das freiras pobres, como os canudos e boiões não serviam de jarras, como hoje, e se acantoavam em boticas.

Agora é que as faianças nacionais entraram nas salas e nas mesas ricas.

O seu lugar, então, era nas cozinhas e nas alfurjas de beber vinho.

Um documento simplíssimo, com o dobrado valor de não ser directo, derruba num ápice as hipóteses e a teoria do sr. dr. Luís de Oliveira, quanto aos pratos armoriados da imaginada «Escola dos Freires de Palmela».

É um manuscrito — literatura joco-séria — incluído numa «Miscelânea» (Códice 2.865 da Biblioteca dos Condes de Ameal) em que se figura uma «*Audiencia q̃ Jupiter fez no monte Olympo*». Depois de comparecerem vários artífices e de serem julgados pelas queixas feitas contra êles, aparecem os *oleiros acusados de muitas familias ilustres de q̃ elles lhes sevandijarão as suas armas, pondo-lh'as na louça, as quaes se viam*

pelas tavernas e pedião li.ça (licença) *p.a tomarem todos os pratos por perdidos em que visse as suas armas. Jupiter lhe dice q̃ não se afrontassem por q̃ antes isto lhe servia de credito por mostrar mais dominios das suas casas.*

CAPÍTULO III

Sumário: As composições cerâmicas do século XVI que aparecem datadas — A propósito do púcaro de Coimbra, da colecção de Mestre Gonçalves, faz-se uma digressão sôbre púcaros — Citam-se vários trabalhos acêrca de tal matéria — Púcaros de oiro, de prata, de vidro e de barro — A mania de beber água e a de comer púcaros — O vasto assunto dos azulejos — Enumeram-se os tipos dos azulejos nacionais: *Rótulos e Pendurados, Diamantes ou Jóias, Caixilhos, Laçaria e Rosas, Tapete, Folhagens, Jarras, Painéis, Motivo isolado, Caricatura e Grinaldas* — Citam-se alguns pintores e as suas obras — Azulejos datados — Os variados assuntos tratados nos azulejos de figura — Fabricam-se azulejos no Pôrto e no Juncal — Registos, figuras recortadas, cruzes, alminhas e lápides de fôro — Fica estabelecida uma linha genealógica e cronológica no azulejo — Os escultores barristas — Frei Pedro, escultor barrista da escola de Alcobaça, em 1676 faz umas figuras para um Senhor de Tábua — Interessante documentação — A «louça grossa das Olarias» e a «louça fina de Lisboa» — Um parecer do bispo do Grão-Pará — Toponímia cerâmica — Em que se diz ao leitor onde era o «largo da Cruz do Azulejo».

Julgo que ficou exuberantemente provado no capítulo anterior, que antes da segunda metade do séc. XVI não se fabricou faiança em Lisboa, e, como Lisboa foi o primeiro centro de produção do país, que se não fabricou faiança em Portugal. As mais antigas datas observadas são 1558, 1563 e 1584, estas duas, respectivamente, nos azulejos da Bacalhoa e de S. Roque, assinados por Matos, e a primeira no famoso púcaro de Coimbra da colecção de mestre Gonçalves, hoje no Museu Machado de Castro.

De 1592 é datada a composição de azulejos, policroma, com o brazão de Alcácer do Sal, que se encontra numa fonte desta vila, e de 1598 os azulejos de *jóias* ou *diamantes*, a azul e amarelo, da igreja lisboeta dos Jesuítas. São estas as datas que o século XVI dá para a cerâmica portuguesa.

Daqui é que há que partir para observações e conclusões.

*

O púcaro de Coimbra, de barro vermelho, fino, delicadíssimo, é uma peça de excepção, ricamente decorada com medalhões, cariátides, máscaras, festões embutidos, verdadeira jóia do Renascimento, de rara beleza e de interêsse documental extraordinário.

Acêrca da utilização de tal peça e da sua origem de fabrico tem-se aventado várias hipóteses.

¿Seria uma peça modelada sôbre outra, de prata?

¿Seria um púcaro, de luxo, para beber?

Quim Martins estuda minuciosamente o assunto, na sua *Cerâmica Coimbrã no século XVI*. Os púcaros foram um objecto de luxo. Havia-os de oiro, de prata, de vidro e de barro.

No inventário da Infanta D. Isabel, mulher de Carlos V, aparecem dois *púcaros de vidro com asas de oiro* e uma *sobrecopa de oiro esmaltado que serve de pucaro*, e na lista das jóias de uma das filhas de D. Manuel vem um *pratel de prata de levar púcaro, dourado, de dentro e fora* (1).

Não sei de que matéria seria o púcaro que serviu à Raínha Santa Isabel para nêle fazer o milagre de

---

(1) *Cerâmica Coimbrã no século XVI*, por J. M. Teixeira de Carvalho, pág. 106.

mudar o vinho em água, nem o que D. Pedro de Melo deixou caír, na «sala de comer» do paço de Alcáçova de Lisboa, diante de D. João II, nem o púcaro por onde em Alcácer-Quibir D. Rodrigo de Melo estava bebendo quando o pelouro o matou, nem ainda aquele púcaro onde a Raínha D. Catarina molhava os dedos quando fiava. Aquele, do feitio de urna antiga, em que D. Sebastião bebeu defronte do Cardial Venturino, legado do Papa, e que tinha um palmo de alto, era de barro de Estremoz. Os outros seriam de prata ou de oiro, talvez.

Na «Taxa dos Oleiros de Coimbra de 1573» há menção de três géneros de púcaros: *Púcaros para beber com seu alguidarinho para debaixo e têsto, púcaros de coruchéu com pé* e *púcaro para beber, chão, sem pé* (1).

Os púcaros de barro honravam-se também com irem contados na bagagem das princesas. No Inventário da Infanta D. Beatriz contam-se 58 púcaros de barro, sendo alguns apedrados (2).

Filipe II quando esteve em Portugal (1581 a 1582) mandou encomendar em Estremoz púcaros de barro para mandar às infantas (3).

Camões, falando em certa dama, dizia: *chia como pucarinho novo com água*; Gil Vicente já citara encomiàsticamente esta vasilha, pondo na bôca de Branca Dias, no *Auto da Feira*:

Eu queria ser pucarinha
pequenina para mel.

Rodrigues Lôbo fala poèticameate, ao lado da talha pedrada, num *pucarinho de feição*.

---

(1) *Cerâmica Portuguesa*, pág. 104.
(2) *Idem*, pág. 116.
(3) *Idem*, pág. 109.

Lope de Vega aponta os púcaros e os barros *de la Maia*, numa comédia anterior a 1600, e Duarte Nunes do Leão, na sua *Descripção de Portugal*, faz o elogio do púcaro com tôdas as redundâncias do estilo do seu tempo, encomiando o seu aroma, o seu talho, a eterna mocidade dos púcaros de Montemor que não envelheciam, bastando que os roçassem, cheios de pedrinhas a esmaltá-los; a frescura dos do Sardoal, onde a água ressumava e por isso esfriava notàvelmente; os de Pombal, de que se fazia grande estima; e, sôbretudo, os de Estremoz, de barro tão coado e liso como se fôsse vidro, cheirosos e saborosos como nenhuns.

E acaba dizendo:

«*E não he de espantar fazerem os portugueses tanto caso da Baxella de simples barro para beberem porque (como deles escreveu Strabão) sam naturalmente bebedoures de agua, e por isso buscam vasos da terra para que sempre lhes pareça que bebem na mesma fonte.*

O *Tratado da Grandeza, Majestade e Abastança da cidade de Lisboa*, de João Brandão, dá relêvo a esta predilecção dos bebedores computando, em 1552, em dois mil cruzados o valor do comércio dos púcaros de Estremoz.

Compreende-se bem que Bellini, que Quevedo e que Lope de Vega os cantassem, que em Roma estivessem nos gabinetes dos Monsenhores e dos Cardiais, e nos Museus, que para a Índia se mandassem encaixotados e que Francisco Rodrigues Lôbo escrevesse, na *Côrte n'Aldeia* como em pragmática, «*que o beber seja sem pressa e com tento, não levantando o pucaro quando outrem o tenha na boca*».

Êste assunto de púcaros é vastíssimo. D. Carolina Michaëlis de Vasconcelos exgotou-o no seu trabalho, intitulado *Algumas palavras a respeito de Púcaros de Portugal*, em que, honrosamente para mim, cita um

estudo meu, publicado na *Atlântida*, sob a forma de diálogo clássico, que denominei *Os Púcaros*. É uma entrevista imaginosa com um púcaro de cozinha.

Sôbre a *Bucarofagia*, a ilustre filóloga e romanista dá interessantíssimos pormenores. A mania de comer púcaros foi uma praga nos séculos XVII e XVIII. Às notícias inéditas que dei no meu referido trabalho, tiradas da *Fenix Renascida*, dos *Apotegmas*, de Supico de Morais, das *Observações Doutrinais* de Curvo Semedo e das *Cartas* do Cavalheiro de Oliveira, acrescento para a curiosidade dos leitores um *Romance* de Tomás Pinto Brandão, no *Pinto Renascido*, «feito a uma noiva que indo beber água se perturbou, de sorte que lhe caíu o púcaro» (1).

Neste *Romance* cita-se o famoso Romão, o Romão das Olarias que fazia uns púcaros de massa tão delgada «*como a dos bolos que se dão nas diferentes festas dos Santos fora da terra*», como diz o Coronel Francisco Coelho de Figueiredo (2).

As damas bebiam a água e comiam o púcaro a seguir. E o excesso foi a tanto que o «Regimento Novo dos Oleiros», de 21 de Janeiro de 1797, proïbia o fabrico dos *púcaros de cambraia*, e uma postura da câmara, do mesmo ano, defendia que se fabricassem as pastilhas de barro que se vendiam, depois, para os substituír e manter o vício.

Os *púcaros da Maia*, tão nomeados pelos antigos e cujo nome se tem querido fazer derivar de um oleiro *Maia* que tinha a sua oficina à calçada de Agostinho de Carvalho, devem antes filiar-se noutra origem.

Miguel Leitão de Andrade, na *Miscelânea*, refere-se

---

(1) *Pinto Renascido*, *Empenado e Desempenado*, pág. 498.

(2) Volume XIV do *Theatro* de Manuel de Figueiredo, Anotações finais.

às *Maias* como sendo as «galantes da côrte», nome que lhes davam pelo excessivo ornato do trajo que sugeria os excessos sumptuários das festas populares dêsse nome.

Os *púcaros das Maias* ter-se-iam transformado em *pucáros da Maia*. É uma hipótese, que possìvelmente se poderá justificar. Os oleiros *Maias* que viveram no século XVIII é que não iam denominar os quinhentistas barros cortesãos.

E veio tudo isto a propósito do famoso púcaro, datado, da colecção de mestre Gonçalves, que se encontrou num sótão de Santa Cruz com restos de outros, tampas de coruchéu, e vidros velhos partidos.

Em resumo: Esta peça excepcional tem de se considerar à margem do nosso assunto, visto não se tratar de faiança, mas sim de obra de barro vermelho cozido e lustrado apenas, embora documente o alto grau de aperfeiçoamento dos oleiros ou, pelo menos, de um oleiro quinhentista.

*

O estudo do azulejo constitui, só de per si, um campo vastíssimo de observação.

Portugal durante os séculos XVII e XVIII inundou-se de azulejos. Conventos, igrejas e capelas, palácios, nos interiores e nas fachadas, revestiram-se de faianças brilhantes, de uma grande riqueza decorativa. De norte a sul, rara é a povoação onde êsse elemento de decoração construtiva não intervém.

Os azulejadores do centro cerâmico lisboeta produziram quantidades espantosas dêsses revestimentos, alguns dos quais aparecem, no norte, assinados pelos alfacinhas Nicolau de Freitas, António de Oliveira Ber-

nardes, Bartolomeu Antunes, Policarpo de Oliveira Bernardes e outros.

No sul, assinando o revestimento cerâmico da igreja da Misericórdia de Olivença, aparece o de Manuel dos Santos, que tinha a sua oficina, também, em Lisboa. Gabriel del Barco assina, igualmente, variadas composições em templos alentejanos.

Após um período de decadência, passados os primeiros oitenta anos do século passado, o azulejo entrou a progredir, a desenvolver-se e a aperfeiçoar-se; e hoje, tornado moda outra vez, entrou de novo a fabricar-se e a pintar-se em larga escala, utilizado não só como simples revestimento de fachadas e de paredes interiores, mas como elemento decorativo, adstrito ao, chamado, estilo construtivo nacional.

Já muito se tem escrito sôbre a história do azulejo português. Depois de Queirós, que alinhou uma série de datas, baseando-se em informações e conjecturas de Gabriel Pereira, Joaquim de Vasconcelos e João Maria Nepomoceno e ainda nas suas próprias observações, o Dr. Vergílio Correia no seu trabalho *Azulejos Datados* (duas edições), acertando algumas hipóteses, estabelecendo novas classificações e anotando datas e períodos de feitura de numerosas guarnições cerâmicas, dilatou os horizontes dêsse ramo da arqueologia artística e pôde, com o seu espírito de investigador e o seu bom critério, fixar ideias seguras.

Sabe-se já que os azulejos da Bacalhoa, os do Paço de Sintra e os da Sé Velha de Coimbra são, uns de Talavera e outros de Sevilha, e que de lá vieram, os primeiros já influenciados pela arte dos artífices italianos da Renascença. Os de Vila Viçosa, atribuídos a 1570 e tantos, serão italianos — presente do Papa Pio V aos Duques, como conjectura José Queirós por simples pressentimento — serão de Talavera, como os

da Bacalhoa, ou ainda, possìvelmente, portugueses (1). Os motivos decorativos são máscaras, frutos, armas, rótulos, «cartouches», figuras, elementos heráldicos, em dois frisos.

Dêsse revestimento polícromo estão dois quadros no Museu de Arte Antiga, que figuraram em 1867 na Exposição de Paris, e que, à volta, o rei D. Luís ofereceu às Janelas Verdes.

Os azulejos da capela de Garcia de Rezende, no Espinheiro (Evora), os da Matriz de Viana de Alvito, os da igreja de S. João Baptista do Lumiar (verdes e brancos, de caixilho), atribuídos, respectivamente, por Gabriel Pereira, a 1520, 1525 e 1552, são posteriores a estas datas.

A data dos do Lumiar está na pia baptismal, o que não documenta o período da pintura. Azulejos de caixilhos dêsse tipo, fizeram-se pelo século XVII fora.

De 1647 estão datados, por exemplo, os da capela do Penedo em Sintra (2).

Parte dos revestimentos da igreja da Graça, de Lisboa, são de azulejos polícromos com elementos decorativos «Renascença» do tipo a que Queirós chamou, seguindo Joaquim de Vasconcelos, *rótulos e pendurados*.

Êste erudito investigador marca-lhes o período de fabrico, de 1570 a 1580; mas Queirós prolonga-o até 1590.

¿ Serão também de Talavera ?

Do fim do século XVI são os azulejos do tipo *jóias* ou *diamantes*, da entrada, sob o côro, da igreja de São Roque, de Lisboa, e os da sacristia da Casa Pia de

---

(1) Consegui vê-los recentemente (no dia 28 de Setembro de 1930) e ficou-me a impressão de que o poderiam ser.

(2) *Azulejos Datados*, págs. 20 a 26, Lisboa, 1926.

Évora, os primeiros datados de 1596 e os segundos de 1599.

Estou em crer que os «de ornato» datados de 1584, que decoram a capela de São Roque da primeira destas casas religiosas e que Francisco de Matos assina, são os mais antigos azulejos provadamente nacionais que possuímos.

É daí que temos que começar a contar, a classificar e a metodizar o estudo.

Duas composições cerâmicas notáveis, reflectindo a mesma influência italiana, vinda indirectamente por Talavera, apareceram então: a da Capela de Nossa Senhora da Vida, que estava na destruída paroquial de Santo André e que foi restaurada e trasladada para a Biblioteca Nacional em 1865, e a da Capela de Santo Amaro, sobranceira a Alcântara, ambas polícromas, a primeira atribuída a 1600 por Queirós e a segunda a 1610, pelo mesmo ceramógrafo.

Nos azulejos da «Senhora da Vida» intervêm *diamantes*, como os de São Roque, juntamente com pilastras arquitecturais ladeando nichos com figuras; nos de «Santo Amaro» pormenores agiológicos, pilastras, cariátides, máscaras, figuras, anjos, aves e borboletas, e ainda o motivo decorativo das pontas de diamante.

Por pressentimento, suponho nacionais estas duas obras cerâmicas.

Quanto a mim, a «ponta de diamante» entra já ali como assinatura portuguesa, pois julgo ser êste elemento o primeiro com que os nossos ceramistas caractizaram os azulejos do seu fabrico e que define o primeiro tipo a classificar. A capela do Convento do Carmo em Colares, estudada pelo Dr. Vergílio Correia, forra-se em 1612 dêste azulejo de diamantes (1).

---

(1) *Azulejos Datados*, pág. 11 e 12.

Segue-se, em ordem de antigüidade, o tipo do enxadresado a branco e azul, ou verde, a que o ilustre Director do Museu Machado de Castro chamou, e bem, *de caixilho*, que se fêz, pelo menos, em tôda a primeira metade do século XVII.

Há-os datados de 1617, 1620, 1626, 1647 e abundam no Alentejo e ao derredor de Lisboa — Póvoa de Santo Adrião, Fanhões, Espírito Santo de Bucelas, etc., etc.

O tipo a que José Queirós chamava de *tapete* e que o Dr. Vergílio Correia chama de *laçaria e rosas*, que precedeu o tipo *padrão*, pela simplificação do desenho, cingindo-se a cada azulejo o desenvolvimento do motivo ornamental a azul e amarelo, fabricou-se durante todo o século XVII.

Os mais antigos azulejos que aparecem datados são os da capela da Pena (1619), e os mais modernos, de 1674, na Misericórdia de Tôrres Novas, o que não quere dizer que se não fabricassem ainda posteriormente.

Esta denominação de *laçaria e rosas* é já antiga. Vem mencionada num manuscrito — *Tratado da Cidade de Portalegre* — feito em 1609, e publicado em 1919 pelo meu erudito amigo, sr. António Tôrres de Carvalho, em Elvas. Foi do seu conhecimento, denunciado por Vergílio Correia, que êste professor a adoptou.

Os azulejos dêste tipo resultam da combinação de grupos de quatro fôlhas espalmadas, saídas de um quadrado e de um octógono concêntricos, passando um anel branco pelas extremidades superiores das fôlhas, onde elas levemente se envolvem, e por meio do qual se faz a ligação com os outros grupos (1).

---

(1) *Azulejos Datados*, pág. 15.

Algumas vezes êste tipo parece associado com o de *caixilho* nas mesmas decorações cerâmicas, como acontece na do Penedo (Sintra) e noutros templos.

O tipo *padrão de tapete* ou só *tapete*, fabricou-se durante todo o século XVII, como o de *laçaria e rosas*, associado com êste ou com o de *caixilho*, às vezes, como na Misericórdia de Tôrres Novas.

Variantes dêstes há o tipo *folhagens* que se admira na igreja de Nossa Senhora de Brotas e na igreja do Salvador, em Tôrres Novas. Em todos estes, mas mais lògicamente no *tapete*, aparecem, nas paredes dos templos, quadros embutidos com representações humanas, geralmente scenas do agiológio e vasta figuração bíblica.

Na capela do Penedo, já citada (1628), há sete quadros com passos da vida de Santo António e scenas da Paixão com intervenção do Santo; na igreja de São Quintino (Sobral de Monte Agraço) um quadro do baptismo de Cristo, uma Nossa Senhora da Piedade e a Adoração da Cruz; na capela do Corpo Santo, da Matriz de Vila do Conde (1622) igualmente se utilizou o mesmo processo decorativo; e na matriz de Souzel, fazendo o fundo aos dois altares laterais do arco triunfal, vêem-se também dois quadros embutidos representando, a azul e a amarelo, um Nossa Senhora do Rosário e outro Santa Clara.

No meado do século XVII o azulejo nacional fortifica o seu carácter que em breve vai definir-se, marcadamente, com as grandes composições iconográficas, a azul.

Aparece então o tipo do azulejo de *jarras:* pilastras coroadas de vasos enramados de flores, cercando golfinhos e torcidos a formar uma moldura interna que abrange albarradas floridas com asas de sereias aladas, tudo a azul sôbre fundo branco. Tôda a composição é,

em geral, encaixilhada em cordas de flores, em volutas ou nestas duas faixas decorativas, como na capela da Senhora da Saúde de Montemor (1).

Das oficinas de Lisboa começaram então a sair, no fim do segundo quartel do século, essas estupendas guarnições de paineis figurando passos, quadros e scenas religiosas e profanas que até aí apenas se viam em pequenos paineis embutidos em *tapete* e em *laçaria* e *rosas* ou fazendo parte de composições de estilo arquitectónico, como elemento acessório.

A primeira dessas composições que apareceram datadas é a guarnição de uma sala no palácio do Calhariz, em Azeitão, pertença dos senhores duques de Palmela, solar construído ou totalmente restaurado no segundo quartel de seiscentos.

Nos quatro paineis que lhe formam o silhar cerâmico, vê-se, em cada um, ao centro, uma oval com figuração bélica cercada de um entresachado de atributos guerreiros que constituem a maior superfície.

Na lâmina de uma bisarma ou alabarda, pintada no painel que fica entre as janelas, está a data — 1645 —. O desenho é incorrecto e mole, e o azul frouxo e desvanecido.

Noutra sala do mesmo palácio a guarnição cerâmica, representa uma batalha naval — a de Lepanto? — vendo se no painel que fica entre as janelas, figurando o brear de uma nau acostada, a data de 1672, num dos caixotes que estão no cais. Nos quadros navais vêem-se naus com bandeiras portuguesas, com cruzes de Malta, com escudos indeterminados e com barras horizontais.

Outras salas são revestidas com azulejos de assuntos

---

(1) *Cerâmica Portuguesa*, de José Queirós, pág. 240, e *Azulejos Datados*, do Dr. Vergílio Correia, pág. 17.

mitológicos, de caça grossa, de caça às abetardas, patos bravos, etc. A «de visitas» guarnece-se de alegorias marítimas, como a Coroação de Neptuno, etc.; a chamada «Sala Grande» com paineis de caça; a «de Jantar» com azulejos de *países;* a «de Bilhar» com mitologias; e a da Biblioteca, com um silhar figurando a História de D. Quixote, oculto pelas estantes.

Alguns quartos, nesta ala do palácio, são também decorados com silhares de azulejos, a azul e côr de vinho, que me pareceram dos mais antigos de todos, apresentando o carácter das primitivas faianças de mesa e botica. Tôda a decoração cerâmica dêste solar é do século XVII. Os azulejos da capela estão datados de 1696 e representam a vida de São Francisco. O desenho é incorrecto e o azul duro. Todavia não são tão mal desenhados como os azulejos da igreja de Nossa Senhora da Orada em Souzel, que devem ser da mesma época ou anteriores (1).

De 1686 era a guarnição cerâmica da ermida de Nossa Senhora do Monte, na quinta da Ramada em Frielas, devida ao pintor ceramista António de Oliveira, dispersada há anos, na ruína da capela, por sucessivos roubos. Era de desenho seguro e correctíssimo e de um lindo azul desmaiado.

---

(1) A decoração cerâmica desta igreja é seccionada em três partes. A primeira é um silhar de leões pintalgados, frutos e flores em festões. A segunda é constituída por uma série de paineis com a vida de Nossa Senhora, horrivelmente desenhados. O menino Jesus, nas palhas, parece um bicho. A secção superior, feita, seguramente por outro artista menos ruim, alude à batalha dos Atoleiros e à fundação do templo pelo Condestável, vendo-se em todos os quadros Nuno Álvares Pereira, e num dêles, em que se traja de guerreiro com elmo emplumado, numa tarja, a frase *Sus a ele*, saíndo-lhe da bôca, que a lenda diz ser a origem de *Souzel*. Estes azulejos devem ser do meado do século XVII e têm relações de parentesco com os da capela do palácio do Calhariz.

Dêste mesmo artista eram os azulejos da igreja dos Lóios de Lisboa, datados de 1711 e muitos outros,

Outro artista, espanhol, chamado Gabriel del Barco, exerceu cá, por êsse tempo, a sua actividade. Há e havia trabalhos dêle, assinados ou seguramente atribuídos, porque o seu estilo é inconfundível, em Santa Maria de Óbidos (1693), no palácio do Conde da Ponte, ao Calvário (Lisboa) feitos em 1697, nos Lóios de Arraiolos, em 1691 e 1700, em Santa Iria (1698), em São Tiago de Évora em 1699 e ainda na capela-mor da igreja da Charneca, na igreja do Asilo da Rua Formosa e na Madre de Deus, de Lisboa.

Gabriel del Barco tinha a sua oficina em Lisboa, onde viveu e casou nada menos de três vezes (1). Desenhava com grande incorrecção, mas pintava com um grande sentido decorativo e o seu azul começa a graduar-se.

Um certo ar oriental que se nota nas suas figuras e acessórios reflecte já a influência olandesa. Barco compunha inteiramente livre da escola castelhana de Talavera e conseqüentemente do influxo italiano que lá perdurava.

O progresso das oficinas portuguesas vem dêste período de brilhante actividade. A António de Oliveira e a êle, outros sucederam, como os Bernardes, os Freitas e os Antunes, das «Olarias» de Lisboa.

Portugal sôbrepunha-se à actividade espanhola. No azulejo, Talavera e Sevilha começaram a decaír.

---

(1) Nos registos paroquiais de Santos-o-Velho assentam-se os três casamentos de Gabriel del Barco, que, como se vê, não perdeu ocasião de se ligar com as portuguesas. Em 18 de Abril de 1701, já viúvo, segunda vez, de Agostinha das Neves, casava nessa igreja paroquial com Maria Tereza Baptista, filha de Francisco Baptista e de Maria Simões. A sua oficina era aqui em Santos o-Velho, onde residia.

Os assuntos bíblicos e mitológicos, os símbolos sacros, as vidas dos Santos padroeiros e dos beatos e fundadores (como o Frei António da Conceição — o Beato António em Xabregas, Frei Gonçalo de Lagos, e D. Frei Aleixo de Meneses, no convento da Graça de Tôrres Vedras e no de S. Bernardino de Peniche); tôda a história religiosa; as fábulas (como em S. Vicente de Lisboa); as scenas de toiradas (Jardim da Estrêla e Quinta das Areias, em Vila Franca, que foram de um palácio de Povos) e as scenas de picadeiro, como na casa n.º 39 da Rua de São Bento, citada por Queirós; os assuntos de lavoura, como na referida quinta das Areias; as scenas de interior, jogos, cortesanias, danças, e quadros de mesa; as caçadas e pescarias; os combates navais, marinhas e motivos náuticos, como no antigo palácio do pátio das Vacas, hoje Museu Agrícola Colonial; as scenas campestres de jogos da bola, merendas, e outros divertimentos de jardim; as naturezas-mortas (enchidos, peças de caça e de capoeira) e as scenas culinárias da matança do porco e dos trabalhos de Vatel, como no palácio da Mitra em Santo Antão do Tojal, no do Correio-Mor em Loures, numa cozinha à Cruz das Almas de que logo falarei, e no convento de Refojos do Lima; e as simples païsagens com fundos de arquitectura a que então se chamava *azulejos de países*, como na Matriz de Alcochete e em muitas salas de palácios, inundaram então todo o país, produzidos nas oficinas de Lisboa.

Do último quartel do século XVII ao fim do terceiro quartel do século seguinte — cem anos contados, — o azulejo alfacinha campeia sem competência, independente e cheio de carácter próprio.

Outros tipos de azulejo convém também citar. O tipo, que podemos chamar de *caricatura*, fêz-se no século XVII, pintado comummente a azul e côr de vinho.

Existiam no Beato António de Xabregas, hoje trasladado para a Quinta de São João na estrada de Monsanto, propriedade do Dr. Álvaro Franco Teixeira, e existem ainda no palácio do Pátio das Vacas e nos jardins do Palácio Fronteira em São Domingos de Bemfica.

Estas composições aproveitam, principalmente, os animais em acções humanas. O macaco, o gato, o cão e o rato são em geral os preferidos. Nos de Xabregas, hoje na quinta citada, vêem-se, entre outras scenas caricatas, como a de umas «tourinhas» de canastra, e um quadro representando uma visita a um doente sangrado, um gato que vai a enforcar acompanhado de ratos, um macaco a experimentar uma cabeleira, etc. Nos dos jardins do Palácio Fronteira há uma scena musical em que uma série de quadrumanos tocam vários instrumentos, um rege a orquestra e outro se mostra de palmatória em punho. Os do Museu Agrícola Colonial são também de um pitoresco admirável.

Outro tipo é o de *motivo isolado*, imitação do azulejo olandês e do que se fabricava em Ruão, replicando êsse estilo. Umas vezes a azul, outras a côr de vinho, a composição mostrava-se dentro de um filete circular, decorando-se os ângulos com uma cravina ou um ornato florido, como alguns que o autor possui e que foram da colecção do Dr. João de Sousa Faria e Melo, leiloada em 1920.

Os nossos adornavam-se, aos cantos, de um ornato trilobado, de uma pinta simples ou de uma cruz com pintas intervaladas nos braços (Matriz de Alcochete — 1715) e o assunto decorativo eram, em geral, aves, coelhos, cães, caçadores, «muletas», embarcações com dois latinos, flores estilizadas, etc., repetindo os motivos empregados na faiança de cozinha, mesa e botica.

Aparecem também, raras vezes, figuras chinesas,

como reminiscência dos elementos decorativos do tipo *desenho miúdo*. A «Casa do Paço», na Figueira da Foz, duas salas do Palácio Murça, que depois foram camaratas do Asilo de Santo António dos Capuchos, o asilo das Velhas de Coimbra, na rua da Sofia, contêm numerosos espécimes dêstes azulejos. Os da «Casa do Paço» são olandeses; os do asilo coimbrão são portugueses e extraordinàriamente interessantes, reproduzindo muitos dos azulejos jogos populares, como o *malheirão*, e outros, scenas de interior e exterior. Estão assinados (1).

No «Senhor Roubado» em Odivelas (1744), aparecem também dêstes azulejos, a que alguns chamam de *figura avulsa* (2).

Os motivos decorativos dos dêste tipo fabricados na Olanda são scenas religiosas, païsagens, cavaleiros seiscentistas, marinhas com embarcações e moínhos típicos, etc.

Nós, aproveitando a ideologia da decoração, azulejo por azulejo, repetimos nêles os motivos ornamentais das nossas faianças, tais como a *renda*, os ornatos das peças chamadas de *tecido oriental* e a técnica dos perfis a côr de vinho e dos cheios a azul e amarelo, em frontais de altar, como o que se vê no Museu de Arte Antiga, nos que foram do mosteiro da Esperança, e em outros que citamos ao tratar dêsses tipos decorativos.

Além destas composições largas, algumas de dimensões que exigem um grande fôlego concepcional e

---

(1) S. PEDRO | PIN | TOR | SOV | EV.

(2) Nas Francesinhas, mosteiro hoje demolido, havia muitos azulejos dêste tipo assinados por Garcia Ramires e datados de 1691. Garcia Ramires devia de ser espanhol, embora trabalhando em Lisboa.

uma execução apurada, os nossos azulejadores fabricaram os lindos quadros de intenção patronal, evocativa e religiosa, chamados habitualmente *Registos,* alguns dos quais — como as *Adorações do Santíssimo* polícromos, que se admiram em Évora e em Lisboa — são de um efeito ornamental muito de notar. Outros são comemorativos, como o do Terremoto, no Monte de São Gens, mas a maioria são de invocação religiosa, representando a Virgem, santos e santas.

A figuração que mais predomina é a de São Marçal, por ser advogado contra os fogos, a de Santo António e a da Senhora da Penha de França. Fizeram-se durante todo o século XVIII em grande abundância para guarnecer fachadas, átrios e patamares, sendo lindos os registos polícromos do fim desta centúria, tão freqüentes nas escadas da Baixa, com as imagens dentro de molduras ovais.

Figuras recortadas em azulejos, polícromas ou só a azul, vêem-se também em vários prédios de Lisboa, como nos patamares de um na rua de São Boaventura, noutro na rua de São Bento, n.º 114, na quinta de São João, do Dr. Álvaro Franco Teixeira, já referida, que eram de uma casa do largo do Pelourinho, no palácio dos Guiões, na casa D. João V do sr. Jorge de Avila Graça, no Campo Grande; numa fonte em Azeitão, e ainda no palácio dos Melos em Vila Franca de Xira.

Cruzes, «alminhas», lápides de foros abundam também pela capital, saídas das oficinas dos azulejadores alfacinhas.

Três decorações cerâmicas notáveis, cêrca de Lisboa, são as do Palácio Pombal em Oeiras, as do Paço do Patriarca em Santo Antão do Tojal e as do palácio Fronteira.

Estas, feitas no século XVII a maior parte, são de

uma variedade extraordinária tanto nas paredes do solar dos Mascarenhas como nos jardins: cenas de batalhas, retratos, figurações simbólicas e alegorias, caçadas e pescarias, cariátides e medalhões, ornatos e decorações naturalistas, umas polícromas, outras só a azul, formando um admirável conjunto. No palácio de Santo Antão do Tojal, a escadaria e a cozinha são ricamente ornamentadas. Aquela é de um surpreendente pitoresco, e representa, acompanhando os balaústres nos lanços e patamares, a azul e amarelo, uma série de exemplares da fauna exótica.

O palácio de Ociras é outro museu de azulejos, a maioria dos quais, emmoldurados polìcromamente, foram feitos no Rato. Ainda a celebrada Quinta dos Azulejos, a casa dos Condes da Guarda em Cascais e outras muitas residências se adornam de preciosos azulejos, sem falar em conventos, igrejas e capelas. Em volta da capital a sinfonia cerâmica dos revestimentos ouve-se apoteòticamente.

O que é raro é verem-se composições iconográficas dêste tômo, pintadas totalmente a um tom de vinho quási rosado. São assim os quadros da «Ceia» e do «Lava-pés», emmoldurados polìcromamente na capela-mor da Matriz de Alvor. O efeito é agradabilíssimo.

Bom é de notar que não só em Lisboa se fabricaram azulejos ornamentais. No recente livro do sr. Pedro Vitorino, *Cerâmica Portuense*, vem uma nota adicional de grande importância, donde consta que em Abril de 1605, o oleiro de Vila Nova (Gaia), Bastião Ribeiro, recebeu 4$500 réis por 908 azulejos (talvez frontais) que fêz para o «Altar do Pátio», a 5 réis cada um.

Isto parece provar que ao começar o século XVII já se fabricavam azulejos no norte.

No convento de São Francisco de Alcobaça e na

igreja dos Milagres (Leiria) vêem-se azulejos fabricados no Juncal, respectivamente, em 1791 e 1795.

Depois da acção fabril do Rato o azulejo modificou-se e criou-se um novo tipo a que chamarei de *grinaldas*. É em geral polícromo. Fêz-se até findar o primeiro têrço do século XIX. Muitas das construções do final da décima oitava centúria (prédios da baixa) têm-nos em rodapés altos e silhares. Na igreja da Estrêla há lindas variedades dêste tipo, em que intervém o gôsto, para não dizer o estilo, Luiz XVI (1).

*

Quanto aos «escultores barristas», título de um dos capítulos da *Cerâmica* de José Queirós, pouco tenho a acrescentar, mas êsse pouco é interessante. Queirós fala nas escolas de Aveiro, Alcobaça, Mafra, nos centros produtores da imaginária popular de barro, e nas

(1) Em geral estas guarnições têm afinidades no desenho e na «maneira» com as loiças atribuídas à «Bica do Çapato». São os mesmos amarelos torrados, os mesmos ornatos de carácter vegetal que semelham algas, feitos a côr de vinho. Abundam nêles as molduras ovais coroadas pelo laço Luiz XVI abrigando figuras a azul, aves, mascarões e cariátides. O salão da residência atinente ao Teatro de S. Carlos na rua 16 de Outubro, e que a êste teatro pertence, assim como a escada e alguns outros gabinetes, são guarnecidos de azulejos dêste tipo, dos mais perfeitos que tenho visto.

Os registos polícromos, onde o amarelo vivo sobressai, que se encontram em muitas das escadas pombalinas, simples ou duplos, decorando a parede sôbre as vêrgas das portas dos patamares, são, na grande maioria, igualmente dêste tipo. São vulgares nêles as imagens dos Santo Antónios, São Marçais, Senhoras da Conceição e da Penha de França, dentro de ovais engrinaldadas. A maneira da composição, o estilo e a côr denunciam uma comum autoria de artista ou de oficina.

figuras dos Presépios, algumas devidas às mãos artistas de Machado de Castro, mas todos os documentos plásticos citados referem-se ao século XVIII, sendo os mais antigos as estatuetas dos artistas de Aveiro que figuraram na Exposição realizada nesta cidade em 1895.

A placa de barro relevado, atribuída, por palpite, à pintora Josefa de Ayala (Josefa de Óbidos) e representando uma sacra-família, é possìvelmente do século XVII, mas nada o prova seguramente. O estilo da obra até parece contrariar a hipótese. No reverso tem, na pasta: *No Pinhal de Óbidos.* Nem data nem assinatura. No anverso está prateada.

Do século XVII eram sem dúvida as esculturas, hoje perdidas, de que vou dar conhecimento ao leitor, feitas em Alcobaça em 1676. Destinavam-se a D. António Álvares da Cunha, Senhor de Tábua, que estava então nas Caldas da Raínha, acompanhando nos banhos a Infanta D. Maria, filha de D. João IV, como cortesão. Os documentos que dão a notícia são três cartas escritas por Frei Jerónimo de Saldanha, frade bernardo de Alcobaça, ao fidalgo de Tábua descendente do irmão de Santo António (1).

A primeira carta diz que *as feguras de V. S.ª m.to tempo ha estão feitas*, e dela se conclui que fôra Frei Jerónimo o encomendador dos barros, para D. António, que fôra um Frei Pedro que se encarregara da cozedura, e que o Saldanha tinha ido a Ceiça esquecendo-se da ordem e o forno levava dois dias a cozer, tendo cada uma das esculturas doze pedaços.

Pela segunda carta vê-se que D. António Álvares da Cunha instava pelas figuras e que Frei Jerónimo se

---

(1) *Códice manuscrito* que foi vendido sob o n.º 2:583 no leilão da Livraria do Conde de Ameal, pág. 263, 273 e 274—datado de 1676. O códice pertencera ao arquivo da Casa dos Cunhas.

queixa de que não tem quem lhe vá buscar a lenha, razão porque a cozedura se não fizera ainda.

A terceira missiva do frade acusa a recepção de 3$000 réis *com que darei calor a que se ponham as figuras em ria para irem o mais breve* e fala no frade que as fêz, que era o tal «Frei Pedro», dizendo que a cozedura devia ser rápida *por as feguras serem de barro.*

Evidentemente tratava-se de uma obra dos escultores tonsurados de Alcobaça que fizeram as figuras da *Morte de São Bernardo*, o sumptuoso *Relicário* do tôpo da Sacristia e as estátuas da *Sala dos Reis.* Frei Pedro seria um dos escultores dessa impressionante scena da Capela de São Bernardo.

¿ Que figuras seriam estas cuja demora tanto impacientava o Senhor da Tábua? ¿ Imagens religiosas, alegorias, divindades mitológicas?

¡ Vão lá sabe-lo agora!

*

Ainda antes de entrarmos no estudo da Fábrica do Rato, alguns breves parágrafos para fechar êste capítulo.

De oficinas, em grande, anteriores à fundação pombalina, não há notícia segura. A fábrica do *Gayão* em Santarém e a do *Beato António* em Lisboa aparecem-nos sob um aspecto lendário. A pequena indústria, como hoje se diz, disseminava-se pela capital, acumulando se principalmente nas «olarias» à freguesia dos Anjos e em Santos, a São Bento e às Janelas Verdes. Á sua produção, chamava se cá em Lisboa *a louça grossa das olarias*, como se vê na verba que diz respeito à louça, na conta das Festas de Inauguração da Estátua

Equestre em 1775 (1). Para os lisboetas o que não fôsse loiça da China, da carreira da Índia, era loiça grossa.

Já na província o critério era outro, e aos produtos mais apurados da capital chamava-se *loiça fina de Lisboa*. É assim que aparecem nomeados *vinte pratos, com seus bicos á roda*, num inventário feito em Santarém em 1700 por óbito de D. Ana Oliveira Leite, mulher de Rodrigo Machado Carvalhal (2).

D. Frei João de São José Queirós, bispo do Grão Pará, fazia a mesma depreciativa opinião das faianças e barros do nosso fabrico.

Escrevendo ao Conde da Ponte dizia assim: «Do que V. Ex.ª me diz do conde de Oeiras não há que admirar, por ser admirável sempre aquele senhor; mas que há-de ser se êle tem um coração onde cabem terremotos, exércitos, reedificações, conspirações alheias, castigos, prisões, embaixadas, despachos e providências, e o que é mais sem embaraço da respiração. Assentemos que sendo todos de barro damasceno, parecem poucos de outro mais fino. *Tudo é barro: mas um de Extremoz ou do Romão e outro de Saxonia*» (3).

*

Ainda o conteúdo do meu último verbete.

Aparte variadas designações locais inspiradas nesta

---

(1) *Gabinete Histórico*, de Frei Cláudio da Conceição, volume XVII, pág. 253.

(2) Informação do meu amigo e erudito investigador Francisco Nogueira de Brito.

(3) *Memórias do Bispo do Grão Pará, Frei João de S. José Queirós*, publicadas por Camilo Castelo Branco, pág. 17.

indústria, como as *olarias*, à rua do mesmo nome, o *pátio do Tejolo*, o *Fôrno do Tejolo*, o *Fôrno da Têlha* e várias travessas e becos *do Oleiro*, espalhadas por tôda a cidade, umas ainda existentes, outras já desaparecidas, havia, antes de 1755 dois locais conhecidos pelos nomes de *rua da Cruz do Azulejo* e *largo da Cruz do Azulejo*. O primeiro era o nome antigo (1715) da actual rua dos Navegantes — o primeiro que ela teve; o segundo referia-se a um estreito logradoiro ao fim da *calçada de Payo de Nabais*, comunicando esta serventia com a *rua de Ana Mendes*, que seguia para o norte, e com a *do Crucifixo* que se dirigia para o sul.

O leitor ao encetar os primeiros passos descendo, pelo lado oriental da rua Nova do Carmo, repare, através da terceira ou quarta montra dos Armazéns do Chiado, para o interior do estabelecimento. Era aí o *largo da Cruz do Azulejo*.

CAPÍTULO IV

Sumário: Principia a fábrica do Rato a funcionar em 1767 — As «condições» com o Mestre Tomás Brunetto — Quem era o Mestre — Diz-se da sua escassa sabedoria e dos artífices com quem se aperfeiçoou — A «blague» do Contra-Mestre José Veroli que era genro de Brunetto e copeiro de profissão — Cita-se o mestre Severino José da Silva — Os desmandos de Brunetto — O regulamento da Fábrica — A fábrica de Paulo Paulette, rouba oficiais ao Rato — É proïbida a importação de loiça estrangeira — Exceptua-se a loiça oriental e, mais tarde, a inglêsa — São expulsos Brunetto e Veroli — «Condições» com o novo Mestre Sebastião Inácio de Almeida, pintor — Severino mestre da Roda e do Laboratório — Obras e reformas apressadas — Abusos na venda da loiça — Mestre Almeida propõe-se ficar com a fábrica — Novo contrato em 1777 — O Mestre modelador José Baptista de Almeida — Várias providências para dar saída à loiça artística — O gôsto, a moda e o luxo — A opinião de Acúrcio das Neves e o amor de Pombal pela fábrica — Os artistas pintores, modeladores e rodeiros que trabalharam no Rato de 1767 a 1779 — Uma lista valiosa — Comprar loiça no Rato para agradar a Pombal — Citam-se importantes encomendas e vendas — As baixelas brazonadas do Rato — As encomendas para as Companhias Privilegiadas e para os particulares ricos — Citam-se algumas peças brazonadas que hoje se conhecem — Os Inventários e as listas para leilões documentando tôda a produção do Rato — Lista das peças fabricadas, nomes, variantes e preços — Algumas considerações sôbre a extensa lista — Peças de nomes misteriosos — Alguns leilões em 1770 e 1771 — Um grande negócio de Veroli — Citam-se algumas peças de excepção — Em que se diz a receita da «pasta» e do «vidrado» do Rato, neste primeiro período.

Entremos agora no estudo da Fábrica do Rato. E já não é sem tempo.

As «condições» — como então se chamavam aos contratos entre a Direcção da Fábrica das Sedas (fábrica mãe) e os mestres que para cá vinham introduzir uma indústria ou modificar e aperfeiçoar qualquer fabrico, foram feitas em 1 de Agôsto de 1767 com Tomás Brunetto italiano, que já residia em Lisboa e que suponho filho ou irmão de um Sansão Vitorino Brunetto que nos anos de 1755-1756 era freguês de Santa Catarina e morava na Orta do Bediot, a São Bento.

¿Teria Brunetto aprendido cá a sua arte? ¿Teria sido artífice da Fábrica de Santo Amaro que suponho anterior à do Rato, donde, para esta, viera também o rodeiro Severino José da Silva que em tal oficina veio a ser mestre em 1789?

Não o posso assegurar. O que é certo é que o italiano não era tão sabedor como a sua categoria de mestre o podia deixar supor, e o que sabia tinha-o aprendido com o Severino, artífice perito e completo, que, mais tarde, expulsou depois de ter aprendido dêle o que pôde.

Severino José da Silva voltou para Santo Amaro em 1769 ou 1770. Só em 1772 é que o vejo outra vez no Rato colaborando com o, então, Mestre Sebastião Inácio de Almeida. Em 1792 era Severino Mestre da Pintura, o que dá a entender que êste nosso operário acumulava com a perícia de enformador o mérito de pintor.

Pelas informações da Direcção ao Conde de Oeiras prestadas em 27 de Abril de 1770, conclui-se que Brunetto era, além de artista inferior a quem não pertenceriam as peças por êle assinadas, mas, sim ao Severino, um sujeito estomagado de génio, com filáucias de sabedoria, e atrabiliário na direcção da sua oficina. Despedia e admitia operários sem dizer nada à Direcção, preparava o ambiente para a cultura da intriga,

não tinha escrita devidamente montada e não cumpria, sequer, o contrato no que respeitava à produção fabril a que se obrigara (1).

Entre os operários que admitira estava José Veroli, antepassado dos activíssimos livreiros que em Verol transformaram o apelido originário, e admitira-o com um bom contrato (19$200 réis por mês) porque êle era seu genro, casado com a sua filha Maria Felícia. Veroli ignorava totalmente a arte da faiança, salvo no que dizia respeito à louça de copa, visto que para entrar para Contra-Mestre deixara o lugar de copeiro do Tenente General Manuel Gomes de Carvalho (2).

Tomás Brunetto, fizera, além disso, quantiosas despesas na fábrica com o pretexto de ter descoberto o segrêdo do vidrado, à conta do qual requereu sm 1770 o pagamento da gratificação que se lhe estipulara de cinqüenta moedas de oiro.

A Direcção não se comoveu. O célebre segrêdo era, no seu entender, indrómina do Mestre porque não havia operário que o não soubesse (3).

Do tempo de Brunetto consta, da documentação que vou seguindo, um regulamento interno da oficina, feito pela Direcção da Fábrica das Sedas e rubricado por Pombal.

O mestre ficava obrigado a avisar a Contadoria sempre que se abrisse o fôrno, para que as peças fôssem contadas e taxadas de preço, pondo-se de lado as de-

---

(1) *Livro A de Consultas,* pág. 87 v.º e 88 — na Tôrre do Tombo.

(2) Em 14 de Agôsto de 1771 a direcção passou a Veroli um atestado, a seu pedido, certificando que êle fôra despedido de Contra-Mestre da Fábrica, por imperícia e não por outro motivo, visto tal emprêgo ser alheio à sua profissão *(Livro A de Consultas*, pág. 232).

(3) Citada *Consulta,* pág. 87 v.º a 88 do *Livro A.*

feituosas. No fim de cada semana havia de se entregar a fôlha do pessoal com descriminação das ocupações de cada operário; e, mensalmente, seria entregue uma relação de todos os materiais, pêso e quantidades, e número de fornadas de loiça chacotada ou vidrada.

A loiça não se podia vender na fábrica pelo Mestre, nem entregar, fiada mesmo, com a responsabilidade dêste. O mestre não podia admitir ou despedir pessoal, nem aumentar ou diminuir jornais, sem conhecimento da Direcção (1).

Brunetto não devia ficar muito contente com êste regulamento que lhe coartava as liberdades. Devem-se, naturalmente filiar nêle os incidentes que motivaram a sua expulsão da oficina acompanhado do genro.

Veroli foi estabelecer-se em Belas com oútra oficina cerâmica, mas dada a sua incapacidade industrial e artística não foi de admirar o que sucedeu. Não se lhe concederam as isenções e privilégios que pretendia (2) e acabou por abandonar a oficina, aproveitando o resto do capital que lhe restava para montar uma casa de Pasto no que, creio, se deu muito melhor. Nem era de espantar dada a sua anterior ocupação de copeiro de casas fidalgas.

Dois anos antes chegara de Itália outro artífice, de nome Paulo Paulette, com um projecto de uma fábrica de faianças que haveria — dizia êle — de exceder as que vinham do estranjeiro. Pensou o Govêrno no assunto e consentiu no que propunha Paulette por *alvará* de 28 de Junho de 1769 em que, todavia, se lhe punham as condições de ter sempre em exercício qua-

---

(1) Citada *Consulta*, pág. 108 e 108 v.º

(2) *Parecer* de 20 de Outubro de 1779 e *Resolução* de 15 de Janeiro de 1780, pág. 124 v.º do *Livro 1 de Consultas*, n.º 925, e pág. 7 v.º do *Livro 939*.

tro aprendizes portugueses, e de não admitir estranjeiros na fábrica, salvo seus irmãos se quisessem vir para Portugal.

Em troca foram-lhe concedidos vários privilégios como o da isenção de contribuïções por espaço de dez anos (1).

Por isto se vê que o Govêrno não aceitava o regime dos monopólios. A fábrica do Paulette originou várias complicações por que o italiano desinquietava os operários do Brunetto, como o fêz com os oleiros João Pinheiro e João Gonçalves, dos melhores que havia no Rato, oferecendo-lhes mais dinheiro. Brunetto reclamou, e a Direcção da Fábrica das Sedas propôs ao Conde de Oeiras para se acrescentar ao contracto de Paulette a proïbição de se irem buscar artífices à oficina do Rato (2).

*

Com uma grande dificuldade lutavam entretanto as fábricas, e essa era a da concorrência que lhe faziam as loiças estranjeiras: a de Chincheo que abastecia as mesas ordinárias, e a olandesa, espécie de faiança de que se serviam os burgueses. As casas ricas usavam as porcelanas chinesas, vindo também para o nosso consumo bastante faiança de Ruão.

Em vista disto, em 5 de Setembro de 1770, representou a Direcção da Fábrica, à Junta do Comércio, solicitando propusesse a El-Rei a proïbição da entrada

---

(1) *Noções Históricas Económicas e Administrativas*, por José Acúrcio das Neves.

(2) *Livro A de Consultas — Proposta* de 25 de Junho de 1770, pág. 88 v.º e 86.

de loiça estranjeira excepto a da Índia e China (1), quando conduzida em navios portugueses e a isenção de direitos de saída da loiça nacional.

O *alvará* de 7 de Novembro dêsse ano, veio, atendendo a tais reclamações, dar maior consumo e expansão à nossa produção, recomendando, entretanto, que, durante o prazo da proïbição, se não aumentasse o preço às nossas manufacturas.

Mais tarde, por outro *alvará* de 10 de Dezembro de 1783, foi exceptuada da proïbição a loiça amarela inglêsa *por não poder concorrer com a nacional.* Era pelo menos esta a razão dada oficialmente.

*

Pela expulsão de Brunetto e de Veroli foram contratados, para Mestre, Sebastião Inácio de Almeida e para Contra-Mestre, o oficial-rodeiro Severino José da Silva, ficando o primeiro nomeado, também, Mestre da pintura, e o segundo do Laboratório e de tôda a obra da olaria. As «condições» de admissão têm a data de 14 de Agôsto de 1771 (2).

Mestre Almeida que seguiu no fabrico as normas do seu antecessor — que não é de admirar pela colaboração de Severino que era e foi *chavão* da oficina — procedeu a várias obras. Conseguiu da Direcção se lhe cedesse um anel de água do chafariz do Rato e que os galêgos tivessem primacia no encher dos barris para os gastos da fábrica (3), demoliu as antigas oficinas do italiano que se achavam arruinadas, com tanta pressa

(1) *Livro A de Consultas,* pág. 93 v.º a 94.
(2) *Idem,* pág. 173 a 174 v.º
(3) *Parecer* de 24 de Abril de 1772.

que nem esperou pela visita, ordenada, do engenheiro Reinaldo Manuel nem pela autorização da Direcção, e fêz outros melhoramentos (1). Admitiu operários novos, como o pintor João Berardi e seu filho António Berardi, e ia tão depressa no seu empenho reformador e rejuvenescedor que a Direcção teve de o mandar parar, ordenando que se despedissem os Berardis e o Severino; êste não sei porquê. O mestre rodeiro foi para a Fábrica de Santo Amaro, que era de Henrique Francisco de Andrade & Companhia (2).

Talvez isso fôsse derivado de alguns abusos que se praticavam e de que a Direcção tivera conhecimento. No Rato vendia-se loiça às ocultas, sem ir ao armazem, e o mestre adiantava dinheiro aos operários, etc. (3).

No mesmo ano (1773) vejo mais operários despedidos — Miguel Gonçalves, Manuel Fialho, Caetano Pinheiro, António José Tavares, João da Cruz, Manuel José, Manuel de Sousa, Francisco Justamente e João Lopes — naturalmente por cumplicidade nos tais abusos das vendas ocultas.

A *ordem* da Direcção que os despede tem a data de 15 de Setembro, e o *edital* de 29 de Dezembro do mesmo ano estabelece que no armazém só se venda aos revendedores e na fábrica só a quem comprar de 120 peças para cima (4), regulando-se miùdamente à venda da loiça por grosso, na ideia de só se fabricar a quantidade precisa para o consumo habitual (5).

---

(1) *Representação da Direcção* de 4 de Agôsto ce 1772 e *ordem* de 9 de Setembro de 1772 — *Livro B*, fl. 11.

(2) *Resolução de Pombal* de 10 de Setembro de 1772 — *Livro B*, fl. 10.

(3) Citado *Livro B*, pág. 47-49 — *Ordem da Direcção* de 28 de Abril de 1773.

(4) Citado *Livro B*, pág. 86.

(5) *Idem*, pág. 92-93.

O administrador da Venda, Francisco da Rosa Versas, pediu a demissão, neste período. A Direcção informa a Junta de que a pessoa competente para o lugar era António Martins de Sousa, mas como tal indivíduo era cunhado do Mestre Sebastião Inácio de Almeida não o propunha, tanto mais que êste já tinha um irmão (José Baptista de Almeida) a fazer os modêlos na fábrica. Afinal nomeou-se o Sousa em 10 de Junho de 1774 (1).

*

Em 1775, o Mestre Almeida fêz uma larga petição ao Conselheiro Joaquim Inácio da Cruz Sobral, propondo se a tomar conta da Fábrica do Rato comprando tôda a loiça *em ser* (300.000 peças) pelos preços de venda, no valor de dezanove contos de réis. A Direcção ouvida sôbre a proposta informou favoràvelmente com a condição do Mestre tomar também conta da loiça fabricada no tempo de Brunetto, que eram, em armazém, 16.768 peças no valor de 1.156$495 réis com o abatimento correspondente ao pouco uso, mau gôsto e qualidade dela, visto o seu preço ser mais elevado do que o da produção do Almeida e atentas as deficiências no vidrado e o gôsto dos feitios. A loiça do italiano envelhecera depressa na opinião dos directores.

Sebastião Inácio de Almeida, oferecia à Direcção, 500$000 réis por ano, do aluguer, durante os primeiros cinco anos, obrigando-se a fazer as obras e os consertos indispensáveis; solicitava os habituais privilégios; pedia a liberdade de venda com usufruto de tôda a fábrica, armazéns, lojas, etc.; pèdia o exclusivo da ex-

(1) Citado *Livro B*, pág. 104 — *Representação* de 1 de Junho de 1774.

tracção do barro dos terrenos do Colégio dos Nobres que pagaria pelo preço habitual; e que os privilégios a isenções passassem, durante o período de dez anos sem nova mercê, a sua mulher e a seu irmão José Baptista de Almeida.

A Direcção apreciou a proposta e informou-a bem, excepto no que dizia respeito à isenção dos direitos municipais sôbre o tojo e outros materiais (5 réis por cada 40 molhos), como lenha, sal e areia da Outra-Banda. Quanto à transmissão do privilégio, elogia José Baptista de Almeida, a quem chama *bom e honrado oficial, eminente na arte de fazer modelos de bom gôsto* (1).

Emquanto se não estudava e resolvia esta proposta davam-se providências várias para o desempate da loiça que estava em armazém. A novidade da faiança do Rato, feita sôbre modelos novos e com decorações ousadas para o meio rotineiro de então, fôra recebida com estranheza, e todo o patrocínio oficial e não oficial do primeiro ministro fôra insuficiente para dar saída à produção, estabelecer o gôsto e desenvolver a moda pela loiça do Rato.

Os ricos estavam afeitos às porcelanas que lhes traziam as naus da carreira da Índia; os pobres, afeiçoados às velhas loiças fabricadas nos Anjos e nas Janelas Verdes. Os fidalgos, se compravam faianças no armazém da Fábrica, era para serem agradáveis ao Marquês de Pombal.

Havia em depósito muita loiça em 1775. Um *edital* de 21 de Fevereiro dêsse ano alterou uma disposição antiga, e já permitia que na própria Fábrica se vendesse loiça por grosso e por miúdo (2); uma *ordem*

---

(1) *Livro 917*, pág. 173 a 173 v.º.
(2) *Idem*, pág. 148 e 149.

da Direcção, de 22 de Novembro, manda ao mestre fazer um projecto de redução de pessoal na repartição da pintura, pela excessiva despesa que o «quadro» de então acarretava à oficina (1); e outro *edital* da Direcção, de 13 de Março de 1776, manda organizar 60 lotes de loiça para um leilão a dinheiro de contado (2).

As finanças, como se vê, estavam depauperadas e a loiça não se vendia.

As «condições» de 19 de Dezembro de 1777 marcam a aceitação da proposta de Sebastião Inácio de Almeida. A Junta de Administração das Fábricas cometeu-lhe a gerência do estabelecimento fabril, por conta própria e pelo prazo de dez anos, com os mesmos privilégios e isenções que tinha, obrigando-se a ter sempre seis artífices instruídos e os oficiais e aprendizes que fôssem necessários. Ficava com o edifício gratuito pelo prazo de cinco anos, recebendo tôda a loiça e materiais existentes, avaliados em 19.104$996 réis, com a condição de os pagar dentro de dez anos, bem como os móveis, avaliados em 492$340 réis, para os entregar no mesmo estado ou pagá-los.

Acúrcio das Neves, que menciona êste contrato, é de uma secura injustificável quanto ao resto, calando factos que de-certo conhecia e suprimindo informações preciosas. Quem o tiver lido sòmente, arrisca-se aos maiores erros, pois lhe fica lícito e lógico supor que Brunetto era o Deus *ex-maquina* da oficina, ou que Veroli fôra pintor e o mais que se tem dito aqui.

Foi essa informação do grave autor das *Noções Historicas, Economicas e Administrativas* que enganou José Queirós e outros investigadores.

Tomás Brunetto, emquanto foi mestre (1767-1771),

---

(1) *Livro B 919*, pág. 182.
(2) *Idem*, pág. 194.

algumas peças assinou, como Mestre e não como autor. Eram as que mais perfeitas saíam dos fornos do Rato.

Os pintores e os modeladores não assinavam.

Com Sebastião Inácio de Almeida o mesmo decerto se deu, só com a diferença de que êste era realmente «Mestre de pintura».

Dêste período da oficina pombalina do Rato conheço alguns artistas:

— *Tomás Brunetto*, Mestre da Fábrica de 1767 a 1771;
— *Sebastião Inácio de Almeida*, Mestre da Fábrica e da pintura, de 1771 a 1779;
— *José Veroli*, Contra-Mestre, de 1767 a 1771;
— *Severino José da Silva*, Mestre rodeiro, de 1767 a 1771. Neste ano, Mestre do Laboratório e da Olaria. Em 1779, Mestre da Fábrica de Santo Amaro. Em 1792, Mestre da pintura no Rato;
— *José Baptista de Almeida*, Mestre modelador, de 1771 a 1779;
— *João* (ou *José*) *Pinheiro*, oficial de roda, de 1767 a 1770. Neste ano foi para a fábrica de Paulo Paulette;
— *João Gonçalves*, oficial de roda, de 1767 a 1770. Neste ano foi para a fábrica de Paulo Paulette;
— *João Berardi*, Mestre de pintura, de 1767 a 1770. Despedido neste ano.
— *António Berardi*, Mestre de pintura, de 1767 a 1770. Despedido neste ano. Trabalhou antes e depois, em pinturas, nas salas do palácio de Queluz (salas «do Trono» e «da Música) (1);
— *Manuel José do Nascimento*, Mestre fabricante e pintor de loiça, em 1779, pelo menos. Em 1783

---

(1) *História do Palácio Nacional de Queluz*, por António Caldeira Pires, vol. I, cap. XV, pág. 342 a 345.

e 1784 trabalhava na fábrica de Queluz de Mr. Robillion, que aí funcionou de 1782 a 1787. São dêle alguns trabalhos na Sala do Trono e dos Embaixadores, no interior do palácio (1). Os «Livros da Junta da Administração das Fábricas», citam uma petição sua (2);

— Oficiais da roda: *José Marques* (em 1770); *Cândido José Coelho* (de 1770 a 1778); *Joaquim José* (em 1769); *Joaquim Baptista* (em 1769); *António Brulein* (em 1771 e 1772); *Cristóvão José* (em 1769); *António de Figueiredo* (em 1769);

— Aprendizes: *Miguel Gonçalves* (de 1767 a 1772); *Domingos dos Santos* (em 1770); *Domingos Pereira* (de 1770 a 1779); *José António Ribeiro* (em 1770); *Matias José* (de 1767 a 1770); *Joaquim Primogéneo* (em 1779); *Manuel dos Reis* (1779); *António de Matos*;

— Oficiais: *Manuel Fialho*, *António José Tavares*, *João da Cruz*, *Manuel José*, *Manuel de Sousa*, *Francisco Justamente* e *João Lopes*, despedidos, como se disse, em 1773;

— Criados ou trabalhadores: *José Simões*, *Bernardo António* e *Carlos José de Paiva* (3).

Como se vê pela resenha apresentada, trabalharam, neste período da Fábrica, bons artistas rodeiros e modeladores, como Severino José da Silva, José Baptista de Almeida, João Gonçalves, João Pinheiro e outros, e pintores como os Berardis, Manuel José do Nasci-

---

(1) *História do Palácio Nacional de Queluz*, vol. I, cap. XV, pág. 342 a 345.

(2) *Livro B-917*, pág. 313. *Aviso* para a Direcção, de 13 de Janeiro de 1779.

(3) *Róis dos Confessados da freguesia de São Mamede*, anos citados no texto.

mento, o Severino e os dois mestres Brunetto e Almeida.

A observação de José Queirós àcêrca da produção do Rato nas duas gerências, chamemo-lhe assim, justifica-se plenamente. ¡Se eram os mesmos artistas, quási!

Depois de terminada a direcção de Sebastião Inácio de Almeida, ocasionada pelo seu falecimento em 1779, é que a orientação artística da fábrica mudou. Até aí tinha-se perdido dinheiro lutando contra a rotina e contra o luxo das porcelanas orientais; passou depois a ganhar-se.

Como? Transigindo, passando a fazer loiça comum, que era o que o povo e a burguesia compravam, e leiloando a loiça artística empatada.

Por morte do Mestre, a oficina do Rato passou para a «Direcção da Junta do Comércio», anexada à Real Fábrica das Sêdas» e assim esteve até acabar.

Acúrcio das Neves, citando os lucros que começaram a aparecer, sente-se rejubilar. O que o interessava, econòmica e administrativamente, era isso. Que a fábrica produzisse pratos finamente pintados, esculturas de admirável esmalte e peças ornamentais preciosamente modeladas e coloridas, não lhe tocava lá dentro.

Eram luxos supérfluos e gastos inúteis.

Sebastião José via o caso de mais alto. A produção artística é que o interessava, e, com a sua influência e a sua sugestão, emquanto pôde, fêz a propaganda do Rato, obrigou a comprar faianças na nova oficina, ao rei, à côrte, às companhias comerciais, aos potentados da finança. Fidalgo que quisesse agradar ao *Cabeleira* era ir encomendar um serviço brazonado ao Rato; burguês dinheiroso ou prelado nacionalista a quem conviessem as boas graças do Marquês, não se

demorava em ir lá adquirir pratos, tijelas, bebedouros, porta-ôlhas, bispotes e cuspideiras.

Do que se tem avançado a dizer, vão chegar as provas.

*

Entre a variada documentação compulsada, achei o registo das encomendas feitas e das baixelas vendidas, neste período, assim como o inventário de todo o género de loiça fabricada. Só isto! Imagine-se.

Apontemo-las cronològicamente:

— Baixela vendida a Cristiano Frederico de Veinel. Da pintura das armas, 5$850 réis;

— Baixela vendida ao Conde de Sampaio, 284 peças. 280 levaram o brazão. Custou a pintura 11$200 réis e tôda a baixela 31$600 réis. Esta venda foi em 6 de Setembro de 1770;

— Baixela fornecida por ordem do Desembargador Miguel de Arriaga Brum da Silveira, para o serviço do Palácio das Necessidades. 242 peças. Custaram 29$900 réis;

— Para Francisco Xavier de Mendonça, Secretário de Estado, 13 bispotes, 2 porta-ôlhas pintados com figuras, muitos pratos redondos, compridos, etc. (1);

— Para o mesmo, uma baixela. Tinha pratos redondos, compridos, triangulares, quadrados, travessas, 8 terrinas inglêsas, 2 cangalhas (galheteiros), 4 saladeiras, 2 terrinas à francesa, chícaras com pires, etc. Preço da baixela, 85$540 réis (2);

— Para El-Rei, 62 vasos de duas qualidades;

---

(1) *Livro 241-1.º — Das Vendas,* pág. 1.

(2) *Idem,* idem.

— Outra baixela, com armas pintadas, de 132 peças, não se mencionando para quem. A pintura das armas custou 2$440 réis;

— Para Paulo de Carvalho e Mendonça, uma cesta pequena, duas tijelas — imitação da Índia — (a 150 réis), uma bacia e jarro, uma manteigueira em figura de peixe e outra em figura de melão;

— Para o Geral dos Crúzios, duas cuspideiras chatas com cabo, um bebedouro lavrado para pássaros, um bispote dos maiores com asa, uma cesta grande, e uma tijela, imitação da Índia;

— Para Gaspar de Saldanha, três bispotes e uma baixela composta de 56 peças, sendo o preço de cada peça pintada 30 réis, num total de 1$680 réis;

— Outras encomendas menores para os Condes das Galveias (tijelas, imitação da Índia), para o Bispo de Leiria (cestos para garrafas), para o Desembargador Manuel José da Gama (um repôlho), para o Marquês de Marialva (um repôlho e uma cabeça de porco), para a Condessa de Oeiras (um melão em pé), para o Conselheiro Joaquim Inácio da Cruz (uma cabeça de porco), para o Provincial de São Domingos (duas galinhas), para o Erário (várias peças), para o Conde de Sampaio (idem), para Gerard Devisme (vasos para os seus jardins) e para os Condes de Vila Nova (seis pirâmides para o seu jardim);

— A *Companhia Geral do Grão Pará e Maranhão*, em Maio e Junho de 1770, encomendou loiças no valor de 741$225 réis;

— A *Companhia de Pernambuco e Paraíba* encomendou, em 24 de Setembro de 1770, milhares de pratos, no valor de 725$185 (1).

---

(1) *Citado livro*, fôlhas seguintes.

*

Alguma das peças hoje conhecidas, em poder dos coleccionadores e pertença de museus, podem identificar-se com algumas das que acabamos de ennumerar englobadas nas encomendas e vêndas feitas. As terrinas, em forma de patos, da colecção do sr. Visconde da Asseca, e que foram da família Pombal, podem ter pertencido à baixela de Francisco Xavier de Mendonça, se não foram de outra para o próprio marquês; as caixas ou porta-ôlhas em forma de galinha, as cabeças de porco, os bebedouros lavrados para pássaros, os vasos de jardins, tudo são peças ainda hoje conhecidas.

As peças brazonadas é que se tornaram raras. Um prato de faiança, brazonado, vi uma vez no antigo bric-a-brac da rua de São José, pertencente ao falecido Eleutério. Era, evidentemente, do Rato, pelo esmalte e pela pintura. O brazão estava no centro anversal. Escudo cortado: no primeiro meia águia, coroada, de asas abertas; no segundo três faixas.

Outro prato do Rato, brazonado, possui o dr. Álvaro Teixeira, e um maior, do mesmo tipo, tem-no o dr. Jacinto de Magalhães, do Pôrto. O do dr. Álvaro Teixeira tem o,36 de diâmetro, esmalte branco levemente anilado, borda recortada e ondulada. O brazão, a côr de vinho, está no centro anversal. É cortado, tendo no primeiro, cinco *bilhetes* e, sôbre o médio da fila superior, uma águia de asas abertas; no segundo, um leão rompante. Como timbre, a águia sôbre uma das figuras do primeiro. As águias e o leão são a côr de vinho, o campo do primeiro a amarelo, e os *bilhetes* e o paquife, feito de dois ramos cruzados em baixo pelas hastes, a azul.

Um dêstes brazões (qualquer dêles não é português) pode indicar que a peça pertencesse, porventura, à baixela de Cristiano Frederico de Veinel, atrás citada.

Outras duas peças, brazonadas, do Rato, encontrei em Vizeu; uma no Museu Grão de Vasco e outra na colecção particular do seu Director, o sr. Capitão Almeida Moreira. São duas travessas oblongas, marcadas com as conhecidas iniciais *FR* e *TB*, tendo ao centro as armas dos Melos (ou Almeidas) e Figueiredos, em pala, sôbrepujadas de uma coroa de marquês. A cercadura é de grinaldas, a azul, entrelaçando o filete da aba.

Desta baixela, que me disseram ser da casa dos Condes de Santa Eulália (?), não encontrei qualquer apontamento de encomenda ou de venda.

Chícaras e pires, que tantos fabricou a oficina do Rato, não sei da existência de nenhum exemplar.

Custa crer que desaparecessem tôdas, mas o que é certo é que ninguém me dá fé de uma única peça, mesmo incompleta ou mutilada. Dos bispotes direi o mesmo. Supunha José Queirós, com graça, que se tinham quebrado todos de encontro às pedras das pias. Era uma explicação, mas que não aproveita às chícaras.

*

Pelos inventários, relações para lotes dos leilões e outros documentos avulsos, respeitantes a êste período fabril — 1767 a 1779 — doze anos de produção artística, pode-se formular a seguinte lista de peças fabricadas, a algumas das quais acrescentarei, como curiosidade, os preços:

— *Bandejas oitavadas;*

— *Taboleiros;*
— *Pratos*, com mosteiro ao meio, redondos, quadrados, triangulares, compridos, oitavados, covos, de guardanapo, de roda, de côres ou pintados de côres, de meia cozinha, de cozinha com asa, recortados, grandes e pequenos, pratinhos;
— Porta-ôlhas, pintados, com figuras e simples;
— Palanganas (alguidares) de lavar as mãos;
— Terrinas, de relevados, à francesa, à inglêsa, com figura do cordeiro, de três lotes, furadas para junça;
— Sopeira redonda;
— Galinhas com cesta e sem cesta;
— Peças de sopeiras, chatas;
— Saladeiras;
— Mostardeiras, com asa e com colhér;
— Cangirões de asa retorcida. Eram à moda de Talavera;
— Chícaras, com pires, sem pires, para chocolate, para chá, com asa, e pegadas aos pires;
— Vasos redondos para doce;
— Tijelas, imitação da Índia, com tampas, pintadas de azul, pintadas de côr, de ração e de meia ração, chatas de lavar o comer, para caldo, com bico;
— Cafeteiras;
— Açucareiros, pegados ao prato;
— Bules finos, para doentes, pintados de côr;
— Canecas grandes e pequenas;
— Saleiros;
— Talhér de galhetas;
— Cangalhas, sem galhêtas, à inglêsa;
— Melões pequenos, em pé, e deitados;
— Manteigueiras, em forma de boi, de coelho, de cabrito, de pata, de peixe, de melão;
— Cabeças de porco (ou javali);

— Repolhos com seu prato;
— Jogos de mesa;
— Mostardeira à francesa;
— Cordeiros grandes;
— Compoteiras, com armas;
— Bacias de côres, bacios para sangria, bacio e jarra em feitio de concha, bacia para banhos, de gomos, com caixa para lavar;
— Almofias;
— Potes e quartas;
— Almotolias e medidores de azeite;
— Panelas para botica;
— Bilhas;
— Púcaros;
— Talhas com torneira, pequenas, grandes;
— Vasos e copos para banha;
— Cortilhas (?);
— Frigideiras, de cabo;
— Placas (?);
— Bidés com caixa, e comadres;
— Fonte de água às mãos e jogos de àgua às mãos, fonte com tampa e chave;
— Jôgo para pássaros, bebedouros lavrados, de vários preços, ninhos para pombas, comedoiro para pássaros;
— Cuspideiras, chatas, com aba, com o feitio de bispotinhos;
— Tanque para peixes com seu prato;
— Escrevaninhas de côres, e caixas de tinteiros;
— Bocetas e boiões;
— Jarras, jarrinhas, floreiras de três qualidades, peças de mangas, manguinhas, jarrinhas para jôgo de chá, talhér para flores, peças de borboletas, jarras imitação da Saxónia, mangas pequenas, jarras de gomos, e albarradas;

— Verrinas para copos (?);
— Castiçais, com figuras, de relevados, de pé alto, figuras de castiçal;
— Bispotes, chatos, com aza, à imitação da Índia;
— Poncheiras, com asa;
— Quartas para sangrias pintadas de côres;
— Cestas pequenas e grandes;
— Impada pequena (?);
— Canos para chaminés;
— Perfumadores;
— Baldes para garrafas, em forma de cesto;
— Canoas (?);
— Vasos para jardim;
— Figuras, para jardim, de corpos inteiros, de meios corpos, de *Apolici* (Apolos), pintada de côres, de lavradeira;
— Meios corpos para jardins (plintos);
— Torão (?) de duas figuras;
— Meninos de dois tamanhos;
— Borboletas;
— Cães, peixes, cachorros, gatos, leões, bois, coelhos, patos e patas de dois tamanhos, cordeiros grandes e pequenos, etc.

¿É extensa a lista, extensa e surpreêndente de novidades, não é verdade?

Vale, pois, algumas considerações.

*

Entre as numerosas peças citadas de que a Direcção da Fábrica das Sêdas se desejava ver livre, fazendo leilões e facilitando vendas, por não ver logo ali o lucro diante dos olhos, ansiosa porque os fornos do Rato só

fabricassem loiça comum, pratos e mais pratos, potes e quartas, cuja venda estava assegurada, algumas há um tanto ou quanto duvidosas de saber-se o que fôssem. ¿ As *canoas* e as *verrinas,* para copos ? ¿ As *cartilhas* e as *placas?* ¿ As *impadas* e o *torão* de duas figuras ?

Procurei em Bluteau qualquer explicação e não encontrei.

Verrinas seriam uma espécie de «cangalhas» para copos como hoje ainda usam os vendedores de água ?

Pelos preços marcados para venda, conclui-se do tamanho de algumas das peças. Por exemplo, as «bacias para banhos» custavam 4$800 réis. O mesmo custava o tanque para peixes da marca maior; o da marca mais pequena custava 3$200 réis. A dois pintos (960 réis) custavam as «cabeças de porco» e os «meninos», maiores. Os mais pequenos tiravam-se por seis tostões. As figuras de corpos inteiros — os Apolos, os Hércules, os Neptunos — custavam 1$800 réis; outras mais pequenas a 900 e a 400 réis.

A misteriosa peça que nos inventários se chama *impada*, era do preço de seis tostões. Uma «pata» grande tinha o preço de 960 réis; os «cordeiros» grandes, a 720 réis e os pequenos de 320 réis; um castiçal com figuras, 480 réis; uma jarra imitando Saxe, 200 réis; as manteigueiras em forma de animais, 300 e 250 réis; um medidor de azeite, 1$600 réis; um «repolho» com seu prato, 1$400 réis.

Das figuras de animais, os «gatos», por exemplo, custavam dois tostões. Os «bidés», com caixa, eram a 3$000 réis.

No leilão que se realizou em 24 de Maio de 1771, foram, entre outras loiças, à praça, para cima de cinqüenta destas peças figuradas. Só gatos eram vinte.

Entre a loiça vendida havia uma figura represen-

tando uma lavradeira, afora outras não especificadas. Arrematou tudo o nosso conhecido José Veroli por 300$000 réis e foi êle quem fêz a venda, que lhe rendeu 682$055 réis.

A fábrica sabia melhor fazer loiça do que negócios, ao contrário, exactamente, do antigo copeiro (1). Já seis dias antes, Veroli tinha feito negócio semelhante no leilão que antecedera êste, comprando vinte e três placas por 6$700 réis (2).

Em 1769 vendeu-se 2.185$500 réis de loiça, e, em Março de 1771, em que os tempos já não eram os mesmos, a loiça avariada e defeituosa que se vendeu, produziu 299$960 réis, a favor do mestre por conta de quem foi vendida.

*

De muitas peças, hoje conhecidas, fabricadas no Rato e assinadas, não há menção nos Inventários. Não admira; eram peças de excepção, peças de oferecer.

Aquela delicada figurinha de faiança, marcada por Brunetto, é das tais a que me refiro. Pertence ao dr. Álvaro Teixeira. Representa um Polichinelo, sentado num tronco, policromado a azul, verde, roxo e côr de vinho. Tem treze centímetros de alto. O galo, imponente, de excelente modelado, esmaltado a branco anilado levemente, e também marcado por Brunetto, que pertence ao meu amigo Atonso de Dornelas, está nas mesmas condições.

Outras peças conheço de alto valor artístico, documentadoras da perfeição do fabrico do Rato neste

---

(1) *Livro 241 das Vendas*, pág. 107 v.º a 109.
(2) *Idem*, idem.

primeiro período, a que se pode aplicar idêntico critério.

Pelos bric-à-bracs aparecem, de quando em quando, exemplares belos de faiança ratinha. No Cristiano, da rua de São Bento, estiveram à venda, não há muito, uma série de meios-corpos (plintos) para jardim, e em 1927 vi lá, comprado no leilão do Conde dos Olivais, um busto, marcado por Brunetto (meia figura), N.º VI de uma série, representando Sérvio Galba (nome que se via em letras relevadas na frente da base) com a cabeça coroada de folhagens.

José Queirós cita na sua *Cerâmica* outras peças excepcionais, como o prato da colecção Asseca, o prato relevado da colecção Arroio, as «terrinas» da colecção da Academia das Sciências, uma das quais pode estar incluída nos «Inventários» na designação de *Terrinas com figura do cordeiro*. Tôdas estas peças são de singular mérito. Queirós, fazendo considerações sôbre os barros diversos utilizados no Rato, nota nesta terrina enoutra semelhante, adquirida então pelo sr. Pinho da Cunha, uma pasta mais avermelhada.

O que eu posso afirmar é que o barro era da cêrca do Colégio dos Nobres (Faculdade de Sciências) e que a areia vinha de Coina. Chumbo de capote, estanho e sal, constituíam a pasta e o vidrado de tôda a faiança do Rato nesta época. Mais tarde é que se utilizaram outros barros e outras combinações, como a seu tempo veremos, a não ser que, excepcionalmente, se empregasse barro dos Prazeres ou de Rana, mas de tal emprêgo não ficou nos papéis e livros de contas o mínimo vestígio.

O que é possível, e até provável, é que a produção do Rato se confunda por vezes — nas peças não marcadas pelos mestres — com a da fábrica do Paulette na travessa dos Ladrões, a de Santo Amaro ou a de

Robillion em Queluz, contemporâneas da oficina de Brunetto e de Almeida. Nas duas primeiras estiveram os melhores rodeiros e modeladores do Rato: João Gonçalves, João Pinheiro e Severino José da Silva, que também pintava; na última estiveram Manuel José do Nascimento e Berardi, dois dos mais hábeis pintores que ali trabalharam.

Mais tarde o mesmo sucedeu com a Bica do Çapato. Um excelente decorador e pintor trabalhou longos anos nas duas oficinas.

Nada, portanto, mais fácil do que aparecerem peças de pasta diferente modeladas igualmente ou semelhantemente pintadas. No meio industrial de então, pequeno como era, neste capítulo da cerâmica, as investigações têm de ser mais de autoria do que de origem.

CAPÍTULO V

Sumário: Relata-se a gerência do administrador Botelho de Almeida, de 1779 a 1816 — Quem era êste sujeito — Lucros da Fábrica de 1779 a 1812 — Um projecto de José Joaquim Terrier — Citam-se outras oficinas cerâmicas — Obras na Fábrica do Rato — Falta de lenha e de carvão em 1811 — Artistas que trabalharam no Rato, neste período — Oleiros e pintores. — Os azulejos do Rato — Citam-se algumas obras aqui feitas — O seu «tipo» — As oficinas da Bica do Çapato e do Rato produzindo o mesmo azulejo — Entra em scena o Dr. Joaquim Rodrigues Milagres — Quem era o *Inventor da nova loiça* — Uma hipótese admissível — Introduz-se na Real Fábrica e principiam os ensaios — Favor real que lhe era dispensado — Primeiras questões com a Direcção e excessivas despesas com o novo Invento — Requere Milagres se lhe trespasse a Fábrica — O projecto dos irmãos Raposos, sobrinhos de Bartolomeu da Costa — Ideia de uma outra loiça fina — Nada se resolve — Exames e avaliações à loiça do Dr. Milagres — Lucros fictícios e prejuízo real — Outro projecto do negociante Luís António da Costa — Botelho de Almeida pede a demissão de Administrador da Real Fábrica — Nova discussão sôbre a loiça do Milagres — O Procurador Fiscal e o Guarda Livros, alheiam-se da questão e o Doutor irrita-se e reclama para S. A. R. — Uma carta insultuosa e ameaçadora — Morrem o Botelho e o Milagres — Cessa a questão — O segrêdo do «pó de pedra» que era faiança — Diz-se a «receita» ao leitor.

De 1779 a 1816 administrou a Fábrica do Rato, anexada à das Sedas, João Anastácio Botelho de Almeida.

Vejamos quem era êste sujeito.

O novo administrador era filho de Adrião Botelho

de Almeida, fidalgo da Casa Real e de sua mulher D. Ana Joaquina da Silva, sobrinho de José Botelho Moniz da Silva, senhor do morgado de Valverde em Óbidos, e do de Vale de Cavalos, cêrca de Almeirim, e neto de Luís Botelho de Sequeira, Familiar do Santo Ofício e Fidalgo de Casa, senhor dos referidos morgados e de sua mulher D. Isabel Maria Moniz da Silva de Carvalhosa (1). Isto quanto à sua família, que morava então na próxima rua do Salitre, em casa própria.

Quanto às razões que determinaram a sua escolha para o lugar é que nada sei.

¿Seria porventura o Botelho de Almeida dado aos estudos económicos e às questões industriais? ¿Ou seria nomeado por compadrio e amizade de qualquer magnate da Junta do Comércio ou da Direcção da Real Fábrica das Sêdas?

*

João Anastácio, na opinião de Acúrcio das Neves fêz uma bôa administração. Êste elogio na bôca do autor das *Noções Económicas, Históricas e Administrativas* significa que houve lucros e que se deixaram de produzir peças artísticas, enveredando-se pelo fabrico da loiça comum. Acúrcio traz a nota dêsses lucros que foram os seguintes:

Até 31 de Dezembro de 1792 — 2.983$421 réis;

De 1 de Janeiro de 1793 a 30 de Junho de 1797 — 8.181$544 réis;

Desta data a 30 de Junho de 1801 — 8.079$022 réis;

---

(1) Informação do meu amigo e condiscípulo sr. Augusto Botelho da Costa Veiga, coronel de artilharia e Director actual da Biblioteca Nacional.

Desta a 30 de Dezembro de 1811 — 2.960$468 réis;
E desta ao fim do ano de 1812 — 1.427$664 réis.
Total: 19.632$119 réis.

Depois de 1812, com o Dr. Milagres, veio o cáos. O sentencioso Acúrcio das Neves, lamentando os prejuízos que se deram então, diz: «... e não entrarei nêstes motivos porque poderia ofender vivos e defuntos» (1).

Lá cauteloso era êle.

*

De 1780 a 1807, poucas novidades se podem dar ao leitor. A loiça antiga do tempo do Bruneto e do Almeida ia-se vendendo conforme se podia e o que se fabricava era a faiança comum e o azulejo.

O levantamento da proïbição da entrada para a loiça amarela inglêsa, em 1783, fêz mal à Fábrica. Houve um momento de desânimo. Talvez, aproveitando-o, é que José Joaquim Terrier, requereu em 1724 que se lhe transmitisse a fábrica, expondo o seu plano e condições. A Direcção discutiu o caso, fêz uma consulta em 28 de Setembro, mas tudo veio a ficar em nada (2).

Por essa época já funcionavam no país outras oficinas cerâmicas. No Almanaque de 1789 vêm mencionadas fábricas de loiça fina em Aveiro, em Coimbra, na Carnota, no Juncal, na Panasqueira, no Pôrto, em Rio Maior e em Viana.

Num apontamento manuscrito que possuo, e que nem sei já como me veio parar às mãos, talvez dos primeiros trinta anos do século passado, citam-se a loiça incrustada da Amieira e a loiça negra do Crato, e há

---

(1) Já citada obra de Acúrcio das Neves.

(2) *Livro 2.º de Registos e Consultas*, pág. 108 a 109 v.º

ainda referência aos azulejos que se fabricavam nas Olarias, em Lisboa.

Nesta cidade funcionavam em 1790 as fábricas de Paulette, na Travessa dos Ladrões; a de Santo Amaro, de Henrique Francisco de Andrade & C.ª; a do Romão «dos Púcaros», às Olarias, na calçada de Agostinho de Carvalho. A de Veróli, em Belas e a do Robillion em Queluz, já tinham acabado. Depois, até 1813, fundaram-se mais: a Fábrica da Calçada do Monte; a da Travessa da Bela-Vista à Lapa; a do Castelo Picão; a Réal Fábrica da Bica do Çapato; a do Largo das Olarias; e a da Travessa do Pé de Ferro, respectivamente em 1793, 1794, 1794, 1796, 1800 e 1813.

Em 1782, continuando-se no empenho de animar esta indústria, foi concedida isenção dos direitos de entrada para os géneros e drogas necessárias para a fabricação de faianças, aos negociantes do Pôrto João da Rocha e João Bento da Rocha que tinham fundado a fábrica a que a *Carta Régia* de 27 de Outubro de 1778 concedera os habituais privilégios (1).

O mesmo foi concedido por *alvará* de 7 de Fevereiro de 1787 a Alexandre Vandelli, para os géneros que se destinavam à sua fábrica de pó de pedra, semelhante à de Inglaterra, produtora de cadinhos e vasos para laboratório. Os privilégios concedidos a esta oficina eram só extensivos à Beira e ao Minho, obrigando-se o fabricante a tomar e a instruír aprendizes e aos demais encargos habituais nas «Condições» impostas pela Junta do Comércio (2).

---

(1) *Livro 917-B de Decretos e Avisos.* Diploma de 14 de Junho de 1782, pág. 411 e 412.

(2) *Livro 918-C de Decretos e Avisos,* 69 a 69 v.º

*

João Anastácio Botelho de Almeida, fêz várias reformas de ordem material no estabelecimento fabril do Rato. Em 1793 mandou reparar, depois de uma vistoria de técnicos, a casa da olaria que tinha uma parede arruinada (1); em 1804 promoveu, em nome da Real Fábrica das Sedas, uma execução aos herdeiros do capitalista José Luís de Brito (dono do actual palácio Praia e Monforte) por dívidas à Fábrica da Sêda, execução que foi mandada extinguir por *decreto* de 15 de Agôsto de 1805, por ter sido a dívida perdoada a requerimento da viúva, D. Helena Vitorina Antónia Pinto de Morais Sarmento (2); e em 1811 e 1812, após a vistoria do arquiteto Henrique Guilherme de Oliveira e do Mestre das Águas-Livres, Teodoro dos Reis, conseguiu se fizessem novas obras na oficina (3). Os seus bons serviços como Administrador, não como artista, foram galardoados com uma ajuda de custo de 120$000 réis por ano, por *ordem* da Direcção de 7 de Novembro de 1800 (4).

*

Em 1811 houve em Lisboa uma grande falta de lenha. Era difícil à Fábrica obtê-la para os fornos. Nos cais desaparecia tôda, mal desembarcava dos batéis que a traziam da Outra-banda. Foi necessário a Botelho de Almeida alcançar ordem de embargo, com prisão para

---

(1) *Livro 940 de Registo de Ordens da Direcção,* pág. 20.
(2) *Livro 941 idem,* pág. 2 v.º e 3.
(3) *Idem* — *Ordem* de 28 de Fevereiro de 1812, pág. 35 e 35 v.º
(4) *Livro 940 idem,* pág. 43 v.º e 44.

quem a quisesse tomar. Com o carvão foi preciso fazer o mesmo, e era à fôrça que se ia buscar ao cais para acudir à loiça enfornada, sem combustível, para se cozer (1).

*

Quanto a pessoal, neste período, apenas apurei o seguinte:

O mestre Manuel José do Nascimento, voltou da Fábrica de Robillion para aqui. A *ordem* de 24 de Outubro de 1785 permite-lhe que tenha uma junta de bois, para fazer carregos de barro e outros, por sua conta e com lucro próprio (2).

Em 1792 foi nomeado Mestre Geral da pintura, o nosso já conhecido Severino José da Silva (3). O fabrico do azulejo era dirigido por um operário hábil — Francisco de Paula e Oliveira — que desde 1774 estava na oficina do Rato. Contra-mestre da olaria foi, em 1783, José Baptista de Almeida, irmão do falecido mestre Sebastião de Almeida (4).

Os *Rois dos Confessados* deixam de mencionar a população fabril do estabelecimento. O Botelho morava no Salitre, na casa familiar. Apenas aparecem citados o Cândido José Coelho — talvez encarregado, olheiro ou vigia — e um galego — tipo pitoresco pela

---

(1) *Livro 941 de Registo de Ordens — Ordens* de 12, 18 e 25 Janeiro e 13 de Fevereiro de 1811, 25 e 25 v.º

(2) *Livro 939 idem*, pág. 37. Ao mestre Botelho de Almeida também foi concedido pela mesma *ordem* ter duas juntas de bois para moer o vidro.

(3) *Livro 940 idem — Ordem* de 5 de Outubro de 1792, pág. 17 e 17 v.º

(4) *Livro 939 idem — Ordem* de 28 de Julho de 1783, pág. 27 e 28.

certa — a quem chamam o «João das Côres» e que, possìvelmente, teria a seu cargo a mistura e lote das tintas.

João das Côres residiu ali desde 1780 a 1786. Em 1785 e 1786 também aparece o operário José António.

*

Das oficinas do Rato saíram muitos dos azulejos que guarneceram as fachadas e os interiores da Lisboa da reedificação. O palácio Pombal em Oeiras, o do Conde da Ceia (anteriormente Rebelos) na rua da Escola, o dos Alagoas, o dos Guiões, têm decorações cerâmicas desta proveniência. Do Rato são também os da igreja da Estrêla, os da ermida de Nossa Senhora da Consolação, em Agualva (1), os do pátio da Academia de Belas Artes, os da ermida de Monserrate, os da Cruz das Almas e outros a que em breve farei referência.

Francisco de Paula e Oliveira foi o pintor da maioria dêles. Da sua mão são, de certeza, uns azulejos de Queluz encomendados pelo príncipe-regente em 1796, os dos palácios dos condes de Óbidos, dos duques do Cadaval, dos de Lafões, dos viscondes da Anadia, dos marqueses de Borba, da ermida da Alfarrobeira, da igreja de Santo António da Castanheira e muitos dos que foram para o Rio de Janeiro. É êle mesmo quem o diz, num documento copiado nos livros da Fábrica das Sedas (2).

---

(1) Estes azulejos foram fabricados no Rato em 1787 e custaram, por sinal, 167$827 réis (*Comunicação do falecido académico Vitor Ribeiro à Assembleia Geral dos Arqueólogos Portugueses*, em 30 de Dezembro de 1903).

(2) *Livro 929 de Representações e Consultas* — Informação de Paula e Oliveira, datada de 6 de Novembro de 1818.

Em 1808 (27 de Fevereiro) quando a Fábrica fechou, por motivo das anormalidades derivadas da Invasão Francesa, estava êle acabando os azulejos para a igreja de S. Julião (sacristia). Todo o pessoal deixou a Fábrica excepto êle. Acabada a encomenda, Paula e Oliveira foi para a oficina do José Roiz de Magalhães, à Bica do Çapato, onde continuou a pintar azulejos «de brutesco» voltando para o Rato, em 1811, quando esta Fábrica reabriu, passada a onda invasora.

Por mais êste facto se vê quanto é difícil, sem o auxílio documental, fazer atribuïções de fabrico, pois o Paula e Oliveira pintou azulejos para o Rato e para a Bica do Çapato, os quais evidentemente, acusando a mesma mão, devem ser semelhantes tendo, aliás, procedências diferentes. A moldura policroma enquadrando painéis de figuras a azul, é característica dêste fabrico que depois se modificou para o tipo *Grinaldas* a verde, amarelo e azul que tanto abunda nos rodapés e silhares das casas pombalinas.

*

Quando a Fábrica reabriu em 1811, julgavam alguns que ela iria, emfim, ressarcir-se dos prejuízos derivados do largo período convulsionado que o país atravessara.

Puro engano. Haveria, talvez, boas vontades para que tudo assim fôsse, mas com o que ninguêm contava foi que caísse sôbre ela a praga de um *inventor*, mal os seus fornos se começaram de novo a aquecer e mal o moinho do vidro entrou de trabalhar.

Joaquim Rodrigues Milagres — *inventor de uma nova qualidade de louça* — título com que se condecorava o sujeito, à guisa de indicação profissional, nos próprios «Almanaques» do tempo, já na fábrica do Castelo Picão

tinha feito «infrutíferas experiências» quando surgiu na do Rato, vestido com a couraça invulnerável de uma protecção descabelada da côrte e do próprio soberano, que o levava a invocar a miúde a *Real Prezença* e o *Real agrado*, sempre que não sabia o que havia de dizer para justificar os seus desastres.

Vejamos se se consegue identificar o inventor.

Doutor se chamava êle a si mesmo, e devia de sê-lo.

Médico? Bacharel em leis? Não o sei. Naturalidade? Família? A estas duas preguntas aí vai uma conjectura minha.

Suponho o dr. Joaquim Rodrigues Milagres (e não Milagros) irmão do fundador (em 1770) da fábrica do Juncal José Rodrigues da Silva e Sousa, nascido como êste, no lugar do Senhor dos Milagres, têrmo e concelho de Leiria, e filhos ambos de Joaquim da Silva e netos de José da Silva. O facto do nome e dos apelidos, serem, aquêle, o do pai e êstes o da família e o do lugar da naturalidade, assim como a bossa cerâmica que seria adquirida por indução é que alicerçam a minha suspeita.

A fábrica do Juncal fechara também pelas invasões francesas; Joaquim Rodrigues ter-se-ia formado em Coimbra e teria vindo depois para Lisboa dar largas às fantasias de inventor. Ainda mais. O segrêdo do *pó de pedra* que êle pretendia fabricar estava em Leiria; eram os barros da região que se utilizavam no Juncal.

Logo o provaremos.

*

Foi no princípio de 1811 que o *Inventor* se instalou na oficina do Rato, espanejando-se por tôda a Fábrica, requerendo obras, tudo achando pouco para «a

sua nova qualidade de loiça». - O pacato Botelho de Almeida andava apavorado com a revolução que se lhe armara lá dentro. As amostras da primeira fornada não satisfizeram. A Direcção torceu-lhe o nariz (1). Milagres certificara-lhe que a fornada custava 185$200 réis e que valia 480$00 réis. O dôbro do que dava a fornada habitual da Fábrica.

Os Directores, porém, desconfiados pelas amostras, muitas das quais tinham defeitos, só queriam arriscar uma opinião vendo o resultado de uma fornada e, por isso, chamaram o Doutor a uma conferência em 11 de Outubro dêsse ano, para terem conhecimento de onde vinha o barro e proceder-se a uma cozedura por conta da Fábrica. Milagres disse que só tinha o barro suficiente para os ensaios e que demorava ainda mandá-lo vir. A Direcção resolveu esperar. Não se convencia com duas razões (2). Havia só uma coisa que a atrapalhava: era a protecção da Casa Real que cobria o Inventor.

Por isso, sempre que as suas consultas eram para as regiões superiores, torcia-se a falar *na excelente louça já verificada na Real Prezença* e dizia sem grande convicção que, conforme informação do Doutor, as terras que entravam na composição da loiça, eram de fora de Lisboa, de sítios remotos. Tudo isto vem na informação prestada ao requerimento de Milagres pedindo uma quantia diária para meios de transporte.

Já se vê, veio resolução favorável em data de 13 de Fevereiro de 1812, e a 19 dava-se o despacho com o «cumpra-se» da ordem (3).

Em 22 de Abril a Direcção, representa pela quinta

---

(1) *Livro 928 de Representações e Consultas*, pág. 59.

(2) *Idem*, pág. 62 a 62 v.º — *Consulta* de 23 de Novembro de 1811.

(3) *Idem*, pág. 68 e 69 — *Consulta* de 7 de Fevereiro de 1812.

vez à Junta do Comércio. Não consegue que o Doutor faça ensaios. Fizeram-se obras na Fábrica, deu-se-lhe dinheiro, mas lá principiar o fabrico é que não se conseguia. Emquanto não baixasse a Resolução sôbre o seu requerimento pedindo recompensas adiantadas, requerimento que não pôde, por isso, ser bem informado, declarava não querer trabalhar.

Os aflitos Directores dizem mesmo: ... *não podendo a direcção deixar de sentir que se tenha tratado com tão pouca seriedade um negócio tão eficazmente recomendado por Vossa Alteza Real* (1).

*

Milagres, talvez receando a atitude da Fábrica das Sedas, fêz então uma fornada pequena sem dizer a ninguém de onde viera o barro nem o modo de prepará-lo. Tomaram-se nota das despesas, inventariou-se a loiça e mandou-se avaliar por três negociantes, Filipe Nunes, José Joaquim da Rocha e Castro e Tomás Bessone que lhe deviam marcar, também, preços de venda(2).

Por seu turno Botelho de Almeida apresentou uma conta de tôdas as despesas feitas na Fábrica, com a nova loiça, e outra de tôda a existência da loiça antiga (3). Nessa altura já se tinham gasto com o *novo invento* 17.355$451 além da mobília, utensílios etc. ficando a Direcção autorizada a tirar esta soma do Cofre das Águas Livres, assim como tôdas as quantias

---

(1) *Livro 928 de Representações e Consultas*, pág. 72 e 73.

(2) *Livro 941-2.º de Ordens — Ordem* de 9 de Setembro, pág. 38.

(3) *Idem — Ordens* de 9, 16 e 23 de Setembro de 1812, pág. 38 v.º e 39.

que, por tal motivo, ainda se tivessem de gastar (1). Milagres reclamou da avaliação feita, a que não comparecera a-pesar-de convidado. Os peritos computaram o valor da loiça, cuja fornada tinha custado 140$763 réis, em 82$160 réis. Em virtude de reclamação em que se pedia a intervenção dos avaliadores da cidade, estes vieram e avaliaram-na em 119$580 réis. Ainda havia um prejuízo, que se não teve em linha de conta, por se ignorarem as despesas do transporte do barro e da sua extracção. A quebra era de 15 % pelo menos (2).

¿Julga o leitor que o Doutor encolheu as garras ?

Engana-se. ¡Quando seria legítimo supôr que se calaria, representa, de novo, superiormente, para que o nomeassem Administrador da Real Fábrica dando-se-lhe a oficina com tôdas as existências e a quarta parte do lucro líquido, e ainda adiantando-se-lhe dois contos de réis para a extracção, condução e preparação dos barros.

A Direcção solicita, então, quási de mãos postas, que se houver mais exames, avaliações, etc., se cometam à Junta do Comércio, por que ela não podia informar sôbre quem a tinha injuriado e agravado de palavras. Pelo visto o *Inventor* estivera a ponto de bater no Botelho de Almeida e pusera os Directores pelas ruas da amargura.

*

Emquanto o Doutor Joaquim Rodrigues Milagres, sem se importar com o Botelho nem com o Mestre de

---

(1) *Livro 929-2.º de Representações e Consultas — Representação* de 10 de Setembro de 1812, pág. 111 a 112.

(2) *Idem*, pág. 77 v.º a 78 v.º — *Representação* de 14 de Outubro de 1812.

oleiros João da Costa (1) ia preparando às ocultas os seus barros e continuando a produzir a *loiça inferior* de que se queixava a Direcção, outros inventores estudavam lotações de barros com a mira de um dia fazerem campo de experiências na «Real Fábrica do Rato».

No principio de 1814 uma parçaria de técnicos apresentou à Direcção da Fábrica das Sêdas um projecto de fabricação de loiça fina que podia concorrer com a inglêsa.

Os autores eram dois engenheiros, o Brigadeiro Ricardo Luís António Raposo e o Sargento-mor de engenheiros Francisco António Raposo, sobrinhos do Tenente general Bartolomeu da Costa cujos ensaios e experiências no fabrico da porcelana tinham sido notórios. Na sua proposta, invocando o nome do tio e a aprendizagem com êle feita e lamentando a falta de uma bôa loiça fina que concorresse com a estranjeira, principalmente com a inglêsa de que se fazia uma larga importação, pediam o seguinte:

1.º Privilégio do fabrico, por catorze anos;

2.º Exclusivo das barreiras de onde se tirava o barro;

3.º Que os aparelhos inventados para essa manufactura ficassem pertencendo a ela;

4.º Isenção de direitos de carvão e outros materiais e livre entrada e saída do reino da loiça fabricada;

5.º Habituais privilégios para os fabricantes;

6.º Direito a recurso imediato para S. A. Real.

A Direcção da Fábrica, sugestionada por José Acúrcio das Neves, informou excelentemente dispensando

---

(1) *Livro 929-2.º de Representações e Consultas — Representação* de 5 de Agôsto de 1814. João da Costa era habilíssimo oficial. Foi soldado da Guarda Real de Polícia durante a Invasão. Readmitiu-se em 1814.

ensaios e experiências, dada a categoria e os notórios conhecimentos técnicos dos autores do projecto (1).

Ignoro os motivos por que não foi por diante o plano dos Raposos, ¿ Haveria resistência do Milagres, pondo em bateria as suas influências cortezãs?

O que sei é que o Brigadeiro Ricardo Luís António Raposo pouco depois adoecia e morria, e o irmão partia para o Rio da Prata, numa comissão de serviço, como diriamos hoje. A Real Fábrica, porém, não perdeu com o novíssimo invento da tal loiça que imitava a porcelana, como ao depois se apurou quando, recem-chegado da América se entregou a superintendência da oficina a Francisco António Raposo, em 1825.

*

Sua Alteza Real tendo acordado em fins de 1814 do «engano ledo e cego» em que o pusera o Milagres, mandou ordenar à Direcção que se fizesse uma conta corrente das despesas e receitas da famosa loiça.

Ora a conta foi esta:

DÉBITO

Materiais, moveis, manufacturas e utensílios em 1 de Janeiro de 1813.....	5.680$879
Despesas com os operários, lenhas, barros, etc.	4.001$089
Chumbo e estanho em barra.....	472$920
Ordenado do Administrador.....	320$000
Renda do edifício que se carrega	200$000
Lucro	323$927
Total	10.998$815

(1) *Livro 929-2.º de Representações e Consultas*, pág. 114 v.º a 116 v.º — *Consulta* de 16 de Fevereiro de 1814.

CRÉDITO

Dinheiro das vendas.....	6.107$443
Existência.....	4.891$372
Total.....	10.998$815

O peor é que o lucro era fictício e só existia nos livros. A existência não valia o que se mencionava. Não havia «sortido» e a laboração estava muito diminuída (1).

Nesta altura apareceu um novo *compère* da peça que o Milagres andava representando. Foi o negociante Luís António da Costa que se propunha comprar, com exclusivo, tôda a loiça do *novo invento*, todo o suposto «pó de pedra» fabricado no Rato, expondo-o ao público em duas lojas dos baixos da Inquisição (Rossio) onde então estavam uma taberna e um confeiteiro. Pedia isenções várias de direitos e de contribuïções, exigia certificados de autenticidade das peças recebidas por meio de um sistema de guias e recibos, comprometia-se a só vender, devidamente marcadas, as peças que estivessem perfeitas, e prometia abrir outras lojas de venda. O pior é que, no Rato, o Doutor só fazia uma fornada por mês, o que era escasso para tão vasto plano. A Direcção desconfiou. O Costa veio com um segundo requerimento com vários esclarecimentos, e o Administrador informa que o armazém que tem chega e sobra. A *Real Resolução*, datada do Rio de Janeiro de 24 de Julho de 1816 declara que não havia que deferir. O «cumpra-se», foi cá pôsto em 29 de Janeiro de 1817 (2), quando o Costa já, de-certo, não pensava em desalojar

---

(1) *Livro 929 de Representações e Consultas — Representação* de 21 de Outubro de 1814, pág. 5 v.º a 6 v.º

(2) *Idem*, pág. 33 v.º — *Consulta* de 9 de Janeiro de 1816.

do Palácio do Rossio o vendedor de vinhos e o confeiteiro.

*

Em Julho de 1816, o Administrador Botelho de Almeida sentindo-se velho, doente, cansado de trinta e sete anos de serviço e, sôbretudo, farto de aturar o Doutor Milagres que lhe invadira a Fábrica e lhe tirava, dia a dia, a autoridade, pediu a demissão do seu cargo. Tinha amor à oficina. Engeitara o lugar de Escrivão do Novo Imposto vago pela morte do seu tio Vicente Luís Nobre, mas agora não podia mais.

Solicita à Direcção que se façam um inventário geral e vendas em leilão.

Botelho de Almeida dizia com uma pontinha de vaidade que a fábrica antiga não devia de acabar. Quanto às manufacturas do chamado «pó de pedra», tinham os seus dias contados. Dois anos de experiências e de prejuízos chegavam, e calcula estes em 12.322$594 réis sôbre um gasto de 15.221$591 réis.

A Direcção estava de acôrdo com o administrador e, em 13 de Agôsto dêsse ano, baixou uma *portaria* aceitando a demissão do Botelho e mandando fazer exames e avaliações à loiça do *novo invento* (1).

Quando o dr. Milagres soube que iam fazer-lhe avaliações à loiça, deu por paus e por pedras, queixou-se à Direcção, reclamou e exigiu que a laboração não parasse. O guarda-livros começou o balanço e, emquanto êle durava, Milagres requeria mais 800$000 réis para a continuação da sua manufactura. O guarda-

---

(1) *Livro 929 de Representações e Consultas*, pág. 72 a 74 v.º — *Consulta* de 31 de Julho de 1816 e *Livro 1.º de Registo de Decretos e Avisos*, pág. 119 v.º

-livros, mandado informar, emudeceu. Furioso o Doutor com as delongas, mandou, em 21 de Novembro, a casa do dr. José Barbosa de Amorim uma carta violenta dizendo que se lhe não mandassem logo o dinheiro, abandonaria a Fábrica. A Direcção atrapalhou-se com a ameaça e por ser caso de interêsse régio mandou depositar os 800$000 réis no armazém da venda, solicitando à Junta do Comércio fizesse presentes a S. A. R. estas delapidações na Real Fazenda (1).

Nessa altura o prejuízo apurado pelo guarda-livros era de 5.262$495 réis, desde o primeiro de Agôsto de 1814 a 30 de Setembro de 1816, mesmo deduzindo-se as obras e consertos no edifício que importaram em 2.236$680 réis. O Procurador Fiscal mandou que a avaliação fôsse presente ao Milagres e se intimasse êste. Milagres respondeu já ter dado conta, directamente, a Sua Alteza Real e que o prejuízo não passava de 1.901$368 réis.

Ouvido de novo o guarda-livros e confrontadas as duas contas, ficou apurado o prejuízo de 4.718$927 réis.

O Procurador Fiscal a quem a conta foi ao «visto», alvitrou a nomeação de um perito e declarou alhear-se do assunto.

A Direcção ficou, de novo, perplexa. A não ser o dr. José António de Sá, todos os outros Directores opinavam que se passasse a Fábrica a um particular. O dr. Sá queria que se aperfeiçoasse a manufactura. Os lucros viriam depois para indemnizar o Cofre dos suprimentos feitos. O que era preciso, no seu entender,

---

(1) *Livro 929 de Representações e Consultas — Representação* de 22 de Novembro de 1816, pág. 89 a 91. *Livro 20 de Ordens,* n.º 941, pág. 51 v.º — *Ordens* de 30 de Agôsto e 6 de Setembro, mandando ao guarda-livros fazer o balanço.

era um mestre hábil e inteligente. E tudo foi para Sua Alteza Real (1).

*

Em 13 de Agôsto de 1816 faleceu o João Anastácio Botelho de Almeida. Pouco mais de um ano lhe sobreviveu o *Inventor* que tanto o arreliara. Joaquim Rodrigues Milagres, em 8 de Dezembro de 1817, foi dar ao Criador as contas que nunca dera à Direcção da Real Fábrica das Sedas (2).

*

Saibamos agora o que era o seu famoso invento, o seu misterioso *pó de pedra*.

Em primeiro lugar: Milagres nunca fabricou pó de pedra, o que ela manufacturou foi só faiança. José Queirós bem o pressentiu.

O segredo da pasta cifrava-se no seguinte: misturava, em partes iguais, barros de Leiria e de argila calcárea de Monsanto, e o vidro era formado por outra mistura de seis arrobas de zarcão, sete de areia da Quinta dos Arcos (outra-banda), rica em feldspato, e um saco de sal.

A argila de Leiria tinha pouco óxido de ferro. Não avermelhava, circunstância esta que foi aproveitada, no

---

(1) *Livro 929* citado, pág. 106 v.º a 111 — *Representação* de 3 de Setembro de 1817.

(2) A viúva do dr. Milagres, D. Ana Doroteia de Campos, requereu à Direcção a pensão de 400$000 réis, o que lhe foi deferido por *aviso* de 20 de Março de 1818 (*Livro 920 de Decretos e Avisos*, pág. 27 a 27 v.º).

vidrado, pelo Milagres. Para a vinda do barro de Leiria, o Doutor tinha um comissário lá, chamado Joaquim José da Rosa Versas que lho mandava a 123 réis a arroba, com comissão na compra (1).

*

Não sei de nenhuma peça que se possa com segurança atribuir ao dr. Milagres. Houve todavia peças marcadas como se vê do projecto de Luís António da Costa. Mas qual seria a marca? Os inventários também não nos elucidam sôbre o género de peças fabricadas.

Emfim, uma total ignorância, a-pesar-de tantas noticias inéditas que neste capítulo se dão ao leitor.

---

(1) *Livro 929* citado — *Consulta* de 23 de Abril de 1819, pág. 130 a 149.

CAPITULO VI

Sumário: A infeliz administração de Vandelli — Luta entre a Teoria e a Prática — Mestre e Administrador incompatibilizados — Acusações, queixas e intrigas — A «gafe» dos três hemisférios — A Procuradoria Fiscal e a Direcção resolvem o problema, ficando tudo na mesma — O negócio do azulejo; diz-se qual era e como era — Vários tipos de azulejo feitos na Fábrica — Vinda dos barros de Leiria e venda de loiça para essa região — O projecto de Mateus Pereira Pacheco — Um adiantamento ao Mestre Paula e Oliveira — Vandelli acusa-o de novo — Devassas e inquéritos sem resultado — Dois projectos dos negociantes de loiça Inácio Pereira Guimarães e Vicente José — O combustível empregado na Fábrica — Ensaios com os barros de Cascais feitos por Salvador Luís e Silva Franco — Vêm para a fábrica barros de Molelos — O dr. Tomé Roiz Sobral e a sua acção na oficina: castigos, abusos do pessoal, preços e leilões — Os Armazéns da Fábrica na rua do Arsenal e na Rua Bela da Raínha — Perda de fornadas — É a Fábrica avisada de que vai vender-se — Susta-se a ordem — Os ensaios felizes de Salvador Luis — Renasce a questão Vandelli-Paula e Oliveira — Sai Vandelli da Administração — Reclamação sua — Mais dois pretendentes à Fábrica do Rato — Superintendência do brigadeiro Francisco António Raposo, de 1825 a 1829 — Quesitos postos à Direcção da Fábrica das Sedas — Dividem-se os pareceres — Outro engenho de moer vidro — Encomenda para a quinta Real do Rio de Janeiro e o busto de D. João VI, feito por Salvader Luís — Intervêm os mestres da Aula de Desenho — Abatimentos nas vendas e leilões — A administração do brigadeiro Raposo — Outro pretendente à oficina do Rato.

A administração que sucedeu à de Botelho de Almeida, foi ruínosa para a Fábrica. Durou seis anos, sendo os primeiros quatro gastos, se pode dizer-se, em

lutas internas, intrigas e questiúnculas, reclamações e queixas. Um duelo entre o Administrador e o Mestre e uma pugna entre estes dois e a Direcção. A *ordem* de 8 de Abril de 1818 nomeara Administrador Alexandre António Vandelli (1) filho do ilustre botânico Domingos Vandelli, pessoa dada aos estudos químicos e industriais, sócio e guarda-mor da Academia, o qual, em tempo, já requerera e tivera privilégio para a manufactura de certa loiça à imitação da inglêsa. Parecia assim ter-se achado pessoa competente para administrar e superintender na Fábrica, mas Vandelli era apenas um teórico e a sua acção falhou absolutamente.

O leitor vai ver o que se passou.

*

O Mestre da fábrica era desde 10 de Novembro de 1817, o nosso já conhecido Francisco de Paula e Oliveira. Fôra êle o sucessor do dr. Milagres com quem trabalhara, estando há trinta e cinco anos, com algumas interrupções, no Rato, como oleiro, e pintor de louça e azulejos entrefinos e de *grutesco*. Era mesmo dêle o exclusivo do fabrico dos azulejos nesta oficina, com o que, ao que parece, auferia bons proventos. A sua grande prática de ceramista veio assim a defrontar-se com a enfatuada teoria do Vandelli e como também tinha a sua pontinha de vaidade, o conflito estalou, já vamos ver como.

Por morte do Botelho e do Milagres, a Direcção ordenou se fizesse inventário e balanço de tôda a loiça existente. Arbitrou gratificações aos inventa-

---

(1) *Livro de Ordens n.º 941*, pág. 59 v.º

riantes e mandou proceder a vários melhoramentos e obras (1).

Um requerimento de um tal Mateus Pereira Pacheco que queria comprar, sob certas condições, tôda a loiça da fábrica, não teve andamento, a-pesar-de ter insistido no pedido de a ficar dirigindo com privilégio para o fabrico de loiça de *um esmalte de ponto mais subido* (2). Era mais uma experiência que a Direcção pôs de parte, como tantas outras.

O Paula e Oliveira pediu então para ser provido no lugar de Mestre geral. A Direcção mandou informar o Administrador e a luta começou. Vandelli não sofria a filaucia do Oliveira. É certo que êle dirigia a manufactura do Milagres, mas lá o estar senhor do segrêdo é prenda de que se não podia ufanar porque todos na fábrica o sabiam. O que fêz, realmente, foi alterar um tanto a receita, empregando, para o vidrado, litargírio em vez de zarcão. O teórico Administrador gasta abundantes períodos da sua informação sôbre a influência do fumo na cozedura e sôbre a opacidade e transparência do esmalte, e ainda sentenciando, como mau, o vidrado da faiança do Rato que fendia por ser muito grosso e por se desenformarem as peças antes de resfriadas. Por tudo isto entendia Vandelli que seria necessário fazer ensaios, mas para tal era preciso um mestre obediente. Mestre geral e Administrador eram entidades incompatíveis dentro da fábrica. Ou um ou outro. E o Administrador termina êste arrazoado por se julgar inútil, visto que o Paula e Oliveira sabe tudo... *depois que lho dizem*, acrescentava irònicamente.

---

(1) *Livro de Ordens — Ordens* de 8 de Abril, 6 e 15 de Maio de 1818 e 30 de Abril de 1819, pág. 60 a 64 v.º

(2) *Livro 920 de Decretos e Avisos — Aviso* de 22 de Dezembro de 1817, pág. 135 a 135 v.º

A informação, porém, continua e é interessante extratá-la. Lembra que em vez da areia de Coina, que é composta de cinco partes de sílica e uma de alumina pura, se aproveite a areia do Rio Sêco, juntando-lhe uma percentagem de alumina. Quanto às argilas (na Fábrica, além da do Colégio dos Nobres, usada por Brunetto e Sebastião de Almeida, parece que também se usaram depois as de Rana e dos Prazeres) alvitra que se experimentem os barros de Leiria e da Ericeira.

Acusa o Oliveira de desdenhar de tudo, e cita como exemplo o ter-lhe mandado fazer ensaios da manufactura da loiça acobreada, à maneira a inglêsa, dando-lhe a receita e êle não ter feito caso. A catilinária continua.

Paula e Oliveira é acusado de exorbitar em tudo admitindo operários escusados, tanto assim que na Fábrica onde há três oleiros e três aprendizes, contavam-se dezasseis trabalhadores. Tinha lá um oficial de aviamento de pintor, que era seu afilhado, e que recebia 240 réis quando qualquer aprendiz, ganhando metade, fazia o mesmo. De quando em quando Vandelli diz barbaridades na ânsia de atacar o Mestre. Ao criticar a existência de quatro pintores, declara que a pintura, a não ser estampa, em vez de valorizarr a loiça diminuia-lhe o valor!!!

Emfim, em seu parecer o Oliveira não ensinava os oficiais, não fiscalizava, não trabalhava e era prejudicial à Fábrica (1).

A Direcção da Fábrica da Sêda mandou ouvir sôbre o caso o Procurador Fiscal que opinou que o Oliveira não devia ser provido, continuando a oficina sob a direcção do Administrador.

Vandelli rejubilou e recrudesceu nos ataques fazendo

---

(1) *Livro 929 de Representações e Consultas — Parecer* do Administrador Alexandre António Vandelli.

a biografia do pintor. Já Botelho de Almeida o quisera despedir, só se conseguindo manter por empenhos, e o Milagres nunca o nomeara mestre a-pesar-das suas diligências. No fabrico do azulejo cometia abusos com prejuízo da Fábrica. Chama-lhe «hum *Pécus infidum bellicosum petulans decorticans!!!* O sal comprava-o a 100 réis o alqueire no Tendeiro; êle, Administrador, mandou-o comprar a 60 réis. Já se sabe que disse logo que não prestava. O barro, quem lho fornecia era um cunhado dêle, a 160 réis, quando se podia obter a 120 réis, diz gloriosamente Vandelli acabando por instar pela demissão do seu lugar (1).

De novo foi esta catilinária do Vandelli ao Conselheiro Procurador Fiscal que aprovou o informe, achando-lhe razão e opinando que se faça consulta, de tudo, à Junta do Comércio.

O dr. José António de Sá, finalmente, confirmando os seus anteriores pareceres, opina que se despeça o Paula e Oliveira responsabilizando-o pelos seus crimes sem fazer caso da sua antiguidade, ouvindo-o, porém, prèviamente e sendo cometido ao guarda-livros o inquérito, que se deve fazer com vista final ao Conselho Fiscal. Êste parecer é datado de 6 de Agôsto de 1818. Em 23 de Setembro a Direcção despachou que se ouvisse o Paula e Oliveira e deu ordens verbais ao guarda-livros para informar se as cumpriu dizendo que os dois lugares, o de Mestre e o de Administrador-delegado da Direcção só se podem manter havendo entre êles harmonia (2).

Agora vai o leitor ver o reverso da medalha.

---

(1) *Livro 929 de Representações e Consultas — Parecer* do Administrador Alexandre António Vandelli.

(2) *Informação* de 14 de Setembro de 1818 — *Despacho* de 23 de Setembro de 1918 e *Parecer* do Conselheiro dr. José António de Sá — tudo no *Livro 929 de Representações e Consultas.*

*

O Mestre — sucessor do dr. Milagres e pintor de azulejo — enfia então, em contrapartida, as suas acusações ao Administrador. Atacaram seu o crédito, defende-se.

Vandelli é de uma incúria inconcebivel. Não sabe administrar. Os seus conhecimentos são os que os operários da fábrica lhe ensinaram. Faz charlatanismo com a sciência. Quando não sabe o que há-de dizer vem com a química à balha. Os operários e trabalhadores não são forçados nas galés. As suas ideias são sempre como aquela de abrir um buraco na abóbada do forno e outro na parte oposta à porta de carga, a fim de se diminuír o gasto das lenhas. É um teórico cheio de imaginações e de *ideias figuradas*. Vandelli não quere mestre na Fábrica pela mesma razão por que Milagres não o quis, para passar por sábio sem que ninguém lho conteste. Oliveira faz a sua biografia e alega os seus serviços encomiando a louça que produz, que já não esboroa como a do Milagres, e que não é avaliada por êle mas pelo público pela aceitação que tem. Enumera ainda as obras de azulejo que tem feito e não dá mais respostas aos discursos teóricos do Administrador (que quere ser senhor absoluto da oficina) porque não tem tempo para desperdiçar (2).

Vandelli requereu se lhe desse vista da informação do Oliveira. Foi-lhe deferido. Examinou-a e respondeu. É um novo ataque a que em parte o Mestre dera o flanco alegando em seu favor que, para fazer azulejos

---

(1) *Informação* do Paula e Oliveira, datada de 6 de Novembro de 1818, no mesmo *Livro 929*.

de brutesco era preciso saber *desenho, história sagrada, vidas de santos, botânica, fábulas e história natural e animal dos três hemisférios!* Vandelli aproveita esta dos *três hemisférios* e fulmina-lhe a ignorância. Depois cita uma sua dívida à Fábrica de 182$834 réis do negócio do azulejo, acusa-o de alterar preços e pede novamente escusa do seu lugar, tanto mais que estava muito apoquentado com a *perigosa moléstia* da mãe. Ganha, porém, novos alentos e investe, de novo, com o Mestre que não sabia química e que ainda faz pouco do dr. Milagres que ao menos era homem de engenho e estudioso. A louça que êle fabrica não se vende e não presta, e os armazens estão cheios. Acaba Vandelli por propôr que se abatam os preços para revenda, que se obtenha um armazém junto ao rio, no meio da cidade, que se façam, também, abatimentos aos que contratarem vendas com a Real Fábrica, e liberdade de venda ambulante com atestado da Fábrica para não se enganar o público com a inglêsa (1).

O Conselheiro Procurador Fiscal, examinando de novo o pleito, opinou que se aproveitassem a sciência do Administrador e a prática do Oliveira, isto é que tudo ficasse na mesma. A Direcção foi nas mesmas águas, visto que Vandelli não tinha prática e que o mestre não era scientífico. Acúrcio das Neves deu parecer isolado. Entende que se admita o Oliveira no lugar de Mestre (extinto desde 10 de Setembro de 1796) subordinado ao Administrador, mas que se acabe com o negócio do azulejo, comprando-o fiado e vendendo-o a dinheiro (2).

---

(1) *Parecer* da Direcção de 16 de Junho de 1818 e *Despacho* de 27 de Janeiro de 1819 — no *Livro 929 de Representações e Consultas.*

(2) *Consulta* de 23 de Abril de 1819, até pág. 149 do citado *Livro 929.*

*

Já por duas vezes se falou no negócio do azulejo e vou dizer que negócio era êsse. O azulejo do Rato era de duas qualidades: o *ordinário* e *o grutesco*. O mestre pagava à fábrica o feitio a 800 réis o milheiro, e esta dava o barro, o vidro, as tintas, cozia-o duas vezes, e pagava-lhe dois réis por cada azulejo. Pela pintura do chamado *pedra torta* (esponjado) o Mestre dava à Fábrica três réis, quatro réis pelos de *faixa ordinária*, cinco réis pelo *almofadado*, sete réis pelo *mosaico* (padrão) e, pelo *grutesco*, vinte e cinco réis. Só êste, vendi-o o Oliveira a cinqüenta e sessenta réis

Era um bom negócio para êle mas péssimo para a Fábrica. Qualquer aprendiz trabalhava no de *pedra torta* escusando-se o pagamento que se fazia. Ainda por cima o Mestre, devia-os à Fábrica.

Era contra isto que não estava de acôrdo o Director Acúrcio das Neves (1).

*

O barro para as faianças cujo fabrico era dirigido por Paula e Oliveira, continuou, como no tempo do Milagres, a vir de Leiria, obtido ali pelo comissário Joaquim José da Rosa Versas, comerciante naquela cidade.

Em Maio de 1818 estavam lá para vir cêrca de quatrocentas arrobas, das 16.000 do contrato, que saíam aqui a 123 réis cada. Ao Versas cabia uma comissão.

---

(1) *Informação* de Vandelli de 2 de Junho de 1818, no citado *Livro 929*.

Auxiliava-o na extracção dos barros o juiz de fora da Figueira (1).

Vandelli lembrou à Direcção que se propusesse ao comissário levar, para vender em Coimbra, Figueira e Leiria alguma loiça da Fábrica, encontrando-se depois a conta com a do barro ou cobrando êle a sua comissão nessa loiça a que daria o abatimento habitual de 5 % (2).

Foi aceito, pela Direcção, o alvitre.

*

Na Fábrica faltava o espaço para se armazenar loiça. A falança, o «pó de pedra» e o refugo, tinha de estar tudo separado principalmente no período dos balanços. Quando se propôs o de 1818 havia muita loiça armazenada, mas afinal sòmente se arrolou, para venda, a loiça antiga (3). A chamada de «pó de pedra», também abundava. Nesse mesmo ano Mateus Pereira Pacheco tornou a requerer a compra de tôda essa existência a trôco de ficar depois dirigindo a Fábrica com o interêsse que se convencionasse, a-fim-de produzir o tal *esmalte de ponto mais subido* em que êle falava.

O *aviso* da Secretaria do Reino de 22 de Dezembro mandou informar a pretenção. Mateus Pereira Pacheco visitou a fábaica, mas limitou-se a ver e não falou, salvo com o mestre Oliveira a quem perguntou quais os barros que se empregavam e quais as misturas que se faziam. Ofereceu-se para comprar logo 100$000

(1) *Informação* de Vandelli de 26 de Maio de 1818 e de 1 de Junho de 1818.

(2) *Idem* — *Informação* já citada e *Representação* de 11 de Maio de 1821 (*Livro 930*, pág. 41).

(3) *Informação* do Administrador de 3 Junho de 1818.

réis de loiça e que do seu interêsse se falaria depois. O que êle queria era meter-se dentro da Fábrica e arvorar-se em dr. Milagres.

A Direcção, sôbre a informação do guarda-livros que o acompanhou na visita, informou contra e a *Resolução Real* foi: — Não há que deferir (1).

*

Paula e Oliveira, serenado o temporal com o Vandelli, tornou em 1819 a requerer a nomeação de Mestre e, ao mesmo tempo, um adiantamento de 150$000 réis por conta do seu ordenado. A dívida dêle à fábrica orçava, então, por 533$878 réis de adiantamentos e do negócio do azulejo. A Direcção dividiu-se nos pareceres mas afinal (êle tinha padrinho) deram-lhe o adiantamento pedido para se descontar no vencimento que se lhe viesse a estabelecer. Quanto à nomeação de Mestre ficou para segundas leituras (2).

Em 1820 faz-se-lhe ainda novo suprimento de igual quantia (3).

*

Vandelli, que estivera ausente da administração depois da luta com o Oliveira, foi restituído ao lugar, por *aviso* de 17 de Fevereiro de 1820 (4). Imediatamente

---

(1) *Livro 929 de Representações e Consultas — Consulta* de 25 de Junho de 1819, pág. 155 a 156 v.º

(2) *Idem — Consulta* de 17 de Novembro de 1819, pág. 162 v.º a 164.

(3) *Livro 920 de Decretos e Avisos — Aviso* de 11 de Janeiro de 1820.

(4) *Idem — Aviso* de 17 de Fevereiro de 1820.

começou contra êste o seu trabalho de sapa. Logo em 17 do mês seguinte fêz uma queixa do Mestre à Junta do Comércio, acusando-o de roubos e extravios o que motivou uma devassa em que nada se provou. Mais tarde arranjou-se a denúncia de dois operários fazendo-se-lhe idêntica acusação que, igualmente, se apurou não ter fundamento. A atmosfera estava preparada.

Na manhã de quatro de Outubro, quando o Oliveira ia para a Fábrica, os operários insubordinados não o deixaram entrar. Vandelli, já se sabe, não apareceu.

No dia seguinte o Director Pereira Martim, Deputado da Junta da Administração, foi à oficina, conseguiu serenar os ânimos e pôr lá outra vez o Oliveira.

O sossêgo era, porém, aparente. Daí a pouco todo o pessoal requeria, por escrito, a expulsão do Mestre acusando-o de ignorância, incompetência e falta de zêlo. A Direcção requereu a S. M. que o caso fôsse examinado pelo Desembargador-Conservador dos Privilegiados do Comércio (1). O *aviso* de 16 de Abril de 1825, resolveu o assunto despedindo o Paula e Oliveira, e o de 7 de Maio de 1822 proíbiu a Direcção de nomear outro sem a aprovação do Deputado em Côrtes Tomé Roiz Sobral (2) que estava nomeado Superintendente ou Inspector da Fábrica, embora Vandelli permanecesse na administração.

Bem era precisa qualquer superintendência. A Fábrica estava desorganizada, indisciplinada e numa manifesta decadência industrial. Até 1820 dera um prejuízo de 15.780$000 réis; em 1821 gastaram-se em

---

(1) *Livro 929 de Representações e Consultas — Representação* de 6 de Outubro de 1820, pág. 199 a 199 v.º e *Livro 920 de Decretos e Avisos — Aviso* de 16 de Abril de 1921, pág. 33 v.º

(2) *Livro 930 de Representações e Consultas*, pág. 53 v.º a 58 — *Consulta* de 22 de Agôsto de 1821.

dezanove fornadas 6.050$000 réis, tendo estas apenas valido pouco mais de metade (3.886$601). As vendas não passavam de 4.160$811 réis. O cofre da Fábrica das Sêdas estava cansado de socorrê-la e a Direcção cada vez mais se apegava à ideia de que o remédio era vendê-la ou passá-la a um particular (1).

*

Parece que acudindo a êste pensamento apareceram então duas propostas-requerimentos: o do fabricante portuense Inácio Pereira Guimarães e o do fabricante lisboeta Vicente José.

O primeiro que viera de propósito a Lisboa para aqui fundar outra fábrica, pede para que se lhe entregue a do Rato nas mesmas condições em que a teve Sebastião Inácio de Almeida por contrato de 19 de Dezembro de 1777; o segundo requere igualmente para ser mestre, documentando a sua longa prática de 40 anos. Esta tem a data de 21 de Janeiro de 1822 e o outro de Agôsto de 1821.

O dr. Sobral e Vandelli, ouvidos sôbre os dois requerimentos, informaram mal, avançando o primeiro a dizer que a entrega da Fábrica ao Vicente José era o primeiro passo para a ruína. No indeferimento da petição de Pereira Guimarães diz-se que muito há a esperar *da sciência e das virtudes cívicas do Sobral,* a quem então se chamava o Chaptal português (2). O

(1) *Livro 930 de Representações e Consultas,* pág. 53 v.º a 58 — *Consulta* de 22 de Agôsto de 1821.

(2) *Livro 3.º n.º 930* — *Consulta* de 31 de Agôsto de 1821, de 8 de Outubro de 1821 e de 21 de Janeiro de 1822, pág. 67 a 67 v.º, 59 v.º a 60 v.º e 84 a 85 — *Livro 920 de Decretos e Avisos* — *Portaria* de 30 de Outubro de 1821, pág. 52.

dr. Tomás Roiz Sobral era lente de química em Coimbra e veio para a Fábrica (*Portaria* de 13 de Março de 1821) na intenção de remodelar tudo quanto dissesse respeito à parte scientífica do fabrico, estudando preparações de barros e vidrados, etc. Alguma coisa fêz, mas foi bem pouco para o que se esperava.

O combustível empregado nos fornos era mato, que se cortava das coutadas nacionais, adicionado de carvão. Sobral passou a usar lenha de fachina como Vandelli já tinha proposto, sem resultado, à Direcção (1). Para o vidro inventou um engenho de moer que foi construído e montado na fábrica pelo mestre das Águas Livres em Novembro de 1823, depois de várias tentativas inúteis, uma das quais foi a do mecânico António Schiappa Pietra que orçou em 150$000 tal trabalho e que, a-pesar-de ser hábil em maquinismos e de ter montado alguns nas serralharias de Pernes e Alcobaça, parece não se ter entendido com êste. Outro engenheiro que lá foi não obteve melhor resultado, nem também Pedro Celestino Soares, brigadeiro, comandante interino de S. Julião da Barra, nomeado por Portaria de 13 de Fevereiro de 1823 para essa diligência (2). Em resumo o engenho nunca chegou a funcionar.

Para aperfeiçoar a loiça mandou, em 1822, ao operário oleiro Salvador Luís, que fôra moço e depois avaliador da loiça do dr. Milagres, estudar misturas

---

(1) *Livro 3.º n.º 930*, pág. 84 a 85 — pág. 47 a 47 v.º (*Consultas* de 22 de Junho de 1821 e 21 de Janeiro de 1822) — *Livro 920 de Decretos e Avisos* — *Aviso* de 26 de Junho de 1821, pág. 38 v.º a 39.

(2) *Livro 930 de Representações e Consultas* — *Representações* de 11 e 31 de Janeiro de 1823, pág. 127 e 129 v.º — *Livro 920 de Decretos e Avisos* — *Portaria* de 13 de Fevereiro de 1823, pág. 75 v.º e 76 — *Livro 941 de Ordens* — *Ordem* de 15 de Novembro de 1823, pág. 83 v.º e *ordem* de 25 de Fevereiro de 1823, pág. 92 v.º

com os barros de Cascais, e chamou o bacharel Francisco Tomás da Silva Franco para fazer outros ensaios pelos quais lhe conseguiu uma gratificação de 72$000 (1).

Nesse ano de 1822 também foi nomeado para ajudante da Administração, com o ordenado de 120$000 anuais, Francisco António de Albuquerque Sobral, possìvelmente parente do Superintendente, o que, como sabemos, era pecha velha no Rato, desde o tempo de Brunetto (2).

Vandelli, neste período, também quis fazer experiências com os barros de Molelos e mandou-os vir.

Tenho entre os meus papéis uma carta-ofício assinada por Luís de Sequeira Oliva, sem data, dirigida a não sei que entidade, para que esta se dignasse *mandar ao Juiz de Fora de Tondella para que lhe remetta três ou quatro arrobas de barro tal e qual os oleiros de Mulellos fabricão os Bulles de chá que sai de hum barro preto e lusidio e de aspecto metalico por fora.*

*

A crise, a-pesar-dos esforços do Sobral, continuava.

Os inventários acusavam muita loiça defeituosa. Os operários desleixavam-se e abusavam, utilizando as cavalgaduras da Fábrica em serviços particulares (3). O Inspector teve de prover ás numerosas faltas; castigou

---

(1) *Livro 920 de Decretos e Avisos*, pág. 52 v.º — *Portaria* de 16 de Novembro de 1821.

(2) *Livro 930 — Consulta* de 28 de Agôsto de 1822, pág. 108 v.º a 109.

(3) *Livro 941-2.º de Ordens — Ordens* de 18 de Dezembro de 1822 e 11 de Fevereiro de 1823, pág. 88 v.º, 89, 90 e 90 v.º

os artífices, suspendendo o oficial da roda João Clímaco Ramos, que esteve fora do serviço três meses (1); mandou apartar loiça para avaliação e inventário para leilão e dar trabalho por empreitada; autorizou estas vendas pagando-se os lotes com títulos da dívida pública e cédulas do Montepio (2); determinou o abatimento de 2 % nas vendas feitas na fábrica e seus armazéns até 10$000; ordenou várias obras; estabeleceu para a loiça preços iguais aos das fábricas particulares (3); organizou um «Regulamento Interno» para a Direcção dos trabalhos fabris; e aumentou salários ao pessoal que o merecia, passando, assim, os pintores José Alexandre e Filipe Maria e os oleiros João da Costa e José Maria a vencer, respectivamente, 520, 340, 1$000 e 320 réis em vez de 480, 320, 900 e 280 réis (4).

O resto do pessoal da Fábrica era, além do João Clímaco Ramos e do Salvador Luís (que era o avaliador), o apartador Fernando António, o escriturário Filipe José dos Santos, o caixeiro Estêvão António, dois forneiros e dois oficiais de aviamento.

---

(1) *Livro 941-2.º de Ordens, Ordem* de 27 de Agôsto de 1824, pág. 116 e de 26 de Novembro, pág. 120.

(2) *Idem — Ordens* de 7 de Fevereiro 14 de Março de 1823, 92 v.º — *Livro 920 de Decretos e Avisos — Avisos* de 12 de Agôsto e 3 de Outubro de 1823, pág. 92 v.º e 97 — *Livro 939*, pág. 156 — *Consulta* de 4 de Agôsto de 1823.

(3) *Ordens* de 15 de Janeiro, 18 de Maio e 11 de Julho de 1823, pág. 59 v.º, 60 v.º, 61, 62, 63, 63 v.º, 64, 77 v.º, 90 v.º e 96 v.º, do *Livro 941 — Livro 920 de Decretos e Avisos — Portaria* de 7 de Janeiro de 1823 pág. 74.

(4) *Livro 920 de Decretos e Avisos — Portaria* de 1 Agôsto de 1822, pág. 64 v.º e *portaria* de 25 de Junho 1821, pág. 39 v.º — *Ordem* de 31 de Dezembro de 1823, pág. 102 do *Livro 941 de Ordens.*

*

Vandelli e Sobral empenharam-se muito em conseguir que a Fábrica tivesse um armazém no centro da cidade para venda da loiça. Puseram as vistas num da rua do Arsenal 64 e noutro da rua Bela da Raínha, do lado oriental, no quarteirão que virava para o Terreiro do Paço, onde se vendiam os diários das Côrtes (1824). Também pensaram em qualquer loja na Ribeira Velha ou na Ribeira Nova.

A Direcção da Fábrica das Sêdas oficiou ao Intendente Geral das Obras Públicas para facilitar a cedência. Em 1822 foi cedido o da rua do Arsenal e em 24 o da rua Bela da Raínha, que foi o que definitivamente ficou para a venda da loiça (1).

*

A-pesar-do plano de economias, mandado fazer por aviso de 24 de Maio de 1823 (2), a crise crescia. A perda das «fornadas» era freqüente. A de 27 de Janeiro dêsse ano até se desconfiou que fôra propositada e teve de se mandar averiguar das suas causas (3).

Em Abril tinha-se vendido quási tôda a loiça e a Comissão Directiva da Real Fábrica das Sêdas arrumava o assunto quando de súbito aparece um *aviso* do Cor-

---

(1) *Livro 920* — *Aviso* de 6 de Abril de 1824 e *portarias* de 1 e 26 de Agôsto e 2 Outubro de 1822, pág. 64 v.º, 67 v.º, 68 v.º e 110 — *Livro 930 de Representações e Consultas*, pág. 104 a 104 v.º, 106 v.º, 110, 147 e 195 v.º e 196.

(2) *Idem*, pág. 84 v.º — *Aviso* de 24 de Maio.

(3) *Livro 941-2.º de Ordens*, pág. 79 e 9[illegible].

regedor do Crime do Bairro-Alto para que no dia 17 de Abril se achasse na Fábrica do Rato o Administrador, a-fim-de se proceder ao arrolamento de tudo para venda. Os da Comissão ficaram abismados (1) porque não sabiam que a venda da Fábrica estava resolvida por portaria de 15 de Abril.

Estabeleceu-se o pânico. Tôdas as informações passaram a ser boas. A Comissão Directiva e Vandelli esforçaram-se por demonstrar que a última fornada da loiça de pó de pedra saíra perfeita pelo auxílio de *hum homem de quem se não fazia n'outro tempo caso algum* e enviaram amostras a Sua Alteza Real (2).

A *Consulta* de 6 de Agôsto rejubila por se ter resolvido conservar de novo a Fábrica e diz que há melhoria no fabrico, acrescentando estas palavras: —*por se achar já este ramo de industria elevado já a um grande auje* (! !) (3).

Tudo isto era fictício e destinava-se a justificar o suprimento de quatro contos pelo Cofre do Real Erário que se solicitava e por que se instara em consulta de 23 do mesmo mês, alegando a Comissão que o Cofre das Águas Livres já dera 2.725$487 e que era necessário e urgente indemnizá-lo (4).

¿ Como se dera o milagre de tal ramo de indústria se ter *elevado a um grande auge,* e quem era o artífice que conseguira tornar perfeita a última fornada ?

Este operário era o Salvador Luís, moço e avalia-

---

(1) *Livro 939 de Representações e Consultas*, pág. 134 e pág. 124 a 125 — *Consultas* de 18 de Dezembro de 1822 e 16 de Abril de 1823 — *Livro 920 de Decretos e Avisos*, pág. 76 v.º e 78.

(2) *idem* — *Consulta* de 9 de Maio de 1823, pág. 136 v.º

(3) *Idem* — *Consulta* de 6 de Agôsto de 1823, pág. 157 v.º e *Livro 920 de Decretos e Avisos*, pág. 92.

(4) *Idem* — *Consulta* de 23 de Agôsto de 1828, pág. 159 v.º

dor do Milagres, perito e feliz na combinação dos barros, e que conseguira com os de Rana e de Cascais fazer misturas com o de Leiria que resultaram excelentes.

As amostras que a Comissão enviou a Sua Alteza Real eram desta mistura, e em face delas resolveu-se continuar com a manufactura, recomendando-se economia ao Administrador (1) e ficando Salvador Luís a dirigir o fabrico da loiça que chamavam de pó de pedra.

*

Nesta altura renasceu a questão Vandelli-Paula e Oliveira. Em fins de 1823 êste reclamou contra a situação em que se encontrava, expulso da Fábrica.

À Comissão mandou-se informar por *aviso* de 19 de Novembro tal reclamação, e, como demorasse êsse parecer, o antigo Mestre, em 30 de Janeiro de 1824 solicitou se lhe apresentassem as devassas feitas quando da sua expulsão, para se conhecerem os verdadeiros culpados. Queixando-se de que desde 16 de Abril de 1821 se acha fora do seu lugar, reedita a história já conhecida, a animadversão do Vandelli, e diz que os seus denunciantes foram José António de Araújo, Manuel e Francisco Dias Viana e que os cabeças de motim tinham sido os caixeiros Filipe José dos Santos, Estêvão António e o apontador Fernando António. A Direcção informa bem a pretenção, fala na dívida dos azulejos e prescreve-lhe o salário de 1$000 réis, visto nada se

---

(1) *Livro 941 de Ordens,* pág. 89 v.º, 90, 118 v.º — *Ordem* de 24 de Dezembro de 1822 e 22 de Outubro de 1824 e *Livro 920 de Decretos e Avisos,* pág. 80 — *Portaria* de 15 de Maio de 1823.

ter provado contra o requerente (1). Paula e Oliveira acabou por ser reintegrado por *ordem* de 25 de Abril de 1824 (2).

Pouco depois, a *portaria* de 21 de Julho extingue o lugar de Administrador (3). Vandelli reclamou, mas nada conseguiu. O lugar de Inspector já também tinha acabado por *aviso* de 13 de Abril (4).

Depois do *aviso* de 18 de Junho, a Contadoria entrou a fazer o apuramento de contas, tendo-se achado ao Administrador um alcance de 1.908$012 réis. Por outro *aviso* de 29 de Julho mandou-se ouvir a Direcção sôbre as queixas de Vandelli (5). Já cinco meses antes esta quisera que o Administrador a informasse miüdamente e mandara fazer um inventário geral com a sua presença para que a responsabilidade fôsse a quem de justiça.

Vandelli exime se à prova. Deu-se o prazo de oito dias e o Inventário fêz-se sem êle, que nem sequer o assinou. O prejuízo apurado foi, então, de 28.890$019 réis (6).

Com estes elementos é que a Direcção informou, historiando outra vez a falência da sua técnica scientífica, as perseguições ao Mestre e pondo em relêvo o carácter de molície, o feitio de denunciante, e a trapa-

---

(1) *Livro 939 de Representações e Consultas*, pág. 186 a 189 v.º — *Consulta* de 30 de Janeiro de 1824 — *Livro 920 de Decretos e Avisos* — *Avisos* de 19 de Novembro de 1823 e 10 de Fevereiro de 1824, pág. 101 e 106 v.º

(2) *Livro 941 de Ordens*, pág. 107 v.º

(3) *Idem*, pág. 112 v.º

(4) *Livro 920 de Decretos e Avisos* — *Aviso* de 13 de Abril, pág. 110 v.º

(5) *Idem*, pág. 115.

(6) *Livro 939 de Representações e Consultas* — *Consulta* de 30 de Janeiro de 1824, pág. 229 v.º a 236.

cisse de Alexandre António Vandelli! Daqui é que resultou a extinção do lugar (1).

Em 13 de Dezembro ainda Vandelli requereu que o eximissem de tôda e qualquer responsabilidade. Não foi atendido (2).

*

Em 1824 apareceram mais dois pretendentes à Fábrica do Rato. Em Maio foi um tal João António Pais do Amaral que pretendia ser nomeado Inspector e em Setembro, Carlos Maria Biffignandi, que queria ser Administrador. A Direcção mandada informar por *aviso* de 2 de Setembro, só em 17 de Outubro informou e mal, lembrando que o pai do requerente Carlos Maria Biffignandi, lhe dera que fazer e que êste também não era de recomendar. A *Real Resolução* de 22 de Novembro indeferiu a pretenção (3).

*

No princípio de 1825, por *aviso* de 9 de Fevereiro, foi mandada pronunciar-se a Direcção da Fábrica sôbre os seguintes quesitos:

1.º ¿Quanto pessoal deve manter-se na Fábrica e quais os seus vencimentos?

---

(1) *Livro 929 de Representações e Consultas — Ordens* de 20 de Fevereiro, 28 de Abril e 5 Maio de 1824, no *Livro 941 de Ordens*, pág. 104 v.º, 105 v.º, 108 v.º 109 v.º

(2) *Idem — Ordem* de 13 de Dezembro, pág, 104 v.º

(3) *Livro 929 de Representações e Consultas — Consulta* de 3 de Novembro de 1824, pág. 236 a 237 v.º

2.º ¿Onde se deve empregar acabando a manufactura?

3.º ¿Pode ainda conservar-se a oficina?

Havemos de concordar que as preguntas estavam bastante mal feitas e pèssimamente formuladas.

Os Directores dividiram-se em opiniões. Sales (Joaquerie de Sales) era contra o acabar da Fábrica. Um estabelecimento novo pede sacrifícios e a Fábrica fôra útil ao país, onde só se produzia *a loiça grossa das olarias e Mocambo.* Em 1815 as despesas tinham-se equilibrado com as receitas e o prejuízo que se calculou até 1814 foi exagerado. Em seu entender deve aperfeiçoar-se a loiça e mandar vir de fora, de Inglaterra talvez, um mestre hábil. É preciso substituir o actual Mestre, fazerem-se quatro fornadas por mês, mandar vir perito para os barros, reduzir jornais, avaliar bem a loiça e administrar melhor ainda.

O dr. Francisco José Vieira revolta-se contra o seu colega Sales, que sabia do caso há muito tempo e quere aparentar ter feito o parecer de improviso. Diz saber que o Marquês de Palmela está tratando de aliviar a Fábrica da Sêda da oficina do Rato. O voto do Sales era para dilatar a resolução e êle ter tempo de poder dar conta dos serviços a seu cargo que andavam atrazados. É de parecer que a Fábrica acabe, a não ser, diz êle, *que Sua Majestade queira conservá-la como estabelecimento de caridade.* Com o dr. Vieira assinaram êste parecer os outros Directores Barbosa de Amorim e Pereira Martim (1).

---

(1) *Livro 927 de Decretos e Avisos — Aviso* de 9 de Fevereiro de 1825, pág. 11 v.º e 17 v.º

*

Neste ano foi nomeado Superintendente da Fábrica o, então, brigadeiro Francisco António Raposo, um dos autores do projecto de 1814, sobrinho do Tenente General Bartolomeu da Costa, que voltara do Rio da Prata e a quem se entregaram os destinos dos fornos de Brunetto (1).

Como se vê, foi o parecer do Director Jacquerie de Sales o que prevaleceu. A Fábrica ainda havia de durar mais dez anos.

Acúrcio das Neves, em 1826, regozijara-se pela entrega do estabelecimento ao Raposo, em cuja perícia e saber confiava e atribui todos os desastres e prejuízos às experiências de Milagres, de Vandelli e de Sobral, cuja teoria e sciência não fizeram senão mal à Fábrica.

É também seu parecer que se contrate no estranjeiro um mestre hábil. Desta forma a loiça poderá aperfeiçoar-se e dar lucro. Sales entendia que a Fábrica não podia pagar ao Raposo o que a êste convinha, e torce o nariz à continuação da oficina *porque o tempo é outro.* Ele é que era de fôrça. Amorim e Rodrigues Ferreira opinaram que se passasse a Fábrica a um particular, declarando-se fartos de experiências (2).

A-pesar-de tudo o brigadeiro Raposo continuou superintendendo até 27 de Fevereiro de 1829. Nesta data foi nomeado Administrador. Logo se dirá de sua acção.

---

(1) *Livro 942-3.º de Ordens,* pág. 19 v.º

(2) *Livro 929 de Representações e Consultas — Representação* de 22 de Novembro de 1826, pág. 91 a 92 v.º

*

¿Lembra-se o leitor daquele engenho de moer o vidro inventado pelo Sobral que nunca se conseguiu pôr a andar?

Pois neste ano de 1825 apareceu um *quidam*, João Baptista de Andrade, que se propunha por 300$000 réis construir outro engenho idêntico para moer o vidro e as tintas.

A Direcção, sempre desconfiada com os inventores, chamou o Mestre das Águas Livres, que foi examinar um moínho idêntico que funcionava na Fábrica da Rua da Santíssima Trindade. Achou-o melhor que o do Rato (pudera!), mas diz que não valia os 300$000 réis, e lembra que se modifique o do Rato para ser movido pelo vento, como êste, mas que não era preciso a intervenção do suplicante (1).

*

Salvador Luís, o artista que achara a combinação feliz das argilas de Leiria com as de Rana e Cascais, inchara com a descoberta e ninguém o podia aturar.

Readmitido por *aviso* de 7 de Outubro, depois da expulsão pela grossaria que fizera (2) em face do parecer da Direcção, todo êle se pavoneava, alegando que

---

(1) *Livro 929 de Representações e Consultas — Consulta* de 6 de Maio de 1825, pág. 24 v.ºa a 25 v.º — *Livro 921 de Decretos e Avisos — Aviso* de 16 de Março de 1825, pág. 8 v.º

(2) *Idem — Consulta* de 1 de Julho de 1825, pág. 39 v.º a 42 v.º

tinham sido da sua autoria as peças enviadas em 1823 a D. João VI, para o Rio de Janeiro. Além destas peças eram também das suas mãos o busto de D. João VI feito em 1824 para ser pôsto no Anfiteatro de Física e Química da Casa da Moeda e que o *aviso* de 31 de Agôsto dêsse ano mandou entregar a Luís da Silva Mousinho de Albuquerque, Procurador da Casa da Moeda (1).

Em 1826 houve uma grande encomenda de estátuas, grupos, vasos, etc., para adôrno da Quinta Real e Imperial da Bela Vista no Rio de Janeiro. Foi esta em Abril, e era Aragão Morato quem fazia a encomenda por intermédio do negociante Ferreira Garcez e em nome do Infante Regente.

A Direcção da Fábrica afadigou-se logo em que ela se executasse com todo o preceito e lembrou que se encarregassem os lentes de Desenho e Escultura de dirigirem os trabalhos que seriam executados pelos seus discípulos.

Assim se fêz e, por *aviso* de 7 de Novembro, ordenou-se ao Director da Aula, João José Ferreira de Sousa, a direcção dos desenhos, muito embora o Jacquerie de Sales já tivesse cometido essa superintendência, em Outubro, ao Professor Faustino José Rodrigues, conforme consta da *Representação* de 25 dêsse mês (2).

Quem ainda executou estas peças na Fábrica foi o

---

(1) *Livro 920 de Decretos e Avisos*, pág. 116 v.º e 118 — *Avisos* de 31 de Agôsto e 13 de Setembro e *ordem* de 15 de Setembro de 1824.

(2) *Livro 929 de Representações e Consultas — Representações* de 6 de Setembro e de 25 de Outubro, pág. 85 a 85 v.º e 89 a 89 v.º e *Livro 921 de Decretos e Avisos — Avisos* de 14 de Abril e de 7 de Novembro, pág. 35 e 36 v.º

Salvador Luís. Quando êste estabelecimento acabou, era êle Mestre da Roda.

O Paula e Oliveira é que não viu com bons olhos a readmissão e a prosperidade do oleiro, e reclamou contra ela, alegando, o que era falso, que êle fôra expulso por um alcance nas contas. A Direcção não lhe deu razão. Eram todos bons camaradas como se está vendo (1).

*

Em 1825, 26 e 27 fizeram-se vários leilões, abatendo-se os preços. Os bules venderam-se a 25 réis e doze chícaras a 30 réis. Em vez de dinheiro de contado recebiam-se títulos de crédito (2). A Fábrica ia de mal a pior. O armazém da Rua Bela da Raínha fechou no meado de 1828 (3).

Quando em 1829 o brigadeiro Raposo foi nomeado Administrador, mandou-se fazer um inventário geral e um apartamento de loiça (4), mas essa administração foi sol de pouca dura. O Raposo, que era miguelista, não se agüentou nem no balanço político nem no balanço da Fábrica, e em 1833 saía deixando a oficina do Rato em estado deplorável.

---

(1) *Livro 929 de Representações e Consultas — Consulta* de 30 de Maio de 1827, pág. 106 v.º a 108 v.º e *Livro 921 de Decretos e Avisos — Avisos* de 29 de Dezembro de 1826 e de 19 de Abril de 1827, pág. 39 v.º e 44.

(2) *Livro 942-3.º de Ordens*. pág. 48, 123, 123 v.º, 124 e 137 — *Ordens* de 1825 e *Livro 921 de Decretos e Avisos*, pág. 45 v.º — *Portaria* de 11 de Maio de 1827.

(3) *Idem — Portaria* de 25 de Junho de 1828, pág. 62 v.º

(4) *Livro 942 de Ordens*, pág. 19 v.º

*

Em 1826 ainda houvera outra tentativa de trespasse da Fábrica. Requerera-a um tal António Mozer. A informação mandada prestar por *aviso* de 9 de Março, não animou a Junta a dar-lhe resolução favorável (1).

---

(1) *Livro 921 de Decretos e Avisos*, pág. 26 v.º

CAPITULO VII

Sumário: A administração do Brigadeiro Francisco António Raposo — Experiências infelizes — A Fábrica do Rato em ruína — Citam-se as suas instalações — O novo Administrador Teixeira Girão — Quem era êste sujeito — As suas opiniões sôbre a Fábrica — Uma aula de Química e outra de Desenho — Propõe-se um professor e um compêndio — A sua receita quanto a um novo «biscoito» — O estado precário da oficina — Obras e despesas — Citam-se alguns artífices e empregados — O Mestre de pintura Joaquim José Guimarães — Sucede na Administração Francisco António Chaves — Reduções de despesas e de pessoal — Economias e mais economias — Vai a Fábrica à praça em 1835 e acaba o estabelecimento — Citam-se algumas fábricas de loiça em Lisboa — As descobertas de Bartolomeu da Costa, de Drouet e de Brocard — José Manso Pereira faz experiências com a «Tabatinga» — As peças atribuídas a Bartolomeu da Costa — O serviço de chá da Exposição de Cerâmica do Pôrto em 1882 — A baixela da inauguração da estátua eqüestre — Outra baixela de porcelana, alegórica — A loiça do «Ratinho» — Acaba o capítulo com uma transcrição da *Cerâmica Portuguesa* de José Queirós.

A administração do Brigadeiro Raposo, apreciada pelo seu sucessor, embora se lhe dê o desconto natural devido a inimizade política entre os dois (Raposo era miguelista e Girão um liberalão dos quatro costados) não devia ter sido famosa. Francisco António Raposo, a-pesar-de ter recebido no Terreiro do Trigo (Ministério do Reino) do Leite de Barros, a quantia de réis 800$000 (Girão diz uns poucos de contos) para a manufactura do Rato nada fêz com êsse dinheiro do qual

nunca deu contas a ninguém. A única obra que deixou foi a Roda do Laboratório para a Casa do Tôrno a-fim-de ocultar os alegados segredos de fabrico que nunca existiram. Prometera ensaiar o fabrico da porcelana e de loiça semelhante à inglêsa que aprendera com seu tio o Tenente General Bartolomeu da Costa e só fêz chícaras que Girão diz serem inferiores às da fábrica dos Pinto Basto e uma faiança de que se despegava o vidrado, estalava com a água quente e até mesmo com o ar frio de uma janela. Emquanto o Brigadeiro esteve à frente da oficina nunca se fêz o apregoado pó de pedra, nem deixou coaduras. Os operários, mais antigos e sabedores, despediu-os.

Quando o Teixeira Girão recebeu dêle a Fábrica, fêz-se um inventário, após uma série de leilões onde se vendeu tudo por baixos preços. O refugo foi todo em padiolas para umas casas arruïnadas, que pertenciam à Fábrica, na Travessa da Fábrica dos Pentes, onde o Teixeira Girão ainda foi salvar algumas peças de escasso valor. Nesse inventário, por exemplo, cinco bois que deviam lá haver, foram substituídos por uma barrica de potassa, uma porção de barro de Leiria e dos Prazeres, o armário dos vidros e outras miüdezas.

Nem as fôrmas de gêsso que a Fábrica tinha foram encontradas. Umas foram dadas pela Direcção extinta, outras partidas.

Tinas, caixas e utensílios tudo estava feito em cacos. Dentro da oficina, por ruína do telhado, chovia como na rua; a parede para a rua do Arco das Águas Livres ameaçava cair; os soalhos estavam esburacados, e foi necessário fazer obras urgentes de reparo e consolidação.

Segundo a *Memória* de Teixeira Girão (1) a Fá-

---

(1) *Memória sôbre o estado em que se acha a Fábrica da Loiça,*

brica de Loiça do Rato, tinha casa para a lenha, abegoaria com palheiro, muitos e grandes fornos, casa do tôrno e estufa, embora imperfeita, para as formas, tanque de coaduras, enxugadouro, casa da pintura, gabinete para guardar peças delicadas, armazém para areia, armazém de loiça, estendedouro, sala para aula e laboratório.

António Lôbo de Barbosa Ferreira Teixeira Girão, depois Visconde de Vilarinho de S. Romão, era escritor versado em assuntos económicos, literários e artísticos. Traduzira o *Lutrin* de Boileau e escrevera um livro sôbre a cultura das batatas, outro sôbre culinária, um tratado sôbre os fogões de sala, artigos sôbre viticultura e umas «Reflexões críticas e artísticas sôbre a edificação do novo teatro português denominado da Glória» (antigo D. Maria II).

Era um espírito de aptidões complexas. A administração da Fábrica da Loiça apanhara-o de surpresa.

Pouco lá se demorou, pois no final de 1833 partia a ocupar *o seu novo e honroso emprêgo*, como êle mesmo diz. O emprêgo era o de Prefeito de Trás-os-Montes.

As suas opiniões sôbre a manufactura do Rato compendiam-se em dois ofícios por êle dirigidos ao Ministro do Reino Cândido José Xavier e que por cópia se acham apensos a uma *consulta* da Direcção da Fábrica das Sêdas (1). O primeiro ofício, datado de 28 de 1833, vou extractá-lo.

Começa por confessar ter remorsos de algum dia ter dito que se vendesse a Fábrica. Os princípios eco-

---

sita no Rato, e melhoramentos que vai tendo — Livro 932-5.º de Representações e Consultas, pág. 13 a 15 v.º

(1) *Livro 932-5.º de Representações e Consultas*, pág. 3 v.º, 4 e 11 a 13.

nómicos tinham-no enganado. Os fornos acesos não se devem vender. Fala na falta de água e sugere que se remedeie não dando a particulares a do chafariz do Rato. Em seu entender a Fábrica tem sido mal administrada e daí é que vem a sua decadência, a falta de barros, de loiças, de fôrmas, e a ruína do edifício. Prefere que se arraze, mas que não se alugue.

O segundo ofício, de 18 de Outubro, é em resposta à *consulta* que lhe fizeram sôbre o destino a dar à oficina. Depois de citar os economistas e de trazer à balha o preço das sêdas no tempo da Imperatriz Teodora, e a escolha por Júlio César, num opulento espólio, apenas de um copo de porcelana transparente, côr de flor de pessegueiro, condena a vinda ao país de mestres estranjeiros que nada ensinam, como aconteceu com o alemão Haas, que veio para a Cordoaria e com os Pietras em Pernes, e entende que a Fábrica se conserve, devendo criar-se um laboratório para análise dos barros dos arredores, das areias da Coina, do quartzo de Sintra, do espato fusível da Serra da Estrêla, das argilas de Leiria e de Loures, do manganés de Coimbra, da pederneira do Cabo de S. Vicente para fabricar escamas de cobre, das cinzas para a pintura e esmalte, etc.

É igualmente preciso estabelecer uma aula de química para os operários da Fábrica e rapazes da Casa Pia.

Há no Rato uma boa sala que pode servir, assim como há um bom local para laboratório. Lembra que está em Lisboa um bom químico francês, que tem o laboratório junto do Jardim de Roberto Ynnes e se chama Mr. Lavitte. Fala português e exerce a medicina. Talvez se devesse aproveitar para professor dessa aula ajustando-se por 600$000 réis. Pensa que êle conseguirá tirar lucros.

Teixeira Girão acaba o ofício por se documentar perante a Direcção, como tradutor da Química de Payen, trabalho que fêz emquanto esteve emigrado adicionando-lhe novos conhecimentos das químicas de Thompson e Desmarets, e oferece-o a Sua Majestade Imperial para uso dos alunos dessa aula, solicitando a impressão do manuscrito e a litografia das estampas.

Os barros que se usavam no Rato — diz êle na sua citada *Memória* — eram o barro vermelho do Colégio dos Nobres, o dos Prazeres, o de Rana (Cascais) e o de Leiria. Êle propunha-se ensaiar um biscoito rijo como o bronze que recebia o vidrado e resistia à água, ao calor e ao frio.

A sua receita era: — partes iguais do barro do Colégio dos Nobres e dos Prazeres, a que se juntavam restos de coadura de pederneira e depois barro de Leiria. Dava uma loiça semelhante à inglêsa (pó de pedra), finíssima. Teixeira Girão ainda em 1833 construíu um forno de ensaio que exigia menos calor, mas ignoro se chegou a produzir algumas peças do seu invento. O que fêz realmente foi um bom tejolo. Não era isso, porém, o que se pretendia.

Os «teóricos» é que foram a desgraça da oficina do Rato.

*

O estado precário da Fábrica consta da *portaria* de 3 de Setembro de 1833 e das *ordens* de 20 e 23 de Agôsto de 1832 (1). O armazém da Rua Bela da Raínha fechara em Setembro de 1830 para liquidar a conta do caixeiro Francisco Luís Chaves que fôra despedido

(1) *Livro 942 3.º de Ordens,* pág. 75 v.º e *Livro 922 de Decretos e Avisos* pág. 5 v.º e 6.

e que afinal veio a ser readmitido por *ordem* de 20 de Agôsto de 1833 (1). As despesas feitas, antes, em obras indispensáveis, subiram a 2.667$100 réis, sem falar nos tais 800$000 réis recebidos pelo Raposo no Terreiro Público, a que se referira o Teixeira Girão (2).

O *deficit* desde 1 de Fevereiro de 1834 a 31 de Outubro, foi de 596$826 réis do mesmo ano.

*

Neste período foi nomeado Mestre Torneiro e dos Vidrados e Cozeduras, João Luís Salvador (3) e Caixeiro de Venda, Manuel Argueles (4). Joaquim José Guimarães, em 1833, durante a administração de Teixeira Girão, requereu para ser admitido como Mestre e Administrador da Fábrica. Girão informou que êle já ali fôra pintor, que era já velho e, na ocasião, desnecessário (5). Foi isto em Setembro de 1833. Em Dezembro, porém, mudou de opinião e informou favoràvelmente novo pedido de admissão (6), do que resultou êle ser admitido (7). Mais tarde requereu para ser nomeado Mestre do desenho e dos padrões de pintura (8).

---

(1) *Livro 942 de Registo de Ordens — Ordens* de 22 de Setembro de 1830 e de 20 de Agôsto de 1833, pág. 38 v.º, 65 e 65 v.º

(2) *Livro 932 de Representações e Consultas — Ofício* de de 1 de Outubro de 1834, pág. 57.

(3) *Idem*, pág. 61 v.ª e 62.

(4) *Livro 942 de Ordens — Ordens* de 17 de Outubro e 20 de Novembro de 1833, pág. 67 v.º e 68.

(5) *Livro 932* citado, pág. 9.

(6) *Idem*, pág. 26 v.º e 27 — *Ofício* de 13 de Novembro de 1833 e *Livro 922 de Decretos e Avisos*, pág. 3.

(7) *Livro 922 de Decretos e Avisos*, pág. 10 v.º — *Portaria* de 8 de Fevereiro de 1833.

(8) *Idem*, pág. 14.

*

Deixando Girão a administração da oficina do Rato, foi nomeado para lhe suceder Francisco António Chaves, que veio a ser o último Administrador, gerindo a Fábrica nos anos de 1834 e 1835. Logo ao princípio da sua gerência teve de reduzir despesas e de dispensar pessoal. Os salários foram reduzidos, mandaram-se embora alguns aprendizes e tudo se restringiu ao mínimo (1). O Mestre Guimarães, pintor a pincel e de recorte, preparador das tintas e que centrava as peças no tornilho, dando lições diárias na Fábrica (2), veio também a ser dispensado. Para o substituír, dando lições gratuitas, de desenho de païsagem, muito úteis para o fabrico dos azulejos, foi admitido o professor Francisco Vasques Martins, por empenho do Duque de Bragança (3).

As economias eram evidentes. A *portaria* de 15 de Novembro de 1834 pede as contas minuciosas da Fábrica desde 1 de Agôsto de 1833 a 30 de Junho de 1834, especializando-se o valor dos objectos fabricados, matérias primas, etc. (4). Já não havia, de há muito, armazém. A venda da loiça fazia-se no vão de escada do armazém da Fábrica das Sêdas (5). Era o princípio do fim.

---

(1) *Livro 942 de Ordens*, pág. 70 e 70 v.º e *Livro 922 de Decretos e Avisos*, pág. 45 a 45 v.º — *Portaria* de 21 de Outubro de 1834.

(2) *Idem*, pág. 69 v.º — *Ordem* de 14 de Fevereiro de 1834.

(3) *Livro 932 de Representações e Consultas*, pág. 38 v.º e 39 — *Ofício* de 17 de Março de 1834 e *Livro 922 de Decretos e Avisos* — *Portaria* de 12 de Março de 1834, pág. 23 e 23 v.º

(4) *Livro 922 de Decretos e Avisos* — *Portaria* de 15 de Novembro, pág. 38 v.º a 39.

(5) *idem*, pág. 20 e 20 v.º e *Livro 932 de Representações e Consultas* — *Ofício* de 24 de Fevereiro de 1834, pág. 36 v.º a 37.

*

As propostas de arrendamento ou trespasse da Fábrica começam a aparecer.

Em Abril de 1835 era a de Inácio António da Silva Lisboa; em Junho do mesmo ano, a de Manuel José Coimbra. O convite feito no *Diário do Govêrno* começava a dar resultado (1).

A *portaria* de 4 de Setembro manda remeter à Comissão o inventário geral do edifício, materiais, loiça, máquinas, etc. (2). Pouco depois a Fábrica da Loiça era vendida. Nas praças sucessivamente anunciadas para 19 de Março, 15 de Abril e 21 de Setembro, achou-se afinal um comprador.

Era uma vez a oficina de Brunetto, de Severino da Silva, de Sebastião Inácio de Almeida, dos Berardis, do Nascimento, do Paula e Oliveira, do Salvador Luís e de tantos outros artistas (3).

*

Outras fábricas funcionavam em Lisboa e no resto do país a êsse tempo. José Queirós mencionaa uma grande quantidade delas.

---

(1) *Livro 922 de Decretos e Avisos*, pág. 47, 47 v.º, 48 e 52 v.º — *Portarias* de 20 de Março, de 3 de Abril e de 19 de Junho de 1835.

(2) *Idem*, pág. 56 — *Portaria* de 4 de Setembro.

(3) Pelos anúncios insertos na *Gazeta de Lisboa* e na *Revista*, n.º 264 de 19 de Setembro de 1835, vê-se que o arrematante ficaria obrigado a conservar a Fábrica em laboração e a receber por inventário as oficinas, utensílios, etc., ficando responsável por êsses valores e prestando para isso fiança idónea. Faltando-se a estes compromissos seria a Fábrica arrematada de novo. Nada disto aconteceu. A Fábrica não funcionou mais.

Citarei apenas aqui, para não reeditar o que na *Cerâmica Portuguesa* ficou dito, algumas notícias dispersas que guardo nos meus verbetes.

Os *alvarás* de 20 de Dezembro de 1773 e 10 de Fevereiro de 1794 concederam isenção de direitos de saída, à loiça de pó de pedra do Pôrto que fôsse para o Brasil.

O *diploma* de 20 de Julho de 1807 privilegiou a fábrica de loiça de pó de pedra do Cavaquinho (Pôrto).

O *aviso* de 8 de Janeiro de 1825, mandou informar à Direcção da Fábrica das Sêdas sôbre o requerimento de Leandro José da Fonseca para estabelecer uma fábrica de loiça fina (1).

Um anúncio do *Periódico dos Pobres* de 21 de Novembro de 1827 rèclama uma fábrica de loiça fina de José António Gonçalves, na Rua de S. Francisco de Borja 65, onde se fabricavam moringues de Estremôs.

A *Gazeta* de 1 de Abril de 1830 anuncia a venda de fogareiros na fábrica de loiça da Travessa do Pé de Ferro, n.º 15.

No *Periódico dos Pobres*, n.º 19, de 19 de Agôsto de 1833 anuncia-se o arrendamento, com todos os utensílios necessários, de uma fábrica de loiça fina, na calçada do Monte.

Uma *Gazeta* de 1836 rèclama a «Companhia Fabril de Louça», nas Janelas Verdes. Foi a que depois se chamou «Fábrica Constância».

No *Rol dos Confessados* de S. Mamede, em 1836, cita-se uma Casa de Loiça, na rua Nova da Piedade. O *Diário do Govêrno*, n.º 692, do primeiro semestre de 1839, anuncia uma fábrica de loiça nas Trinas.

---

(1) *Livro 921 de Decretos e Avisos*, pág. 3 v.º

*

Antes de abandonar êste assunto, algumas palavras, ainda, sôbre a porcelana, ensaiada por Bartolomeu da Costa e pelo Dr. Manso Pereira, no fim do século XVIII.

As primeiras experiências datam de 1793 e devem-se a Bartolomeu da Costa, Tenente-General e notável engenheiro do seu tempo, a quem também se deve, segundo consta oficialmente, a fundição da estátua de D. José e a sua colocação no Terreiro do Paço por meio de engenhos do seu invento.

Lendo-se atentamento os documentos publicados pelo sr. D. José Pessanha, no *Arquivo Histórico* (1) e as considerações por êles suscitadas ao mesmo distintíssimo crítico de arte, uma conclusão se tira, quanto a mim, e essa é a extrema vaidade do Tenente-General Bartolomeu da Costa trabalhando obstinadamente para que só o seu nome ficasse aureolado da fama que, estou convencido, seria justiça dividir por mais alguém.

Os franceses João Drouet e Pedro Brocard, que trabalharam no Arsenal do Exército em 1764, na montagem de engenhos de fundição, em que eram peritíssimos, tendo vindo para Portugal, recomendados por Martinho de Melo e Castro ao Marquês de Pombal, como os mais hábeis e notáveis mecânicos, então conhecidos no género, foram obrigados a deixar o nosso país para não ofuscar a glória de Bartolomeu da Costa.

O Tenente-General dizia depois, em uma exposição onde relacionava imodestamente os seus serviços, que Drouet tinha fugido reconhecendo que os méritos dêle

---

(1) Tômo I, 1903. *A Porcelana em Portugal — Primeiras Tentativas.*

eram maiores e *adquirindo mais no que viu practicar do que deixou (sic).*

O próprio Machado de Castro correu o risco de ser esquecido entre os cooperadores da factura da estátua eqüestre, tanto Bartolomeu da Costa fêz salientar a sua pessoa, amesquinhando os outros.

Uma publicação anónima do tempo, extractada pelo sr. D. José Pessanha no seu interessantíssimo estudo, dá a entender que o invento do maravilhoso engenho para levar a estátua do lugar da fundição ao Terreiro do Paço, fôra obra de Drouet, aproveitada pelo engenheiro.

Dando de barato que êsse escrito anónimo fôsse de algum despeitado a que tenha de dar-se o devido desconto, o certo é que não repugna acreditar que tal fizesse quem, declarando-se abertamente, em documento firmado pelo próprio punho, descobridor da porcelana, não teve ao menos a consciência de mencionar o nome do artífice francês, como seu auxiliar, quando é certo ter sido Drouet o verdadeiro descobridor da argila refractária com que êle fabricou as primeiras peças.

Disso não resta a mínima dúvida. Conta-o incidentalmente o sereníssimo Ratton, nas suas *Recordações.*

Andando em viagem pelas provincias, comissionado pelo Govêrno para a descoberta de matéria prima, para fabrico de tejolos destinados a um forno de reverbéro, encontrou-a efectivamente junto ao rio Vouga, perto de Aveiro. Com essa argila é que Bartolomeu da Costa fêz as suas primeiras experiências.

De que constaram elas, é o que vamos dizer em breves palavras.

*

A principal das seis peças que lhe são atribuídas é uma medalha em forma de edículo, representando numa face o famigerado aparelho da sua duvidosa invenção

e na outra a indispensável inscrição comemorando a descoberta a que se refere a medalha. O gravador foi João de Figueiredo, como também se lê no exergo do reverso.

Das outras, uma refere-se à descoberta da porcelana, com o seu nome, já se vê, no reverso, e no anverso as armas reais; outra apresenta no anverso a estátua e no reverso uma inscrição comemorativa da descoberta da porcelana; e as outras são pequenas medalhas ovais com os bustos de D. Maria I, D. José e D. Maria I com D. Pedro III, sendo as figuras brancas sôbre fundo azulado ou côr de pinhão, havendo actualmente variedades diferentes destas últimas.

As três primeiras são mais raras; a primeira principalmente.

A descrição minuciosa delas fá-la o sr. D. José Pessanha no seu já citado estudo. Para lá remeto o leitor.

*

Alguns anos depois outras experiências idênticas se fizeram no Brasil, sendo seu autor o Dr. Manso Pereira, químico distinto e professor de Humanidades na Baía.

A argila com que obteve êsses resultados, muito vulgar no Brasil e chamada pelos indígenas *tabatinga*, dizia êle, ser o verdadeiro *kaolino*. Constando na côrte o seu descobrimento, encomendou-se-lhe certa porção da tal argila para aqui se fazerem experiências, como consta de uma consulta da Junta do Comércio de 5 de Setembro de 1793 (1).

---

(1) Êste Dr. Manso Pereira, além destas descobertas, também inventara um novo sabão de sebo e azeite de peixe, um novo vinho extraído da cana de assúcar, uma aguardente de cana feita

Dessas experiências de Manso Pereira, são documentos quatro medalhas, com os bustos de D. João VI, D. Pedro III e D. Carlota Joaquina, que o sr. D. José Pessanha descreve também miüdamente.

Tanto estas tentativas, como as que depois fêz o Dr. Domingos Vandelli no laboratório químico da Universidade de Coimbra, não lograram utilizar-se em trabalhos de maior fôlego e ficaram na indústria como simples curiosidades.

Só mais tarde, em 1834, é que um aprendiz da fábrica da Vista Alegre, L. Pereira Capote, descobria em Vale Rico, concelho da Feira, o ambicionado *kaolino*, na mesma região onde João Drouet já o tinha encontrado. Depois desta data é que a Vista-Alegre começou a produzir porcelana. Até aí só fabricara faiança (1).

*

Ainda, sôbre a mesma matéria:

Um serviço de chá que figurou na exposição de Cerâmica do Pôrto, em 1882, foi julgado pelo sr. Joaquim de Vasconcelos, crítico de arte portuense, como produto dos ensaios acima mencionados, pois tudo nêle, desde a matéria prima às côres, denunciam a obra de um principiante (2).

---

por meio de cal viva e outra por meio do alcali da bananeira e do mangue, e outras emprêsas demonstrativas de muito saber e de muita fôrça de vontade.

(1) Sete ex mplares de medalhas ainda se mencionam no trabalho aludido do sr. D. José Pessanha, cuja origem não está definida ainda, podendo atribuir-se a qualquer dos três ensaiadores.

(2) O serviço compunha-se de seis chícaras e pires, bule, leiteira, açucareiro, manteigueira e tijela, tendo tôdas elas a mesma

O sr. D. José Pessanha entende que tais peças são, sem dúvida, resultado dos ensaios de Bartolomeu da Costa, realizados, supõe o sr. D. José Pessanha, na Fábrica do Rato. De tais ensaios não encontrei o mais ligeiro vestígio documental.

Segundo uma informação dada pelo grande Silva Túlio ao Visconde Júlio de Castilho, existiu em tempo na posse do Senado da Câmara de Lisboa, uma riquíssima baixela, mandada fazer na China para servir nos banquetes dados, por ocasião da inauguração da estátua eqüestre, à magistratura, ao corpo diplomático e ao alto comércio. Essa baixela desapareceu, mas quis a Fortuna que alguns pratos e peças truncadas, em bela mas grossa porcelana, existam por memória, em poder de alguns curiosos. Um prato de doce, possui-o o sr. Visconde de Castilho; outros, existem no Museu de Arte Antiga por oferta de Silva Túlio; muitos em mão de vários particulares.

Tôda a baixela deveria ter tido a mesma decoração: cercadura verde e filetes de oiro na borda levemente ondulada em gomos, e um festão de rosas e fôlhas em seis apanhados; na passagem da borda para o côro, uma cadeia de elos pretos e doirados; ao centro, a estátua eqüestre tôda doirada (1).

---

decoração: a figura da Glória, coroada, em um carro triunfal, puxado por dois pavões verdes. Na mão esquerda sustenta um medalhão oval com dois bustos-retratos, lendo-se na moldura, que é côr de rosa, os nomes de D. Maria I e D. Pedro III. Com a mão direita vai guiando os pavões e nela sustenta ao mesmo tempo um sceptro de ouro. O carro é pintado a tinta da China com toques de ouro e vôa no espaço sôbre nuvens azuis.

A figura veste uma túnica amarela por debaixo de um manto côr de rosa. Não creio que esta baixela seja ensaio de Bartolomeu da Costa.

(1) *Arquivo Histórico*, tômo 1, 1903, pág. 237.

Uma peça dessa baixela, talvez, ou de outra (quem sabe?), apresenta o característico do monarca estar vestido como um verdadeiro mandarim, com uma fisionomia puramente chinesa, como diz o sr. Joaquim de Vasconcelos (1).

*

Ao leitor ainda vou dar uma outra novidade velha.

Em poder de um clérigo de Mafra estavam, há alguns anos, seis pratos de porcelana, cuja descrição, aproximadamente, é a seguinte:

Fundo branco; no centro, a azul, a coroa real ladeada por duas figuras, como fazendo-lhe guarda de honra, representando dois soldados vestidos com os fardamentos do tempo do Conde de Lipe, casaca, tricórnio, etc., com a interessante particularidade de os rostos serem, como o de El-Rei D. José, na peça acima referida, puramente chineses, tal como os vemos nos leques e nos charões. Na cercadura, a azul, um letreiro, em letra de pena, escrito por quem seguramente conhecia o nosso alfabeto, não conhecendo entretanto a língua. O letreiro, difícil de ler, pela má colocação dos espaços, diz o seguinte:

«*Sete barro he outro ounicórnio*».

Tais palavras querem, fora de dúvida, referir-se, à transparência e à boa qualidade do barro.

Da decoração e do letreiro se conclui, sem grande custo, que tal barro foi certamente enviado de cá, para a China, no fim do século XVIII, a-fim-de ouvir a opinião dos artífices orientais, que, por gentil admiração ou por indicação das autoridades portuguesas ou ainda

---

(1) Ao falecido Major Santos Ferreira, que foi bibliotecário do Ministério da Guerra, é que devo esta notícia.

por conselho de qualquer emissário especial, escreveram o dístico laudatório.

¿Terá ainda isto alguma ligação com as experiências de Bartolomeu da Costa, de Drouet, de Manso Pereira, de Vandelli, de Sobral, de Raposo ou de Girão?

Vejamos agora, o que é importantíssimo, o destino dos aludidos pratos.

Por morte do padre, passaram para a sua governanta e desta para as mãos de uma senhora que, por seu turno, os vendeu ao conhecido Libório. Este, pouco depois, alienou-os. Um curioso antiquário, de apelido Vilar, disse, a quem gentilmente me comunicou estas notícias, haver um amador de louças que possuia uma peça (não prato) com o mesmo letreiro e figuras. Nos bric-a-bracs, aparecem, de quando em quando, pratos desta baixela.

*

Prometi falar na fábrica do *Ratinho*. Vou cumprir a promessa.

O *Ratinho* é o nome de uma aristocrática manufactura de faiança, aninhada que esteve num canto dos jardins do palácio Palmela para o lado do Poente. Foi aí que, em 1872, o conhecido pintor António Luís de Jesus montou um forno de primitivo sistema, com vigias, e, paralelamente, oficinas de roda, de tôrno e de materiais.

A ideia da fábrica fôra sugerida à falecida Duquesa de Palmela, espírito requintado de artista, lendo em Agôsto de 1872, na poética Sintra, a vida do ceramista francês Bernardo Palissy. Com o auxílio de outra artista, também já falecida, a senhora Condessa de Ficalho, deu-se princípio ao trabalho, mal regressadas da vile-

giatura inspiradora e eis aí a pequeníssima fábrica a funcionar. A senhora Duquesa modelava, a senhora Condessa de Ficalho escolhia os motivos decorativos e cobria-os. O mestre Jesus preparava os esmaltes e o Miguel Gomes Correia, da olaria da rua da Imprensa, fornecia o barro. Este era todo o pessoal do *Ratinho*.

Da sua produção fala, com conhecimento, de causa sr. José Queirós no seu citadíssimo e magnifico livro. Para evitar a deficiência de um extracto, transcrevo na íntegra êsse ponto de *A Cerâmica Portuguesa:*

Apezar da producção do Ratinho não ter sido grande, a relação podia ser superior á que vamos dar, pois que uma das pessoas que nos podiam elucidar mais uma vez, já não existe — a senhora condessa de Ficalho — e a senhora duquesa de Palmella não se lembra de todas as peças que ofereceu. Em todo o caso o maior numero deve estar no paiz. Aquellas de que ha noticia são: um busto da senhora condessa de Ficalho; o jarro oferecido ao conde de Brandenburgo; um cão; seis pratos, dois dos quaes são de pé (queijeiras) e pertencem á senhora D. Maria de Mello Breyner (Ficalho) e quatro á casa Palmella; e um jarro que pertence ao sr. Francisco Wanzeller.

Exceptuados dois exemplares, dos quatro pertencentes aos senhores duques de Palmella (uma urna para agua e um cangirão) todos que notamos são marcados com um pequeno rato e os monogramas das fundadoras.

De todas as peças que conhecemos, teem a primazia como modelação as polychromia e esmalte:

Jarro, de elevada asa, forma de pipa, tendo no bójo por baixo do bico, uma mascara de satyro, com sua expressão de hilariedade, causticante, perfeitamente modelada e colorida. Entre a mascara e a pega, dispostas com arte, folhas de hera, symbolo da persis-

tencia, que se prendem á superficie, decoradas com filetes e gregas a toda a altura do vaso. Marcado na parte exterior do bico.

Travessa decorativa, forma octogonal, ornamentação em relevo e colorida: um cacho de uvas, que acompanha a borda pela parte inferior da composição, um sardão, uma rã e um cacho de nesperas com suas folhas. Em volta, na aba, uma cercadura delicadamente pintada a tinta amarella, quente, sobre fundo verde, manchado e velho, que dá a impressão de um veludo antigo, bordado a oiro, e tudo isto sob um esmalte lacteo e brilhante.

Estes dois exemplares, que estão ao cuidado e estimação do sr. duque no seu gabinete de trabalho, teem a nosso ver, não menos valor, para a historia da Ceramica Portugueza, do que em França os productos de Oiron, de que apenas se conhecem duas duzias de peças — se tanto — embora essas faianças datem do principio do seculo XVI *e as do Ratinho contem sómente trinta e quatro annos* (1).

---

(1) *Cerâmica Portuguesa*, pág. 98.

CAPITULO VIII

Sumário: Achamo-nos, o leitor e eu, no Jardim das Amoreiras — Apontam-se as quintas em que se recortava aquêle terreno e os caminhos que as serviam — A classe dos Fabricantes de Sêdas — É projectado um bairro para ela — Escolhe-se na vizinhança da Casa da Água — O primitivo plano do engenheiro Carlos Mardel — Sua vastidão — Retraïmento da iniciativa particular — O «Real Colégio das Manufacturas» sonhado por Pombal — É ordenado o comêço da obra — Aforamento dos terrenos — As barracas provisórias de 1755 — Planta-se a Praça, de amoreiras — A amoreira do Marquês — O abarracamento dos Carmelitas Calçados — Transfere-se para o Carmo a Imagem de Nossa Senhora em 1758 — Origem de alguns nomes das ruas bairristas — As travessas da Légua da Póvoa, da Lebre, das Bruxas, de S. Francisco Xavier, do Alto de S. Francisco, etc. — A Fábrica dos Pentes — Diz-se o que lá se fabricava e citam-se os seus mestres — A «tartaruga do Alentejo» — A Fábrica de Caixas de Cartão e Vernizes — Dois incêndios — Trespassa-se a Fábrica dos Pentes e arremata o fabrico e o contrato do marfim, o Erário Régio — Reïnvindicações operárias — Faz-se uma lista dos artífices — Citam-se os pintores que trabalharam na Fábrica das Caixas, e enumeram-se os seus artefactos — As iniciativas de La Croix — O atrazo da indústria nacional no século XVIII — A Fábrica de Cutelaria — Mencionam-se os Mestres e alguns artífices — Faz-se uma lista dos artefactos que lá se produziram — A Oficina de Ferragem de Cirurgia — Um mestre de fazer lancetas — Mencionam-se várias outras fábricas semelhantes — A Fábrica de Relójios — O génio irrascível de Berthet — Lista dos oficiais da oficina — O progresso no tempo de Durand — Os relojoeiros que lhe sucederam — Um relójio feito para o coleccionador Marquês de Marialva — Mencionam-se alguns relójios e alguns relojoeiros — Oficinas em Lisboa, Santarém, Maia e Barcelos, e na Índia, Brasil e Moçambique — O carrilhão de Alcobaça.

Nunca passo por esta ridente praçazinha ajardinada, cercada de prédios de um só andar, freqüentada quási só dos bairristas que parece olharem desconfiados a gente que se atreve a invadir o seu domínio, que me não imagine num logradoiro provinciano. Se há jardim que, em Lisboa, seja privativo de um bairro, é êste; e de aí o seu carácter exclusivista e o seu ar de pacatez ao qual a pouca altura dos prédios, amesquinhados ainda pela vasta mole da Casa da Água, lhe ajuda a dar o aspecto que nos fere à primeira vista.

Todo êle, porém, e as casas e ruas que o cercam eram quintas e terras de semeadura antes de 1755 e antes mesmo de 1759, ano em que o sagaz Conde de Oeiras passeou por estas paragens o seu olhar prescrutador e inteligente. Daí, nasceu um plano grandioso. Executado êle, nasceu, por seu turno, o bairro, que o leitor vai percorrer.

*

Eram ali a *quinta e casas de Manuel da Cunha Tavares* (1), a quinta *do Vestimenteiro* e as terras dos padres da Congregação do Oratório. Ficavam estes terrenos entalados entre a estrada de Entremuros e a das Águas Livres, hoje rua das Amoreiras e rua de Silva Carvalho (2). A primeira destas vias de comunicação, não seguia tôda a diretriz que depois teve. Acabava ali por altura do alto de S. Francisco. Depois dobrava

---

(1) Não sei quem fôsse êste sujeito. Algumas indagações que fiz nesse sentido, resultaram infrutíferas.

(2) Hoje já tem outro nome. É Rua de Artilharia N.º 1. Se ao menos todos os novos nomes fôssem postos com critério como êste, seria menor a confusão que se tem estabelecido. O regimento que a denominou é que já não é o n.º 1, é o n.º 3.

para o sul, vindo saír no mesmo ponto onde agora sai, no largo do Rato. Era ela que separava a quinta do Tavares das terras dos Congregados.

O monumental plano de reconstrução da cidade a que já, algures, tive de aludir, abria neste local uma praça enorme, sôbre o quadrado, limitada ao poente pelo aqueduto, como melhor se pode ver na planta que acompanha o primeiro volume desta obra.

Para cima das quintas *do Tavares* e do *Vestimenteiro*, ainda apartadas pelos dois citados caminhos, até entestar com a antiga circunvalação, ficavam duas outras quintas: *a de Francisco Luís de Laguar*, para o lado das Águas Livres e a *do Guarda-mor*, para o lado de Entremuros. As casas do Laguar ficavam na esquina para a Cruz das Almas.

*

A classe dos Fabricantes de Sêdas fôra organizada já nos Estatutos da Real Fábrica, formando uma espécie de Confraria, ou Monte de Piedade, em que se auxiliavam uns aos outros, mantendo entre si obrigações, sob a protecção eficaz da Direcção da Fábrica que lhes fornecia a crédito, pelos preços mínimos, todos os utensílios da profissão. Teares, sedas, matizes e desenhos tudo fornecia o Estado, por mão da Direcção, descontando depois o seu custo no preço porque lhe eram comprados os produtos do seu trabalho, caso fôssem dignos de aquisição. No caso contrário, ficaria o artífice excluído do favor, apreêndendo-se o material que fôra fornecido. Cada Mestre era obrigado a ter um certo número de aprendizes. O tempo de aprendizagem era de cinco anos, durante os quais se não poderiam ausentar de casa dos Mestres, nem por estes ser despe-

didos sem causa justificada. Os Mestres, incorporados na Fábrica, podiam ter, em sua casa, de um a quatro teares, conforme o seu saber e actividade. A Direcção da Fábrica estava sujeita à Junta do Comércio, e dêste modo ligada à Companhia do Grão-Pará e Maranhão e à de Parahíba que proporcionavam a saída e consumo dos produtos da Fábrica, de modo que, desde o mais modesto aprendiz às mais altas categorias da Junta e das Companhias, tudo se achava unido, por um interêsse mútuo, às prosperidades da nova indústria (1).

*

Destas ideias criadoras de Pombal, foi natural seqüência a construção de um bairro para os fabricantes, longe do bulício da cidade.

Alguns dêsses artífices estavam sem teares. Urgia, pois, a construção de casas adequadas ao seu mister.

O local escolhido foi na vizinhança da Casa da Água e Árcos das Águas Livres, como vimos, e encarregou-se o fecundo e notável Engenheiro Carlos Mardel, de gizar o plano. Foi êste concluído e assinado em 4 de Março de 1759 e logo em 14 saíu o decreto confirmando-o e determinando a sua execução.

Conforme a letra dêsse documento, todo o Bairro seria exclusivamente para os fabricantes, tendo prioridade na construção das noventa moradias projectadas, os proprietários e foreiros do solo, avaliando-se o fôro pelo que rendia antes de 1755. O aluguel de cada uma das casas não podia exceder a quantia de 48$000 réis anuais e os fabricantes incorporados na Fábrica tinham

---

(1) *Noções Históricas e Económicas,* etc., por Acúrcio das Neves, pág. 87 a 92.

preferência para êle. O senhorio apenas os podia despedir no caso de falta de pagamento.

Por conta da Fábrica haviam de construír-se sessenta moradas de casas com localização determinada: nas ruas que faziam frente ao pórtico e arcos das Águas Livres.

Com referência ao plano de Mardel, diz o citado documento:

«*Tomando-se por ora, somente* (1), *o terreno que confina pelo sul com a rua que corta pela porta setemptrional da quinta de José Ribeiro* (2); *pelo nascente com a rua que passa pela quinta dos padres da Congregação para S. Sebastião da Pedreira; pelo norte com outra rua que corta pela extremidade meridional da quinta do Vestimenteiro, e della pelo meio das terras, e quinta de Manoel da Cunha Tavares; e pelo poente pela rua que vem de S. João dos Bem Casados para o largo do Mosteiro do Rato; se comprehendem neste terreno, sete ruas que cortão do nascente ao poente, com seis que cortam de norte a sul e nellas 22 quadrados grandes de moradas cada hum, e 15 pequenos de 8 moradas, que fazem ao todo 472 habitações de 4 teares cada huma, edificadas na forma*

---

(1) Estas palavras parecem indicar, ainda, a intenção de um plano mais grandioso. Infelizmente nem êste se chegou a executar como veremos.

(2) Esta quinta de José Ribeiro (de Oliveira) escrivão da Tenência Geral da Artilharia e Familiar do Santo Ofício (Carta de 21 Agôsto de 1737—Processo 42-670) ficava encravada nas terras dos Congregados do Oratório. A casa da quinta tinha uma ermida, de Nossa Senhora Mãe de Deus e dos Homens, onde esteve a paróquia de S. Mamede, desde 1756 a 1783. A rua em que fala o decreto deve ser a serventia conhecida mais tarde pelo bêco de Santo António e que ia saír a Vale do Pereiro, em frente da travessa da Natária.

do plano, e por necessaria consequencia 1888 teares grandes ou de matizes, etc. (1).

Era extenssíma a área ocupada pelo projectado bairro. Nem a quarta parte do terreno marcado no decreto se chegou a povoar de casas, muito embora o legislador nêle desse a entender, bem claramente, a intenção de o aumentar ainda.

Servindo-nos dos nomes actuais, ia desde a rua das Águas Livres a meio do Parque Eduardo VII, no sentido poente-nascente. Parece que, mais tarde, em virtude da falta da iniciativa particular que pouco fêz, se resumiu o plano, projectando-se apenas a construção de desasseis agrupamentos ou quarteirões, conforme se vê de um *Plano Geral da Cidade de Lisboa em 1785*, gravado por Francisco D. Milant, que me foi oferecido, em 1908, pelo meu ilustre mestre, o Visconde Júlio de Castilho.

Outra planta, copiada da Colecção das Plantas das Freguesias de Lisboa, feitas pelo sargento-mor José Monteiro de Carvalho (2) marca novo traçado ao bairro, limitando-se talvez a representar os quarteirões já edificados no seu tempo; apenas sete.

As primeiras moradas de casas, construídas foram as sessenta, mencionadas no decreto, as quais custaram a quantia de 71.184$601 réis e cujas obras terminaram em 1769 (3).

*

A ideia primitiva, como vimos, era que o bairro se destinasse para os artífices da sêda. Pouco depois, po-

---

(1) Decreto de 14 de Março de 1759.

(2) Existe essa colecção, no Arquivo da Tôrre do Tombo.

(3) *Noções Históricas, Económicas*, etc., pág. 94.

rém, o próprio Marquês chamava-lhe *Real Colégio de Manufacturas* e tornava-se numa verdadeira escola-fabril, acolhendo no seu âmbito outras indústrias que Pombal ia introduzindo no nosso país a título de experiência. Os aprendizes da tal Colónia Fabril, que trabalhavam por conta da Fábrica, principiaram, então, vivendo numa verdadeira comunidade, com a sua cozinha, o seu refeitório, médicos e cirurgiões, enfermaria, etc., tudo pago pela Direcção.

O seu trabalho era dirigido pelos contramestres, que davam à Fábrica-Mãe conta restricta do procedimento e merecimentos dos educandos.

Algumas dessas novas indústrias que, a seu tempo, enumeraremos, progrediram e deram magníficos frutos; outras, por imperícia dos mestres, por falta de mercado e por outras circunstâncias acabaram com perda para o cofre comum. Logo veremos tudo isso.

*

Em 22 de Maio dêsse mesmo ano de 1759, foi expedido pelo Ministério do Reino o seguinte *aviso* com a rubrica de el-rei:

«*Por decreto de 14 de março do corrente anno, fui servido ordenar ao Dezembargador Pedro Gonsalves Cordeiro Pereira, do meu conselho, que serve de regedor, mandasse terraplenar a praça imediata aos Arcos das Aguas Livres, no sitio do Rato e desimpedir todo o mais terreno em que se hade edificar o novo bairro dos fabricantes de sedas, na forma da planta do Tenente-Coronel Engenheiro Carlos Mardel: E para que esta minha Real determinação, tenha logo o seu devido cumprimento, sou outrosim servido que a Junta do Comércio destes Reinos e seus dominios mande*

fazer a referida obra pela direcção do sobredito tenente-coronel Engenheiro, pagando-a do cofre geral dos 4%, por emprestimo que hade ser satisfeito pela primeira remessa do que vier de qualquer dos Portos do Brazil, a entregar à mesma Junta, por conta da Real Fazenda. A sobredita Junta do Comércio o tenha entendido e faça executar» (1).

A obra não se fêz, pois, demorar.

*

As freiras trinas do Rato, aproveitaram a ocasião e pediram licença para aforar a orla da cêrca que entestava com a actual rua das Amoreiras ... *que deve separar a dita casa do referido terreno na conformidade da planta do tenente-coronel*, como reza o documento de que me sirvo (2). Foi-lhe concedido o aforamento com a condição dos enfiteutas dos novos prazos edificarem na forma da lei, debaixo da mesma uniforme simetria do plano.

*

Pelo meio do actual largo, havia então numerosas barracas, restos dos asilos provisórios de 1755. Muita gente fugiu para êste local e proximidades, mais poupado pelo cataclismo do que a parte populosa da capital. Fizeram-se inúmeras barracas e ali ficaram por muitos anos, quási até nossos dias. Em 1756, 25.000

---

(1) *Livro 6 dos Avisos do Ministério do Reino*, existente no Arquivo da Tôrre do Tombo, fl. 98.

(2) *Idem, idem*, fl. 97 v.º.

dos habitantes de Lisboa viviam então na paróquia de Santa Isabel.

Em *aviso* de 12 de Junho de 1758, foi ordenado aos inspectores do Bairro-Alto, que não permitissem a construção de mais barracas nos terrenos, já então, destinados para o novo bairro e fora do alinhamento das que já existiam (1).

Uma dessas barracas abrigou, durante algum tempo, os Carmelitas Calçados, do mosteiro do Carmo. Em seguida ao terremoto que lhe arruinou a igreja e a casa conventual, fugiram para umas barracas ao Campo Grande. Quanto tempo aí se demoraram, não sei.

Passaram depois para outras barracas aqui, junto aos arcos das Águas Livres, e ao pé da ermida de Monserrate, então ainda por acabar. Aí estiveram até 1758 (2).

Dois *avisos*, expedidos pelo Ministério do Reino, respectivamente para o Marquês Estribeiro-mor e para o Marquês de Tancos, em 26 de Junho dêsse ano, noticiam-nos a saída, solene e procissional, dos Carmelitas, das Amoreiras para uma igreja provisória no mesmo largo do Carmo (3).

Fêz-se a trasladação da Imagem de Nossa Senhora do Carmo e conjuntamente a saída dos religiosos, em 2 do mês seguinte, perante numerosa assistência. Fêz a guarda de honra, nas Águas Livres, uma companhia de cavalos, no largo do Carmo outra, estacionando uma terceira companhia em S. Roque.

Tôdas as ruas do percurso — Rato, rua do Colégio

---

(1) *Livro 5.º, idem*, fl. 227 v.º

(2) *As Ruínas do Carmo*, por M. J. da Cunha Brandão — Separata do *Boletim da Real Associação dos Arquitectos Civis e Arqueólogos Portugueses*.

(3) *Livro 5.º dos Avisos do Ministério do Reino*, fl. 243 v.º e 244.

dos Nobres, Moínho de Vento, S. Roque, Portas de Santa Catarina, travessa das casas do Duque Regedor e Carmo — estiveram guarnecidas de tropa.

Chegada a Imagem ao Carmo, e instalada no templo provisório, cantou-se um solene *Te-Deum*, para o que tinham acompanhado o préstito os músicos da Santa Igreja Patriarcal, trombetas e timbaleiros (1).

*

Em 1762, na praça, na rua de Monserrate que nela desembocava e na travessa do lado esquerdo da calçada da Fábrica da Loiça, havia oitenta barracas, algumas das quais só foram demolidas em 1848 e ainda em 1852, como consta das actas das sessões da Câmara, dêsses anos. Foi uma verdadeira epidemia que custou a debelar.

*

Em 1771 foi todo o largo dos Fabricantes, coerentemente, plantado de Amoreiras, semeando-se 331 pés, cuja importância ascendeu a 725$247 réis. O Marquês de Pombal quis assistir a essa plantação, dando-se-lhe o prazer de semear a primeira árvore. Segundo a tradição era a que estava entre o chafariz e a porta da ermida fazendo encosto a um dos assentos de pedra e digo *era* porque, em sessão da Câmara de 12 de Janeiro de 1863, o vereador Luís de Almeida e Albuquerque, foi autorizado a substituír por olmeiros e oliveiras, as amoreiras do largo. Faço justiça ao venerando pe-

---

(1) *Livro 5.º dos Avisos do Ministério do Reino*, fl. 224.

dagogo já falecido. Luís de Almeida e Albuquerque ignorava certamente que mãos tinham nobilitado uma dessas árvores. ¡De contrário, nem êle nem a Câmara teriam cometido tamanha barbaridade!

Espanta-me entretanto essa determinação camarária.

¿Que mal fariam as históricas amoreiras que até aí tinham sido cuidadosamente zeladas a ponto de se pagar a um guarda que as vigiasse?

¡Alto mistério que me não é dado desvendar!

*

Lancemos os olhos sôbre as ruas do novo bairro.

Alguns nomes ferem-nos logo os ouvidos e entra comnosco uma comichão de curiosidade. ¿Que diacho quererá dizer isto de *Légua da Póvoa* com que se enfeita uma das travessas, a que vai de Entremuros à parte superior do Jardim?

É costume dizer-se, tratando de alguma grande extensão: *é do tamanho da légua da Póvoa.* Pelos modos a tal *légua* é maior do que as outras, mas a travessa é tão pequena que se não pode explicar pelo dito popular.

Aí fica o enigma, para os antiquários-charadistas.

O que eu posso dizer é que em 1833 já ela tinha êsse nome e que daí para traz não a vi mencionada em parte alguma (1).

A travessa das *Bruxas*, nasceu também no mesmo ano, em que vejo igualmente mencionar-se, perto dela (2)

---

(1) *Livros do Lançamento da Décima,* no Arquivo do Tribunal de Contas — freguesia de Santa Isabel — ano de 1833.

(2) Foi-lhe recentemente mudado o nome para *Travessa das Águas Livres.*

o *páteo da Cova da Onça*, um amontuado de barracaria velha de que hoje não há vestígios (1).

¿Não sabe o leitor que Bruxas eram essas? Pois eu também não posso informá-lo. Com o mesmo nome sei de mais duas serventias, uma a S. Vicente (a actual travessa de S. Vicente) e outra à rua Formosa, perto da Casa dos Padres da Divina Providência.

É esta que deve ser a travessa das Bruxas, mencionada num documento inserto no *Dicionário dos Arquitectos e Engenheiros*, de Sousa Viterbo, como assento de um quartel em 1809 (2). Nesta, às Amoreiras, não havia ainda, nessa data, o actual aquartelamento cuja construção se fêz muito mais tarde.

A travessa *da Lebre* também me deu que pensar, mas afinal matei-a; não a lebre mas a adivinha.

Em 1810, algumas das propriedades abarracadas que aí havia, pertenciam a um tal Domingos Luís Lebre. Chamava-se então a travessa das *Laranjeiras* (3).

Deu, portanto, o Lebre o seu nome à travessa. A Câmara feminizou-a depois; hoje é *da Lebre*.

---

(1) Vide volume I, pág. 144. Em 1860 e 1861 a travessa das Bruxas esteve atravancada de entulhos provenintes de obras feitas, então, no aqueduto, pela Companhia das Águas.

(2) Esta *Travessa das Bruxas* ligava o Bairro-Alto com a rua Formosa e Cardais. Os teatinos, em 1741, requereram a sua apropriação ao alargamento da igreja dos Caetanos. Era suja, íngreme e mal freqüentada. Uma casa de uma tal Maria Joaquina que os padres queriam também, era destinada a Jôgo da Bola e Cartas. Tinha muro de quintal com porta para a serventia. A Resolução régia foi, em parte, a favor dos Caetanos (*Elementos para a História do Município de Lisboa*, tômo XIV, pág. 2 a 14.

(3) *Livros do Lançamento e Superintendência da Décima* — Santa Isabel, 1810.

As travessas da *Fábrica das Sêdas*, uma às Amoreiras, outra ao Alto de S. Francisco (*Edital* de 5 de Agôsto de 1867) e a calçada *da Fábrica da Louça*, estão a dizer de onde lhes veio o nome; as de *S. Francisco Xavier* e do *Alto de S. Francisco*, imediatamente se denunciam. Resta-nos a travessa da *Fábrica dos Pentes*, e para satisfatòriamente lhe explicarmos o nome remontemos outra vez ao século XVIII e ao Real Colégio de Manufacturas.

*

Em 20 de Outubro de 1764, foram celebradas as condições com o mestre Gabriel de la Croix, para o estabelecimento de uma fábrica *de pentes de marfim, caixas de papelão e verniz* que êle se propunha dirigir.

Por essas condições, ou mais pròpriamente por êsse contrato, foi-lhe estabelecido o ordenado de 600$000 réis, livres de todos os encargos, e além disso a metade dos lucros que desse a Fábrica. Gabriel de la Croix, era francês de origem.

Vinte anos durou a sua administração e diz-nos Acúrcio das Neves que ela foi zelosa e justa, com grande benefício para a indústria que dirigia e ainda para outras.

Atendendo aos seus bons serviços, concedeu-se-lhe uma pensão de 200$000 réis, por *decreto* de 8 de Outubro de 1768 e, dois anos depois, por *alvará* de 10 de Dezembro foi-lhe transmitida a Fábrica com uso gratuito, por dez anos, obrigando-se êle a reembolsar a Direcção da Fábrica das Sedas de tôdas as despesas que tinha feito, e a sujeitar-se à fiscalização da mesma. Em troca ficava com o privilégio do fábrico

dos artefactos da sua oficina e do comércio da goma-copal (1).

A-pesar-da sua boa administração, o cofre da Fábrica-Mãe perdeu com esta oficina, até 1772, 10.900$899 réis.

Não foi mais feliz a filial de Tomar, que ali funcionava sob a direcção de outro francês, Jorge Reynier e que fabricava vernizes e caixas de papelão. A Fábrica de Lisboa, tivera um desastre: ardera parcialmente na noite de 19 para 20 de Julho de 1773, mas a de Tomar, essa ficou inteiramente destruída por outro sinistro igual em 14 do mês seguinte (2).

Os dois incêndios causaram a La Croix um grande prejuízo. Esta circunstância acumulada com a de ter sido iludido no balanço, feito por ocasião da tomadia da Fábrica, balanço que apresentou um lucro fictício dando à existência um valor que não tinha, originou um prejuizo às oficinas que dirigia, computado nas contas feitas em 30 de Novembro de 1774, em réis 27.010$832, sendo 16.601$416 réis à Fábrica de Caixas e Vernizes, e 10.409$416 réis à dos Pentes de Marfim, quantias estas que ficava devendo à Real Fazenda pelo seu exercício até 9 de Setembro dêsse ano.

A Direcção deu óptima informação à súplica feita por La Croix ao Marquês de Pombal, confirmando as

---

(1) *Noções Históricas, Económicas e Administrativas*, pág. 214 e 215; *Livro A de Decretos e Avisos — Decreto* de 8 de Outubro de 1768, pág 13 e 50; *Livro B, idem*, pág. 143 a 146, 149, 164 a 165, 174, 189 a 190, 192, 199, 204, 215 a 216 e 334; *Livro C, idem*, pág. 19 v.º, 20, 47, 57, 75, 79 v.º, 81, 81 v.º e 82.

(2) Pombal, que estava na Nazaré, logo que teve notícia do incêndio, expediu ordem para se adoptarem providências para o caso. Fêz-se um plano para a Fábrica dos Vernizes se montar separadamente da das caixas de cartão (*Representações — Livro A*, pág. 71, 78 e 79 — *Representação* de 22 de Outubro de 1773).

avaliações erradas do inventário citadas por êle, apenas ressalvando do seu parecer favorável as solicitações que o Mestre fazia respeitantes às despesas feitas para o descobrimento da composição dos vernizes e do lacre. Essa informação é datada de 9 de Setembro (1).

Em 1777 de outra informação da Junta consta um activo de 46.052$646 réis e um passivo de 48.461$844 réis. O maior prejuízo provinha da oficina das caixas de papelão que era dispendiosíssima. Tinham pouca saída por serem «género de capricho, de muita concorrência e não de primeira necessidade», como alegava La Croix. Êste solicitou então que lhe aceitassem novas *condições*, com prorrogação do privilégio por mais dez anos, entrando nêles os três que acabavam em 1780. A venda privativa de todo o marfim, a entrega de seis partidas dêle, de dois em dois meses, e o pagamento do seu débito em prestações anuais, eram as bases das novas condições que mencionavam também a liberdade de êle graduar a produção das caixas e vernizes, escolher o gôsto da obra, e regular, sem imposições, a admissão e o número dos aprendizes e oficiais.

A Junta informou bem. La Croix era-lhe simpático. O atestado que lhe passou a 12 de Julho de 1780, presta homenagem à sua inteligência, zêlo, bons serviços e honrado procedimento (2).

Por êste tempo Gabriel La Croix, retirou-se por doença, para a sua pátria, trespassando (como hoje se diz) a Fábrica dos Pentes a dois associados, António

---

(1) *Livro 917 B de Decretos e Avisos*, pág. 143 a 146 e 215 a 216.

(2) *Livro 925 de Registo de Consultas — Informação* de 12 de Dezembro de 1777, pág. 39 a 40 v.º e *Livro B de Decretos e Avisos — Atestado* de 12 de Julho de 1780, pág. 334.

Martins Bastos e Marcos José de Matos, sob as mesmas condições e com autorização da Junta (1).

Estes novos concessionários começaram a administrar a oficina, mas não foram felizes, a-pesar-de serem pessoas probas e trabalhadoras na opinião da Junta.

Os oficiais da Fábrica não os deixaram descansar com constantes reclamações. Queixaram-se dêles, dizendo que a sua administração era o puro arbítrio, tendo os salários diminuídos sem ser por falta de trabalho. Os 45 oficiais e 15 aprendizes que lá trabalhavam em perfeita escravidão (dizem êles) representavam 200 pessoas, que viviam na miséria. Os queixosos apresentam contas e cálculos tendentes a provar o lucro da oficina, dados êsses que a Junta, informando, não julgava exactos. As 1.804 arrobas de marfim que se laboravam anualmente deviam de dar um lucro de mais de seis contos e quinhentos, quantia que ela supôs excessiva, não devendo estar certo o cálculo da laboração visto que diminuira com o aumento dos direitos na entrada do marfim em Espanha. Foi isto em 1787, opinando a Junta que, quando se remodelasse a Fábrica, se melhorassem as condições dos operários; mas as reclamações já vinham de 1781 (2).

Os artífices não desistiram. O benefício conseguido, por *decreto* de 24 de Abril de 1784, da isenção de direitos de saída para o marfim trabalhado se tornar extensivo ao «retrasse» (desperdícios) e para que as cha-

---

(1) *Livro 918-C de Decretos e Avisos*, pág. 20 e 57. A autorização para o trespasse, deu-se por despacho da Junta de 19 de Março de 1780.

(2) *Livro 926 de Registo de Consultas*, pág. 5 a 5 v.º — *Consulta* de 24 de Janeiro de 1781 e *Livro 927 de Registo de Consultas*, pág. 46 a 50 — *Consulta* de 22 de Novembro de 1787. Página 55 a 56 v.º, *idem* — *Consulta* de 23 de Fevereiro de 1788.

pas curtas e defeituosas pudessem entrar nas Conquistas pagando como marfim em bruto, melhorara as condições da oficina, mas essa luta constante entre os operários e administradores, estragava-lhe os efeitos (1).

Em Maio de 1787 os oficiais Joaquim António de Seixas e Francisco José dos Santos, fizeram nova reclamação para o que se solicitou a informação da Junta, em *avisos* de 21 dêsse mês, 10 de Outubro e 11 de Dezembro.

Parece, pela instância, que havia resistência no dar do parecer, verdade seja que o último aviso era um tanto descabido, visto que o *decreto* de 16 de Novembro dêsse ano, declarava que o contrato da venda do marfim, com a Fábrica dos Pentes, fôra arrematado pelo Erário Régio, tirando-se ao Bastos e ao Matos (2).

No ano seguinte, ainda aparece, extemporâneamente, outra instância de consulta sôbre requerimento dos operários da oficina, ao que a Junta respondeu que em face do decreto do ano anterior, tal assunto estava fora da sua alçada (3). O que os penteeiros queriam era constituír-se em corporação como os Mestres de largo de lavor da Real Fábrica das Sêdas. Era a reinvindicação operária do tempo.

As dívidas dos administradores ao tempo da arrematação pelo Erário, eram de 36.447$911 (4).

---

(1) *Livro 926 de Registo de Consultas*, pág. 83 a 83 v.º — *Consulta* de 7 de Janeiro de 1784 e *Livro C de Decretos e Avisos*, pág. 20.

(2) *Livro C de Decretos e Avisos*, pág. 75, 79 a 81 v.º 86, e *Livro 919-1.º de Registo de Decretos*, pág. 9 — *Aviso* de 7 de Janeiro de 1790.

(3) *Livro 927 de Representações e Consultas* — *Consulta* de 23 de Janeiro de 1788, pág. 55 a 56 v.º

(4) *Livro 919-1.º de Registo de Decretos*, pág. 9.

*

A Fábrica dos Pentes estava instalada nas casas, então n.os 49 a 50 e depois nas n.os 49 a 52 do Bairro dos Fabricantes, naquela rua que, seguindo a direcção Norte-Sul, vai desembocar ao meio da praça, e hoje no nome a rememora.

Os *Róis dos Confessados da Freguesia de Santa Isabel* que de vez em quando chamam *Gabriel da Cruz* a La Croix, mencionam, em 1765, na oficina, os oficiais João Latau, João Pomier, Filipe Lamite e António Rustier, e os aprendizes Manuel Roiz Pereira, José da Silva, Faustino José, Bernardo António, José Rufo e Domingos Roiz Pereira (que ainda lá estavam em 1767), Manuel Reis, e António del Rio.

A mulher de La Croix, Antónia Daly, figura no *Rol* de 1767, com o oficial Rustier e os novos aprendizes Manuel António, Joaquim José, Fulgêncio José e Miguel Francisco que também se mencionam no ano seguinte com mais estes: Manuel de Jesus, Francisco Tomás, Teodósio José, António José, Francisco José, Joaquim Henriques, António da Costa, João Guilherme, Benedito Sennin, José Joaquim, João Francisco e Francisco Ricardo.

Em 68, citam-se La Croix e 37 aprendizes inominados, e, em 70, o mesmo com 32. Em 71, os *Róis* citam La Croix, sua mulher, Gabriel, filho menor, 3 criados, os oficiais José Rufo e Manuel Roiz Pereira e 25 aprendizes; e em 72, 6 aprendizes e 46 operários entre os quais dois estranjeiros, Sebastião Varonis e Pedro Varonis.

*

Na oficina de La Croix, fabricavam-se os seguintes artefactos:

Pentes de marfim, de tôdas as sortes, e ainda de tartaruga (1);

Bolas do dito para taco e bilhar;

Facas de cortar papel e tirar pós;

Colheres e garfos de marfim;

Chapas de marfim aparelhadas para pentes;

«Retrasse» e desperdícios de marfim;

Caixas de cartão de tôdas as qualidades;

Garrafas de vernizes de tôdas as sortes (2).

O marfim para os pentes vinha do Brasil e de Angola. Nos *Livros da Junta da Administração das Fábricas*, existentes na Tôrre do Tombo, registam-se numerosas *ordens* e *avisos* referentes a estas remessas.

Desde 27 de Novembro de 1771 ao fim de 1772 vieram para a Fábrica 6.050 pontas de marfim. Isto dá a medida da actividade fabril da oficina do Bairro das Amoreiras (3).

A produção da Fábrica devia de ter sido enorme.

Além dos artefactos citados também nela se manufacturavam cabos de sinetes. Possuo um de evidente fabrico nacional e que sem grande êrro se poderá atribuir a esta oficina. Os pentes que anteriormente se

---

(1) Os juízes do ofício de penteeiros queixaram-se, em Abril de 1777, à Junta do Comércio que La Croix fabricava pentes de tartaruga que eram privilégio dêles. Foram atendidos (*Parecer* de 10 de Abril de 1777) — *Livro 917-B de Decretos e Avisos*, pág. 215 a 216.

(2) *Livro A de Decretos e Avisos*, pág. 100.

(3) *Idem*, pág. 114, 114 v.º, 115, 115 v.º 128 v.º, etc. — *Avisos* de 20 de Junho, 2 de Dezembro e 12, 13 e 19 de Dezembro de 1771.

vendiam no país, vinham de Itália, de Espanha e de França, excepto os de côrno que eram cá produzidos rudemente. No *alvará* de 24 de Março de 1764, sôbre fardamentos, marcava-se entre outros acessórios para os soldados, «um pente da matéria vulgarmente chamada *tartaruga do Alentejo*» com $^5/_8 \times {}^3/_3$ de palmo; O eufemismo é gracioso.

Em 1834, tinha uma fábrica de pentes, na rua Nova do Almada, n.º 61, um tal João José de Sousa que anunciava na *Gazeta* n.º 18 daquele ano, «um novo gosto de Pentes Constitucionais». Talvez fôsse antepassado do famoso penteeiro do Pote das Almas, imortalizado por Ramalho Ortigão, nas *Farpas*.

Do fabrico antigo de pentes diz a *Estatística* de 1552, publicada com o título de *Tratado da Magestade, Grandeza e Abastança*, que havia na capital, então, seis tendas onde se faziam pentes, ocupando doze pessoas. Em Cristóvão Roiz de Oliveira lê-se: *Carpinteiros que fazem pentes, oito.*

*

A indústria do Lacre, foi também cá introduzida por La Croix. Em 1781 erigia-se perto de Lisboa, ao que parece, outra oficina para êste fabrico, tendo sido o privilegiado o Capitão José Gomes da Cruz, que o requerera à Junta em Fevereiro dêsse ano (1).

Nos primeiros anos do século XIX, Matias da Cunha Ferreira tinha, no Rato, outra fábrica cujos produtos se vendiam na loja do Batalha, ao Chiado, a 1$600 e a 1$200 réis o arratel (2).

---

(1) *Livro 925-2.º de Representações e Consultas — Consulta* de 23 de Fevereiro de 1781, pág. 16 e *Registo de Manifestos n.º 939 — Real Resolução* de 6 de Março de 1781.

(2) Volume III desta obra, pág. 389.

Em 1814, havia outra fábrica na rua dos Remédios, ao Chafariz de Dentro (1).

Deve-se igualmente a La Croix a introdução do fabrico das bijuterias e a utilização dos «tornos altos» manuais. Até aí só se utilizavão os «tornos de pé» (2).

Para o fabrico das bijuterias, proposto por êle à Direcção das Fábricas, vieram de fora um mestre lavrante e um ourives bijuteiro que trabalharam na fábrica das Caixas.

Conforme a sua proposta, êsses mestres ensinaram em seis anos, seis aprendizes, formando um novo estabelecimento de caixas do oiro em várias côres e de prata para tabaco e relójios, cadeias para relójios, dedais para senhoras e outras galantarias pertencentes ao ofício, que cá se não faziam. La Croix orçava a despesa a fazer em 10.000 cruzados. Da produção desta oficina não consta nada nos muitos documentos que consultei, o que me leva a crer que apenas foi esboçada ou que não teve grande progresso, talvez pela excessiva despesa que acarretava (3).

Como se vê por êste relato, foi La Croix um espírito cheio de iniciativa, um artífice trabalhador e infatigável a quem os nossos inexperientes operários muito deveram. Pena é que não chegassem até nós outros dados para a sua biografia (4).

---

(1) Anúncio na *Gazeta* de 25 de Agôsto de 1814.

(2) *Noções Históricas, Económicas e Administrativas*, pág. 217.

(3) *Livro A de Representações e Consultas — Representação* de La Croix à Direcção de 10 de Setembro de 1773, pág. 80 a 81.

(4) Sousa Viterbo, menciona, num artigo publicado no *Diário de Notícias*, que num dos *Avisos do Ministério do Reino* (colecção da Tôrre do Tombo) aparece uma queixa feita por La Croix contra um tal Francisco Patrício.

*

La Croix que tomara, como vimos, a Fábrica de Caixas de Cartão e Vernizes nas condições que constam da *consulta* de 12 de Dezembro de 1777, passou-a em 1784 a José Francisco del Cuôco, com autorização dada pela *Real Resolução* de 28 de Abril dêsse ano, sôbre informação obtida da Junta em 22 do mesmo mês (1).

Del Cuôco, que já trabalhava na oficina, era napolitano e estivera em Madrid trabalhando para o rei Carlos III, como pintor de esmalte (2).

A Fábrica que estivera em decadência tinha feito progressos. Só em 1783 produzira 604 caixas finas, 27.340 entrefinas e 839 bandejas pintadas e envernizadas (3). Para as caixas e bandejas empregava-se a «goma jatubá», ou goma-copal, que del Cuôco conseguira dissolver e que a Junta da Administração das Fábricas do Reino encomendava à Companhia do Grão Pará e Maranhão (4).

Aparecem freqüentemente, pelos bric-a-bracs e entre as colecções particulares, artefactos desta oficina. As Caixas eram em geral, redondas, ovaladas ou elípticas, pintadas freqüentemente de azul sôbre que apareciam

---

(1) *Livro 928-2.º de Representações e Consultas*, pág. 5, 5 v.º, 83, 91 v.º e 92 e *Livro C de Decretos e Avisos*, pág. 19 v.º O contrato do trespasse fêz-se no tabelião Escopezzi (escritura de 13 de Outubro de 1784).

(2) *Memórias de Cirilo Volkmar Machado.* Artigo consagrado ao pintor Joaquim Marques, falecido em Lisboa em 21 de Maio de 1822. Está sepultado em S. José.

(3) *Livro 926-2.º de Representações e Consultas*, pág. 91 v.º e 92.

(4) *Livro 916-A de Decretos e Avisos*, pág. 70 v.º

païsagens e figuras. Bandejas axaroadas e pintadas, encontram-se algumas lindas. Possuo uma que atribuo, com segurança, à oficina de del Cuôco, oval, que apresenta no fundo uma composição — «*O Triunfo de Anfitrite*» — pintada por um verdadeiro artista. Desenho seguro e coloração admirável. É um quadro. Outras decoram-se com païsagens e flores. Tenho visto muitas que devem ser do espólio da antiga fábrica de La Croix.

Trabalharam lá excelentes artistas. Um dêles, segundo o testemunho de Cirilo Volkmar Machado, foi o nosso Joaquim Marques, amigo de Pillement, pintor de seges e de bandejas, especialista, segundo êste seu biógrafo, em païsagens «de uma botânica imaginária» e autor de alguns quadros que hoje têm cotação no mercado (1). Suponho que será da mão dêle a bandeja a que fiz referência.

Volkmar Machado cita outros artistas que, como Joaquim Marques, foram aprendizes nas Amoreiras. Este esteve lá a trabalhar quinze anos, sendo cinco como aprendiz. Miguel Francisco del Cuôco, filho do Mestre foi um dêles. Os outros foram um tal Florindo, João Lopes, Sebastião Clemente Schiappa Pietra, Manuel dos Santos Freitas, José Pereira e Luís António.

Manuel dos Santos Freitas era bom artista mas teve um grave defeito: ser amigo dos franceses. Esteve prêso por isso, e acabou por ser degredado para África, por fazer saúdes a Napoleão quando estava prêso no Limoeiro.

Luís António, era da família dos *Chinas*. Era neto

---

(1) No leilão Ameal, de 1924, em Coimbra venderam-se dois quadros de scenas campesinas, dêste autor, medindo um 0,37 × 0,60 e outro 0,63 × 0,87. Ambos estavam assinados, e êste datado de 1794. Alcançaram elevados preços.

do pintor de esmalte Alexandre Geraldes que o Dezembargador Metelo de Sousa e Meneses trouxe consigo quando veio da embaixada da China. Di-lo Volkmar.

Na oficina de del Cuôco, segundo o mesmo informador, esteve como mestre de desenho um tal Mr. Gerarde, tendo também ali trabalhado um pintor, de nome Carobene que era bom mas que lá se demorou pouco (1).

As bandejas da Fábrica das Amoreiras eram de ferro, cobre e madeira axaroada. Também lá se axaroavam móveis diversos (2).

Aparecem também, às vezes, nas lojas de antigüidades, caixas de sola, pintadas. São produtos de uma fábrica que se erigiu em Lisboa em 1782 (3).

Del Cuôco, em 1785, por *alvará* de 21 de Setembro, teve prorrogação de privilégios por mais dez anos, sôbre *consulta* da Junta de 26 de Agôsto que lhe foi inteiramente favorável (4). Ignoro quando a oficina acabou.

*

Foram numerosas as fábricas que no tempo de Pombal e por iniciativa conjunta, dêle, da Junta do Comércio e da Direcção da Real Fábrica das Sedas, se criaram e se anexaram a esta última instituïção fabril, que era, por assim dizer, a Fábrica-Mãe, centro dessa irra-

---

(1) Citadas *Memórias de Cirilo Volkmar Machado.*

(2) *Livro 951 de Registo de Atestações — Alvará* de 27 de Julho de 1778, pá. 130.

(3) *Idem — Alvará* de 19 de Abril de 1782 criando a fábrica, pág. 162.

(4) *Livro 939 de Registo de Manifestos*, pág. 12; *Livro 927-3.º de Registo de Consultas*, pág. 9; e *Livro C de Decretos e Avisos*, pág. 47.

diação industrial. Algumas dessas novas fábricas instalaram-se no bairro dos Fabricantes, outras, fora dêle e outras ainda fora de Lisboa. Estudá-las hemos segundo esta ordem.

Raton, seguro crítico da sua época, espírito lúcido e recto cujas *Recordações* constituem um dos manuais do investigador da época Pombalina, põe-nos ao facto, em poucas palavras, do nosso atrazo industrial.

Os chapeus bragueses, os panos de Guimarães, as ferragens grosseiras do Minho e as saragoças, constituiam a nossa produção. Tudo o mais vinha de fora (1).

Com a criação da Junta do Comércio e a fundação do bairro dos Fabricantes deu-se o primeiro impulso a êsse ramo de actividade em que o próprio Ratton também, e corajosamente, cooperou.

*

A primeira fábrica anexada foi a de *Cutelaria* que principiou em 1764 por contrato celebrado com o mestre francês Jacques Dutoit e com sua mulher Isabel Francisca Dutoit, em 1 de Junho dêsse ano. A êle competia a direcção da oficina; a ela a venda dos produtos manufacturados, por conta da Direcção da Fábrica das Sêdas, obrigando Dutoit a ensinar o ofício aos aprendizes (2). O francês, porém, nunca satisfez a esta condição. Para temperar o aço fechava-se em um compartimento às escondidas e nada ensinava, ameaçando retirar-se para a sua terra sempre que a Direcção lhe falava no cumprimento das suas obriga-

(1) *Recordações*, § 35.

(2) A propriedade onde se instalaram era a que então tinha o n.º 48 na Praça dos Fabricantes.

ções. Resolveu-se, pois, representar ao Marquês de Pombal comunicando-lhe a teimosia do Dutoit, e assim se fêz em 10 de Maio de 1769, sendo imediatamente o assunto resolvido pela prisão do fabricante, à ordem do Conservador da Fábrica, Bento de Barros Lima.

No Tronco, amansaram-se-lhe as iras. Prometeu ensinar os aprendizes e lá saíu sob fiança, a assumir novamente a direcção da oficina. Dois anos depois morreu e a sua viúva foi para França, depois da Direcção lhe conceder uma ajuda de custo para a viagem, em atenção aos progressos da Fábrica (1).

Passou então a dirigir a Cutelaria António João Baptista Charlier por novo contrato feito em 1 de Junho de 1771, sendo-lhe mais tarde transmitida a propriedade dela, com uso gratuito do edifício, em 17 de Outubro de 1777. Charlier servia há dez anos, sendo cinco como Mestre desde a morte de Dutoit. Os móveis, utensílios, materiais e manufacturas, obrigava-se Charlier a pagá-los, em prestações, no prazo de dez anos, ficando a dirigir, independentemente, a oficina que poderia mudar para qualquer outro sítio, fazer obras, gozar as casas gratuitas por um ano, admitir aprendizes, etc. O inventário e a avaliação por peritos da existência foram concluídos em 4 de Outubro de 1777 (2).

O facto dêste estabelecimento ter dado de perda cêrca de catorze contos de réis (13.718$168 réis) não quere dizer que tal emprêsa fosse prejudicial; pelo contrário. Deu oficiais habilíssimos que se espalharam no reino e do que resultou o aperfeiçoamento da pró-

---

(1) *Livro A de Registo de Estatutos*, pág. 67 a 68 v.º e 118 a 118 v.º — *Decreto* de 2 de Junho de 1769, *ordem* de soltura de 5 de Maio de 1769, *aviso* de 23 de Maio de 1769 e *consulta* de 17 de Maio de 1771.

(2) *Livro B de Decretos e Avisos*, pág. 228 a 242.

pria cutelaria minhota. O Estado perdeu nessa ocasião, mas veio a ganhar mais tarde com os lucros particulares e com o engrandecimento da indústria, o que semelhantemente sucedeu com outras fábricas.

Foi contramestre da Fábrica, nomeado por *ordem* da Direcção de 7 de Julho de 1769, Joaquim Nunes Carnide, sendo Dutoit obrigado, à fôrça, a ensínar-lhe a têmpera do aço. Em 1781 o Mestre da oficina era João Peixoto, aprovado por *carta* da Direcção de 31 de Julho dêsse ano (1).

Do inventário feito por ocasião da entrega da Fábrica a Charlier, em 4 de Outubro de 1777, ficamos sabendo que nesta oficina pombalina se fabricavam os seguintes artefactos:

Facas;
Navalhas;
Canivetes;
Tesouras;
Raspadeiras;
Garfos;
Instrumentos cirúrgicos.

As facas facturavam-se com os respectivos cabos que eram de pau, chamado *Sebastião da Arruda*, de lixa verde, de madre pérola, de ébano, de pau santo, de prata, de prata com fios de madre pérola, de oiro com entrecanas e botão. As facas de mesa, algumas tinham argola lisa ou lavrada, de prata ou de latão.

Aparecem facas com cabo esmaltado, outras guarnecidas de latão com os bicos escondidos, e ainda facas do «toilette», facas «curvas», facas «de ofício», facas «de cozinha» e facas «de cabeleireiro».

As navalhas eram «de barba», «de algibeira», «de mola», «de enxertar», e «com sacarrolhas» o que, como

(1) *Livro A de Registo de Estatutos*, pág. 131 v.º

se vê, não é novidade moderna. Citam-se algumas com fio de prata e uma «com fôlha de oiro e fôlha de aço, e cabo de madrepérola», que devia ser objecto luxuoso pois tem a avaliação de 16$000 réis. Os cabos eram de chifre, de tartaruga, de barba de baleia, de pau «Sebastião d'Arruda», de pau santo e de prata.

Canivetes, fabricavam-se «à francesa» e «à inglêsa», com cabos de pau, de tartaruga, de marfim e de ágata.

As «tesouras» eram também «à francesa» e «à inglêsa» ordinárias, para cabelo, lavradas, grandes, de costura, de unhas, para cortar papel, para cortar sêda e para fábricas de panos. Não faltava onde escolher.

De «raspadeiras» não se mencionam variedades.

Os «garfos» eram de aço e de prata, uns «à inglêsa» com cabo de tartaruga, outros com cabo de ébano, de marfim, de tartaruga, e de prata com a argola do estilo.

O fabrico dos «instrumentos cirúrgicos» era já considerável, então. A oficina de Dutoit e de Charlier (creio ser isto uma absoluta novidade para os leitores) produzia: Árvores de Trépano com quatorze peças, Forceps, Facas para a extracção da pedra (operação da talha), «Litotons» ou «litotoens» com cabo de tartaruga, designação que deveria corresponder aos Litotritores de agora, Tesouras, Saca-balas, Pinças para polipios *(sic)*, «Fresquinos» (que não acerto com o que fôsse), Botões de crista (?), Pinças para o cabelo, «Speculum Oris» (será «Speculum Auris», para exame dos ouvidos?), Ferros vários para partos, «Pé de Veado» para os dentes (ferro de extracções; taltez o *pied de Biche*, francês), Levantadores, Facas semi-curvas, Espátulas, Ferros de cauterizar, Tenazes, Serrotes (para serragem de ossos), «Gorgeretes» (?), «Kataters» (algálias de prata), Alçapremas (garrochins?), Agulhas de laquear, entre-costais e para o nariz, Postumeiros

(para abrir póstemas ?), Tenta-cânulas, Folhas de visturins *(sic)* lisas ou com botão e cabo de tartaruga, Cabos e canudos de Trocates, com ou sem colheres, Goivas, e Lancetas (1).

O inventário acusa uma grande quantidade de lancetas (1.000). Este número só é excedido pelo das navalhas de barba, que eram 1.300.

Alguns dos instrumentos cirúrgicos, cuja relação é interessante, até scientificamente, vendia-os a Fábrica em estojos de lixa-verde, como por exemplo as lancetas e as agulhas, e ainda as árvores de Trépano.

Acondicionam-se igualmente em estojos de lixa, os talheres, navalhas, tesouras, facas, etc. Alguns dêsses estojos tinham charneiras e guarnições de prata. Todos nós conhecemos êsse tipo de estojos forrados de veludo agaloado de oiro, e ainda por aí aparecem com freqüência nas lojas de antigüidades. Para outros artefactos, como facas, navalhas, tesouras, usavam-se, também, baínhas de lixa. Algumas destas aparecem no inventário, mencionadas com charneiras e botões de prata e oiro.

Outro artefacto fabricado na oficina das Amoreiras eram «cabos de chaves inglêsas», que, segundo creio, eram ferros de extrair dentes.

Tal é o material que nos fornece o Inventário de 4 de Outubro de 1777 (2).

---

(1) As observações feitas à lista dos instrumentos cirúrgicos, derivam de esclarecimentos que me foram dados pelo meu ilustre amigo e confrade Dr. Xavier da Costa.

(2) *Livro 917-B de Decretos e Avisos*, pág. 228, 230 a 241, e 283 a 284.

*

No *Livre des Ventes faites par Mr. e Madame Dutoit des ouvrages de coutelerie* (n.º 283-A da Colecção da Junta da Administração das Fábricas do Reino) lê-se: *un instrument en acier à deux bouts por netoyer les dentes.*

¿Seria esta peça a que o Inventário chama *pé de veado?* Se é assim ficou mal incluída na lista dos instrumentos cirúrgicos.

No século XVI, cá em Portugal e Castela, limpavam-se os dentes com penas de galinhas, como se vê no noticioso Jorge Ferreira de Vasconcelos (*Comédia Ulissipo).*

Fica assim prestada homenagem a êsses antepassados da nossa comezinha escôva de dentes.

No mesmo livro escriturado em francês por Madame Dutoit que o fecha em 1 de Julho de 1777, por morte de seu marido, para entrega da oficina a Charlier, aparecem ainda na descriminação das vendas — *un pair de cizeaux à la Pompadour uny avec son agrafe et son etuit de vert poly, un Pelican en bois et en fer, un instrument à la Garanjot*, e *une trousse à la Garanjot* composta de tesouras de incisão, pinças, agulhas, estiletes, uma espátula, sonda canelada, sonda para fístulas e sonda «*à la poitrine*». Suponho que *Garanjot* seja o nome de um cirurgião francês, que denominasse tais instrumentos no seu conjunto e isoladamente. A *trousse* custava, por sinal, 19$200 réis.

Os materiais que se usavam na Fábrica, eram o ferro que vinha de Biscaia, o aço sueco, limas inglêsas, carvão de pedra, azeite, mós de pedra, tartarugo etc. (1).

---

(1) *Livro 936 da Colecção da Junta.*

*

As lancetas nunca se produziram capazes no primeiro período da oficina e vendiam-se caríssimas, a ponto de os cirurgiões reclamarem ao Mestre Charlier, em 1772, e de êste expor o caso superiormente, com o parecer de que se lhe deviam diminuír os preços de 50 %, tanto mais que era o único produto que não sofrera ainda qualquer abatimento (1). Em vista da sua inferior qualidade, fizeram-se em 1778 novas *condições* com um Mestre cutileiro, perito no fabrico, chamado Raimundo António dos Santos.

Este sujeito era natural de Coimbra e estivera em França aperfeiçoando-se em várias fábricas. Pelas *condições* estabelecidas, obrigava-se a ensinar dois aprendizes e a mandar vir de fora os oficiais que precisasse, assim como as matérias primas, podendo instalar a fábrica em Lisboa onde entendesse. Cedeu-se-lhe, por empréstimo, 240$000 réis e autorizou-se Charlier a ceder-lhe, igualmente, da sua oficina o que necessitasse (2).

Já em 1773 se mandara vir de Itália, a requisição do Mestre da Fábrica de Ferragens de Cirurgia, por *ordem* de el-rei e de Pombal, aço *Evans*, pau santo, tartaruga e marfim (3).

Tenho notícia de mais as seguintes oficinas de cutilaria: — a de Manuel Fernandes, erecta por *alvará* de 16 de Dezembro de 1778; outra de Charlier, que deixara a Fábrica das Amoreiras, por *alvará* de 11 de Fevereiro de 1779; a de António José Ferreira, por

---

(1) *Livro 936 da Colecção da Junta.*

(2) *Livro 917-B de Decretos e Avisos*, pág. 283 a 284 — *Informação* da Junta de 12 de Agôsto de 1778.

(3) *Livro 939 de Representações e Consultas*, pág. 1.

alvará de 13 de Maio de 1782; a de Estácio Ribeiro por *alvará* de 27 de Novembro do mesmo ano; e a de António Ribeiro, por *alvará* de 29 de Agôsto de 1785 (1).

Os *Róis dos Confessados da Freguesia de Santa Isabel*, citam alguns nomes dos artistas que trabalharam na fábrica pombalina de Cutelaria, que se instalara nas casas n.os 47 a 48 do Bairro dos Fabricantes. O nome do primeiro mestre aparece sucessivamente alterado. Ora é Dutuoy ora Dutuit, ora Dutuá, ora Dutuil.

Em 1765 como aprendizes mencionam-se Estácio Ribeiro que, como vimos, saíu para montar uma fábrica, António José de Oliveira, Joaquim José, Domingos da Costa, António José de Albuquerque, Joaquim José Ferreira, Diogo Pinheiro e Raimundo António dos Santos que veio a ser o mestre da Ferragem de Cirurgia. Em 1766 aparece mencionado o mestre e sua mulher Isabel Francisca, os aprendizes já citados e mais José da Silva. Em 1767, os mesmos e mais os oficiais António João Baptista Charlier, Honoré Lambert e Hubert Joseph, além de José Lourenço, João Peixoto (que foi mestre em 1781), Francisco Caetano, António Roiz Iria e Tomé do Nascimento. Em 1770 além de Dutoit, da mulher e de Charlier, só se mencionam 15 aprendizes. Em 1771, já falecido Dutoit, cita-se a viúva, o Charlier, Estácio Ribeiro, Domingos da Costa, e 5 operários e 8 aprendizes sem designação especial; e, em 72, só 9 aprendizes, o Estácio e o Charlier (2).

---

(1) *Livro 951 de Atestações*, de 10 de Novembro de 1775 ao fim de 1786.

(2) *Róis dos Confessados da Freguesia de Santa Isabel*, anos citados no texto.

*

Outra Fábrica, a de Relójios, estabeleceu-se, também, no, então, prédio n.º 57 a 58 da Praça, em 1765. O seu primeiro Mestre foi Cláudio Berthet, sujeito que deu que fazer, pelo seu feitio estomagado, a tôda a Direcção em pêso. Viera de Espanha por motivos idênticos aos que o levaram de cá — as contínuas e irritantes desordens que promovia. Como, porém, vinha com fama de bom relojoeiro receberam-no de braços abertos e firmaram com êle o Contrato de 13 de Março de 1765, para dirigir a oficina.

Não saíu o negócio tão bom como parecia, porque Berthet era só especialista em *pêndulas*, isto é, em relójios de parede ou de mesa. Os de algibeira, que eram produto de maior consumo e os que mais urgiam no nosso mercado, não os fabricava, e os aprendizes, embora fôssem bastantes, não lucraram muito com as suas lições.

Quis o acaso que Berthet adoecesse e se tornasse necessária a admissão de um contramestre. O desgraçado Jacinto Manuel de Sousa que a Direcção nomeou para êsse cargo, não tardou muito que não apanhasse uma bofetada do irrascível artífice, acompanhada de tais epítetos que a sua situação ali dentro se tornou insustentável. Berthet foi prêso e esteve no Limoeiro até 10 de Abril. A desordem fôra em Fevereiro de 1770. Com estes sucessos ficou a Fábrica paralizada perto de dois meses (1).

---

(1) *Livro A de Estatutos e Decretos*, pág. 80 v.º, 81 e 84.

*

Em Maio de 1770, trespassou-se a oficina a um patrício de Cláudio Berthet, chamado António Durand que se obrigou a pagar, em três prestações, no prazo de oito anos, o valor de todo o conteúdo do estabelecimento fabril e a ensinar os aprendizes, sustentando-lhe a Direcção os primeiros vinte e cinco por tempo de quatro anos.

A-pesar-de tudo isto e do uso gratuito da Fábrica, pelos mesmos oito anos, poucos resultados deu, sendo o prejuizo de 25.306$424 réis (1).

António Durand, em 1775, requereu a Pombal a modificação das *condições* do seu contrato. A sua principal alegação era que, ensinando Berthet aos aprendizes durante os três anos da sua direcção, apenas o fabrico de relójios de parede e de mesa, a Junta tinha-lhes passado cartas de oficiais de tôda a obra, faltando-lhes êsse período para os dez que os habilitaria para artífices de relójios de algibeira. Pedia à Junta que lhe abonasse as comedorias aos aprendizes por mais três anos e que não passasse «cartas» nessas condições. Os membros da Junta não lhe acharam razão por quanto isso redundava no prejuízo de ter-se de alimentar os aprendizes por mais dos dez anos do contrato.

Durand, pretendia o novo privilégio com sobrevivência no seu filho, proïbição de entrada no país dos relójios estranjeiros, obrigatoriedade de exame aos relojoeiros de loja aberta, mudança da sua oficina, dando-

---

(1) O contrato de trespasse fôra prorrogado por oito anos, por *despacho* de 14 de Dezembro de 1775.

-se-lhe a importância do aluguel que para ela se conseguisse e uma tença de 200$000 réis. A Junta informa bem excepto no que respeitava à proïbição de entrada dos relójios e ao exame alvitrado para os relojoeiros (1).

No ano seguinte Durand, solicitou a Pombal o empréstimo de dois contos de réis pela obrigação de dívida que tinha por artefactos vendidos a Domingos Jorge Ferreira e a Joaquim António Alberto, proprietários da nau «S. Francisco de Paula, Santa Eulália e Almas» que se esperava em Agôsto de 1776. O pedido foi feito em Fevereiro. A Junta informou bem da pessoa de Durand, do seu zêlo, competência e bons serviços, mas achou arriscado o empréstimo (2).

Mais tarde, em 1781, tornou a pedir a tença de 200$000 réis, com sobrevivência para sua mulher e para os seus três filhos a quem êle ensinara também o fabrico de relójios. A informação foi boa, porém a Junta, lembrava que o dinheiro não saísse dos seus cofres que já não chegavam para tantas despesas (3).

Quando Durand tomou a oficina, tinha havido outros pretendentes — os oficiais Joaquim José Pires e Jacinto Manuel de Sousa, associados para êsse efeito.

Ás *condições* que apresentaram, a Junta preferiu as de Durand que importavam o dispêndio anual de réis 1.242$000, ao passo que as dêles levavam êsse gasto a 1.478$000 réis. Com a oficina, em tempo de Berthet, a despesa fôra de 3.363$200 réis anuais (4).

---

(1) *Livro B de Decretos e Avisos — Informação* de 19 de Maio de 1775 e de 28 de Fevereiro de 1776, pág. 87, 155 a 159, 161, 192 a 193.

(2) *Idem, ibidem.*

(3) *Livro 926 de Representações e Consultas*, pág. 8 v.º e 9 — *Informação* de 16 de Fevereiro de 1781.

(4) *Livro 916-A de Decretos e Avisos*, pág. 90 a 91 v.º

Quando Durand tomou conta da Fábrica havia ali grandes quantidades de relójios feitos e considerável número de peças, pêndulas, molas, movimentos, etc.

Durand deu notável progresso ao fabrico, tendo manufacturado alguns relójios de «ideias novas» e aumentando extraordinàriamente as vendas (1).

Na oficina, no Bairro dos Fabricantes, os *Róis de Confessados*, mencionam de 1766 a 1772, os seguintes artífices:

— Cláudio Berthet, com seus filhos, e sua mulher Joana Berthet, de 1766 a 1770. Em 1770 faleceu êle;
— António Durand, em 1771 e 1772, com sua mulher Isabel Durand, suas filhas Catarina e Maria e seus filhos Angelo e João. O terceiro filho não aparece mencionado;
— Henrique Ludovico, oficial, de 1766 a 1769;
— Bernardo Vicente Lavinha, oficial, idem;
— Joaquim José Ferreira, oficial, idem;
— Anastácio José, oficial, idem;
— João Caetano Martins, oficial, de 1767 a 1770;
— José Vital, oficial;
— Pedro Perada, oficial;
— Tomás Filipe, oficial;
— João Roiz, oficial;
— Nicolau Ugote, oficial, de 1768 a 1771;
— Joaquim Francisco Bigot, oficial, de 1768 a 1771;
— Francisco Guilhobert, oficial, de 1768 a 1771;
— Pedro Rozani, ou Bugóni, oficial, de 1768 a 1772;
— Bernardo José de Sousa, oficial, de 1768 a 1772;
— António Lopes, oficial, de 1768 a 1772;
— Francisco Miranda, oficial, de 1768 a 1772;

---

(1) Citada *informação* da Junta de 19 de Maio de 1775, pág. 155 a 159 do *Livro B de Decretos e Avisos*.

— Joaquim Pedro, oficial, de 1768 a 1772;
— Joaquim Manuel Roiz, oficial, de 1768 a 1772;
— José Ferreira Santiago, oficial, de 1768 a 1772;
— Luís José de Almeida, oficial, de 1768 a 1772;
— João Jácome Brunieri, oficial, em 1771 (1).

Em 1772, além de Durand e da família, havia na oficina 24 operários e 4 aprendizes; em 1771, 25; e em 177, 24.

*

Nos papéis e livros da Junta, encontro notícia de ter o Marquês de Marialva, grande coleccionador de relójios, no dizer de Beckford, comprado a Berthet um relójio de parede por 59$600 réis. Nas contas aparece esta verba entre as dívidas à Fábrica. A Direcção notificou-o ao Marquês que declarou ter pago ao Mestre o relójio. Como êste (1774) já tinha falecido e o filho estava ausente, a Direcção resolveu que essa quantia entrasse nos «ganhos e perdas» (2).

Em 1785, o capitão de uma nau, surta no Tejo, comprou na Fábrica das Amoreiras, vários relójios fabricados por António Durand, no valor de 1.670$100 réis (3).

*

Muitos aprendizes e oficiais desta oficina Pombalina, estabeleceram-se depois por conta própria, em Portugal, na Índia, no Brasil e até em Moçambique

(1) *Róis dos confessados da Freguesia de Santa Isabel,* anos citados no texto.

(2) *Livro B de Decretos,* etc. — *Ordem* de 26 de Janeiro de 1774, pág. 155 a 161 e 192 a 193.

(3) *Livro 923 de Registos de Avisos da Junta,* pág. 13.

onde um dos filhos do Mestre conseguiu montar uma fábrica que lhe mereceu uma tença de 200$000 réis (1).

O *alvará* de 21 de Junho de 1785 concedeu licença para José da Silva Mafra, erigir uma fábrica de peças de relógios (2).

Um Mr. Durand, que talvez fôsse um outro filho de António Durand, tinha em 1785 uma fábrica de relójios na rua da Madalena (3).

Nos «bric-a-bracs» aparecem às vezes à venda relójios portugueses. Lembro-me de um exemplar notável que esteve numa relojoaria da rua do Oiro, do lado oriental, quási junto ao Rossio, que era fabrico da oficina pombalina do bairro dos Fabricantes, o qual marcava os dias, as luas, as estações, etc.

Num «bric-a-brac» do largo de S. Roque que já não existe, esteve em 1918, um relójio de pêsos, de caixa grosseiramente acharoada, tendo gravados no mostrador, ao alto: *Manoel da Costa o fez aos Cap.os* (Capuchos) *em 1728*. No mesmo estabelecimento, outro relójio de mesa, tinha, também, gravado no mostrador: *Dar Silencio*.

José Francisco Leite era outro fabricante cujo nome se lia em abreviatura num relójio de pesos que se vendeu num leilão da rua de Santo Antão 76, 2.º, em 1 de Novembro de 1920.

Em Santarém também houve fabrico de relójios. O relójio da tôrre da igreja matriz de Alcanena lê-se, gravado no mostrador amarelo: *Ant.º Jozé Fer.a o fez em Santarem na era de 1792* (4).

---

(1) *Real Resolução* de 21 de Novembro de 1791.

(2) *Livro 951 de Atestações*, pág. 262.

(3) *Gazeta* de 2 de Agôsto de 1785 — Anúncio.

(4) *Azulejos Datados* — 1.ª série — pelo Dr. Vergílio Correia pág. 11.

Em Barcelos e na Maia houve igualmente fabrico de pêndulas e oficinas de serralheiros de relójios de caixa alta. Num, sob os ponteiros, lê-se a assinatura de *Lourenço Gomes Namaia*. Este relójio está na Câmara Municipal de Aveiro (1). Na «casa da Fontinha», em Estarreja, da herança de Francisco Barbosa Sotomaior, está outro assinado pelo mesmo *Lourenço Gomes na Maia*.

Este fabricante era bisavô de um médico portuense do mesmo apelido, professor no Pôrto em 1921 (2).

De António Francisco Silva é o relójio de mostrador de cobre, que está na casa da Espinheira, concelho de Vila do Conde, pertencente à mesma herança. Está assinado com os dois primeiros nomes em abreviatura.

Vi outro relójio, num leilão na Póvoa de Varzim, em 20 de Novembro de 1921, estilo inglês, que tinha no mostrador, gravadas, dentro de uma oval, e entrelaçadas, as letras *J. A* e *P.* e por baixo o n.º 3. Era de evidente fabrico nacional.

Numa loja de relojoeiro da rua do Souto em Braga vi, também, em 1917 um relógio de mesa em cujo mostrador se lia: *Jozé Franc.º de Ar.º* (Araújo) *fês em Barcellos no anno de 1774*.

No relójio carrilhão de Alcobaça está a seguinte marca — *Veyga Condeixa* — que parece referir-se ao nome do fabricante e ao local do fabrico.

Outros nomes haverá a colher. A lista é escassa, mas foi o que pude achar nos meus verbetes.

---

(1) *Informação* do pintor sr. Alberto Sousa.
(2) *Informação* do sr. Conde de Azevedo.

CAPITULO IX

Sumário: Continua-se a matéria do capítulo antecedente — Uma digressão a propósito de relójios — De Frei João da Comenda a Cláudio Berthet — O príncipe D. Teodósio fabricante de relójios — Citam-se vários relójios e relojoeiros — Fábricas de Serralheria em Lisboa e Pernes — Os Schiappas-Pietras — Progressos destas oficinas — Diz-se o que lá se fabricava — Encomendas importantes — Um trono-jaula para el-rei D. José, mandado fazer por Pombal — Fábrica de Limas em Alcântara — Diz-se o que se fabricava nestas oficinas — A Fábrica de Botões e a de objectos de estanho de Guilianetti — Reclamações dos latoeiros — As abotoaduras setecentistas — Botões de estanho, casquinha e prata — Citam-se algumas oficinas metalúrgicas da época — A Fábrica de Fundição de Metais — Manufacturas propostas para a sua importação ser proíbida — Leiloa-se a Fábrica — Uma tapeçaria encomendada pelo Conselheiro Sobral — Outra fábrica em Estremôs — Outra vez a Oficina de charões, vernizes e caixas — Suas vicissitudes — A Aula de Estuque e Desenho — Seus discípulos e aprendizes — Reclamação contra os estucadores, não habilitados — Uma lista de fábricas pombalinas privilegiadas — Os documentos da «Junta da Administração das Fábricas» e a História da Indústria Portuguesa.

Uma digressão a propósito:

O primeiro relojoeiro português de que existe memória foi um fradinho de Leça da Palmeira, franciscano da província da Piedade que viveu nos fins do século xv. Chamava-se Frei João da Comenda. Fêz nada menos do que trese relójios: nove para os conventos da sua província, dois para a ordem de S. Je-

rónimo (Espinheiro e Pera Longa) e outro para um convento cujo nome ignoro (1).

Camilo Castelo Branco no seu livro *Cavar em ruínas*, refere a lenda do relójio de Leça. Duzentos anos depois de falecer o frade, regulava ainda e pedia um *pater-noster* por alma do artífice.

Em tempo de D. João III há memória e notícia de um João Gonçalves, exímio relojoeiro que construíu o grande instrumento de sombras inventado por Pero Nunes. D. João de Castro menciona-o no seu *Roteiro*.

O *Sumário das Notícias de Lisboa*, de Cristóvão Rodrigues de Oliveira, indica quatro serralheiros de relójios, em Lisboa, no seu tempo (1551).

O *Tratado da Grandeza, Majestade e Abastança*, de João Brandão (1552) menciona quatro tendas de fabrico de relójios e ao principiar o século seguinte Frei Nicolau de Oliveira (2) acusa a existência, na capital, de três relojoeiros de sol e três de ferro.

Os fabricantes de relójios, quinhentistas, eram ao mesmo tempo fabricantes de instrumentos náuticos.

Nos *Róis das Despesas* da Raínha D. Catarina figuram relójios de areia, de marfim, de aço com caixa de vidro, etc. O príncipe D. Teodósio, que era dado às matemáticas, entretinha-se a construír relójios. Um dos que fabricou, quando dava horas representava um aparato bélico. Tal relójio mereceu um epigrama latino feito em Évora pelo Padre Manuel Luís, em 1680.

Estas notas que são tiradas da *Vida do Príncipe D. Teodósio* e dos estudos de Sousa Viterbo, *Arte e*

---

(1) *História Seráfica*, de Frei Manuel da Esperança, tômo II, pág. 464 a 483.

(2) *Livro das Grandezas de Lisboa*, pág. 183 da edição de 1804.

Indústrias Metálicas em Portugal e *Arte e Artistas em Portugal*, completam-se ainda transcrevendo os nomes de vários serralheiros e torneiros de relójios, alemães, franceses e portugueses nos séculos XVI e XVII.

Na *Cronografia* de Manuel de Figueiredo, publicada em 1603, vem incluído um «Tratado de Relógios».

D. Francisco Manuel de Melo nos *Apólogos Dialologais* põe os relójios das Chagas e de Belas a dialogar no «Caldeireiro» onde estavam a concertar. Falam que se fartam: — do relójio da Sé que sofria mil enfermidades, de coisas e casos da côrte, dos mentirosos que vão ao Alto das Chagas, da côr das horas, etc., chegando à conclusão de que era melhor ser relójio do que cónego de S. Tomé, por que ao menos se podia atirar com as horas à cara de cada um.

A propósito do relójio da Sé e da sua «madorna mortal», como diz D. Francisco Manuel, acrescentarei que em 1628 não tinha mostrador capaz, o que levou o Deão e Cabido da Sé, a pedir ao Senado êsse e outros consertos. O Senado respondeu que isso era com o serralheiro da cidade e com o cidadão que ganhava 25$600 réis por ano para cuidar dêle (1).

Nos princípios do século XVII, havia em Coimbra um serralheiro de obra fina que trabalhava em relojoaria e em instrumentos matemáticos. Chamava-se êste artista António Nunes (2). Seu contemporâneo foi em Évora um Francisco Fernandes que fabricara o relójio dos quartos da Sé, durante o episcopado de D. Alexandre de Bragança. Frei Francisco de Jesus foi outro frade relojoeiro, autor do relójio do convento do Buçaco que o Govêrno em 1836 mandou tirar de lá.

---

(1) *Elementos para a História do Município de Lisboa*, vol. III, pág 280 e 281.

(2) *Arte e Artistas em Portugal*, por Sousa Viterbo, pág. 37.

¿ Onde parará hoje ?

João Spencer, era relojoeiro na rua Nova, em Lisboa, em 1745. Tinha a oficina instalada num café que nessa data pertencia a Maria Spencer, sua parenta talvez (1).

Acabou-se a digressão. Voltemos às fábricas.

*

Para o fabrico delicado dos teares de meias tornou-se mister à Direcção da Fábrica das Sêdas, contratar um serralheiro hábil. Foi escolhido o genovês Pedro Schiappa Pietra e esta foi a origem de uma fábrica de serralharia estabelecida por *condições* de 16 de Dezembro de 1765 e instalada na parte oriental do próprio edifício da Fábrica, onde estivera a tinturaria (2).

A Serralharia esteve, em 1764, na casa n.º 51 da Praça dos Fabricantes. Em 1765 morava lá Pedro Schiappa Pietra, sua mulher Clara, seu irmão João Baptista, e o oficial João Baptista Bocalandro.

Em 1766 já se não menciona a Fábrica, por a ter absorvido a oficina de La Croix que ocupava os n.º 49 e 50 da mesma Praça. Em 1771, vejo mencionados Del Cuôco, os Pietras, e 17 oficiais e aprendizes *(Rol dos Confessados da Freguesia de S. Mamede).*

Pedro Schiappa e seu irmão João Baptista que êle chamara para cá, tomaram conta do estabelecimento, de que ficaram sendo Mestres, obrigando-se a fabricar

---

(1) Anúncio na *Gazeta* de 24 de Junho de 1745.

(2) A oficina de Schiappa Pietra esteve primeiro em 185 nas casas n.º 51 do Bairro dos Fabricantes, que depois foram acrescentar a oficina dos Pentes de Marfim, de Gabriel da La Croix (*Róis dos Confessados da Freguesia de Santa Isabel*).

nêle a maior quantidade de ferragens e a ensinar um certo número de aprendizes que a Direcção lhes indicaria e aos quais tinham de dar 100 réis diários durante os seis anos de ensino(1).

Com referência à partilha dos lucros, vencimentos dos Mestres e ingerência e fiscalização da Direcção, no funcionamento da nova oficina, recalcitraram os Schiappas recusando-se a assinar o contrato. Fêz-se, por isso, outro que também não lhes agradou, a-pesar-de se lhes conceder, a cada um, a pensão de 200$000 réis com sobrevivência para suas mulheres.

Por fim lá se acomodaram, não sem novas reclamações àcêrca de dinheiro, do que resultou afinal um grande prejuízo para os cofres da Fábrica-Mãe, visto que os lucros foram todos para êles.

Como na oficina se consumissem muitas limas, lembrou-se a atenta e vigilante Direcção de montar uma Fábrica de Limas e assim se fez.

Veio da Irlanda um mestre, chamado Mateus Walker, vencendo 433$000 réis de ordenado e moradia para sua família. A Fábrica estabeleceu-se em Alcântara, na quinta do Loureiro, depois de estar algum tempo anexa a de Serralharia. Como Walcker não entendesse o português e não quisesse encarregar-se senão da fabricação de limas, foi nomeado em 1770, para feitor da Fábrica de Alcântara, Pedro Schiappa, com 109$500 réis anuais que não mereceu, pois delegou tôda a vigilância no irlandês e só pensava em receber o dinheiro.

---

(1) O decreto de 8 de Outubro de 1768 concedeu 200$000 réis de tença, pelos bons serviços prestados na Fábrica, a João Baptista e a Pedro Schiappa Pietra, com sobrevivência a suas respectivas mulheres Clara Schiappa Pietra e Gertrudes Clara do Sacramento (*Livro A de Registo dos Estatutos, Alvaras e Decretos,* pág. 13).

A-pesar-da Direcção reconhecer êsses defeitos em Pedro Schiappa, tais empenhos êle moveu, que conseguiu fugir da tutela da Fábrica das Sêdas, montando em Pernes, em uma quinta dos jesuítas expulsos, outra fábrica do mesmo género (1). Isto foi aí por 1772.

Seu irmão João Baptista ficou a dirigir a serralharia de Lisboa, para fabrico de teares e obras congéneres, por sua própria conta, sujeitando-se à inspecção da Direcção com os compromissos costumados. O contrato fôra firmado em 22 de Maio e confirmado por alvará de 10 de Junho de 1772 (2).

A fábrica de Pernes progrediu mais do que esta e as suas manufacturas chegaram a um elevado grau de perfeição, para o que muito concorreram os sucessivos empréstimos com que foi auxiliada. Por ocasião das invasões francesas sofreu muito, ficando completamente arrazada em 1810 (3).

A João Baptista Schiappa Pietra, sucedeu na Administração da Serralharia de Lisboa, um seu compatriota Luís Bachelay, cujos descendentes, até há pouco,

---

(1) O domínio directo da quinta ficou pertencendo à Real Fábrica das Sêdas e o domínio útil, com o fôro de 240$000 réis anuais e laudénio de vintena, a Pedro Schiappa Pietra que se obrigou, por contrato confirmado pelo alvará de 10 de Junho de 1772, a dirigir o estabelecimento, sob a inspecção da Real Fábrica. O fôro foi-lhe perdoado nos primeiros quatro anos e fêz-se-lhe ainda o empréstimo de 4.000$000 réis a fazer dentro de dez anos.

Igualmente se lhe isentou de direitos o material para a Fábrica, pelo mesmo prazo. Era assim que, no tempo de Pombal, se fomentava e animava a indústria do país.

(2) Duas vezes foram prorrogadas as liberdades e isenções concedidas a João Schiappa; a primeira, por mais cinco anos em 1779 e a segunda, pelo mesmo prazo, em 1785.

(3) Em 1821 renovou-se o aforamento das casas desta Fábrica a favor de António Schiappa, filho do fundador, com redução do fôro primitivo.

pela sua perícia e esfôrço, honraram a indústria nacional.

Dos aprendizes e oficiais de Schiappa e de Bachelay, saíram bons artífices que se espalharam pelo país compensando assim o Estado da perda inicial com as fábricas primitivas (1).

*

Por um Inventário feito, e que está transcrito nos Livros dos Registos da Junta de Administração das Fábricas do Reino, e pelos Livros da Venda da Real Fábrica de Serralharia (2) ficamos sabendo que nesta oficina se fabricavam os seguintes artefactos:

Ferragem de latão e ferro para móveis, fechaduras, trincos, fechos, tranquetas, machas-fêmeas, parafusos, molas, botões de latão e ferro para prender nos caixilhos das vidraças, aldrabas, roldanas, fogareiros de ferro, perfumadores de latão e ferro, pás, tenazes, verrumas, formões, plainas, e enchós, artefactos estes considerados como obra grossa.

Como obra fina faziam-se:

Teares de meias, tornos, esquadros, níveis e compassos, porta-lápis, balanças romanas, prensas para selos, tesouras para tosquiar panos, pentes de cardar lã e engenhos de assar carne.

A serralharia pombalina fornecia todos os produtos do seu fabrico para as outras fábricas. A das Meias

---

(1) Houve também outra serralharia, no têrmo de Alcanede, no sítio dos «Olhos de Água», comarca de Santarém, fundada em 1798 pelo negociante António Joaquim de Araújo Soares a qual sofreu muito com as invasões francesas. Um irmão do fundador, Francisco de Paula Araújo Soares, restaurou-a, depois, em 1816.

(2) *Livro 916-A de Decretos e Avisos*, pág. 123 a 127 e *Livro 277 de Vendas*, n.os 133 e 134.

e das Sêdas, a dos Botões e das Caixas, a dos Pentes, a das Fitas, a dos Relójios, a da Fundição, a da Cutelaria, etc., abasteceram-se aqui das ferragens de tôda a espécie de que necessitavam para a sua montagem. O Real Colégio dos Nobres, e muitos particulares, como os Cruzes Sobrais, fizeram lá numerosas encomendas.

Uma «fábrica de ferro» que se montou em Angola, abasteceu-se nela também. Foram para lá cinco modelos de diversas máquinas. Em 1770 para o José Francisco da Cruz Alagôa, fabricou uma bomba com destino ao jardim da quinta de Carcavelos que importou, por sinal em 88$000 réis. A encomenda para o Colégio dos Nobres importou em 325$540 réis, o que dá ideia do seu volume. Para a Companhia do Grão Pará e Maranhão também se manufacturou um moínho; e para o conselheiro Joaquim Inácio da Cruz Sobral, alguns faróis. Por cima da porta da Fábrica, estava também um farol que importara em 103$390 réis.

A obra mais importante que aqui se fêz foi, sem dúvida, *um trono para sua Magestade Fidilíssima!!* Ao leitor há de intrigar êste trono feito de ferro e latão, em chapa e em fio, no qual trabalharam, durante 43 dias, 27 operários, gastando-se na obra nada menos de réis 1.012$940. Dirigiram-na os dois Pietras (Pedro António e João Baptista) que venceram o salário de 1$100 réis diários. Foi isto em 1770. A explicação vou dá-la agora. Este trono, não era pròpriamente um trono, era uma gaiola. Depois daquele conhecido atentado de Vila Viçosa contra o rei D. José, o Marquês de Pombal, pensou em perservar a fidelíssima pessoa do soberano, encerrando-o numa máquina gradeada. Se bem o pensou, melhor o fêz, e encomendou aos Pietras a feitura dessa gaiola disfarçada em trono régio, para que se não podesse repetir a paulada do João de Sousa, que

diziam ter sido o autor da agressão de Vila Viçosa, dando, ao mesmo tempo, várias providências sôbre a admissão e escolha de pessoas ao beija-mão.

Esta farça do rei enjaulado é digna dos dois; do rei e do ministro (1).

*

Dos Livros a que me tenho reportado consta a erecção de mais as serralharias seguintes:

— De António da Silva, em 30 de Agôsto de 1780;
— De Nicolau Maria Palácio, em 21 de Janeiro de 1782;
— De Manuel de Bastos, em 2 de Abril de 1784, 20 de Maio de 1785 e 15 de Maio de 1786;
— De N... (obras de ferro, brocas, sovelas e fivelas), em 18 de Agôsto de 1784;
— De Caetano Francisco Veloso, em 27 de Julho de 1785;
— De Pedro Schiappa Pietra, em 26 de Abril de 1786; e
— De José Francisco Cabrita, em 12 de Maio de 1786.

Outras fábricas congéneres se erigiram também:

— *Bijuterias*, de José Joaquim Lôbo, em 30 de Agôsto de 1780;
— *Charneiras e Fivelas*, de Isidoro José Ferreira, em 31 de Janeiro de 1783; de Luís Geraldes, em 4 de Junho de 1783; de Fernando José Louran, em 24 de Novembro de 1783; de António Ferreira Lopes, em 15 de Novembro de 1784;
— *Quinquilharias* (fundição), de Matias Ribeiro, em 19

(1) Manuscrito que possuo intitulado: *História Política e Económica do Reinado do Senhor Rei D. José.* Foi da Colecção Ameal.

de Fevereiro de 1781; de José Maria, em 21 de Janeiro de 1782; de José Pedro, em 4 de Fevereiro de 1785; de Domingos José Soares, em 7 de Novembro de 1785 e de Manuel Henriques, em 17 de Julho de 1786:

— *Obras vasadas de metal, de latoeiro e torneiro*, de Hipólito Gandolfi, em 29 de Julho de 1782, de Veríssimo Francisco de Paula, em 23 de Julho de 1783; de António Pereira da Silva, em 27 de Outubro de 1783; de José Joaquim Silvestre, em 19 de Janeiro de 1784, de José Anastácio Pereira de Melo, em 12 de Janeiro de 1785; de João Manuel de Novais (que também torneava marfim), em 15 de Abril de 1785; do latoeiro Carlos Joaquim de Campos, na mesma data, e do torneiro de instrumentos músicos e outras miudezas António José Haupt, em 1 de Junho de 1785 (1).

*

Outra fábrica que, no seu tempo, logrou ver os seus produtos largamente procurados foi a *de Botões* a qual teve como primeiro mestre a Pedro André Guilhobel, ajustado por intermédio do relojoeiro Berthet.

Como em tudo em que se metia Berthet havia desavenças, Guilhobel foi prêso antes de chegar cá, por denúncia dos oficiais de que se acompanhava. Conseguindo fugir, cá veio ter em Setembro de 1768, mas já a fábrica se achava instalada na propriedade n.º 57 do Bairro dos Fabricantes, junto à dos Charões, da parte dos Arciprestes, sob a direcção de um mestre

(1) *Livro 951-B de Atestações*, desde 10 de Novembro de 1775 até o fim de 1786.

italiano, Bartolomeu Orsini e de sua mulher Teresa Orsini que apareceram em Portugal em busca de trabalho (1).

O nosso país era então procuradíssimo por todos os artífices holandeses, franceses, Italianos e inglêses que sabiam ao certo achar aqui bom acolhimento.

Dessa migração produtora e fecunda resultou a formação dêste grandioso bloco industrial que se melhores resultados não deu foi devido a dois grandes males: à sistemátlca destruïção da obra de Pombal, feita no tempo de D. Maria I, e depois, as invasões francesas e à longa guerra peninsular.

Mas voltemos à Fábrica de Botões.

Já, em 1760, João Francisco Lecor, antepassado do Barão da Laguna Carlos Frederico Lecor, francês de origem e português de nascimento, apresentara à Junta de Comércio, moldes e amostras de botões de metal muito semelhantes aos que nos vinham de fora, rogando, ao mesmo tempo licença para fabricá-los independentemente de outra passada pelo grémio dos Latoeiros. Nesse mesmo género de trabalhos, um português, João Correia, montou um estabelecimento de *fivelas, botões, molduras* e mais obras de estanho, pouco mais ou menos pelo mesmo tempo, e Jácome António Gulianetti, italiano domiciliado em Lisboa, estabelecera igualmente uma manufactura de candieiros de estanho de que então se fazia grande uso.

Tanto Giulianetti como João Correia viram, porém, dificultadas as suas emprêsas por impedimentos postos pelos oficiais de picheleiro os quais, alegando não estarem os novos fabricantes incorporados no seu grémio lhe moveram processo. Chegaram até a prender o Correia e a quebrar-lhe tôdas as fôrmas que encontraram

---

(1) *Livro B de Decretos e Avisos*, pág. 125 a 126.

na loja. Providenciou a Junta do Comércio, mandando inquirir do que se fabricava nas oficinas dos reclamantes. Viu a razão que assistia aos artífices presos e apoiou-lhes as pretenções, em *consulta* de 19 de Janeiro de 1761, ponderando ao Senado da Câmara que não se incomodassem os fabricantes que tivessem licença sua para manufacturar os *candieiros estanho*, *molduras*, *ponteiras*, *botões* e mais quinquilharia de estanho. Libertaram-se também de direitos internos as referidas obras.

A-pesar-de tudo Giulianetti ainda foi perseguido e condenado pelo Juizo da Almotaçaria em 8$000 réis de multa, com apreensão de todo o material da oficina. Desagravou-o a *Real Resolução* de 6 de Maio de 1761. Seguidamente o *decreto* de 7 de Maio, mandou anular a sentença, repreênder o Almotacé e entregar tudo quanto fôra apreendido.

As reclamações dos picheleiros e latoeiros continuaram, mas sem resultado. A cada um que surgia, correspondia imediatamente uma resolução desfavorável, o que os não impediu que reclamassem dez vezes até o ano de 1825. ¡Já era tenacidade (1)!

*

Fêz-se o contrato com Bartolomeu Orsini, aprovado pela *Resolução Régia* de 30 de Agôsto de 1766, ficando

(1) Um *aviso régio* de 3 de Agôsto de 1785, manda consultar sôbre a petição dos Procuradores e Mestres fabricantes de botões (pág. 45 do *Livro C de Decretos e Avisos*). A pág. 55 e 55 v.º do mesmo livro vem o *alvará* dando-lhes prorogação por mais cinco anos dos privilégios e isenções do anterior diploma (*decreto* de 17 de Outubro de 1785).

a fábrica anexa à das Sêdas e ficando o italiano por Mestre e Administrador dela, pelo espaço de dez anos. Arbitrou-se-lhe o vencimento de mil réis diários e à sua mulher seiscentos réis, e concedeu-se-lhe metade dos lucros líquidos que ela tivesse.

Cada um dos aprendizes venceria 120 réis para sustento, obrigando-se Orsini a ensiná-los, fabricando tôda a sorte de botões de metal que então se usavam e se viessem a usar. Também igualmente se comprometeu a mandar vir de Itália seu filho, Manuel Orsini, se o admitissem como oficial da Fábrica. Manuel Orsini veio efectivamente, e tornou-se muito hábil como debuxador e dourador.

A Direcção foi obrigada a indemnizar Pedro André Guilhobel pelos prejuizos sofridos com a vinda do Orsini, com a pensão de oitocentos réis diários.

Por morte do Orsini ficou a substituí-lo na Fábrica que não ganhou com a troca, porque Guilhobel não tinha os méritos do seu antecessor. Em Dezembro de 1771 autorizaram-no a montar os cilindros para as chapas dos botões, nas Casas do Tesouro da Casa de Bragança, por não haver sítio melhor (1). Mais tarde foi obrigado a retirar-se por *despacho* da Direcção de 8 de Janeiro de 1773. Ele mesmo solicitou a licença para ir para Itália, depois de três anos de administração improfícua (2).

---

(1) *Livro A de Decretos e Avisos,* pág. 148.

(2) Em 1767 os *Róis dos Confessados da Freguesia de S. Mamede,* marcam na propriedade n.os 53 a 54, onde estava esta oficina, os seguintes moradores: Bartolomeu Orsini, Teresa Orsini, e os aprendizes Manuel Fernandes, João Pedro, Filipe Neri, Anacleto Elias, Angelo António, José António, Francisco Joaquim, Januário José, Manuel José, Francisco de Paula e Joaquim José. Em 1768 aparece o Orsini, Manuel Orsini (filho) e 16 aprendizes, um dos quais se chamava Francisco Fusquilli. Em 1770, na Fá-

Ficou seu filho Francisco Agostinho a dirigi-la e logo mostrou os seus méritos. Durante a sua direcção foram notabilíssimos os progressos da oficina, que por *alvará* de 20 de Agôsto de 1774, lhe foi trespassada com as costumadas condições (1).

A-pesar-de tudo, deu de perda ao Estado 10.750$359 réis, quantia que não foi, aliás, dispendida esterilmente. É certo que a Fábrica acabou, mas como outras, deixou raizes que brotaram mais tarde.

Desta Fábrica foi contra-mestre dos botões e Mestre do cunho, Luís José de Almeida, nomeado em 5 de Outubro de 1768 com 800 réis diários. Em 1771 foi nomeado (*despacho* de 18 de Outubro) para Mestre dos botões, Manuel Fernandes do Avelar (2).

No Armazém de Venda havia, em 1772, 2.293 abotoaduras. O empate era considerável. Os operários da oficina eram vinte. Não havia ainda aparelhos para fabricar o que o consumo exigia, sendo para isso preciso que se gastasse um conto por mês para manufacturar 720 abotoaduras prateadas ou doiradas. Tornava-se preciso, para a vida da indústria, uma produção de 17.280 abotoaduras. A moda exigia constantemente lavores novos. Este balanço e estas observações feitas pela Direcção da Fábrica das Sedas foram presentes a Pombal em 4 de Dezembro de 1772 (3).

Cada abotoadura de prata, completa, custava 3$200 réis e de casquinha 800 réis (4).

Na Fábrica manufacturavam-se: abotoaduras doi-

---

brica estavam Pedro Andrino, Francisco Oberti, Manuel Orsini e 16 aprendizes, e em 1771, André Guilhobel, Francisco Agostinho, seu filho, Manuel Orsini, 1 aprendiz e 13 operários.

(1) *Livro B de Decretos e Avisos*, pág. 129 a 135.

(2) *Livro A idem.*

(3) *Livro B idem*, pág. 15 a 17.

(4) *Livro A idem*, pág. 163 v.º

radas de água, doiradas a fôlha, sôbredoiradas e lavradas, de prata lavrada para casaca e para véstia, de metal (lavradas e lisas), prateadas lisas ou lavradas, de latão lavrado ou liso, de estanho (para casaca e para véstia), e de ouro fino, completas, as quais custavam 48$000 réis (1).

Uma *ordem* da Direcção, que dá a entender qualquer demora nos fabricos, prescreve que as encomendas para El-Rei, para o paço, Secretários de Estado ou da Côrte e Companhias Gerais do Comércio, sejam imediatamente satisfeitas, avisando a Fábrica a Direcção.

Quem a assina é Jacquerie de Sales em 10 de Março de 1773 (2).

Em 1780 fundou, com as obrigações e os privilégios habituais dados pela Junta, uma fábrica de marcas de osso para botões de casquinha, um tal Casimiro da Silva (3). A casquinha de prata fabricava-se, em 1787, na oficina de António dos Santos, em Lisboa. Era também privilegiada. Fôra erecta em 8 de Outubro de 1784 (4).

De outras fábricas de botões, tenho conhecimento. Enfileiro aqui os nomes dos fabricantes e as datas dos *alvarás* que lhes privilegiaram as oficinas.

— *Botões de casquinha:* Pedro António Correia, em 18 de Agôsto de 1780; João Pedro, na mesma data; Pedro Pires dos Santos, José da Costa e Manuel da Costa, todos em 20 de Novembro de

---

(1) *Livro 404 de Entrada e Saída de Manifestos da Real Fábrica dos Botões.*

(2) *Idem.*

(3) *Livro B idem,* pág. 339, 344, 346, 350 — *Concessão* de 25 de Setembro de 1780. A falta de botões no mercado era grande.

(4) *Livro 927-3.º de Registo de Consultas,* pág. 44 v.º e 45.

1780; António Multipliciano da Silva, em 30 de Janeiro de 1781; Manuel dos Santos Carvalho, em 19 de Janeiro de 1781; José Conrado, em 7 de Fevereiro de 1781; José Justino Henriques, em 19 de Fevereiro de 1781; José de Sousa Gomes, em 15 de Junho de 1781; Manuel da Costa Pinto e Francisco Joaquim da Cruz, em 26 de Agôsto de 1782; Lúcia Maria, viúva de José Álvares, em 7 de Agôsto de 1786; Henrique José Álvares, em 11 de Outubro de 1784;

— *Botões bordados:* António Currat, em 1 de Setembro de 1783 (tinha também fábrica de lentejoilas); Domingos Fantoni Ansaldi, em 19 de Setembro de 1783; José Pedro Duarte, em 6 de Agôsto de 1784 e Jácome Zille, em 6 de Abril de 1785 (1).

José Fernandes Chaves teve, no Pôrto, em 1781, uma fábrica de botões de unha, à qual foram concedidos os privilégios habituais. A Fábrica era em Golpelhares, tendo-lhe sido estabelecidos os preços para os botões de casaca e de véstia, pretos ou policromos: de 360 a 280 réis e de 380 a 280 réis em grossas partidas. Em pequenas porções, variavam de 370 a 400 réis (2).

Paulo José da Rocha era o fabricante de botões para a tropa. Fazia-os mais baratos do que nas outras fábricas. Tinha ensinado muitos oficiais e aprendizes. O mostruário que êle mandou à Junta deu origem a uma bôa informação para a concessão do privilégio, em

---

(1) *Livro 951 de Atestados,* desde 10 de Novembro de 1775 ao fim de 1786.

(2) *Livro 926 de Representações e Consultas — Real Resolução* de 14 de Dezembro de 1781 — pág. 37 a 37 v.º *Livro B de Decretos e Avisos — Alvará* de 9 de Outubro de 1776.

1781. Os botões eram de estanho, e êle era obrigado a entregá-los no Arsenal Real do Exército (1).

De outras indústrias metálicas há notícia por esta época, como a de *pratear latão fundido*, de Francisco Leite Pereira, que se propunha instalá-la na Fundição (2); a de *charneiras*, de Luís Joaquim Sicard (3); a de *folhetas para craração de pedras*, fundada por Augusto Ludovice Thime que quis instalar-se no Bairro dos Fabricantes (4); a de *lentejoilas*, de Margarida Josefa Vitória (5); a de *chumbo de munição*, de Reynier (6); a de *pôr aço nos espelhos*, de um tal Ghira (7); a de *ourives com embutidos de pedras finas e outras peças de ornato*, de José Luís da Silva (8); a de *bombas e engenhos de bronze e ferro*, de Manuel António da Costa (9); a de *ligas de fio de oiro e prata e de lentejoilas de côres*, do francês Razuret, e outras porventura (10).

---

(1) *Livro 926 de Representações e Consultas — Informação* de 2 de Março de 1781 — pág. 18, e *Livro B de Decretos e Avisos — Informação* de 19 de Abril de 1776, pág. 198.

O *Tratado da Grandeza, Majestade e Abastança de Lisboa*, diz (pág. 218): *Tem a cidade trezemtas molheres que não tẽ outro oficio senão fazer botões e por elle guanhão muito dinheiro.*

Cristóvam Roiz de Oliveira, menciona, em 1551, cento e noventa e seis botoeiras.

(2) *Livro 925-1.º idem — Consulta* de 8 de Março de 1776.

(3) *idem*, pág. 46-A *Livro B de Decretos e Avisos*, pág. 331 a 333 — *Alvará* de 7 de Junho de 1780.

(4) *Idem*, pág. 71 e 72 — *Consulta* de 15 de Junho de 1778.

(5) *Idem*, pág. 127 — *Consulta* de 26 de Novembro de 1779.

(6) *Idem*, pág. 90 a 90 v.º, 1784

(7) *Livro de Registo de Manifestos*, pág. 13, v.º, 1786.

(8) *Idem*.

(9) *Livro B de Decretos e Avisos*, pág. 394 — 1781.

(10) *Livro 1.º de Registo de Consultas*, pág. 92 v.º a 93 — *Consulta* de 18 de Fevereiro de 1779.

*

A Fábrica da Fundição de Metais, é outra da série do Bairro das Amoreiras.

Celebraram-se as primeiras condições para ela em 1 de Agôsto de 1767, com o Mestre Júlio Gatti, mantuano. Foi contramestre seu filho André Gatti que, mais tarde, despedido o pai, em 1777, ficou à frente da oficina celebrando novas *condições* em 13 de Outubro dêsse ano (1). A sua montagem foi dispendíosíssima porque importou a construção de um edifício especial provido de forno e utensílios próprios. Não admira, por isso, que a perda fôsse considerável: — mais de dezasseis contos de réis. As obras foram, porém, excelentes e a indústria veio a difundir-se por todo o país.

Os sinos da Basílica da Estrêla foram fabricados áqui.

Gatti, mandou vir de Florença, para modelos, doze candieiros de latão, de vários feitios, artefacto de grande consumo no nosso país (2). Daí resultou uma certa modificação nos clássicos tipos nacionais.

*

André Gatti, tomou conta da Fábrica e desenvolveu-a. A razão por que foi despedido o pai, ignoro-a.

---

(1) *Livro B de Decretos e Avisos*, pág. 184, 190, 242 a 251 e *ordem* da Direcção de 26 de Setembro de 1777 no *Livro 939 de Registo de Ordens*, pág. 2.

(2) *Livro A de Decretos e Avisos*, pág. 152 v.ª e 153.

Só sei que lhe penhoraram uns sinos que a Direcção teve de vender (1).

Em 1779 foi solicitado por André Gatti a isenção de direitos para as suas manufacturas. A Direcção da Fábrica das Sêdas não o atendeu (2). Já lhe compensara o esfôrço a Junta do Comércio na sua *consulta* de 13 de Julho de 1772 em que propunha a proïbição de vários artefactos que já cá se fabricavam com perfeição. A essa *consulta* estavam apensos quatro mapas que constituíam uma prova consoladora das aptidões dos nossos artífices e um notável elogio à obra do Marquês do Pombal. Os géneros cuja importação devia de ser proibida, faziam parte do mapa primeiro e eram os seguintes:

Ferragens para papeleiras e para carruagens; bacias de arame, acabadas; castiçais; campaínhas; púcaros; guarnições para chapéu de sol; verónicas e crucifixos; escudetes de latão, machas-fêmeas, argolas e colheres; garfos e cabos de faca; castões de bengala, estribos e fivelas; perfumadores, candieiros, ferros de engomar, dirandelas *(sic)* e tôda a obra de latoeiro com excepção de balanças.

A maioria dêstes objectos fabricava-se na oficina de André Gatti.

Igualmente se deviam proíbir: pratos de estanho, bacias, ferros, bules, tinteiros, fivelas, botões, seringas, garfos, cabos de faca, castiçais, talheres, tijelas, galhetas, cruzes, torneiras, crucifixos e tôda a demais obra de picheleiro. Tesouras, canivetes, espevitadores, navalhas, ferros de cirurgia, facas de mesa, alicates,

---

(1) *Livro 925 de Registo de Consultas*, pág. 99 a 99 — *Consulta* de 7 de Maio de 1779.

(2) *Livro 939 de Registo de Manifestos*, pág. 5 v.º a 6 — *Real Resolução* de 14 de Maio de 1779.

ferros para anatomia e mais obras de cuteleiro que se fabricavam na oficina de Charlier, da qual já tratamos. Tôdas as obras de serralheiro: fechaduras, estribos, cabeções, ferragens para caixas e para portas, saca-rôlhas, chaves, machas-fêmeas, freios, esporas, berimbaus e fuzis, de que tinhamos magníficos oficiais. E ainda tôdas as obras de ferreiro, como machados, enxadas, foices e martelos.

No mapa segundo que continha os géneros sôbre cuja proïbição de importação houvera discordância entre os membros da Junta, elogiavam-se os nossos espingardeiros, cujas oficinas de há muito eram conhecidas como de primeira ordem, sendo as armas objecto de um grande consumo não só no país como em África e no Brasil.

Falamos acidentalmente, quando tratamos da Fábrica da Loiça, das obras executadas no Arsenal do Exército em 1764, por João Drouet e Pedro Brocard, artífices franceses de grande mérito; falamos também do tenente-general Bartolomeu da Costa. A estes três nomes ligados à indústria da Fundição de Metais, há a juntar ainda o do capitão Mateus António, mais vulgarmente conhecido pelo *Capitão das Bombas*. Este sujeito que nem sequer sabia ler, manufacturou obras perfeitíssimas de fundição e de serralharia, na sua oficina na rua do Tesouro Velho. Acúrcio das Neves chama-lhe *um portento da indústria* (1).

*

Segundo o *Livro 403 da Entrada e Saída de Manufacturas da Real Fábrica dos Metais* (1772), na ofi-

(1) *Noções Históricas, Económicas e Administrativas*, pág. 267 a 275.

cina de fundição das Amoreiras, fabricavam-se os seguintes artefactos:

— Fivelas de cortinas, para caixilhos, de francalete, de cabeçada, de testas de cavalo, de çapatos, para arreios e meias fivelas;
— Campaínhas de porta e de relójios, castiçais de banqueta, castiçais de mesa, palmatórias, candieiros de latão de 2, 3 e 4 luzes, tesouras de candieiro, dirandelas grandes e pequenas, lisas e ordinárias, guarda-tesouras e peças de relójios;
— Artefactos para guarnição de arreios (pregos de passadores, rosetas grandes e pequenas, cantos e maçanetas de seges, argolas lisas e lavradas, testas de cavalo prateadas, caixilhos para vidros de seges, pregos de ponta, passadores, e estribos;
— Guarnições de cómodas e papeleiras (douradas, à francesa, com figuras, e à inglêsa), escudetes, fechos de armário, carrancas, asas de papeleira, asas com argolas e corpos de fechadura;
— Colheres de latão, garfos, e cabos de faca de latão;
— Almofarizes de bronze, chaves e torneiras de bronze, *chombergas* douradas para chaves e caldeiras de estanho;
— Sinos (quando foi do inventário havia na Fábrica 626), limas (434), grosas (108) e brocas (4).

Entre os materiais, apareceram no inventário, latão, cobre, estanho, fio de ferro, goma-laca, fôrmas e várias ferramentas.

A fôrma grande para os sinos, que havia nesta oficina e que custou por sinal 416$140 réis, fôra feita pelo Mestre-pedreiro Bento Silvestre Fernandes.

Este inventário fêz-se em 4 de Outubro de 1777, tendo o Gatti passado recibo em 17 do mesmo mês e

ano (1). Foi nesta altura que o Mestre requereu para ficar com a Fábrica, por mais dez anos, com os habituais privilégios pagando a existência a prazo, mantendo por cinco anos os aprendizes e podendo mandar vir de fora os seus oficiais (2).

Os *Róis dos Confessados* em 1771 dizem-nos que na Fábrica da Fundição, eram moradores Júlio Gatti, Madalena Gatti, sua mulher, André Gatti e 7 aprendizes. Em 1772, menciona-se só Júlio Gatti, os oficiais Custódio da Silva, José Inácio e António José dos Santos, e 2 aprendizes.

*

A Fábrica de Fundição de Bronze e outros metais, acabou em 1787, como se vê do seguinte anúncio da *Gazeta* de Lisboa:

Nos dias 12 e 14 de Setembro se hade arrematar na praça das Amoreiras tudo o que pertence á fabrica de fundição de bronze e mais metais nesse genero (3).

---

(1) *Livro B de Decretos e Avisos*, pág. 245 a 251.

(2) *Idem*, pág. 342 a 244. A *informação* é datada de 13 de Outubro de 1777.

(3) *Gazeta* de 8 de Setembro de 1797 — *Suplemento*.

No século XVI, há lembrança de duas Fundições de artilharia junto às *Portas da Cruz*, mandadas fazer por D. Manuel, e de outra a Cata-que-farás, onde depois foi o Forte de S. Paulo (Remolares) que quási chegou a nossos dias. Mais tarde (em tempo de D. João III, talvez) mandou-se construír outra Fundição (às Ferrarias) ao oriente do Campo de Santa Clara, e ainda depois, outras em Santa Engrácia, a de Cima e a de Baixo (Arsenal do Exército, hoje) que foi chamada «Fundição dos Castelhanos, e ardeu em 1726, tendo-a D. João V restaurado e melhorado. Á Fundição de Cima, chamava se «Fundição da Corôa de Portugal». Mais miùdamente se pode ver êste assunto nas notas de Gomes de

*

Mais duas fábricas houve ainda no Bairro: — a das *Tapeçarias* e a dos *Charões*.

Brito e Vieira da Silva ao *Tratado, Grandeza e Abastança da Cidade de Lisboa*, a pág. 162 a 164.

A pág. 185, descrevem-se os *Almazens das Armas* onde se fundia artilharía e fabricavam armas brancas, corpos de couraça, sinos, munições, espingardas, lanças, etc.

Quanto a artífices que trabalhavam em metal, os dois documentos que há do século XVI, êste e o *Sumário das Notícias de Lisboa*, dão os seguintes números:

	No Tratado	No Sumário
Adargueiros	8	13
Anzoleiros	50	20
Arcabuzeiros e espingardeiros	8	3
Fundidores de artilharia	50	–
Baínheiros e cutileiros	130	51
Espadeiros	130	–
Bate-fôlhas	20	14
Caldeireiros	40	43
Couraceiros	20	–
Ferreiros	–	129
Freeiros	60	24
Fundidores	12	–
Lanceiros	–	8
Picheleiros	120	42
Serralheiros	220	93

O *Tratado* cita ainda três tendas «onde se funde arame e fazem almofarizes».

Sousa Viterbo, no seu precioso estudo sôbre *A armaria em Portugal*, catalogou muitos nomes de artífices, a maioria dos quais trabalharam e exerceram a sua actividade em Lisboa, Barcarena, Pôrto, Évora, Tavira e Santarém. Com os nomes mencionavam-se vários pormenores biográficos de baínheiros, couraceiros, armeiros, barbeiros de espadas, hasteeiros, bèsteiros, arcabuzeiros, espingardeiros, alfagemes, viroteiros, bate-fôlhas, coronheiros, etc., muitos dos quais eram *biscaínhos*.

Dos quinze tapeceiros que havia em Lisboa em 1620 só restava a memória (1) e a Direcção da Fábrica das Sêdas entendeu dever contratar com João Gonçalves — artífice nacional — o estabelecimento de uma nova oficina. Foram celebradas as costumadas *condições* em 1 de Julho de 1771, mas a Fábrica, ao que parece, já funcionava porque, em 10 de Maio, a Direcção da Fábrica das Sêdas pedia à Junta do Comércio para fornecer oitenta arrateis de lãs de várias côres e, não sendo possível, pelo menos vinte, para a oficina poder iniciar a sua produção de tapeçarias à imitação das que se faziam em França (2). As cláusulas foram as habituais: uso gratuito do edifício durante cinco anos, pagamento do valor dos materiais em cinco prestações, ensino obrigatório de aprendizes, etc. (3).

Em 1775 o Mestre requereu se lhe dessem metade das lãs já pedidas, para manufacturar uma alcatifa para Joaquim Inácio da Cruz Sobral. Isto em Abril. Em Maio, pede mais linha grossa, e diz que «a alcatifa do senhor Conselheiro» já passa de meio (4).

A *ordem* da Junta do Comércio de 22 de Dezembro de 1777 escusa João Gonçalves do exercício do seu lugar pela pouca utilidade que resulta para a Real Fazenda da continuação do seu emprêgo. Outra, de 27 de Janeiro de 1778 manda tirar da fôlha os oficiais

---

(1) Em 1552, marca o *Tratado da Grandeza, Magestade e Abastança,* a existência em Lisboa de três casas de Tapeceiros, ocupando seis homens, afora quatro onde se corregiam tapetes.

Cristóvam Rodrigues de Oliveira em 1551 cita só quatro tecelões de tapetes.

(2) *Livro A de Decretos e Avisos*, pág. 118 — Documento datado de 10 de Maio de 1771.

(3) *Idem,* pág. 254 a 256.

(4) *Livro de Representações à Direcção* — Documentos datados de 26 Abril e 19 de Junho de 1775, pág. 41 e 43.

Justiniano Diniz e Domingos José, do dia 25 em diante. Os aprendizes foram também suprimidos e na Tinturaria escusaram-se vários cargos(1).

A Fábrica, a-pesar-de algumas obras bem acabadas no dizer de Acúrcio das Neves, acabou de inanição, tendo sido transmitida ao Gonçalves por novas *condições*, datadas de 28 de Janeiro de 1778. A perda foi de 2.873$301 réis.

Mais feliz do que esta oficina foi a de Tavira fundada em 1776, por um francês, Pedro Leonardo Mergoux, associado com Teotónio Pedro Heitor. Em 1779 fêz-se-lhe um empréstimo de seis contos, dos quais os dois associados solicitaram dois em Agôsto. Sôbre êsse pedido houve uma *consulta* da Direcção de 23 de Agôsto e o *decreto* de 20 de Janeiro de 1780(2).

Foi nesta Fábrica de Tavira que se manufacturaram as tapeçarias de uma das capelas do Palácio Real de Mafra. Mais tarde veio a caír também, tendo ainda assim deixado alguns aprendizes em estado de produzir como foram Pedro Tavares de Brito, Tapeceiro da Real Casa de Bragança e almoxarife de Mafra, e José da Esperança Freire, Fiel do Tesouro do Palácio das Necessidades.

Posteriormente um tal Francisco Mailhol fundou, em 1793, uma fábrica de alcatifas em Estremôs, mas pouco ou nenhum resultado deu.

Da nossa indústria de Tapeçaria vivem ainda como relíquias, em poder de coleccionadores, alguns velhos, mas preciosos, tapetes ou, melhor, bordados de Arraiolos que antigamente se usavam para mantear arcas ou revestir paredes.

---

(1) *Livro 939 do Registo de Ordens*, pág. 7.

(2) *Livro 1.º de Requerimentos e Consultas*, pág. 116.

Da Fábrica das Amoreiras não conheço nenhum.

¿ Onde parará a alcatifa de Joaquim Inácio da Cruz Sobral que o mestre João Gonçalves feiturou com tanto desvêlo?

Dos *Livros de Registo das fôlhas dos oficiais e aprendizes da Real Fábrica da Tapeçaria* (n.º 908 da colecção) consta que, em 1772, os aprendizes eram João Pereira, Justino Diniz, Manuel Francisco, Caetano Alberto, João Pacheco, José Vítor, Luís Miguel e José Cândido; em 1773, os mesmos mais Manuel Luís e e Domingos José e menos José Vítor e João Pacheco.

João Pereira desaparece em Abril de 1775 e os outros mantêem-se. Em 1777, vejo só dois aprendizes (o Diniz e o Domingos José). Quem assina o ponto dos aprendizes é o Mestre João Gonçalves. O *Livro* acaba em Agôsto dêsse ano.

A Fábrica da Tapeçaria ocupava a casa n.º 33 da Praça dos Fabricantes.

*

A Fábrica *de Charões* teve também pouco êxito. Esteve instalada junto da Fábrica dos Pentes, na travessa que hoje tem êste nome, no bairro novo dos Fabricantes. Como as outras acabou com perda, aliás, pequena, pois não chegou a 700$000 réis.

Foi seu primeiro mestre um alemão, chamado José Ridler que em 1774 aparecera em Lisboa estimulado pelo bom acolhimento que cá tinham os operários estranjeiros. Dizia-se perito em dourar ferragens de latão e acharoar madeira, cobre e barro, acabando por solicitar um empréstimo para se estabelecer por sua conta. Pensou a Direcção da Real Fábrica sôbre o caso e resolveu estabelecer a Fábrica por sua conta,

ficando Ridler a dirigi-la, o que se fêz por contrato, aprovado por *despacho* de 1 de Junho daquele ano.

A Direcção deu-lhe casas, mas como estas não tinham sol nem quintal para o enxugo dos vernizes, escolheu-se outro chão na quinta dos Arciprestes dos padres das Necessidades e que tinha sido por êles aforado a um sujeito que lá começara com uma obra que estava embargada. Orçou-se a despesa em 180$000 réis de bemfeitorias, cedendo os padres o terreno logo que se resolvesse o pleito (1).

Em 1777, o mestre Ridler foi despedido e intimado a desembaraçar as casas em que habitava «por se reconhecer a pouca utilidade que resulta do seu préstimo», diz a *ordem* de 26 de Setembro dêsse ano, de onde consta a escusa de Gatti e de Charlier a que já fizemos referência (2).

Em 22 de Setembro de 1778, Ridler entregou à Direcção todo o material e utensílios, desanimado com o desastre, e foi José Francisco del Cuôco, o sucessor de Gabriel de La Croix na administração da Fábrica dos Pentes, quem levou o fabrico dos acharoados a uma notável perfeição.

Depois, veio D. Maria I, veio o Marquês de Ponte de Lima, veio tudo aquilo que o destino aprouve mandar, como escárneo, depois do Marquês de Pombal; e a Fábrica de Charões foi votada ao ostracismo, como o foi a dos Pentes, a de Cutelaria, a de Tapeçarias, a de Fundição e as restantes. Tôda a obra grandiosa do primeiro ministro de D. José, foi quási metida a ridículo. O que preocupava o primeiro ministro de D. Ma-

---

(1) *Livro B de Decretos e Avisos*, pág. 125 a 126. Documento datado de 22 de Junho de 1774.

(2) *Livro 939 de Registo de Ordens*, pág. 2.

ria I era a obra do Erário Régio e as côres das fitas das condecorações das ordens militares. ¡Isso sim! ¡Isso é que era importante! As reformas do Sebastião José (como então se dizia achincalhando-lhe a nobreza) cheiravam a progresso e ao democratismo das ideias modernas. ¡Fóra com elas!

*

Falta ainda falar na *Aula de Estuque e Desenho* que funcionou nas Amoreiras sob a direcção do italiano João Grossi, contratado pela Real Fábrica em 1764, com o ordenado de 600$000 réis (1). Começou a trabalhar em 28 de Agôsto dêsse ano com os quinze discípulos que marcava o contrato, mas pouco resultado deu, a-pesar-de se ordenar, por *alvará* de 23 de Dezembro de 1771, que nenhum artífice do género pudesse ser encarregado de obras sem ter aprendido na Aula de Estuque. A aula foi extinta por *ordem* da Junta de Administração das Fábricas, de 6 de Outubro de 1777, mas Grossi continuou a leccionar particularmente, embora subvencionado, ainda, pela Junta.

Não foi por falta de zêlo da Direcção que a *Aula* acabou com o prejuízo de 15.496$475 (2). A *ordem* de 21 de Novembro de 1770 manda dar a Grossi uma

---

(1) A Aula estava instalada nas casas n.os 31 a 32 da Praça dos Fabricantes. Em 1765 já o *Rol* menciona o João Grosy *(sic)*. Em 1766 mencionam-se, com êle, os aprendizes Francisco Solano, António Pedro e João Paulo; em 1767 o Grosy e a mulher D. Rosa Bernardes, e os aprendizes do ano anterior, mais Afonso Gonçalves; e em 1771 os mesmos de 1766.

(2) *Noções Históricas e Económicas, e Administrativas*, já citadas, pág. 212 a 213.

nota dos discípulos e aprendizes, outra de quantos acabaram o estudo e por que razão os que acabaram continuavam lá (1), mostrando interessar-se pelo seu progresso. Alguns discípulos da Aula conseguiram nome. Francisco José da Costa, Manuel Francisco e Francisco dos Santos, discípulos de Grossi, tiveram carta de Mestres-estucadores habilitados, assim como Paulo Botelho e Manuel José de Oliveira que com o italiano tinham também trabalhado (2).

O *alvará* de 23 de Dezembro de 1771 que proïbe aos pedreiros, carpinteiros e moldureiros, tomar conta de obras de estuque sem ser examinados ou ensinados na Inspecção da Real Fábrica das Sêdas (3) não dava o resultado desejado. Um *aviso* da Junta do Comércio de 3 de Janeiro do ano seguinte, chama a atenção para o *alvará* e propõe que nêle se incluam os estucadores de que se não fazia menção e que eram os principais infractores (4). Em 1825, 1826 e 1828 as reclamações continuaram. A *consulta* de 20 de Abril de 1825 lembra que se multem os que trabalham de estucadores sem estar aprovados (5); o *aviso* de 7 de Setembro do ano seguinte volta a gritar o alerta a favor do cumprimento do *alvará* de 1771 (6) e ainda uma *portaria* de 9 de Abril de 1828 ordena à Direcção que fiscalize êsse cumprimento, lembrando-lhe que só estucadores podem fazer obra de estuque (7).

---

(1) *Livro A de Decretos e Avisos*, pág. 100 v.º

(2) *Livro B idem*, pág 37, 44, 66, 68 e 72. Anos de 1773 e 1775.

(3) *Gabinete Histórico*, de Frei Cláudio da Conceição, vol. VII, pág. 25 a 26.

(4) *Livro A de Decretos e Avisos*, pág. 159 v.º e 160.

(5) *Livro 921-3.º de Decretos e Avisos*, pág. 15 v.º e 20.

(6) *Idem*, pág. 32 v.º

(7) *Livro 921-3.º de Decretos e Avisos*, pág. 61.

Era bradar contra o vento. A verdadeira Aula fôra e era ainda a reedificação de Lisboa. Nesse trabalho portentoso é que se criaram bons engenhos e hábeis operários.

*

Outras fábricas, derivadas destas e originárias do Real Colégio de Manufacturas, se estabeleceram por todo o Portugal. A Fábrica de Chapéus, na vila de Pombal, que muito deveu à iniciativa de Jácome Ratton e onde trabalharam muitos artistas estranjeiros, como os francêses Mr. Sauvage, Guilherme Fournol, Alberto Jacquerie de Salles, Batista Alexís e Gabriel Milliet; e a Fábrica de Fiação em Tomar fundada por Noel Le Maitre, onde também entraram Edmundo Carlos Binet, Timóteo Lecussan Verdier, Jácome Ratton e Felix Clamouse Paliart, foram as duas que mais se desenvolveram e melhores frutos deram.

Ainda se devem citar outras outras:

— Fábrica de Panos em Portalegre, sôbre a qual Pina Manique lançou as vistas;
— Fábrica de Estampar baetilhas e flanelas em Azeitão erecta por Raimundo Pinto de Carvalho em 1783;
— Fábrica de Rendas lavradas no tear, erecta por Cristóvão Razuret em 1783;
— Fábrica de Guarnições Adamascadas, erecta no Pôrto em 1781 por Francisco de Oliveira Ribeiro;
— Fábrica de Lanifícios de Lordêlo, erecta em 1781 por Domingos Martins Gonçalves e Francisco Xavier de Arantes;
— Fábrica de Estamparia de Cristóvão Temply;
— Fábrica de Minas de Ferro (*sic*), no Pôrto, erecta por Domingos Martins Gonçalves;

— Fábricas de Estamparia de tecidos de linho e algodão, uma fundada por Jeremias Mahony e Bento Lauretano em 1778, outra por Joaquim José da da Silva, outra de chitas, por Silvestre Luís Dias, na Orta Navia em 1781 e outra ainda por Cristiano Marolf em Coina;
— Fábrica de Chapéus Finos, fundada em 1778-1782 por Manuel José Ferreira Grelho;
— Fábrica de Cambraias e Luvaria, erecta por Joaquim Tacinário, em 1778-1782;
— Fábrica de Água-Forte, erecta por Manuel Negri, em 1782;
— Fábrica de Atanados e Marroquins, fundada em 1780;
— Fábrica de Estampar Papéis, fundada por Manuel Henriques, em 1781, e que depois foi de Manuel Esteves, em 1783;
— Fábrica de Verdete, fundada em 1780;
— Fábrica de Vidro, de Guilherme Stephens;
— Fábrica de Sera, de João Baptista Fontana, em 1777;
— Fábrica de Galões de Linho, fundada por António José da Silva, em 1778;
— Fábrica de Tinturaria, fundada por João António em 1778;
— Fábricas de Chapéus Finos, fundadas, uma por José da Silva, outra por Nicolau Tog e outra por António José Lôbo, tôdas em 1778;
— Fábrica de Lentejoilas e palhetas, na rua do Salitre, fundada em 1778 por Cipriano Lopes de Andrade;
— Fábrica de Estamparia na Orta Navia, de Bento José Pacheco;
— Fábrica de Vinagres, em Braço de Prata, em 1787;
— Fábrica de Papel em S. Paio, cêrca de Guimarães, fundada em 1787 por António Álvares Ribeiro Lima;

— Fábrica de Frocos dos Carlos, de Leonardo Luís, Inocêncio José e Francisco Luís, em 1776;
— Fábrica de Limas;
— Fábrica de Algodão, de Locatelli;
— Fábrica de Festões, em Sacavém, em 1779, de Guilherme Mac-Cornich;
— Fábrica de Estamparia de Alcobaça, já decadente em 1779;
— Fábrica de Vidros, na Flôr da Murta, em Lisboa;
— Fábrica de Grude, de Francisco Pedroso de Melo, em 1780;
— Fábrica de Archotes, de José Castilho, em 1780;
— Laboratório Químico de Godfroy Siziler, em 1784;
— Fábrica de Cartas de Jogar, de Lourenço Solésio;
— Fábrica de Cerveja, de Estêvam Larcher, em 1784;
— Fábrica de Cintas e Camurças fundada por António Ferreira Cristóvão em 1782;
— Fábrica de Branquearia, em Torres Novas;
— Fábrica de Vidros, de Sebastião de Castro Lemos, no Côvo;
— Fábrica de Estamparia e Tinturaria de Chitas, dos Bellons, no Pôrto;
— Fábrica de Festões e Toalhas Adamascadas, no Pôrto, em 1787;
— Fábrica de Pelicas, de Querele (?), 1786-1787;
— Fábrica de Sola, em Cela (Alcobaça) erecta por José Tomás Uheco, em 1786;
— Fábrica de Papel em Sintra, erecta em 1791.

Estas e outras, citadas neste e no anterior capítulo, passam nos livros da Junta da Administração das Fábricas e da anterior Direcção da Fábrica das Sedas, em requerimentos e consultas, avisos, decretos e ordens, quási sempre à roda do mesmo motivo: a solicitação de privilégios.

A história das Indústrias Portuguêsas, a história económica de Portugal está ainda por fazer. Um dos seus tomos mais interessantes será o que estudar o período pombalino, e ninguém o poderá escrever sem arcar com o trabalho da consulta dos mil e tantos massos e volumes desta colecção do Arquivo Nacional.

CAPÍTULO X

SUMÁRIO: A capela de Nossa Senhora de Monserrate — Sua fundação — Citam-se dois *alvarás* régios — Faz-se a trasladação para a nova ermida — Algumas palavras sôbre a Irmandade — Sua constituïção e compromissos — Os fabricantes de *largo* e de *estreito* — Descreve-se o templo minuciosamente — Os seus belos azulejos — Obras antigas e festividades diversas — A primitiva Feira — A Princesa da Beira e a criação dos bichos de sêda — O arraial e romaria dos Prazeres — Sua origem — É transferido para Campo de Ourique e depois para as Amoreiras — Notícias sôbre a romaria dos Prazeres — A feira das Amoreiras — Transcreve-se uma descrição de Júlio César Machado — As barracas das figuras de sêra — Descreve-se uma — Os teatros — A barraca dos Dallots — Algumas notas sôbre estes comediantes — Para onde passou a Feira — Modifica-se o bairro — Uma vista de olhos pela antiga Colónia Fabril — O registo de azulejos da rua das Amoreiras — Um teatro bairrista — A toponímia da rua e dos pontos próximos.

Estamos outra vez na praça dos Fabricantes.

No vão do arco médio, dos nove que a limitam pelo poente, fica a capela dos Fabricantes, dedicada a Nossa Senhora de Monserrate.

É a Senhora de Monserrate uma das imagens mais populares e queridas em tôda a região Pirenaica.

Com a vinda de alguns fabricantes franceses, dessas paragens para a Real Fábrica das Sêdas, alastrou-se de entre êles para tôda a comunidade dos artífices da Colónia Fabril das Amoreiras êsse culto e essa devoção, que aliás já eram antigas em Portugal.

Era da invocação de Nossa Senhora de Monserrate

o Colégio dos Órfãos, fundado pela Raínha D. Brites, mãi de D. Diniz, «e também o foi o seu sucedâneo» Colégio dos Meninos Órfãos fundado pela Raínha D. Catarina, à Mouraria, em 1549(1). De Nossa Senhora de Monserrate era a ermida do Palácio da Flor da Murta na rua de S. Bento e uma das capelas da igreja de S. Bento da Saúde. Ao Poço dos Negros havia, no meado do século XVIII, outra ermida de Monserrate.

Gil Vicente, no *Triunfo do Inverno*, põe na bôca do pilôto

.... acudi ali
Que a nau vai sossobrando...
Ó virgem de Monserrate
Livra-nos dêste rebate
Pelo teu precioso manto.

Os artífices sericícolas, afervorados em tal ideia, construíram no alto de S. Francisco uma simples barraca de madeira, onde uma imagem da Senhora (trazida talvez por algum operário das cercanias de S. Jean de Luz) foi logo posta ao culto, nascendo ao mesmo tempo a ideia de se impetrar licença para a edificação, no largo dos Fabricantes, de um templo condigno.

Assim se pensou e assim se fêz. Autorizada a construção da ermida, puseram mãos à obra, e em 1768 estava esta concluída.

Requereram então os irmãos e devotos, para que El-Rei lhes fizesse mercê do chão onde a ermida estava fundada, a-fim-de fazerem a trasladação da imagem e de celebrar a missa dominical. El-Rei, por *alvará* de 17 de Junho de 1768, fêz-lhe a mercê pedida, dando-lhe posse e inteiro domínio do chão, no vão do quinto arco para o lado da estrada, das casas da sacristia e mais

---

(1) *História dos Estabelecimentos Literários, Scientificos e Artísticos*, por José Silvestre Ribeiro, pág. 85.

dependências (1). Seguidamente, a 11 de Agôsto, baixou outro *alvará régio* declarando a ermida isenta, para os efeitos do culto, da jurisdição do juízo eclesiástico e independente de qualquer paróquia em cuja área estivesse. Alcançada esta concessão valiosíssima, a irmandade dos Fabricantes mandou benzer a ermida, fêz-se a trasladação da arruïnada barraca para o novo templo em 14 dêsse mês, e a quinze festejou-se solenemente a Assunção de Nossa Senhora (2), assistindo El-Rei D. José e a Raínha.

*

A irmandade era constituída, ao princípio, ùnicamente pelos fabricantes, chamados *de largo*. Em 1772, porém, os artífices *de estreito* requereram também a sua admissão apresentando seis condições de entrada, das quais destaco as seguintes:

Que houvesse na mesa seis mestres da sua especialidade, sendo alternados os lugares de Juiz e de Procurador pelos fabricantes *de largo* e *de estreito;*

Que se lhe cedesse a casa de Despacho para as suas reüniões e eleições; e

Que se lhe concedessem os mesmos privilégios que aos artífices *de largo.*

Ficariam assim todos os colaboradores da Colónia Fabril debaixo do patrocínio da Mãi de Deus, alcançando *o aumento do temporal das suas manufacturas e do espiritual das suas almas* (3).

---

(1) Impresso avulso que possuo, mandado imprimir em 1887 pela Irmandade.

(2) Impresso avulso, mandado distribuir pela Irmandade e de que possuo um exemplar.

(3) *Livro dos Termos de 1772,* no cartório da Ermida.

Foi discutido, entre os *de largo*, o requerimento e aceito com prazer, salvo no que dizia respeito ao lugar de Juiz, que por andar em pessoas estranhas e de categoria não podia ser partilhado entre as duas corporações.

Êsse lugar foi desempenhado sempre efectivamente por sujeitos grados. Do princípio da Irmandade até 1776 exerceu-o Joaquim Inácio da Cruz Sobral; em 1777, Domingos de Gamboa e Liz; de 1778 a 1779, D. Duarte de Sousa Coutinho; em 1780, Luís José de Brito; em 1781, Maurício José Cremer Wanzeller; de 1782 a 1797, o Dr. Francisco António Marques Giraldes Cardoso de Andrade; de 1798 a 1819, o Desembargador João José de Faria Guião; e em 1826, seu irmão, o Dr. Joaquim José Guião. Muitos dêles eram bairristas, nossos conhecidos (1).

Entre os *Livros dos Termos da Irmandade* acha-se um em que se cita um ofício dirigido pela corporação a Pombal, em 1773, no qual se roga não sejam aceitos nas fábricas e oficinas os operários ou aprendizes que não mostrem fazer parte da Irmandade. Êste pedido foi deferido, tendo o favorável despacho a data de 29 de Janeiro dêsse ano (2). O ser irmão de Nossa Senhora de Monserrate era, pois, obrigatório para todos os membros daquela colónia industrial.

O primeiro Compromisso da Irmandade tem a data de 12 de Setembro de 1763.

O facto de a ermida estar privilegiada e isenta, por mercê régia, da jurisdição eclesiástica, deu lugar, posteriormente, a variadas questiúnculas com as paróquias vizinhas. A Real Capela era, para os priores de Santa

---

(1) *Livro das eleições da mesa*, no mesmo cartório.

(2) *Livro dos Termos n.º 1*, pág. 9 v.º *idem*.

Isabel e S. Mamede, um sorvedoiro de prováveis receitas paroquiais e guerreavam-na por isso.

À conta dos festejos a Santo António realizados em Monserrate em 1821 pelos devotos dessa imagem (que se venerava na capela de António Rodrigues Gil, em S. Bento) houve mosquitos por cordas entre o Pároco de Santa Isabel, que se julgava lesado nos seus interêsses, e a Irmandade, que se defendia com o Real Privilégio. Como esta questão, encontram-se vestígios de muitas outras no Arquivo da Irmandade (1).

*

Exteriormente a ermida das Amoreiras nada tem de notável. É de uma vulgar simplicidade; frontaria sobrepujada de frontão, porta única de entrada, e, sôbre ela, o janelão do côro. No frontão uma fresta em forma de quadrifólio. Ao alto uma cruz singela.

Para a parte posterior, tem um corpo saliente, ressaltando a três metros do chão e amparado em cachorros, no lugar correspondente ao altar-mór. Aos lados, dois corpos adjacentes, o da Sacristia e Casa de Despacho à esquerda, e, à direita, umas casas abarracadas.

A meio do corpo saliente, está uma cruz de azulejos do Rato, tendo na base a data de 1787. Do lado do sul fica a tôrre sineira, com quatro ventanas, sobrepujada de cruz.

A entrada para a Sacristia faz-se por uma porta, num estreito edículo lateral, pelo lado do Jardim das Amoreiras.

---

(1) *Livro das Conferências*, ano de 1821, fl. 17 e 18 v.º, no Arquivo da Ermida.

*

Vejamo-la, agora, interiormente. Tem certa originalidade.

O corpo da ermida é oitavado, separando-o uma teia da capela-mór. Em tôda a volta, um rodapé com dois metros de alto, todo recortado, poisa sôbre o alisare marmoreado, em que o amarelo predomina. Lindos azulejos do período primário da Fábrica do Rato, de uma bela coloração azul e em puro estilo do século XVIII.

Alternando com as pilastras vêem-se molduras ovais interceptadas pelos ornatos da composição, em quatro pontos. Dentro dessas molduras estão representadas as seguintes alegorias:

Entrando do lado direito: Uma escarpada rocha no meio do oceano e sôbre ela uma oliveira. No espaço, voando, uma pomba com um ramo no bico.

Na fita ondulante, o seguinte dístico:

UNICA NAUFRAGIO SUPEREST.

Do mesmo lado, sob a Tribuna: Uma tôrre firmada num rochedo. Sôbre esta, uma águia que olha para outra ave, que se representa voando por terra. Fundo de païsagem. Na fita:

VIS FORTIOR ARCET.

E ainda: Païsagem: no primeiro plano, à esquerda, uma rocha, da qual nasce uma vara em que se enleia uma videira de cachos pendentes. No espaço, o sol, e na fita:

INTACTA PLACET.

Na capela-mor, do lado da Sacristia: Uma estrêla fulgurante de raios e entre elas o sol. Na fita:

NOLI ME TANGERE.

Do outro lado da capela-mor: Païsagem e casas no primeiro plano. No espaço o sol e o Arco-Íris. Na fita:

SOLIS OPVS.

Sob o púlpito: Uma serpente enroscando-se num tronco de árvore. A parte superior da composição e o dístico da fita estão ocultos por um armário com promessas de cêra. Sendo o assunto igual ao que se vê em um dos painéis da ermida da Cruz das Almas, deve ler-se na fita:

INIMICITIAS PONAM.

A entrada, do lado esquerdo: Sôbre fundo de païsagem, uma pirâmide. Na fita:

UMBRA PRQCVL.

Tal é a interessante decoração do rodapé de azulejos.

*

As paredes e tecto da ermida são estucados. Neste, composto de apainelados que convergem, em cúpula, para o painel central, oitavado, onde está uma pintura de Nossa Senhora de Monserrate, do pincel de Pedro Álexandrino, vêem-se diferentes alegorias e ornatos. Aquelas são, um espelho *(espelho de justiça)*,

uma tôrre *(tôrre de marfim)*, um anel *(jóia misteriosa)*, uma estrêla *(estrêla da manhã)*, um poço *(poço de sabedoria)*, duas árvores, que não sei o que representem, e uma outra alegoria que me não foi possível destrinçar o que fôsse. Três dos apainelados são ocupados pelos ornatos, em dois dos quais vi, num, o sol e, em outro, a lua.

No apainelado, cuja base assenta sôbre o arco do cruzeiro, estão pintadas as armas reais do tempo de D. José I.

O tecto da capela-mor é estucado também, vendo-se no fecho da abóbada um ornato em forma de quadrifólio, dentro do qual estão pintadas umas cabeças de anjo voando em redor de um sol.

O tecto sôbre o côro é igualmente a estuque, sem pinturas. Êste assenta sôbre um arco tríplice.

*

O altar-mor, de Nossa Senhora de Monserrate, tem a imagem da Senhora. Aos lados, duas portas; sôbre elas um nicho e, superior a estes, duas frestas. Nos nichos estão as imagens de Santa Bárbara e Santo António.

A porta do lado do Evangelho dá para uma escada de serventia do altar-mor. Fronteiras uma à outra ficam as portas da sacristia e de arrecadação, de onde há acesso, por uma escada de caracol, à tôrre sineira e, por outra escada, à tribuna. Sôbre as duas portas rasgam-se janelas.

No corpo da ermida temos, do lado do Evangelho o altar do Santíssimo, onde estão as imagens de S. José e da Senhora do Monte do Carmo, depois um armário com promessas de cêra e, seguidamente, o altar da Senhora da Atalaia e do Mártir S. Sebastião.

Do lado da epístola, fronteiro ao do Santíssimo, está o altar de Nossa Senhora das Dores, com uma imagem de Cristo Crucificado e sob êle o Senhor Morto, e o altar de Nossa Senhora da Conceição.

Dêste lado fica, à altura da Casa de Despacho, uma tribuna fronteira ao púlpito.

A entrada para o côro faz-se por uma escada de caracol à esquerda do guarda-vento.

Na sacristia existem alguns péssimos quadros a óleo, um Santo António Preto (Santo António de Noto)(1) e, dentro de uma maquineta, um lenço de algodão estampado com a imagem de Nossa Senhora de Monserrate, com o menino ao colo, sendo ambas as figuras de côr preta. Êsse lenço — disseram-me — foi trazido com a imagem pelos fabricantes franceses e data da primitiva da capela.

Sôbre a sacristia fica a Casa de Despacho, onde há mais quatro quadros a óleo, sem valor algum. Numa moldura oval vêem-se pintadas, também, as armas reais da época pombalina.

---

(1) Santo António de Noto era uma das imagens levadas nos andores da procissão anual do Têrço de Jesus que os negros faziam em Lisboa. O *ci-devant* Duque de Chatelet, a págs. 187 a 188 do primeiro volume do seu *Voyage en Portugal* declara ter visto essa procissão, que lhe pareceu um dos espectáculos mais curiosos que tinha presenciado. Não figurava na procissão um único branco.

Notou êle que as mulheres, que em grande número assistiam ao seu desfile, nas ruas e nas janelas, espirravam a miúde. Intrigou-o esta persistência de espirros e, preguntando a uma das damas, explicou ela que o *atchim* era uma maneira de elas troçarem dos pretos, por se dizer *que nunca espirravam*. É a primeira vez que encontro explicação — verdade que seja que bastante extravagante — a esta costumeira. Por isso a deixo aqui consignada.

*

Nos *Livros da Receita e Despesa da Irmandade* encontrei a nota da compra dos sinos. Tendo sido roubados os primitivos, encomendaram dois novos à Fábrica de Fundição de Júlio Gatti, em 1776, os quais custaram cento e dezasseis mil e tanto. Outro sino foi feito por José Amado em 1792 (1). Apenas um dêles, o maior, é ligeiramente ornamentado: cinta inferior lavrada e no dorso três palmas. Os novos sinos foram inaugurados em 13 de Julho de 1776 (2).

*

No arquivo da ermida encontrei referências a obras importantes no templo, em 1821 e em 1878. Em 1821 foi quási uma reedificação. Os segundos restauros obrigaram a ermida a estar fechada durante meses.

A irmandade tem hoje reduzidos rendimentos. As casas anexas ao templo e outras que possuía, que ainda em 1842 renderam 372$000 réis, foram vendidas há cêrca de catorze anos.

---

(1) *Livro de Receita e Despesa da Irmandade* e *Livro dos Termos de 1776*, pág. 16, no Arquivo da Ermida.

(2) Aqui há anos, um fiscal do Caminho de Ferro, chamado Ferreira, escondeu no manto da Senhora de Monserrate uma porção de jóias que furtara num combóio a umas senhoras da nossa primeira sociedade. Prêso o criminoso e descuberto o roubo, veio a provar-se que as jóias eram falsas. Por pouco o ladrão não fica roubado.

*

Na ermida, além da festa principal, em dia da Senhora de Agôsto, em que a irmandade fazia imponentes ceremónias religiosas, realizavam-se ainda outras festividades religiosas e cedia-se o templo aos festeiros estranhos à casa.

Em 1776 fêz-se aqui uma solene procissão de preces pelas melhoras de El-Rei. Foi em 28 de Novembro. E já a 6 de Outubro se tinha festivamente celebrado a colocação do Sacrário no altar do Santíssimo.

Quando foi do nascimento do Príncipe da Beira, em 1793, os fabricantes de sêdas custearam uma solene missa cantada e *Te-Deum,* orando, em acção de graças pelo fausto acontecimento, o Dr. Frei José Maria de Sant'Ana (1).

Santo António de Noto, hoje mutilado e desamparado de devotos, tinha anualmente a sua festividade, e aqui vinham também os devotos do Senhor Jesus dos Aflitos, até 1821. Neste ano, solicitada pelos mesmos autorização da irmandade para aí celebrarem a festa costumada, foi-lhes negada, em razão das turras havidas com a paróquia de Santa Isabel. Nesse ano venerava-se a imagem em um oratório da rua do Moínho de Vento (2).

Nas festas da Semana Santa de 1881 ainda a irmandade gastou cêrca de 75$000 réis.

---

(1) *Gazeta de Lisboa* de 14 de Junho de 1793.

(2) *Livro das Conferências da Irmandade*, ano de 1821, no Cartório da Ermida.

*

Domingo do Espírito Santo, costumava haver festa e arraial na praça das Amoreiras, o qual durava três dias e quási todos os anos os devotos do Senhor Jesus da Agonia vinham aqui festejar a sua imagem e feirar, revertendo para a irmandade um têrço dos rendimentos gerais que se obtinham. Essa festa e feira realizavam-se no dia da segunda oitava da Páscoa do Espírito Santo (1).

Foi esta a primitiva feira das Amoreiras, a que se reüniu mais tarde, engrandecendo-a, o arraial e feira dos Prazeres. A multidão que, mesmo antes da reünião desta, ali afluía, era notável, chegando a ser proïbida em 1837 pelo dano que os festeiros e feirantes faziam nas amoreiras do Largo, a pesar da tropa que policiava o local (2) e dos guardas do município que zelavam especialmente as árvores e se achavam instalados, por sinal, em uma casa à entrada dos arcos, de que a Câmara pedira o usufruto ao seu proprietário Geraldo Braamcamp, em 1842 (3).

A entrada no Aqueduto das Águas e no Depósito foi também proïbida aos festeiros, emquanto durasse a feira, no ano de 1837 (4).

Com referência às amoreiras do Largo, peço licença para abrir um pequeno parêntesis (5).

---

(1) A Irmandade recebia parte dêsse rendimento com a cláusula de cuidar e zelar pelas amoreiras do Largo.

(2) Em 1844 policiavam-na nove soldados e um cabo.

(3) *Sinopse dos Principais Actos Administrativos da Câmara Municipal,* ano de 1842.

(4) *Idem, idem,* ano de 1837.

(5) Em 1844 foram aqui plantadas mais 32 amoreiras *(Sinopse).*

*

No Arquivo de Nossa Senhora de Monserrate encontrei dois curiosos documentos. Nada menos do que duas cartas, datadas, respectivamente, de 5 de Junho de 1805 e de 30 de Abril de 1807, em que a Princesa Nossa Senhora, estando em Mafra, rogava à Irmandade lhe destinasse um quarteirão de amoreiras para os seus moços de ordens irem lá, tôdas as manhãs, colher a fôlha para a criação de bichos que mantinha em Queluz. A primeira carta é assinada pelo Conde de Cavaleiros e a segunda pelo Conde de Peniche (1).

As amoreiras pertenciam à Irmandade. Em 1810 estavam muito reduzidas, razão porque José António de Sá, Director do Novo Estabelecimento de Fiação e Torcido de Sêda, se dirigiu ao Juiz da Irmandade inquirindo do motivo de tal diminuïção. O Juiz, que era o Desembargador João José Guião, respondeu ao afectado zêlo dos Procuradores da Fábrica das Sêdas, fazendo-lhe notar que a Irmandade tinha o título de Real, em termos ásperos e secos.

¡ Que teria uma coisa com outra!

*

Por *anúncio* de 23 de Abril de 1851 foi transferida para o largo das Amoreiras a feira e arraial dos Prazeres, que, no ano anterior, por *edital* de 21 de Março, fôra já mudada, sem resultado, para Campo de Ourique.

---

(1) A Irmandade também fabricava sêda por sua conta. As despesas com tal fabrico montaram, em 1775, a 131$940 réis.

Saibamos as origens desta romaria, uma das mais pitorescas e movimentadas de Lisboa.

A lenda diz que, meado o século XVI, aparecera uma imagem da Senhora sôbre uma fonte, razão porque se ficou a chamar ao local do aparecimento a «Fonte Santa». O Conde da Ilha do Príncipe, que tinha ali uma casa e quinta, levou a imagem para o seu oratório, mas ela, miraculosamente, voltou ao local onde aparecera e ali se lhe fêz uma capela.

A Senhora disse a uma menina que fôsse noticiar aos pais que lhe chamassem «dos Prazeres» e ali lhe dessem culto. O Conde da Ilha deu o terreno para o templo.

A imagem era de alabastro fino, lavrada, pintada e doirada por diante, e, pelas costas, em branco (1).

Quando foi da peste de 1598, escolheu-se a quinta dos Condes da Ilha para «Casa de Saúde».

Frei Luís de Sousa diz, referindo-se a essa calamidade:

«*Tanto q̃ se declarou foi primeiro conselho deputar quinta grande e cazas sobre a ribeira de Alcantara sitio alto e lavado dos ventos, para enfermaria dos feridos*», etc.

E diz mais: que de 25 de Outubro de 1598 a 8 de Setembro do ano seguinte, entraram na Casa de Saúde 20.227 atacados, saindo sãos 13.861. Os restantes morreram (2).

Acabada a epidemia, a Câmara, que tomara por arrendamento a quinta, em vista dos danos que sofrera com a utilização, e da perda que houvera do seu rendimento para o proprietário, convencionou com êste

---

(1) *Sumário de Vária História*, de Ribeiro Guimarãis, tôm. III, pág. 147 a 148.

(2) *História de S. Domingos*, vol. I, pág. 488.

dar-lhe o juro anual de 200$000 réis pela Fôlha da Fazenda da cidade, aforando-lh'a a seguir pelo fôro anual de 60$000 réis com a natureza de fateusim perpétuo, que só terminaria quando a quinta se tornasse necessária para o mesmo fim. Por morte de Francisco Luís Carneiro, sucessor do foreiro, obtiveram os seus herdeiros permissão do Senado para a divisão da propriedade (1). Uma dessas divisões, de que em 1833 era proprietário o Conde de Lumiares, descendente dos Condes da Ilha (casas nobres arruïnadas, cêrca, ermida, etc.), é que serviu para nela se instalar o Cemitério Ocidental, tendo o Govêrno adquirido o terreno sem consentimento nem consulta da Câmara, que era a directa senhoria.

Em 1835 (Abril) quis a Câmara reivindicar o fôro e laudémio da quinta, terminando a questão em Outubro pelo encargo que lhe foi feito, pelo Govêrno, da Inspecção dos Cemitérios (2).

A planta do Cemitério dos Prazeres foi aprovada, pela Câmara, em Novembro de 1838. Em 1839 foi aprovada a proposta para o arborizar e comprar alfaias e objectos de culto a-fim-da ermida poder servir nos actos fúnebres (3). A capela que lá vemos hoje foi inaugurada em 6 de Novembro de 1869.

Junto à casa dos Condes da Ilha, havia barracaria abundante, que nos séculos XVII e XVIII era conhecida por Pátio dos Prazeres (4). Em 1625 era um verdadeiro recolhimento de vàdios (5).

---

(1) *Elementos para a História do Município de Lisboa*, vol. I, pág. 497, vol. II, pág. 525.

(2) *Arquivo Municipal* e *Sinopse dos Principais Actos Administrativos*, etc.

(3) *Arquivo Municipal de Lisboa.*

(4) *Róis dos Confessados da Freguesia de Santos.*

(5) *Elementos para a História do Município de Lisboa*, vol. III, pág. 183, 225 e 226.

Em 1675, no palácio, moraram os Condes, e com êles mais 19 pessoas; em 1700, Manuel Pereira Coutinho; em 1716, D. Guiomar da Silva; e, em 1768, outra vez os Lumiares, D. Carlos Carneiro e a Condessa D. Juliana Xavier (1).

Em 1817, o palácio estava arruïnado. Pertencia à Condessa D. Maria do Resgate, e o administrador da casa, Desembargador Giraldes Quelhas, anunciava-o para arrendar juntamente com uma pedreira e a quinta (2).

*

Por causa dessa mesma peste de 1598, se não foi de outra anterior, os moradores de Santos fizeram um voto à Senhora dos Prazeres, de ir em romaria à sua ermida, para que ela os livrasse de tamanho mal.

Em 1626 o anónimo autor da *Descrição Métrica de Lisboa* informa-nos:

Logo junto a dos Prazeres
cuja festa se celebra
o dia logo primeiro
(que é) depois da Pascoela,

E neste mesmo lugar
se vê de quem quer que chega
uma Casa de Saúde
o (ou) por melhor de Misérias (3).

A ermida velha ainda lá estava no princípio do século passado, apresentando às devoções dos fiéis a imagem da Senhora, que, segundo o Padre Carvalho da

(1) *Róis dos Confessados da Freguesia de Santos.*
(2) *Gazeta de Lisboa* de 1 de Setembro de 1819.
(3) *Relação em que se trata e faz uma breve descrição,* etc.

Costa, ao contrário do que afirma Ribeiro Guimarães, era de roca e tinha dois palmos de altura (1). Ao principiar o século XVIII vivia ali um ermitão, sucessor de outro (Frei Lucas da Ressurreição) religioso eremita de Santo Agostinho, que ali morreu, sendo sepultado na própria ermida.

A êste templo deixou o cirurgião Amador Álvares, por seu testamento, um cális que o contraste da cidade dizia ter 6$000 réis de pêso e de feitio. Foi entregue à Câmara por Maria Teixeira e a Câmara mandou-o entregar ao Tesoureiro da cidade, Agostinho Franco (2).

E é o que sei sôbre a Quinta dos Prazeres (3).

Todos os domingos era o sítio da capela muito concorrido de devotos, cujo número crescia extraordinàriamente no domingo e segunda-feira depois da oitava da Páscoa (4). Lisboa celebrava no arraial a abertura das séstas e celebrava-o ruïdosamente. Dentro da larga cêrca da ermida assentava arraiais a romaria. Tôdas as irmandades, clérigos e irmãos do Santíssimo da freguesia de Santos aí iam em procissão, de cruzes alçadas, cantar uma missa solene na devota ermida (5).

Quando se instalou o Cemitério dos Prazeres na quinta dos Condes da Ilha, passou a festividade pagã

---

(1) *Corografia Portuguesa*, edição de 1707, terceiro volume, pág. 531 a 532.

(2) *Elementos para a História do Município de Lisboa*, vol. II, pág. 426. Assento da Vereação de 29 de Outubro de 1618.

(3) Quanto à história do Cemitério Ocidental, alguma coisa sei, mas não é esta a oportunidade de o referir. Apenas deixo consignado aqui que, no primeiro têrço do século XIX, os cemitérios que existiam na capital eram o *das Mercês*, o *do Hospital*, o *da Graça* ou *dos Padecentes*, o *dos Soldados*, a Campo de Ourique, e o *da Ajuda*, no casal de Pedro Teixeira.

(4) *Dicionário* do Padre Luís Cardoso, vol. 20 Informação do prior de Santa Isabel, Padre Felisberto Leitão de Carvalho.

(5) *Corografia Portuguesa*, já citada, pág. 531 a 532.

a fazer-se fora dos muros do campo sagrado. Isto, como vimos, até 1851. Depois da mudança para as Amoreiras, continuou o povo a ir ali, seguindo a tradição e desprezando o *edital* da Câmara. Os folguedos do arraial começaram, porém, a exceder os limites da decência. Raro era o ano em que não havia excessos graves, e os protestos contra a condescendência municipal principiaram a esboçar-se. Em 1873, por exemplo, houve mosquitos por cordas no arraial. Interveio a guarda de cavalaria. O povo resistiu e ouviram-se morras aos soldados, o que deu em resultado pranchadas abundantes, alguns feridos, muitos desmaios e dezassete prisões.

De ano para ano cresciam as desordens e os desacatos, até que, em 1893, a autoridade proïbiu, de vez e rigorosamente, a alegre romaria junto dos muros do Cemitério, hoje substituída pela Quinta de Belas, onde o Senhor da Serra serve de pretexto a três dias de folia pagã.

*

A feira das Amoreiras foi um dos mais populares e característicos divertimentos do seu tempo. Nada que se parecesse com a Feira de Agôsto e com o Parque Mayer. Muito pior e muito melhor do que elas. Menos luxuosa mas mais alegre, mais portuguesa, mais colorida.

Por entre as barracas dos quinquilheiros e das queijadeiras, das quitandas que vendiam bilhas e moringues, testos e pucarinhos de barro, dos *pim-pam-puns* numerosos, passeavam imponentes os soldados da polícia, de farda escura, calça branca engomada, com a mão ameaçadora no punho do terçado de copos amarelos.

Eram muitas as barracas de comida onde a sardinha chiava no azeite loiro e fervente, e imensas as locandas que vendiam nozes, figos e castanhas do Maranhão.

Só mais tarde apareceram os teatros e as figuras de sêra, os extraordinários fenómenos e outras raridades que agora abundam.

Ouçamos o delicioso «humorista» Júlio César Machado descrevendo a feira num dos seus impagáveis folhetins. É êle quem fala.

*

«Na formosa praça das Amoreiras, que tem a forma de um quadrilongo, com um chafariz no meio, servido por aromáticos galegos, estão assentadas as barracas pela forma seguinte: Entra-se, e no prolongamento da rua que dá acesso à praça estão colocadas as casas de pasto, onde se serve o bom peixe frito, saladas, iscas, mexilhão e outras iguarias de alta fragância. Isto é do lado do poente.

«Por detrás, e do mesmo lado, estão as barracas dos arlequins, figuras de cêra, ratas-sábias, burro inteligente, etc. e estridentes músicas, tambores, pífanos e realejos.

«Do lado do oriente, estão as quinquilharias, brinquedos de crianças, presentes para senhoras e outras preciosidades retrospectivas e da indústria actual.

«No tôpo da praça (norte), as barracas das queijadeiras com as apetitosas queijadas de Cintra, licores, cervejas, neve, gelados onde se reüne o *monde élégant*, barraca do Lima a *plein chic*. Os lados oriental e norte pertencem à bôa sociedade, o ocidente às classes populares e de estômago vasío».

Entre as figuras de cera, diz Luís de Araújo no seu

livro *Coisas Portuguesas* (impresso em 1872), havia os quadros do Filho Pródigo, coisa verdadeiramente rara.

O primeiro quadro ou grupo representava, à esquerda, o filho pródigo em pé, *toilette* de viagem, vestindo galantemente à época, bôlsa de viagem a tiracolo, *frack*, etc., estendendo o braço para raceber de seu pai uma carteira com notas de banco. O pai trajava *robe de chambre* de sêda, chinelas, camisa de cambraia. Á direita estava o guarda-livros, escrevendo no livro-mestre. Ao fundo, uma senhora vestida pelo último figurino, com cuia e merinaque . . .

No segundo grupo, estava o filho pródigo e mais três com êle, cada um com sua dama, vestidas galantemente, sentados todos à roda de uma mesa cheia de iguarias, flores, cristais, vinhos, etc.

No terceiro grupo, aparecia o filho pródigo vestido de guardador de porcos no Alentejo, tendo o patrão ao pé com um ar muito malcriado.

No quarto grupo, o filho aparecia já encanecido; ao fundo via-se o velho ancião de *robe de chambre*, êle esfarrapado e o irmão mais velho, todo *chic* e com jóias. E os homens gritavam à porta das barracas:

¡¡Agora vão ver os senhores o grande Napoleão, a grande Imperatriz, o grande Padre Santo, o grande Garibaldi, o grande namôro de D. Inês de Castro!!

*

Dos teatros da feira, foi o dos irmãos Dallots o mais notável. Carlos Dallot morreu, não há muito (em 6 de Dezembro de 1916). José, o outro irmão, morrera em Santarém em 1906 (1).

---

(1) Carlos Dallot morreu na Travessa do Guarda-Jóias, à Ajuda. O seu último teatro, em Lisboa, foi no pátio do Tejôlo. Deixou viúva D. Maria da Graça Dallot, e órfãos quatro filhos.

¡Que vida a dêstes dois homens! Saídos de Versailles para correr mundo, com uma *troupe* de ginastas, vieram parar a Portugal em mil oitocentos e quarenta e dois ou três, começando a trabalhar no circo (antiga praça) do Salitre, a dar saltos mortais, depois no Campo de Sant'Ana e mais tarde no primeiro Circo Price. Em 1845 estavam no Circo Madrid. Com êste partiram, em *tournée*, para Espanha, de onde passaram a Inglaterra, voltando novamente, depois, a Portugal que correram de sul a norte, representando ora o *João o Corta-Mar* e o *Veterano da Liberdade* ora o *Ressonar sem Dormir* e outras comédias ingénuas, entremeadas com as habilidades do célebre cavalo elástico a que êle chamava *O Môsca* e com as graçolas e as truanices do Joaquim Confeiteiro, o que foi, durante muito tempo, o palhaço preferido do Teatro Infantil das Amoreiras. Fazendo a «parada» do Teatro, gritava para o público:

— ¡É entrar, meus senhores, é entrar! ¡Já está cá a senhora Marquesa de Viana (1)!

---

(1) Assim mo garantiram. O sr. Conde de Mafra, meu ilustre amigo, nas suas *Memórias*, encantadoras de lêr-se, e que, ainda bem, foram publicadas, diz a págs. 77, referindo-se à Marquesa de Viana, que conhecera pobre e alcachinada, acompanhada sempre pela mulata Dorinda, que ela freqüentava de verão a Feira de Belém. Lembra-se de a ter visto (em Agôsto de 1876) abancada com a mulata na barraca da Lima «das queijadas» a beber água nevada, e de ter ouvido o galeguito do botequim, ao som do piano de manivela, chamar a mesma frase de chamariz: — «¡Entrem minhas senhoras! Entrem que já cá está a senhora Marquesa de Viana».

¿Ter-se-ia fixado o «rèclamo» como agora se diz?

O ilustre professor que trata os mortos e os vivos, com uma bondade de enternecer desculpando sempre as faltas, as fraquesas e os ridículos, conta também, dentro do mesmo assunto, que a elegante, adulada e riquíssima Marquesa vivia então em Pedrouços com duas filhas solteiras, uma das quais costumava dizer que

De feira em feira, de barraca em barraca, foram parar, há anos, ao Dafundo. Carlos Dallot constituíra numerosa família, e ela foi depois a sua companhia teatral. Actrizes e actores eram quási todos do seu sangue. ¡As filhas representavam os grandes papéis dramáticos, os netos e netas formavam a *troupe* infantil!

¡Pobre Dallot! ¡Por onde pararão hoje, dispersas, as tábuas da tua barraca das Amoreiras!

*

Em 1865 fêz-se a feira na Patriarcal Queimada e em 1866 também. Depois passou novamente para as Amoreiras. Em 1868 requereram os feirantes para armar as barracas, não neste sítio, que era acanhado para o desenvolvimento que a feira estava tomando e porque não consentiam que se armassem fora do largo, mas na praça de D. Luís, ao Atêrro, ou no largo da Patriarcal, onde já fôra. A Câmara indeferiu-lhes a petição (1).

Fêz-se a feira no sítio da Torrinha mais tarde, mas como o local era solitário e arredio, passaram a Belém, depois a Alcântara e depois outra vez à Torrinha.

¡Mas que diferença de então! Se não fôsse a Torrinha, os barraqueiros não conheceriam o sítio.

---

no tempo do pai, fôra uma vez tanta gente jantar à quinta em dia de festa que tiveram de *matar um boi*, e, como não chegasse ainda, de *matar mais meio*.

(1) Resolvido em sessão da Câmara de 27 de Maio de 1868.

*

De 1860 a 1863 esteve este sítio atravessado de entulhos, junto ao Reservatório, e à entrada da «Légua da Póvoa» (1).

Em 1863, como já ficou dito, foram substituídas as amoreiras por olmeiros e oliveiras; mudou-se o chafariz que estava no meio da praça; ajardinou-se esta.

Nos prédios bairristas levantaram-se andares; fizeram-se palacetes modernos. ¡Tudo mudou!

Tanto é ainda assim o cunho pombalino e o ar fabril da antiga Colónia das Amoreiras, que há-de custar a tirar-lho.

*

Uma ligeira vista de olhos pelo bairro:

Alguns dos prédios dos antigos fabricantes ainda têm a antiga numeração, a tinta azul num azulejo branco.

No prédio n.º 36, na face norte da praça, há um registo de azulejo, com decoração a azul, representando, em uma moldura rectangular, um Santo António sôbre um fundo de païsagem onde se vê, à direita, uma capela. Em baixo, numa *cartouche:*

P. N. A. V. PELAS ALMAS.

Na travessa da Fábrica da Sêda, 41-1.º, há uma igreja do rito Darbista, denominada Salão Evangélico. Ali se reúnem os seus adeptos todos os domingos, às onze horas, para celebrarem a Santa Ceia, havendo à

(1) *Arquivo municipal*, anos de 1860, pág. 209; ano de 1861, pág. 752; ano de 1863, pág. 1509.

tarde prègação do Evangelho que se repete às quartas feiras à mesma hora.

Nesta mesma serventia, tornejando para a antiga travessa da Légua da Póvoa, fica a Escola de Equitação que foi do meu amigo D. José Manuel da Cunha e Meneses, há pouco falecido, o qual a herdara de seu pai, fidalgo da Casa Lumiares, do mesmo nome e apelidos.

Neste arruamento há um bairro operário. Tem um terreiro à frente, com muro para a travessa.

Das antigas fábricas resta uma oficina de tinturaria na travessa da Fábrica dos Pentes.

*

Não quero deixar de mencionar um lindo registo de azulejos, existente no prédio n.os 44 a 46 da rua das Amoreiras.

Compõe-se de três painéis. Dois ladeando a janela central do primeiro pavimento, e o terceiro, sob ela, ligando-se pelos cantos aos primeiros. É interessantíssima a sua decoração: — molduras com ornatos amarelos sôbre fundo verde e a pintura central a azul.

Nos painéis de cima estão representadas, em um a *Epifania*, com o dístico:

VIRGEM PURA E ESCLARECIDA
SOIS MÃE DO AVTOR DA VIDA.

E no outro a *Fuga para o Egito*, com o dístico:

VIRGEM PURA E IMACVLADA
PELOS ANJOS SOIS GUIADA.

No painel inferior, dentro de uma *cartouche* e entre as imagens de Santo António e S. Pedro, lê-se :

RVA
NOVA DO PAINEL
DE JESVS M.ª JOSÉ

Êste letreiro seria talvez significativo da intenção do proprietário, de que a rua ficasse com aquela denominação. Isso mesmo se deu, com resultado, em outras serventias. A travessa do Monte do Carmo foi assim chamada em razão do registo que ainda hoje lá está no palacete Sacavém.

Há anos, o proprietário da casa ou qualquer seu mandatário permitiu que se colocasse sôbre o registo a chapa de uma Companhia de Seguros. Recentemente foi emendada a tolice. O painel, que chegou a nomear a rua, está de novo livre.

*

No n.º 38 da rua das Amoreiras morreu, em 7 de Julho de 1919, o grande dramaturgo Marcelino Mesquita.

*

Houve aqui no sítio, em 1843, um teatro bairrista, chamado «Recreio Familiar». Os n.os 6 e 7 da *Revista Teatral* dêsse ano dão notícia de espectáculos, num dos quais, a 28 de Outubro, se representaram uma farça e o drama «O Sonho ou o flagelo do Remorso». A «Castanheira», célebre farça da época, também ali subiu à scena. O ensaiador era o actor do Condes, José António da Silva.

*

A actual rua das Amoreiras, que vai do Rato até o Campolide moderno, artéria desigual, forma-se de vários troços que outrora tiveram diferentes designações.

Apurei as seguintes:

— *Azinhaga do Rato para Campolide,* em 1730;
— *Rua do Rato para Campolide,* em 1742;
— *Rua do Chafariz de Pau para o Rato,* em 1756, 1760, 1764 a 1765, 1768 e 1772 a 1779;
— *Rua do Rato para as Águas-Livres,* em 1761 a 1773;
— *Rua do Rato para a Praça Nova,* em 1762;
— *Rua das Águas-Livres,* ao Rato, em 1769 a 1770, abaixo ou acima do Carvalhão, em 1771 e 1783;
— *Rua do Rato até S. João dos Bemcasados,* em 1780;
— *Rua do Arco das Águas-Livres,* em 1797 a 1804;
— *Rua do Arco das Águas-Livres e Bemcasados,* em 1805.

Em 1809 separa-se a *rua do Arco das Águas-Livres* da *dos Bemcasados.*

Aparecem também a *rua de Jesus Maria José* (do Arco até S. João) ou travessa, em 1756 a 1759, 1761 a 1764 e 1782.

Em 1760 também se nomeia *rua do Chafariz que vai de S. João dos Bemcasados,* e, em 1786, *rua do Rato até S. João.*

Outros locais nomeiam-se separadamente:

— *A Cova da Onça,* aparece de 1772 a 1786;
— *Sóbre a Muralha,* de 1780 a 1796 e *Telheiro dos Pobres,* em 1769;
— *Monserrate,* de 1785 a 1796;

— *Águas-Livres*, em 1787;
— *Barraca do Peixeiro, junto à Muralha*, em 1804;
— *Alto da Casa da Água*, em 1811;
— *Alto*, ou por Cima, *da Muralha*, de 1807 a 1810;
— *Pátio da Cova da Onça*, em 1844 e 1845;
— *Junto às Águas Livres*, de 1783 a 1789;
— *Junto à Fábrica da Louça*, em 1797.

Tudo isto que era escassamente povoado (a rua do Rato para Campolide tinha, em 1742, só sete fogos) foi, com o terremoto, inundado de moradores.

Só a *quinta do Tavares*, que era então de José Xavier Carneiro Zagalo, tinha, em 1869, oitenta e cinco fogos. Num dêles morava o proprietário com os seus cinco filhos.

Em 1806 e 1807, na rua das Águas-Livres moravam o Dr. Manuel José de Arriaga, Sebastião José de Arriaga, a família Metzner, os guarda-damas António e Francisco Pereira de Miranda e o Laguar; e, em 1832, Caetano Alberto Pereira de Azambuja e João Torcato de Dornelas.

De 1787 1789, numa «abegoaria» junto aos Arcos, moravam trese galegos. O *Telheiro dos Pobres* tinha dez fogos.

Tudo isto era, pois, um aglomerado de barracas, telheiros e cobertos. A seguir à cêrca das Freiras do Rato ficava a quinta, chamada *do Fetal*, que se formara de parte dessa propriedade e que tornejava para S. João dos Bemcasados no sítio onde está hoje o prédio de um só pavimento fronteiro ao palácio dos Anadias (1).

---

(1) *Róis dos Confessados da Freguesia de S. Mamede*, anos referidos no texto.

A casa mais antiga da rua era a que, subindo, revia à esquerda, logo depois do Arco. Ainda há pouco tinha os batentes das janelas de abrir para fora, girando em gonzos de madeira. Hoje está já modernizada.

CAPÍTULO XI

Sumário: De Entremuros à rua de Artilharia 1 — Variadas designações dêste local — O «vasadouro» de 1715 — Um concêrto instrumental e vocal numa «casa de pasto» — Outras quintas — O Páteo do Geraldes — Descreve-se a casa actual e o antigo convento dos Oratorianos — A ermida, as imponentes chaminés, o palácio e suas dependências — Informação do Padre Manuel Portal — Volta-se ao Rato e à quinta de D. Elena — A invasão dos foragidos da cidade em 1755 — Uma povoação de barracas — Luxo e miséria — Os que habitaram a quinta de D. Elena — Procissões, penitências e preces — O pavôr dos terremotos em 1755 e 1756 — O trágico-pitoresco do local — As duas quintas dos Padres Quentais — Os seus moradores ilustres em 1756 — Barracas opulentas — Os oratórios e o culto — Visitas e embaixadas ao Cardial Patriarca aqui abarracado — Instalam-se na quinta a Relação Patriarcal e o Senado da Câmara — É vendida a casa e quinta dos Padres Quentais — Compra-as o Desembargador Bartolomeu José Nunes Cardoso Geraldes de Andrade — Diz-se quem era o comprador e fala-se na sua família.

O sítio de *Entremuros*, nome derivado da próxima quinta de Entremuros (chamada depois «do Judeu» e, mais modernamente «dos Oleados») contava, em 1763, vinte e dois fogos, e compunha-se não só do arruamento ainda mal delineado, senão das terras próximas, como a referida quinta «do Judeu», a de Manuel da Cunha Tavares que lhe ficava ao poente e a dos Padres Quentais, ou «dos Arciprestes» para o sul.

Em 1768 começou a chamar-se-lhe rua. Em 1771 acumulam-se as designações de *Arciprestes* e *Entremuros*, aplicando-se esta sòmente ao trôço norte da

serventia, e, sete anos depois, opera-se a junção, passando o arruamento a citar-se com o nome de *rua dos Arciprestes e Entremuros* para, em 1796, passar a *rua direita dos Arciprestes*, em 1805, a *estrada de Entremuros de Campolide* ou *rua da Estrada Antiga* (1) ou ainda *de Entremuros de Campolide e Arciprestes*; depois *rua de Entremuros*, mais recentemente *rua de Silva Carvalho*, e, em 1911, *rua de Artilharia 1* (2).

A fúria denominadora não ficará por aqui.

*

Em tempos mais afastados era êste um dos sítios escolhidos pelo Senado da Câmara para «vasadoiro público»: «*no caminho que vai da porta do carro da quinta dos padres do Oratorio de S. Filipe Nery até sair a Campolide*», diziam os vereadores no *assento* de 18 de Novembro de 1715 (3).

*

Ao tempo em que escreveu o Padre Carvalho da Costa (1710) havia uma quinta dos Arciprestes, com uma capelinha (que era então de Salvador Luís) dentro da área da paróquia dos Anjos, mas não devia ser esta a propriedade a que o clérigo se refere. O nome

---

(1) Já assim também lhe chamavam em 1790, como se vê dos *Livros do Lançamento da Décima* dêsse ano.

(2) Resolução municipal, numa das sessões de Agôsto de 1911. Os nomes restantes citam-se no *Róis dos Confessados* da freguesia de S. Mamede e de Santa Isabel.

(3) *Elementos para a História do Município de Lisboa*, t. IX, pág. 116.

de Arciprestes derivou-se de dois ciprestes que ladiavam a porta de entrada na estrada de Entremuros (1). Depois chamou-se *dos Quentais* e hoje do *Geraldes* (2).

Em 1758 chamavam-lhe Quinta de Entremuros, nos assentos paroquiais de S. Sebastião da Pedreira.

*

Um anúncio da *Gazeta de Lisboa* de 1787, dá-nos, sôbre êste local uma divertida e substancial noticia.

Ei-la:

«*Em uma quinta em que ha pouco se estabeleceu uma casa de pasto na rua dos Arciprestes, onde chamam as Amoreiras, para cima das Águas Livres, haverá á noite um grande concerto instrumental e vocal. Todos os passeios estarão iluminados e se acharão ali varios refrescos e diferentes qualidades de fiambres. A primeira noite d'este divertimento, será amanhã, 4 do corrente* (Agôsto 1787), *principiará ás 7 horas e acabará ás 11 e continuará nos sabados e segundas-feiras. Pessoas de capote ou com libré não serão admitidas* (3).

O suplemento da *Gazeta* de 4 de Agôsto, noticía ter sido adiada a festa, para quando se anunciasse novamente.

Parece ter falhado a tentativa. Se chegou a dar espectáculos, foram poucos. Ainda vinham longe os

---

(1) Descrição do Padre Manuel Portal intitulada *História da Ruína*, etc., transcrita a pág. 720 e 721 da obra do falecido geólogo e investigador Francisco Luís Pereira de Sousa.

(2) *Corografia* do Padre António Carvalho da Costa, t. III, freguesia dos Anjos.

(3) Suplemento à *Gazeta de Lisboa* de 3 de Agôsto de 1787.

tempos da *Floresta Egipcia* e do *Tivoli* da Flôr da Murta.

Esta quinta devia ser a antiga propriedade de Manuel da Cunha Tavares que, em 1766, era conhecida pelo nome de *Casal do Tavares*, depois pelo de *Casal Novo* e posteriormente pelo de *Casal* ou *Quinta do Mineiro*. Nela moraram, sucessivamente, desde 1867 a 1876, os Condes de Penamacôr, Eduard Warburgo, Jorge Torlades O'Neill e os Barões de Almeida (1).

*

Do lado direito da rua de Entremuros, ao fundo de um caminho que se abre em frente da travessa da Fábrica dos Pentes, fica o *Páteo do Geraldes*. Dentro do páteo — a fachada principal voltada ao poente — o palácio.

Entremos no terreiro. Eu digo ao leitor o que se via há poucos anos ainda. A casa dos Geraldes, sacrificada ao desenvolvimento urbano vai-se derruindo aos poucos. As altas chaminés cónicas que eram tanto da fisionomia do sítio, já lá foram; o resto irá indo. Um renque de nove janelas enfrenta a entrada a que se chegava entrando pelo caminho a que me referi aberto na meia-laranja decorada nos extremos, antigamente, no alto do muro, por duas esferas de pedra que caíram com o terremoto. A janela do centro é de sacada, sôbre o portão de cantaria e ao alto fica o brazão do Geraldes que substituíu o dos Congregados do Oratório. À direita fica a capela, com uma porta, janelão do côro por cima, frontão estreito e arco de sineira, sendo o páteo, fechado por êste lado por um muro que vai do

(1) É a quinta cuja casa tem hoje o número 115 de polícia.

templo às cocheiras, as quais formam, a um dos lados do portão o corpo poente do páteo. A ermida era de abóbada de estuque, e tinha as paredes azulejadas, côro, dois altares de telha doirada no corpo um de Santo António, à direita, e outro de Nossa Senhora à esquerda. O altar-mor, também de talha, fôra feito pelo Padre José Pinto. Na sacristia, pequena, havia, encaixilhado, um painel de Nossa Senhora da Soledade. A ermida servia há pouco tempo de arrecadação de mobília. As imagens, alfaias e azulejos foram para uma capela aldeã, dos seus proprietários, cêrca da Anadía. Esta informação deu-ma aqui há dez ou doze anos, a caseira que ali residia há muito tempo.

Do lado norte do páteo era o lagar, depois estábulo de vacas. Está tudo arruinado. No terreiro passseiavam, ainda há pouco, vacas e galinhas, e estacionavam carruagens e carroças.

No páteo interior ou saguão, vê-se na parede fronteira à entrada, isolado na empena, um relógio de sol. Sôbre um alpendre de madeira, apainelado, a caír de pôdre, vêem-se de novo as armas dos Geraldes. Anteriormente o brazão dos Congregados ficava na empêna fronteira ao corredor de acesso ao páteo entre ornatos de estuques coloridos, sendo colorido também êsse lavor heráldico.

Não conheci o palácio interiormente. O Padre Manuel Portal, transcrito pelo falecido engenheiro Pereira de Sousa na sua monumental obra *O Terremoto de 1755*, a cuja descrição tenho ido roubando tudo o que diz respeito a residência dos Oratorianos antes de ser transformada em palácio fidalgo, faz um relato curioso de todo o edifício. A escada de acesso ao primeiro pavimento era azulejada assim como um corredor que se lhe seguia. Lá dentro, no primeiro pavimento, havia refeitório e ante-refeitório, barbearia, uma casa

chamada «Casa Grande», de abóbada, que comunicava com uma varanda de pedra para onde dava também o refeitório que era guarnecido de azulejos. A varanda tinha grades de ferro, firmados em pilares de mármore da Arrábida, poiais e azulejos com a vida de S. Filipe Néri. Numa das paredes via-se um revestimento cerâmico completo e nêle pintado uma imagem de Nossa Senhora do Rosário. Jasmineiros envolviam as grades. No pavimento de cima, servidos pela escada azulejada, com tecto de estuque, onde se via um painel de S. Lourenço, eram os cubículos (vinte e dois) de paredes e tectos engessados, pintados pelo tal Padre José Pinto. À roda dos corredores estava a Via-Sacra, em painéis mandados vir de Roma pelo referido clérigo.

Numa casa grande instalava-se o jôgo do «truque do taco» (bilhar), e noutra uma suficiente livraria. Acho delicioso êste *suficiente.*

O terremoto abriu uma fenda na parede da parte do páteo e caíram algumas pedras do cunhal que iam matando o atafoneiro que estava a dar de beber às bestas. Alguns cubículos ficaram arruinados. Os livros caíram das estantes ao chão. A parede da «casa do taco» aluíu também e ficou em risco de desabar. A ermida como a sacristia, a casa grande e o Refeitório, também sofreram danos consideráveis.

Eugénio dos Santos de Carvalho foi ver os estragos no palácio e disse que era necessário apeá-lo quási todo, embora se pudesse remediar com «linhas de ferro». A-pesar-disso os Congregados do Oratório foi aqui que se recolheram fugidos do convento do Santo Espírito da Pedreira, abarracando-se no terreiro e na quinta.

O celeiro que ladeia o páteo pelo norte, está uma ruína de há muito para cá. No cunhal que olha para a Penitenciária via-se, há pouco ainda, o rombo feito por uma granada na manhã de 4 de Outubro. Para o

lado do Parque Eduardo VII, onde se acastelavam as barracas da Feira de Agôsto e hoje se vai esboçando o Parque, ficava o largo terraço a que o Padre Manuel Portal se referia, o Pombal, e as duas enormes chaminés que solenemente esperaram tanto tempo o camartelo municipal. Todo o palácio está condenado. A cidade moderna esmagou-o, para passar.

*

A págs. 383 do terceiro volume escrevi a propósito da moderna «Praça do Brasil»:

«Depois de 1755 desabou sôbre o Rato uma avalanche de foragidos».

Cabe-me agora aqui acrescentar mais algumas notas elucidativas sôbre essa invasão que alastrou por todo êste arrabalde.

Diz-nos o Padre Portal, abençoadamente loquás; que aqui se armou logo um mercado de ortaliças, frutas e todos os demais comestíveis, abriram-se dois açougues, lojas numerosas de todo o género de comércio, mercadores, capelistas, ourives, tudo em tendas e barracas improvisadas, estendendo-se pela rua da Fábrica das Sêdas fora, da cêrca dos jesuítas até ao Noviciado (como quem diz, do chafariz do Rato até à Faculdade de Ciências) alastrando ainda até o campo da Cotovia (praça do Rio de Janeiro). Era como que uma rua de acampamento. Pela actual rua do Sol acima, o mesmo. Chamavam-lhe, então, «estrada do Rato para a Boa-Morte».

Aí chegaram a haver barracas luxuosas. A do Marquês do Louriçal era quási um palácio. Custara — dizia-se — trinta ou quarenta mil cruzados. A do «Desembargo do Paço», feita de tabique era tôda pintada

com grande acêo e perfeição, e a da «Mesa da Consciência» era vasta, *fabricada com bela ideia e de muito melhor cómodo do que tinha dantes.* As lojas também aqui não faltavam, em correnteza pela serventia acima. Parecia até que havia mais mercadores do que antes do primeiro de Novembro.

À miséria dos primeiros dias sucedera, a pouco e pouco, uma estranha e nova erupção de luxo. Erguiam-se barracas sumptuosas com panos de raz e tecidos caros, de mais de um pavimento e com adornos exteriores; os vestidos lustravam-se de galas e atavios; estadeavam-se coches; as mulheres cobriam-se de sêdas e de jóias. Os mercadores, que só vendiam a dinheiro, encheram-se e os novos direitos pagavam-se na Alfândega como se a tremenda calamidade não tivesse assolado a cidade. Os mendigos que por coisa alguma terem fôram os únicos que coisa alguma tinham perdido, infestavam todo êste subúrbio com lamentações, fazendo o seu estendal de misérias. Êste espectáculo e o das constantes procissões de penitência em seguida aos, também, constantes abalos, é que perturbavam êsse ambiente de luxo desafiante. Fôram imensos êsses cortejos de desagravo que seriam risíveis pela exibição dos penitentes se não se representassem dentro de uma atmosfera de tragédia, feita de espíritos apavorados pelas profecias e pelo receio da ira divina. Os jejuns, as confissões e as penitências, disciplinadas pelas pastorais do Cardial Patriarca D. José Manuel, tinham entrado na agenda da população de Lisboa.

Vinte e cinco mil dos seus habitantes viviam então na nova paróquia de Santa Isabel.

*

Um dos locais escolhidos pelos fugitivos das ruínas fumegantes, fôra, neste sítio, a *quinta de D. Elena* a que já me referi. Ficava esta propriedade ao norte do actual largo entre a antiga «calçada da Fábrica de Louça» e o primeiro trôço da rua de Alexandre Herculano, alargando para cima até entestar com a quinta dos padres do Oratório, deixando para o poente a de Manuel da Cunha Tavares e para o nascente a azinhaga de Vale de Pereiro. O limite sul formava-lho o Salitre até esta azinhaga. A êsse tempo já pertencia, como vimos, aos Oratorianos, e projectava-se cortá-la por uma rua que fôsse do Rato ter à entrada da quinta dos do Oratório a que davam o nome de «quinta dos Ciprestes» ou «dos Arciprestes» à conta de duas destas árvores que ladeavam, fazendo sentinela, a referida entrada. A planta estava feita, El-Rei já dera a indispensável licença e os Quentais pensavam no negócio dos aforamentos. Com o terremoto e a invasão, todos os projectos caíram por terra. Os espavoridos lisboetas, invadindo-a, na ânsia da instalação provisória, derrubaram-lhe os muros de pedra solta que a cercavam e vá de aproveitar para lume e construção as cêpas e o tronco das oliveiras.

A quinta era só plantada de vinha e olival. Em vista disto os oratorianos resolveram arrancar tudo, roçar o terreno, trocando o rendimento agrícola pelos possíveis aluguéis e futuros aforamentos. Nos princípios de 1756 subia a duzentos o número das barracas de pano e tabique que infestavam a quinta, havendo algumas de sobrado e lojas.

Os que ali se abrigavam eram gente miúda, em geral, avultando as barracas do beneficiado António da

Costa Couto, de João Viegas Machado e de José dos Reis e Silva. Os religiosos franciscanos, a Ordem Terceira e o Hospício da Terra Santa, também aqui se albergaram. O alto de S. Francisco, ainda hoje no nome de uma travessa do bairro das Amoreiras, rememora essa estadia. É a «travessa de S. Francisco de Sales» chamada anteriormente «dos Arciprestes».

Até Janeiro os oratorianos quantia alguma exigigiram aos povoadores da quinta; depois começaram a fazer contratos provisórios, com obrigação de despejo por ocasião dos aforamentos quando a nova rua se rasgasse.

Durante êsse calamitoso período da vida lisboeta, êste espaçado arrabalde do Rato foi teatro de infinitos espectáculos. Não bastava o movimento derivado da deslocação para tais paragens de muitos Tribunais (a «Relação Patriarcal» estava na Fábrica das Sêdas e o «Senado da Câmara» esteve na quinta dos Quentais); não bastava a vinda para a barracaria do Vale de Pereiro do regimento de Olivença, ainda havia quási diàriamente as procissões de penitência, missas, sermões e outros actos religiosos. Na quinta de D. Elena fazia-se uma via-sacra em derredor da propriedade, com estações junto às cruzes que se arvoravam em várias barracas, e nela ia sempre um religioso franciscano, imitando Cristo com um pesado madeiro às costas.

Estas penitências eram espectáculo de tôdas as horas. Os franciscanos aqui abarracados davam constantes exemplos de disciplinas e de mortificações.

As procissões não paravam de organizar-se. Em Setembro de 1756 amiudaram-se com a vinda de novos abalos. Em 21 dêsse mesmo mês saíu uma da igreja do Rato. Já o Comissário dos Terceiros de S. Francisco, que ia descalço, com cadeias aos pés e amarrado com cordas, estava em Santa Isabel e ainda a

cauda do préstito, por S. Bento abaixo, estava no Poço dos Negros. Prègaram-se quatro sermões em sítios diferentes. Muitos dos penitentes iam com cadeias, cordas e pesos aos ombros.

Em 24 saíu outra procissão dos franciscanos da quinta de D. Elena. O Dr. Melgaço ia descalço, com uma corôa de cordas na cabeça. Outros levavam cruzes às costas e pesadas pedras. No dia 29 saíu do convento do Rato novo préstito de penitência. O Comissário dos Terceiros de S. Domingos, no meio do povo que gritava e chorava ia, também, amarrado com cordas e grilhões, uma corda à cinta que um preto segurava como se o levasse prêso, e uma corôa de silvas na cabeça. A rua de S. Bento alastrava de gente e os sermões foram constantes.

A procissão de Nossa Senhora Mãi dos Homens, na ermida de Vale do Pereiro, realizada em 10 de Outubro, formou-se e seguiu o seu têrmo debaixo de chuva torrencial. A fé crescia com o pavor. Quando a 13 de Outubro um furacão passou pela Ribeira de Alcântara, o povo julgou que era o fim do mundo. Bastava o grito de um desmaio, uma borborinha insignificante para o pânico se estabelecer, como no dia 17 de Outubro, sucedeu em S. Roque.

O abalo que se sentiu na noite de 25, foi uma tragédia neste recanto da cidade, cheio de abarracados e de apavorados.

A *quinta de D. Elena* (a que em 1787 se chamava *de D. André* (1), e *de Dentro* pelos oratorianos), a *quinta* grande *de fora*, o casal do *Pay Silva*, ao norte desta onde estava abarracado o regimento da Armada, eram

---

(1) *Livro 923 de Avisos da Junta da Administração das Fábricas do Reino e obras das Aguas-Livres — Aviso* de 19 de Abril de 1787.

um mar de barracas, nova cidade improvisada que custou a ter fim.

*

Segundo a indicação do padre oratoriano Manuel Portal a propriedade dividia-se em quinta *de fora*, mais vasta, formada de algumas colinas e vales, e a *de dentro*, mais plana, que uma tinha porta para o caminho de Santa Marta e outra para o dos Ciprestes, que é actual entrada do pátio do Geraldes. Muitos dos eclesiásticos que estiveram primitivamente na *de fora*, passaram para a *de dentro* que tinha água e era mais cómoda.

O Cardial Patriarca, D. José Manuel, escapara ao terremoto no palácio dos Nizas onde habitava. Sôbre a cama onde estava caíu parte de uma parede. Seis criados morreram na derrocada da casa. Quando chegou a esta quinta, vinha numa cadeirinha, muito combalido do abalo que sofrera. Instalou-se numa barraca qualquer. Só depois é que passou para a quinta *de dentro* para uma barraca grande de madeira com um oratório atinente. A barraca forrara-se de panos de arrás, como a dos condes de Aveiras e as das Marquesas de Niza e de Tancos que aqui estiveram recolhidas. Havia outras barracas para os criados do Patriarca, capelães e para a Relação Patriarcal. Em barracas de campanha estiveram sempre o Principal Faro e o Conde de Aveiras, filho. A barraca de D. Tereza de Meneses, também era armada de panos de arrás e tinha vidraças e havia nela copa, cozinha, quartos, etc. Outras havia ainda na quinta *de dentro*, como a do Padre Inácio Baleia que depois se mudou para a quinta de D. Elena.

Na quinta *de fora* estiveram abarracadas as freiras

do Rato que depois se passaram para a *de dentro*, tendo-se erguido uma barraca para as quarenta foragidas e noutra edificação de madeira estavam os Quentais, tendo erguido também um oratório, com o painel da Senhora da Soledade que estava na sacristia do seu convento, na banqueta um Cristo crucificado que ali fôra pôr uma noite a sr.ª D. Tereza de Meneses, e as imagens de Santo António, S. Filipe Néri, Nossa Senhora da Assunção e Senhora Sant'Ana. Ali estiveram oito meses os oratorianos, passando então para o convento indo instalar-se, de princípio, na adega, julgada sítio mais seguro.

Nêste oratório da quinta de dentro realizaram-se numerosas cerimónias cultuais. As missas, preces, práticas, sermões, confissões, eram constantes. Uma vez que estava prégando o célebre Padre Teodoro de Almeida, deu-se um abalo de terra. O Padre Alberto dos Reis, o carmelita Frei Salvador, o Padre Inácio Baleia, e outros, prègaram também várias vezes A festa da Senhora das Dores fêz-se com grande luzimento, armando-se o oratório de veludos e damascos vermelhos franjados de oiro.

No oratório-barraca do Cardial Patriarca, para onde o prelado tinha uma tribuna de vidraças, fêz-se a festa de S. José, no seu dia. Estava armada de telas de oiro e prata. O Reverendo Padre Francisco Manuel, irmão do Cardial, cantou missa. Vieram os músicos da capela do Paço de Santo Antão do Tojal; cantaram a Marquesa de Niza e D. Luísa de Meneses, e houve, à tarde, um *Té-Deum*. No mesmo oratório rezavam-se, o Têrço e a Ladainha.

As freiras do Rato festejaram, na sua barraca, o Patriarca trino S. João da Mata. A Marquesa de Tancos, também nela festejou S. Sebastião, cuja imagem se recobriu de jóias. Armou-se ricamente o oratório e

prègou o carmelita Frei Salvador, tendo assistido o Patriarca e muitos fidalgos. As freiras do Rato, em 6 de Setembro foram para o seu mosteiro, ainda arruinado, conduzindo-se, a-pesar-de ser tão perto, nas carruagens do Patriarca. Recolheram menos duas que faleceram na barraca e foram a enterrar ao convento.

Também em Setembro de 1756, a Relação Patriarcal se mudou para a rua da Atalaia, juntamente com a «Câmara» que estava noutra barraca fora da quinta.

Nas barracas onde viviam, nasceu uma filha à Marquesa de Niza que foi baptisada pelo Cardial D. José Manuel no seu oratório, e faleceu em 25 de Outubro uma filha do Conde de Aveiras, depositando o cadáver, que foi a enterrar ao convento de Jesus, no oratório dos Congregados.

A estadia aqui de D. José Manuel, animava o local. Era o Marquês de Baxi, embaixador de França, que veio duas vezes, e de uma com a embaixatriz, cumprimentar e tratar com o prelado; era o Conde de Oeiras, o grande Sebastião José, que a tôda a parte ia; eram os embaixadores de Castela, conde de Aranda e conde de Macedo e Taboada, o primeiro dos quais morara no palácio dos Aveiros a S. Sebastião da Pedreira que ardeu quando lá estava, e o segundo, numa barraca junto à mesma casa incendiada e derruída, era o sobrinho do Cardial Cursini que vinha trazer a um prelado nosso, o barrete de cardial; era o novo Cardial Saldanha; e eram os novos mitrados que vinham fazer a colação e receber a profissão da fé.

Um ar de festa, havia, pois, de quando em quando, nestas paragens. Quando foi da elevação ao cardinalato do Principal Saldanha, puseram luminárias em tôdas as barracas, três noites consecutivas.

O Cardial D. José Manuel, que tinha alugado na Junqueira o palácio de Diogo de Mendonça Côrte Real,

que fôra Secretário de Estado, deixou a barraca da quinta dos Quentais em 8 de Novembro de 1756.

A pouco e pouco o sítio foi-se abandonando. A população aquietava-se. Hoje não resta dêsse exôdo, se não a lembrança do indisciplinado bairro, agitado de gritos medrosos, de ladainhas e orações, e de procissões de penitência.

O convento dos Quentais, pouco depois dos acontecimentos que referimos, mudou de dono e de nome.

*

À roda de 1775 foi o casarão e a quinta dos Arciprestes, vendidos pelos padres do Oratório. Tudo leva a crer que o comprador fôsse o Desembargador Bartolomeu José Nunes Cardoso Geraldes de Andrade.

Fêz-lhe obras importantes. Rasgou as janelas conventuais, alindou as fachadas, retocou e concertou os interiores. O brazão religioso da Ordem foi substituído pelo leão heráldico dos Geraldes, a ermida reconstruiu-se e, em 1779, já lá se achava residindo o Desembargador e sua família, com trinta e seis criados e escravos (1).

Saibamos quem era o novo proprietário.

*

Os Geraldes eram gente limpa e fidalga que deu magistrados à Raínha D. Maria I, sujeitos estes que foram escolhidos, com outros, para rever o famoso pro-

---

(1) Nos anos de 1777 e 1778, morava tôda a família Geraldes na rua da Cruz dos Poiais *(Rol dos Confessados)*.

cesso dos Távoras. Remontavam dêste modo a sua ascendência.

Fernando Afonso Geraldes, licenciado em leis, casara com Mécia Afonso e tivera a *Bartolomeu Nunes Cardoso*. Êste consorciou-se com Catarina Nunes Moacha (filha de Gonçalo Vaz Nunes e de Catarina Afonso) e foram pais de *Fernando* (ou *Fernão) Afonso Geraldes de Andrade*, Desembargador da Casa da Suplicação, Conselheiro da Fazenda, Cavaleiro de Cristo, Fidalgo da Casa Real e Familiar do Santo Ofício (1).

Morou êste Desembargador em Idanha-a-Nova e ali casou com uma sua prima direita, D. Brites Maria de Andrade e Couto, filha do Capitão-mor da Idanha Francisco Marques Geraldes e de sua mulher Francisca Nunes Moacha. O Capitão-mor era filho de outro Francisco Marques Geraldes e de Maria Nunes, e neto de Manuel Marques Geraldes e de Maria Nunes de Andrade, descendente (dizem) dos Andrades Calvos, de Monsanto.

De *Fernando Afonso Alves de Andrade* e de Brites Maria de Andrade, nasceram, entre outros, quatro filhos: *Francisco António Marques Geraldes* que morreu sendo deputado do Santo Ofício (2) deixando viúva D. Francisca de Paula Ximenes; *Bartolomeu José Nunes Cardoso Geraldes de Andrade*, Desembargador da Casa da Suplicação, Fidalgo da Casa Real e Familiar do Santo Ofício (3); *Fernando Afonso Geraldes de Andrade*, também Desembargador; e *José Francisco Marques Geraldes* que foi militar.

---

(1) Processo 4-69 — Carta de 6 de Maio de 1715. Tôrre do Tombo.

(2) *Idem*, 91-1556 de Franciscos.

(3) *Idem*, 5-94 de Bartolomeus — Carta de 3 de Outubro de 1754.

*

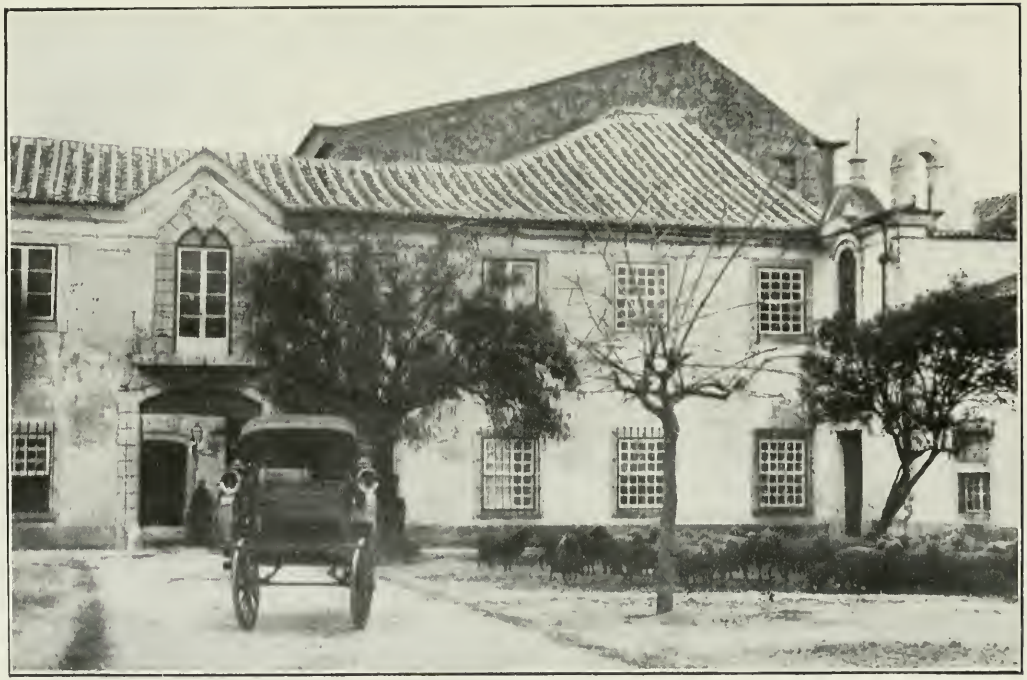
Bartolomeu Geraldes casou, em 1768 (1) com D. Inês de Vera Barba de Meneses, de Leiria, filha de Gonçalo Barba Alardo e de D. Ana Joaquina Lourença de Carvalho e Meneses, de Guimarães, da casa dos Senhores de Abadines e Negrelos. Seu avô paterno era o distinto fidalgo leiriense Luís Barba Correia Alardo.

Do casamento do Desembargador com D. Inês de Vera, nasceram vários filhos: Fernando Afonso, Gonçalo Afonso, Bartolomeu Jacinto, Francisco António e Maria José. Os *Róis dos Confessados* apenas mencionam estes.

Tais eram os proprietários da notável residência de Entremuros, cuja história vamos continuar no capítulo seguinte.

---

(1) Processo 5-94. — A habilitação da noiva para o casamento tem a data de 21 de Junho de 1768.



O pátio de entrada do Palácio do Giraldes

CAPÍTULO XII

Sumário: Compõe-se a lista dos moradores do Palácio dos Geraldes — Uma reclamação da proprietária da quinta — Continua a história da casa — As reüniões de Miguel do Canto — Mora no «Geraldes» o Marechal Duque de Saldanha — Os seus serões — D. António da Costa, descreve o 19 de Maio — Os últimos inquilinos — Notáveis moradores de Entremuros — Os Palácios Balsemão — Costa e Silva e outros e a «Casa de Saúde» — Mais gente notável — O leilão do Conde de Rhode — O Quartel de Artilharia — O achado de um brazão — Promete-se estudar logo o assunto — A casa e quinta do Guarda-mor — O casal Monte-Almeida e as quintas que o formaram — Os comícios da Torrinha e a «Feira de Agôsto» — A célebre questão do Parque Eduardo VII — Esboça-se o seu início e desiste-se de contá-la — As obras do Parque, o 5 de Outubro... e o resto — O «Sebastianismo» dos lisboetas — As obras actuais, os pavilhões, o lago e a «Estufa fria» — O ódio à árvore.

O palácio nascido do cenóbio campesino dos Oratorianos, passou então, a pouco e pouco, a chamar-se «do Geraldes».

Em 1780 encontro lá como hóspeda D. Ana Joaquina de Vilhena e lá permaneceu seis anos, e, em 1788 residia lá também, Luís Barba Alardo de Pina, cunhado do Desembargador (1).

Falecido Bartolomeu Geraldes em 1789, a viúva continuou a residir no palácio com a restante família,

---

(1) *Róis dos Confessados da Freguesia de S. Mamede*, anos citados.

embora de 1805 por diante estivesse instalada, apenas, em parte do grande edifício.

Em 1810, diz o *Livro da Décima*, estavam devolutas as duas lojas e quatro andares ou quartos. Tinham então os n.os 79 a 81. A parte do palácio com os n.os 82 a 85 era a que habitava a viúva, com três criados e uma besta. Estava avaliada em 294$060 réis. A casa pagava, ao todo, de fôro 12$240 réis, a Máximo de Melo, ao Hospital de S. Lázaro e aos frades Loios (1). Da parte rústica da propriedade sei o seguinte:

Em Junho de 1799, D. Inês de Vera representou, perante o Conselho da Fazenda do Colégio dos Nobres, que estava sendo vítima de contínuas desordens e incursões da soldadesca na sua quinta. Enchiam-lha de entulhos, serviam-se da água do seu poço, e não contentes até a esbulhavam apossando-se de terrenos, como fôra em 1784 para continuarem o quartel do Vale do Pereiro e em 1793 para alargamento do mesmo. Pedia, pois, ao Colégio que, em compensação de tais prejuízos, lhe cedesse o casal chamado *Quinta Cortada*, pelo facto de o ser pela estrada nova de Vale do Pereiro. Foi-lhe deferida a pretenção por decreto de 25 do mesmo mês e ano (2).

*

Em parte do palácio esteve instalada de 1813 a 1818 o Colégio de Nossa Senhora da Conceição, de que

---

(1) *Livro do Lançamento e Superintendência da Décima da Freguesia de Santa Isabel*, ano de 1810.

(2) *Livro do Conselho da Fazenda do Colégio dos Nobres*, na Tôrre do Tombo.

era reitor o Padre Nicolau de Sousa Ferreira Tolentino que em 1802 vejo nomeado Capelão do Regimento de Cavalaria de Évora (1), e vice-reitor Francisco Pereira Homem. Um anúncio da *Gazeta* de 10 de Agôsto de 1804 elucida que êste estabelecimento «dava educação cristã e civil, por um plano de economia, à mocidade portuguesa», sendo a mesada de 16$000 réis. Mais tarde anunciou que era de 12$800 réis. Neste ano, ao que parece, estava instalada noutra casa da mesma rua. Mudou-se depois para S. Sebastião da Pedreira, e em Dezembro de 1825 tornou a vir para Entremuros (2).

Em 1815 tinha 31 alunos, tudo gente de boas famílias.

Entre êles vejo mencionados nos *Róis dos Confessados* alguns que se notabilizaram, como João Carlos de Oliveira Pimentel e Nuno José Severo de Mendonça. D. António do Carmo Barba de Meneses e Bartolomeu Geraldes, filhos-famílias que também ali estudaram.

Em 1817 realizou-se no Colégio uma festa à Imaculada Conceição, padroeira da casa. Foram prègadores, os padres João dos Santos Ferreira e António do Espírito Santo (3). Em 1819, mudou-se o Colégio, outra vez, para nova casa na mesma rua (4).

*

Até 1823 esteve parte da casa devoluta. Nesse ano foi habitar o palácio D. José Sebastião de Saldanha e

---

(1) *Gazeta de Lisboa* de 16 de Abril de 1802.

(2) *Idem*, de 26 de Junho de 1820, 10 de Setembro de 1810, n.º 300 de 1825 e 31 de Julho de 1813.

(3) *Idem*, de 21 de Agôsto de 1817 — *Anúncio*.

(4) *Rol dos Confessados da Freguesia de Santa Isabel*, anos referidos.

Daun com sua mulher D. Leonor Manuel de Vilhena e numerosa prole. Em 1831, já viúva D. Leonor, habitava-o com os seus onze filhos. De 1829 a 1831 também aí residiu D. António Manuel de Vilhena e, neste último ano, a Condessa da Louzã, D. Francisca.

Já em 1817, habitara parte do casarão, outro Vilhena, D. Salvador Manuel, senhor de Pancas, que pagava, por sinal, 450$000 réis de renda. A quinta andava então arrendada a um tal Marçal José, pela décima parte desta quantia (1).

*

Em 3 de Agôsto de 1831, vem anunciada no *Diário do Govêrno* a venda, em hasta pública, de tôda a propriedade, e, em 1836, aparece êste novo anúncio:

«*Quem quizer arrendar por um ou mais annos toda a casa nobre da quinta dos Arciprestes ou do Geraldes, adiante da casa dos Girões ao Rato, compostas de casas altas e baixas, com optimas acomodações, ermida, bons pateos, cocheiras, cavalariça, palheiro, grandes cozinhas, dois bons quintais e agua ao pé, fale com Theotonio da Costa, na rua da Alegria*» (2).

Arrendou a casa o Marquês de Penalva, mas também pouco se demorou lá. Em 1841 vejo um novo anúncio pedindo inquilino (3).

---

(1) *Livros do Lançamento da Décima*, anos de 1823 a 1834.

(2) Anúncio n.º 78, do *Diário* de 2 de Abril de 1836. No *Periódico dos Pobres* de 8 de Abril de 1835, anuncia-se também o arrendamento dêste palácio.

(3) Anúncio n.º 11, do *Diário* de 23 de Novembro de 1841.

*

João José Vaz Preto Geraldes e sua mulher D. Joana Carlota Geraldes de Bourbon, estiveram morando no seu palácio, da Páscoa de 1844 à de 1845, voltando outra vez a ser mencionados em 1848. Nesse interregno de três anos foram os inquilinos, D. Isabel da Silva Ataíde, viúva do Fidalgo do Canto, com os seus filhos Miguel e Francisco. Miguel do Canto, falecida sua mãe continuou a residir no palácio e aí deu animadas reüniões de palestra onde iam habitualmente Garrett, Carlos Bento da Silva, José Estêvam e outros. Estas agradabilíssimas cavaqueiras são lembradas com saüdade por Bulhão Pato, no primeiro volume das suas *Memórias*. Miguel do Canto, diz o poeta, era um impagável conversador.

*

De 1854 a 1871, o Conselheiro Joaquim José Marques Caldeira, morou aqui e, em 1867, os Condes de Farrobo, o Conde de Tavarede e a Condessa de Prado e Silva ocupavam todo o andar nobre. É um nunca acabar de pessoas gradas a nobilitar o velho cenóbio dos padres Quentais.

*

Em 1869 tinha o palácio um ilustríssimo inquilino, nada menos do que o marechal duque de Saldanha, o prestigioso militar e político, cuja estátua campeia agora na praça do seu nome.

Foram cheios de vida, de côr e de animação para a velha moradia suburbana, os dias em que aí residiu

o marechal. Aquelas paredes vetustas puderam então ver todos os bélicos episódios da sua vida, e ouviram alternadamente o tilintar guerreiro das espadas no 19 de Maio e no 5 de Dezembro de 1869, e o ranger perfumado das sêdas das elegantes da época nos aristocráticos bailes e saraus de 6 de Janeiro, 3 e 24 de Fevereiro de 1870.

A bisbilhotice retrospectiva, é pouco menos de inocente. Espreitemos pois pela janela do passado.

*

A reünião de 24 de Fevereiro foi das mais faladas no seu tempo. ¡Que lhaneza de trato! ¡Que gentileza a dos donos da casa! O duque com os seus setenta e nove anos nunca se sentava, atendia a todos, falava gentilmente com as senhoras, afàvelmente com os homens. A senhora duquesa, de setim branco, com túnica de setim roxo franjada de oiro, fazia nobremente as honras da casa. O corpo diplomático, a nobreza e o exército, mais de seiscentas pessoas, onde estavam representados todos os apelidos dos nobiliários do reino, percorriam deslumbrados os salões.

Sôbre o bufete, um magnífico aparelho de prata, brilhava à luz suave das velas dos lustres. O serviço foi ininterrupto e os sumptuosos vestuários das Condessas de Farrobo, de Penamacôr e de Tavarede, das Viscondessas de Barcelinhos e de Balsemão, da Baronesa da Regaleira e das senhoras D. Maria e D. Amélia Ribeiro Neves, foram o assunto das conversas, nos centros elegantes, durante os dias seguintes. De tôdas estas senhoras apenas vivia, há pouco, creio eu, a senhora Viscondessa de Balsemão. Que saüdades!

O baile durou até de madrugada. Já clareava quando

as carruagens, apertadas no pátio, começaram rodando para a cidade adormecida.

*

Ouçamos D. António da Costa, descrever, agora, o episódio do 19 de Maio, ali naquele mesmo teatro de elegâncias e de galanteria:

... «Batem as onze horas da noite de 18 em casa do marechal no pateo do Geraldes a Entremuros. Da duquesa se despedem as ultimas visitas que ali foram passar o serão. Ficam ainda o sr. Visconde de Paço de Lumiar e seu irmão Antonio.

— «Onze horas! Não vou dormir quási nada, dizia o marechal (n'um corredor contiguo), a rir-se e a esfregar as mãos.

«Onze e meia. Retiram aquelles dois cavalheiros e os duques recolhem-se.

«Foi só deitar a cabeça no travesseiro e pegar no sono mais tranqüillo que pode ter um general depois de ganha uma batalha, contava a duquesa no dia seguinte. Acordei-o á uma hora, como me recomendou e estava dormindo com o mesmo socêgo. Acordando e lembrando-se do motivo porque a duquesa o despertara logo se vestiu.

«Áquela hora penetravam no Castelo de S. Jorge, duzentos populares dirigidos pelo sr. major Estêvam da Costa de Sousa Pimentel (hoje barão de Pomarinho) sob a inspiração do sr. conde de Peniche (marquês de Angeja); apossavam-se do castelo e o batalhão 5 de caçadores conduzidos pelos capitães Monteiro e Pina Vidal encaminhava-se para o palácio do duque. Acabavam de chegar ali duzentos soldados de artilharia 3, comandados pelo seu antigo capitão Lapa. Ve-

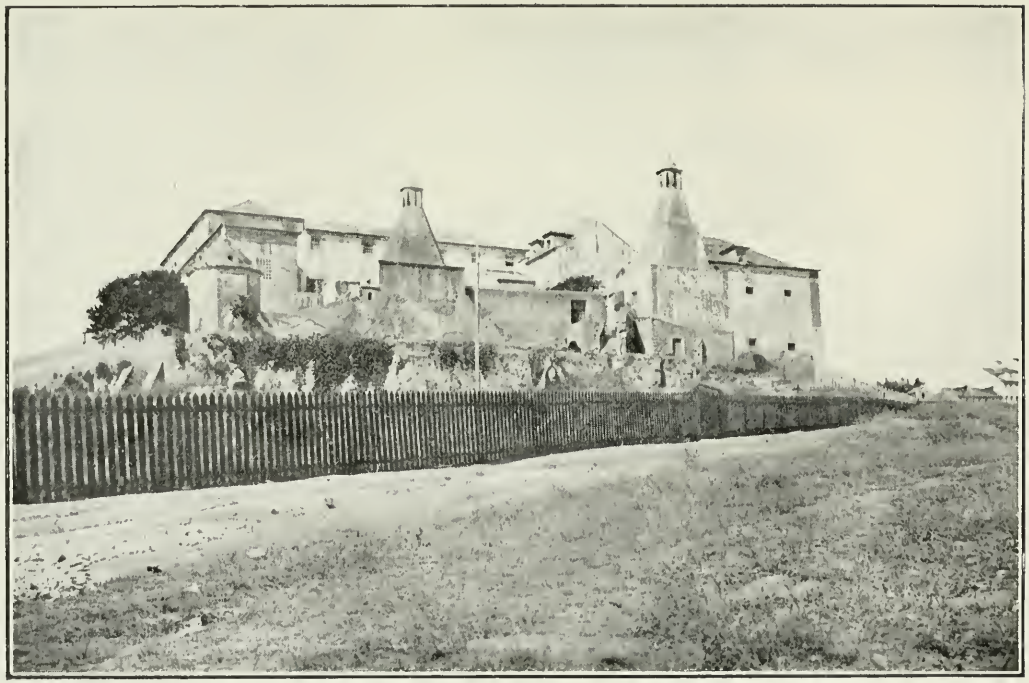
jamos o que se passava em casa do marechal e nas imediações à mesma hora. O sr. Visconde de Pinheiro, preparava-se com a tranqüilidade com que estaria se fôsse para uma *soirée* auxiliado por suas simpáticas filhas.

«Igualmente tranqüilo se apresentava o grupo dos ajudantes a quem o sangue frio do general se comunicava sempre. Como acontece quási sempre quando se procuram objectos em ocasião urgente, uma parte dêles não aparecia, a-pesar-de ter o marechal por guarda roupa, naquele momento a gentil condessa de Farrôbo que sorria ao ver o pai lamentar-se também sorrindo, de que a duquesa lhe desse uma chicara de chá com tão pouco leite; e por entre estas cenas parecia lembrar tudo menos que o marechal tinha à porta dois corpos sublevados podendo ser surpreendido de instante a instante por uma divisão e que o pateo do Geraldes estava situado entre duas estradas nos flancos e fronteira a outra, o que em têrmo popular mas expressivo, quer dizer *encurralado*. Disseram ao marechal que ao menos fôsse para o largo do Rato, emquanto não chegasse o regimento que faltava. Riu-se e continuou a tomar o chá com leite.

«Quando chegou a infanteria 7, comandada pelo capitão Barros, o marechal marchou para a Ajuda.

«O que depois se passou é bem conhecido e dispensa-me o relatá-lo. A brigada que estacionava no largo da Ajuda, reuniu-se-lhe (infanteria 1, 2.º esquadrão de lanceiros e uma bataria de artilharia, embora ocupasse aquêle largo por ordem do ministério da Guerra.

«Disparadas aí desgraçadamente as carabinas de artilharia á ordem do capitão Mendonça e Brito foram respondidas por um pelotão de caçadores 5, o que ocasionou a morte de um cabo e três soldados e feriu di-



O Palácio do Giraldes, do lado do Parque, vendo-se o Pombal e as chaminés

(Há, na Câmara Municipal, uma tela do pintor sr. Armando de Lucena, representando êste mesmo aspecto do antigo edifício)

versos. A divisão junta na praça do Comércio ainda chegou a marchar para Belem, a despeito da resposta conciliadora de el-rei, ao telegrama enviado pelo ministro da guerra Lobo de Avila. Voltou para traz a meio do caminho por nova ordem de el-rei sabedor do facto. Regressou da Ajuda o duque de Loulé declarando ao ministério que el-rei o exonerara e encarregara o duque de Saldanha de formar gabinete» (1).

*

Com a saída do marechal do páteo do Geraldes, o palácio recaíu na mudez habitual das casas desertas.

Seguiram-se muitos e variados inquilinos, tantos que a lista seria fastidiosa.

Pertence hoje o desamparado palácio à sr.ª condessa de Foz de Arouce que o herdou de seu pai o sr. marquês da Graciosa, Fernando Afonso Geraldes de Andrade Barba, neto do Desembargador Bartolomeu José Geraldes Cardoso de Andrade (2).

E continuemos.

*

Subindo a rua do lado esquerdo fica-nos, primeiro, à esquina da Travessa da Fábrica dos Pentes, um prédio com os números de polícia 43 a 45, onde mal se

---

(1) *História do Marechal Saldanha,* Lisboa 1879, págs. 516 a 518.

(2) Por morte do Desembargador, houve na paroquial de S. Mamede solenes exéquias por sua alma, em atenção aos muitos benefícios que havia feito à igreja. O Desembargador era juiz perpétuo da Irmandade do Santíssimo Sacramento *(Cartório de igreja de S. Mamede).*

pode perceber a casa antiga que era, em 1766, residência de D. António do Carmo Barba de Meneses (1). A família dêstes apelidos ainda em 1849 morava neste arruamento. D. Antónia Barba de Meneses, viúva, é citada nos *Róis das Décimas* desde 1818 até essa data.

À esquina para a Légua da Póvoa, era nessas casas nobres de João Baptista Veloso, onde morou desde 1764 a 1791, um D. António de Noronha (2). Seguem-se, depois, entremeadas de casaria modesta, os palacetes seguintes:

1.º O que tem os n.os 101 a 103, e que possui um pavilhão isolado do corpo principal. Foi habitação, de 1860 e tantos a 1875, do Visconde do Pinheiro (Ximenes de Azevedo) e, nêste ano e no seguinte, dos condes da Louzã;

2.º No que tem o n.º 109, morou, em 1867 e 1868 a viscondessa de Vila Nova de Souto de El-Rei; em 1870 e 1871, a família Melo Queirós; em 1872, José de Albuquerque d'Orey; depois D. António Sanches de Chatillon; e, em 1874, D. Antónia de Portugal da Silveira;

3.º A propriedade com os n.os 121 a 123, à qual pertence o portão que dá ingresso à quinta de que já falamos, e onde residiu o conde de Penamacôr;

4.º A casa dos viscondes de Bálsemão, com os actuais números 135 a 137. Foi residência, nos primeiros anos do século passado, da sr.ª viscondessa D. Catarina. Aqui faleceram os últimos viscondes Luís Pinto de Sousa Coutinho Guedes Brandão Alvo Perestrelo e D. Henriqueta Teles da

---

(1) *Livro do Lançamento da Décima*, ano de 1766.

(2) *Idem*, ano de 1770.

Silva, da casa de Penalva, em vida dos quais se deram aqui agradáveis reüniões. Em 1802 houve nesta residência uma festa grande. Foi em 29 de Maio. Os convidados tiveram o prazer de ouvir a Catalani (1);

5.º A casa com os números 139 e 141. Nesta moraram em 1875 os viscondes da Abrançalha;

6.º O grande prédio, com os n.os 175 e 177, junto ao portão do quartel de artilharia, que foi do conselheiro Joaquim da Costa e Silva e onde êste indivíduo residiu de 1806 a 1821. Anteriormente tinha aí morado o ministro da Suécia (desde 1802) e antes dêste ainda o infeliz ministro Lucas de Seabra da Silva, nos anos de 1793 a 1797.

Num *Diário do Govêrno*, de 1835, anuncia-se a venda desta propriedade. Estava avaliada em 11.540$000 réis e ia à praça para satisfação das dívidas com que o Conselheiro Costa e Silva deixara onerada a sua viúva. Quem agenciava a venda era um tal Roberto Lucas. A praça realizou-se em 18 de Setembro dêsse ano.

Em 1842 surge novo anúncio no *Diário* que parece referir-se a esta propriedade. Todavia não posso afirmá-lo. Já em 1841 outros dois anúncios me desnortearam marcando dia para a venda do referido prédio. Decididamente só vendo os títulos da casa — o que me não foi possível — se conseguiria fazer a identificação (2).

Em 1868 morava nela o ministro da Prússia. Creio que só aí se demorou êsse ano. Houve obras depois e,

---

(1) «Junot, embaixador em Lisboa», artigo de Tinop, na *Ilustração Portuguesa* do *Século*.

(2) Anúncio n.º 15 do *Diário* n.º 88 de 15 de Abril de 1842.

em 1874 inaugurava-se a *Casa de Saúde*, fundada pelo médico militar Dr. Mira Franco e dirigida mais tarde pelo ilustre clínico José António Serrano. Aí esteve convalescente o grande Camilo e aí fui eu, algumas vezes, visitar outro internado, meu tio João de Matos, falecido tuberculoso em 1897 (1).

*

Com a alteração dos números das portas é difícil fazer hoje a identificação dêsses prédios, e acertá-los com os anúncios da *Gazeta* e do *Diário*.

¿ Que casas seriam umas, cuja venda se anuncia em 1836 e 1839, com dois andares, ermida, quintal ajardinado, cocheiras e cavalariças (2)?

O conde de Rhode, Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário de Sua Majestade o Rei da Prússia, morava, em 1796, neste arruamento.

A *Gazeta de Lisboa* de 12, 29 e 31 de Março dêsse ano, anunciava a venda de vários objectos e a última o leilão de todos os seus móveis e mais recheio de casa, por motivo da sua retirada desta côrte.

Tenho notícia de alguns notáveis moradores dêste arruamento, mas nada sei acêrca das casas de que foram inquilinos.

Aqui os ponho devidamente relacionados:

— José de Oliveira Abreu e Lima, capitão de mar e guerra, de 1764 a 1768;

---

(1) Nesta casa também residiu alguns anos o Conselheiro General Morais de Almeida, o *pai Morais* professor que foi de meia Lisboa.

(2) Anúncios de 14 de Julho de 1836 e de 3 de Agôsto de 1839.

— Luís Diogo Lôbo de Ávila, de 1770 a 1772;
— O Tenente General D. Fernando da Costa Ataíde e Teive, no alto da rua, de 1792 a 1795;
— O bispo de Pinhel, de 1796 a 1797;
— O barão de Alverca, de 1796 a 1797;
— O notável político Diogo de Mendonça Côrte-Real, de 1797 a 1806;
— O bispo da Guarda, de 1798 a 1813;
— D. António Inácio da Silveira, de 1797 a 1806;
— D. Diogo da Câmara, em 1779;
— O Desembargador Manuel José de Arriaga, em 1809;
— Faustino José Lopes Nogueira de Figueiredo, sua mulher D. Francisca Xavier de Sá, seus filhos Bernardo (o marquês de Sá da Bandeira), António, Francisco, Aires, Estêvam, Maria Augusta e Maria Efigénia, seu irmão o reverendo António Joaquim Nogueira de Figueiredo, o reverendo Jaime O'Connor e Manuel e Eduardo Godinho Cabral de Sá, hóspedes, de 1811 a 1813;
— Frederico, Barão de Menssol, em 1813;
— A Marquesa de Alorna e Condessa de Oyenharsen, em 1830.

Em 1770 residiram também em Entremuros as famílias Valucci Mauson e Portavales (1).

*

Passada a *Casa de Saúde*, segue-se o portão do quartel de Campolide, e dentro do Terreiro, o edifício. A sua construção data de 1863, mas só se ultimou em

(1) *Rol dos Confessados da Freguesia de S. Mamede*, anos referidos.

1868. Destinava-se ao 4.º Regimento de Cavalaria. Elaborou-se a planta e escolhido o local pediu-se à Câmara o alargamento da rua, para dar mais fácil passagem às batarias. O local foi vistorisado e a Câmara oficiou ao Ministério da Guerra declarando que as obras a fazer para êsse fim, deviam ser custeadas pelo Estado, reservando-se só para a Câmara o calcetamento da rua e a construção do cano geral. O Ministério da Guerra conformou-se, como consta do ofício de 14 de Julho do mesmo ano, e a obra começou a fazer-se.

A obra da estrada em que a Câmara já pensara em 1863 é que ficou em projecto (1).

Em 1869, em sessão de 17 de Agôsto, o vereador Pinto Basto apresentou a resposta ao ofício, de 21 do outro mês, do coronel de engenheiros, João Maria Feijó, dirigido ao Ministério da Guerra e que por êste tinha sido enviado à Câmara. Êsse documento ficou sôbre a mesa e o negócio não teve mais resolução, até 1879 em que outro vereador, Teófilo Ferreira, em sessão de 4 de Fevereiro propôs que se alargasse a rua, expropriando-se parte da parada do quartel e uns terrenos pertencentes ao sr. Margiochi. A Câmara resolveu que se oficiasse ao Govêrno e em 10 dêsse mês foi a informar à Repartição Técnica. O que se passou não sei, o caso é que nada se fêz.

*

Quando, em 1909, se procedia, na parada dêste quartel ao assentamento de uns alicerces para umas novas edificações para as batarias, encontraram os trabalhadores, a um metro do solo, grande porção de pe-

(1) *Arquivo Municipal de Lisboa*, 1863, págs. 1208, 1845 e 1492.

dras, ao que parece, restos de um portal e de uma coluna. Entre elas apareceu um escudo de armas, esculpido em mármore da Arrábida, com o brazão dos Rebelos. Servia então de comandante do Regimento o, então tenente-coronel, Nobre da Veiga, que oficiou imediatamente para a Associação dos Arqueólogos, instalada no Museu do Carmo, oferecendo a pedra aludida. Comissionado pela mesa da Assembleia Geral fui ao quartel examinar o achado e proceder à sua condução para o museu, em 3 de Junho, e lá se encontra hoje, a meio da nave principal da ruína.

A pedra de armas tem as seguintes singularidades: Na face posterior dentro de um enquadrado lê-se a seguinte inscrição:

LOVADO SEIA
O SANTISSIMO
SACRAMENTO
1632

No tôpo superior (plinto) ao centro de um remate deteriorado vê-se, embebido na espessura da pedra, o trôço inicial de um fuste cilíndrico, que parece deveria ser a haste de uma cruz que encimaria talvez, o escudo. Por não se observarem em tôda a volta da pedra sinais de garras ou pegas de qualquer natureza, conjecturo que êsse brazão fazia parte de um monumento-padrão, ou campearia isolado sôbre o portão cujos restos se encontraram conjuntamente.

Morou, é certo, na rua de Entremuros, nos anos de 1785 a 1786, um Manuel Rebelo Palhares, mas a sua pouca permanência no local e em casa de aluguel não me deixa admitir a possibilidade de tal moradia se relacionar com o facto.

¿De onde viria o curioso brazão de armas?

Logo ao tratarmos da Cruz das Almas, talvez o problema se aclare um pouco.

Todo aquêle terreno onde está o quartel e a parada era antes do terremoto e foi-o ainda por muito tempo, a quinta do Guarda-mór, cujas casas ainda hoje se vêem, rompendo o muro, adiante do portão daquêle aquartelamento. Chamava-se assim em razão do seu proprietário Lourenço Dias de Campos, cavaleiro da ordem de S. Tiago, ter sido guarda-mór da Relação do Rio de Janeiro.

Aí morava êle em 1783, ano em que servia de testemunha na habilitação para o Santo Ofício do seu vizinho o Desembargador Joaquim José de Abreu Guião (1).

Em 1765 trazi-as arrendadas por 200$000 réis a D. Francisco de Melo e, em 1820, por 340$000 réis a Gonçalo Barba Correia Alardo, sogro do Desembargador Geraldes, que ali morava com um cavalo, uma besta e dois criados (2). Provàvelmente iria para aí residir por ficar perto da filha, porque a casa solarenga dos Alardos, em Lisboa, era em Alcântara, naquêle largo onde se inicia a moderna rua Tenente Valadim. Lá está no cunhal, o brazão com as armas dos seus apelidos.

*

Num terreno que confina com o do quartel, há uma edificação no gôsto designado por *chalet*, onde morou em 1916 o ministro de Espanha em Lisboa. O govêrno espanhol pensou até em adquiri-la, o que finalmente não fêz, comprando posteriormente o palácio de Palhavã.

---

(1) Processo 19:239 de Joaquins, na Tôrre do Tombo.

(2) *Livro do Lançamedto da Decima — Superintendência de Santa Isabel*, anos de 1765 e de 1810.

Essa propriedade pertencia ao industrial José António de Castro dono das cocheiras de carros fúnebres que havia na rua de Santo Antão (hoje Eugénio dos Santos) onde está agora o Teatro Politeama. Por heranças sucessivas passou até que veio à posse do conselheiro Marçal Pacheco. Foi êste antigo parlamentar que mandou demolir o prédio antigo e edificou o moderno.

*

Os terrenos hoje reünidos sob o nome de Casal Monte-Almeida e cuja aquisição pela Câmara, para construção do Parque Eduardo VII, tanta demanda tem custado, eram ainda, ao começar o século XIX um agregado de quintas fidalgas; umas, de rendimento e outras de regalo.

Entre a azinhaga da Torrinha e a rua de Entremuros espalmavam-se as quintas *do Geraldes* e *do Forador*, as terras *dos Congregados do Oratório* e lá, ao tôpo, limitada pela velha estrada da circunvalação, a quinta *dos Jesuitas* de Campolide. Dela diz o informador do diligente Padre Luís Cardoso que vindo pela estrada que liga o largo de S. Sebastião da Pedreira, com Campolide: «*ha n'esta parte huma boa quinta que é dos padres de Companhia. Tem lagar de azeite e moinhos de vento (o que prefaz 20 que ha n'este sitio) afóra muitas azenhas de trez rôdas cada uma* (1).

Logo veremos do seu destino.

Para lá da azinhaga até S. Sebastião da Pedreira, entre a circunvalação e Vale do Pereiro, ficavam as

---

(1) Informação do prior desta freguesia, Urbano José de Melo Pinto da Silva, para o *Dicionário Manuscrito* do Padre Luís Cardoso, existente na Tôrre do Tombo.

terras *do Poceiro*, as casas e quinta *do Malheiro* e as quintas *das Lagens*, do Dr. José de Sousa Monteiro, *da Torrinha* e *de Manuel de Jesus* e, entestando com a rua de S. Sebastião, para lá ainda dêstes terrenos, a quinta *de João Galrão Castelo Branco* e a cêrca do *hospício dos Agostinhos Descalços:* isto em 1755.

A quinta *da Torrinha* assim chamada pelo édiculo oitavado que lá campeava, serviu há anos de local para comícios e manifestações populares que depois a Rotunda lhe usurpou. Em 19 de Maio de 1889 houve aí uma dessas reüniões que acabou triste. Deram-se tumultos, ferimentos e prisões, sendo o comício dissolvido por ordem do comissário de polícia.

Depois parte da quinta e grande porção das terras contíguas foram aproveitadas para assento das barracas da Feira de Agôsto que durante alguns anos reflectiu pàlidamente o esplendor da notável «Feira Franca» do Centenário da Índia. Tudo coisas muito próximas para historiar devidamente, mas que a seu tempo merecem largo comentário.

*

Possuo na minha pasta de trechos de jornais, numerosos artigos de combate, de polémica, extractos de sessões camarárias, uma infinidade de documentos, emfim, referentes à demanda que se degladiou entre o Município e Carlos Eugénio de Almeida, dono daquêles vastos tratos de terreno, onde se projectava a construção do parque Eduardo VII, outrora parque da Liberdade. A fúria denominadora é tão grande que ainda as coisas estão em projecto e já se lhe muda o nome.

¡O que fará depois!...

Lendo atentamente todos êsses documentos muitos

dêles apaixonados; discursos violentos de vereadores, tricas judiciais de advogados, requerimentos cheios de sofismas, artigos recheados de alçapões jurídicos, cheguei à conclusão de que é, por ora, impossível historiar devidamente os factos.

O Casal «Monte-Almeida» valia pouquíssimo aqui há qüarenta anos. O proprietário anterior, endividara-se com a Fazenda Nacional em contribuïções consecutivas e a propriedade foi à praça, ou por outra, o seu rendimento, para pagamento das mesmas contribuïções. Arrematou-o pela quantia de 50$000 réis, o sr. Eugénio de Almeida, durante o prazo de sessenta e sete anos, vindo, mais tarde a adquiri-lo pelo preço de doze contos de réis.

Conveio depois à Câmara expropriar parte do Casal para prolongamento da Avenida e, de acôrdo com o seu proprietário, foram nomeados dois peritos, um de cada parte, para a respectiva avaliação. Não concordando com o valor da primeira vistoria José Maria Eugénio recorreu para os tribunais. Foi decedida a contenda a favor da Câmara, sendo tal sentença repetida em conseqüência de nova impugnação do mesmo senhor. Recebido depois o preço da avaliação, tomou o município posse do Casal mas daqui por diante é que a questão se embrulha de tal modo que não há meio de destrinçá-la e explicá-la satisfatòriamente. O proprietário tomou outra vez posse do Parque (em 11 de Agôsto de 1904), a Câmara protestou, declarando ilegal tal posse, e insurgiu se contra a exorbitante quantia de seiscentos contos exigida pelo dono dos terrenos que, por seu turno, alegou mil factos comprovativos da legalidade da sentença que lhe conferia tal posse e para se fortificar e, no seu pleno direito adquiriu todos os direitos dos numerosos rendeiros dos seus setenta e cinco mil metros quadrados de terreno.

O estado da questão nunca foi conhecido do grande público, embora a simplificasse grandemente a intervenção da *Sociedade Propaganda de Portugal* que resolveu encetar negociações por sua conta, anciosa de ver removida tanta dificuldade e de dotar finalmente a cidade com um parque moderno (1).

Há cêrca de quinze anos que, do lado da nova avenida António Augusto de Aguiar, se iniciaram os trabalhos de construção. Organizaram-se viveiros de árvores e plantações diversas, mas o trabalho foi sempre vagaroso.

Os terrenos sotopostos à Rotunda continuam incultos e abandonados; nos meses de Agôsto e Setembro animava-os a feira com a ingresia dos barraqueiros e dos foliões, em 5 de Outubro de 1910, alvoroçou-o o estrépito dos canhões, o rodar dos armões municiados descendo de Entremuros à Torrinha, que já lá vai, os gritos dos feridos, as imprecações dos combatentes e, finalmente, o clangôr e o entusiasmo da vitória. Tudo isso passou, tudo isso terá muito que contar! E outras, e outras revoluções.

¡Ideais diversos, vaidades, vinganças, sacrifícios!

As terras do Casal Monte-Almeida, que o sangue já tem manchado, que a desilusão já tem enegrecido, mercê da sua situação na moderna cidade, darão ensanchas a um grosso volume de memórias... daqui a uns cem anos.

Por hora é cedo.

---

(1) O sr. Henrique Monteiro de Mendonça, opulento africanista, também ali proprietário, ofereceu à Câmara, grande porção de terrenos, para a construção do Parque, em troca apenas de alguns materiais da demolição de uma propriedade urbana. Por preços mínimos também vendeu os seus terrenos o sr. Marquês da Graciosa, proprietário do palácio e quinta do Geraldes.

*

Durante anos arrastou-se a questão do Parque, mesmo depois de solucionada a primitiva questão. O problema urbano estava de pé, e diziam uns que o Parque não se fazia porque não havia compradores para os terrenos, e outros que os terrenos se não compravam por que não se fazia o Parque. Neste lisonjeiro estado chegou a questão até há pouco. O público, paciente e resignado, entretinha-se a ler nos jornais de maior tiragem artigos prenhes de ideias e de alvitres e a ir aos domingos feriais, primaveris, para ali, com a sua eterna fé sebástica, dizendo uns para os outros:

— Aqui é que vai ficar o palácio das Exposições.

— Olha, além, constroi-se um «Belvedere».

— Acolá ficam os lagos.

— Daquêle lado, as estufas.

E contentavam-se com isto, assentando-se, depois, a merendar em cima dos torrões incultos.

*

De há pouco tempo para cá, a Câmara, deitou os olhos misericordiosos para o Parque *in nomine*.

Abriu-se um lago em ponto que não julgo de louvar, construiu-se uma linda Estufa-fria, coberta, onde há deslumbrantes exemplares botânicos e grutas idílicas, demoliu-se parte do Geraldes, os arruamentos parados avançaram, montaram-se — o que foi de péssimo gôsto — os pavilhões que serviram na Exposição do Rio de Janeiro, mas ainda não vi que se pensasse na arborização. Decididamente as vereações embirram com as árvores. Na praça dos Restauradores, tiraram-nas,

para que o sol nos batesse bem em cheio e se podessem examinar nìtidamente as belezas arquitectónicas do ex-Eden Teatro.

¿Porque será e de onde virá êste ódio à árvore?

Um Parque sem árvores, num país de verãos ardentes, é como um chapéu de sol, fechado. Pode ser muito bonito, mas não presta nada.

CAPÍTULO XIII

Sumário: Elogio da água — O que das águas de Lisboa disseram Duarte Nunes do Lião, Luís Mendes e Marinho de Azevedo — Propriedades milagrosas e medicinais da água do chafariz de El-Rei — As vozes e os rostos das mulheres de Lisboa — As supostas Termas e o Aqueduto romano — Noticiam-se as sucessivas descobertas do Reservatório da rua da Prata — O que há de verdade sôbre a matéria — As Conservas da Água já aproveitadas pelos engenheiros pombalinos — A Baixa no tempo da dominação romana — As galerias do Rossio e do Arco do Marquês de Alegrete — O nome primitivo do chafariz de El-Rei — Aumenta a população e falta a água — Os cercos de 1185 e 1373 — A sêde dos sitiados — D. João II e os chafarizes — O poço do Rossio em tempo de D. Manuel — Os projectos para a condução da água do chafariz de Andaluz — Brigas junto às fontes públicas — A postura das Bicas em 1551 — Como se abastecia de água a Lisboa quinhentista — Relação de todos os poços e chafarizes em 1552, segundo o *Tratado da Magestade, Grandeza e Abastança da Cidade de Lisboa*, escrito por João Brandão — Fornecem-se ao leitor indicações topográficas de todos êsses mananciais de água.

«*A ágoa* (diz Duarte Nunes do Lião) *he o elemento mais poderoso de todos os outros, porque comparada ao fôgo, ella o apaga e extingue: comparada á terra, ella he a que toma em si, e a devora. Ao ar sobe, e o domina e vai nelle a criar nuveẽs com que rega as terras, e obra as neves, pedra e geáda, e ainda estaa mais alta conforme aos que lhe dão assento no ceo Crystallino*» (1).

---

(1) *Descrição do Reino de Portugal,* edição de 1785, pag. 64.

Já Píndaro lhe chamara *a mais excelente cousa de tôdas as cousas*, e Strabão, referindo-se particularmente às águas da Luzitânia encareceu-as sobremodo, celebrando os portugueses dêsse tempo como famosos bebedores de água.

Duarte Nunes, fonte copiosíssima onde bebi estas notícias, faz um largo elogio da bondade das nossas águas e, depois de mencionar várias nascentes medicinais, refere-se às linfas de Alfama que borbotavam do chão, com uma suave quentura, e às do chafariz de El-Rei de quem diz: *o qual tempôr e salubridade parece que causa algum pequeno vieiro de enxôfre per que aquenta temperadamente.* E acrescenta: *E assi se vê quando se coze que deixa na vasilha hum polme entribranco e que se desfaz em póo. Por esta brandura, e tẽpor que tem as mulheres curiosas de seus caroẽs se lávão com ella, e as de fóra mandão buscar* (1).

Os nossos clássicos extasiam-se sempre que falam nas águas dêste chafariz. Luís Mendes de Vasconcelos repete os elogios de Duarte Nunes e a elas atribue não só os bons carões das moças alfamistas senão as bôas vozes lisboetas que docemente ecoavam aos seus ouvidos clássicos (2).

Damião de Góis, na sua descrição latina de Lisboa e Jorge Braunio, no *Theatrum Urbium*, ajoelham-se diante dêle, e delas.

O capitão Luís Marinho de Azevedo, autor de uma famosa monografia alfacinha, diz que, das muitas propriedades de tais águas, «*hũa dellas he persevar dos catarros; e serrações do peito que causão outras, não*

---

(1) *Descrição do Reino de Portugal,* já citada, pág. 69.

(2) *Do sítio de Lisboa — Diálogos,* por Luís Mendes de Vasconcelos, págs. 150 a 151. Edição de 1803.

fazendo abalos aos forasteiros, que vindo a Lisboa a bebem logo» (1).

Foi fiado nesta creditosa informação que Calisto Elói de Silos e Benevides de Barbuda, o impagável herói de *A Queda de um Anjo* do grande Camilo, apanhou aquela formidável cólica que o fêz duvidar da seriedade do seu clássico. Desejoso de amaciar a voz e desencatarroar-se para as lutas tribunícias, bebeu dela à tripa-fôrra sem ter reparado que o seriíssimo Marinho de Azevedo, explicara um pouco antes *que sendo suáve no gosto, o não é nos efeitos, porque lhe atribuem os médicos a destemperança do figado que muitas pessoas padecem* (2).

Nos *Relójios Falantes*, põe D. Francisco Manuel de Melo na bôca (ou na corda) do relójio da aldeia dirigindo-se ao das Chagas:

«*Por isso tu cá vens, porque és mentiroso: diz que a verdade na lingua dos que a não fallam, é como a agua do chafariz de El-Rey que por correr por canos de enxôfre sempre faz mal ao figado*» (3).

O mesmo autor estabelece, na *Visita das Fontes*, o seguinte diálogo entre a *Fonte Nova do Terreiro do Paço* e a *Fonte Velha do Rossio:*

— F. N.: *Ó! Senhor tio? Sentai-vos para aqui que muitas vezes me lembra ouvir falar em vós, a meu pai o Senhor Dom Chafariz de El-Rei.*

— F. V.: *Deus lhe perdoi que tantos anos serviu a esta cidade com tão ruim galardão que já mais lhe acudiram com um ladrilho velho. São pagas do mundo.*

Das boas vozes causadas pela água citada, também

---

(1) *Fundação, Antiguidades e Grandezas da muy insigne Cidade de Lisboa*, pág. 111.

(2) *Descrição do Reino de Portugal*, edição já citada, pág. 110.

(3) *Apólogos Dialogais*, vol. 1, pág. 46 (edição de 1900).

faz éco Marinho de Azevedo. As magnificas vozes das mulheres alfacinhas e dos cantores da Real Capela e das religiosas dos mosteiros da cidade, atribue-as êle ao maravilhoso chafariz (1), cuja água também dava aos rostos das moças do seu bairro «*huma alvura engraçada e côr natural tam encarnada, que não necessita de unturas, nem confeiçoẽns, com que ellas se envelhecem antes de tempo*» (2).

O leitor que fôr hoje a Alfama e vir os hediondos carões que por lá pulúlam, há-de desconfiar da integridade das faculdades mentais dêste escritor. ¡Pois no tempo dêle viam-se, por lá, *alvuras engraçadas!*

¡Muito mudam as coisas dêste mundo!

A bondade das águas de Lisboa, tão apregoada foi que, no *Tratado da conservação da saúde dos povos* (edição de Paris de 1756) arranja-se uma etimologia para Lisboa, bastantemente extravagante. ¡Diz o seu autor que tal têrmo provém de *Lix*, que em latim quer dizer «água» (!) e de *bona* que significa «boa», vindo assim o composto a querar dizer *água boa!*

¡É até onde pode chegar a fantasia de um filólogo!

*

Basta agora de classicismos e vamos ao que mais importa.

Datam do tempo da dominação romana as tentativas de abastecer de água o burgo lisboeta. A fonte da *Água Livre* conhecida sem dúvida já nesse tempo

---

(1) Era esta talvez a razão da abundância de cantores de ofício que então havia em Lisboa. O *Tratado da Majestade, Grandeza e Abastança de 1552*, dá notícia de 150, nada menos.

(2) *Fundação, Antiguidades e Grandezas*, já citada, pág. 111.

viria trazer às termas e às piscinas da acrópole romana a *sonorosa linfa fugitiva* de que nos fala o poeta.

Construíram os enviados dos Césares, os munícipes romanos, os cônsules ou os *Augustais* (Caio Heio Primo, talvez) um aqueduto para êsse fim. No século XVII ainda havia dêle abundantes vestígios, autenticados pelos relatórios dos engenheiros e arquitectos lisboetas no tempo dos Filipes. Leonardo Turriano viu-o e mediu os seus quarenta palmos no sítio de Palhavã. Os Tinocos e os Frias referem-se a êle também. A existência de tal monumento não admite, pois, dúvida.

Veremos logo, mais de espaço, essas referências.

Quando, aqui há sessenta anos, se quis reparar a canalização da rua *do arco do Marquês de Alegrete*, encontraram-se, às primeiras investidas das picaretas, grossas abóbadas de tejôlo. Foi pena não ter algum entendido feito o exame dos materiais dessa construção.

Arrombadas as abóbadas viram-se galerias em diferentes direcções e água por todos os lados.

¿Seria acaso um ramal do velho aqueduto? ¡Vão lá prová-lo agora!

Carlos Ribeiro, o eminente geólogo, quando, em 1863, como membro da comissão nomeada para dar o seu parecer, acêrca do abastecimento da Capital, procedia a estudos da sua especialidade, viu, perto da Amadora, entre os sítios chamados *da Gargantada* e *do Almarjão*, um aqueduto de construção evidentemente romana. Êsse aqueduto parece ter sido edificado paralelamente ao actual, dois ou três metros mais abaixo. Os lanços de parede e de canalização, que ainda existiam então, eram feitos de argamassa e de fragmentos de tejôlo de fábrica romana (1).

---

(1) *Memória sôbre o abastecimento de Lisboa com águas de nascente e de rio*, pág. 17.

*

As discutidas, mas não estudadas, *Termas da rua da Prata*, cujo conhecimento geral remonta ao ano de 1770, tem-se atribuído aos tempos de Tibério e de Trajano, não sei com que fundamento.

A sua história, pouco mais ou menos, é esta: Em 1770 ao fazer-se o alicerce para uma casa do comerciante Manuel José Ribeiro, na rua da Prata, deu-se com o depósito subterrâneo. Um tal Joaquim Ferreira fêz dêle um desenho e planta. No ano seguinte foram descobertas as «Termas dos Cassios» a que Castilho faz larga referência na *Lisboa Antiga*, tendo D. Tomás Caetano do Bem, escrito uma *Memória* na qual se fazem alusões ao depósito da rua da Prata. Em 1780 Frei José do Sacramento, monge de Alcobaça, escreveu outra *Memória* acompanhada de um desenho sôbre a segunda descoberta feita em 1773 ao abrir-se o cano geral da rua. Frei José, como bom sucessor de Frei Bernardo de Brito, enramou de patranhas o seu parto literário-arqueológico, e o *depósito* passou ao ouvido público como *Termas Romanas* atribuídas ao tempo de Tibério ou de Trajano.

Em 1833 deram os alfacinhas pela terceira vez com o vasto reservatório da rua da Prata, ou melhor, pela quarta vez, como logo se dirá, pelo facto de se ter suicidado, lançando-se a um poço existente numa das escadas da rua, um galego desiludido da vida. O suicídio de um filho da Galiza é sempre um facto notável pela raridade, mas aquêle deu que falar para mais de um mês. E foi o caso que, tentando-se procurar o cadáver, recorrendo-se ao esgotamento do poço por meio de bombas, não houve meio de o secar. Pelo contrário a água parece que crescia, e o único resultado obtido

em tais diligências foi o de espalhar-se naquêle local uma infinidade de mosquitos, a qual foi atribuída pelo povo a castigo de Deus, por se ter tentado penetrar o mistério da morte de um galego. Desanimados com o insucesso, mas aguilhoados pela curiosidade, um dos pesquizadores, mais atrevido, resolveu-se a descer pela bôca do poço. ¡Mal sucedida emprêsa! Daí a instantes o homem era puxado para cima mais morto do que vivo. Ansiosamente interrogado pelos circunstantes, apenas soube dizer que lá em baixo não se via senão água. — ¡Aquilo é um mar subterrâneo!

Pouco depois veio o *cólera*, e houve quem propalasse que a mosquitaria represada no reservatório fôra a causa da epidemia.

O acontecimento esqueceu.

Em 1859, fêz-se quinta descoberta. Francisco Martins de Andrade e José Valentim de Freitas — o beneditino José Valentim da Biblioteca Nacional — fizeram um minucioso relatório acompanhado de desenhos que está no masso Y-1-45 da Biblioteca. Um dos desenhos é de um pedaço de mármore veado de azul; outro muito imperfeito, é do engenheiro Joaquim Júlio Pereira de Carvalho, que lá desceu com José Valentim, dessa vez. O teatino D. Tomás Caetano do Bem supunha que as «Termas dos Cássios» e êste reservatório, eram a mesma obra romana e que o aqueduto que as alimentava era a galeria que se rompia numa das dependências do antigo castelo de S. Jorge.

Nêsse mesmo ano (1859) o geómetra Francisco de Almeida e Silva fêz uma planta das «Conservas da Água» que ofereceu ao mestre Geral da Câmara Municipal António dos Santos, aproveitando elementos de outra que já existia, ao tempo, na Repartição Técnica das Obras Públicas, sinalando-os a azul. Nessa planta vêem-se quatro secções do Reservatório, tiradas em

sentidos diversos, concluindo-se da observação do desenho que as «Conservas» não foram totalmente exploradas.

Aí por 1840 e tantos, quando a Câmara Municipal pôs a concurso a empreitada da canalização dos esgotos os operários do empreiteiro Mantas a quem coubera aquela área, deram também com a suposta obra romana. Houve a pasmaceira habitual. O empreiteiro expôs à Câmara o sucedido e esta procedeu. Alargado o buraco feito ocasionalmente pelos alviões dos trabalhadores, desceram lá a baixo alguns mais animosos e propuseram-se a navegar numa canôa naquêle estuário subterrâneo. A viagem foi uma mera curiosidade. Não se fizeram medições, não se examinou o material, nem sequer se observou a direcção das galerias ali convergentes.

Em 1906, por motivo dos habituais desarranjos na canalização do Alviela, pôs-se outra vez à vista o «Reservatório» e, em 1909, se não estou em êrro, o meu amigo e ilustre escritor Rocha Martins, depois de uma viajem por essas galerias escreveu sôbre elas um artigo muito curioso na antiga *Ilustração Portuguesa*. Pena foi que se não fizesse acompanhar por alguns entendidos que completassem com dados científicos as suas observações meramente literárias.

*

Posto isto reflita-se um pouco.

A construção de que se trata, a-pesar-de tantas descobertas, fôra conhecida já pelos engenheiros pombalinos da reedificação de Lisboa. Prova disso: o aproveitamento — não ocasional, mas nìtidamente calculado — do reservatório para alimentação dos numerosos po-

ços abertos por essa ocasião, nas escadas, pátios e saguões dos prédios então construídos.

As abóbadas das galerias devem até ser de construção pombalina, feita por ocasião dos entulhamentos da cidade baixa. Se o não são — e isso só se pode averiguar pelo aparelho e pela construção — deviam de ficar, anteriormente a 1755, quási ao nível do solo o que não é de crer. Em qualquer das hipóteses a construção não foi primitivamente feita para o fim a que hoje se destina. A orientação das nascentes que aparentemente a abasteciam dão a entender isso mesmo. Tais veios de água devem derivar das nascentes que alimentaram muitos banhos, poços e bicas, que existiam na cidade baixa antes do terremoto e que então tiveram os seus cursos desviados pela destruïção dos mesmos. Os «banhos dos Judeus», na Gibitaria, os poços da Foteia, os banhos do Morraz, a Fonte da Frol e outros, estavam nestas condições e deviam ser alimentados pelas «Conservas» da rua da Prata, dada a sua vizinhança com o *reservatório*.

Os restos desta construção não têm o menor carácter de Termas. Aquêle ponto da Baixa, no período da dominação romana, eram terrenos alagadiços que depois se enlodaram cobrindo-se de sedimentos arrastados pelas águas. Em 1220 o esteiro do Tejo adelgaçara-se e corria apenas pela Calcetaria e Crucifixo, como um regueirão sôbre que se arqueavam pontes de madeira, uma no Rossio e outras duas até à Ribeira: a *dos Paus* e a *do Morraz*. Para prova disto basta dizer que a igreja da Madalena já existia em 1164, a de S. Nicolau foi mandada erigir de novo em 1280, em 1200 erguia-se já a de S. Julião e Santa Justa em 1173 (1).

---

(1) *As Muralhas da Ribeira de Lisboa*, pelo engenheiro e ilustre arqueólogo, sr. Augusto Vieira da Silva.

Depois destas considerações custa crer na existência de umas *Termas Romanas* na rua da Prata, à babugem da água.

*

Sob o solo do Rossio escondem-se, igualmente, dois enormes depósitos ou poços que vão ter a galerias onde a água corre abundantemente, vinda do Norte, isto é, dos lados de Valverde (Avenida da Liberdade) e de Arroios. Essas galerias são, como as da rua do Arco do Marquês de Alegrete, abobadadas. ¿Serão um vestígio do aqueduto romano que da *Água Libera* vinha por Palhavã (onde o viu Turriano) até à acrópole romana que descaia do Castelo para a Madalena? Os açoriamentos, e também os sismos, tê-lo iam escondido aos poucos. Os engenheiros pombalinos aproveitaram, como vimos, êsse lençol de água subterrâneo e fizeram-no poço comum dos prédios edificados então.

A lápide encontrada na escada do prédio n.º 85 da rua dos Retrozeiros, em que se lê a dedicatória a *Esculápio* de certa obra e a sua oferta ao Município pelos Augustais Lúcio Fábio Dáphno e Marco Afrânio Euporião foi, quanto a mim, deslocada do seu antigo lugar e colocada ali por ocasião da construção do prédio, embora não seja impossível identificá-la com a obra monumental a que me estou referindo.

A vasta mãi de água subterrânea, ao sopé do monte urbano dos Césares, ponto de convergência de inúmeras galerias abobadadas, está exigindo uma minuciosa visita de indivíduos competentes que esclareçam a sua verdadeira significação e atestem a sua origem e antigüidade.

*

Da Água Livre, fonte antiqüíssima, encontrei menção num documento do século XIII — uma inquirição do reinado de D. Afonso III, das muitas cujo conhecimento se deve a João Pedro Ribeiro. Aí se lê que os frades de S. Vicente possuiam entre outros bens, nêste local, uma granja com dois casais: — *et in Agua libera unam grangiam cum duobos casalibus* (1).

Seria essa talvez a fonte mãi que abastecia pelo aqueduto monumental, a colónia romana de *Felecitas Julia.*

*

Vieram depois os árabes; mais tarde os cristãos. O pequeno burgo acastelado, escassíssima porção da área actual de Lisboa, abastecia-se das fontes certamente construídas por êsses dominadores nas muitas nascentes da moirisca Alfama (2).

Em 1220 já existia, reformado talvez, o chafariz chamado, ao tempo, *da Praça* ou *de S. João da Praça dos Canos* o qual, segundo a opinião do Visconde de Castilho era, nem mais nem menos do que o *cha-*

---

(1) *Boletim n.º 4 da Associação dos Arqueólogos Portugueses,* ano de 1901, pág. 34.

(2) Ao pé da Mãi da Água Velha, em Carenque, existe um paredão, conhecido pelo *Muro dos Mouros,* feito com notável solidez, que certamente, na opinião autorizada de Carlos Ribeiro (*Memória* cit., pág. 17), servir de reprêsa às águas da ribeira, a montante da qual se deveriam juntar grandes massas de água, aproveitadas ou para abastecimento da cidade ou para fertilização dos plainos de Bemfica e Porcalhota. Era obra evidentemente moirisca.

fariz de El-Rei, apelidado, depois, assim, por alguns restauros ou total reformação que nêle fizesse El-Rei D. Dinis (1).

Onde êste rei punha a mão saía obra grande e logo a alcunhavam de real.

Um pergaminho do *Arquivo do Cabido de Lisboa* recentemente recolhido à Tôrre do Tombo, datado de Coimbra de 10 de Outubro de 1308, refere-se a determinados privilégios concedidos ao clero pelo rei-lavrador, isentando-o de qualquer contribuïção *para a Fonte que o dito Senhor mandara construir na cidade de Lisboa.*

¿Referir-se-á êste documento à reformação do chafariz de S. João da Praça dos Canos?

Estou em crer que sim.

*

Mas a cidade crescia e a sua população extravasa para fora da estreita cêrca torrejada. Acantoavam-se os moiros onde depois se chamou a *Moiraria;* viviam os judeus, no outeiro fronteiro da Pedreira, que mais tarde D. Dinis doaria ao genovês Manuel Pessanha. A contingência de um cêrco obrigando essa população dispersa a recolher-se a dentro das muralhas traria em resultado um grandíssimo perigo: — a sêde!

Foi o que sucedeu em 1373, reinando em Portugal o infeliz D. Fernando. Sitiada Lisboa pelas hostes de Castela, recolhidos à pressa, num angustioso abandôno de seus lares, os povos de extra-muros, entrou de faltar a água. A séca foi tal que, diz Fernão Lopes, *secavom da augua o chafariz delRei*, a-pesar-de ser uma *fre-*

(1) *A Ribeira de Lisboa*, pág. 162.

mosa fonte abastada de grande avondança daugua que continuamente corre (1).

A sêde era o terror de todos os sitiados. Quando em 1185 Lisboa caíu nas mãos dos soldados de D. Afonso Henriques e dos cruzados alemães e inglêses, foi a sêde um dos motivos dessa vitória: *Erant enimiam* (?) *pene consumpti foris gladio, intus inedia panis et aquae* diz a *História de S. Vicente,* citada por Marinho de Azevedo (2).

*

Serviu de ensinamento o cêrco de 1373. Arreceado de futuras investidas castelhanas mandou D. Fernando alargar a cinta das muralhas e, certamente, provêr de água em maior abundância o novo terreno anexado ao burgo. O chafariz *de El-Rei* e o *dos Cavalos*, ou *de Dentro* mal chegavam para os habitantes que ficavam dentro da cêrca antiga (3).

---

(1) *Crónica de El Rei D. Fernando*, pág. 66, vol. II, edição de 1895.

(2) *Fundação, Antiguidade e Grandeza da mui insigne Cidade de Lisboa — Livro 4.º*, pág. 238.

(3) É também dessa época o chafariz dos *Cavalos* assim chamado por causa de um bucéfalo de arame ou de bronze de onde jorrava a água.

Em 1373 os castelhanos quiseram levá-los, mas os nossos precaveram-se e tiraram-nos (Citada *Crónica de D. Fernando*, vol. II, pág. 58.

A designação «dos Cavalos» para os chafarizes estendia-se a outras terras. Em Évora, no século XIV, havia um *chafariz dos cavalos*. Daqui infiro que o nome lhes vinha de se destinarem a bebedouros de cavalos e não porque quaisquer cavalos, em pedra ou arame, os ornamentassem. A água dêste chafariz lisboeta engordava as cavalgaduras, diz Marinho de Azevedo. A lenda dos cavalos generalizou-se. É o delírio de justificar etimologias. por figuração.

Fêz-se, pois, a obra; quando o castelhano veio, outra vez, encontrou Lisboa defendida e parece que abastecida de água por que nem Fernão Lopes nem D. Fernando de Menêses (1) se referem mais do que às fomes padecidas. Com respeito à falta de água, nem uma palavra.

*

D. João II, em 1487, mandou fazer um encanamento do chafariz de El-Rei até o mar para fornecimento de água aos batéis da Ribeira (2). Parece que êste monarca se interessava verdadeiramente por tal assunto e acho curioso vê-lo preocupado em saber qual o nascimento da água do egrégio chafariz e contentíssimo depois por ver que tinha acertado nas suas previsões (3). O chafariz dos Cavalos também lhe mereceu a régia atenção e saindo de Lisboa, para Almeirim, em 1494, deixou encarregado o procurador da cidade Pero Vaz de Castelo Branco de zelar por certas obras que ordenara se fizessem. Queria El-Rei que a água se repartisse por bicas onde só se deviam encher os cântaros das moças, deixando o tanque para serventia dos *açacais* e proíbindo que as bestas lá bebessem. Tudo isto tinha em vista conservar a rua limpa para a procissão dos pescadores de Alfama (4).

---

(1) *Vida e Acções de El-Rei D. João I*, edição de 1677.

(2) *Memórias sôbre chafarizes*, por Veloso de Andrade, pág. 105 — *Carta régia* de 16 de Setembro de 1487.

(3) *Elementos para a História do Município de Lisboa*, por E. Freire de Oliveira, vol. II, pág. 420 — *Carta* de 2 de Maio de 1494.

(4) Esta procissão era uma festa pagã a S. Pero Gonçalves Telmo, tão pagã que o arcebispo de Lisboa, D. Fernando de Me-

A Câmara não concordou com tais determinações e dilatou a obra, pondo inconvenientes. D. João II deu o cavaco com a desobediência do Senado. O escriba da carta régia para os Vèreadores traduziu, nos seguintes termos, o descontentamento do rei: ... *a não ser que vós queiraes obras como é costume aos oficiaes da cidade que embargavam as bemfeitorias que alguem quizesse fazer.*

Não sei se a obra se fêz. El-Rei tinha deixado, nas mãos de um tal Rui Lobo, 100$000 réis para essa obra. Pediu-lhos a Câmara, mas Rui Lobo respondeu que escreveria a Sua Alteza e não os deu (1).

*

Tem-se dito que El-Rei D. Manuel diligenciou conduzir a Lisboa a Água Livre. Nenhum documento autoriza tal afirmação. O que o monarca felicíssimo promoveu ou patrocinou foi a condução da água para o chafariz novo do Rocio e a obra do chafariz de Santos.

---

neses, a proíbiu em 1556. Os pescadores ficaram sentidíssimos e como se desse o caso de se avariar no Tejo uma nau da Índia, capitaneada por um filho do arcebispo, logo propalaram ter sido castigo divino. A festa começava na véspera por uma romaria às hortas de Xabregas em que levavam o Santo, indo os pescadores com os melhores fatos, cheios de cadeias de oiro, com muitos tangeres e bailes. Ali passavam a tarde, comendo e bebendo voltando depois à cidade todos armados de capelas e coroados de coentros verdes.

Descreve esta festa, Diogo do Couto na *Vida de D. Paulo de Lima Pereira*, págs. 8 a 10.

(1) Citados *Elementos*, vol. II, pág. 421. — Assento da Câmara de 28 de Maio de 1494.

Daí talvez a confusão, como o supõe com autoridade o sr. Freire de Oliveira (1).

Data essa tentativa do ano de 1513. O aumento crescente da população começava a sentir-se nas constantes sêdes que padecia. Beber água tornou-se quási uma necessidade luxuosa.

Tornava-se pois mister socorrer a cidade com a água dos arredores, e pôs-se a vista no chafariz suburbano de Andaluz ou de *Andaluzes*, como vejo escrito na *carta* do soberano ao Senado em 10 de Novembro de 1513.

Êste chafariz foi feito no ano de 1374, conforme dizia um padrão que lá existia ainda em 1840.

Luís Mendes de Vasconcelos também chama ao sítio *Andaluzes* (2) o que contraria um pouco a etimologia que lhe forja Frei Lucas de Santa Catarina, continuador de Frei Luís de Sousa na *História de S. Domingos* (3). Diz êste que tal nome se lhe pôs por servir de passagem para o lugar de Nossa Senhora *da Luz*. Não deve ser assim; a grafia acima escrita, põe de lado a engenhosa habilidade do domínico; mas vamos ao que importa.

A iniciativa da obra deve-se, sem dúvida, ao Senado. Foi êle que enviou a El-Rei os projectos da obra — *as mostras que ẽviaste*, diz D. Manuel na carta referida.

O soberano ficou agradado da diligência municipal e cometeu-lhe a escolha do projecto, manifestando ao mesmo tempo o desejo que tinha de falar com o oficial

---

(1) Citada obra, vol. II, pág. 420. É na *carta régia* de 20 de Agôsto de 1498 (vol. I, pág. 381 dos *Elementos*) que o monarca diz à Câmara: *E da obra do chafariz de Samtos me praz muyto.*

(2) *Do sítio de Lisboa*, pág. 228.

(3) Vol. V, *Livro 1.º*, pág. 234. Edição de 1866.

que o fizera: *fazeo logo cá vir e traga a mesma pintura*, escreve D. Manuel.

Está-se a ver o interêsse e a curiosidade do rei.

Houve demora na execução da obra por que aparece outra carta régia estranhando-a, tanto mais que já havia dinheiro para ela. *Hy ha já dr.º p.ª ysso* — comenta o soberano, mandando que João Fogaça (talvez o autor do projecto) *faaça poer maão na dita obra* (1).

*

De D. João III, diz o sr. Freire de Oliveira, referindo-se à lacuna que o seu reinado fêz neste momentoso e grave assunto: ... «*entendia* (o monarca) *sem duvida, de que o que o povo mais precisava, não era agua, era fogo em que se purificasse e deu-lhe as fogueiras do Santo Oficio* (2).

A água escasseava cada vez mais. Mau grado as obras feitas em 1517, no chafariz de El-Rei, por Lopo de Albuquerque, proprietário das casas que lhe ficavam sotopostas, e em 1541, por conta do Senado, depois de compradas tais moradias aos herdeiros do fidalgo, as suas seis bicas não chegavam ao consumo da cidade (3).

Tanta era a afluência de negros e moiros, moços e criados que as bulhas eram constantes.

Entendeu a Câmara, e bem, publicar uma postura

---

(1) *Elementos para a História do Municipio de Lisboa*, vol.. II pág. 417 a 418.

(2) *Idem*, pág. 418.

(3) *A Ribeira de Lisboa* do Visconde de Castilho, pág. 168 e 169.

para regular a serventia das bicas, e publicou-a em 1551 (2).

Assim ficaram ordenadas as bicas:

Na primeira, enchiam os pretos forros e cativos, mulatos e índios;
Na segunda, os moiros das galés e, açabada a agoada, os da primeira bica;
Na terceira e quarta, os homens e moças brancas;
Na quinta, as mulheres pretas;
Na sexta, as mulheres e moças brancas.

Aos que infrigissem a postura cabia a multa de 2$000 réis e três dias de cadeia, sendo brancos, e sendo de côr seriam logo açoitados com baraço e pregão em derredor do chafariz.

*

O curiosíssimo *Tratado da Majestade, Grandeza e Abastança da Cidade de Lisboa*, escrito em 1552, por João Brandão, dá-nos uma relação dos poços e chafarizes de Lisboa, nessa data. Eram êles os seguintes:

1.º — *O chafariz de El-Rei*, chamado antigamente *da Praça* ou *de S. João da Praça dos Canos* e a que já nos referimos.

2.º — *O poço das casas do Tesoireiro da Cidade* que ficava por detrás do chafariz de El-Rei e onde, então, a água se vendia aos potes.

3.º — *O poço das casas do Conde de Linhares* que

(1) *A Ribeira de Lisboa*, já citada.

ficava numa das lojas do palácio que depois foi do Conde de Coculim e hoje é o armazém de ferro do sr. Sommer & C.ª Dessa casa ainda hoje existe um resto da fachada e um cunhal armorejado com as armas dos Mascarenhas fazendo esquina para o *Arco de Jesus* — uma das antigas portas da cêrca moura. Aí se vendia água muito fria e de excelente qualidade.

4.º — *O poço dos baixos das casas de Francisco Correia*, a que o tombo de 1573 chama *Fonte nova da Porta do Mar* e que em 1625, na «Diligência que se fêz aos muros e portas da cêrca da cidade» aparece com o nome de *Chafariz da Preguiça* (1).

5.º — *O poço das casas do Conde de Portalegre*, no *Haver do Pêso* à entrada da rua *da Ferraria*, onde se vendia igualmente muito boa água. Êste poço parece ser o mesmo que se menciona, em outro ponto, como na rua *da Confeitaria* (que era a antiga Ferraria) entre o largo do *Açougue* e o *Peloirinho Velho*, da banda do Sul. Só esta indicação não confere porque o *Haver do Pêso* ficava é certo à entrada da rua (tornejando para o Peloirinho) mas do lado do Norte. — Tôdas as casas da Ferraria tinham poços nas lojas, informa o documento a que me vou referindo.

---

(1) *A cêrca moura de Lisboa*, por A. Vieira da Silva, pág. 33 e 34. Os peritos encarregados da «diligência» de 1625, alvitraram que se tapasse êste chafariz (*Elementos para a História do Município de Lisboa*, tômo III, pág. 170).

6.º — *Quatro poços na rua Nova (dos Ferros).* Não os identifica o *Tratado.*

7.º — *O poço da Fótea,* chamado anteriormente (1299) *Poça da Fotreya.* Ficava pela parte norte da rua nova *dos Mercadores* ou *dos Ferros,* num escasso largo que com ela comunicava pela travessa *da Fótea,* a oriente da antiga paróquia da Conceição a qual ficava fronteira ao *arco dos Barretes.* Êste poço e mais outros dois que ao construir-se a igreja referida ficaram dentro dela — um dêles num saguão junto à sacristia — eram alimentados pelas termas romanas (?) que também serviam para prover os *banhos dos Judeus* da rua *da Gibitaria* a qual corria por detrás do largo *do poço da Fótea* paralelamente à rua Nova (1).

Quando foi do terremoto, diz o pároco da Conceição informando o padre Luís Cardoso (2), lançou êste poço de si tôda a água que continha e alguns peixes, e os poços que estavam dentro da igreja ficaram razos com a terra pela elevação que esta tomou. Nisto há-de haver um pouco de fantasia da parte do prior, que era o padre Brás José Rebelo Leite.

O *poço da Fótea* que tinha quinze passos de largo e trinta de redondo, ficava onde hoje corre a rua de S. Julião, entre a rua da Prin-

---

(1) *Dicionário Manuscrito,* já referido, tômo II, freguesia da Conceição.

(2) *As Muralhas da Ribeira de Lisboa,* já citados, págs. 154 a 155.

cesa e a rua da Prata, encostado à fachada dos prédios do lado sul.

8.º — *O chafariz da rua Nova*, chamado, depois do século XVII, *chafariz dos Cavalos*, e que também foi conhecido por *chafariz de Nossa Senhora de Oliveira* (em 1540) e por *Fonte de Santa Maria de Oliveira* (1470). Os cavalos de arame, que a lenda diz terem sido levados pelos castelhanos depois do cêrco de 1373, eram os que estavam no chafariz de Dentro ao qual se refere Fernão Lopes e não a outro.

Chamou-se o chafariz, de Nossa Senhora ou de Santa Maria de Oliveira por ficar por baixo do adro dêste templo cuja porta dava para o adro de S. Julião com acesso pela rua *das Esteiras* (1). Ficava, fazendo as referênrências actuais, êste chafariz a meio da rua S. Julião defronte da porta da actual ermida, entre as ruas do Ouro e Augusta.

Esta água de pouca utilidade seria para os lisboetas sequiosos. O *Tratado* informa que ela servia para os fornos de cal e para as obras de alvenaria que se faziam ao tempo.

Os viajantes venesianos *Trom* e *Lippomani* quando pasmam diante da abundância de água do chafariz dos Cavalos dizendo *que da bòca dos cavalos corria tanta agoa que formava corrente a modo de ribeiro* (2), referem-se evidentemente ao chafariz da rua Nova, pois ao outro já, desde 1373, lhe faltavam os *cavalos de arame*. Tal informação

(1) *As muralhas da Ribeira de Lisboa*, pág. 66 a 70.
(2) *O Panorama*, vol. VII, pág. 82.

esclarece muito o caso, porquanto prova que o artifício das bicas do chafariz de Dentro foi repetido no da rua Nova, motivando lhe fôsse dada a velha denominação daquêle.

Fica assim explicada a confusão, que motivou numerosas referências erróneas ao nome dos dois chafarizes (1).

9.º — *A fonte junto aos Paços da Ribeira.* Não sei se será possível identificar esta com a *Fonte da Frol* (ou *da Flòr*) que ficava é certo junto de dependências do Paço e que ainda existia em 1685 pelo menos. O que admira, a ser assim, é não vir mencionada na relação com o seu bem-soante nome. A não ser ela, por que razão não a incluiria o autor dêsse trabalho entre as outras, mencionando, aliás, mananciais de menor importância?

A *Fonte da Frol* — que já tinha êste nome em 1498, ficava entre as antigas *Casas de Ceuta* e o *Arco dos Pregos.* Nesse ano D. Manuel determinou «*para nobreza, honra e proveito da cidade e dos moradores dela*» se dessem

---

(1) Junto ao chafariz dos Cavalos em duas das colunas-esteios da rua Nova «*como estátuas do agravo e do castigo*» estavam duas cabeças lavradas aludindo ao clérigo e à sua concubina que D. Pedro-o-Cru, mandara enforcar. Noutra coluna estava uma cabeça de mulher e um macaco de pedra, aludindo ao facto de certo mouro ter-se desamarrado do cepo e ido até S. Domingos buscar uma mulher com tão desenvolta lascívia que ela serviu de corpo de delito. Estas lendas, contou-as em 1770 e tantos, ao Bispo do Grão Pará, um tal Agostinho Domingos que tinha mais de oitenta anos e fôra caixeiro na Rua Nova. O Bispo refere-as nas suas *Memórias,* publicadas por Camilo Castelo Branco, a págs. 124 e 125.

de fôro os chãos fora do muro da Ribeira (Campo do Conselho) onde os seus antecessores não tinham deixado fazer edificações, para nêles se construirem casas e lojas de proporções marcadas. Como a fonte ficava em meio dessas construções, foi igualmente determinado que a edificação levantada nêsse local tivesse só o sobrado, ficando o pavimento térreo aberto entre os esteios que o suportavam e lhe davam serventia (1).

Quem entrar hoje na rua Augusta, dez passos dados depois de passar o arco, pelo leito da rua, está, pouco mais ou menos, no sítio da *Fonte do Frol.*

10.º — *O poço junto aos Tanoeiros.* Os «Tanoeiros» eram o nome porque era conhecido o local onde assenta hoje o largo do Peloirinho.

11.º — *O poço ao arco de Manuel Côrte-Real.* Êste arco ficava no fim da actual rua do Arsenal, metido dentro dos prédios do último quarteirão do lado norte.

12.º — *O poço junto ao postigo que ia para os Mártires.* Êste postigo ficava no ponto onde hoje termina a travessa do Cotovelo, ao Corpo Santo.

13.º — *O poço do Conselho* que ficava junto ao do postigo dos Mártires.

---

(1) *As Muralhas da Ribeira de Lisboa,* pelo sr. engenheiro Augusto Vieira da Silva, págs. 32 a 33.

14.º — *Três poços a Cata-que-farás,* passando a igreja de S. Pedro Gonçalves Telmo. Estes poços — diz o *Tratado* — tinham aparelho de lavar roupa. Em 1755 a denominação de *Cata-que-farás*, resumia-se a uma travessa que rodava à volta da «Calçadinha da Paciência» no fundo da actual rua das Flôres (1).

15.º — *O poço do Borratem.* Êste chegou até nossos dias e dêle se faz mais larga menção adiante;

16.º — *O poço do Rossio* que no princípio do século XVII se chamava *do Milágre*; e

17.º — *O Poço do Chão* de que o *Tratado* diz que *hé grande e de muita agoa, e pelas logeas pegadas há muitos poços dagoa.*

Além dêstes havia numerosos poços para baixo do *Cata-que-farás*, onde tôdas as casas os tinham, o que também acontecia no sítio das Fangas da Farinha (2).

Na rua *do Morraz* (a Calcetaria de 1755) que é o último trôço poente da nossa rua de S. Julião havia uns banhos em 1449, os quais deviam ficar situados, na opinião do sr. Vieira da Silva, na sua muito citada obra, à entrada da rua do Oiro. Êsses banhos desaparece-

---

(1) Em Évora havia um «poço *de cata-que-farás*, e um sítio assim chamado, em pleno século XIV. Creio que tal nome se derivaria de alcunha, construída à maneira de outros apodos eborenses como o de *Bem-na-busca* aplicado a um moiro. Não sei porquê, pressinto, atrás desta designação local, um filho do Islam.

(2) *Estatística de Lisboa de 1552*, pág. 44 v.º a 55 v.º, impresso agora com o título de *Tratado da Majestade, Grandeza e Abastança da Cidade de Lisboa.*

ram quando em 1604 se mandou alargar a rua *dos Fornos do Morraz* (1). Esta rua rompia-se ao princípio, do lado norte, do referido trôço da actual rua de S. Julião e, obliquando e cortando em diagonal a rua do Crucifixo, ia sair à do Almada ali por altura do «Ferin», onde se abria então o beco *do Crucifixo*.

Em 1498, foi também demolida por ordem do rei D. Manuel, uma fonte junto à muralha na porta do *Açougue da Ribeira*, para construção de uns sobrados sôbre esteios de pedra destinados a talhos. Na mesma ocasião foi mandada correger a *Fonte da Frol* de que já se falou (2). A porta do Açougue ficava ao princípio da rua da Princesa; do lado do Terreiro do Paço, já se vê.

De outro poço, nos dá também notícia o sr. Vieira da Silva; era um que ficava entre a *Correaria*, e o beco *do Tintes*, como quem diz no actual largo dos *Torneros*.

Cristóvam Rodrigues de Oliveira enumera entre as ruas da capital as do *poço do Borratem* e do *poço do Ceitil* (Santa Justa) a do *poço da Foteia* (S. Julião), a *do Poço do Chão* e o beco do *Poço dos Namorados* (S. Nicolau). Por trás de S. Domingos, Tinoco, em 1650, marca o *Poço do Milagre*, que era o do Rossio.

No convento da Trindade, havia um velho *poço* a que se refere a pág. 358 do primeiro volume da *Lisboa*, o mestre Júlio de Castilho.

Na relação do *Tratado da Majestade, Grandeza e Abastança* não se mencionam, também, o *chafariz de Santos*, construído ou reformado em 1498, o *Poço do*

---

(1) *As Muralhas da Ribeira de Lisboa*, pág. 186.
(2) *Idem*, págs. 39 a 46 e 156 a 157.

Chapuz que já em 1487 existia junto às portas de Santa Catarina (1), e os *chafarizes de Arroios* e de *Andaluz*, velhos mananciais alfacinhas.

---

(1) *O Arquivo da Misericórdia de Lisboa, na Exposição Olissiponense de 1914*, por Vítor Ribeiro, pág. 55.

CAPÍTULO XIV

Sumário; Um projecto quinhentista de condução de água — O poeta narrador de 1626 — Os chafarizes dos Cavalos e de El-Rei e a Bica do Çapato — Os vendedores ambulantes no século XVI — Moiros, negros e galegos — O projecto imaginoso de Francisco de Olanda — Analisa-se o desenho da Fonte dos Elefantes — A sêde em Lisboa em 1516 — Procissões rogativas — Diligências para a condução da Água Livre no reinado de D. Sebastião — Lançamento de imposições sôbre a carne e o vinho — A condução da água de Andaluz para o Rossio — Os preços da água em 1611 — Propõe-se o Senado trazer a Lisboa a Água Livre — As idéias do primeiro Filipe a êste respeito — Exames e vistorias — O Roteiro da Água Livre de Pero Nunes Tinoco — Medições até o Moínho de Vento — Outros exames — Curiosos desenhos de Tinoco — O portal da quinta dos Apóstolos, o Noviciado da Cotovia e os Fornos da Louça — Prosseguem as diligências da Câmara — Como o monarca intruso dificultava a obra, parecendo patrociná-la — Visita de El-Rei à Água-Livre — Continua o duelo entre a Câmara e o Soberano — O «papel» de Leonardo Turriano — Os quatro projectos do Aqueduto — Onde se fala no aqueduto romano e na fonte de Santo André — Ordena El-Rei uma nova vistoria — Continua o chafariz de El-Rei a dessedentar a cidade.

Exactamente quando João Brandão estava relacionando os poços e chafarizes de Lisboa, projectava o Senado da Câmara trazer até às casas de Francisco Correia, em que já falamos, por meio de canos, a água do velho chafariz de El-Rei, e aí fazer dois *chafarizes honrados*, como êle dizia, para aproveitamento dos sobejos que se desperdiçavam no Tejo.

O projecto parece que englobava a idéia de levar

a água até *Cata-que-farás*, fazendo-se, por isso, tenção de proïbir que as mulheres lavassem no tanque do chafariz, como até aí faziam.

Êste tanque foi depois mandado demolir por D. Manuel.

Tal obra só, porém, se veio a executar em 1640. Dela resultou o chamado *Chafariz da Praia* (1).

*

De todos êsses chafarizes e poços, se exceptuarmos os, já nossos conhecidos, *de El-Rei*, *dos Cavalos e dos Paus*, poucos ficariam dignos de tal nome. Uns eram particulares, outros escassíssimos da água que em geral era péssima. A cidade sofria, ao mesmo tempo, a sêde e os vendilhões de água, e a-pesar-de todos os elogios de Marinho de Azevedo, Mendes de Vasconcelos e outros clássicos, não se conformava a ver, de lábios sequiosos, os lindos carões das moças que se banhavam com a do chafariz de El-Rei, ou a gordura dos cavalos que bebiam no chafariz de Dentro (2).

Aquêle historiógrafo poeta que descreveu em verso as belezas da capital, em 1626, reza assim a propósito dos chafarizes:

Do dos Cavalos, diz:

> Um chafariz mui fermoso
> de águas mui claras e belas
> adiante está, que sem falta
> leva excesso às da Beira.

---

(1) *Livro 1.º do Provimento da Agua*, fl. 42 a 45, no Arquivo da Câmara Municipal de Lisboa.

(2) Marinho de Azevedo, no seu citado livro, dá curso à noticia de que a água do chafariz de Dentro engordava os cavalos que a bebiam (pág. 112).

É tão formosa, tão pura,
e de tanta proeminência
que, por mais que ande no mar
corrupção nunca entra n'ella.

Da bica do Sapato, escreve:

Logo a bica do Sapato
se segue n'uma horta fresca,
cujas cristalinas águas
competem c'o'a Pimenteira.

E do chafariz de El-Rei:

Logo a mui pouca distância
grandemente nos recreia
um chafariz de El-Rei
com tantas bôcas abertas;

onde negros aguadeiros,
tantos negros, tantas negras,
galegos, cabras, ratinhos
a quarta de água sustenta (1).

*

Meado o século XVI, ainda a venda de água em Lisboa era feita por alguns dos moiros da Lisboa prè-marítima; mas os vendilhões que predominavam e que por fim os substituíram completamente, eram os negros e as negras, muito mais tarde depois substituídos, por sua vez, pelos cidadãos de Tuy. Ao açacal sucedeu o negro; ao negro sucedeu o galego.

Na linguagem popular ficaram os conhecidos pro-

(1) *Relação em que se trata e faz uma breve descrição dos arredores mais chegados à cidade de Lisboa*, 1626. Autor anónimo.

lóquios *trabalhar como um moiro* ou *como um negro* e *carregar como um galego* atestando a sucessiva influência e passagem destas três raças de trabalhadores infatigáveis.

Pela cidade, galgando as suas tortuosas e mal calçadas ruas, andavam mil negras vendendo a água às quartas, gritando o seu pregão característico: — *Água fria! Água fria!*

Cinqüenta mulheres brancas andavam também, mas só na Ribeira, com a mesma mercância, e vinte açacais moiros e ainda cinco homens, conduzindo em carretas as quartas, e potes, completavam o número dos vendedores ambulantes em 1552 (1).

Cristóvão Roíz de Oliveira menciona no seu *Sumário das Notícias de Lisboa,* escrevendo um ano antes (em 1551), sessenta e cinco *ribeirinhos* que andavam na venda da água.

*

Um dos concorrentes à execução do projecto da condução da Água Livre para Lisboa foi — quem o diria! — êsse elegante artista chamado Francisco de Olanda. O seu imaginoso projecto não seria talvez compreendido, e chocaria pela estranheza. O seu escrito *Da Fábrica que falece a cidade de Lisboa*, feito em 1571, curioso sob muitos pontos de vista, ilustra-se com um capítulo intitulado *D'água Livre* a que correspondem dois desenhos. Um e outros, vamos analisa-los pela edição do *Archivo Español de Arte y Arqueologia* de

(1) Já citada *Estatística manuscrita* da Biblioteca Nacional, agora impressa com o título *Tratado da Magestade, Abastança e Grandeza da Cidade de Lisboa.*

1929, feita pelo Dr. Vergílio Correia, embora preparada por Alberto Correia, como se diz no frontespício e se explica no prólogo. O original do singular trabalho do iluminador quinhentista, esteve na Livraria do Conde do Redondo, onde o abade de Castro o viu (1) e está hoje na Biblioteca da Ajuda, onde Alberto Correia o compulsou, copiou e fotografou (2).

Francisco de Olanda depois de, na linguagem pitoresca da sua época, lamentar que Lisboa «*onde todos bebẽ agoa não tẽ mais q̃ hũ estreito chafariz para tanta gente, e outro para os cavalos*», quando outras cidades, como Roma, Cartago, Mérida, Segóvia têm aquedutos de arcarias e grandes condutos de água; depois de citar o aqueduto da Água de Prata, feito por «*el-rey vosso avô*» (o escrito é dirigido a D. Sebastião), aconselha o soberano a imitá-lo, trazendo a Lisboa a *Água Livre*. E acrescentà «*q̃ de duas légoas della trouxerão os Romãos a ella, por condutos debaxo da terra sotterranhos, furãdo muytos montes e com muyto gasto e trabalho, não sendo Lisboa sua, afora outras agoas q̃ trouxerão a ella tambẽ muy de porposito como se querẽ e elles fazião as taes obras*».

Francisco de Olanda conheceu e viu, pois, o aqueduto romano e não só o aqueduto mas a obra de represa e captação feita em Belas, como se vê ainda do seguinte período: «*E ali ẽtre duas penedias asperissimas de dois mõtes fizeram hũ muro larguissimo e forte, q̃ lhe represava a agoa de hũ vale ẽ hua lagoa ou estanque ẽ q̃ dizẽ que traziaõ por seu passatempo galé e*

---

(1) *Vida de Francisco de Olanda,* pelo Abade de Castro.

(2) O ilustre investigador Dr. Joaquim de Vasconcelos já publicara êste trabalho no n.º 6 da *Arqueologia Artística,* mas sem a reprodução dos desenhos que o ilustram. Freire de Oliveira transcreveu-o a pág. 231 do volume x dos *Elementos.*

bateis, como se ve hoge ẽ dia na parede e sitio q̃ era possivel».

No desenho vê-se realmente a represa, com o muro, e a lagôa onde navega um batel. Êste pormenor é que deve ser filho da imaginação viva do iluminador. À direita avista-se também um castelo, e à esquerda e ao fundo as tais penedias ásperas.

Francisco de Olanda acaba o capítulo, dizendo: «*E ganhe V. A. esta hõrra da fazer este beneficio a Lysboa (ou lha faça fazer) de restituir esta fõte de Agoa Livre q̃ assi se chama, a esta cidade q̃ morre de sede, e não lhe dão agua. Da qual obra eu fiz a el Rey vosso avô hũ desegno q̃ el Rey muito desejou fazer antes de sua morte, e o infante dõ Luys me dixe que desejava trazersse esta agoa á Ribeira para a tomarẽ as naos da India, siquer por hũ dos elefantes*».

Por êste documento entrevemos o infante D. Luís, o conquistador de Túnis, interessado também na obra e tentado pela imaginação ardente do artista. Trazer-se a água ao Rossio e á Ribeira em fontes decoradas com elefantes devia de encantar D. Sebastião.

À *Lembrança da fonte dagoa livre trazida ao Rossio*, corresponde um desenho que ocupa a parte média inferior de uma página. A fonte era constituída por quatro elefantes em pé, à volta de uma pilastra lavrada, que lançavam água, pelas trombas erguidas, em um espelho da fonte, quadrado, de cantos arredondados e salientes, bandado de pedraria lavrada. Sôbre a pilastra vê-se a figura de Lisboa, tendo na cabeça a corôa mural e sôbre esta uma urna que entorna água. Lisboa segura nos braços o casco de uma nau, e sôbre os seus ombros poisam dois corvos, um em cada, batendo as asas sob a água que cai da urna.

A fonte para a Ribeira das Naus era mais simples: um espelho circular e, ao centro, sôbre um pedestal,

um elefante sustentando um palanquim com um cornaca no dorso, e jorrando água pela tromba.

Em Paris, no tempo de Napoleão, projectou-se uma «fonte do Elefante», no local da Bastilha, entre o Arsenal e o Canal de S. Martinho. Os fundamentos foram lançados em 1810. O elefante devia de ser de bronze, transportando o palanquim às costas, e o pedestal de pedra. O seu modêlo, feito de barro, existe ainda (1).

*

Francisco de Olanda escreveu em 1571: «... *esta cidade q̃ morre de sede*». Já em 1516 se morria à míngua de água, e em Março, ainda, fora ainda do período da estiagem, faziam, em Lisboa, procissões rogativas os alfacinhas sequiosos. D. Manuel, em uma carta dirigida à Câmara a 24 dêsse mês, ordenava essas procissões «*nas quaes muyto devotadamente se peça a Nosso Senhor que queira dar agoa e niso se lembrar do seu povo*» (2).

*

Durante o curto reinado de D. Sebastião fizeram-se algumas diligências para abastecer de água a capital sequiosa.

Em Agôsto de 1573 realizava-se a repetição de uma vistoria à fonte da Água Livre, e em 3 de Março de 1574 escrevia o monarca ao Senado da Câmara consultando-a sôbre a maneira de obter capitais para tão larga emprêsa e inquirindo sôbre a quantia que seria provável gastar-se.

---

(1) *Panorama*, vol. v, págs. 401 a 402.

(2) *Elementos para a História do Município de Lisboa*, tômo I, pág. 448 — *Carta Régia* de 24 de Março de 1516.

Nicolau de Frias (de uma família de engenheiros e arquitectos notáveis) foi um dos que verificou a *fonte da Água Livre*, por ordem do Senado, interessadíssimo sempre em tão grande melhoramento. Achou um anel de água «*do tamanho de um circulo cujo diametro era a duodecima parte de um palmo de cinco em vara*», medida esta aprovada, nesse tempo, como certa e infalível no dizer do próprio Nicolau de Frias. Tal certidão traz a data de 1588 (23 de Junho) e serviu como documento em um pleito entre os frades de S. Francisco e os de Santo Eloi, do Pôrto (1). Nada, porém, se fêz de positivo.

*

Era uso antiqüíssimo o lançamento de impostos para a feitura de obras de utilidade citadina. Já D. Denis o fizera para a construção de uma fonte em Lisboa, que bem podia ser o chafariz depois chamado *da Praça* e mais tarde *de El-Rei*, como o supõe o sr. Visconde de Castilho (2). Fortificada nesse exemplo e noutros, resolveu a Câmara lançar um real em cada arrátel de carne e dois em cada canada de vinho, para a condução para a cidade da água do poço de João de Góis, nascente de magnífica água situada em uma propriedade rústica, à Bemposta. Foi isto em 1597, já sob a dominação felipinna (3).

---

(1) *Elementos para a História do Município de Lisboa*, vol. 2.º págs. 418 a 419.

(2) *A Ribeira de Lisboa*, pág. 163.

(3) Houve outro projecto de trazer a água ao Rossio vinda do chafariz de Andaluz, nos primeiros anos do século, como se vê das *cartas rêgias*, à Câmara, datadas de 1510 e de 1515 e de uma escritura feita em 3 de Setembro de 1524 entre a Câmara e o Desembargador Fernão Martins e sua mulher Felipa Mendes, donos da quinta onde estava o poço de que se abastecia aquele chafariz (citados *Elementos*, vol. XVII, pág. 250 a 253 e vol. II, pág. 417).

O dinheiro que sobejasse da imposição seria destinado, consoante a letra do alvará de 4 de Novembro de 1589, ao pagamento dos danos feitos nas terras por onde passasse a água e a um depósito, à ordem do presidente e oficiais da Câmara, para outras despesas de utilidade pública (1).

Tomou a fonte, o Senado, para trazer a água ao Rossio, sem fazer ajuste prévio com o dono, tendo como fundamento a avaliação, feita em 28 de Outubro de 1590, a qual fôra de um conto de réis. Trouxe-lhe essa imprevidência graves demandas e litígios, movidos pelos herdeiros do primeiro dono, as quais só se resolveram por *alvará* de 2 de Maio de 1597, alvará que obrigou os herdeiros a vender o fôro ao Senado por 208$000 réis.

Findo o litígio, começou-se a obra, que andava positivamente enguiçada, pois o pedreiro que a dirigia cometeu tais erros, que teve de se desmanchar tudo e fazer-se de novo, à custa dêle (2).

Mais tarde, ainda a ágoa de João de Góis foi motivo de questões que vieram a derimir-se no Limoeiro.

Foi o caso que começando ela a correr fracamente no chafariz e investigando-se a causa de tal diminuïção, se veio a apurar que António de Foios Pereira, sobrinho do Secretário de Estado Mendo de Foios Pereira, que morava defronte da igreja do Socorro, a distraía do seu natural curso, para a aproveitar na rega de um jardim que possuía.

Idênticamente se descobriu que os cónegos Estêvão e Francisco de Barros amanhavam uma horta com a mesma água. Resultado: os cónegos foram repreen-

---

(1) Citados *Elementos*, tômo 2.º, pág. 63.

(2) Foi a isso obrigado por sentença de 9 de Março de 1606 do Juiz Conservador da Câmara, Dr. Jorge Pinto de Mesquita.

didos e o sobrinho do Secretário de Estado para a enxovia (1).

Êste chafariz foi demolido em 9 de Julho de 1786, ficando a água que o abastecia a correr na rua de S. Vicente. Em 1836 mudou-se daqui para a Carreirinha do Socorro, demolindo-se o arco que lá havia, por onde ia a água para o Rossio (2).

*

O ano de 1598 fornece-nos alguns dados para êste assunto. Senão, vejamos:

Escasseava também a água do chafariz de El-Rei, distraída por diversos particulares, com quem a Câmara teve de sustentar demandas e quesilentas questões. Era um nunca acabar de razões pró e contra. Já em 1541 tinha havido um litígio com os herdeiros de Lopo de Albuquerque. Desta vez o litigante era um certo Luís de Carvalho, possuïdor de umas casas, com poço, pegadas ao chafariz.

Para contrabalançar êsses roubos que lhe eram feitos, tomou o Senado posse do poço das casas de um Francisco de Sousa de Meneses e encanou-lhe a água para o chafariz (3).

*

O preço da água era excessivo então, e tão explorado estava sendo o povo pela ganância dos vendilhões

---

(1) *Resolução* de 25 de Novembro de 1707.

(2) Citados *Elementos*, tômo 2.º, págs. 83 a 84. No fim do século XVI morava no Rossio, numas casas sôbre o chafariz, mestre André de Rezende, onde dava lições ao Infante D. Duarte (*Arquivo Histórico*, pág. 327 — *Vida do Mestre André de Rezende)*.

(3) Estes Sousas Meneses eram antepassados dos Duques da Terceira. A casa é aquela onde nasceu e morreu o Duque-Marechal (*A Ribeira de Lisboa*, pág. 171).

que o Senado viu-se obrigado, em 1611, a publicar uma postura reguladora de preços dêste e de outros géneros.

Com referência a água foram estas as determinações:

«Um pote de agoa do chafariz de El-Rey, da medida, da cidade, na freguezia da Sé, Magdalena, S. Nicolau, Rua Nova, S. João da Praça, valerá 6 réis;

«E sendo cargas de agoa, da maneira que se agora costuma, nas mesmas freguezias, 16 réis, sendo do chafariz de El Rey ou dos Cavalos de Alfama.

«Na freguesia de S. Martinho, S. Mamede, Santa Justa, S. Christovam, Poço do Chão, Rocio, até á calçada de Payo de Nabaes, valerá o pote de agoa pela maneira sobredita, da marca da cidade; e sendo nestes limites valerá a carga de 4 quartas 20 reis, e sendo fora dos muros valerá o dito pote de agoa 15 reis, e sendo nestes limites valerá a carga de agoa de 4 quartas 20 reis» (1).

*

Durante o período da reünião das corôas de Portugal e de Castela trabalhou afincadamente o Senado em prover a necessidade que a falta de água trazia à capital. Foi homérico o seu trabalho e, se não logrou o êxito que merecia, foi porque os Filipes, sob uma aparente boa vontade e um falso interêsse, apenas patrocinavam os preparativos monetários com o fim único de os distrair na devida ocasião. O que os monarcas castelhanos queriam era que se entesoirassem capitais para a obra, fazendo ouvidos de mercador quando o Senado, com habilidade despremiada, lhe exigia garantias para a futura e exclusiva aplicação dêsse dinheiro.

---

(1) Citados *Elementos*, tômo x, pág. 222.

O leitor verá, na seqüência das diligências que vou enumerar, a verdade destas considerações.

*

Começam no mesmo ano de 1618 as providências sôbre o assunto.

A primeira de que tenho notícia é uma *carta régia* de 13 de Fevereiro em que o soberano intruso declara aceitar a pretenção do Município com referência à imposição do Real de Água. Encontro nêsse documento uma cláusula curiosa, e é ela, que teria primacia sôbre a obra da água livre a obra a fazer no retábulo da capela do Mártir S. Vicente; isto é, depois de se reparar (ou estragar!) o retábulo, é que se trataria da condução da água (1).

Por várias vezes, nêsse mesmo ano, se vistorizou a fonte de Carenque. Em 3 de Setembro, por exemplo, foi lá o Presidente do Senado, João Furtado de Mendonça, acompanhado por engenheiros arquitectos e outros indivíduos competentes. Depois de maduro e minucioso exame, resolveu a Vereação, no *assento* de 11 do mesmo mês, que se trouxesse a água provisòriamente, por canos de madeira, os quais já ficariam servindo de modêlo para obra de pedra e cal, lançando-se para êste fim um real na carne e dois no vinho, como já ficara determinado de antemão. Tornava-se mister apressar a obra, ajuntar materiais e dinheiro e, como a imposição não chegasse talvez para tudo, pediu-se permissão a El-Rei para a Câmara poder vender alguns juros e para que se pudessem fazer sumàriamente as

---

(1) Citados *Elementos*, tômo II, pág. 410.

avaliações dos terrenos a expropriar. Tudo isto se impetrou em *consulta* de 16 de Setembro (1).

O Viso-Rei Marquês de Alenquer foi também, por duas vezes, visitar a fonte da Água Livre (2).

*

A 25 de Setembro fêz-se novo exame. A êle foram o Presidente da Câmara; os Drs. João de Frias Salazar e Gil Eanes da Silveira, vereadores; Pedro Borges, Procurador da Câmara; Pedro Álvares e Francisco da Veiga, Procuradores dos Mesteres; João de Sousa Pereira, vereador das obras da cidade, e Rodrigo Homem, escrivão das ditas obras.

Já então estavam abertos os cavoucos novos.

Além dos funcionários da Câmara estiveram também presentes: João Baptista Lavanha, cosmógrafo e cronista-mór; Leonardo Turriano, engenheiro-mór; Teodósio de Frias, Luís de Frias e Pero Nunes Tinoco, arquitectos; Miguel Francisco e Manuel Coresma, medidores; José Francisco e Domingos Roiz, pedreiros e carpinteiros; e Cristóvão Baltazar, latoeiro (3).

---

(1) As avaliações, conforme os desejos do Senado, deveriam ser feitas por um louvado, um síndico da Câmara e um terceiro para desempate. Para a obra se fazer sem maiores dificuldades pedia-se outrossim para se guardar e acatar o Regimento dos canos da prata, em Évora (vol. 2.º da citada obra, págs. 421 a 423).

(2) *Elementos para a História do Município de Lisboa*, tômo II, pág. 423.

(3) Em 1618, em Lisboa, foi impresso por Jorge Rodrigues, um folheto intitulado: *Declaração sôbre a matéria da água para esta cidade de Lisboa por servir Sua Magestade a quem promete outros maiores em serviço de Deus e seu, e do bem comum das Republicas do Mundo.* O autor era Baltazar de Sousa de Albergaria, e a obra era dedicada ao Vice-Rei Marquês de Alenquer.

Inocêncio diz nunca ter visto qualquer exemplar.

Foi Pero Nunes Tinoco, o arquitecto, quem fêz o roteiro e a medição de todo o projectado aqueduto, concluindo-a em 2 de Outubro dêsse ano (1).

Dêsse roteiro que se conserva manuscrito na Biblioteca Nacional, extrairei algumas curiosíssimas notas (2).

*

Diz Tinoco, que em todo o percurso se não atravessavam fazendas, nem pomares, nem vinhas, nem casas. Tôda a obra se fazia por terrenos lavradios até os Moínhos de Vento, sítio que se destinava para a Mãi de Água e de onde se haviam de repartir as águas para as fontes que se construíssem na cidade. Além do mais, traria enorme vantagem o facto de se aproveitar a pedra que havia, sôlta e a monte, em todo o caminho, não só para a obra como para os proprietários que nisso recebiam grande benefício tornando-lhes aptos para cultura muitos dos terrenos obstruídos por ela (3).

Depois de várias considerações sôbre tal matéria, segue-se, no manuscrito aludido, a medição do aqueduto, compreendendo noventa e cinco medições par-

---

(1) Pero Nunes Tinoco morava então na rua do Carvalho ao Bairro Alto. Ali faleceu, em 20 de Março de 1618, sua mulher Maria Ribeira (*Livro dos Óbitos da Freguesia de Santa Catarina*).

(2) *Idem*, pág. 64 e segts.

(3) *Roteiro da Agua Livre e Agua de Montemor e mais fontes junto a elas*, por Pero Nunes Tinoco, arquitecto de Sua Majestade, em 29 de Setembro de 1619; — e à margem, ao lado: Dedicado ao ilustre Senado da Câmara por João Nunes Tinoco, arquitecto de Sua Alteza, filho do arquitecto Pero Nunes Tinoco que fêz o dito *Roteiro* — Ano de 1671. Manuscrito B.-5-22 da Coleção Pombalina. Parece manuscrito para a imprensa.

ciais dêste a Água Livre até à conserva da água, no Moínho de Vento.

Interessa-nos especialmente a parte final do apontamento, isto é, as últimas cinco medições que se referem à parte do aqueduto, que atravessava a cidade.

Vou transcrevê-las:

90.ª — ... E da dita estaca até o cunhal das casas que ficam defronte de S. João dos Bemcasados, aonde está uma cruz *(sic)*, tem de comprido até a estáca que fica posta ao valado, ao pé de uma oliveira 1:043 palmos e tem de correnteza 3 palmos e 7 dedos;

91.ª — ... e do cunhal das casas que tem a cruz, junto a S. João dos Bemcasados, indo-se continuando até o muro dos Padres da Companhia, donde se divide em trez caminhos, um para o Moinho de Vento, outro para a Anunciada, outro para São Bento e Alcantara, tem de comprimento 2:770 palmos e em todo elle hade ir o aqueduto somente no vale em baixo, etc.;

92.ª — E deste logar donde se dividem os caminhos ditos hade ir continuamente pelo vallado do olival que fica da parte do sul junto á quinta e cêrca de Francisco Soares e hade ir continuando pela sua cêrca até o canto das suas casas, que tem de comprido até os marcos fixes que foram postos na calçada, 1:341 palmos;

93.ª — E do dito cunhal de Francisco Soares indo continuando o aqueduto pelo longo da estrada pelo vallado de terra que fica defronte do edi-

ficio dos padres da Companhia, até o cunhal da cêrca de Gil Eanes tem de comprimento 2:030 palmos e se lhe deu de correnteza do muro dos padres da Companhia donde se divide a estrada até o dito cunhal, 21 palmos;

94.ª — E do dito cunhal indo como carro pelo meio da rua até ás casas do Presado á coiceira da sua porta, tem de comprido 598 palmos e tem de correnteza a que o dito aqueduto traz até o dito logar;

95.ª — E das casas do Prezado até as casas onde se hade fazer a conserva ou casa da agoa, conforme se mostra no perfil assinalado com a lettra O, tem de comprido 370 palmos, a qual terra a rodeia quatro ruas e fica livre para todas as partes e não se mostra na planta (1).

*

No mesmo manuscrito encontram-se ainda notícias e relações de outros trabalhos da mesma natureza.

Entre elas aponto as seguintes:

Observação da quantidade de água, feita na fonte da agoa livre, por Theodosio de Frias, em 4 de Agôsto de 1618 com assistência do Dr. João de Frias Salazar, vereador do pelouro das obras. Esta diligencia fez-se por instrução do Viso-Rei Marquês de Alenquer (2);

---

(1) Citado manuscrito da Coleção Pombalina da Biblioteca Nacional — B.-5-22, págs. 77 a 79.

(2) *Idem*, pág. 109.

Diligência e desenho do caminho de condução da água de Fanhões até Lisboa, do lugar onde se deveria encontrar com a da Água Livre;
Relação dos anéis de água encontrados nas diferentes fontes observadas, para juntar à de Carenque;
Orçamentos diversos;

E, principalmente, um outro *Roteiro* em que avulta como mais interessante uma série de desenhos à pena, devidos certamente a Tinoco, servindo de elucidação à marcação das cotas de nível no percurso do aqueduto. É datado de 1625.

Êsses desenhos, feitos em meia dúzia de traços, simples esboços imperfeitos, são contudo excelentes como documentação local. A fachada principal do edifício do Noviciado da Cotovia, a-pesar-da imperfeição evidente do desenho, dá, confrontada com estampas posteriores, uma garantia segura da fidelidade dos outros esboços.

Um dêles, representando um portal a que o texto se refere, vem a denunciar-nos a existência de tal abertura ornamental no muro da quinta do Noviciado. No texto, entremeado, chama-se-lhe quinta dos Apóstolos.

Êsse portal ficava exactamente no sítio onde hoje está o Chafariz do Rato, no ângulo dos jardins do Palácio Palmela (1).

No primeiro volume desta obra reproduzem-se os dois desenhos. Os pontos de referência das medições são quási os mesmos do primeiro roteiro: S. João dos Bemcasados, muro da quinta dos Apóstolos, casas e quinta de André Soares (da Cotovia), cunhal de D. Gil

---

(1) Ignoro em que data foi demolido o portão monumental da quinta dos Jesuítas. Ao principiar o século XVIII já, porém, não existia.

Eanes e casas de Gonçalo Vaz Coutinho, junto a S. Pedro de Alcântara.

Quási ao fim do caminho projectado, passado o cunhal de Gil Eanes, isto é, na rua de D. Pedro V, vê-se o barracão vasto dos fornos de louça, também já reproduzido nesta obra.

*

D. Filipe II atendeu em parte às pretenções da Câmara, mas como não queria o assunto resolvido ràpidamente, mandou fazer averiguações mais claras acêrca da quantidade de água e da despesa a fazer com a obra, conferindo-se os novos exames com os que já tinham sido feitos ùltimamente e com os que se fizeram em tempo do Arquiduque Alberto, sendo Presidente da Câmara D. Pedro de Almeida. Com referência ao pedido da venda dos juros, consentiu nela e indicou para proceder às novas vistorias o seu muito afeiçoado Lavanha (1).

Propôs-se a Câmara a fazer o que El-Rei lhe ordenara lançando pregão para a venda da imposição do real da carne e dos dois reais no vinho, quando o Viso-Rei Marquês de Alenquer se manifestou contra o pregão.

A razão apresentada pelo Viso-Rei era a repugnância com que o povo recebera o imposto. Embaraçada a Câmara com mais esta demora, escreveu ao Marquês pedindo-lhe que mais não tolhesse o assunto e escrevesse a El-Rei, para que o povo não tomasse por descuido da sua parte a dilacção da obra (2).

---

(1) *Elementos para a História do Município da Cidade de Lisboa*, tômo II, págs. 424 a 426.

(2) *Idem*, pág. 434.

A carta da Câmara, datada de 29 de Fevereiro de 1619, ficou sem resposta. Depois meteu-se de permeio a viagem triunfal do monarca castelhano, e o povo, os ministros e a própria Câmara não pensaram mais senão nas festas a fazer à chegada do usurpador.

Em vez de medições e vistorias nas fontes, faziam-se consultas nos regimentos antigos das recepções festivas; e a cidade, embora morresse à sêde de água, gastava rios de dinheiro em arcos triunfais, iluminações, bailes e colgaduras, bandeiras e insígnias!

Sempre o mesmo, o nosso Zé Povinho! Miserável mas ridente! Faminto, mas folião; e mais propenso a estoirar de riso do que a rebentar de fome!

*

Durante a sua estada em Lisboa, foi D. Filipe ver a fonte da Água Livre no dia 17 de Setembro de 1619. Devia essa deferência ao Senado. Ia para Sintra e aproveitou apear-se a meio do caminho com o seu inseparável Lavanha. Mostrou-lhe êste a nascente, elucidou-o quanto à quantidade da água e, por simples formalismo oficial, fêz-se uma medição na presença de El-Rei. Conta-o êle mesmo na sua conhecida descrição da viagem régia.

*

Passados os festejos, e sôbre êles boa porção de tempo, entendeu a Câmara fazer novamente lembrada a obra da condução da água. Serviu de pretexto o facto do engenheiro Turriano ter ido mostrar a El-Rei, como seu, um projecto em que também tinham coloborado Lavanha e outros. Escreveu por isso a Câmara

prevenindo o soberano da manha de Turriano, em 23 de Julho de 1620 (1), e logo, datada de 28, recebeu carta de D. Felipe rogando-lhe tratasse de obter o dinheiro indispensável para a construção do aqueduto. Êste ponto é que interessava particularmente o soberano.

Exultou a Câmara, e escrêveu jubilosa para Madrid noticiando quem ia, sem demora, tratar do assunto com o Marquês de Alenquer.

*

Em 3 de Setembro reüniram-se os vereadores e deliberam que, para se levar a obra a efeito, conforme os desejos de El-Rei, era necessário o seguinte:

1.º — Que se lhe desse jurisdição para avaliar as expropriações sumàriamente, pagando-se tudo pelo seu justo valor, sem isenção de espécie alguma para as pessoas eclesiásticas ou ordens mendicantes;

2.º — Que se não pudesse distrair para outros fins o dinheiro da imposição, fazendo-se tudo conforme o regimento da água de Prata, em Évora;

3.º — Que se pudessem vender juros, sôbre as rendas a pagar da mesma imposição, de 16 a 20 o milhar, e se pudesse tomar de empréstimo o dinheiro que fôsse necessário na melhor ocasião (2).

Assentou a Câmara nisto e mandou-o dizer a El-Rei, acompanhando a carta de vários documentos ten-

(1) Citados *Elementos*, tômo II, págs. 563 a 564.
(2) *Idem*, pág. 566 e 567,

dentes a demonstrar quão grande perigo haveria em dar-se comêço ao aqueduto sem as provisões que solicitava (1).

Andavam avisadamente os vereadores, pondo-se a salvo da ganância do monarca, que na primeira ocasião mandaria distrair o dinheiro da imposição, e precavendo-se contra os litígios, reclamações e excomunhões, dos desembargadores, eclesiásticos, frades, cavaleiros de Malta e mais indivíduos privilegiados (2).

D. Felipe, que só especulava com a grande necessidade de que sofria a capital, fêz ouvidos de mercador às solicitações do Senado, e, a 17 do mesmo mês, mandou, pela segunda vez, lançar o pregão da obra, sem mais explicações.

Não estiveram os vereadores pelos ajustes e bem o fizeram sentir em outra carta dirigida a El-Rei em 24 (3).

Chegada o mês de Setembro, a 22, surge nova missiva régia martelando na necessidade de haver dinheiro junto para tão grande obra — importava-se êle bem com a obra! — e mandando fazer nova vistoria *por pessoas inteligentes* para ver se a água diminuía no verão (4).

Finalmente, a 6 de Outubro, aparece ainda outra carta enviando conjuntamente um papel de Leonardo Turriano, para a Câmara o ver e analisar, enviando-lhe depois o seu parecer acêrca do traçado escolhido, dos três que o engenheiro apresentava. Fala também na necessidade de se examinar certa nascente, perto de Sintra, de que Turriano lhe falara. Acêrca das provisões pedidas, nem uma palavra (5).

---

(1) Citados *Elementos*, tômo II, págs. 568 a 570.
(2) Carta de 4 de Setembro de 1620.
(3) Citados *Elementos*, tômo X, pág. 572.
(4) *Idem*, pág. 573.
(5) *Idem*, pág. 574.

*

O *papel* de Leonardo Turriano é muitíssimo interessante e merece ser transcrito. Eis o que diz o engenheiro (1):

«Senhor! Leonardo Turriano diz que para conduzir a Agoa Livre a esta cidade e a diferentes partes della juntamente com as mais que se lhe agregam, ha quatro caminhos e pareceres, os quaes começam cêrca da estrada de Bemfica, como se vê na planta.

«O primeiro colorido de amarello, com as letras DD, atravessa treze vales e cinco minas, com o comprimento de quatro léguas e meia; custará um milhão e tirando-lhe os sobre-arcos do valle de *Noudel* e de Alcantara, passando a agoa por repuxos, custará sete centos mil cruzados.

«O segundo caminho e projecto, colorido de castanho, com as letras BB, vai mais baixo do que o primeiro até Sete-Rios, passando só três vales, um grande e dois pequenos; vai por Palhavã, entrando na mina cem palmos abaixo de S. Sebastião da Pedreira, e atravessando as terras de Campolide e Cotovia, acaba na esquina de S. Roque á superficie da terra, á distancia de quatro léguas e três quartos: custará quatrocentos mil cruzados.

«O terceiro caminho da estrada de Bemfica, colorido de azul com as lettras CC, vai sempre continuando pela superfície da dita estrada até Sete-Rios e de ali se levanta sobre arcos de 30 palmos, na mesma estrada em Palhavã, até entrar na mina de S. Sebastião da Pedreira, seguindo o caminho do segundo projecto,

---

(1) Êste documento está escrito em castelhano. Dou-o ao leitor traduzido para maior simplicidade de leitura.

até chegar a S. Roque, á distancia de quatro léguas pouco mais: custará cento e cincoenta mil cruzados por cano pequeno e por cano grande outro tanto.

«Todos estes trez caminhos, por irem mui baixos, não podem dar agoa senão até S. Roque e não a outra parte da cidade.

«O quarto e ultimo caminho *é pelo aqueducto antigo dos romanos*, o qual por vir mais alto dez palmos que o da estrada, pode dar agoa a ambas as portas da cidade, a S. Roque e *sobre a porta de Santo André, como deu antigamente*, pois terá quantidade bastante para ellas (1).

«Este caminho não é tão bem recebido como o da estrada, pois atravessa muitas quintas principaes e de pessoas poderosas, podendo-se presumir que se aproveitarão desta agoa e que sempre haverá pleitos e pesadellos por causa d'ella; e para evitar este inconveniente parece que levantando dez palmos mais os arcos de Palhavã, sobre os trinta (como ficou dito) se consegue o mesmo fim; comtudo para evitar despezas de arcos e de tempo e algumas dificuldades que pode causar a estreiteza da mesma estrada em alguns pontos parecem menores os inconvenientes do cano velho, por ir alto sem mais nenhum arco que os da estrada ainda que passe por fazendas alheias. D'estes ultimos pareceres por serem os melhores V. M. deve escolher o que melhor parecer e juntamente qual dos dois canos, se o pequeno, se o grande em que pode andar uma pessoa por cima d'elle, pela muita diferença de despeza. Em Madrid em 26 de Setembro de 1620» (2).

---

(1) O citado manuscrito B.-5-22 (onde se inclui o *Roteiro da Agua Livre*) dá-nos informação de que Pero Nunes Tinoco também vira o Aqueduto e que até pensara em o aproveitar.

(2) Citados *Elementos*, tômo II, pág. 574.

É de crer que o Senado não tomasse resolução alguma com referência aos projectos de Turriano (em que Lavanha também coloborara) sem que lhe desse satisfação aos seus instantes pedidos.

D. Felipe ainda chegou a escrever outra carta (em 20 de Outubro) ordenando nova vistoria, mas agora cabia a vez à Câmara de fazer ouvidos de mercador.

A cidade ainda tinha muito que padecer e voltava as suas vistas compadecidas para o chafariz de El-Rei, que se estafava em matar-lhe a sêde desde o século XIII.

Abençoado chafariz!

CAPÍTULO XV

Sumário: Condução da água de Chelas — Compra-a o Senado — Litígio entre a Câmara e os herdeiros do vendedor — Condução da água ao Terreiro do Paço — Preços da água no século XVII — Desordens nos chafarizes — A fonte do Salgado — É destraída a água das fontes públicas da Horta-Navia, Anjos e Samaritana — Demandas enfadonhas — A bica dos Olhos de Água — Os banhos do cirurgião Guilherme e o Enviado de Inglaterra — Apresenta um projecto para levar a água ao Bairro Alto, um António de Miranda — Malogro da primeira experiência — O projecto de Teófilo Dupineaut — Sua demorada análise — O parecer do Síndico e dos Procuradores da Câmara — Onde se mostra por que tal projecto não foi avante — Turva-se a água do Chafariz de El-Rei — Descobrem-se-lhe duas novas nascentes — Seca o chafariz do Rocio — Um vedor de águas, Visiense, em Lisboa — Entaipa-se a porta da ermida da Água-Livre — A fraude das quartas de barro — Postura municipal — Desavêem-se os oleiros e os aguadeiros — ¡O projecto de António Júlio de La Pomarée — A sêde de Lisboa! — Aproxima-se a obra — Repartem-se por Cláudio Gorgel e por D. João V os elogios devidos aos propugnadores e iniciadores da obra das Águas Livres — Opinião dos vereadores e procuradores acêrca do tributo a lançar-se — Orçamentos e cálculos.

Chegado o ano de 1625, Pero Nunes Tinoco e Teodósio de Frias, respectivamente, arquitectos de El-Rei e do Senado, foram com o medidor Manuel Quaresma, com o mestre das obras da cidade Miguel de Oliveira e com o latoeiro Cristóvam Baltasar, fazer as medi-

ções de uma nascente, junto às casas e horta do Dr. Pedro Barbosa, no lugar de Chelas (1).

A-pesar-de fazerem a observação no tempo de maior seca (em 26 de Julho) encontraram nove anéis de água e probabilidades de aumento até trese desde, o momento em que se fizesse uma ligeira obra que deixaram mencionada na relação manuscrita a que me cinjo. Em sua opinião, era da máxima conveniência o aproveitamento da nascente, cuja água se poderia trazer ao Terreiro do Paço sem prejuízo da obra da Água Livre que ficaria reservada ao abastecimento do Bairro Alto (2).

Oito anos depois, reflectindo maduramente em tal matéria, resolveu a Câmara adquirir a nascente porquanto a falta de água se tornava cada vez mais sensível. Com essa água se poderiam abastecer os projectados chafarizes do Terreiro do Paço, Pelourinho Velho e S. Paulo deixando a água de Belas para dessedentar o Bairro-Alto de S. Roque, conforme a opinião dos peritos (3).

Pertencia então a nascente a Diogo Soares, Secretário do Conselho de Estado em Madrid, por lh'a ter trazido, em dote, sua mulher D. Mariana de Sá, filha do Dr. Pedro Barbosa. Diogo Soares era cunhado do tristemente célebre Miguel de Vasconcelos, e daí provinha a sua maior importância e fazenda (4).

No assento da Vereação de 27 de Março de 1633, resolveu-se fazer a compra da água por 12.000 cruzados

---

(1) Êste Pedro Barbosa fôra Corregedor da Côrte e Desembargador da Casa da Suplicação.

(2) Citado manuscrito da Colecção Pombalina B-5-22, pá. 77 a 79 — Notícia incluída no *Roteiro da Água Livre*.

(3) Assento da Vereação de 8 de Janeiro de 1633. Citados *Elementos*.

(4) Citados *Elementos*, tômo III, pág. 551.

ou fôssem 240$000 réis de juro assentes no Real de Água, com a condição de se dar passagem ao aqueduto pela quinta e terras dos vendedores, sem outro prémio. Por seu turno a Câmara reservaria 3.000 cruzados anuais para a obra, sendo metade por conta da Fazenda da cidade e outra metade pelo Real de Água (1).

Parecia o negócio de mão cheia. O cónego Pedro Barbosa de Sá, cunhado de Diogo Soares, assoprado naturalmente por Miguel de Vasconcelos, não largava o assunto que era do máximo interêsse para o seu constituinte, e a transacção fêz-se em 14 de Abril, sendo testemunha da escritura, por parte do Senado, o Dr. Diogo da Cunha.

A *Carta Régia* de 15 de Junho de 1633 aprovou e confirmou a compra, dispensando ao mesmo tempo a Câmara do pagamento da sisa de 240$000 réis (2). Isso não a impediu de solicitar, mês e meio depois, a 30 de Agôsto, permissão para vender juros até 12.000 cruzados, para pagamento integral a Diogo Soares. A liquidação fêz-se pouco depois.

Quarenta anos mais tarde é que o Senado da Câmara percebeu que tinha sido ludibriado em tôda a linha. A água não valia nem a décima parte do preço que tinham dado por ela, e ainda por cima era impossível levá-la aos pontos onde se tencionavam construir os chafarizes de que já fiz menção. Descoberta a fraude, deu-se o litígio entre a Câmara e os herdeiros de Diogo Soares.

Em 1682 vejo uma *consulta* a El-Rei rogando-lhe a resolução do pleito que se eternizava nos tribunais por influências dos contrários, no dizer dos vereadores. A Câmara julgava-se com direito a uma indemnização;

---

(1) Citados *Elementos*, pág. 553.
(2) *Idem*, pág. 570.

alegavam os herdeiros de Diogo Soares que tudo se tinha feito legalmente (1).

Resultado: A Câmara ficou sem o dinheiro e a cidade continuou sem água.

João Baptista Domingues — biógrafo do infante D. Teodósio — atribui a êste príncipe, na sua conhecida obra, a intenção de trazer a Lisboa a água de Belas. E remata a notícia, dizendo:

Queira Deus que, como vemos quasi completo este intento deste grande principe, vejamos satisfeitos, inteiramente os mais. Domíngues escreveu já no século XVIII quando a obra da Água Livre estava a fazer-se (2).

*

Voltemos um pouco atrás.

Em 1636, reünidos os Vereadores, em 21 de Janeiro, assentaram em fazer mealheiro dos sobejos do Real de Água, para tôdas as obras que se relacionassem com o abastecimento de água da cidade. O tesoureiro Agostinho Franco ficaria encarregado da arrecadação dessas sobras que eram preciosas (3), mas só em 1655 é que vejo nota de se terem utilizado. Saibamos como.

Vinha de longe o empenho de trazer a água ali ao pé do Paço Real, no chamado Terreiro do Paço. Apareceu um dia um tal Bartolomeu de Sousa que se propôs realizar êsse antigo desejo, e a Câmara prometeu-lhe 500$000 réis de prémio e um ofício lucrativo se tal

---

(1) Citados *Elementos*, tômo VII, págs. 453-454 — *Consulta* de 11 de Setembro de 1682.

(2) *Idem*, pág. 111.

(3) *Idem*, tômo IV, pág. 172.

conseguisse. Não sei como nem quando a obra se fêz, mas o facto é que o *assento* da Vereação de 23 de Janeiro de 1655, consigna o cumprimento da promessa o que dá a entender que êle conseguira pôr a água a correr naquele local. Deram-lhe os 500$000 réis e o ofício ficou para quando houvesse lugar (1).

Não foi a obra muito durável. Em 1672 por estarem os canos todos rotos, parou a água de correr. Teve a Câmara de mandar consertá-los à sua custa. Participando a D. Pedro II a conclusão da obra, pede-lhe que ordene o pagamento dessa despesa à Fazenda da cidade, pelo cofre dos 300.000 cruzados do clero que de há muito se não aplicavam a pontes e fontes, que era o seu destino (2). Era esta a *fonte nova do Terreiro do Paço* que aparece no extraordinário *Diálogo das Fontes* de D. Francisco Manuel de Melo.

*

Tantas canseiras, tantos trabalhos da Câmara para afinal, em tão largo espaço de tempo conseguir apenas uma fonte a mais! É triste!

Em 1668, mandou-se publicar uma tabela de preços para a água. Vendia-se caríssima. A *consulta* de 7 de Agôsto dêsse ano (em pleno verão) expõe a El-Rei as causas que motivaram essa deliberação.

Publicadas as taxas, lavrou indignação nos arraiais dos vendilhões. No chafariz de *Santa Catarina* (que aparece nomeado aqui pela primeira vez) partiram-se centenares de quartas de barro em sinal de protesto;

---

(1) Citados *Elementos*, tômo v, pág. 507.
(2) *Idem*, tômo vi, pág. 446 e tômo vii, pág. 359.

foram presos dois aguadeiros (Domingos Roiz e Bento Gonçalves) e houve um charivari medonho.

Mandou-se devassar. Os presos foram açoitados e condenados, e a revolta ficou por ali (1).

*

Em 1675, pediram ao Senado os religiosos da Penha de França para fazer uma fonte pública no adro da igreja do seu convento. Foi a obra orçamentada e julgada útil, dando para ela o Senado, como consta da *consulta* de 23 de Agôsto dêsse ano, a ajuda de 40$000 réis.

Mais nenhum documento encontrei que autenticasse a efectivação desta obra.

*

Em 1684 adquiriu a Câmara uma fonte que estava nas casas de certo Diogo da Costa Salgado, por detrás do chafariz de Dentro, a-fim-de fazer um chafariz da parte de fora do postigo. A fonte tinha oito anéis de água, e o preço foi de 20$000 réis de juro, a 20 o milhar, sôbre as rendas da cidade (2). Se a obra se chegou a fazer não posso informar o leitor, pois nada encontro no inextimável repositório de documentos municipais a que me vou cingindo. O que encontro por esta época, com lamentável freqüência, são demandas e litígios enfadonhos, entre a Câmara e particulares,

---

(1) Citados *Elementos*, tômo VII, pág. 59-60 — *Resolução Régia* de 8 de Agôsto de 1668.

(2) *Idem*, tômo VIII, pág. 524.

acêrca da distracção de águas da cidade em proveito das hortas e dos jardins de vários sujeitos.

Talvez não seja desarrazoado meter o bedelho nessas questiúnculas. Vamos a isso!

*

Em 1660, António de Andrade de Gambôa, dono da quinta da Horta Navia, à ribeira de Alcântara, canalizara, para uma horta, parte da água da fonte que ali havia e que desde tempos imemoriais estava de posse da Câmara. Bramaram contra a extorsão os moradores do sítio. Mandou-se-lhe repor a água. O Gambôa não obedeceu sacrificando ao bem-crescer das couves o seu sossêgo pessoal. Exasperou-se a Câmara e tirou-lhe a água à fôrça (1).

Já em tempo de El-Rei D. Manuel se dera um facto semelhante. O povo de Santos e de Alcântara reclamou ferozmente e a água foi também defendida das hortaliças sequiosas (2).

Em 1671, um tal Domingos Monteiro distraíu, para dois poços que tinha numa horta aos Anjos, a água da fonte que ali se tinha descoberto, há pouco, por sinal de grande eficácia para os achaques de pedra (3).

Seis anos mais tarde, um mal intencionado, construíu um muro sôbre o cano que vinha de Chelas, na quinta que fôra de António Cavide. Como tal propriedade se achava sequestrada, a Câmara pediu pro-

---

(1) Citados *Elementos,* tômo VI, pág. 197 — *Consulta* de 18 de Agôsto de 1660.

(2) *Idem, idem.*

(3) *Idem,* tômo VII, pág. 3 e 4 — *Consulta* de 8 de Agôsto de 1671.

vidências a El-Rei, na impossibilidade de obrigar o dono, que não existia, a reparar o dano (1).

A água do aqueduto que passava pela horta do Mouco, em Xabregas, era distraída também, em 1694, por diferentes particulares, diminuindo notàvelmente na fonte da Samaritana para onde corria (2).

Para finalizar, temos, em 1714, a formidanda questão da bica *dos Olhos de Água*, na rua de Salvador Correia de Sá (depois calçada de S. João Nepomoceno e hoje rua Caetelo Branco Saraiva) cuja água vinha do monte de Santa Catarina. E o caso foi êste:

Morava, achegado à fonte, um cirurgião inglês, de nome Guilherme, que, por descobrir na linfa de Santa Catarina propriedades medicinais ou por pretender fazer fortuna com elas ou por ambas as coisas — o que é mais provável — a canalizou para dentro da habitação, abastecendo um grande tanque onde tomava e dava banhos (3).

Queixaram-se os moradores do sítio da diminuïção que padecia a água, primeiro a êle, que não fêz caso, depois à Câmara. Esta interveio, notificou ao cirurgião que não impedisse a água, e, como êle não obedecesse, foram lá os alvenéis na intenção de escangalhar aquilo tudo. Resistiu ainda o inglês não com razões

---

(1) Citados *Elementos*, tômo VIII, págs. 207-208.

(2) *Idem*, tômo IX, pág. 365. Esta fonte da Samaritana datava de 1508, época em que a Rainha D. Leonor mandou construir o Paço de Xabregas. A fonte ficava encostada ao Paço (*Arquivo Pitoresco*, vol. V, pág. 303).

(3) O *Aquilégio Medicinal* refere a lenda de que a água desta bica colhida antes de nascer o Sol, curava a inflamação dos olhos. Um francês que então residia em Lisboa, vendia-a em frascos, com lucro notável, tanta era a fama. Daqui o nome da bica. A fonte ficava no antigo sítio das Portas do Pó. A calçada da Bica Grande e da Bica Pequena, dão a entender que as fontes eram duas. (*Arquivo Pitoresco*, vol. V, pág. 266.)

mas com tôda a sorte de impropérios e de insultos, e os alvenéis retiraram deixando em paz mestre Guilherme porque o Enviado especial de Inglaterra ia lá tomar banhos e dava-se bem com êles.

A Câmara teve de engulir em sêco os palavrões do cirurgião para bem da diplomacia, mas logo que S. Ex.ª deixou de mergulhar no tanque do cirurgião, mandou dar cabo dêle (1).

Ponto final.

*

António de Miranda (quem seria?) fêz, em 1688, uma petição à Câmara oferecendo-se para levar ao Bairro Alto, então o mais falto de água, a água das fontes da cidade baixa *sem se valer de rodas, noras ou qualquer engenho que em poucos anos se quebre, gaste e desmanche*, etc. Juntamente apresenta um desenho «de perfil» do projectado aqueduto, sem que dêle se deduzisse a maneira fantasiosa como a água se elevava para ser distribuída (2).

Ouvidos os técnicos sôbre tal matéria, puseram em dúvida a eficácia do processo oculto de elevar o líquido, e acharam que se tornava mister ouvir o seu autor. Emitiram êste parecer Mateus do Couto, Francisco Pimentel e o padre João Duarte (3).

Inquiriu-se do preço de uma experiência prévia, por *Resolução Régia* de 14 de Julho dêsse ano, e António de Miranda, pelo seu próprio punho, avaliou-a em 300$000 réis. Outra *Resolução* de 23 do mês seguinte, ordena se faça a experiência aludida. O silêncio dos

---

(1) *Elementos para a História do Município da Cidade de Lisboa*, tômo IX, págs. 69-72.

(2) *Idem*, tômo X, pág. 36-37.

(3) *Idem, idem*, pág. 38. O parecer é datado de 8 de Julho.

documentos daqui por diante indica o malogro da experiência (1).

*

Onze anos mais tarde foi apresentada à Câmara uma nova proposta. Subscrevia-a um francês, Teófilo Dupineaut que se intitulava fidalgo e não sei que mais.

Propunha-se Dupineaut trazer para a cidade, pondo os a correr nos chafarizes de S. Roque, Esperança, S. Paulo, Terreiro do Paço e S. José, por canos de repuxo, sem aquedutos nem arcos, nada menos de quarenta anéis de água (2).

A despesa de tal obra orçava por um milhão de cruzados. Foi isto em 1699.

Não tinha a Câmara dinheiro para pagar cada anel de água na cidade baixa e alta, respectivameute por 20.000 e 40.000 cruzados e Dupineaut viu-se obrigado a modificar a sua proposta no ano seguinte, ficando tôda a despesa à sua custa, inclusivamente a da venda da própria água em quartas e pipas, em casas particulares. Os preços da venda seriam 10 e 15 réis consoante os bairros e distâncias e constituiriam para o proponente um privilégio por tempo de dez anos, depois dos quais deixaria vinte anéis de água nos aludidos cinco chafarizes que a Câmara construísse.

---

(1) António de Miranda, caso o seu invento desse resultado, pedia 12$000 réis por mês emquanto vivesse e depois para sua mulher, pagos pela Junta do Comércio, e ainda mais 3$000 réis para cada um dos seus filhos, pela féria da Ribeira das Naus e o ofício, para êle, de Corrector do Número de Lisboa—*Consulta da Câmara* de 13 de Fevereiro de 1683. *Elementos*, tômo x, pág. 39.

(2) *Apostila* de 14 de Agôsto de 1699—Citada obra, tômo xi, pág. 8 e segs.

Da proposta constavam ainda as seguintes cláusulas:

1.ª — Que dos chafarizes lhe ficariam pertencendo os sobejos;
2.ª — Que falecendo êle, passariam para seus herdeiros todos os privilégios, direitos e obrigações;
3.ª — Que havendo necessidade de tomar algumas águas particulares as tomaria de arrendamento pelos preços porque estavam;
4.ª — Que, querendo-o o Senado, se obrigaria também a fazer a limpeza das ruas e a promover a sua iluminação e a estabelecer serviços de polícia e de incêndios; e
5.ª — Que não pagaria sisa de tudo o que comprasse para a obra.

Foram mandados ouvir sôbre o projecto, o Síndico e os Procuradores da Câmara e dos Mestéres. O Síndico achou tudo bem, e só declarou dever pôr-se de reserva a quarta condição ou cláusula até que se visse o resultado prático das restantes propostas.

O procurador Manuel Jorge, mostra-se desconfiado da pobreza do francês e leva a sua desconfiança a ponto de recear perigos políticos na execução da obra, por causa do aqueduto ter princípio ao pé da Tôrre da Pólvora e êle tencionar fazer minas nesse local.

A água que Dupineaut queria trazer à cidade era a da quinta da Pimenteira.

Em 20 de Setembro de 1700, fêz-se uma minuta de contrato nos termos da proposta e foram novamente ouvidas as mesmas entidades.

O parecer do Síndico foi idêntico, excepto no que dizia respeito à tomadia das águas particulares. Fêz-se, por isso, outra modificação.

Dupineaut no novo contrato, depois de declarar que o bem público deve prevalecer ao bem particular, chega a afirmar que emquanto se não tomarem as águas particulares nunca se conseguirá abastecer de água a capital. Receando o malôgro do negócio agarrou-se à última tábua e pediu ao Senado lhe arrendasse o Real de Água para poder, com tal rendimento, pagar as perdas e danos das tomadias a que se visse obrigado.

Reflectiram os Vereadores, e o Síndico foi convidado a dar mais uma vez a sua opinião que resultou desfavorável para o proponente. Em seu entender o pedido era impossível de ser atendido sem uma expressa determinação de El-Rei.

Voltou à carga Dupineaut alegando desejar apenas o arrendamento por dez anos depois do qual a água ficaria a correr em S. Roque, até a quantidade precisa, sem dispêndio algum do Senado. O preço que dava pelo arrendamento era de vinte e dois contos de réis por ano. Caso a água só corresse no Rato, comprometer-se-ia, mediante fiança, a pô-la em S. Roque.

O francês ia diminuindo a olhos vistos a grandeza do projecto. Primeiro falava em quarenta anéis de água em cinco chafarizes; cingiu-se depois a vinte anéis em S. Roque; agora já admite a hipótese de a água só correr no Rato.

O Senado andava desconfiado com Dupineaut e parece que tinha razão (1).

Em 10 de Novembro em *Consulta* dessa data, assentaram os vereadores, no seguinte:

— Que desde o momento em que êle, Dupineaut, pusesse a correr quatro anéis de água da Pimenteira em S. Roque se lhe desse 300.000 cruzados, conforme a sua primeira proposta, não se lhe arrendando o Real

(1) Citados *Elementos*, tômo XI, págs. 8-26.

de Água, que lhe renderia menos do que isso e ficando êle sem direito algum à mesma água (1).

Os Procuradores também disseram da sua justiça. Manuel Jorge era de opinião que se lhe concedesse tudo porque estava convencido ser o maior desejo dêle livrar-se de fazer a obra. Miguel de Freitas Correia, procurador de Dupineaut, veio logo em sua defesa, num longo arrazoado, e depois de increpar o Senado pelas desconfianças que manifestava, lembrava a El-Rei, concedesse mais cinco anos de privilégio ao seu constituinte para venda da água ao povo da cidade.

Pelo despacho de 2 de Dezembro foi atendido êste pedido, com excepção da venda de água da Pimenteira em que não se buliria senão depois de a fazer correr em S. Roque.

Quem tinha razão era o procurador Manuel Jorge. O que Dupineaut mais desejava, nestas alturas, era livrar-se da camisa de onze varas que impensadamente tinha vestido. E o projecto ficou em nada como o de António de Miranda.

*

Desesperava a Câmara, e muito mais o povo, de ver em Lisboa a já lendária Água Livre e o pior é que o próprio chafariz de El-Rei já andava a fazer partidas às guelas alfacinhas. ¡Até êle, o fiel chafariz do Rei Lavrador!

Em 1699, escasseava lá a água, e a que corria era turva e suja. Fizeram-se pesquizas; achou-se barro e entulho a esmo e — surprêsa consoladora! — mais duas nascentes perdidas que logo se canalizaram. Não sei

(1) Citados *Elementos*, tômo XI, págs. 46-53.

se alguém disse que fôra milagre a sujidade que denunciara a abundância (1).

Em 1703 tornou a turvar-se a água. Foram lá à procura de mais nascentes, mas desta vez só acharam entulho.

*

O chafariz do Rossio quási que secou em Agôsto de 1707. Já vimos atrás como António de Foios Pereira, pagou com a prisão o ser causa de tal seca. Em 1730 tornou a secar (2). O assento da Vereação de 27 de Junho de 1718, proibe que se lavem bestas e seges nos chafarizes de Dentro e da Aguada, sob pena de pesadas multas (3).

*

Chegado o ano de 1719, fêz-se nova visita à fonte de Carenque e não sei que mais se fizesse do que mandar tapar, de pedra e cal, a porta da ermida que lá havia, por o templo estar imundo servindo para usos profanos e indecentes. Esta ermida era consagrada ao Arcanjo S. Gabriel (4).

Talvez a essa visita já tivesse ido um vedor de águas, que fôra chamado de Viseu, onde residia, para examinar todos os pontos dos arredores onde se suspeitasse da existência do precioso líquido (5) e quem

---

(1) *Elementos para a História do Município de Lisboa*, tômo x, pág. 181-184.

(2) Di-lo, num comentário cómico, o *Folheto de ambas as Lisboas*, redigido por Fernando Tavares Mascarenhas de Távora.

(3) Citados *Elementos*, tômo xi, pág. 279.

(4) *Idem*, tômo xiv, pág. 108.

(5) *Idem*, tômo ix, pág. 343 — Carta do Secretário de Estado Bartolomeu de Sousa Mexia, à Câmara, em 19 de Julho de 1719.

sabe se não se lembrariam igualmente de convidar para a tal diligência, a mulher de um negociante de Baiona, que então residia em Lisboa, criatura cujos olhos de lince não só viam a água a trinta e quarenta braças de profundidade como divisavam claramente a formação do «chilo» nos intestinos e a circulação do sangue. Esta faculdade de extrema visão anulava-se por ocasião das luas. D. João V, que diz a obra de onde isto extraiu, se serviu algumas vezes dos seus olhos, fêz-lhe mercê do tratamento de «Dona» e concedeu o hábito de Cristo à pessoa com quem casasse (1).

*

A questão da capacidade das quartas de água, preocupou também o Município lisbonense, em 1724. O povo que bebia pouca e má água, era ainda por cima roubado no tamanho das vasilhas que iam diminuindo a olhos vistos. Os oleiros auxiliavam assim os aguadeiros. Era mister providenciar e foi o que fêz a Câmara, no *assento* de 1 de Agôsto dêsse ano, determinando que as quartas «cangalheiras» não tivessem menos de um almude, devendo por isso ser marcadas na Câmara, sob pena de dez mil réis de multa e dez dias de cadeia, pela primeira vez. Pela segunda vez multa dobrada e pela terceira, privança do ofício (2).

Desavieram-se desde então os oleiros e os aguadeiros.

Em 1726, na Fonte Santa, vieram às mãos na tarde de 20 de Setembro, esmurraram-se a valer, e tais dis-

---

(1) *Description de la ville de Lisbonne,* Paris, 1730, pág. 49 a 54.

(2) Citados *Elementos,* tômo XII, pág. 25.

túrbios fizeram que daí por diante vigiaram sempre a Fonte dois quadrilheiros (1).

*

Estava prestes a chegar o princípio da monumental obra qne ainda hoje tanto nos beneficia.

Em 1728, outro projecto se esboça para a condução da Água Livre a Lisboa. Subscrevia-o António Júlio de La Pomarée, francês de nação; mas nada se fêz que eu saiba (2).

Urgia mais do que nunca a vinda da água messiânica e abençoada. Lisboa para beber água tinha que padecer fome. Uma quarta de água custava sesenta réis e mais (3).

Como se conseguiu a realização de sonho doirado de tantos anos, vai sabê-lo o leitor.

*

Cláudio Gorgel do Amaral e El-Rei D. João V foram a alma da grandiosa obra das Águas Livres.

O sr. Eduardo Freire de Oliveira, no seu magnífico estudo que tenho ido seguindo, subtrai o nome do monarca magnânimo a êste elogio, reünindo no diligente procurador da cidade a larga cópia de merecidos louvores. Não concordo.

D. João V empenhou-se, de alma e coração, neste soberbo empreendimento, embora movido por outros

---

(1) Citados *Elementos*, tômo x, pág. 86-87.
(2) *Idem, idem*, pág. 154.
(3) *Idem, idem*, pág. 228.

sentimentos que não agitariam, talvez, Gorgel do Amaral. Êste pugnava pelo bem público, pela utilidade manifesta do urgente melhoramento, sem nenhuma ideia de vaidade a deslumbrá-lo. O quinto João, pelo contrário, dedicara-se à obra porque era grande e prometedora de lhe glorificar o régio nome. Sem a pertinácia de Gorgel nada se faria, mas sem o auxílio do entusiasmado soberano também a obra não iria àvante.

Tal glória, mesmo assim aquinhoada, dá ainda sobejos com que possam entretecer-se corôas a outros auxiliares da obra.

*

Saibamos como germinou a ideia do Aqueduto.

Em 1728, Cláudio Gorgel propôs, perante o Senado de Lisboa Ocidental, que se estudasse mais uma vez tão inadiável assunto, e logo a seguir o *decreto* de 2 de Dezembro dêsse ano manda, ao Senado, indique os meios para se iniciarem e custearem os trabalhos.

Vai agora ver-se como El-Rei se interessava por isto.

Passaram-se mais de dois meses sem que os vereadores dessem sinal de si. Estranhou D. João V a demora. Em 23 de Janeiro do ano seguinte expede, pelo Secretário de Estado Diogo de Mendonça Côrte Real, uma nova *carta* ao vereador Jorge Freire de Andrade, dando o prazo de quinze dias para a *consulta* desejada. Houve ainda dilacção. Só a 30 de Março subiu ao Paço êsse documento em que mais uma vez se aponta a necessidade urgente da condução da água (1).

¿É concludente ou não, esta pressa do monarca?

---

(1) *Elementos para a História do Município de Lisboa*, tômo x, pág. 221.

Creio bem que a demora seria motivada pela gravidade da matéria, que se não poderia discutir e expor de afogadilho, mas o desejo da sua rápida resolução demonstra bem o interêsse curioso de D. João V.

*

Foi acompanhada a *consulta* dos pareceres dos Oficiais da Câmara. Vamos ouvir as suas opiniões.

Gorgel do Amaral dizia que, para a obra, deveria contribuir todo o país e lembra, como matéria tributável, o pão, o vinho, o bacalhau e o ferro; Manuel Pestana de Vasconcelos, opinava que todos deveriam concorrer proporcionalmente às suas posses; António Pegado de Lima, entendia ser cedo ainda para discutir os impostos a lançar sem se saber em quanto importava a obra; Jerónimo da Costa de Almeida, julgava que o melhor seria tributar o sal por se tornar menos opressivo para o povo e dar suficiente rendimento, podendo-se também, caso fôsse preciso, tributar a madeira das caixas de açúcar do Brasil, o azeite e o ferro(1); António Pereira de Viveiros era de opinião que se lançassem os impostos sôbre o azeite, carne, vinho e trigo, declarando discordar de Pestana de Vasconcelos com referência à tributação proporcional(2); e Jorge Freire de Andrade, não emitindo opinião sôbre os impostos, limitava-se a declarar a obra muito necessária (3).

---

(1) Segundo uma nota dêste vereador o sal poderia render por ano 36.381$600 réis. Opina também acêrca das taxas a impor no vinho, azeite ou ferro, pondo fora da tributação o pão e a carne por estarem já muito carregados.

(2) Dizia êle: «*Tanto custa a pagar muito o rico como pouco o pobre*».

(3) Os Procuradores dos Mesteres (que eram quatro), convi-

*

Por *desvacho* de 4 de Abril, mandou El-Rei fazer nova *consulta* em que se especificassem os rendimentos dos diferentes tributos propostos, e, efectivamente, com data de 14 de Maio subiu à régia atenção o solicitado documento (1).

Analisemo-lo, pois:

Jorge Freire de Andrade, declara reconsiderar no que primeiramente dissera, por ser difícil saber a quantidade de ferro e bacalhau produzido no reino *(sic)*, e propõe as seguintes taxas: um tostão por moio de trigo, meio tostão por moio de cevada, milho e centeio, três réis em cada arrátel de arroz, manteiga e queijo, quarenta réis em cada alqueire de sal, o que tudo renderia 14.000 cruzados e 128$000 réis. Lembra também que se acrescente a multa aos transgressores das posturas do pão.

Manuel Pestana de Vasconcelos, permanece na mesma ideia de que todos contribuíssem na medida das suas posses, e propõe que os ricos pagassem 600 réis, os remediados 240 réis e os pobres 120 réis, o que produziria, segundo um cálculo exarado num mapa que apresenta, a quantia anual de 640.000 cruzados e 68$000 réis.

António Pegado de Lima, propõe imposições no vinho e na carne, as quais em 1712 tinham rendido 74

---

dados também a dizer da sua justiça, limitaram-se a fazer um panegírico laudatório do monarca, declarando apenas que a obra se deveria avaliar primeiro antes da discussão dos tributos, e que acima das suas opiniões estava a resolução de El-Rei em que confiavam cegamente.

(1) Citados *Elementos*, tômo x, pág. 242.

contos, como se poderia melhor examinar nos papéis da Junta dos Três Estados que era a sua administradora.

José Soares de Azevedo, entendia que o tributo deveria ser só lançado em Lisboa e, no que respeitava à mercadoria a tributar, apontava o trigo que se vendia no Terreiro. Um vintém em cada alqueire de trigo e dez réis em cada um dos outros grãos, deveriam produzir 135.000 cruzados por ano, proíbindo-se a venda fora do Terreiro. Êste vereador alarga-se em várias considerações tendentes a justificar a sua proposta e propõe também um regulamento para a arrecadação do tributo, acabando por lembrar que, tornando-se preciso maior rendimento, se podia recorrer à taxa de dois réis em cada canada de vinho o que daria, por ano, mais 36.000 cruzados.

Gorgel do Amaral, opina que se lancem quatro réis em cada arrátel de carne e seis réis em cada canada de vinho. Isto produziria sessenta contos anuais que lhe pareciam suficientes para a obra, finda a qual entendia deveriam acabar os impostos. Para a conservação do Aqueduto propõe se imponham dois vintens em cada alqueire de sal, e lembra ainda o aproveitamento da nascente de Vale de Lobos para engrossar a da Água Livre.

António Pereira de Viveiros, sem especificar taxas, declara apenas que as imposições se devem fazer em outros géneros que não sejam os comestíveis por estes se acharem já muito sôbrecarregados.

Os Procuradores dos Mesteres, depois de tecerem a El-Rei um novo elogio, disseram que a cidade de Lisboa deveria contribuir mais do que as outras terras do reino, visto serem os alfacinhas os mais directamente beneficiados, sendo certo também de que pagarão o imposto com satisfação (!) *por ser tal obra do Real*

agrado do soberano. Parecia-lhes bem o que dissera o vereador Pestana, acêrca da tributação proporcional, e acabam por declarar achar *feio* o nome de *tributo.*

Ponto final.

*

O *despacho régio* à *consulta*, deixava ao arbítrio da Câmara a escolha dos géneros e do imposto, e mandava fazer a obra com brevidade (1).

O que se passou depois, não sei; o facto é que o *decreto* de 16 de Setembro de 1729 aprovou finalmente os seguintes impostos:

6 réis em cada canada de vinho;
5 réis em cada arrátel de carne;
10 réis em cada canada de azeite;
60 réis em cada alqueire de sal; e
50 réis em cada pano de palha.

Tudo isto, conforme os cálculos prèviamente feitos, devia render trezentos mil cruzados anuais (2).

O decreto prescrevia ainda que a obra se não desse por contrato, cláusula esta que foi logo infringida, porque o imposto diminuiu sensìvelmente de ano para ano (3).

Em 1732 foi arrematado o imposto na carne e no vinho, e assim se procedeu sempre, vindo tal infracção a ser legalizada por *resolução* de 3 de Dezembro de

---

(1) Tem a data de 20 de Julho de 1729 — Citada obra, tômo x, pág. 280-282.

(2) *Idem, idem.*

(3) Em 1730 rendeu 35.409$000 réis; em 1731, 31.848$000 réis; e em 1732, 18.362$000 réis.

1735. O arrendatário em 1732 foi António Pires Monção, negociante abastado, e o preço da arrematação foi de 8.155$000 réis (1).

*

Para a superintendência da obra foi nomeado, pelo mesmo *decreto*, o vereador Soares de Azevedo; para Procurador dela, Gorgel do Amaral; para Tesoureiro, Manuel Soares de Carvalho e Silva, e para Escrivão Francisco Ramos de Miranda (2).

O clero, mal acostumado com as isenções habituais que o privilegiavam desde tempos remotos, tentou ainda eximir-se ao pagamento do tributo. Para isso resolveu, como melhor meio, aterrar a Câmara, o Soberano e o Povo com a interdição do reino.

Falhou a esperteza. D. João V se muito prezava o clero, se muito venerava a Cúria, se muito amava as ordens religiosas, prezava, venerava e amava muito mais o princípio da sua autoridade. Deu disso abundantes provas. O papão da interdição, em vez de o assustar. exasperou-o, e mandou, pelo seu Secretário de Estado, intimar imediatamente o Patriarca a cessar tais ameaças, sob pena de ser desterrado. E o clero pagou o tributo (3).

Esta feição do carácter de D. João V salva muita vez a sua memória das durezas da crítica.

Adiante.

---

(1) *Elementos para a História do Município de Lisboa*, tômo x, pág. 412.

(2) *Idem*, págs. 289-292.

(3) *Idem*, pág. 370-374.

CAPÍTULO XVI

SUMÁRIO: Sai o *decreto* mandando começar a obra — Isenta-se a Câmara do pagamento das sisas — Principiam os trabalhos — Os protestos do clero e o princípio da autoridade régia — Funda-se a primeira Sociedade de pedreiros construtores — Várias irregularidades — O prior de São Nicolau dirigindo as obras — Empréstimos e dívidas — Pareceres técnicos acêrca da matéria dos canos — Abusos e reclamações — O projectado Aqueduto Monumental de São Pedro de Alcântara e a «Mãe de Água» — Expropriações neste local — Um soneto ao chafariz — O que era o Sequeiro de São Roque — Vicissitudes passadas da actual Alameda — A história de uma grade e os suicídios — Adiantam-se os trabalhos das Águas Livres — Informações do *Mercúrio Histórico de Lisboa* — Concorrência do povo à Senhora de Santana e a Campolide — Outras Sociedades de Pedreiros — Questões várias — Custo total da obra — Verbas extravagantes incluídas na conta do Aqueduto — Em que mãos esteve a administração da obra — Apontam-se os técnicos que a dirigiram.

O *alvará* de 12 de Maio de 1731 mandou principiar a obra, e continha diversas disposições tendentes a remover dificuldades e a obstar a empecilhos embargosos. Muito embora as terras que o aqueduto atravessasse fôssem de pessoas privilegiadas, far-se-iam nelas as obras que fôssem necessárias, ficando todos os proprietários obrigados a dar passagem às águas, fôssem embora clérigos, desembargadores, fidalgos, etc. Tôdas as avaliações se faziam breve e sumàriamente, intervindo nelas o Síndico da Câmara, um louvado por parte dos interessados e outro, no caso de discordância, para desempate. Era isto exactamente o que a Câmara

pretendia e que nunca conseguiu, como vimos, em tempo dos Felipes.

O regimento usado foi o da *ágoa de prata* da cidade de Évora (1).

*

Para conveniência da obra, quis a Câmara adquirir por compra a quinta da *Fonte Santa*. Como, porém, a assustasse a sisa a pagar, requereu a El-Rei a dispensa de tal pagamento em *consulta* de 8 de Outubro de 1731. Em 14 de Janeiro do ano seguinte foi deferido o seu pedido, tornando-se extensiva tal isenção a tôdas as compras que, para o mesmo fim, se fizessem (2).

*

Principiaram os trabalhos em 16 de Agôsto de 1732.

Já então estava à testa das obras, por parte do Senado, Caetano de Brito Figueiredo que substituira o vereador Soares de Azevedo por *decreto* de 7 de Agôsto. À frente da direcção dos trabalhos de construção estava o arquitecto António Canevari.

Pouco lá se demorou. Ao fim de sete meses foi despedido, e a razão disso fôra não ter dado aos arcos a altura necessária (3). Substituíram-no José da Silva Pais e Manuel da Maia e, depois, Custódio Vieira.

---

(1) *Elementos para a História do Município de Lisboa*, tômo x, pág. 370-374.

(2) *Idem*, pág. 379-380 e 573. Uma *portaria* de 13 de Novembro de 1734, expedida pelo Conselho da Fazenda, isentou a palha do tributo que se lhe havia lançado a favor das Águas Livres, por dificuldades na cobrança que, por vezes, era vexatória.

(3) Citados *Elementos*, tômo xiii, nota à pág. 170.

Foi êste engenheiro quem modificou o plano primitivo aumentando o vão dos arcos na ribeira de Alcântara. Na traça anteriormente estudada os vãos eram de catorze palmos, tendo os acrescentamentos chegado a mais de cem. Fundados nesta circunstância, os mestres pedreiros da obra, solicitaram a alteração das escrituras, principalmente da de 7 de Maio de 1734 (em que se consignava o não pagamento dos vãos como obra feita) em virtude do grande dispêndio das cambotas e dos simples (1).

A solução desta questão arrastou-se anos. Foi finalmente desatendida a pretensão dos mestres, no *decreto* de 22 de Dezembro de 1746, a que adiante me refiro.

*

A generalidade do imposto lançado para a obra acendeu os mais extraordinários protestos da parte do clero. Habituado a não pagar coisa alguma, doeu-se por se ver atingido. Num códice da *Colecção Pombalina* da Biblioteca Nacional, está incluído um *Parecer Anónimo* sôbre tal Tributo, sumamente curioso, pelas razões especiosas aduzidas. O protestante arrepela-se, pasmado de se não ter pedido licença a Roma para se tributar o clero como era costume em Portugal. Não lhe bastando cingir-se ao direito consuètudinário, e apontando, como escandaloso, o benefício concedido ao

---

(1) A primeira escritura teve a data de 11 de Julho de 1731; a segunda, de 4 de Agôsto de 1732; a terceira, de 1 de Agôsto de de 1733; a quarta, de 7 de Maio de 1734; e a quinta, de 7 de Outubro de 1736 em virtude do *decreto* de 21 de Agôsto de 1736. O segundo *decreto* para o estabelecimento do preço das avaliações é de 28 de Setembro do mesmo ano.

Bairro-Alto que era o único que iria usufruir a regalia de ter água, diz:

«*Sempre tive p.ª mim que a utilidad.ᵉ q̃ resultava da agoa vir ao bayrro alto não era comũa por q̃ este bayrro a resp.ᵗᵒ de toda a cid.ᵉ e m.ᵗᵒ mais o seu termo, era como hum dedo a resp.ᵗᵒ de todo o corpo, e como não pode, nem deve todo o corpo ser vexado e padecer p.ª que passe melhor hum dedo, tambem não deve p.ª melhor comodo do bayrro-alto, vexarse toda a cid.ᵉ e seu termo com hum tributo tão grave*».

E mais adiante:

«*Utilidade comũa será, — mas o eclesiastico tem despezas só elle para a utilidade do secular, como o ornato das egrejas, pobreza, templos, etc.*».

O imposto ofendia a imunidade eclesiástica. A-pesar-de tudo, porém, o clero pagou-o.

O rei era D. João V que antes de ser escravo de Roma, como se diz, era escravo da dignidade real (1).

*

O primeiro passo dado para a obra foi a organização de uma Sociedade de vinte pedreiros para a qual cada um contribuíu com quatrocentos mil réis.

Eis os seus nomes:

Domingos Martins da Silva Lôbo, José da Costa Negreiros, Manuel da Costa Negreiros, Alberto Caetano, João de Sousa, Pedro da Silva, Domingos da

---

(1) *Códice 641*, pág. 26-27. O parecer está datado de 9 de Dezembro de 1723.

Silva, Domingos Francisco, José Gomes, José da Costa Travassos, Miguel Rodrigues da Silva, António Luiz, José da Cunha, Francisco dos Santos, José da Silva, João da Costa, António Baptista, António Gomes, João da Silva e Inácio da Costa. Servia de Tesoureiro o societário João da Costa e de escrivão dêste Luiz António. A entrada das quotas fêz-se em 8 de Setembro de 1732.

Como o capital era pouco, foi entregue à Sociedade, pelo Govêrno, quarenta mil cruzados provenientes da cobrança do imposto, mas já antes disso tinha a mesma recebido outros socorros pecuniários como, por exemplo, o de 13.158$194 réis (recebidos, em 1732, por duas vezes, em 22 de Março e 27 de Setembro), e de se ter determinado, por *decreto* de 21 de Agôsto de 1736, se lhe pagasse tôda a obra feita, recebendo no 1.º de cada mês quatro mil cruzados do novo cofre, quantia esta que seria depois descontada nas medições seguintes (1).

O primeiro mestre da Sociedade foi José da Costa Negreiros.

*

O período inicial das obras, que eu marco até 1736, não deu o resultado que se esperava. Contavam os oficiais da Câmara, pelo menos Gorgel, que os trabalhos durassem seis anos. Julgando isso é que votara o diligente procurador da cidade em tão pesado tributo.

Em vista das demoras havidas propôs êle, nesse ano, que se tirassem da imposição, um real na carne e outro no vinho para reverterem a favor da limpeza

---

(1) *Memória sôbre Chafarizes,* por José Sérgio Veloso de Andrade, pág. 320-325.

da cidade, podendo-se, sem que a obra perigasse com isso, tirar mais dois reais em cada género para alívio do povo. O cofre tinha já recebido um milhão de cruzados e apenas trezentos mil se tinham gasto. Com êsse abatimento sempre haveria de produzir os oitenta mil cruzados anuais, que era o suficiente para se ir custeando a obra.

As demoras provinham do seguinte:

Os dois engenheiros, Pais e Manuel da Maia, estavam quasi postos de parte. Dirigiam a obra *in nomine*. Quem verdadeiramente superintendia nela, era — não se espante o leitor — o Padre João Antunes Monteiro, prior de S. Nicolau. ¿Um padre a dirigir as obras, parece *blague*, ¿não é verdade? Pois era assim mesmo, e o pior é que o prior, além de não perceber coisa alguma daquela regedoria, faltava com uma inconsciência «*que só as suas virtudes desculpavam*» (1) a todos os pontos da escritura.

Não se tinham feito as medições; deviam-se salários, e, ainda por cima, subiam a cem mil cruzados os empréstimos, por êle feitos, sem autorização de espécie alguma (2).

Era preciso acudir à obra. ¡Aquilo estava num cáos!

*

Entre as instruções pelas quais se tinha de governar a obra algumas havia que eram letra morta. Os pagamentos deviam ser feitos no 1.º de cada mês aos

---

(1) Gorgel do Amaral na sua informação, sôbre o estado das Obras, chama-lhe virtuoso: —... «*a-pesar-de ser pessoa virtuosa*».

(2) Citados *Elementos*, tômo XIII, pág. 165-172 — *Consulta da Câmara* de 7 de Fevereiro de 1736.

empreiteiros, e as medições no fim dos meses, afora outras de seis em seis meses, completamente independentes das primeiras. Nada disso se praticava. A qualidade de materiais cuja apreciação estava a cargo de Custódio Vieira e de Rodrigo Franco e dos que porventura fôssem nomeados, era escolhida pelo prior ou por outro qualquer de igual competência. Passava-se isto em 1736 (1).

Em 1737 foi Cláudio Gorgel nomeado Superintendente das Obras, no impedimento de quem, então, servia tal lugar, substituindo-o no lugar de Procurador o Juiz do Crime da Ribeira, Manuel António de Jesus e Castro (2). ¡Bela nomeação foi essa!

*

Chegado o ano de 1738, como o Senado não tivesse pago as expropriações feitas, por dificuldades na sua avaliação e ainda por outros motivos, apareceu o *alvará* de 23 de Outubro, pasando êsses encargos para a «Junta das Obras» e ao mesmo tempo regulando a forma como se haviam de comprar os terrenos e proceder às avaliações de um modo rápido e justo. Ficou, pois, neste ponto, revogado o outro *alvará* de 12 de Maio de 1731 (3).

*

Uma interessante *Colecção de Memorias Historiricas e Principais Instruções e Ordens de Sua Mages-*

---

(1) Citados *Elementos*, pág. 219.

(2) *Idem, idem.*

(3) *Colecção de Memorias Historicas*, citadas no texto, pág. 13 e segs.

tade para a construção do famoso Aqueduto das Águas Livres, existente na Biblioteca Nacional, insere o parecer dos engenheiros, arquitectos e cirurgiões, acêrca da matéria de que haviam de ser feitos os canos de condução da água. Opinaram que fôssem de ferro fundido os Drs. José Roiz de Abreu, João Machado de Brito e Jorge da Mata Guião e os técnicos sargentos-mores José Sanches da Silva e Carlos Mardel. O único que discordou de tal parecer foi o padre Manuel de Campos, consultado não sei a que título, o qual trata sempre o aqueduto, por *aqueduto interino*. Em sua opinião, a matéria empregada devia ser o chumbo e apontava, como argumento, os belos resultados obtidos pela canalização de chumbo feita para o convento novo dos Capuchinhos italianos. A favor dos canos de pedra não votou ninguém (1).

*

De outras duas magnas questões nos faz referência a mesma curiosa *Colecção*, e eu refiro-as ao leitor.

Foi a primeira motivada pela tentativa feita pelos padres da Congregação do Oratório de Nossa Senhora das Necessidades, de tomar *duas telhas de água* do Aqueduto para o seu abastecimento. Ao espalhar-se em Lisboa tal notícia, ateou-se pelo povo, e com razão, um fogo de revolta.

¿Pois então o aqueduto tinha-lhe custado tanto sacrifício e iam agora os Congregados roubar-lhe a água?

Não podia ser, e não foi.

Imediatamente subiram representações da *Casa dos*

---

(1) Citada *Colecção de Memorias Historicas*, pág. 29-55—*Códice 476* da Biblioteca Nacional.

Vinte e Quatro a todos quantos podiam interferir a seu favor: a El-Rei, ao Senado e à Junta das Águas Livres. Tal privilégio era inadmissível. Os padres se quisessem água fôssem buscá-la à Pimenteira ou à quinta do Sargento-mór. O próprio D. João V se quis água no paço e nas reais cozinhas comprara-a, à sua custa, ao contratador do ramo da regatia, José Luiz da Cruz, que lha vendeu (do poço que possuía às Cruzes da Sé) por 800$000 réis (1).

Os *Vinte e Quatro* foram atendidos, e os padres das Necessidades ficaram sem as duas telhas de água que andavam cobiçando (2).

---

(1) Esta história da compra da água a José Luiz da Cruz tem sua graça. As casas e o poço foram avaliados por ordem de El-Rei, e o valor arbitrado pelos peritos fôra de 300$000 réis a que El-Rei generosamente acrescentara mais 500$000 réis, porque o contratador tinha tudo empenhado. Fêz António Canevari (o engenheiro italiano que iniciara as obras do aqueduto) a condução destas águas para o Paço da Ribeira, encanando-as ali em oito sítios diversos e pouco depois morre o vendedor das casas do poço.

Solicitou a sua viúva, a El-Rei, a permanência nas casas que já lhe não pertenciam, e o monarca concedeu-lha. Falecida esta, requereu uma filha sua que lhe deixassem continuar a habitar as casas onde nascera e onde morrera sua mãe. Foi mandado informar o Procurador da Fazenda Rodrigo de Oliveira Zagalo, que se mostrou indignado com tal requerimento, dizendo que as casas já pertenciam a outros e que não devia nem podia haver contemplação alguma com a requerente, visto que seu pai em vez de pagar, com os 800$000 réis que recebera, as suas dívidas, gastara-os impensadamente, e que sua mãe já residira nas mesmas casas, de cuja posse os verdadeiros proprietários estavam despojados. O Dr. Zagalo termina assim a sua informação:

«*Se hei-de dizer o que puramente entendo, como sou obrigado, digo que não posso pôr têrmo à Real Grandeza de Sua Magestade mas que há-de ser dando do que fôr seu e não do alheio, porque para isso não é necessário ser Rei*».

¡Nobres e magníficas palavras! Foi isto em 1742.

(2) Citada *Colecção de Memórias Históricas*, pág. 56-70.

*

A outra questão, a que se refere a aludida *Colecção*, originara-se na reclamação dos empreiteiros da obra, sôbre o pagamento de certas medições duvidosas.

Diziam os mestres a El-Rei que, aos mil e trezentos operários que trabalhavam no aqueduto, se deviam trinta semanas de salários, por causa da Junta das Águas Livres, lhes não querer pagar, por cheios, os vãos dos arcos da Ribeira de Alcântara com o fundamento de não por terem mais dos trinta palmos estipulados no primitivo contrato, nem tão-pouco as cambotas, obras estas em que se tinha gasto muito dinheiro e muito tempo, e que não estavam delineadas no primitivo plano. Foi ouvida a Junta, correram vários tempos, e finalmente El-Rei, cingindo-se à letra do contrato, indeferiu a reclamação por *decreto* de 22 de Dezembro de 1746 (1).

*

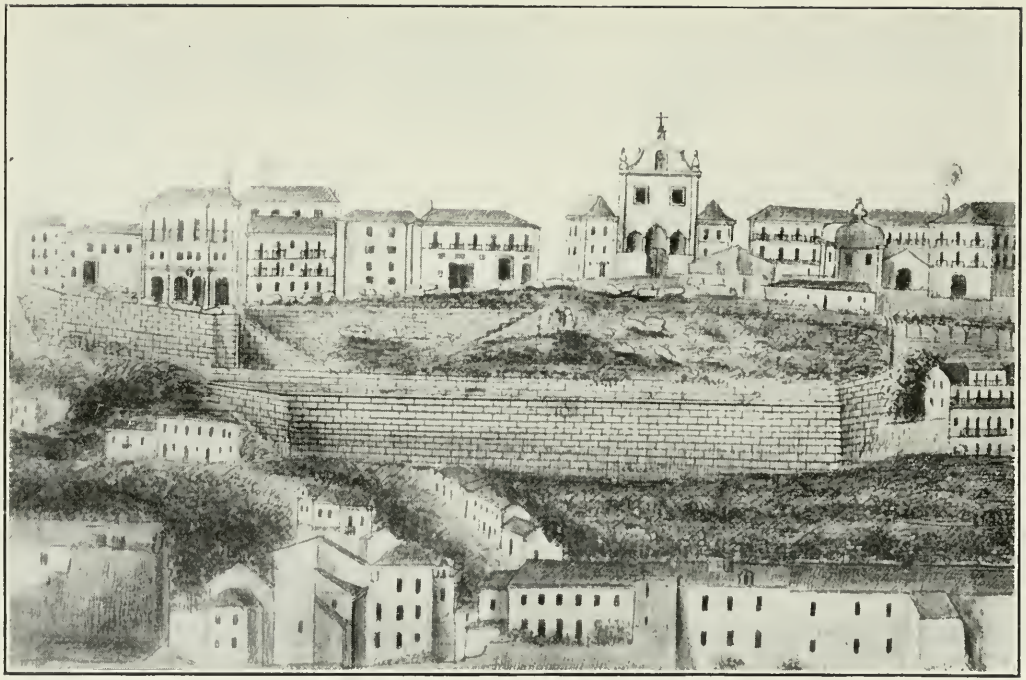
Uma das primeiras deliberações da Junta de Administração foi a construção de uma *Mãe de Água* em São Roque, no terreno superior ao sequeiro que, nesse tempo, servia de vasadoiro de lixo e de imundicies (2).

Êsse terreno que fôra de Fernão Pais, cidadão do Pôrto e fundador da ermida de Nossa Senhora da

---

(1) Citada *Colecção de Memórias Históricas*. pág. 20-29.

(2) Em uma *consulta* da Câmara, realizada em 1751, vê-se que êsse vasadoiro foi, ou supôs-se ser, a causa de uma epidemia que lavrou no bairro de São José e sítio do Condes, por êsse tempo (Citados *Elementos*, tômo xv, pág. 229).



São Pedro de Alcântara no primeiro terço do século XIX, segundo Luis Gonzaga Pereira

Glória, no século XVI, passou, por compra, para a posse da Câmara em 1732. Aí é que deveria fazer-se o reservatório para abastecimento dos Bairros Altos e um chafariz junto a êle. A água iria por um aqueduto colossal de arcarias (atravessando o vale de Valverde) cujos pegões assentariam onde hoje corre a Avenida da Liberdade. Para início dos trabalhos a fazer, compraram-se, entre outras propriedades, as seguintes:

— Casas em São Pedro de Alcântara que eram da testamentaria de Manuel Teixeira de Carvalho, por 6.000$000 réis;
— Terreno para o chafariz, depósito e muralha, comprado a D. José de Portugal, por 4.000$000 réis (1).

De tôda a obra projectada apenas se fêz a muralha para suporte do terreno onde deveria assentar a *Mãe de Água*, e um chafariz provisório que depois foi transferido para a próxima rua das Taipas e, posteriormente, para o tôpo da calçada da Glória. Êste, que ainda existe, ficou só com duas bicas. O de São Pedro de Alcântara, o antigo, tinha cinco (2).

A-propósito dêste chafariz, inaugurado em 8 de Setembro de 1754, conheço eu um soneto, celebrando-o, que principia assim:

¡ És tôrre, és baluarte ou és penedo!

O soneto é péssimo e, à-parte êste verso, nada mais diz que nos elucide. Por isso o não transcrevo (3).

Metade dos sobejos dêste chafariz foram concedidos

(1) Citados *Elementos*, tômo XIII, pág. 458-459.
(2) *Idem*, *idem*.
(3) Manuscrito M-3-40 da Biblioteca Nacional.

ao Hospital Real dos Expostos, por *Real Resolução* de 4 de Janeiro de 1784, dada sôbre parecer favorável da Junta da Administração das Fábricas e Obras das Águas Livres (1).

Esta mesma Junta deu *ordem*, em 18 de Julho de 1786 para se prenderem os *ribeirinhos* que entulhasem o terreno destinado ao novo chafariz (2).

*

O depósito de água em São Pedro de Alcântara que a parte oriental da cidade esperava ansiosamente, pois dali lhe havia de vir, pelo aqueduto projectado, a desejada água, não havia meio de se principiar. O povo reclamou. Na sua *Representação* a El-Rei dizia — referindo-se à multidão que corria ao Rato para se abastecer — *que não poucas vezes por se levar a água se derramava o sangue* (3).

*

O sequeiro inferior de São Roque, malograda a obra, voltou a servir de vasadoiro. Para lá se deitavam os cavalos mortos e todo o lixo do arrabalde.

A famosa arcaria do aqueduto atravessando o vale de Valverde foi sonho que ainda se não desvaneceu, embora hoje se fantasie com outro fim. Os visionários alfacinhas quebrado aquele encanto, há pouco, já

---

(1) *Livro 939 de Registo de Manifestos*, pág. 17 v.º

(2) *Livro 940 de Registo de Ordens.*

(3) Citada *Colecção de Memorias Historicas*, no *Códice 476* da Colecção Pombalina (Biblioteca Nacional).

encontraram outro onde trabalham as suas ardentes imaginações: — a ponte sôbre o Tejo.

No quadro a óleo representando a cidade, existente actualmente na Academia de Belas-Artes, vê-se indicado, nas proximidades do Moínho de Vento, um aqueduto em arcarias. Vimos que o seu autor devia conhecer o sítio. ¿ Ter-se-ia efectivamente começado a construir o aqueduto?

Que a sua menção no quadro fôsse simples fantasia do artista não o quero crer. Para a sua indicação corresponder a mera autenticação de algum projecto de então, grita a cronologia, pois o pintor executou o quadro muito antes dêsses trabalhos, em pleno século XVII.

Explique-se o caso de qualquer das formas; o facto é que a arcaria lá está, bem nítida, na tela que foi do Noviciado da Cotovia.

Voltemos ao sequeiro.

*

Em princípios do século XIX, fazia-se, ainda, no local onde hoje é a Alameda, uma feira, ou arraial, organizada pela Irmandade do Senhor Jesus, que já em 1712 aí se celebrava. Chegado o ano de 1821 vejo mencionada a sua proïbição. O lucro era pouco, e o local estava por tal forma atravancado de pedregulhos e madeiramentos que mal se podia transitar por lá. Junto da primitiva muralha trabalhavam uns cordoeiros (1) O mau cheiro do local, resultante da decomposição das cavalgaduras mortas que para ali se atiravam, afastava

(1) Informação do Corregedor do Bairro-Alto em 1821, extractada no belo livro de Tinop *Lisboa de Outros Tempos*, vol. II, pág. 76-77.

de todo a concorrência que se resumia à garotada bairrista, muito embora já em 1808 um tal José da Cunha Lemos tivesse requerido, sem resultado, para cultivar o terreno da muralha (1).

Dou aqui ao leitor um aspecto do local nos primeiros quinze anos do século XIX, devido à infatigável pena do gravador Luís Gonzaga Pereira o qual passou parte da sua acidentada vida documentando em desenhos vários aspectos da sua querida Lisboa (2). Neste desenho observa-se, à direita, a tôrre ou cúpula da Casa da Água, distinguindo-se igualmente a igreja e o recolhimento de São Pedro de Alcântara, e outras casas do alinhamento, assim como a velha muralha e parte do terreno do antigo sequeiro de São Roque. Na parte inferior, do lado esquerdo, estão indicadas algumas casas do Bairro da Glória.

*

A Real Fábrica da Sêda, possuía aqui um terreno junto à muralha do chafariz para as Taipas que, em 1821, esteve arrendado a Manuel José Álvares da Cunha por 14$400 réis anuais, e, depois, por êste ter sido despejado, a José Alves da Cunha. Em 1826 Manuel José Rodrigues da Costa Guimarães requeria o seu arrendamento e, no ano seguinte, Estêvam Rodrigues de Oliveira, solicitava-o também para a sua fá-

---

(1) *Aviso* da Regência do Reino, do mesmo ano — *Idem, idem.*

(2) Êste desenho é um dos *cento e um* contidos em um album de Luiz Gonzaga Pereira, que pertenceu ao sr. J. J. Ascenção Valdez e hoje está na valiosíssima colecção olissiponense do sr. Augusto Vieira da Silva.

brica de Oleados(1), que já fôra do Álvares da Cunha em 1816.

Em 1830 tendo-se aquartelado perto do palácio Ludovice a *Guarda Real de Polícia*, os oficiais dêste corpo promoveram a arborização da Alameda (2) e o local começou a civilizar-se. Chamava-se-lhe então a «Horta do Corpo de Polícia» (3).

No Jardim de Baixo houve depois um *Labirinto*. Tudo isso já lá vai. No sítio onde se perdiam os nossos avós achamos hoje o lago, as estátuas e aquelas palmeiras, em forma de vassouras, que são horríveis.

O parapeito de alvenaria que defendia a Alameda foi depois substituído por um gradeamento de ferro, por sinal, até que parte dêle, veio do palácio da Inquisição do Rossio. Estava a grade bem conservada e aproveitaram-na. O resto fêz-se de novo(4).

O alfacinha que hoje se encosta ao gradeamento da Alameda para ver o lago — que era o da quinta de Bemposta — ou o feiíssimo monumento a Eduardo José Coelho, mal suspeita sequer que lhe estão servindo de apoio as grades do Tribunal do Santo-Ofício. As outras grades que correm sôbre a muralha têm história, também.

---

(1) *Livro 920 de Decretos e Avisos da Direcção da Real Fábrica da Sêda*, pág. 45 e *Livro 921-3.º de Decretos e Avisos — Aviso* de 14 de Fevereiro de 1821; *portaria* de 18 de Agôsto de 1821; *aviso* de 14 de Junho de 1826; e *portaria* de 22 de Novembro de 1827, pág. 29 v.º, 34 v.º e 55 v.º Êsse terreno foi depois reivindicado pela Câmara em 1836 (*Sinopse dos Principais Actos Administrativos da Câmara Municipal de Lisboa*, 1836, pág. 10).

(2) Citados *Elementos*, tômo XIII, pág. 461-462.

(3) Anuncia-se o seu aluguel, na *Crónica Constitucional* de 19 de Agôsto de 1833.

(4) Manuscrito Y-5-10 da Biblioteca Nacional, intitulado *Ano Historico e Noticioso*, pág. 437.

Foram os fregueses de São José, quem, por mão do vereador Aires de Sá, em 1852, solicitaram à Câmara a colocação de uma grade na muralha. Numa das sessões de Junho a Câmara votou contra a ideia (1) ¿Que tinham os paroquianos de São José com isso, inquirir-se-á? Tinham. Eram freqüentes os suicídios da muralha abaixo e os corpos iam cair na área da freguesia. Noutra sessão de 23 de Julho de 1856 voltou a ideia da grade, de novo, a aparecer; na de 22 de Setembro do mesmo ano, aprecia-se uma *representação* dos Administradores dos Bairros, pedindo-a para defender os suicidas dos seus propósitos; e na 7 de Julho de 1857, Aires de Sá, torna a insistir por ela, e propõe até que se feche ao público a Alameda (2). Nada porém se fêz, a-pesar-da proposta de Vaz Rans feita na sessão de 12 de Janeiro de 1860.

Em 1861 renasceu a questão com um ofício do Governador Civil, chamando a atenção do Município para o caso. Severo de Carvalho, vereador, propõe então de novo a colocação da grade, numa sessão de 15 de Julho. Os suicídios continuavam, e a imprensa bramava contra a imprevidência municipal. A vereação entendia que a grade tirava a vista e que não evitava os crimes; e a-pesar-de nova proposta do vereador Frescata, em 25 de Agôsto, continuou tudo como dantes (3).

Em 1863 vejo anúncios pondo em arrematação a feitura do gradeamento, em 23 de Abril e 4 de Maio (4); em 1864 (já ela estava feita) o vereador César de Al-

---

(1) *Sinopse dos Principais Actos Administrativos da Câmara Municipal de Lisboa*, ano de 1852, pág. 33, 43 e 111.

(2) *Annais do Municipio de Lisboa*, 1856-1857, pág. 58, 67 e 99.

(3) *Arquivo Municipal de Lisboa*, 1861, pág. 497, 545, 618, 649-651, 706, 710 e 802.

(4) *Idem*, 1862, pág. 863 e 1107, e 1863, pág. 1379, 1388 e 1397.

meida propõe que se reconsidere sôbre a resolução tomada, e outro vereador, Lopes dos Anjos, lembra que seja colocada no Jardim da Praça das Flores. Aprova-se isto.

Em 17 de Abril dêste ano dá-se, porém, um suicídio que os jornais comentaram largamente e que horrorizou a cidade, e é o mesmo Lopes dos Anjos quem volta, na sessão de 2 de Maio, com a proposta da grade. A entrada para o Jardim de Baixo foi vedada ao público. Na sessão de 12 do mesmo mês foi afinal resolvido o assentamento da grade sôbre um guarda-chapim de cantaria, arbitrando-se 450$000 réis para o trabalho que devia ser feito pelo pelouro das obras. Como sobrassem 90 metros, foi êste excesso mandado colocar no Jardim da Praça das Flores. Em 16 de Outubro de 1864 estava concluída a obra em São Pedro de Alcântara e reabria-se o jardim ao público. Tinham-se gasto 1.626$700 réis.

A sentinela da Guarda Republicana que ali estava para evitar os suicídios, retirou a seguir. O que é certo é que ninguém mais se atirou da muralha abaixo (1). E a Praça das Flores ficou sem grade.

Em 1839 a Câmara estava acabando uma estátua para ser aqui colocada, e em 1840 resolveu transportar para êste jardim a *Casa de Regalo* que estava no Jardim do Regedor (2).

Em 1846 embargou-se um barracão que aqui se estava a edificar (3).

---

(1) *Arquivo Municipal de Lisboa*, 1864, pág. 1773, 1788, 1795, 1828-1829, 1837, 1844, 1909, 2000, 2003-2004 e 2019.

(2) *Sinopse dos Principais Actos Administrativos*, 1840, pág. 26, e 1839, pág. 34.

(3) *Idem*, pág. 25.

Os velhos do Asilo da Mendicidade, alugavam as cadeiras da Alameda, em 1851 (1).

A entrada do público fazia-se por uma cancela do lado do Norte e por outra do lado do Sul que só se abria aos domingos, havendo um horário especial para verão e inverno. O pessoal do Jardim e Alameda era um fiel, um porteiro e um guarda. Isto em 1856, ano êste em que também ali se pregaram seis bancos aumentados, depois, em 1862, porque na noite de 17 para 18 de Setembro dêste ano arrancaram onze (2). Era uma façanha comum dos notívagos avariados da Lisboa dêsse tempo. Do Rossio arrancaram-nos por duas vezes no ano seguinte.

Encostadas à muralha para o lado das Taipas, ficavam nessa época umas barracas miseráveis, montes de lixo e entulho. Êsses terrenos pertenciam aos condes de Lumiares. O vereador José Tedeschi, em 2 de Janeiro de 1860, propôs a expropriação de tais barracas, e na sessão de 9 de Fevereiro a remoção do entulho para o lado da Glória e a compra dos terrenos ao conde.

Foi resolvida a expropriação em 8 de Março e autorizada para ela a verba de 970$960 réis.

A escritura com o conde de Lumiares fêz-se em 14 de Junho de 1861, quando já na Alameda tocavam as bandas regimentais pelas tardes encalmadas (3). Em 1863 a Câmara reconstruíu neste jardim uma estufa de abrigo (4).

Em 1870 e tantos houve uma tentativa para animar

---

(1) *Sinopse dos Principais Actos Administrativos,* 1851, pág. 15 e 19.

(2) *Annais do Municipio de Lisboa,* 1858-1859, pág. 355, 386 e 507 e *Arquivo Municipal,* pág. 1140 de 1812.

(3) *Arquivo Municipal,* 1860, pág. 4, 12, 50, 76 e 114 e 1861, pág. 497, 545, 618, 649, 651, 706, 710 e 802.

(4) *Idem,* 1864, pág. 1717 — *Relatório* de 1862-1863.

o local. Às quintas-feiras tocava uma música no coreto e a iluminação aumentava-se. O público, porém, não concorreu de forma a tirar à Alameda o aspecto de um arraial triste. A ideia falhara.

O Jardim de Baixo ornamentou-se então com uma cascata e com os bustos de Minerva, Ulisses, Vénus, Afonso de Albuquerque, Vasco da Gama e Camões. O Município misturou, assim, os Heróis com os Deuses.

Um artigo do *Occidente* de 1881, referindo-se à iluminação do Passeio, chama-lhe *delicadamente discreta*. Não se pode ser mais elegante nem mais eloqüente.

*

Voltemos às Águas Livres. Em 1740 iam as obras adiantadas. Trabalhavam nelas mais de quinhentos operários.

O documento coevo de onde tiro esta notícia diz-nos também que muita gente da côrte *ia a divertir-se naquele sitio* (Campolide e Senhora de Santana) *no qual se acham já algumas casas de pasto* (1). E deviam de fazer bom negócio.

Foi dessas «casas de pasto» que nasceu a *Horta da Rabicha* e o costume dominical da salada e do peixe frito sob os arcos do Aqueduto.

O *Mercurio Historico de Lisboa* de 20 de Julho de 1743 — o jornal manuscrito de Luiz Montez Matoso, de que possuo um exemplar — diz nas suas notícias de Lisboa:

«*Ante-hontem cahiu de hum pegãm das obras das Aguas Livres da Ribr.ª de Alcantara hum official de*

(1) Citados *Elementos*, tômo XIV, pág. 331-346.

pedreyro que se fez em pedaços antes de chegar ao cham, por encontrar huma pedra que subia para o fecho de hum arco».

O *Mercurio* de 16 de Maio de 1744, noticia:

«*Com brevidade se fechará o arco grande da Ribeyra de Alcantara do Aqueduto das Agoas Livres e passará a ágoa a correr junto de Pavolide* (sic) *donde a cidade se proverá já de mais perto».*

E o número de 26 de Setembro do mesmo ano:

«*As Agoas Livres podendo já correr em Campolide empidirão as Religiosas Trinas do mesmo sitio q̃ junto da sua cêrca se fizesse hum tanque sem que lhes desse um annel de ágoa p.ª a s.ª cozinha, e por esta causa a não teremos tam brev.mte como se cuydava tam perto desta cidade».*

Em 3 de Outubro de 1744, escreve-se:

«*Não obstante o embargo que as Religiosas Trinas punham se fabricou junto ao seu Mosteyro de Campolide hum grande tanque de madeyra e amanhan hade começar a correr nelle a agoa livre que vam pelo aqueducto que até ali está acabado de que se proveram os Bayrros desta Cidade mais vezinhos».*

O de 17 de Outubro do mesmo ano, exara:

«*He tam excessivo o gosto que o povo desta Corte tem mostrado com a chegada da Agoa Livre a Campolide que todos os dias concorrem a ve-la correr hum innumeravel concurso. No Domingo passado se affirma que forão aquelle sitio mais de 6$000 pessoas».*

Eis o que diz a imprensa da época.

A curiosidade na capital era justificada, tanto mais que em 18 de Fevereiro dêsse ano se tinha desmoronado tôda a fachada do seu querido e fiel «chafariz de El-Rei», tendo morrido na derrocada dezoito pessoas e ficado feridas muitas mais. Era terça-feira de Entrudo e o desastre deu-se das sete para as oito horas da manhã. A varanda das casas do marquês de Angeja e um arco da cantaria das obras que o Senado ali estava a fazer desabaram estrondosamente (1). Daí resultou uma longa demanda entre o Senado e o Angeja e menos alguns centos de quartas de água para os sequiosos.

Foi à hora das Ave-Marias no chafariz provisório das Amoreiras, em 3 de Outubro de 1744 que a água correu pela primeira vez (2).

Em 1752 já se queixavam a El-Rei os moradores de Lisboa da demora na conclusão da obra da Água Livre, mostrando-lhe a sêde que a cidade padecía. A maior parte dos chafarizes estavam ainda apenas projectados; o «Castelo da Água» de São Pedro de Alcântara não se acabava, e os sequiosos bradavam (3),

*

A primeira «Sociedade dos vinte pedreiros» dissolveu-se em 1770, ficando crèdora à Junta de Administração das Águas Livres de perto de cinqüenta contos

---

(1) *Mercurio de Lisboa*, de 29 de Fevereiro de 1744.

(2) *Demonstração Historica da Freguesia dos Martires*, por Frei Apolinário da Conceição, pág. 177-178. Frei Apolinário chama a êste chafariz, *portátil* (!).

(3) *Sumario de Varia Historia*, por Ribeiro Guimarães, t. III, pág. 187-188.

de réis, quantia esta que veio a liquidar-se, após o *aviso* de 4 de Dezembro de 1775. Dos primitivos sócios a maioria morrera. Uma escritura, feita em 1764, consolidara a situação dos herdeiros dos falecidos, estipulando-se nela que, por morte de qualquer dos novos sócios, as mulheres e filhos ficassem na Sociedade devidamente interessados. Esta estipulação preconizada pelo sócio Francisco Gomes da Silva, intriguista e malicioso na opinião da «Junta», deu origem, alguns anos decorridos, ao facto extravagante de se acharem dentro do grupo societário, clérigos, religiosos e mulheres que nada percebiam dos assuntos ali tratados. Quando se fêz nova escritura repetiu-se a estipulação e a situação, que a Junta chamava *monstruosa*, continuou, a-pesar-dos protestos dos sócios a valer contra os ociosos e parasitas que os exploravam.

A sociedade organizada pela escritura de 18 de Setembro de 1772, compusera-se de treze mestres pedreiros: — António Baptista Garro, Manuel Caetano Freire, Manuel José da Silva, Bernardino da Costa Calheiros, João de Abreu, Manuel Francisco, Francisco Alves Lôbo, Tomé Álvares, Manuel da Silva, José Gomes, Pedro Gomes da Silva e Joaquim José dos Reis.

Todo o material de trabalho da Sociedade anterior fôra tomado por esta, por avaliação.

Em 1783 a Junta propôs a abolição da Sociedade existente, fazendo-se nova conta, indemnizando os particulares que haviam feito contratos com ela, e reservando-se o direito de resolver quaisquer dúvidas que aparecessem com base no que dispunha o *decreto* de 14 de Dezembro de 1772 (1). Nestes termos a abo-

---

(1) *Livro 926 de Representações e Consultas*, da Colecção da Junta de Administração das Fábricas do Reino, no Arquivo Nacional — *Representação* de 11 de Agôsto de 1783, pág. 81-81 v.º

lição da Sociedade fêz-se pela *Real Resolução* de 13 de Agôsto de 1783, e feitas as contas viu-se ter havido um saldo a seu favor de 80.692$893 réis, em vez das irregularidades e dos descaminhos que o sócio Manuel da Silva denunciara em 1780.

Êste Manuel da Silva tinha sido Pagador das Obras e queria entrar de novo na Sociedade com êste cargo então exercido pelo Joaquim José dos Reis. À sua queixa a Junta deu a pior informação, dizendo que as acusações eram infundadas, que não havia alcances e que tudo se devia atribuir ao seu feitio. Era um *orgulhoso perturbador da tranqüilidade social.* A própria acusação aos padres, não tinha fundamento (1).

Fundou-se ainda uma terceira e última sociedade por escritura de 16 de Janeiro de 1784, feita nas «notas» do Tabelião Eusébio José Pereira de Carvalho e Aguiar. Eram quatro os sócios (Joaquim José dos Reis, Tomé Álvares, Luiz António da Silva Coelho e Bernardino António da Silva) e durou até 1799, ano em que acabaram, de vez, todos os principais trabalhos do Aqueduto (2).

Em 1786 os mestres empreiteiros, invocando a carestia dos materiais e da mão de obra, requereram para que o preço da braça de parede, paga a 4$400 réis, fôsse elevado. A Junta achou justa a pretensão, depois de ouvidos os técnicos, embora informe que os Mestres nada disseram quando os materiais e a mão de obra

---

(1) *Livro 926 de Representações e Consultas — Consulta* de 7 de Maio de 1781, pág. 23.

(2) *Memórias sôbre Chafarizes*, de Veloso de Andrade, pág. 320-325. A admissão dêstes sócios foi aprovada por *Real Resolução* de 6 de Dezembro de 1783. *Livro 939 de Manifestos,* pág. 11 e *Livro 918-C de Decretos e Avisos — Aviso* de 1 de Setembro de 1783, pág. 17-17 v.º

estiveram mais baratos do que se tinha calculado para a fixação do preço. O *aviso* de 12 de Dezembro de 1786 elevou para cinco mil réis o preço da braça de parede, aumentando-se também a quantia a pagar para equivalente porção de abóbada de tejolo (1).

*

Para a construção do Aqueduto foram expropriados muitos prédios urbanos e muitos terrenos. De entre essas expropriações aponto, por nos interessarem mais de perto, as seguintes:

— Uma porção de terreno da quinta do conde de Anadia (15.272 palmos quadrados) a São João dos Bencasados;
— Um olival no sítio do Rato, que era de João António de Paiva como testamenteiro de Manuel da Silva;
— Outra terra do mesmo, no mesmo local;
— Um terreno com 387 braças quadradas, no sítio das Amoreiras, que era de José Xavier Carneiro Zagalo e Melo, a-fim-de se construir nêle a Casa da Água; e
— Uma porção de terra pertencente à cêrca das freiras do Rato (2).

---

(1) *Livro 926 de Representações e Consultas — Consulta* de 15 de Setembro de 1786, pág. 22-23 e *Livro 927, idem — Consulta* de 9 de Dezembro de 1786 e 16 de Abril de 1788, pág. 32-33 v.º e 63 v.º-64.

(2) *Livro 918-C de Decretos e Avisos — Aviso* de 1 de Setembro de 1783.

Estas e outras expropriações importaram em cêrca de noventa e dois contos de réis.

A despesa total da obra orçou por treze milhões de cruzados 5.561.981$600 réis). Dêste dinheiro, porém, sairam verbas com destinos diversos, como, por exemplo, para a Fábrica das Sêdas, para a Fábrica da Louça, para o Senado da Câmara, para o Erário, para a Intendência Geral da Polícia e até para o próprio Tesouro. Outras saídas de capital aparecem-nos documentando factos interessantes como o preço do chafariz do Loreto que custou vinte e cinco contos de réis.

O *Neptuno* dêste chafariz, devido ao cinzel de Machado de Castro, foi pago com a quantia de 201$000 réis e a *Anfitrite* do das Janelas Verdes com 600$000 réis.

Outras quantias, incluídas no custo do Aqueduto, tiveram destinos um tanto ou quanto extravagantes.

¡Trinta e tantos contos foram para fardamentos dos cocheiros e criados da Casa Real!

Na relação das medições pagas com referência ao ano de 1768, aparece uma verba para a construção de uma casa em Carnaxide para a mulher que dera de mamar a um dos infantes, e na relação das despesas de 1800 a 1835, inclui-se outra, de perto de cinco contos, dispendida nas obras da Patriarcal, com o fim de se aproveitar uma nascente de água (1).

Tudo isto nos diz o palreiro Veloso de Andrade.

---

(1) Com essa nascente projectava-se fazer um chafariz na rua de São Marçal. Afinal apenas se fêz um poço o qual ainda existe na terceira travessa que desemboca, a contar de cima, na rua da Procissão. Só mais tarde é que se fêz o reservatório que está no largo.

*

Até 1738 foi o Senado quem superintendeu nas obras.

Em 23 de Outubro dêste ano, foi criada a «Junta de Administração» a que já nos temos referido. A ela competia também a arrecadação dos impostos.

Por *alvará* de 13 de Julho de 1777 foi abolida, como se disse em seu lugar, a Direcção da Fábrica das Sêdas. Criou-se para substitui-la a «Junta de Administração das Fábricas e Obras das Águas Livres». Durou tal Junta até 1788, e, por decreto de 5 de Junho dêsse ano, foi extinta e substituída por uma Direcção (1). O lugar de Inspector das Águas Livres, criado depois, foi extinto por *decreto* de 27 de Julho de 1820 (2).

*

Ainda duas palavras sôbre os arquitectos que dirigiam a obra.

Além de Canevari, José da Silva Pais, Manuel da Maia e Custódio Vieira, superintenderam tècnicamente nela os engenheiros Rodrigo Franco, Carlos Mardel, Miguel Ângelo Blasco, Reinaldo Manuel dos Santos e Francisco António Ferreira. Êste foi nomeado em 1791 em substituïção de Reinaldo Manuel que tinha falecido (3).

Miguel Ângelo Blasco que foi também arquitecto do

---

(1) *Memoria sôbre Chafarizes etc.*, pág. 331.

(2) *Livro 920 de Avisos — Aviso* à Direcção da Fábrica das Sêdas, de 13 de Abril de 1824, pág. 82 v.º-83.

(3) *Livro 1.º de Ordens*, pág. 14 v.º

Mosteiro da Batalha, substituíu Mardel, por *decreto* de 9 de Setembro de 1763 (1).

Rodrigo Franco que vejo mencionado como capitão-engenheiro nuns documentos, aparece-me noutros tratado como simples medidor de obras. Nesta qualidade e neste cargo foi substituído, por *decreto* de 14 de Maio de 1764, pelo Inspector das Águas Livres, Teotónio Caetano da Costa (2). No século XVIII não estavam bem definidas e nomeadas as várias categorias, neste género de cargos. Mestres-pedreiros, arquitectos, medidores, engenheiros, eram designações classificativas que se substituíam comummente.

A João Pedro Ludovice, atribui Ratton o plano do Aqueduto ou, pelo menos, de parte dêle. É lapso de memória do infatigável e curioso autor das *Recordações*. O risco da obra é devido aos lápis de Manuel da Maia e de Custódio Vieira. Pagou-se, por êle, a quantia de 796$940 réis.

O projecto do primeiro seguiu-se desde a nascente até o Monte das Três Cruzes. Daqui por diante o traçado é de Custódio Vieira, pois não foi aceita a ideia, de Manuel da Maia, de se furar o monte de Campolide (3).

Em 1825, o arquitecto da cidade Malaquias Ferreira Leal requereu o seu provimento no lugar de arqui-

---

(1) *Livro V dos Avisos do Ministério do Reino,* na colecção existente no Arquivo Nacional.

(2) *Livro V dos Avisos do Ministério do Reino.* Rodrigo Franco morava, então, no alto da rua da Rosa.

(3) *Colecção de Memorias Historicas das Principais Instruções e Ordens de Sua Magestade para a construção do Famoso Aqueduto das Aguas Livres,* pág. 13 e seg.

O Dr. Inácio Barbosa Machado escreveu, também, um *Tratado Historico e Juridico do Aqueduto de Lisboa.*

tecto das obras das Águas Livres (1). Ignoro se foi provido.

Sousa Viterbo no seu valiosíssimo *Diccionario de Engenheiros e Arquitectos* poucos dados biográficos nos dá dêste arquitecto.

E, por hoje, basta.

---

(1) *Livro 921-3.º de Decretos e Avisos*, pág. 50 v.º

CAPÍTULO XVII

SUMÁRIO: Descrevem-se o Aqueduto e a «Casa da Água» nas Amoreiras — As antigas e modernas inscrições do Arco Grande das Amoreiras — Conclui-se a Casa da Água — Enumeram-se as várias galerias abastecedoras dos chafarizes — Notas sôbre as fontes do Bairro — A pedinchice dos «sobejos» — A «Junta» tentando defender a água dos apetites particulares — O povo pede que se distribua a água por novas fontes — Medições, vistorias e estudos — Começa a acentuar-se a falta de água — Providências municipais — Uma «partida» do Valverde para acudir à seca do chafariz do Loreto — Várias leis, editais, posturas e providências diversas sôbre aguadeiros chafarizes, preço da água, etc. — A Câmara Municipal herda o legado da Junta das Águas Livres — Os últimos retoques no Aqueduto — A estiagem de 1833 — O corte das Águas Livres — Boatos terroristas — Medidas adoptadas pelo Govêrno — Novas estiagens em 1834, 1839 e 1840 — Continuação da falta de água.

O Aqueduto das Águas Livres tem o comprimento total de 18.605 metros, ou sejam cêrca de dezenove quilómetros, desde a Casa da Água, no Rato, até o olival do Santíssimo, em Caneças. Juntando-lhe, porém, todos os ramais, antigos e modernos, obtem-se a extensão total de 48.036 metros aos quais, acrescentando-se, ainda, as galerias de distribuïção dentro da cidade, prefaz o comprimento de 59.838 metros ou sejam perto de doze léguas.

Em tôda a sua extensão possui cento trinta e sete clarabóias, algumas de grandes dimensões, com portas e frestas guarnecidas de rede para resguardo.

Os túneis têm o comprimento de 4.650 metros, e o

restante do Aqueduto é em parte construído à flor da terra e assente sôbre pontes de cantaria as quais contêm cento e nove arcos de diferentes alturas.

O Aqueduto que é alimentado por diferentes aque dutos parciais, quási todos posteriores a êle (são vinte e sete), parte da primeira clarabóia, situada a dois quilómetros de Belas, comummente chamada *a Mãe de Agua Velha*. É aí que nasce a fonte da Água Livre.

Posteriormente foram as águas conduzidas até o *olival do Santíssimo* que assenta em uma encosta ao poente de Caneças onde se juntam com as dos aquedutos de *Pôço da Bomba* e *Vale de Mouro*. Entram depois na clarabóia das Três Águas e, reünindo-se em seguida com as dos aquedutos das *Carvalheiras*, dos *Salgueiros* e dos *Frades Marianos*, entram depois nas *Pontes Grandes* sôbre a margem direita da *ribeira de Carenque*.

Vencida uma diferença de nível de dois metros e meio, o Aqueduto é descoberto até entrar na *Mãe de Água Nova*, na margem oposta da *Ribeira*. Aqui se juntam estas águas com as que vêm da *Mãe de Água Velha*, ao fundo do Salto-Grande. Depois o Aqueduto segue recebendo diversas nascentes até avistar *Carenque* e, encontrando depois a Casa da Água do Aqueduto de *Queluz*, desvia-se para o lado da *Porcalhota*, encosta-se ao *outeiro de São Braz* (onde recebe as águas do aqueduto dêste nome), segue pela estrada até a ermida de *Santo António*, saltando sôbre a ribeira *Busca Fragoso* e continua na mesma encosta até o *Calhariz*. Depois prolonga-se pela frente do convento de *São Domingos de Benfica* até o *monte das Três Cruzes* e à *porta da Sarafina*, e passa à *ribeira de Alcântara* onde se encontra a parte da obra mais importante.

A *ribeira* é atravessada, no comprimento de 941

metros, sôbre 35 arcos, um dos quais, chamado o *Arco Grande,* tem 62 metros de altura por $33^m,7$ de abertura. Os arcos extremos são de volta inteira e os 14 centrais em ogiva, sendo tudo encimado por uma espaçosa galeria adornada de torreões para arejamento.

Atravessada a ribeira segue o aqueduto pela *estrada da circunvalação*, passa sôbre o *arco do Carvalhão*, e, correndo ao longo de *Campo de Ourique*, depois de passar por um subterrâneo na rua de *São João dos Bencasados*, atravessa as *Amoreiras* sôbre um belíssimo arco ornamental, contorna o jardim pelo poente e sul, e vem acabar na *Casa da Água*.

A galeria do aqueduto tem $2^m,88$ de Alto, desde o pavimento ao fecho da abóbada, havendo de cada lado uma caleira de lagedo de $0^m,33$ de fundo circular, e ao meio um passeio com $0^m,66$ de largura (1).

*

As antigas inscrições do arco monumental das Amoreiras que foram mandadas picar pelo Marquês de Pombal por *aviso* de 20 de Março de 1773, eram as seguintes (2):

«*Superatis difficultatibus Pacatis Opinionum dissiduo Agua Liberae in Urbem Triumphalis ingresso. An. Dom. MDCCXXXXVIII*», o que traduzida diz:

«No ano de 1748 depois de vencidas as dificuldades

---

(1) Consulte-se para maior esclarecimento desta matéria o minucioso Veloso de Andrade, na sua *Memoria sobre Chafarizes*.

(2) A pág. 76 e 77 do *códice 476* da Colecção Pombalina, da Biblioteca Nacional, diz-se erradamente que estas inscrições foram picadas em 1783.

e apaziguadas as discórdias de opinião, tiveram as Águas Livres o seu ingresso triunfal na cidade».

E, do lado do Rato:

«*Aquas Liberas per dua saecula desideratos, regnant Joanne V, Pio, Foelice, Magnanimo, complanatis praeruptis, divisque praeforatis, uuderiginte annorum pertinaci labore, per circuitum novem mille passuum, ore publico, et communi gaudio in Urbem invexit Senatus Populus que Ulisbonensis. An. Dn. MDCCXXXXVIII*» ou seja:

«No ano de 1748, reinando o Piedoso, Feliz e Magnânimo D. João V, o Senado e o Povo Lisbonense, à custa do mesmo povo, e comum satisfação dêle, introduziu na cidade as Águas Livres, desejadas pelo espaço de dois séculos, e isto por meio de um trabalho, durante vinte anos, em arrazar, desfazer e furar os outeiros na redondeza de nove mil passos».

As que as substituíram em estilo menos simples e mais grandíloquo, e que ainda lá estão, são:

Do lado do Rato:

«*Reinando D. João V o Maior dos Reis, o Bem Publico de Portugal, foram introduzidos na cidade por aquedutos solidissimos que ham-de durar eternamente, e que formam um giro de nove mil passos, águas saluberrimas, fazendo-se esta obra com toleravel despeza publica, e sincero aplauso de todos. Anno de 1748 da Era de Christo*».

Do lado de São João dos Bencasados:

«*D. João V, Rei de Portugal, Justo, Piedoso, Au-*

gusto, Feliz Pai da Patria, posta em paz a Lusitania com valor e gloria, robustecida com riquezas, ou para melhor dizer, vencida a propria natureza, fez conduzir a Lisboa aguas perenes no breve espaço de 19 anos, e com o menor possivel dispendio dos cabedaes publicos concluiu-se a obra immensa. O Senado e o Povo de Lisboa, em signal de gratidão, para com este optimo Principe, consagraram este monumento. Anno de 1748 da Era de Christo».

Estas, sim, ficaram menos verdadeiras mas mais monumentais. Nem o *Optimo* faltou.

*

A Casa da Água às Amoreiras, vasta mole de pedra, de cujo terraço se avista quási tôda a cidade, é de feitio quadrangular, com amplíssimas janelas em roda e $5^m,14$ de espessura de parede. Na parte inferior tem uma vasta bacia ou tanque, com $28^m,6$ de comprido por $24^m,4$ de largo e 7 metros de alto com a capacidade de 5.500 metros cúbicos.

Em volta há um largo passeio, por três dos lados, com uma varanda. No outro lado fica a cascata, por onde a água se despenha saíndo da bôca de um golfinho que ressalta da parede sob a figura de Neptuno.

A parte superior da edificação é coberta com uma abóbada de tejolo, cerrada pelo terraço gradeado, de que já falamos.

Êste reservatório esteve por acabar até 1834. Em 1822 a Direcção das Águas Livres solicitou às Côrtes a sua conclusão, mas só dois anos depois se fêz o orçamento. Por *portaria* de 26 de Julho dêsse ano chegou-se a mandar executar a obra, mas só em 13 de Agôsto de 1833, sendo Ministro das Obras Públicas o

visconde de Vilarinho de São Romão se concluíu, finalmente, a Casa da Água na qual se gastaram, por sinal, 13.732$095 réis (1).

*

Dêste reservatório partem diferentes galerias que abastecem alguns dos chafarizes da cidade; outras saem do aqueduto antes que êle entre na Casa da Água. A *galeria do Loreto*, que vai pelas praças do Brasil e do Rio de Janeiro, São Pedro de Alcântara, Loreto e São Carlos, e a *Galeria da Esperança*, que acompanha esta no primeiro lanço, e vai depois atravessar a rua do Arco e mais abaixo a de São Bento, em frente às Côrtes, pertencem às primeiras; a *galeria do Campo de Santana* e *a das Necessidades* pertencem às segundas. A do *Campo de Santana* sai do aqueduto àquem do Arco do Carvalhão, dentro da quinta dos herdeiros da condessa da Anadia, e vai alimentar, por si e pelos seus ramais, os chafarizes do Campo de Santana, da Cruz do Taboado, do Rêgo, o Hospital de S. José e duas fontes particulares. Antigamente dava água aos chafarizes do Campo de Santana, do Campo Pequeno e Intendente, bica do Destêrro, fontes das quintas do Seabra e da Bemposta. A *galeria das Necessidades* sai do aqueduto, em frente do reservatório de Campo de Ourique, em direcção à Boa-Morte, e tem quatro ramais, um para a Estrêla, outro para as Janelas Verdes e dois para o palácio das Ne-

---

(1) O plano feito pela Administração da Real Fábrica das Sêdas e Obras das Águas Livres, foi aprovado por *portaria* de 2 de Outubro de 1833, estando as obras orçadas em 1.038$000 réis.

As *portarias* de 24 de Dezembro de 1833, 28 de Agôsto e e de 2 de Setembro de 1834 é que determinaram a conclusão da obra (*Livro 920*, pág. 64-64 v.º e *Livro 922*, pág. 8).

cessidades. Hoje alimenta o chafariz das Janelas Verdes, o das Necessidades, o lavadouro do chafariz das Terras, o antigo Palácio Real e suas cavalariças, o quartel da Cova da Moura, a Legação Inglêsa e mais três casas particulares.

A *galeria do Loreto* dá água actualmente para o chafariz da rua Formosa, para a Academia das Ciências e para doze particulares. À entrada da rua de D. Pedro V há uma casa quadrada, chamada a *Pia do Penalva*, de onde parte uma galeria em degraus até o antigo chafariz e clarabóia da Cotovia, e outra que, em sentido oposto, leva água ao chafariz da rua Formosa. A partir de São Pedro de Alcântara até à Calçada da Glória é o aqueduto muito alto e muito largo, mas depois estreita sensìvelmente. No largo da Trindade havia uma pia de onde partiam ramais para os chafarizes do Carmo e da rua António Maria Cardoso. Essa pia está hoje inutilizada, sendo o abastecimento feito pelo encanamento geral.

A *galeria da Esperança*, cuja obra mais importante é o Arco de São Bento, junto às Côrtes, abastece ùnicamente o chafariz daquele nome e o da rua do Arco, afora uma casa particular.

Isto quanto às obras antigas, executadas durante a construção do Aqueduto Joanino, chamemos-lhe assim. Quanto às obras modernas da Companhia, falaremos depois (1).

*

Algumas notas sôbre os chafarizes do bairro.

Chafariz das Amoreiras. Foi o primeiro onde correu a água. Os sobejos iam para o tanque das lava-

(1) *Memoria sobre as Aguas de Lisboa*, por A. Pinto de Miranda Montenegro, pág. 65 a 70.

deiras na rua das Águas Livres, e daí para cêrca das Freiras do Rato, depois do Asilo de Nossa Senhora da Conceição, e agora da Assistência Pública.

Chafariz do Rato. Foi construido em 1794, sendo os sobejos concedidos, por *alvará* de 25 de Agôsto dêsse ano, a Manuel Caetano de Sousa. Hoje pertencem à casa Palmela (1).

Chafariz da Rua do Arco. Foi mandado fazer por *ordem* de 12 de Junho de 1805, pela Direcção das Águas Livres. Por *Resolução* de 14 de Agôsto de 1807 e título de posse de 10 de Julho de 1811 foram concedidos os sobejos, em partes iguais, a D. Genoveva dos Anjos Alexandrina (avó materna de Alexandre Herculano) e a José Ramos da Fonseca. A primeira concessão foi feita por motivo de expropriações de que D. Genoveva não fôra indemnizada (2).

Chafariz da Cotovia. Êste chafariz era antigamente situado ao tôpo do Passeio Público, na Praça da Alegria de Baixo. Foi em 1840 mudado para a Cotovia de Cima.

Chafariz da Praça das Flores. Foi também mandado fazer pela Direcção das Águas Livres. Fica em um pequeno largo, ao fundo da rua de Monte Olivete.

Bica das Águas Livres. É a última no distrito do bairro. Foi feita em 1811 (3).

Chafariz da Cruz das Almas. Foi feito por *aviso* de 27 de Junho de 1823. À vistoria realizada para escolha do terreno, em 23 de Março, foi o brigadeiro Duarte José Fava, Intendente das Obras Públicas e os arquitectos Joaquim Marques de Abreu e Manuel Caetano da Silva Gaião, e ainda o mestre Manuel António.

---

(1) *Memorias sobre Chafarizes,* por Veloso de Andrade, pág. 3.
(2) *Idem*, pág. 6 e 86.
(3) *Idem,* pág. 328-329.

O sítio escolhido foi junto ao muro da quinta da condessa da Anadia na estrada que vai da Cruz das Almas para o Arco do Carvalhão (1).

Do *chafariz de São Pedro de Alcântara*, já atrás falámos.

*

Além da casa Palmela e do antigo mosteiro das Freiras do Rato, recebiam sobejos de águas, no bairro, a ex-Escola Politécnica (antigo Colégio dos Nobres), a Imprensa Nacional e a Casa da Praia e Monforte, proprietária do velho edifício da Fábrica da Loiça. Os sobejos que foram concedidos a D. Genoveva dos Anjos Alexandrina, passaram ao conhecido floricultor Frederico Daupias, dono dos antigos terrenos juntos ao chafariz da rua do Arco. Recentemente foram vendidos pelos seus herdeiros.

Os sobejos dos chafarizes foram causa de muitos protestos, de muitos favoritismos e de muitas calúnias.

Pombal foi vítima, também, de acusações à conta de usufruir a água que sobejava dos chafarizes da rua Formosa e das Janelas Verdes, e ainda dos benefícios ilegais que tivera numa sua quinta com a obra da Ribeira de Alcântara.

O célebre *Coxo das Águas Livres* que teve, depois, com o Marquês, uma demanda à conta do «Casal do Calhau Ventoso», em 1780, propalava em Lisboa que Pombal se apropriara dos sobejos para o seu palácio familiar, ao tempo que certo ministro dizia a tôda a gente que o poderoso *Cabeleira* fizera um encanamento subterrâneo do chafariz das Janelas Verdes para a outra

---

(1) *Livro 920 da Colecção da Junta*, pág. 82 v.º-83 — *Aviso* de 27 de Junho de 1823.

sua casa (o actual Museu de Arte Antiga) de que êle entrara na posse — o que era certíssimo — sem dispender um real (1).

Pombal, numa carta parece que dirigida ao filho, justifica-se dizendo que não existe tal encanamento de contrabando, e que, quanto aos sobejos do chafariz da Rua Formosa, que a mais ninguém serviam, lhe tinham sido concedidos por diploma régio, a trôco da cedência, por êle feita, de duas casas com seus quintalões para o chafariz se construir, tão necessário que era àquele bairro. Do *Coxo das Águas Livres* a cujas imposturas ninguém dava crédito, dizia ter *hum terrivel e acanhado caracter* (2).

A Junta das Águas Livres, onde Pombal tinha um grande amigo e servidor — o chefe das obras Estêvão Pinto de Morais — fêz o que pôde para que o caso não fôsse demasiado escandaloso. Os descaminhos denunciados pelo *Coxo* tinham merecido uma *devassa*, iniciada pelo desembargador Luiz Estanislau da Silva Lôbo e concluída pelo corregedor Manuel José da Gama e Oliveira. A Junta, sendo ouvida, opinou que tendo falecido a maioria dos empreiteiros da obra da Rua Formosa e estando os que restavam empenhados nas urgentes obras do aqueduto, seria prejudicial a chamada dêstes à responsabilidade imediata dos delitos que lhes implicaria a prisão. Se tal se fizesse contra os empreiteiros da obra da Ribeira de Alcântara, parariam os trabalhos dos aquedutos parciais que se estavam construindo. A obra da Ribeira custara 15.408$044

---

(1) Num manuscrito que possuo — *Historia Politica e Economica do reinado do Senhor Rei D. José I* — vem mui claramente referida a extravagante e rara compra dêste palácio.

(2) *Codice 678* da Colecção Pombalina da Biblioteca Nacional, pág. 162-164. A cópia da carta está datada de 30 de Março de 1771. Há outras cópias nos *codices 668 e 695*.

réis; o custo das outras ignorava-se totalmente. E a Junta inquere:

— ¿Como se hão-de fazer seqüestros aos beneficiados pelos descaminhos se se ignoram os quantitativos dos benefícios?

A única solução seria a de medir as obras realizadas.

Assente, após grande discussão em que os magistrados da Junta foram ouvidos sôbre a competência no julgamento da causa, dado que havia nela jurisdição criminal, foi-lhe, finalmente, cometido o encargo, nomeando-se relator o Dr. Manuel José da Gama e Oliveira. Como nessa altura o *gigante* já tivesse caído (1779), os julgadores foram severos e o seqüestro fêz-se aos bens do Pombal. Aos dos outros beneficiados, como era necessário fazer medições, e o caso não interessava à política do momento, não se chegaram a efectivar. Pelo menos não encontrei vestígios de que se tivessem feito (1).

*

A série de requerimentos pedindo os sobejos dos chafarizes, enfileira-se de 1778 por diante. Os corpos directivos que superintenderam nas Águas Livres eram constantemente assediados daqueles «empenhos» que Ratton considerava como um dos defeitos portugueses.

Ainda as fontes não estavam feitas, ainda elas se projectavam, já apareciam vizinhos a solicitar os sobejos. Sucedeu isto com os dos chafarizes de *Buenos Aires* e de *São Sebastião da Pedreira*. Os primeiros foram solicitados por José Street de Arriaga Brum da

---

(1) *Livro 925 de Representações e Consultas*, pág. 93-94 v.º — *Consultas* de 22 de Fevereiro, 3 e 20 de Março de 1779.

Silveira, em 1783, e, em 1786, por D. Mariana Joaquina de Vilhena Coutinho, proprietária de umas casas a São Francisco de Paula *por cima do Olival*. Foi esta a beneficiada, quando a fonte se fêz em 1791 (no local primitivo de que foi mudada em 1812), por *alvará* de 22 de Março de 1786 (1).

Os de São Sebastião da Pedreira, concederam-se, por *alvará* de 4 de Junho de 1788, ao senhor de Murça, Manuel José Guedes de Miranda (2). O risco do chafariz de Buenos Aires fôra feito por Reinaldo Manuel em 1785 (3).

Das sobras do chafariz *do Loreto* beneficiaram, em partes iguais, Joaquim Pedro Quintela e António Rodrigues de Oliveira que, em 1782, andavam ali edificando prédios (4); das *do Carmo*, Francisco Hígino Dias Pereira e Anselmo José da Cruz, em 1783 (5); do *das Janelas Verdes*, Maurício José Cremer Wanzeller que tinha um prédio junto dêle e as freiras de Santo Alberto, por *alvarás* de 23 de Dezembro de 1782 e 12 de Dezembro de 1783 (6); do *de São Pedro de*

---

(1) *Livro C de Decretos e Avisos*, pág. 58-58 v.º e 81; *Livro 927 de Representações e Consultas — Consulta* de 22 de Fevereiro de 1788; e *Livro 926*, pág. 56 v.º-57, *idem — Consulta* de 30 de de Julho 1783, pág. 72 v.º-73.

(2) *Memoria sobre Chafarizes*, já citada.

(3) *Livro 923 de Registo de Avisos da Junta*, pág. 11.

(4) *Livro C de Decretos e Avisos*, pág. 30 v.º e *Livro 926 de Representações e Consultas — Consultas* de 13 e 26 de Agôsto e 2 de Outubro de 1782, pág. 51 v.º e 54 v.º

(5) *Livro C idem*, pág. 4 v.º — *Alvarás* de 12 de Agôsto e e 19 de Dezembro de 1783, pág. 4 v.º, 10 v.º-11; e *Livro 926, idem — Consultas* de 13 de Julho e 22 de Fevereiro de 1783, pág. 60 e 62 v.º

(6) *Livro C, idem*, pág. 10 v.º — *Alvará* de 12 de Dezembro de 1783 e *Livro 926, idem — Consulta* de 8 de Agôsto de 1783, pág. 74-74 v.º e *Livro B de Decretos e Avisos*, pág. 434-435.

Alcântara, que serviam para regas às árvores do Passeio Público, o Hospital dos Expostos, da Misericórdia, passando aquele arvoredo a ter de se contentar com os sobejos do chafariz da Alegria, em 1784(1); do *de Benfica*, o Desembargador Manuel Inácio de Moura, por *alvará* de 19 de Julho de 1786(2); do *das Necessidades*, os conventos do Sacramento e do Livramento(3); do *das Amoreiros*, as freiras do Rato(4); etc., etc.

A Junta ao princípio ainda quis obstar a esta pedinchice das ordens religiosas. Quando as Freiras do Rato fizeram o pedido em 1780, ainda a legaram na informação prestada que D. João V se quisera ter água no Paço a comprara, e à implorativa das dominicanas do Sacramento, ainda obtemperaram que se tinham sêde fôssem de noite ao tanque do largo de Alcântara que servia o Regimento de Cavalaria.

Nada conseguiu. Os conventos não cessaram de pedir. Eram os Bernardos, em 1782, que solicitavam

---

(1) *Livro 926, idem*, pág. 111 v.º — *Consulta* de 20 de Dezembro de 1784.

(2) *Livro 939 de Registo de Manifestos* — *Real Resolução* de 19 de Dezembro de 1779; *Livro C de Decretos e Avisos* — *Alvará* de 19 de Julho de 1786, pág. 61 v.º-62; *Livro 925 de Representações e Consultas* = *Consulta* de 17 de Novembro 1779, pág. 116 v.º-117.

(3) *Livro 925 de Representações e Consultas* — *Consulta* de 7 de Agôsto de 1778, pág. 111 v.º-112 e *Livro 926, idem* — *Consulta* de 2 de Dezembro de 1783, pág. 79-80 v.º O tanque do largo de Alcântara, que recebia os sobejos do chafariz das Necessidades foi concluído por *ordem* de 8 de Novembro de 1780 (*Livro 939 de Registo de Manifestos*, pág. 20 v.º).

(4) *Livro 925-I de Representações e Consultas*, pág. 146-146 v.º — *Consulta* de 11 de Maio de 1780. Em 1789 as freiras do Rato queixavam-se de sêde (*Livro 919 de Registo de Decretos*, pág. 9 v.º).

um bocadinho do aqueduto da Esperança (1); eram os Terceiros de São Francisco que tinham comprado uma fonte e que queriam introduzir a água no aqueduto, para a captar depois, como já tinham pedido e conseguido os Congregados do Oratório, e foram outras e outros por aí fora (2).

Ainda em 1826 faziam semelhante rôgo as freiras da Encarnação. Custou a acabar-lhes com a lamúria.

Veloso de Andrade, menciona, na sua citadíssima obra, os edifícios públicos que tiveram a mercê de sobejos e o benefício da dádiva de anéis de água. Um dos beneficiados foi a Imprensa Régia a requerimento do Administrador Aires da Costa, em 1811 (3).

Poucos faziam como o Gerard Devisme em São Domingos de Benfica. Descobrira-se ali, junto a quinta dêste francês, uma nascente em 1784. Devisme obteve o consentimento para a canalizar e meter no aqueduto à sua custa, ficando a usufruír-lhe os sobejos na invernia, e mais tarde construíu o chafariz que lá está. Merecidamente foi-lhe dado um anel de água (4).

---

(1) *Livro 926 de Representações e Consultas — Consulta* de 6 de Maio de 1782, pág. 42-42 v.º

(2) *Idem — Consultas* de 26 e 30 de Janeiro de 1784, pág. 84 e 84 v.º e *Livro C de Decretos e Avisos — Alvará* de 22 de Março de 1784, pág. 17 v.º e 18.

(3) *Livro 928 de Representações e Consultas — Consulta* de 27 de Março de 1811, pág. 52 v.º-53 v.º

(4) *Livro C de Decretos e Avisos*, pág. 74-74 v.º — *Alvará* de 27 de Março de 1787 e *Livro 926 de Representações e Consultas Consulta* de 27 de Agôsto de 1784 pág. 105-106 e *Livro 927, idem — Consulta* de 24 de Janeiro de 1785, pág. 4 v.º-5 e *Livro 939 de Registo de Manifestos*, pág. 14-15 — *Reais Resoluções* de 31 de Agôsto de 1784 e 21 de Abril de 1787.

*

A falta de fontes públicas, no último quartel do século XVIII, deu margem a numerosas reclamações.

Correndo os livros da Junta vejo uma *consulta* de 3 de Abril de 1778, referida a uma representação do Juiz do Povo reclamando a construção do chafariz do Campo de Santana (1), cuja falta obrigava os moradores dêsse local a ir buscar o precioso líquido à fonte de sete bicas do alto do Passeio Público; vejo os povos de Carnide (1781), Loures (1791) e Carnaxide (1784) a pedir água aflitivamente, como mais tarde a pediram os de Sacavém (1822), Telheiras e Lumiar (1826) e como ainda a pediam os moradores do bairro de São Paulo (1821); vejo *ordens* e *avisos* para buscas, vistorias e medições, ao Casal do Peixoto, Campo de Ourique (1782), à quinta do Colégio dos Nobres, pouco depois, à quinta de D. Elena, *hoje de D. André*, ao Rato (1787), a São João dos Bencasados, Campolide e Cruz das Almas (1823) e ainda a efectivação de vários estudos para a introdução de mais nascentes no aqueduto, já em 1782 (2).

Em 1822 a Junta propunha o mirífico remédio de se transportar, de noite, a água de uns chafarizes para outros, para equilibrar a desproporção da concorrência a cada um.

¡Imagine-se a que soluções conduzia a sêde (3)!

---

(1) *Livro 925 de Representações e Consultas — Consulta* de 3 de Abril de 1778.

(2) *Livro 921* da mesma Colecção da Junta, pág. 24 v.º, 29 e 43 v.º; *Livro 920, idem,* pág. 34-36 v.º, 79 v.º-80 v.º 109 v.º-110; *Livro 920, idem,* pág. 71 v.º; *Livro 928, idem,* pág. 4-5; e *Livro 939, idem,* pág. 313 v.º, 24 e 26 v.º

(3) *Livro 920, idem — Portaria* de 4 de Setembro de 1822, pág. 68.

*

A-pesar-da grandiosidade da obra a que o terremoto de 1755 fêz pouco estrago — apenas a destruïção de três torreões das galerias, e avarias, fàcilmente reparáveis, nalguns arcos (1) — a-pesar-de todos os sacrifícios feitos em levar a cabo êsse monumento que mereceu louvores dos próprios detractores sistemáticos das coisas portuguesas (2), a cidade nunca chegou a saber o que fôsse abundância de água. Lisboa, com a entrada das águas do aqueduto ficou livre, é certo, da penúria antiga, pois oitocentos e dez mil litros por dia chegavam para as reduzidas exigências de então. Possuir uma «pena» de água era um luxo árabe. Em muitas casas havia poços, e todos se iam contentando.

Com o aumento progressivo da população tudo mudou, e algumas dezenas de anos depois entrou a água a escassear em quantidade e a crescer em preço.

Para obviar a isto, mandava a Câmara buscar barcaças de água à Fonte da Pipa, e cada barril de vinte e cinco litros disputava-se a murro desenganado. Nos chafarizes havia continuadas lutas, entre galegos e criados particulares, à conta da primacia em encher os barris nas bicas apenas gotejantes.

Trinta anéis de água era já pouquíssimo para a po-

---

(1) Foi Carlos Mardel quem dirigiu os consertos, tendo sido os canos desentulhados desde a nascente até o Rato. Maior dano fêz ao Aqueduto o temporal que caiu sôbre Lisboa em 28 de Outubro de 1758, tendo ficado os canos arrombados (*Memoria sobre Chafarizes*, pág. 327).

(2) O autor anónimo da *Voyage en Portugal* (1796) depois de dizer mal de tudo, faz honrosa excepção para o Aqueduto, dizendo: *Il faut honneur aux regne de ce Prince et aux architectes qui en dirigèrent la construction.* E ainda: *Il reunit la magnificence e la beauté à la hardiesse et à la solidité de l'éxécution.*

pulação de Lisboa (1) e episódios picarescos entremeavam êsses combates, como aquele a que se refere o coronel Francisco Coelho de Figueiredo, à conta da escassez da água livre que parecia prêsa. O coronel lembrando com agradecimento a memória do Conde de Linhares por êste ter improvisado uma fonte no Pelourinho, com dois buracos na parede e cinco lages no chão, dá-nos a noção exacta da aflição sequiosa da cidade onde até a Bica dos Olhos cegara — diz êle — de gota serena. E a contar-nos o episódio do Valverde, todo êle se consola ao recordá-lo.

O Valverde era um celebrão, popular em Lisboa. Havia muito que o chafariz do Loreto não deitava uma pinga. ¿ De que se há-de êle lembrar? De organizar um cortejo divertido. Arranja quatro galegos, convence-os a transportá-lo numa padiola e, tendo na mão um archote aceso, arrebanha com a sua oratória quantos aguadeiros topa no caminho e leva-os em procissão, de barris às costas, até o Chiado, onde os cidadãos de Tuy os vasaram no tanque do Neptuno. A farsada foi celebrada com risos, palmas e ditos. Foi um acontecimento em Lisboa (2).

*

Há numerosos editais, decretos, leis e providências municipais, sôbre aguadeiros, lutas de chafarizes, preços da água, etc. O *Repertorio das Leis Extravagantes*, codificou os diplomas de 1767, 1777, 1780, 1790, 1802, 1807 e 1811. Dois *editais* de 11 e 19 de Julho

---

(1) O *anel* corresponde a oito *penas* que por seu turno correspondem a 3.308 litros.

(2) *Teatro* de Manuel de Figueiredo, tômo 14.º, pág. 604 e 613.

de 1780 referem-se a queixas contra os vendedores, regulando os preços do barril; o de 13 de Agôsto de 1794 provê à disciplina da gente de barril, subordinando-a aos capatazes e à Inspecção dos Incêndios, e regulando também os preços; o de 19 de Janeiro de 1807 proïbe as lavagens nos chafarizes e tanques; o de 18 de Março regula a capacidade das vasilhas de venda, impondo multas aos infractores; e o de 17 de Setembro de 1802 trata também dos preços e das condições de venda.

De 14 de Outubro de 1809 e 10 do mesmo mês de 1817, há ainda dois outros *editais* que se referem a água, mas não pròpriamente daquela de que tratamos. São providências sôbre o *água vai* que felizmente já se foi.

A Câmara Municipal herdou da Junta das Águas Livres a superintendência sôbre o aqueduto, chafarizes. etc., até a entregar às Companhias exploradoras do abastecimento e venda de água.

Em 1843 proïbiu-se a entrada, na Mãe de Agua do Rato, para evitar que os visitantes sujassem a água ali reservada. São muitas as providências municipais acêrca de tal matéria. A *Sinopse* (1835 a 1852), os *Annais* (1856 a 1859) e o *Archivo Municipal* (de 1860 em diante) estão cheias delas.

*

Os últimos retoques na obra iniciada por D. João V e Gorgel do Amaral ficaram por dar até 1824. Um *decreto* de 5 de Agôsto dêste ano é que a mandou completar, alvitrando-se para o custeio dela, a quantia de vinte contos anuais paga pelo cofre do Terreiro.

Até Agôsto de 1833 tudo foi muito bem, mas desta

data em diante entrou o subsídio a escassear, e a obra ficou de novo estacionária.

Em Maio de 1834, ordenou D. Maria II que o Tesouro Público e o cofre do Terreiro, contribuíssem com um conto de réis por mês para a sua conclusão, mas como os encargos do cofre do Terreiro fôssem muitos, atrasaram-se de novo os pagamentos e tornou-se impossível a continuação da obra. Por fim ficou o Tesouro Público com o encargo todo, por *portaria* do Ministério do Reino de 18 de Agôsto de 1835 (1).

*

No ano de 1833 a estiagem foi aterradora. Ainda por cima, a proximidade do desenlace das campanhas liberais e o cêrco da capital vieram complicar a situação. O boato do corte das Aguas Livres correra — que o Govêrno as mandava cortar para obstar a que os realistas as envenenassem (!), e o pavor entrou em Lisboa. Ordenou-se a mobilização de barcaças para ir buscar água à Outra-Banda, e era nos cais que os galegos iam encher os barris. Carros com pipas atravessavam as ruas e franqueavam-se ao público os poços particulares. As providências contra os abusos dos aguadeiros, vigilância dos capatazes, qualidade e preço da água, abundaram então.

A *Cronica Constitucional* daquele ano, transcreve a miúde tais posturas e editais e, nos números de 7, 9, 10 e 12 de Setembro, publica listas dos poços existentes nos diferentes bairros. Os liberais andavam aterrados e sequiosos.

O ano seguinte, de 1834, foi igualmente escasso de

(1) *Memoria sobre Chafarizes*, já citada, pág. 331 e seg.

água. Em Setembro viu-se a Câmara obrigada a mandar colocar carros com pipas nos largos de Santos, Patriarcal e Socorro, e barcos nos cais de Belém, determinando que os aguadeiros só pudessem encher os barris nos chafarizes de El-Rei, de Dentro, e da Praia. A mesma escassez houve nos anos de 1839 e 1840.

A resolução do problema ainda vinha longe.

CAPITULO XVIII

Sumário: Ainda a falta de Água — As ideas de Estêvão Cabral em 1791 — O exército dos aguadeiros — Francisco Sodré apresenta, em 1823, o seu fantasioso projecto de abastecimento de água em carros de bois — Segundo projecto do General António Bacon — Terceiro projecto de Francisco Martins em 1847 — Um dilúvio de propostas e de planos — Abrem-se concursos para o abastecimento de água — Várias leis e providências — Quarto projecto de Duarte Cardoso de Sá, — Cria-se em 1855 a Companhia das Águas — Citam-se as dificuldades que teve de vencer — Anulação do primeiro contrato — Faz-se segundo contrato em 1867 — Iniciam-se os trabalhos — Traçado do canal do Alviela e orçamento da obra — Sua inauguração na cêrca dos Barbadinhos em 1880 — A célebre questão da passagem dos Arcos das Águas Livres — Castilho defende a proïbição — Os suicídios e os lendários crimes de Diogo Alves — Fecha-se a passagem — Destino de algumas figuras de pedra dos chafarizes — Apontamento final sôbre a falta de água — Comissões, estudos, decretos e questões — ¿Resolver-se-á o problema?

Ainda o mesmo assunto.

Já em 1791, Estêvão Cabral, na memória por êle subscrita e incluída nas *Memorias da Real Academia das Sciencias*, expondo a necessidade de se utilizar a piscina da Casa da Água para repouso da que fôr consumida em Lisboa a-fim-de a limpar das impurezas que comummente a acompanhavam, faz sentir a escassez de tão desejado líquido. Para a remediar alvitrava o autor que se fizesse descer o pavimento do depósito das Amoreiras ao nível dos aquedutos existentes e se reservassem ali os sobejos do inverno. Nada disto se fêz.

Em 1802, à conta de várias queixas contra os aguadeiros, saíu o *edital* de 17 de Setembro a que já se fêz referência, prescrevendo multas para aqueles que não acudissem ao chamamento dos cidadãos, para os que fôssem achados a dormir sôbre o barril, etc. Ficava-lhes sendo defezo encher o barril fora do chafariz a que estavam dados, obrigando-os a entrar na bicha, visto que o privilégio de encher a qualquer hora só pertencia aos capatazes — que eram sempre galegos velhos e experimentados. Os barris deviam andar todos marcados para diferençar os que servissem a água do Poço os quais só podiam ir às bicas depois de muito bem lavados na presença do capataz, munido sempre da vara respeitável que era insígnia do seu cargo. No caso de haver fogo perto do mar, eram os galegos obrigados a despir-se e a ir encher os barris, metendo-se à água. Os barris marcados com AP (água de poço) vendiam-se a quinze réis, e os que tinham ACH (água do chafariz), a vinte réis. A elevação dos preços e o despotismo dos aguadeiros, mal chegava o verão, motivaram o rigoroso e curioso *edital* (1).

*

Em 1822 eram vinte e quatro os chafarizes, com oitenta torneiras e vinte bicas. A água a-pesar-disso faltava. Os galegos ocupados no mister de aguadeiros orçavam por 3.500. Os chafarizes com mais movimento eram, pela sua ordem: o de El-Rei, com 352 aguadeiros; o do Carmo, com 278; o do Loreto, com 252; o da Alegria, com 232; o de Dentro, com 229; o

(1) *Impresso avulso,* Lisboa, 1802. O *edital* está assinado por Francisco de Mendonça Arrais e Melo.

da Praia, com 212; o da rua Formosa, com 205; e os do Campo de Santana e São Pedro de Alcântara, com 200 (1).

Murphy, calcula em trinta mil o número dos galegos residentes em Lisboa, dos cinqüenta mil que diz haver em Portugal. Outro autor vai mais além, e diz que em Portugal haverá oitenta mil, dos quais quarenta mil na capital (2).

Balby é menos exagerado. Orça em catorze mil os cidadãos de Tuy que infestavam Lisboa em 1820. É ainda êste autor quem nos informa que o barril da ordenança devia levar dezoito canadas muito embora os aguadeiros os vendessem roubados, com quatro e seis canadas a menos (3).

*

Chegados ao ano de 1823 vemos aparecer o primeiro projecto de distribuïção de água aos habitantes da cidade. A comodidade, tornada hábito, ia-se mostrando insatisfeita, e a idea do transporte da água aos domicílios entrou a ocupar muita cabeça engenhosa.

Êste primeiro projecto, subscreveu-o um tal Francisco Sodré, o qual se propunha a organizar uma companhia para tal fim. Requereu a El-Rei a aprovação do seu plano e, sendo êste remetido ao Senado para consulta, foi, depois de breve discussão, indeferido.

Causará, de-certo, espanto à primeira vista a indiferença dos camaristas a um projecto de utilidade e que demais a mais incluía, nas suas vantajosas propostas,

---

(1) *Essai Statistique*, de Balby, tômo II, pág. 176-177.
(2) *Voyage en Lisbone en 1796*.
(3) *Essai Statistique*, de Balby, já citado.

a de auxiliar a extinção dos incêndios por meio de bombas e de outros engenhos; mas já vamos ver como o Senado andou avisadamente.

Os meios propostos para acalmar a ira das chamas dão idea suficiente das razões que motivaram o indeferimento das pretensões do Sodré.

¡Pasmará o leitor quando eu lhe disser que o auxílio rápido para a extinção dos fogos com que se pretendia substituir o barril do aguadeiro, era o transporte das bombas em carros de bois!

Em cada chafariz deveria haver, segundo o imaginoso plano, oito carros com pipas, guarnecidos por dois homens, cada um com barris de vinte canadas, um carro com uma bomba, outro com sacos de areia e ainda outro com utensílios diversos, tudo puxado a bois.

¡Ora onze carros, puxado cada um a uma junta de bois, dava, pelos vinte e quatro chafarizes então existentes, a espantosa totalidade de 284 carros e 568 ruminantes! ¡Era um delírio de grandeza e de velocidade!

Êste projecto, a ser aceito, era a sentença de indigência contra os 3.454 aguadeiros da capital.

Chegou ainda a ser ouvido, neste caso, o Inspector dos Incêndios; mas, como não podia deixar de ser, opinou que a pretensão de Sodré fôsse indeferida.

*

Em 1845 apareceu novo projecto; mas desta vez mais sério e reflectido. Foi seu autor o General António Bacon, como representante do engenheiro hidráulico inglês Frederico Braithloaite (!). A companhia que se propunham organizar tinha por fim não só o abastecimento de água nos domicílios, como também a ins-

talação da iluminação a gás, aproveitando as escavações que se haviam de fazer, a montagem do serviço de incêndios, com material e pessoal adestrado e disciplinado para êsse fim, e o encargo dos serviços da limpeza das ruas e higiene da cidade.

Era uma reforma completa.

No seu projecto, Bacon, mostra-se inimigo irreconciliável dos galegos. Cobre-os de impropérios e exproba-lhes as péssimas qualidades, lamentando que uma cidade tenha as suas goelas à mercê dos cidadãos de Tuy.

Não há dúvida de que a colónia galaica abusava muita vez das prolongadas estiagens para a organização dos seus pecúlios. Anos houve, como no de 1802, em que foi necessário pôr um dique aos preços dos barris de água que chegaram a atingir cifras respeitáveis; mas lá que êles ganhassem a sua vida à nossa custa, como ainda hoje, não podia o General levar-lhes a mal. Êle era também um estranjeiro que vinha para cá na idea de ganhar e de enriquecer.

Voltemos, porém, ao projecto.

Bacon calculou logo as dificuldades com que teria de defrontar-se o seu plano e, por isso, oferecia, como garantia, um documento do engenheiro inglês Mr. Carloshay riquíssimo negociante de ferro, o primeiro talvez do Reino Unido. Êste documento era um depósito de cinqüenta mil libras esterlinas que êle faria, nas mãos do Govêrno, caso fôsse aceito o projecto.

Consultada a Câmara, declarou esta não poder formar o seu juízo sôbre o assunto, sem que Bacon esclarecesse melhor as suas pretensões com referência à proporção em que seriam tributados os consumidores e, ao mesmo tempo, deixava bem patente o seu ressentimento por se projectar usurpar os seus encargos com respeito à higiene da cidade e limpeza das ruas. ¡Estranha sensibilidade!

Para contentar e entreter o general, ainda se nomeou uma comissão de cinco membros, em sessão de 22 de Fevereiro do ano seguinte, a-fim-de tratar com êle as condições da proposta, mas, já se vê, ficou tudo como dantes; a Câmara com as velhas prerogativas da sujidade das ruas, Bacon com o seu projecto e Mr. Carloshay com as suas cinqüenta mil libras esterlinas.

*

O terceiro projecto apareceu dois anos depois, em 1847, subscrito por um tal Francisco Martins, a que o conhecido engenheiro Pezerat fêz uma memória adicional em 24 de Julho dêsse ano. Não foi aceito.

Depois amiüdaram-se as propostas. De 1847 a 1849 foi um dilúvio de projectos e de planos, resolvendo o Govêrno, atrapalhado com tão variadas iniciativas, abrir concurso público que veio no *Diário* com data de 18 de Agôsto de 1849. ¡Caso extraordinário! ficou deserto, mas as propostas continuaram com tal insistência que foi nomeada uma comissão com o fim de apreciá-las. Essa comissão deu o seu parecer em 28 de Junho de 1850, considerando como mais vantajosa a proposta apresentada pela firma Frederico Braithloaite & Filhos. Chegou a fazer-se um projecto de contrato.

Não se ultimou por reclamações dos outros concorrentes que se julgaram lesados.

Em 1852, saíu o *decreto* de 22 de Dezembro abrindo novo concurso para abastecimento da capital, mas a imprensa fêz um barulho medonho contra algumas das bases apresentadas e tudo ficou em nada. ¡Sempre a maldita política (1)!

---

(1) *Memoria sobre as Aguas de Lisboa*, por A. Pinto de Miranda Montenegro, pág. 48-53.

*

Finalmente a lei de 25 de Julho de 1855 autorizou o Govêrno a contratar o abastecimento de águas da capital e a sua distribuïção aos domicílios, sendo ouvida a Câmara e a secção administrativa do Conselho de Estado.

Em 13 de Agôsto fêz-se um contrato provisório com Duarte Meddlicot, Tomaz Runball e outros, que se obrigaram a fornecer, pelo preço máximo de dez réis, 5.922.000 canadas de água para chafarizes e usos domésticos, além da que fôsse necessária para os gastos do município (1).

Ao concurso realizado em 27 de Setembro do mesmo ano, apareceram três propostas, as quais foram de Duarte Cardoso de Sá, de Duarte Meddlicot e de uma sociedade formada por Alberto Carlos de Cerqueira Faria, João Pedro da Costa Coimbra e Jacinto da Silva Falcão. O Govêrno aceitou esta última por lhe parecer mais vantajosa. Aprovou-a o decreto de 28 de Janeiro de 1856 (2). Depois surgiram dúvidas, os proponentes tentaram fazer alterações ao seu plano, vindo o contrato sòmente a realizar-se dois anos depois, em 29 de Setembro de 1858, sendo aprovado por decreto de 30 do mesmo mês e ano.

Em 1859 fizeram-se obras na Casa da Água e arcos das Amoreiras as quais encheram de entulhos as ruas próximas.

---

(1) *Memoria sobre as Aguas de Lisboa*, pag. 71-72.

(2) Em 1856, o major de engenheiros José Carlos Conrado de Chelmicki foi encarregado pelo Govêrno de levantar a planta do Aqueduto.

*

Começaram logo os estudos acêrca das águas a aproveitar para a execução do seu plano.

Pezerat, que então era engenheiro da Câmara, fêz uma proposta de aproveitamento de diferentes águas para o abastecimento da cidade, mas como ela exigia duplas tubagens e não oferecia água certa nem suficiente, foi rejeitada.

Veio então, convidado pela Companhia, o distinto engenheiro francês Mary, uma notabilidade indiscutível. Procedeu a diferentes estudos, com uma certa pressa, e acabou por propor a construção de um aqueduto aproveitando as nascentes da Mata, fundando-se mais do que na sua ciência, nas medições feitas anteriormente pelo capitão Rôla. Carlos Ribeiro, consultado sôbre o assunto, pronunciou-se abertamente contra tal projecto e tal traçado no seu valioso relatório(1), mas a emprêsa, subjugada pela fama de que Mary vinha precedido, não fêz grande caso dos conselhos dêsse autêntico sábio que foi Carlos Ribeiro, e mandou executar o projecto do engenheiro francês.

As obras feitas foram as seguintes: — Aqueduto da *Mata* e o seu ramal do *Bronco*, os sifões da *Porcalhota* e da *Penha de França*; os reservatórios do *Pombal*, do *Arco da Penha de França*, da *Patriarcal* e da *Verónica*, e a canalização dentro da cidade.

Os anos de 1850 e 1861 foram de grande seca, faltando muitos dias a água em Lisboa.

Tôdas estas obras, verificou-se depois, não podiam produzir nem metade da água (11.300 metros cúbicos

---

(1) *Memoria sobre o abastecimento de Lisboa, com aguas de Nascente e de Rio, etc.*, por Carlos Ribeiro.

diários) a que a emprêsa se tinha obrigado. Em vista disto foi-lhe exigido, por *portaria* de 20 de Dezembro de 1862, que declarasse os recursos que possuía para, no prazo de quatro anos, obter a quantidade de água ajustada.

Em 27 de Janeiro do ano seguinte fêz a emprêsa uma proposta para novas obras, e em 31 de Julho pediu mais seis meses para elaborar os respectivos projectos. Nada foi aceito, e o Govêrno comunicou à emprêsa que se no prazo referido não fôssem presentes os projectos e orçamentos daquelas obras, lhe imporia a multa mensal de oito contos de réis, durante seis meses, findos os quais lhe seria rescindido o contrato.

A emprêsa ainda renovou a proposta em 21 do mesmo mês, pedindo uma prorrogação de prazo, mas uma comissão, nomeada pelo Govêrno para a examinar, declarou que tal proposta não podia ser aceita, pois a Companhia nem mesmo podia contar com as águas do aqueduto da Mata, que estavam embargadas judicialmente.

Como a estiagem se anunciava ameaçadora, saíu o *decreto* de 8 de Agôsto de 1863, mandando proceder à expropriação de tôdas as águas e obras que a Companhia havia levado a cabo, sendo a rescisão do contrato feita por *decreto* de 23 de Junho, depois de complicadas questões judiciais.

Assim acabou a primeira Companhia das Águas (1).

*

Em execução da *portaria* de 25 de Junho de 1864, o engenheiro Nunes de Aguiar tomou posse de tôdas

(1) Citada *Memoria das Aguas de Lisboa*, por A. Pinto de Miranda Montenegro, pág. 80-82.

essas águas, obras e materiais, a-fim-de as entregar ao Município, consoante a letra do contrato, ficando o mesmo engenheiro encarregado dos estudos, projectos e orçamentos para abastecimento da cidade.

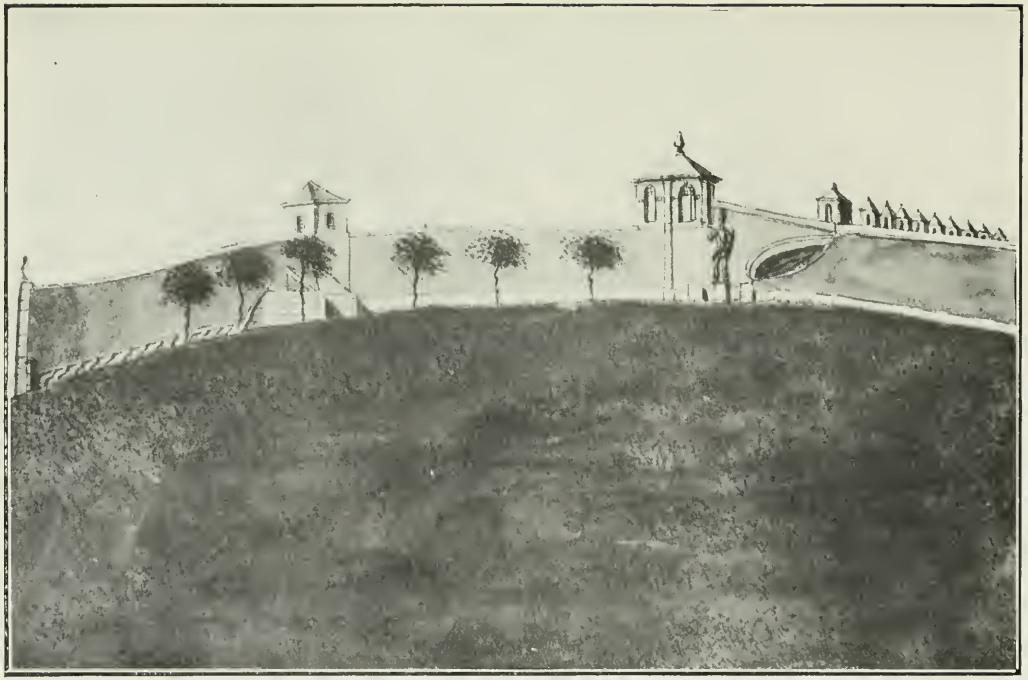
Posta de parte a Câmara para a administração da herança da Companhia, hesitou o Govêrno em tomar tal encargo ou em fazer novo contrato. A Câmara optava pela primeira resolução, mas o Conselho de Ministros pusera-a de parte. Quando o Município resolveu aceitar tal administração depois de novo convite do Govêrno apareceu a proposta de uma outra Companhia, à frente da qual estava o activo e inteligennte Dr. Carlos Zeferino Pinto Coelho e, depois de nova consulta, foi lavrado o contrato provisório de 27 de Abril de 1867 com a nova emprêsa, que só veio a constituír-se em 2 de Abril do ano seguinte, sendo-lhe, em 11 do mesmo mês, entregue pelo engenheiro Aguiar tudo de que tomara posse em nome do Govêrno.

*

Durante a administração do Govêrno fizeram-se algumas obras, a mais importante das quais foi a conclusão do aqueduto da Buraca. Dispenderam-se nelas cêrca de cento e vinte nove contos de réis, sendo perto de quarenta e cinco empregados em reparar os innúmeros defeitos das canalizações, mandadas fazer pela primeira Companhia.

*

Formada a segunda emprêsa, apresentou esta à aprovação do Govêrno o projecto já elaborado para o levantamento das águas orientais. Tendo terminado a



Um aspecto da galeria do Aqueduto das Águas-Livres, segundo Luis Gonzaga Pereira
(á direita avista-se a estátua de Giusti, de que se fala a pág. 438)

pendência com o Município, àcêrca do excedente destas águas, e sendo aprovado o supradito projecto, começaram logo os trabalhos construíndo-se o reservatório da Praia e fazendo-se a condução das águas para o da Verónica, que foi alargado. Em 1869 estava esta obra concluída. Esclarecidos depois com o Govêrno alguns pontos do contrato, mandou-se vir de França o hidro-geólogo francês Richard que, após diferentes pesquisas, apresentou um projecto em 1 de Julho de 1869, àcêrca do aproveitamento das águas altas e baixas que observara nas proximidades de Lisboa.

Em 23 de Abril já a Companhia tinha apresentado ao Govêrno o projecto das obras do Alviela e pedido, ao mesmo tempo, permissão para elaborar novos planos, o que o Govêrno autorizou por *portaria* de 10 de Agôsto, prorrogando o prazo dado por mais um ano.

Postos de parte dois planos apresentados por engenheiros seus, a Companhia mandou elaborar em projecto o plano de Richard, vendo o bom resultado de algumas sondagens feitas, e apresentou-o em 25 de Abril de 1870.

Finalmente, por *portaria* de 18 de Agôsto do ano seguinte, mandou o Govêrno começar a construção do canal do Alviela, sendo por outra *portaria* de 3 de Outubro resolvida uma reclamação da Companhia àcêrca da secção que deveria ter o canal de abastecimento.

Iniciou-se a construção do canal em 28 de Dezembro, na ilha do Grilo em Xabregas.

Não ficaram, porém, removidas e esclarecidas tôdas as dúvidas e dificuldades. O Govêrno mandou suspender as obras dos encanamentos particulares, em 1873, e a Companhia entendeu dever paralisar os seus trabalhos. Houve, em 1874, uma sensível baixa de águas que obrigou a suspender-se parte do abastecimento da cidade, e o Govêrno viu-se obrigado a impor uma multa,

à Companhia, de cinco contos de réis (*portaria* de 13 de Agôsto de 1874) por cada mês de demora no cumprimento das obrigações contraídas. Recorreu-se ao Tribunal Arbitral, em Setembro dêsse ano, e sendo a a Companhia absolvida da multa, continuaram os trabalhos do Alviela e reservatório dos Barbadinhos.

Ainda houve protestos e questões, mas a-pesar-disso e das cheias de 1876 e 1877, concluíram-se as obras em 1880 (1).

Em 3 de Outubro dêsse ano foi inaugurada a entrada em Lisboa das águas do Alviela, benzidas solenemente pelo arcebispo de Lacedemónia. Depois da ceremónia religiosa, El-Rei D. Luiz, perante a numerosa assistência que enchia o vasto recinto, galhardamente ornamentado, levantou a adufa do sifão junto ao grande reservatório da chegada e, pouco depois, começaram a correr nos canos gerais as desejadas águas.

Das ceremónias oficiais, do profuso banquete que o bom Ferrari forneceu, dos vivas e dos foguetes e do enorme entusiasmo dos assistentes, dão larga notícia os jornais do tempo. A êles remeto o leitor.

*

Tratei, e muito superficialmente, apenas a parte histórica do assunto. Muito havia a dizer acêrca da parte técnica e descritiva, mas essa não tem cabimento neste livro onde, mesmo o que deixei escrito já representa talvez uma larga divagação, mas não me despedirei das *Águas Livres*, sem falar dos suicídios dos *arcos* da ribeira de Alcântara ou dos pretensos crimes do

---

(1) *Memoria sobre as Aguas de Lisboa,* já citada, pág. 103-113.

famigerado e tristemente célebre Diogo Alves, como a opinião do povo queria que fôssem. Vamos ao caso.

Aí por 1839, começou a cidade a andar alvoroçada com o freqüente aparecimento de cadáveres sob os arcos grandes da ribeira de Alcântara. Raro era o dia em que isso não sucedia. A opinião geral era que se tratava de suicídios, mas pouco depois tomou novo curso, e a crença de que tais sucessos se não deveriam atribuir a suicídios, mas sim a crimes sucessivos, entrou a dominar o espírito da pacata Lisboa. O criminoso apontava-se: — era Diogo Alves.

O povo que fàcilmente aceita tudo o que o impressione, sempre propenso a coroar de lendas trágicas os acontecimentos inexplicáveis, tanto se arreigou a esta idea que ainda hoje a vemos campear, embora nada haja que a justifique.

Da sentença de Diogo Alves nada consta com referência aos falados crimes dos Arcos das Águas Livres.

Fôsse como fôsse, suicídios ou crimes, o facto é que tais sucessos lograram levantar uma campanha contra a livre passagem pela galeria superior dos Arcos, com que se encurtava o caminho, dos çaloios de Belas e de Queluz, para a cidade. À frente dessa campanha esteve Castilho, o grande Castilho, nas colunas da *Revista Universal Lisbonense*. Uma corporação oficial coadjuvou-o eficazmente. Foi a Junta de Paróquia de São Sebastião da Pedreira.

*

Em Junho de 1839, já tinham chegado a setenta e e seis os suicídios nos Arcos. Nos primeiros dias dêsse mês haviam-se verificado mais três dêsses trágicos casos, e a benemérita Junta Paroquial representou à

Câmara, lembrando a colocação de um gradeamento de ferro que vedasse a passagem às arremetidas dos desesperados da vida. Mandou a Câmara fazer o orçamento, mas como a quantia de 13.217$016 réis se julgasse excessiva, foi a lembrança posta de parte, limitando-se a Câmara a pedir ao Govêrno Civil que ali mandasse colocar um guarda para vigilância. Também isto se não conseguiu.

Em 1844, finalmente, fechou-se a passagem com cancelas de ferro. Até 1847 não se mecheu mais no assunto. Neste ano, Manuel Gomes de Miranda, como Procurador dos habitantes de Bemfica e do Calhariz protestou contra a vedação, pelo muito transtôrno que isso causava a essas povoações. A Câmara mandou informar o vereador João Coelho de Abreu e êste camarista, numa judiciosa exposição, aconselhou a que a passagem continuasse fechada. Foi isto em Janeiro de 1848.

Passados três anos sôbre a proïbição, acumularam-se de tal forma as reclamações que a Câmara por *edital* de 17 de Setembro de 1851, determinou atender em parte os reclamantes, abrindo a passagem, do nascer do sol às Ave-Marias. A Junta Paroquial de São Sebastião melindrou-se e requereu, de novo, o encerramento da passagem que veio a realizar-se no ano seguinte, a repetidas instâncias daquela corporação, e com o auxílio do vereador Geraldes Barba. A sessão da Câmara em que resolveu o definitivo encerramento da galeria dos Arcos, foi a de 12 de Agôsto de 1852 (1).

E acabou-se.

---

(1) *Arquivo da Câmara Municipal de Lisboa — Sinopses e extractos das sessões da Camara,* anos de 1835-1852.

*

Algumas notas ainda:

Em Novembro de 1845 foram concedidas à Câmara seis figuras de pedra que estavam em depósito na Repartição das Águas Livres. Parte delas ainda lá ficaram e foram depois para o Jardim da «Casa da Água» das Amoreiras. São, uma *Verdade*, dois *Tritões*, duas *Sereias* e duas *Carrancas* (1).

Talvez devessem pertencer à estupenda concepção do chafariz projectado para o Campo de Santana em 1788 e que não chegou a levar-se a cabo. A êsse monumento pertenciam o *Téjo* e o *Douro* que estiveram no Passeio Público e hoje estão na Avenida da Liberdade, outras quatro *figuras* que adornavam os lagos do Passeio, os quatro *golfinhos* que ornam o chafariz de Belém e as *carrancas* que serviram para o de Alcântara.

O *Téjo* e o *Douro* foram esculpidos por Alexandre Gomes, assim como os *Tritões* e as *Sereias*, no fim do século XVIII e acabados cêrca de 1844 pelo escultor João Gregório Viegas (2).

Em 1881 a Câmara cedeu a estátua do Neptuno que estava no antigo chafariz do Loreto e se emprestara à Associação dos Arqueólogos, para ser colocada no reservatório da Calçada dos Barbadinhos (3).

A *Vénus* do chafariz das Janelas Verdes foi feita pelo escultor António Machado (4). À entrada do Pas-

---

(1) *Arquivo*, etc., ano de 1845.

(2) *Elementos para a Historia do Municipio de Lisboa*, tômo II, nota de pág. 83-89.

(3) Secção *Há quarenta anos*, do *Diário de Noticias* de 20 de Agôsto de 1921.

(4) *Elementos*, citada nota do tômo II.

seio dos Arcos, está, horrorosamente mutilada, sem o braço que devia empunhar a espada, a estátua de um guerreiro romano que, na sinistra, sustenta um escudo com as quinas. Aos pés tem um troféu feito de um tambor, bandeiras, espadas, etc. Deve ser a falada estátua do cinzel de Alexandre Giusti a que Veloso de Andrade se refere.

O guarda do Depósito das Águas da calçada da Quintinha, aponta-a, enfàticamente, aos visitantes como sendo a *real figura do senhor pai do senhor D. José I.*

¡ Oh eruditismo dos cicerones!

*

Nêstes últimos anos tem-se sentido sensìvelmente, mal chega o verão, a falta de água. Se não fôra o reservatório da rua da Prata, ter-se-iam deixado de regar, nalguns verãos, as ruas e os jardins.

Tendo em atenção caso tão importante, por *portaria* de 25 de Julho de 1913 o, então titular da pasta do Fomento, engenheiro sr. António Maria da Silva, nomeou uma comissão para proceder ao estudo de tão momentoso assunto. Tal comissão, apresentou, a seu tempo, um belo relatório, subscrito pelos srs. Ramos da Costa, António Parreira, Rodrigues Simões, António Tôrres, Santos Lucas, Paulo Chofat e Artur Cohen.

Nêsse documento propõem-se cinco soluções, tendo a primeira quatro variantes e a segunda três.

As referidas soluções foram estas:

1.ª Abastecimento com águas de nascente; 2.ª com águas do Téjo; 3.ª com águas de drenagem; 4.ª com albufeiras; e 5.º com águas artesianas.

Não cabe aqui o extracto das considerações feitas pela comissão acêrca de cada um dos projectos. Direi

apenas que tal relatório se conclui por propor, como obra mais urgente, o aumento de secção do canal do Alviela, deixando à escolha do Govêrno qualquer das soluções apresentadas para remediar a escassez de água das nascentes durante os meses de verão.

Essas obras de aumento da secção do Alviela estavam então orçadas, pela Companhia das Águas, em duzentos e quarenta contos de réis; hoje deverão custar vinte a trinta vezes mais.

Esta momentosa questão em que se têm degladiado tanta vez a Câmara e a Companhia das Águas, mereceu do actual Govêrno dois decretos (Novembro de 1932) em que se estabelecem as bases do abastecimento de águas à cidade, e se prevêem as hipóteses de ser feito novo contrato com a Companhia concessionária, ser resgatada a concessão ou passar-se a outra entidade o encargo de nos dar de beber e de nos lavar.

¿Ficará resolvido o problema?

É difícil responder.

O que há de absolutamente certo é que a água não chega e ainda por cima é má.

Quanto ao mais é tudo duvidoso.

CAPÍTULO XIX

SUMÁRIO: São João dos Bemcasados — Refere-se a história da fundação da ermida de Nossa Senhora da Boa Sentença — A promessa de um soldado de Alcácer-Quibir — As nove invocações de Nossa Senhora — Funda-se a ermida do Cabeço do Alperche — A imagem de São João Baptista — Em que se procura a razão do nome de São João dos Bemcasados — Pede-se auxílio a Diogo de Paiva de Andrade e a D. Francisco Manuel de Melo — O «assento» da Câmara de 1385 contra a *barriguice de casados* — A quem pertencia a capela no século XVIII — Dois esboços topográficos — É demolido o templozinho — A casa nobre dos Anadias — Serve de hospedagem ao infantinho D. Carlos — Notas biográficas dêste príncipe — Freqüentes visitas régias a São João dos Bemcasados — Invocam-se as figuras do «César polvilheiro» e da «Mulher do cavalo branco» — Passa a casa ao Secretário de Estado Aires de Sá e Melo — Reside lá D. Joana Perpétua de Bragança — Notas biográficas desta fidalga — O seu sumptuoso e festejado casamento — As dívidas do Marquês de Cascais — Arde o palacete de São João dos Bemcasados em 1780 — Hospeda-se D. Joana Perpétua no convento do Rato — Morre em 1785 — A sua notável correspondência com D. João Carlos de Bragança — Precioso repositório de notícias do tempo — Outros hóspedes reais em São João dos Bemcasados — Algumas palavras sôbre os Anadias — Alojam-se no palacete um general francês em 1808 e os generais ingleses em 1811 — Obras em 1821 e 1830 — Outros moradores — A moderna capela da casa Anadia — Enumeram-se os seus quadros e imagens.

Estamos diante de São João dos Bemcasados.

Aqui há cinqüenta anos ainda era sítio arredio e campesino e, há pouco mais do dôbro, aconselhava se como excelente paragem para os anémicos, uma ver-

dadeira estação de cura pelo ar lavado e puro, como hoje se aconselham Belas ou Caneças. Prová-lo-emos a seu tempo.

A primeira vez que vejo mencionado gràficamente êste local é ao começar do décimo sétimo século.

Anteriormente a 1618 não encontrei vestígios de tal designação que, em meu entender, deve remontar de mais longe, pelo menos do terceiro quartel do século anterior. E vou tentar demonstrá-lo.

*

Entre os soldados do luzido mas escasso exército com que D. Sebastião se propunha a lançar as bases de um sonhado império africano, contava-se um artífice lisboeta, de nome António Simões, oficial de doirador, que trocara, em serviço do seu aventuroso monarca, o píncel doirado com que lustrava imagens e altares pelo arcabuz pesado dos peões da jornada de Alcácer.

Sucedeu-lhe o que a centenas de soldados aconteceu também. No meio do desbarato total, cercado de nuvens de moiros, cego pelo fumo e pela cólera, mil vezes defrontando a morte, o artífice alfacinha viu-se perdido e tão perto do fim que, acordando-lhe no coração a ideia de Nossa Senhora, prometeu, entre o estrugir da arcabuzada, fazer-lhe nada menos do que nove imagens com diferentes invocações. ¡ Original e complicada promessa ! António Simões, livre de tão grande apêrto e escapo do cativeiro, mal chegou à sua amada Lisboa começou a cumprir a promessa, iniciando a feitura das imagens o que nos dá a entender que o artífice, além de doirador era também «imaginário» ou santeiro como hoje se diz.

A oitava imagem que saíu das suas mãos devotas foi a de Nossa Senhora da Penha de França, invocação castelhana que lhe foi sugerida pelo famoso padre-mestre Inácio Martins, o mestre Inácio da Cartilha.

Desejou António Simões construir para esta Senhora uma ermida especial, afervorado em amor súbito por ela, e entrou a procurar sítio apropriado para a sua construção, pondo-a entrementes, ao culto dos fiéis, na ermida da Vitória, juntamente com uma outra imagem de São João Baptista.

Enjeitado, ignoro porquê, o sítio de Vale de Cavalinhos e acertando o Simões de ver o pitoresco local do cabeço do Alperche que era de um Afonso de Tôrres de Magalhães, tanto lhe agradou o alto, a cavaleiro da cidade, que logo entrou em tratos com o proprietário que estava por sinal sofrendo nessa ocasião de uma impertinente dor de cólica.

¿ Mas o que terá isto com São João dos Bemcasados ? preguntará certamente o leitor. Já vamos ver como tudo se liga estreitamente.

Deixou o Simões a imagem do São João Baptista em casa de Afonso de Tôrres, como penhor (díz o cronista desta história) e foi com êle ver de perto e com atenção o sítio do Alperche. Aconteceu — estas coisas aconteciam sempre quando eram precisas — que D. Constança de Aguiar, mãe do fidalgo se apegou à imagem da Nossa Senhora da nova invocação para que lhe curasse o filho, já desiludido de melhorias. Afonso de Tôrres afervorou-se em pedidos com sua mãe e cedeu o terreno, de que era proprietário, para a construção do templo em troca da sua cólica.

A ermida construíu-se e o fidalgo guareceu.

Foi lançada a primeira pedra do templozinho, em têrça-feira, dia de Nossa Senhora da Encarnação de

1597 (1), assistindo à ceremónia o padre Inácio, o Simões e Afonso de Tôrres, sendo a Senhora trasladada da ermida da Vitória na tarde de 10 de Maio do ano seguinte.

Construíu-se a ermida e depois a igreja que a substituíu com esmolas dos fiéis, doando-a mais tarde António Simões, aos eremitas da Graça. É hoje o convento de Nossa Senhora da Penha de França (2).

¿E a imagem de São João Baptista?

*

Viu-se o doirador e santeiro bastante embaraçado para colocar as suas oito imagens em templos que lhe fôssem apropriados. Ao concluir a nona que denominara de *Nossa Senhora da Boa Sentença* deliberou construir-lhe, como à anterior, casa própria e escolher para tal fim um sítio arredio, saüdável e magnìficamente situado em pleno arrabalde de Campolide. De quem era isso então, não o pude apurar, e apenas sei que em maior antigüidade passava ali perto a linha que limitava a vetusta e vasta freguesia dos Mártires, cuja marcação fôra feita, em 1476, por Gomes de Paiva e Luiz Anes, vigários, para êsse fim comissionados pelo Cardial D. Jorge da Costa (3).

---

(1) *Corografia Portuguesa*, pelo Padre António Carvalho da Costa, pág. 420-421 do terceiro volume, e *Santuario Mariano*, t. 1, pág. 144-157.

(2) Na pedra fundamental da ermida encontravam-se escritas as palavras *Jesus, Maria e Avante*, que mais de uma vez têm aparecido gravadas em diversos locais. Vide sôbre êste assunto o que diz o autor da *Lisboa Antiga*, pág. 28-29 do terceiro volume do Bairro Alto.

(3) *Demonstração Historica*, por Frei Apolinário da Conceição, pág. 175 e segs. — Edição de 1750.

Fêz-se a ermida em 1581, antes que tivesse casa «Nossa Senhora da Penha» e para lá foi a imagem acompanhada pela de São João Baptista que servira de penhor em casa de Afonso de Tôrres e estivera com aquela na ermida da Vitória. Ora aqui começa a embrulhada.

¿Seria a imagem de São João, uma das nove fabricadas por António Simões? Se assim é não cumprira êle integralmente a promessa feita nos campos de Alcácer.

¿Seria ela alguma antiga imagem da devoção do doirador? Parece-me mais provável esta hipótese. Que era dêle não deve haver dúvida, pois se assim não fôra a não utilizara como penhor. Fôsse como fôsse, o certo é que o nome de São João prevaleceu ao da Senhora da Boa Sentença e a ermida, construída para ela ficou-se chamando de São João — *de São João dos Bemcasados* — a não ser que tal nome já existisse no local do templozinho de António Simões.

¿Mas *dos Bemcasados*, porquê? Eis, outro problema.

*

Em 1626 o, mil vezes citado, autor da *Descripção métrica de Lisboa*, escreve referindo-se à ermida:

São João dos Bemcasados
Esta hermida se frequenta
de poucos por que é de poucos
Devendo ser todos della

o que dá a entender ainda o pouco povoado que era o local e a distância a que ficava da cidade, não permitindo o concurso de povo que ela merecia.

Assaltou-me, ao obter estas notícias, uma curiosi-

dade enorme de explicar esta invocação da imagem de São João. ¡São João dos Bemcasados! ¿Pois não é tão interessante esta denominação?

*

Lancei-me logo em inculcas.

No *Casamento Perfeito* de Diogo de Paiva de Andrade (sobrinho) não me admirei de cousa alguma encontrar sôbre o assunto. Diogo de Paiva, aferrado a sentenças latinas e a escritores gregos, quando cita algum exemplo ou faz uma referência é sempre com as vistas nos filósofos de outras eras e pondo em foco as Cornélias, os Odoaldos e os Temístocles, quando não traz à balha, Vénus, Saturno, Juno e tôda a mitologia em pêso. O que muito me espantou foi D. Francisco Manuel que era um galante, um mundano, que detestava tôda essa máquina de erudição, como êle próprio o dizia (1), e escrevia com freqüentes alusões a factos, costumeiras e coisas do seu tempo, ter emmudecido em tal matéria. A sua deliciosa e pitoresca *Carta de Guia de Casados*, nem ao de leve, deixa suspeitar a existência dêsse patrono dos matrimónios felizes, habitando uma ermidinha às abas da cidade.

Bem se podia o povo de Lisboa apegar a tão caseiro santo.

Desde tempos antigos que os mal casados abundavam na capital. Houve tempos de tanto desafôro que se tornou mister estatuírem-se penas para tão maus procedimentos.

O *assento* da Câmara, cujas resoluções foram confirmadas por carta do mestre de Aviz, dada em Santarém

---

(1) *Carta de Guia de Casados* — Edição de 1827, pág. 3.

em 3 de Novembro de 1385, arbitrou graves multas contra a *barriguice de casados* pecado *mui proviço e mui usado em esta cidade*, diziam os munícipes (1).

Na igreja de São Francisco do Pôrto, havia uma irmandade de «São Francisco dos Bemcasados» que figurava antigamente em tôdas as procissões de quarta-feira de cinzas. Em Elvas existiu também uma capela de «Santa Maria dos Bemcasados» (2).

Há, de-certo, neste apodo invocativo uma qualquer justificação e entre às três invocações uma relação estreita. Qual é ela, é que eu ignoro. O *Espêlho de Casados* do Dr. João de Barros, permaneceu tão mudo às minhas interrogações, como a *Carta de Guia* e o *Casamento Perfeito*, e como o *Regimento de Casados*, folheto publicado em 1773. O São João dos Bemcasados continúa impenetrável.

Carvalho da Costa, na sua *Corografia*, chama a êste ponto arrabaldino: « ... *o logar de S. João dos Bemcasados onde está hua ermida de S. João Baptista com N. Senhora da Bôa Sentença, imagem milagrosa cuja igreja he sujeita a Malta*» (3).

Parece, por esta forma de dizer, que não foi o templo que baptizou o local, mas que, exactamente, se deu o contrário.

---

(1) As penalidades eram estas: Para homem casado que tivesse barregã, a multa de cinqüenta libras, à primeira vez; à segunda, cem libras, e à terceira, privança na administração de todos os bens. Para a mulher, vinte e oito libras de multa, pela primeira infracção, e, pela segunda, degredada com pregão na cidade e têrmo (*Memorias para a Vida de ElRey D. João I*, por José Soares da Silva — Documento 37, tômo IV, pág. 359-371.

(2) *Notas Historico-Militares da guerra velha até á Invasão Francesa*, publicadas por A. Tomaz Pires, pág. 99—Colecção do «Correio Elvense» e *Teatro das antiguidades de Elvas*, por Aires Varela, pág. 73-74 — Edição do mesmo jornal.

(3) Volume III, pág. 429.

*

Tanto a quinta de São João como as propriedades que lhe eram contiguas pagavam o dízimo à paróquia dos Mártires desde tempos remotos (1).

Em 1762 já a maior porção da quinta tinha outros senhorios e o resto fraccionara-se em quintalões e logradoiros de novas edificações locais. À volta de 1884 foi a ermida de São João, demolida, utilizando-se o seu entulho nos alicerces de novas casas. A razão da demolição foi, naturalmente, o facto dela estar impeçando a rua do seu nome, saindo fora do moderno alinhamento (2), podendo também ser para alargamento do palácio contíguo.

Do destino das duas imagens de António Simões, nada sei.

Não logrei topar com descrição do templozinho, fôsse ela qual fôsse. Ao laborioso Gonzaga Pereira não sobrou o tempo para, em 1840, fixar pelo seu lápis fiel, as ermidas e capelinhas da cidade, de sorte que nem o seu aspecto exterior me é permitido esboçar aqui.

O sítio exacto onde a ermida ficava é que chegou ao meu conhecimento por informação do erudito e incansável investigador que foi o general Brito Rebelo, corroborada pela indicação fornecida pela planta de 1807, do engenheiro Fava.

---

(1) *Demonstração Historica do Templo de Nossa Senhora dos Martires*, por Frei Apolinário da Conceição, pág. 175 e segs.

(2) Esta ermida, diz o Padre Luiz Cardoso, pertencia à ordem de Malta. Algumas diligências que fiz na Tôrre do Tombo, para apurar, nessa fonte, alguma indicação, resultaram infrutíferas.

A fachada da ermida ficava voltada ao nascente.

Ficava ao princípio da actual rua de São João dos Bemcasados, indo das Amoreiras, ressaltando do alinhamento da fachada da casa nobre dos Anadias.

A indicação topográfica das plantas pombalinas é bastante confusa, dando idea de haver no local um bêco sem saída, todo cheio de recantos, ao fundo esquerdo do qual parece assentar o templo.

Essas casas nobres dos Anadias que hoje tornejam para a rua das Amoreiras, ostentando a meio do frontão do corpo central o brazão dos Sás (1), têm larga e nobilíssima história. Vou contá-la.

*

Tudo isso era muito diferente do que é hoje.

A capela suburbana pertencia no primeiro quartel do século XVIII às casas e quinta do mesmo nome de São João, que eram dos herdeiros de um Gonçalo de Almeida, cavaleiro de Malta, senhor da Casa da Cavalaria em São Pedro do Sul, irmão de Manuel António de Almeida, um dos valentes batalhadores da Nau Pilar no Cabo Matapan (2).

Neto de Gonçalo de Almeida, foi Manuel de Sousa de Almeida, governador e alcaide-mór de Alfaiates na guerra da Restauração, que, enviuvando de D. Brites Pereira, casou segunda vez com D. Violante Engrácia de Sá, filha de Aires de Sá e Melo e de sua mulher

---

(1) Campo enxequetado de prata e azul de seis peças em faixa, tendo a meio um peloirinho de prata. Timbre: Um búfalo de sua côr enxequetado de prata com uma argola nas ventas.

(2) *Summario de Varia Historia*, por Ribeiro Guimarães, t. I, pág. 17 (Manuscrito do capitão Lourenço Ribeiro Soares).

Isabel de Melo, senhora da Casa da Anadia, da qual teve geração (1).

Desta ligação é que de-certo reverteu para a Casa Anadia o palacete de São João dos Bemcasados.

*

Outro palácio próximo, no portal de São João dos Bemcasados, pertencia ao começar êsse século a D. Jaime de Melo, terceiro Duque de Cadaval, quinto Marquês de Ferreira, sexto Conde de Tentúgal, do Conselho de Estado e da Guerra, Estribeiro-mór dos reis D. Pedro II e João V, e muitas coisas mais. Naturalmente não serviriam de moradia à nobre família que possuía além do seu palácio do Rossio, a vasta e luxuosa residência de Pedroiços, onde passava o verão e onde dava deslumbrantes festas com fidalga freqüência.

Por morte do Duque D. Jaime, em 29 de Maio de 1749, ficou tal casa a seu filho D. Nuno Álvares Pereira de Melo havido em D. Maria Antónia Josefa de Leão Pelegrin (filha de Francisco Leão Pelegrin e de sua mulher D. Maria Antónia de Sotomaior) na constância do seu primeiro matrimónio com D. Luísa, viúva de seu irmão D. Luís Ambrósio de Melo, e filha de El-Rei D. Pedro II. Foi um dos dezoito filhos ilegítimos que o Duque teve.

D. Nuno nascera em 15 de Fevereiro de 1720. Foi Doutor em Teologia, Deputado da Santa Inquisição e da Mesa da Consciência e Ordens, Cavaleiro Professo na Ordem de Cristo, Familiar do Santo Ofício, e do

---

(1) Nobiliários manuscritos de Rangel de Macedo, Manso de Lima e outros, na Biblioteca Nacional.

Conselho de Sua Magestade (1). ¡Ou não fôsse êle filho de quem era!

O palacete de São João dos Bemcasados andaria talvez arrendado ou seria temporária residência, pela poética solidão do local, de alguma das senhoras a quem D. Jaime honrava com o seu afecto. Tudo simples conjecturas.

De 1757 a 1764 aqui morou D. Nuno (2). É de prever que já anteriormente lá residisse, visto que em 1756 fundou a ermida da Cruz das Almas, pegada a êste palacete.

*

De 1730 a 1732, teve o solar dos Anadias um notável inquilino: o *Infantinho D. Carlos*, filho do quinto João e da Rainha D. Maria Ana de Áustria.

*

O Infante era uma criaturinha débil, olheirenta e triste. Sofria horrorosamente de ásma e por esta razão, durante a sua curta e apagada vida, andou sempre de um lado para outro, a conselho dos médicos da Real Câmara, a-fim-de ver se a mudança de ares lograva aliviá-lo de tal sofrimento. Ora estava em Lisboa, ora nas Caldas da Rainha, ora em Cascais a tomar banhos, residindo nesta vila em casa do Marquês que lhe era muito afeiçoado, ao que parece, assim como sua esposa,

---

(1) *Habilitações para familiares do Santo Oficio* — Processo 2-35 de Nunes.

(2) *Livros da Superintendencia da Decima de Santa Isabel*, anos citados, e *Rois dos Confessados* desta freguesia.

D. Joana Perpétua de Bragança, irmã do Duque de Lafões, D. Pedro.

Em Lisboa, que eu saiba, teve três residências: no Palácio Real, na quinta do Malheiro, a que depois me referirei, e aqui no palacete de São João dos Bemcasados.

Diz a *Gazeta de Lisboa* de 28 de Setembro de 1730:

Sexta-feira da semana passada, foi a Rainha Nossa Senhora, com a princeza, o senhor infante D. Pedro e a Senhora Infanta D. Francisca, ao sitio de S. João dos Bemcasados, onde se achava o principe Nosso Senhor, e metendo-se o Senhor infante D. Carlos em uma sége de campo, com a Rainha Nossa Senhora; e montando as mais pessoas reaes foram ver a quinta dos Padres da Companhia de Jesus, no sitio de Campolide.

A *Gazeta* de 15 de Fevereiro do ano seguinte informa também:

Na segunda-feira, foi a Rainha Nossa Senhora com a Senhora Princeza ao Convento das Religiosas Trinas de Nossa Senhora dos Remédios de Campolide e de ali a S. João dos Bemcasados visitar o infante D. Carlos.

Assim falava o *Carnet Mondain* do século XVIII.

Certamente estas visitas se teriam repetido mais vezes. O solitário local, dominando uma boa porção da cidade, lavado de puríssimos ares, devia de ser, a miúde, freqüentado pelos côches e cavaleiros das reais comitivas.

D. Maria Ana de Áustria vinha buscar o infante a passear à Tapada ou visitá-lo simplesmente. De quando em quando entraria a Rainha, que tão mal casada era,

na ermida vizinha a fazer oração a «São João» ou a «Nossa Senhora da Boa Sentença». D. João V viria menos vezes. Preferia o caminho do Arco do Cego à estrada de Campolide.

De 1732 em diante nada encontro que justifique a estada aqui do Infantinho. Em Setembro dêsse ano estava em Cascais (1). Depois entrou a piorar e morria no Paço da Ribeira em 30 de Março de 1736 com vinte anos incompletos, pois nascera em Junho de 1716, sendo baptizado solenemente a 7 dêsse mês na Real Capela (2).

D. António Caetano de Sousa, na *Historia Genealogica da Casa Real* (3), diz-nos a propósito do Infantinho: *que escrevia com muita curiosidado e aceio.*

No tocante a outras prendas, informa-nos de que *tocava viola com muita dextreza.* O seu precário estado de saúde não lhe permitira maior ilustração.

Tenho uma especial simpatia por esta figurinha da côrte que os achaques trouxeram em bolandas. Não sei bem dizer porquê. O Infantinho sofreu muito; sofreu sempre. Devia de ser uma boa alma. Não há nada como o sofrimento para inspirar boas acções e purificar os espíritos.

Sempre que passo por São João dos Bemcasados recordo-me do hóspede dos Lafões e julgo ouvir através do ruído que sobe da rua, o plangente gemer da sua viola.

---

(1) *Gazeta de Lisboa* de 9 de Setembro de 1732.

(2) *Idem* de 13 de Junho de 1716. Na quarta-feira seguinte foi a Rainha a São Roque oferecer o recémnascido ao glorioso São Francisco Xavier. A *Gazeta de Lisboa* de 7 de Abril de 1736 diz que foi sepultado em São Vicente.

(3) Tômo VIII, pág. 480 v.º e 481.

*

De 1742 a 1745 residiram neste solar arrabaldino o Conde de Unhão, D. José Xavier, a Marquesa D. Maria José Francisca Xavier Baltasar da Gama, seus filhos D. Bárbara, D. Vasco, D. José, e D. Eugénia, D. Barbara de Figueiredo, nove familiares, dezassete criados, oito escravos e o padre capelão Manuel Esteves Teles.

*

Outra figura que eu invoco ao passar por estes sítios é a do César, polvilheiro, envôlto num manto que lhe cobria o hábito de burel de penitente, com um enorme barrete debaixo do braço, «tão limpo como balança de confeiteiro», e uma vara de pau santo, polido, na mão. Vagueava de olhos baixos e sem dar razão a qualquer elogio por que era vàdio acabado. Deixava que o tomassem por santo. Mal anoitecia desatava a tocar o sino desta ermida ou de outras, amotinava o mulherio, aterrava as crianças. O César que tinha sido polvilheiro, tratante de cavalos e cavaleiro de toiros a par do «Fava Sêca», do «Almeirãozinho», do «Corcunda» ou do «Gaieta» andara fugido não sei porque malefícios e aparecera então, aí por 1777, arvorado em milagreiro e penitente. Um dia foram-lhe à mão e acabaram-lhe com a imposturice.

São João dos Bemcasados teve de perder esta figura bairrista (1).

---

(1) *Teatro de Manuel de Figueiredo,* tômo XIV, notas, pág. 366 a 368.

*

A «mulher do cavalo branco» foi outra visão dêste pedaço do velho Campolide. Aí pelo tempo dos franceses andava ela galopando de noite, pelos subúrbios menos povoados da capital, vestida tôda de branco, montada num cavalo branco e seguida por dois pretinhos também vestidos de branco. Os filhos de Agar, à guisa de pagens, empunhavam archotes acesos, nas noites escuras. ¡Era uma visão fantástica! O povo aterrava-se e fugia, os boatos mais inverosímeis corriam tanto como ela, e a polícia, Novion, Lannes e Junot, chegaram a preocupar-se com a alma do outro mundo que andava a cavalo.

Uma vez o Marquesinho de Fronteira, que isto conta nas suas *Memórias* (vol. 1.º, pág. 328 a 329), ia de carruagem com as tias, pelo Arco do Carvalhão, quando o fantasma surgiu. O cocheiro, mal a avistou, meteu a carruagem a tôda a brida para a ribeira de Alcântara e gritou para dentro, aterrado:

—¡A mulher do cavalo branco!

A imaginosa criatura que assim se entretinha, era D. Margarida da Cunha, irmã da Marquesa de Alorna. Soube-se depois. A polícia acabou por prendê-la e Junot encerrou-a num convento. Quando o Fronteira a foi encontrar mais tarde, na grade de Chelas, acompanhando a irmã viúva do Marquês que morrera, depois da retirada da Rússia, em Hoenigsbergs, *de saudade*, *de frio e de fome*, não lhe encontrou vestígios das excentricidades que a tinham notabilizado.

*

A casa de São João dos Bemcasados passou, depois, naturalmente por herança, a outra figura primacial do seu tempo, a Aires de Sá e Melo, Secretário de Estado do tempo de Pombal, possuïdor de numerosos empregos e de não menos abundantes honrarias, o qual é era sobrinho-neto de D. Violante Engrácia de Sá, mulher do alcaide-mór de Alfaiates, Manuel de Sousa de Almeida (pág. 449, *in fine*). Em 1766 já a casa era dêle, estando avaliada para o efeito da décima, em 700$000 réis de rendimento anual, juntamente com os terrenos que lhe pertenciam (1).

De 1765 até 1785, esteve habitando a casa D. Joana Perpétua de Bragança, irmã do Duque de Lafões D. Pedro Henriques de Bragança Sousa Tavares Mascarenhas da Silva e neta, como êle, do Infante D. Miguel, filho legitimado de El-Rei D. Pedro II e da francesa Ana Armanda Duverger (2).

Com ela morou, de 1771 a 1778 pelo menos, sua sobrinha D. Ana Rita Quitéria. Nessa época D. Joana Perpétua tinha, entre a basta criadagem, um moço de cozinha, chamado José do Telhado. Em 1782 moravam ali também, D. Francisco de Sousa e Silva Meneses e uma filha, o armeiro-mor D. José Francisco da Costa e o Duque de Lafões. Êste, em 1779 e em 1783 também lá é dado como residente.

---

(1) *Livro da Superintendencia da Decima de Santa Isabel*, do ano de 1766.

(2) *Rois dos Confessades da Fraguesia de Santa Isabel.*

*

D. Joana Perpétua, nascera em 11 de Novembro de 1715 numa segunda-feira (1), e fôra baptisada com singular pompa a 25 de Dezembro seguinte, pelo Cardial da Cunha, no palácio de seu pai, servindo de padrinho El-Rei e assistindo tôda a côrte (2). João V presenteou a afilhada por ocasião da crisma, em 1719, com um fio de pérolas de três pingentes, avaliado em trinta mil cruzados. Prenda verdadeiramente real (3).

Em 20 de Setembro de 1738, casou, no palácio dos Marqueses de Arronches, ao Carmo, com D. Luiz José de Castro Noronha Ataíde e Sousa, quarto Marquês de Cascais e décimo Conde de Monsanto. O casamento foi motivo de festas esplendorosas que não resisto à tentação de descrever por alto.

Foi madrinha a mãe do noivo e padrinhos seus tios, o Marquês de Marialva e o Conde da Ponte. Fizeram de «braceiros», da noiva, o Duque de Lafões, e da madrinha, Nuno da Silva Teles. Caudatários, foram o, depois Duque, D. João Carlos de Bragança e D. Pedro de Noronha, senhor de Vila Verde. Recebeu os noivos, o pároco do Sacramento, na presença de tôda a côrte, que os acompanhou depois, em carruagens de gala, até o palácio do Couto de São Mateus, em cuja igreja se achava exposto o Santíssimo. Cantaram-se as vésperas de São Mateus, padroeiro e protector da casa dos Marqueses e depois, no palácio, numa sala, de-certo lindamente ornamentada, serviu-se um *lunch*, como hoje diríamos, ou um púcaro de água, como

---

(1) *Gazeta de Lisboa* de 16 de Novembro de 1715.
(2) *Idem* de 27 do mesmo mês e ano.
(3) *Idem* de 4 de Maio de 1719.

era então. Houve doces, frutas, bebidas delicadas, água gelada e muita animação.

No dia seguinte realizou-se um extraordinário banquete *para cavalheiros e senhoras*, diz a *Gazeta*, com três mesas diferentes. ¡Cada mesa tinha três cobertas de cozinha, com uma totalidade de quinhentos e vinte pratos! Isto sem contar com as delicadezas da copa.

Como se tão estupenda comezaina não bastasse, houve ainda uma quarta coberta só de doces, frutas e geleias nevadas.

O leitor fará ideia desta monstruosidade se eu lhe disser que para refrescar tais mimos de doçaria se gastaram quarenta arrobas de gêlo. ¡Uma barbaridade (1)!

Passemos adiante.

El-Rei, talvez como brinde de noivado, concedeu a D. Joana Perpétua as honras de duquesa, por *carta régia* da mesma data do casamento, indo a agraciada recebê-las ao paço em 26 do mesmo mês. Mais tarde teve também o tratamento de *sobrinha* (2).

*

Em 14 de Março de 1745, faleceu, na quinta da Aremanha, onde então residia, o Marquês de Cascais, cheio de moléstias e de dívidas. Recolheu a viúva à côrte, e logo a 27 do mesmo mês, com uma rapidez

---

(1) *Gazeta de Lisboa* de 25 de Setembro de 1738, pág. 468. Numa das Academias Literárias da época debateu-se o seguinte problema: ¿A qual dos dois monarcas pertencia maior glória neste casamento, se a D. Pedro II por ser progenitor da noíva, se a D. João V por ser a causa dêle? Defendeu a primeira parte Alberto José de Passos, e a segunda Frei João de S. Tomás — Códice 127 da Colecção Pombalina da Biblioteca Nacional, pág. 76-84.

(2) *Gabinete Historico*, vol. VII, pág. 146 e segs.

que bem demonstra a fúria dos crèdores, principiou o leilão de todo o recheio do seu palácio do Couto de São Mateus. Carruagens, bêstas, mobílias e alfaias tudo foi apregoado (1).

Falava-se em que ia então residir para o palácio o infante D. Manuel, mas aos crèdores agradou-lhes certamente mais a notícia de que certo negociante oferecia por êle seis mil cruzados de renda. Só um dêles, que era D. João de La Cueva, era crèdor de setenta mil cruzados (2).

Onde residiu então D. Joana de Bragança, não sei. Em 1769 morava no palacete de São João dos Bemcasados com um estado de vinte criados. A parte rústica andava arrendada a um tal António Carvalho Ribeirinho e a renda do paláçio era de 528$000 réis anuais (3).

*

Em um interessantíssimo documento, consultado pelo falecido escritor Alberto Pimentel, no copioso arquivo da casa do Marquês de Valada, subscrito por D. Joana Perpétua e da sua própria letra, acha-se o seguinte período referente a uns papéis da testamentaria do Duque, seu irmão, e que diziam respeito à existência de uma filha natural do mesmo:

«Estes dois papeis achei em uma gaveta de um escritorio que estava na quinta da Torrebella e muitos

---

(1) *Mercurio de Lisboa* de 27 de Março de 1745, pág. 328.

(2) *Idem*, pág. 332 v.º

(3) *Livros da Superintendencia da Decima de São Sebastião da Pedreira*, ano respectivo — Em 1780 a renda baixara a 400$000 réis.

ànnos os conservei juntos em uma papeleira *que na ocasião do incendio desta casa de S. João dos Bemcasados*, deitaram da janella abaixo e se fez em pedaços espalhando-se os muitos papeis que nella estavam e como foi em noite tenebrosa perderam-se alguns e entre elles o segundo papel que era em meia folha escrito», etc. (1).

Houve pois um incêndio no palacete de Aires de Sá e incêndio violento, acrescido com a circunstância de se ter ateado em uma noite tenebrosa chegando a atirar-se os móveis pela janela abaixo, como se vê do documento transcrito. Vamos a vêr se se apura a data do sinistro.

O documento acima está assinado por D. Joana Perpétua em data de 1 de Junho de 1783, na casa de São João dos Bemcasados (2). Temos já, pois, uma referência, e importante, visto que a casa estando já nesse tempo em estado de habitar-se, depois do violento fogo, marca para dois ou três anos atrás, pelo menos, a data do acontecimento. Havia mister de fazer obras e tudo isso levava tempo.

Ora, no cartório do convento do Rato, que existia na Delegacia do Tesouro do distrito de Lisboa (3), estava um documento do qual se concluia ter ido para lá recolhida em 28 de Agôsto de 1780, D. Joana Perpétua (4).

Julgo não ser desconsertado ligar os dois factos e a ser assim o incêndio tinha-se dado nêsse mês e ano,

---

(1) *As amantes de D. João V*, por Alberto Pimentel, pág. 214.

(2) *Idem*, pág. 219.

(3) Todos os cartórios conventuais que estavam nesta repartição do Estado, foram totalmente destruídos pelo incêndio das *Encomendais Postais*, ocorrido em 2 de Maio de 1919.

(4) Citado Cartório — Caixa n.º 10.

obrigando a viúva do Marquês de Cascais a recolher-se ao vizinho mosteiro. Nada mais natural nem mais possível.

Em 20 de Agôsto de 1785, falecia D. Joana no palacete de São João dos Bemcasados sendo sepultada no dia seguinte no convento de Santa Catarina de Ribamar. A côrte tomou luto dois meses e houve sincero pezar. Era uma senhora bastante culta e uma figura saliente do seu tempo.

A sua correspondência com seu irmão D. João Carlos, segundo Duque de Lafões, exilado na Áustria, feita em forma de diário, é uma colecção de altíssimo valor; dizem.

Relata miùdamente todos os sucessos notáveis da côrte de El-Rei D. José durante anos seguidos. Tentei manuseá-la e lê-la, mas os esforços que fiz nesse sentido resultaram infrutíferos (1).

¡ Que fonte copiosíssima de notícias não estará ali represada!

*

Durante a estadia aqui de D. Joana Perpétua, outros dois hóspedes da real família se vieram curar aos ares lavados de São João dos Bemcasados. Quem o diz é a fidalga inquilina numa das cartas preciosas escritas a seu irmão, e quem mo disse foi o ilustre professor e meu erudito amigo D. Tomaz de Melo

---

(1) Esta colecção de documentos acha-se em poder da família do sr. D. Caetano de Bragança, no Palácio do Grilo. Em Março de 1917, no jornal *O Dia*, transcrevem-se excertos de duas cartas de D. Joana Perpétua a seu irmão D. João Carlos, cedidas àquele diário pelo sr. D. Caetano. Não interessam a São João dos Bemcasados.

Breyner, Conde de Mafra, a quem D. Caetano de Bragança a mostrou. Os «reais meninos», expressão da carta, vieram tratar-se da tosse convulsa. D. Joana Perpétua noticia as melhoras dos príncipes e refere o quadro encantador de uma merenda na quinta que muito os divertira, principalmente — é de prever — porque ela mandara vir os «pretos da Rabicha» que cantaram modinhas à viola e dansaram o lundum.

Deviam de ser, talvez, os doentinhos, os filhos de D. Maria I: — o príncipe D. José, D. João, depois D. João VI e a infanta D. Mariana Vitória.

Numa carta do Duque para a irmã dá-se uma curiosa notícia também. D. Pedro, escrevendo de Viena de Áustria, conta que num sarau, em sua casa, se apresentara um menino-prodígio, tocando piano. E diz-lhe o nome. Era Mozart.

*

Aires de Sá e Melo, o proprietário da casa cujo destino vamos apurar, antigo Embaixador em Madrid e Ministro Plenipotenciário em Nápoles, Conselheiro da Fazenda e Secretário de Estado da Guerra e dos Negócios Estranjeiros, Fidalgo da Casa de Sua Magestade, Cavaleiro do Hábito de Cristo e Familiar do Santo Ofício, morreu em 10 de Maio de 1784, sucedendo-lhe na casa seu filho, João Rodrigues de Sá e Melo que foi o primeiro Visconde e primeiro Conde do Anadia, vila de que era donatário. Houvera-o do seu casamento com D. Maria Antónia de Sá Pereira, filha de Manuel de Sá Pereira, senhor de Mangualde e de numerosos morgados.

João Rodrigues de Sá habitou o palacete de São João dos Bemcasados em 1790, por exemplo, tendo

estado a casa devoluta em 1786, 1787 e 1788 (1). Casou o primeiro titular da Anadia com D. Maria Antónia de Carvalho Cortez de Vasconcelos da qual não houve geração, passando o título, por isso, para seu tio materno José António de Sá Pereira, primeiro visconde de Alverca, e dêste para sua filha, D. Maria Luiza de Sá Pereira, casada com seu tio Manuel de Sá Pais do Amaral de Almeida Quifel Barberini, os quais foram segundos Viscondes de Alverca e terceiros Condes da Anadia. O quarto Conde, filho dêstes, foi José Maria de Sá Pereira do Amaral Almeida Qui-Barberini, o popular, boémio e fidalgo Conde da Anadia, falecido na flôr da vida depois de uma irrequieta mocidade, deixando três filhos; Manuel, o quinto Conde, que tinha casado com D. Maria da Graça de Barros Lima, falecido em Lisboa em 22 de Outubro de 1902, deixando quatro filhos, um dos quais, o mais velho, é o actual sexto Conde, José Maria de Sá Pais do Amaral; José, Visconde de Alverca, pai do actual quinto Visconde de Alverca e de uma senhora D. Filipa; e Carlos, primeiro Visconde e primeiro Conde de Alferrarede, também já falecido em 4 de Agôsto de 1909, na casa de São João dos Bemcasados, deixando viúva a sr.ª Condessa D. Maria da Luz de Barros Lima, e uma filha D. Maria da Assunção, actual Condessa de Calhariz.

Tais foram os donos da antiga residência dos senhores da Casa da Cavalaria de São Pedro do Sul.

O Palácio pertence hoje à sr.ª Condessa de Alferrarede, que nêle reside no segundo pavimento da parte que torneja para a rua das Amoreiras.

---

(1) *Livro da Decima — Superintendencia de Santa Isabel* — anos respectivos.

*

O palácio de São João dos Bemcasados foi habitado pelos Anadias desde 1789 a 1793. Em 1794 passa a residir lá a Condessa de Vimieiro (D. Teresa Josefa de Melo Breyner) e aí se demora até 1797. Em parte da casa, moraram também os Seabras. Vejo mencionado como morador Lucas de Seabra da Silva em vários anos desde 1795 a 1809, e seu irmão José Maria de Seabra e família, de 1818 a 1824. Os Anadias voltaram a residir em São João dos Bemcasados de 1802 a 1804. De 1798 a 1819 residiu em parte da casa o Ministro Napolitano, por sinal que logo no primeiro ano se realizou ali o leilão das alfaias do Marquês de Oyra, embaixador espanhol que fôra na nossa côrte (1).

Cumulativamente outros inquilinos teve: o Marechal de Campo José António Mangas, em 1803; Avril, general francês de infantaria, em 1808 (2); o Visconde de Alverca proprietário, então, do palácio, em 1812; a Condessa da Anadia, viúva, e Matias José Dias Azêdo, de 1814 a 1817; em 1818 o Conde de Wansen e suas filhas Frederica e Henriqueta; ainda em 1819 as duas Condessas da Anadia (3); e em 1811, no primeiro andar,

---

(1) *Gazeta de Lisboa* de 1798. A *Gazeta* de 20 de Janeiro de 1797, anunciava a venda de carruagens, móveis, cristais e louças do Ministro Napolitano, nesta rua. ¿ Seria outra a casa e teria êle mudado depois para o Palácio? ¿ Seria a residência do antigo ministro ?

(2) *Calendrier de Lisbonne pour 1808* — Almanaque da época.

(3) Na tradição familiar dos Anadias vive o quadro bucólico-cortezão destas duas fidalgas, passando horas às janelas do palácio, conversando com quem passava no caminho arrabaldino, sempre decoradas com os hábitos da Malta. Quando era o Núncio quem cruzava o suburbio, prolongava-se o colóquio. Guar-

uns generais inglêses e Pedro Inácio de Gouveia, oficial maior da Secretaria da Intendência da Polícia, que também trazia a quinta de renda, e no segundo pavimento o Tesoureiro das Tropas, Matias José de Andrade e o Coronel Caetano António de Almeida (1).

Como se vê o palácio estava dividido em quatro moradias.

Em 1821 andavam obras na casa em que então residia a terceira Condessa, obras que se repetiram em 1830 (2).

Em 1822 residia lá Pedro Alexandrino Cavroé; de 1825 a 1830, o Conde Manuel de Sá Pais do Amaral e o Baílio Bernardo Pais do Amaral; de 1830 a 1831 o Conselheiro Diogo Vieira Tovar e José Maria de Seabra; de 1830 a 1834, o Desembargador José Pedro de Quintela; de 1833 a 1834, a Condessa da Louzã, viúva; em 1842, o Visconde de Molelos; em 1848, a Viscondessa de Magé e Lourenço Correia Manuel de Aboim que ainda aí vejo dado como morador em 1853 e 1854 (3).

Por várias vezes apareceram nas *Gazetas* anúncios de arrendamento do palácio e de leilões lá realizados. como o da *Gazeta* de 31 de Março de 1801, que anuncia um, dos trastes de um cavalheiro inglês que lá residia.

O *Periodico dos Pobres* de 19 de Setembro de 1834 noticia arrendar-se parte da quinta, assim como

---

dou-se, assim, a memória da Condessa D. Maria Joana (*Informação gedtilíssima da sr.ª Condessa de Alferrarede e do sr. Conde de Mafra*).

(1) *Livros da Decima — Superintendencia de Santa Isabel* — Ano de 1811.

(2) *Idem* — Anos de 1821-1830.

(3) *Rois dos Confessados da Freguesia de Santa Isabel* — anos referidos.

outro anúncio da *Cronica Constitucional* (n.º 20) de 17 de Agôsto do ano anterior. Já a *Gazeta* de 8 de Fevereiro de 1815 anunciava também o arrendamento do palácio.

Um dos inquilinos do antigo solar arrabaldino de Lisboa é o sr. Conde de Mafra, o douto professor D. Tomaz de Melo Breyner, meu ilustre e erudito amigo (1).

Na parte da casa, à esquerda do portão principal, onde antigamente eram a Biblioteca e o Teatro, a que adiante me referirei, residem hoje os srs. Condes de Calhariz, filha e genro da ilustre proprietária.

*

A capela moderna, feita com restos da antiga, está hoje nesta parte da casa com entrada pelo átrio que a serve e sem aspecto exterior.

Iluminam-na duas janelas que dão para o poente. O altar-mór de madeira marmoreada a verde e doirado, tem um retábulo (fim do século XVIII) representando um casamento místico onde figuram os esposos trocando os anéis esponsalícios, o celebrante de casula e um acólito com a salva das alianças.

É frouxa pintura. Aos lados, em mísulas, um São Pedro de Alcântara, de mármore, e uma Senhora do Monte do Carmo, de madeira, estofada.

Nas paredes laterais, sob dois quadros, pinturas em tela, representando um, São Jerónimo, e outro uma Virgem, estão dois nichos quadrangulares, cheios de relíquias trazidas de Itália pelos Anadias diplomatas.

No da esquerda vê-se um crucificado; no da direita, uma Senhora das Dores.

No côro está uma tela emoldurada, do retábulo,

talvez, de um altar da antiga capela, representando São João Baptista condenando Herodes por estar mal casado. Uma imagem de São João Baptista está também no altar-mór, mas é do fim do século XVIII, como o retábulo. Das velhas imagens de António Simões, não há o menor vestígio.

CAPITULO XX

SUMÁRIO: Um artigo de Bulhão Pato, sôbre a «Casa Anadia» — Preciosidades que lá se continham — Quadros de Vieira Portuense e de Sequeira — A baixela de prata e as jóias — As festas em casa do Conde de Anadia — Os habituais convivas — Apreciação que Bulhão Pato fez do popular Conde de Anadia — Um raro exemplar de faiança — O teatrinho do Palácio — O Palácio Real de Campo de Ourique — A rua de São João dos Bemcasados — A Joaninha Italiana — A rua do Portal de São João — A questão dos Polvoristas — A Fábrica da rua Formosa — São intimados a saír de lá os Polvoristas — Marca-se-lhe local para a Fábrica em São João dos Bemcasados — Resistem e conseguem vencer o Senado da Câmara — Duas terríveis explosões de pólvora em 1576 e 1745 — Casos extraordinários que então se deram — A Tôrre da Pólvora e as casas da Pólvora — A casa dos Laguares — *O Arco do Carvalhão* — Diz-se quem era êste *Carvalhão* — Chega-se à *Cruz das Almas* — Onde era, e o que era a Cruz de São João dos Bemcasados — O portão n.º 221 da rua das Amoreiras — Estabelece-se uma hipótese aceitável — O brazão dos Rebelos e o portal sôbre que êle assentava — De quem eram as casas que tinham a cruz — A ermida da Cruz das Almas — Diz-se quem foi o fundador — Descreve-se o interior — Um lindo rodapé de azulejos do Rato — Descrevem-se as alegorias da composição — Um Batalhão Nacional aquartelado neste sítio — O Instituto Branco Rodrigues — A casa de *Junot!*

Bulhão Pato, no n.º 46 da revista literária *Os Serões*, publicou um delicioso e evocador artigo subordinado ao título *A Casa Anadia*. Ninguém dirá que o escrevia um octogenário. ¡Que frescura de frase! ¡Que

colorido de linguagem! ¡Dir-se-ia o estilára a pena romanesca de um rapaz de vinte anos!

Por êsse artigo, preciosíssimo, algumas notícias se colhem do que foi êsse lar fidalgo do qual escreve o poeta:

— *Passei ontem por lá. ¡Portas, janelas, tudo fechado! ¡O que aquilo foi!*

Tinha razão. Pato caçara, na quinta, galinholas, saboreara os alperches sumarentos do pomar, provara os vinhos da cave e gostara a mesa e a conversa dos Anadias. Era, realmente, para ter saüdades.

*

Na casa Anadia havia notáveis obras de arte. O avô de José Anadia era um artista. No seu palacete, entre muitas pinturas nacionais e estranjeiras que o encantaram, tanto como o encantara o dono da casa, tinha visto o austero Raczynski, dois quadros de Vieira Portuense: *Venus e o Amor* e *A Condessa de Atouguia armando os filhos cavaleiros*. Do grande Sequeira também lá existiam pinturas.

O quadro *Martim de Freitas*, considerado obra mediocre por Raczynski, ainda lá está na escada principal, no segundo patamar. O «retrato de senhora», levou outro rumo.

Venus e o Amor, fazendo frente a outra tela (talvez *Venus e Marte*) também de Vieira Portuense, encontram-se no mesmo patamar. Raczynski não se refere a êste quando trata das obras de arte da casa da Condessa da Anadia.

Numa das salas da senhora Condessa de Alferrarede conserva-se ainda o quadro olandês (pintura em tábua) a que o mesmo crítico se referiu. O quadro «*a*

Condessa de Atouguia armando os filhos cavaleiros, ficou para outro ramo da família.

Em obras de prata, possuía a Condessa D. Maria Luiza dois vasos que, na opinião do mesmo severo crítico, eram notáveis espécimes das obras de ourivesaria de «Cinquecento», e uma soberba peça batida pelas extraordinárias mãos de *Cellini* que foi vendida em Londres, para partilhas por morte do Conde D. José, pela bonita quantia de vinte contos. Consta que depois o comprador a revendeu por mais do dôbro.

Depois das jóias da corôa não havia em Portugal outras que se avantajassem às desta casa. Dois brilhantes de uns brincos antigos que tinham sido da irmã do Conde, D. Maria das Dôres, foram vendidos por dois contos de réis.

No palácio de São João dos Bemcasados não se deram festas de estrondo, bailes ruidosos como os do Viana, do Carvalhal, do Penafiel ou do Farrobo. As festas que ali se deram revestiram sempre um carácter íntimo, magníficos jantares, pequenas reüniões de conversa que eram adoráveis.

Dou a palavra a Bulhão Pato:

«Os jantares sempre primorosos, nos dias festivos tornavam-se banquetes, onde o mais ilustre discipulo do Mata tinha rasgos de Napoleão nas baterias de cozinha.

«¡Que mesa! Os centros antigos do mais fino lavor; soberbos candelabros, cristais de Boemia e Veneza, loiças em que os padrões do oriente se mediam com os exemplares relativamente modernos das fabricas da Europa.

«O velho mordomo em pé, atraz da cadeira do conde, imovel, dirigia com os olhos os criados. E no meio de tal grandeza e rigor no serviço, uma intimi-

dade familiar, um *á vontade* que dispunha deliciosamente o animo de todos os convivas. Nada de hirto e convencional.

«Vinhos francezes de primeira ordem.

«Da velha cave saia o Douro e Madeira, como raros provam hoje: Córgo, Sercial, Pallido, Terran, Treas, Verdelho, Malvasia das propriedades do conde de Carvalhal.

. . . . . .

«Aos jantares e serões frequentes vinham os irmãos da condessa, que eram numerosos, e uma irmã, D. Carlota, casada ao tempo com D. Simão Anadia e, por morte dêste, em segundas nupcias, com o marquez de Oldoini, ministro de Italia em Portugal; tambem, como a irmã, gentilissima senhora.

«O mais velho dos irmãos, marquez de Fronteira e de Alorna, bello homem na estatura e no porte, musico de talento e um mestre ao piano. Que trechos soberbos dos grandes autores nos deu n'aquelles deliciosos serões!

«Os intimos eram Simão Aranha e Luiz Aranha com sua mulher, D. Isabel da Camara, irmã mais nova do conde de Carvalhal, a minha querida Isabel, criança que trouxe ao collo e senhora exemplar de virtude como esposa e mãe, cujo perfil grego revelava os dotes da sua alma de eleição.

«Deixou uma filha em tudo exemplar condigno de tal mãe.

«D. Manuel de Almeida (Lapa), General Bezerra, José Palha, José de Avellar, Domingos Martins Peres e eu, compunham o circulo limitado d'aquellas encantadoras reuniões.

«Quasi todos esses cairam, há muito, na terra do esquecimento.

«Aqui está porque passando hontem pela casa Ana-

dia, pintada agora de côr de rosa flamante se me afigurou triste e negra... como a tumba»!

*

Da avó de José Anadia, dizia o solitário do Monte de Caparica: «... estou a vê-la na sua berlinda de esmalte amarello, puchada a duas muares de Alter do Chão. Vivêra nas primeiras cidades da Europa, e largo tempo em Roma. Muito inteligente, devotada ás letras e ás artes, primorosa no trato e, como a marquesa de Alorna, de sangue peninsular e vivo».

Dela disse também Raczynski:

«É impossivel ter maior bondade... Não conheço ninguem que a não estime e diga bem d'ella».

Com referência à fidalga boémia em que viveu o popular Conde de Anadia, são interessantes as referências de Bulhão Pato:

«Arranjaram-lhe reputação — falsa e empeçonhada da malidicencia com que se baba a inveja macilenta e mordaz. Diziam, por menospreso, que frequentava o Retiro dos Pacatos, o Papagaio, o Perna de Pau e o Colete Encarnado. Frequentava, tinha êsse bom gosto, como o tem agora quanto ahi ha de mais escolhido na inteligencia e na educação — que lá vai para comer o peixe frito ao ar livre, a alface perfumada de pimpinella, criada nos alfôbres mimosos e regados pela nora gemente, beber o copo tirado do pichel espumante e sem confeição, gostar a açorda de coentros e de espinafres, improvisada á ultima hora por um assador de boa mão para adubar apetitosos bocados; tudo isso

nos espairecidos e graciosos retiros das hortas de Lisboa.

«Acudam-lhe, emquanto é tempo, que vão desaparecer os deliciosos retiros: basta ser coisa nacional para darem cabo della.

«Conde da Anadia, estivesse onde estivesse, na feira de Agualva ou na de Sacavem, falando cigano com o seu compadre Botas, era sempre um gentil-homem.

E mais adiante:

«O conde de Anadia era alto, elegante, rosto de colorido ardente, beiços vermelhos, olhos cor de avelã, portuguezes e de viva scintilação.

«Inteligente, e, comquanto lhe faltasse cultura literaria possuia gosto nativo. Em tudo o denunciava: na simplicidade do trajo, na escolha de uma joia antiga, no anel, na corrente, nos sinetes do soberbo relogio, nos seus trens governados por António Simão, um dos aurigas mais afamados de Lisboa».

Tal era o conde apreciado pelo cintilante espírito justiceiro do poèta da *Tôrre de Caparica.*

*

Mais duas notas ainda.

No belo livro de José Queiroz, *A Cerâmica Portuguesa*, cita-se um esplêndido exemplar de faiança — bastante raro — datado de 1741, que existia numa das salas dêste palácio (1).

Houve aqui em tempos (princípios do século XIX)

(1) *Cit. obra.*, pág. 30. Está hoje no Palácio de Mangualde.

um teatrinho particular dos poucos que nesta data existiam em Lisboa. Mencionam-no Balby (1) e Perestrelo da Câmara (2). Ficava, como já disse, na parte ocidental do Palácio.

Deixando a moradia, por tantos títulos notável e recordando o infantinho D. Carlos, D. Joana de Bragança e esta linhagem ilustre dos Anadias, digo como Bulhão Pato, olhando a fachada agora pintada de amarelo:

¡O que aquilo foi!

*

Quando, depois do terremoto, se procurou logar para a edificação do projectado Palácio Real, foi êste sítio o preferido, pelo menos por Manuel da Maia e Carlos Mardel. O decreto de 2 de Julho de 1759 diz, precísamente, quanto à demarcação (de que por muito tempo se conservaram os «marcos») do terreno escolhido, que êste ia, *pela banda do nascente desde o mosteiro do Rato até São Bento da Saude;* pelo sul *desde o principio da calçada de S. Bento caminhando por ela acima até o largo do Senhor Jesus da Boa-Morte;* pelo poente, *desde o dito largo do Senhor Jesus da Boa-Morte, caminhando pela rua que dele sai, até ao armazem onde se enxuga a polvora;* e pelo norte, *desde os Arcos das Aguas Livres e sitio onde estão os Arcos que cortam a estrada que vai pelo Arco do Carvalhão para a quinta do Sargento-Mór, até ao dito largo de S. João dos Bemcasados.* O decreto mandava também abrir ruas e arruá-las para que se pudessem edificar casas.

---

(1) *Essai Statistique du Royaume du Portugal,* Paris 1822.

(2) *Descripção de Lisboa em 1839,* por Paulo Perestrelo da Câmara.

Outro documento, do mesmo ano, diz o seguinte:

«*Tenho resoluto que o palacio da minha residencia seja edificado na elevação de Terreno superior ao Tejo e a cidade de Lisboa que faz entre o largo de S. João dos Bemcasados e o caminho que vai do Senhor Jesus da Boa-Morte para o Rato: demarcando-se no rumo do norte pelo largo, da mesma quinta de S. João dos Bemcasados até os Arcos das Aguas-Livres, na parte em que por eles desce a estrada que vai para a quinta do Sargento-Mór e se termina na Ribeira de Alcantara: no do poente pela mesma ribeira descendo do ponto onde se termina a sobredita estrada. té ao fim da quinta do Loureiro: no do sul, pela estrada e Rua que se descobrir em linha recta da sobredita ribeira para N. S.ª dos Prazeres, ficando ao norte dela as terras de Bartolomeu Domingues, e quinta chamada do Bahuto até á outra rua nova que tambem manda demarcar para sair por linha recta ao dito Aqueduto das Aguas Livre,: e no rumo do nascente pela ultima rua acima indicada. O Dr. Manuel José da Gama e Oliveira, dezembargador da casa da Suplicação proceda, com os engenheiros Elias Sebastião Pope e Carlos Mardel a avaliação das propriedades particulares para indemnizar em dinheiro de contado ou em padrões de juro á escolha*» (1).

As demarcações estão feitas com clareza que dispensa maiores referências topográficas modernas. O terreno demarcado era vastíssimo, certamente para traçado e plantação de jardins, parque, tapada, etc.

O risco para o palácio foi feito pelo arquitecto João

---

(1) A avaliação fêz-se. Volume 1 do *Repertorio das Leis Extravagantes*, pág 85

Antinori em casa de quem, em Roma, Cirilo Volckmar Machado o viu.

Êste Antinori foi casado com uma portuguesa e viveu algum tempo em Lisboa, tendo sido empregado na Casa do Risco como ajudante de Eugénio dos Santos. Era contrário ao Marquês de Pombal, razão porque foi obrigado a fugir de Portugal. Para o palácio houve outro risco feito por Mardel (1). Êste ou o do italiano esteve muito tempo na Sala do Risco. Di-lo Ratton nas suas *Recordações*.

E é o que sei sôbre o projectado palácio.

*

A rua de São João dos Bemcasados que vinha da rua «dos Pousos» (depois de Campo de Ourique) até a das Águas Livres», devia de ter sido aberta depois de 1755 pondo em comunicação os dois bairros. A planta levantada em 1756, a que tenho feito constantes referências, mostra naquele ponto um pátio ou bêco sem saída, para serventia da ermida e do palácio. Vejo, ainda hoje, junto ao embasamento das dependências da casa dos Anadias, que seguem o alinhamento da rua, vestígios de degraus.

Noutra planta da frèguesia de Santa Isabel, elaborada pelo sargento-mor José Monteiro de Carvalho (2) já aparece a rua delineada e aberta, assim como em outra, que possuo, datada de 1785 (3).

---

(1) *Diccionario de Engenheiros e Architectos*, por Sousa Viterbo, 1.º vol, pág. 42.

(2) Plantas existentes na Tôrre do Tombo de que possuo cópia.

(3) Oferecida pelo saüdoso Visconde de Castilho, em 1908.

O local, em 1742, tinha apenas cinco fogos. O terremoto trouxe-lhe maior população. Em 1756 já os fogos são quarenta e seis, quando no ano anterior eram onze. No final do século (1796) mencionam-se nos *Róis*, cinqüenta e um.

Os *Livros da Decima* de 1762, que são os primeiros da riquíssima colecção do Arquivo do Tribunal de Contas, dão-nos notícias de algumas moradias dignas de menção nesta recente artéria.

Do lado da casa dos Condes e para lá da ermida, tinham a sua residência o Desembargador Jansen Moller e o Principal Moura, em 1764 e anos seguintes (1).

Os *Rois dos Confessados* também são palreiros.

Com o seu auxílio vou dar aqui a nota de alguns moradores notáveis. Já alguém, com espírito, chamou a esta minha obra *arqueologia do inquilinato*. ¡Paciência! Já agora tem de ser (2).

De 1770 a 1778, as famílias do Arcebispo de Lacedemónia e do Principal Moura.

De 1786 a 1788 o Desembargador Francisco Xavier da Silva e Moura.

De 1749 a 1762, a família Andrade Corvo, é dada aqui como residente; Monsenhor Pestana, de 1753 a 1762; João Baptista Maigre, de 1780 a 1801; e José da Cunha Tavares, de 1780 a 1787.

De 1784 a 1791 José Xavier Carneiro Zagalo e Melo e sua mulher D. Teresa Maria Ana de Lacerda e família. Noutro ponto diz-se que a residência desta gente era ao Portal de São João, do lado direito subindo.

---

(1) *Livros da Decima — Superintendencia de Santa Isabel* — Anos respectivos.

(2) Foi o meu camarada Norberto de Araújo num seu artigo apreciativo, publicado no *Diario de Lisboa* quando do aparecimento do segundo volume desta obra.

Já em 1745 residia aqui a família Zagalo. A *Gazeta* de 15 de Novembro dêsse ano, noticia ter falecido na quinta dos Bemcasados, de uma dilatada doença, em 16 do mês anterior, D. Luiza de Oliveira e Quinhones mulher do Desembargador Rodrigo de Oliveira Zagalo, Fidalgo da Casa, Cavaleiro de Cristo, e Procurador da Fazenda Real.

Vejo ainda dados aqui como moradores, as famílias Metzner e Cosmelli, em 1811; de 1811 a 1824, o coronel, depois brigadeiro, Cristóvam da Costa Ataíde e Teive; e em 1820 e Desembargador José Pedro Quintela e a família Carpinetti. Esta vivia aqui já há tempo.

Fronteira à casa dos Anadias, abriu em 1830, a sua afamada loja de bebidas a «Joaninha Italiana», conhecida hospedeira lisboeta (1).

Em 1806, mudou-se de Buenos Aires para aqui o Colégio da Imaculada Conceição», onde se ensinavam além dos estudos comuns, dansa, esgrima, música e picaria (2).

Em 1804 tinha aqui a oficina do Armazém de Materiais da Fábrica da Sêda, onde vinham a beneficiar os tecidos da Fábrica, o Mestre Manuel da Silva (3).

Em 1852 houve, aqui, também, uma Fábrica de Tinturaria (4).

---

(1) *Diário do Govêrno* de 12 de Maio de 1830.

(2) *Gazeta de Lisboa* de 1 de Fevereiro de 1806.

(3) *Livro 374 de Entrada e Sahida de Materiaes*, da «Colecção da Junta da Administração das Fábricas do Reino», na Tôrre do Tombo.

(4) *Sinopse da Camara Municipal de Lisboa* — 1852, pág. 118.

*

Um *Roteiro dos Correios* dos primeiros anos do século XIX, cita a *travessa do Padrão* a São João dos Bemcasados.

Ignoro que «Padrão» e que «travessa» sejam estes.

Em 1740 já existia um *caminho de São João dos Bemcasados*, por sinal que, a 10 de Junho dêsse ano, uns malandrins assaltaram de madrugada uma padeira que vinha para a cidade, e depois de lhe roubarem tudo — o pão que trazia, o dinheiro, a bêsta que ela conduzia, e o ceirão — deram-lhe com um pau na cabeça deixando-a como morta (1).

Ora êsse caminho, não estando ao que parece ainda aberta a actual rua, devia de ser o trôço actual da rua das *Amoreiras* desde o palácio Anadia à *Cruz das Almas*, que depois foi também chamado no cartapácio da *Decima*, *Rua do Portal de São João dos Bemcasados* e mais tarde *rua do Portal das Águas Livres*.

Por ela vamos seguir agora (2).

*

Em 1653 o Senado da Câmara andou preocupado com uma grave questão, a extinção dos armazéns e fábricas de pólvora dentro da cidade, e muito principalmente cêrca dos sítios mais habitados.

---

(1) *Anno Noticioso e Historico* — Manuscrito y-5-10 da Biblioteca Nacional.

(2) O *edital* de 3 de Fevereiro de 1874, chamou Rua das Amoreiras à rua dos Arcos das Águas Livres e à rua Direita de São João dos Bemcasados.

Os polvoristas Lucrécia Antunes, João Mateus e Simão Mateus deram-lhe água pela barba. A sua fábrica e armazém ficavam na rua Formosa, em pleno Bairro Alto. Indistintamente fabricavam-na ali ou em Penha-Longa e Barcarena de onde a traziam a-fim-de a vender a particulares, não a arrecadando na «Tôrre da Pólvora» como a lei preceituava (1).

Em 13 de Fevereiro dêsse ano foram intimados, pelo Senado, a não fabricar pólvora nas suas casas da rua Formosa, arbitrando-se-lhes graves penas no caso de desobediência (2); mas como êles reclamassem, invocando os prejuizos que tal lei lhe causava, foi ordenado que o Tesoureiro do Senado lhes desse (a cada um) 20$000 réis de indemnização (3).

O sítio marcado pelo Senado para estabelecimento dos polvoristas, fôra êste de São João dos Bemcasados.

A *consulta* de 3 de Março do mesmo ano de 1653 declara ser esta *a melhor parte que para este mister é necessario*. Para tal fim, fôra escolhido, um *cazal defronte de S. João dos Bemcasados que foi de Rodrigo Esteves já defunto* e cujo rendimento era recebido pelo

---

(1) *Elementos para a Historia do Municipio de Lisboa*, por E. Freire de Oliveira, tômo v, pág. 398-404.

A Tôrre da Pólvora (diz Damião de Góis na *Chronica de D. Manuel*, parte iv, cap. 85) foi mandada fazer por êste monarca e ficava ao pé do Cais do Carvão onde havia o postigo do mesmo nome, segundo Cristóvão Roiz de Oliveira. O poeta da *Descripção Métrica de Lisboa*, em 1626, diz:

> Aqui está a Torre da Polvora
> que tem por título e empreza
> este lugar é terrivel
> por umas latinas letras.

(2) *Elementos para a Historia do Municipio de Lisboa*, citado tômo e páginas.

(3) *Idem, idem.*

Hospital Real, por dívidas. Reünia tôdas as condições precisas. Estava fora do povoado e tinha muito sol para se enxugar a pólvora.

Outro casal, onde vivia, ao tempo, um lavrador chamado *o Pombo*, também a Câmara o indicara para o mesmo fim. Tinha sido do Cónego Dr. António Tavares de Távora e os seus rendimentos estavam sequestrados para a Fazenda Real. O sítio era excelente e ficava afastado de comunicações urbanas. Tinha um grande poço de água, e sol não lhe faltava.

Tudo isto era assim, mas os polvoristas estavam teimosos e não saíam da rua Formosa, a-pesar-de intimados pelo escrivão da Câmara, Francisco Lopes Ribeiro.

Foram-lhe apreendidas as suas ferramentas, certo dia. Parecia pois que o Senado conseguira impôr definitivamente a sua autoridade, mas o *decreto* de 2 de Abril mandou-os de novo recolher às suas casas, restituindo-se-lhe, ainda por cima, tudo quanto lhe fôra tomado (1).

Manuel Mateus, Lucrécia Antunes e Simão Mateus, morreram na rua Formosa, contentes, naturalmente, da pirraça feita à Câmara, respectivamente em 8 de Janeiro de 1641, 27 de Julho de 1754 e 13 de Janeiro de 1676 (2).

Em Julho de 1655 ardeu a oficina de Manuel Mateus que a mudou para outro local, e João Mateus instalou-se em Barcarena com um moínho e uma oficina,

---

(1) Citados *Elementos — Consulta* de 2 de Abril de 1659, tômo v, pág. 424. Os polvoristas, no ano seguinte, andaram com pouca sorte. Foi-lhes penhorada a quinta de Penha Longa por causa de um alcance feito por António da Maia, na Tesouraria da freguesia da Madalena.

(2) *Livro dos Obitos da Freguesia das Mercês* — Anos respectivos.

na quinta que o Senado lhe deu por administração assim como Sebastião Mateus, com três moinhos, Simão Mateus com um, além de oficinas em Penha Longa. Manuel tinha três moinhos também no mesmo local. Em lugar, porém, de levarem a pólvora à Tôrre para refinar, refinavam-na em suas casas, pelo que a Câmara propôs a El-Rei se lhe marcasse a pena de quinhentos cruzados e o perdimento da mercadoria de que êles faziam estanque, em sua *consulta* de 12 de Agôsto de 1655 (1).

Na véspera de São João, dêsse ano, um foguete pegou fogo na rua Formosa à oficina dos Mateus, deu-se uma explosão e o sítio foi alarmado. A capela dos Padres Teatinos abriu fendas, as casas de D. Pedro de Almeida, na calçada do Combro, arruinaram-se em parte e houve prejuízos também nas ruas Formosa e dos Poiais de São Bento.

Os moradôres do local reclamaram. A Câmara, em face da resistência insolente de João Mateus, o mais bravo dos polvoristas, reclama por seu turno. Nada, porém, conseguiu. O *Casal do Pombo*, ficou deserto e João Mateus não foi para junto de seus irmãos em Barcarena (2).

*

A cidade continuava, pois, a estar em perigo imminente de alguma explosão terrível como a de 1576 em que explodiram cêrca 44.000 quilogramas de pólvora, nas Terracenas de Santos, matando e ferindo muita gente, demolindo prédios, danificando as ruas próximas e apavorando a cidade. Essa explosão foi em dia de

(1) Citados *Elementos*, tômo VII, pág, XLVII-I.
(2) *Idem*, pág. 47 a 50.

Santa Luzia, em Dezembro dêsse ano (1). A de 1745 não foi menor. Deu-se no Boqueirão da Ribeira, na casa da Venda da Pólvora, junto ao Tribunal das Sete Casas. Deu-se um estrondo formidável. Foi no dia 20 de Fevereiro.

As portas da Sé rebentaram, e houve vinte e oito mortos e oitenta e seis feridos, tendo-se destruído e avariado cinqüenta e seis prédios (2).

Tanto neste como no primeiro cataclismo deram-se factos extraordinários. Quando foi da explosão de 1576, houve madeiramentos que caíram no rio muito distantes da margem. Na Anunciada deslocaram-se as grades de ferro do côro das freiras, e dizem ter-se ouvido em Santarém o medonho estampido (3). No de 1745 foi caír um cadáver dentro de um navio inglês que estava ao largo (?), acharam-se em Xabregas duas cabeças de homem, e um ferido foi projectado com a cama onde estava deitado, até às «Portas do Mar», endoidecendo com a comoção sofrida. D. João V deu várias providências depois do sinistro, mandando tocar o sino, chamado «a Garrida» e dizer muitas missas (4).

A lei de 9 de Julho de 1754, proibiu de novo a venda de pólvora em casas particulares (5), tendo-se publicado em 1802 e 1810 outras leis sôbre polvoristas (6).

---

(1) No *Livro dos Obitos de Santos-o-Velho*, que serviu em 1576, lê-se o seguinte registo: «Aos dezoito de Dezembro de 1576, *faleceo Aerberto Jacome framengo e mercador ..... na rua do guarda mor foy no dia de Santa Luzia no Terremoto da polvora*».

(2) *Gazeta de Lisboa* de 23 de Fevereiro de 1745 e *Gabinete Historico*, vol. IX, pág. 360-361.

(3) *A Ribeira de Lisboa*, de Júlio de Castilho, pág. 610-612 e *Memorias de El-Rei D. Sebastião*, tômo IV, pág. 83 e segs.

(4) Manuscrito B-9-2 da Biblioteca Nacional.

(5) *Gabinete Historico*, vol. XII, pág. 355.

(6) *Reportorio das Leis Extravagantes*, vol. I, pág. 429, e volume II, pág. 166.

*

A Câmara andou sempre em sobressalto com estes artífices. A «Tôrre da Pólvora» que segundo Damião de Góis fôra mandada fazer por D. Manuel junto ao *postigo do Carvão*, na parte debaixo da rua das Portas da Cruz, estava no século XVII, já afogada em casas que em redor se tinham construído.

Da parte de cima ficava uma atafona, e as instalações não ofereciam segurança, salvo a *tòrre* pròpriamente dita.

A Câmara propôs que se levantasse à roda um muro alto, se proíbisse que na vizinhança se deitasse fogo de artifício e que os polvorístas fôssem coagidos a mudar as suas oficinas para sítios não povoados (1).

Já em 1610 a Câmara pensara em mudar a «Casa da Pólvora» para Alcântara, junto aos Fornos da Cal, mas tal mudança só se fêz em 1670 (2), ao que parece, embora haja referências, anteriormente, a uma Tôrre Pólvora, junto ao baluarte de Alcântara.

Em 1728 sôbre as ruínas da Tôrre da Pólvora ou achegada a elas, edificou o holandês António Cremer (edificador também de uma linda e original casa nos campos de Azeitão — *quinta de Nossa Senhora da Conceição*) uma nova fábrica de pólvora que veio a nomear um arruamento do bairro. Parte do material veio da Holanda. O edifício cobria-se de telha preta, holandesa, e, por muitos anos, na estrada, estiveram cinco mós de pedra, afora outras quatro, arrumadas à parede da oficina, tôdas com mais de dez palmos de

---

(1) Citados *Elementos*, tômo V, pág. 353-355.

(2) *Idem*, tômo II, pág. 263 — *Decretos* de 28 de Maio de 1670 e 18 de Junho do mesmo ano.

diâmetro, causando engulhos ao Coronel Figueiredo que menciona o empecilho para o trânsito, imprecando, a propósito, tôdas as obstruções das ruas da capital.

Cremer montou, depois, uma sucursal em Barcarena que veio a ser a oficina principal desta indústria e que ainda hoje existe (1). A da Ribeira de Alcântara, cujo funcionamento esteve interrompido pelo cismo de 1755, foi dirigida pelo Tenente General Bartolomeu da Costa (1782) e depois (1790) pelo Brigadeiro Raposo. Foi Bartolomeu da Costa quem, no dizer do Coronel Francisco Coelho de Figueiredo, aboliu a pólvora bombardeira e deu grande incremento a esta fabricação. O mesmo memorialista cita a devoção dos polvoristas pelo templo da Madre de Deus, onde iam todos os sábados, da rua de São Bento onde então moravam, encerrados em seges das quais a mais apontada em cavalo arrogante e asseio da «caixa» era a do polvorista Luiz de Roboredo. A romaria semanal era ao meio dia. Quando davam as doze badaladas, preguntava-se, no arredor da Madre de Deus:

— ¿Já passou o Polvorista?

Ao Brigadeiro Raposo, já nosso conhecido como inventor de louça, sucederam outros directores. Em 1833 foi proposta a extinção da casa da Pólvora em Alcântara, mas a ideia não foi por diante e continuou a funcionar, acabando em nossos dias (2).

---

(1) António Cremer foi Comissário Geral do Almoxarifado e Pagador das Tropas holandesas ao serviço de Portugal. Fêz vários melhoramentos na Fabrica, como o da instalação de quatro moinhos de galgas, importados de Namur.

(2) Dos fundos da Fábrica de Barcarena saíram os dinheiros necessários para a construção do dique, telheiros e barracões que, no primeiro quartel do século passado, se fizeram no Arsenal de Marinha.

Recentemente foi condenada à morte pela picareta, para a abertura de um novo arruamento.

E voltemos ao ponto interrompido.

A outra tôrre, na *Lapa da Moura*, começou a erguer-se em 1671 e parece que estava concluída em 1693, fazendo-se todavia a mudança em 1693.

À Tôrre da Pólvora, das Portas da Cruz, ficou a chamar-se *a Velha*. Em 1678 deitaram-se abaixo as paredes do pátio que a cercavam para resguardo (1).

Em 1701, houve ideia de se fazer em São Paulo, ao sopé do Monte de Santa Catarina, uma *Casa da Pólvora*. A Câmara alvitrou-a, e a obra chegou a fazer-se. Dizia o Senado que estava fora dos riscos da guerra. ¿ E dos outros ? Não percebo muito bem como isso fôsse (2). Verdade seja que lá estão hoje as oficinas da Companhia do Gaz, a-pesar também de não se entender cabalmente.

*

Sigamos agora pela *rua do Portal de São João*, hoje «das Amoreiras. O palácio Anadia, estrangula-a durante alguns metros (3). Depois abre-se a nova artéria ladeada por prédios banais, à esquerda do alinhamento da rua, e à direita, encolhidos em jardins defendidos por quesilentas grades de ferro. Algumas edificações vistosas.

Do lado poente esteve durante muitos anos o «Es-

---

(1) Citados *Elementos*, tômo VIII, pág. 305.

(2) *Idem*, tômo X, pág. 94-96.

(3) O relatório do sr. António Emídio Abrantes, engenheiro da Câmara, de que foi dado conhecimento público em Julho de 1932, consigna a necessidade urgente do alargamento dêste corredor, demolindo-se parte do palácio Anadia.

tabelecimento Hortícola» de Marcolino Teixeira Marques. Agora um Campo de jogos desportivos, atrai aí ao domingo, milhares de pessoas.

*

No tôpo dela, tornejando para a estrada de Campolide, fica uma casa pintada de côr de rosa que albergou, durante anos, uma escola oficial do sexo feminino. Era a n.º 13, se não estou em êrro. É das casas mais antigas do sítio. Pertencia, já em 1742, a um Francisco Luiz Velho de Laguar e tinha larga quinta atinente, como o indica a planta de 1756. Passou depois ao Dr. José Amaro da Cunha Laguar, então corregedor do Crime da Rua Nova (de 1753 a 1759) o qual era sobrinho do corregedor que foi do Pôrto, Pedro Velho de Laguar (1). Este também aqui morou de 1742 a 1748.

De 1809 a 1819, pelo menos, morou nelas D. Josefa Peregrina Roncon de Laguar (talvez filha do Corregedor da Rua Nova) que além dessa possuía, no sítio, mais propriedades (2). Depois a casa veio parar as mãos de um tal Castro, conhecido pelo «Castro dos trens do Lagoia (3), rival do famoso segeiro «Assembleia».

À esquerda, neste entroncamento, desce para a ri-

---

(1) Anos de 1817 a 1818 dos *Livros da Decima — Superintendencia de Santa Isabel.*

(2) Informação do sr. António César Mena Júnior.

(3) *Memorial de Ministros* — Manuscrito da Biblioteca Nacional C-3-45, pág. 312. Por *decreto* de 16 de Outubro de 1676 foi nomeado Superintendente da Décima das freguesias de Bemfica, Oeiras, Barcarena e Carnaxide. Foi um dos magistrados encarregados do processo dos Távoras (*Gabinete Historico*, vol. XIV, pág. 6).

beira de Alcântara, a antiga *estrada do Sargento-mor*, chamada depois, *do arco do Carvalhão*.

O sargento-mor era o nosso conhecido Domingos do Amaral Valente, e a estrada tomava de-certo êsse nome por ir ter direita, sob a encosta dos Prazeres, à sua quinta, na ribeira, que ficava aquem de *Vila Pouca*.

Tudo isso se percebe muito bem na planta de José Monteiro de Carvalho.

Com êste nome sonoro — «Arco do Carvalhão» — metia-se mêdo às crianças. Era uma espécie de «papão» no meado do século XVIII. Di-lo o Coronel Francisco Coelho de Figueiredo (1).

O *Carvalhão* que deu nome ao arco do aqueduto e à estrada (hoje rua) que sob êle passa, é *Sebastião José de Carvalho e Melo*, grosso proprietário dêste local.

Eram dêle não só as terras que ficavam encravadas entre a estrada de Campolide e a continuação da rua das Amoreiras até à circunvalação, como também as que da rua do Arco descaíam para o vale de Alcântara e as que dêle ficavam para àquem.

Ignoro se ainda, como antigamente, as casas da estrada e da rua das Amoreiras pagam fôro à casa Pombal. No cunhal da que, para ambas, faz frente, à esquina, defronte da casa dos Laguares, está encravada, uma pedra em que se lê: *Foreiras a Sebastião José de Carvalho e Mello. Anno de 1742.*

Na parte do Cunhal que vira para a rua das Amoreiras existe um lindo relójio de Sol, numa pedra delicadamente ornamentada (2).

---

(1) *O Teatro*, de Manuel de Figueiredo, vol. XIX, pág. 354.

(2) Essas casas tinham sido de D. Mariana Emília Cambiasso. Passaram à posse do falecido capitalista Manuel Maria de Antas Barbosa. Pertencem desde 1920, por compra, ao sr. Francisco Frick, representante e herdeiro dos Fricks, grandes proprietários dêste antigo subúrbio.

*

Chegamos à *Cruz das Almas*. ¿Que cruz seria esta?

No já citado *Roteiro da Agua Livre e Agua de Montemór e mais Fontes junto a ela, etc.*, feito em 1618 por Pero Nunes Tinoco e redigido, mais tarde, por seu filho João Nunes Tinoco, estudando-se o trajecto da água e as diferença de nível a vencer, fala-se por mais de uma vez na cruz *de São João dos Bemcasados*: ... *as casas que têm a Cruz* e ainda: ... *junto à Cruz de São João dos Bemcasados*, etc.

Ora a *Cruz das Almas* deve ser uma reminiscência dêsse monumento desaparecido. ¿Esta cruz seria acaso um velho cruzeiro?

Do dizer do manuscrito conclui-se que a cruz pertencia a umas casas. ¿Que casas seriam?

Nos pilares do portão n.º 170 da rua das Amoreiras vêem-se gravadas na pedra, em um, uma águia, ou coisa que o valha, recolhida numa oval, e em outro uma cruz tendo na base à data de 1626 dentro de idêntica oval.

¿Seria esta a Cruz?

Vem-me agora à memória o antigo padrão descoberto na parada do quartel de artilharia (ao tôpo dela) que entesta, como é sabido, com a estrada de Campolide, no ponto fronteiro ao sítio hoje chamado *Cruz das Almas*. Êsse padrão, que hoje está no Carmo, como já se disse atrás, é constituído por uma pedra de Armas (dos Rebêlos, sem a mínima dúvida) na qual há vestígios, na espessura do plinto, do troço inicial de um fuste cilíndrico que bem poderia ser resto de uma cruz. Quando foi descoberto encontraram-se, juntamente, troços de cantaria de um portal, sôbre o qual

o escudo estaria colocado, visto que no reverso se encontra, dentro de uma moldura, a seguinte inscrição:

LOUVADO SEJA O SANTISSIMO SACRAMENTO
ANO DE 1626

Temos pois, salvo melhor opinião, um portal sôbrepujado de uma pedra de armas coroada por uma cruz. ¿ Ora não está tudo isto a explicar o nome da rua do *Portal do São João?* Acresce ainda que a data da inscrição do escudo confere com a da cruz gravada no pilar, já referido: 1626.

As casas que tinham a cruz, deveriam ser estas a que aludo.

Parece-me haver em tudo isto uma estreita ligação. A consulta dos títulos das propriedades vizinhas facilitaria muito a solução dêste problema.

¿ Que *Rebêlos* seriam estes, que fizeram erguer um portal com as suas armas, sôbrepujadas de cruz, à entrada de São João dos Bemcasados?

¿ Como iria parar o portal (talvez destruído em 1755) para o outro lado da rua, no tôpo da quinta do Guarda-mór?

Tudo perguntas a que, por ora, não sei responder.

As casas, a que pertence o portão de pilares ornamentados, foram como a vizinha ermida da Cruz das Almas, da viúva do capitalista Manuel Maria d'Antas Barbosa (1). Pertenciam ainda há pouco ao sr. Francisco Frick. Têm os números 164 a 170, da rua das Amoreiras.

---

(1) Falecido no Estoril em 23 de Janeiro de 1909. O féretro esteve depositado nesta ermida.

*

Já no meado do século XVIII os livros paroquiais de São Sebastião da Pedreira falam na *quinta do Rebelo* (1750 a 1757), no *Páteo do Rebelo* (1753) e na *Travessa do Rebêlo* (1759). Anteriormente a estas datas, vejo apenas citado o *Casal de São João dos Bemcasados* na posse de José Rebêlo Palhares (pai e filho).

Como se vê, esta designação ia até à «Cruz das Almas» e «Arco do Carvalhão», antes que estes nomes a substituíssem meado o século.

Como o «Padrão» tinha a data de 1626, há que procurar predomínio aqui dos Rebelos nessa data, ou anteriormente.

Ora os Rebêlos Palhares foi gente que veio para Lisboa no fim do primeiro têrço do século XVII e que aqui proliferou abundantemente, com grande número de casamentos entre primos, o que me deu água pela barba para lhes fazer o quadro genealógico, tanto mais que os seus nomes próprios se repetem aflitivamente.

Gabriel Ferreira Rebêlo e seu irmão, ao que parece *Sebastião Ferreira Rebêlo*, eram ambos mercadores, o primeiro de retroz, e o segundo não sei de quê. A loja do Gabriel era à Madalena, mas o beirão (era de Ferreirim, bispado de Lamego) tinha uma quinta em São Sebastião da Pedreira, frèguesia onde morreu em 5 de Outubro de 1675, assim como sua mulher D. Ana Barbosa de Palhares, em 15 de Julho de 1669 (1).

Gabriel Ferreira Rebêlo foi Familiar do Santo Ofício por *carta* de 12 de Janeiro de 1644, por onde se concluíu que nesse ano já morava em Lisboa. A mu-

---

(1) *Livro dos Obitos da Freguesia de S. Sebastião da Pedreira.*

lher nascera cá. O sogro, Baltasar Barbosa de Palhares, viera de Sanfins de onde era natural, e cá casara, em São Paulo, com Ana Verde, filha de Aymão Verde e de Catarina Aymão, êle da Alta Alemanha e ela de Anveres, mercadores pela certa (1).

¿Teria sido o mercador de retroz o edificador da casa, com o portal brazonado ao alto? Se o foi, edificou-a de-certo muito novo, a não ser que em 1675 tivesse mais de oitenta anos, o que é possível.

Herdou a «casa do Portal» e o casal, seu filho *José Rebêlo Palhares* que casou com *Brígida Maria Rebêlo*. Dêste passou para o neto, também *José Rebêlo Palhares* que nasceu nela, e residia no Bairro-Alto quando foi feito Familiar do Santo Ofício, em 15 de Junho de 1665 (2). Em 1691 era êle o dono da propriedade.

Para quem passou depois é que eu ignoro.

Em São Sebastião da Pedreira havia outra quinta que foi, no século XVIII, dos Rebêlos Palhares, mas essa fôra cabeça de um morgado instituído por António da Rocha Cardoso, morgado de que fôra herdeira sua sobrinha Maria da Rocha, casada com o Desembargador Feliciano Dourado. Dêstes foi filha e herdeira D. Ana Lourenço Justiniana Dourado que veio a casar com um viúvo, *Francisco Rebêlo*, Escrivão da Fazenda da Câmara e Provedor da Junta do Comércio que era neto materno de Sebastião Ferreira Rebêlo, irmão do Gabriel, mercador de retroz (3). Dêstes nasceram vários,

---

(1) *Habilitação para Familiar do Santo Oficio de Gabriel Ferreira Rebelo* — Carta de 12 de Janeiro de 1644.

(2) *Idem de José Rebelo Palhares* — Processo 8-153 — Carta de 15 de Junho de 1695.

(3) *Nobiliarios de Manso de Lima e Rangel de Macedo*, na Biblioteca Nacional, e títulos do Palácio que foi dos Barros Car-

entre êles *José Felix Rebêlo*, marido de D. Antónia Inácia Rebelo Palhares (outra parenta), pai de *Belchior Félix Rebêlo*. Êste casou com uma rica herdeira, Maria Engrácia Soares, de origem brasileira, e teve larga descendência. Uma das suas seis filhas, *Maria da Conceição Rebêlo* veio a casar, no fim do século XVIII, com outro parente, *João Rafael Veloso Rebêlo Palhares* (2), herdeiro de outra quinta próxima, cêrca da «do Bahuto» que já vejo apontada nos *Rois de Santos-o-Velho* em 1671, como *quinta do Veloso*. Dela era proprietário no fim dêsse século, Xavier da Costa Veloso (2).

João Rafael, era neto do nosso conhecido Vasco Lourenço Veloso, administrador da Fábrica das Sêdas em 1750, filho de uma D. Maria Joaquina de Palhares, e bisneto, possìvelmente, do Xavier da Costa Veloso (3).

Eis o que pude apurar quanto aos Rebêlos, cujo brazão apareceu na parada do antigo quartel de Artilharia e que lá está no Museu do Carmo (4).

---

dosos na rua Direita da Calçada do Combro, junto às Convertidas e esquinando para a travessa das Chagas, que me foram cedidos pelo meu amigo sr. Júlio Pires. Esta casa foi de Maria Engrácia Soares, mulher de Belchior Félix Rebêlo e pertencera anteriormente aos Condes de Sandomil.

(1) Citados «Títulos» da casa dos Barros Cardosos.

(2) Xavier da Costa Veloso, morava aqui, em 1742, com sua mulher D. Grácia Correia, seu filho Estêvão Xavier e três criados (*Rois dos Confessados da Freguesia de Santa Isabel*).

(3) *Rois dos Confessados da Freguesia de Santos-o-Velho* e *Livro 2.º de Decretos e Avisos da Direcção da Fabrica das Sedas*, na Tôrre do Tombo.

Xavier da Costa Veloso, aparece-me num registo da chancelaria de D. João V (*Livro 122*, fl. 78) a fazer um contrato com a Câmara da Vidigueira em 10 de Abril de 1734.

(4) Em 1773-1774 viviam no Palácio dos Rebêlos, da travessa da Queimada, Francisco António Rebelo Palhares e uma sua filha,

O sítio da *Cruz das Almas* aparece-nos pela primeira vez citado em 1719, no registo de óbito de uma Inez, filha de Manuel de Sequeira e de Catarina Maria, feito na frèguesia de São José. Noutros, em 1730 e 1732, surge-me a designação *ao Canto das Almas*. A não ser que a referência seja a outro local — à Cruz de Santa Marta, talvez — temos que assentar que esta denominação topográfica, só se fixou muito mais tarde, tanto mais que a «cruz do Padrão» não pertencia à paróquia de São José. O que é certo, também, é que em 1731, o bispo de Lamego D. Nuno Álvares Pereira de Melo, faleceu à «Cruz das Almas» em 8 de Março dêste ano, e já se sabe que os Cadavais tinham aqui casa e propriedades rústicas (1) e que foi um Cadaval o fundador da ermida de que já vamos falar.

A primeira vez que o local aparece firmado nos *Rois dos Confessados de São Mamede* é em 1812. Os *Rois de São Sebastião da Pedreira* perderam-se. Em 1789 vejo uma citação isolada ao sítio, indicando-se a moradia, onde ainda estava cinco anos depois, do bispo de Pinhel e dos Reverendos Francisco Lopes Tavares e Sebastião José Saraiva (2).

Fronteira à ermida, esquinando para a rua do Portal, hoje das Amoreiras fica, como atrás disse, a casa dos Laguares. O Dr. José Amaro da Cunha Laguar era o senhorio útil, em 1807, dos terrenos do Arco do Carvalhão foreiros a Geraldo Wenceslau Braamcamp de Almeida Castelo-Branco (3).

José Félix Rebêlo e sua mulher, Belchior Felix Rebélo e Maria Catarina Palhares.

(1) *Gabinete Historico*, de Frei Cláudio da Conceição, vol. IX, pág. 39.

(2) *Rois dos Confessados da Freguesia de S. Mamede.*

(3) *Arquivo da Misericordia*, por Vítor Ribeiro, pág. 12. Escritura de arrendamento de 5 de Novembro de 1807.

A cruz que deu nome ao local era, evidentemente, a do *Portal* que sobrepujava o brasão dos Rebêlos.

*

A ermida, que ainda tem culto, foi fundada em 1756 pelo Inquisidor D. Nuno Álvares Pereira de Melo, filho do terceiro Duque de Cadaval, como já ficou dito no capítulo anterior. Foi dedicada a Santo António e a Nossa Senhora da Conceição. O Padre Luís Cardoso, no seu dicionário manuscrito, coloca-a, fortalecendo a opinião acima expressa, *ao portal de São João dos Bemcasados.*

É de simples arquitectura: frontaria em bico, portão e janelão de côro, gradeado.

Sôbre a porta está uma inscrição que diz: *Dedicada á Imaculada Conceição Maria Santissima*, em caracteres romanos.

Interiormente tem mais alguma coisa que ver, e principalmente o rodapé, lindissimo, de azulejos do Rato, a três côres, verde, amarelo e azul, repetindo quatro das alegorias que se vêem nos da capela de Nossa Senhora de Monserrate.

Dentro de uma moldura oval, sustentada por dois anjos do tôpo da qual pendem duas grinaldas seguras em pilastras que ladeiam apainelados (dois de cada lado do corpo da ermida e outros dois ladeando o altar na capela-mór) é que estão as composições alegóricas, tôdas a tinta azul. As grinaldas, pilastras e apainelados misturam as três côres.

O tecto da capela é estucado a côres. Ao meio tem, sob uma coroa real, duas letras (M e A) enlaçadas em monograma, tudo doirado. Em roda, diferentes alegorias ao sacrifício da missa.

A capela da Cruz das Almas e o prédio do cunhal

A capela-mór é separada do corpo da ermida por uma teia de madeira. No altar está uma imagem de Cristo crucificado, sofrível escultura em marfim, entre uma *Santa Tereza* e um *São Domingos*. Ao fundo um retábulo mau de *Nossa Senhora da Conceição*.

Sôbre a pedra de ara está uma cabeça de Cristo, coroada de espinhos, dentro de uma maquineta.

A ermida tem um côro, um púlpito e uma sacristia pequena. Pertence também ao sr. Francisco Frick e é seu capelão o Padre Joaquim Marques Sequeira. E está dito tudo.

*

A casa 164 a 170 da rua das Amoreiras, exteriormente desfigurada, devia, anteriormente, ligar-se com a da esquina e com a ermida. Por amabilidade do sr. Francisco Frick visitei-a em 7 de Julho dêste ano (1930). Além dos jardins, talhados à antiga, com terraços, bancos azulejados, etc., tem, como vestígio mais notável de outro tempo, a cozinha tôda revestida de azulejos-padrão do século XVIII com a particularidade de se figurarem, sôbre a pintura geral, em três panos da parede, ao alto, a côr de vinho, várias peças de caça e de capoeira, tais como galinhas, coelhos, patos, cabritos, e ainda pernas e cabeças de porco. É a primeira vez que observo tal técnica. Nas cozinhas dos palácios de Santo Antão do Tojal e do Correio-Mór em Loures vêem-se essas figurações mas sôbre fundo branco e não sôbre o padrão de côres, como aqui. No quarto pano da parede, há, mas aqui embutido, um quadro a azul, representando uma cozinha setecentista, vendo-se vários utensílios de cozinha, pratos com comida, etc.

Um cozinheiro, trajado caracterìsticamente com o

clássico barrete da época, compõe um prato onde fumega não sei que iguaria, e uma «preta» escama vários peixes. Ao alto pendem enchidos e résteas de cebolas.

Êste painel tem o seu maior interêsse no facto de representar tipos nacionais e não as eternas cenas de caçadas e de côrte.

*

Defronte desta casa — resto do Casal dos Rebêlos — fica o palacete onde há dezena e meio de anos está instalada a «Casa de Saúde das Amoreiras» do Dr. Gomes de Amorim recentemente falecido. A rua segue depois, ladeada de boas moradias, até o declive da calçada *dos Mestres*. Estes «Mestres» eram os das Aguas Livres.

*

Na Cruz das Almas (li algures e agora não me recordo onde) esteve aquartelado em 1833, o 3.º batalhão da Guarda Nacional.

*

Seguindo a antiga «estrada de Campolide» temos, à esquerda, o *Instituto de Cegos Branco Rodrigues*, benemérita instituïção, modelar no seu gênero, agora a cargo da Misericórdia de Lisboa; e depois, à direita, tornejando para a Circunvalação, um grande casarão pintado de vermelho com quatro ou cinco andares. De há muito que ouvia chamar a essa casa, *a Casa de Junot*. Consultei até sobre o assunto o sr. Pinto de Carvalho (Tinop), profundo conhecedor da época das invasões francesas e de tudo quanto se relacione com a estada em Portugal do famigerado general napoleónico,

e disse-me Sua Ex.ª ter já ouvido fazer-se idêntica referência, cuja autenticidade nunca pudera apurar.

A-final decifrou-se o enigma. Junot nunca aí residiu e a lenda formou-se da adulteração do nome do primitivo proprietário do edifício, o francês Joaquim Pedro Genioux, com casa de negócio na calçada de São Francisco, como se vê dos *Livros do Lançamento da Decima* de 1823 e de uma lápide de pedra que lá está aposta no prédio. O *Rol dos Confessados* confirma o caso, chamando áquela propriedade, indiferentemente, *Casa do Junô*, do *Ginô*, ou *do Jenú*, no alto de Campolide, à esquina de Entremuros, desde 1822 a 1832. Em 1822 diz mesmo: *Casa de Joaquim Pedro Jenu.*

Está pois desfeita a lenda.

Foi aqui, neste casarão do Genioux, freqüentador dos bailes do Marechal Lannes, segundo a segura afirmação do sr. Pinto de Carvalho (Tinop) que Saldanha teve o seu quartel-general em 1839 (1).

Em Campolide também morava o General Pamplona, Conde de Subserra, em 1823. Foi na sua casa dêste bairro que se deu a memorável festa e o célebre baile, num barracão armado na quinta atinente, a que assistiram o Marquês de Chaves e todos os heróis da época (2).

Na rua Direita de Campolide, em Setembro de 33, no n.º 29, esteve instalado um hospital de sangue, dirigido pelo deputado António Teixeira Salgueiro (3).

---

(1) *Memorias do Marquês de Fronteira*, vol. III, pág. 11 e 23.
(2) *Idem*, vol. I, pág. 301 e 362.
(3) *Cronica Constitucional* de 5 de Setembro de 1833.

CAPÍTULO XXI

Sumário: O antigo caminho da Circunvalação e a travessa de São Francisco Xavier — Como era o local ao tempo do terremoto — A quinta do Noviciado da Cotovia — Sua história — Criação da Penitenciária — Referem-se os engenheiros que dirigiram a obra — Sua conclusão — Algumas considerações àcêrca dêsse regime penal — O desenvolvimento da cidade perante a Penitenciária — Um quartel moderno — Prossegue-se o passeio pela Circunvalação — A quinta dos Duques de Aveiro, depois do Seabra — Um incêndio no Palácio — Como se formaram as terras do Seabra — A casa e quinta do Malheiro — Hospeda-se lá o Infante D. Carlos — Quem eram estes Malheiros — Dá-se notícia do palacete — O que resta dêle — A estrada de Campolide — As propriedades antigas e o moderno bairro — O Asilo de São Patrício — A casa e quinta da Tôrre de Estêvão Pinto de Morais Sarmento — Algumas notícias sôbre a sua família — Como foi parar às mãos do poeta João de Lemos — Compra-a o Padre Radmaker para instalação do Colégio de Campolide — Notícias biográficas dêste clérigo — Uma anedota do Marquês de Penalva — Como se fundou o Colégio de Campolide — Obras, aumentos e desenvolvimento da instituïção — Expulsão dos padres — O destino do edifício — O moderno bairro de Campolide.

Da antiga estrada da circunvalação, já pouco restará daqui a dois ou três anos. Dia a dia demolem-se os muros que a ladeavam, fazem-se novos alinhamentos e surgem espaçosas avenidas, como por exemplo, a do *Marquês de Fronteira*, que se espalma entre Entremuros e Palhavã, e a do *Duque de Ávila* entre êste local e o Arco do Cego.

É um nunca acabar de apoteoses ao ressurgimento urbano.

Empunhando o gancho do gandaeiro, veremos se alguma coisa notável se nos depara entre os entulhos das demolições.

*

O trôço da estrada que vai, da de Campolide, para cima da Cruz das Almas, até São Sebastião da Pedreira, chamava-se, começado ainda o século XIX, a *travessa de São Francisco Xavier*. Assim aparece nomeada na planta do engenheiro Duarte José Fava, levantada no ano de 1807.

Tal travessa delineada e executada no terceiro quartel do século XVIII, afastava-se bastante do traçado do antigo caminho ali existente antes de 1755. Em 1834 vejo chamar-se-lhe rua, nos *Róis dos Confessados*.

A primitiva estrada, muito sinuosa, partindo aliás do mesmo ponto, deixava à esquerda a quinta e casas dos Jesuítas (de que já falamos) e seguia depois, ficando-lhe à direita uma faixa de terreno pertencente aos Congregados do Oratório. Descia seguidamente, misturando-se com um caminho que subia para Campolide, em continuação da azinhaga da Torrinha, caminho êste que era murado e que seguia, entre a quinta *de Gaspar José dos Reis*, à esquerda, e a *de Estêvão Pinto*, à direita. Isto em 1750 e tantos.

Depois, retomando a sua independência, seguia para, o têrmo, ficando-lhe, à esquerda, as casas e muros da quinta *do Poceiro* (à qual se seguia *a do Rabequinha*) e, seguidamente, a quinta e palácio *dos Duques de Aveiro* e a propriedade de *Manuel Gomes de Campos*, e, à direita, as terras *do Poceiro* (fronteiras à quinta do mesmo nome) e a quinta e casas nobres *do Malheiros*, indo terminar defronte da igreja de São Sebastião.

A travessa de São Francisco Xavier, cortou a

direito até cêrca do palácio dos Duques, desde Entremuros, atravessando, por isso, a quinta *dos Jesuítas*, a azinhaga *da Torrinha* e as terras *do Poceiro*. A propriedade dos Padres da Companhia ficou-lhe, pois, à direita. Vejamos do seu destino.

*

Proscritos, por Pombal, os regulares da Companhia de Jesus, passou a quinta a ser administrada pelo Juízo da Inconfidência, que a alugou a diferentes: — ao Desembargador Domingos Lobato Quintteiro, em 1762; ao opulento proprietário Gaspar José dos Reis, em 1766, etc. (1). Depois de 1770 passou a propriedade à posse da «Junta de Administração do Colégio dos Nobres», a cujo património pertencia por doação Pombalina, começando a ser explorada por conta dos donos. O seu rendimento era importante, pois o moínho e as muitas azenhas de três rodas cada uma, que possuía, produziam grande quantidade de farinhas que era fornecida às numerosas padeiras da frèguesia de São Sebastião da Pedreira (2).

Ao começar o século XIX, o Colégio dos Nobres alienou-a, vendendo-a a José de Seabra da Silva, ministro, embaixador, político, e financeiro do tempo de

---

(1) *Livros do Lançamento e Arruamento da Decima* — Anos de 1765 a 1766 — Superintendência de São Sebastião da Pedreira (Arquivo do Tribunal de Contas).

(2) Diz o Padre Luís Cardoso, no seu *Dicionario Manuscrito*, vol. II, pág. 932:

«... um moinho e muitas azenhas de trez rodas cada uma em que se fazem as muitas farinhas para as padeiras cozerem pão porque o mais trato tem que muita parte das mulheres desta freguezia he amassarem pão para irem vender fora desta freguesia».

Pombal e de D. Maria I, tão notável pela sua desgraça como pela sua Fortuna. Em 1805 já a quinta estava absorvida pelo famoso Seabra e englobada no seu domínio (1).

Chegado o ano de 1841, sem até aí nada haver digno de menção, aparece no *Diário* anunciada a venda da propriedade constante de terras de semeadura, olival, horta, pomar, dois poços, etc., mencionando-se a sua serventia pela azinhaga da Torrinha (2). Ignoro se se alugou ou não. Em 1873 estava ainda disponível e o Govêrno expropriou parte dela (a que ficava para além da travessa) a-fim-de ali construir uma Cadeia Geral e Penitenciária, tendo também utilizado, por compra, terrenos do Colégio de Campolide.

Tal foi o estravagante destino da linda quinta de recreio dos noviços da Companhia. No local onde meditaram o pintor Domingos da Cunha e os irmãos Lourenço Lombardo, António de Azevedo e tantos outros, na residência alegre e hospitaleira do Viso-Rei Fernão Teles de Meneses, ergue-se, hoje, essa terrível Penitenciária. À clausura facultativa sucedeu a clausura obrigatória. ¡Fatal destino das coisas!

*

Foi em 1867, no ministério presidido por Joaquim António de Aguiar e por proposta do, então, Ministro da Justiça, Barjona de Freitas que foi promulgada a lei de 1 de Julho abolindo a pena de morte e as penas perpétuas, e substituindo-as pela prisão celular, com

---

(1) Citados *Livros da Decima.*

(2) *Diários do Govêrno* n.os 96 e 186 de 24 de Abril e 9 de Agôsto de 1841.

separação de preso a preso, e pelo degrêdo como pena complementar.

Para tal lei ser executada foi o Govêrno autorizado a mandar construir uma Cadeia-Penitenciária, no distrito de Lisboa, por decreto de 24 de Abril de 1873.

Escolhidas as terras do Seabra, entre o reservatório do Pombal e a estrada da Circunvalação, pôs-se mão na projectada obra, fazendo-se as necessárias expropriações em 4 de Novembro de 1873.

Apresentaram-se e estudaram-se três planos; o primeiro do engenheiro Joaquim Júlio Pereira de Carvalho, moldado no plano da cadeia de *Mazas*, em Paris; o segundo do engenheiro Luiz Vítor Lecoq, inspirado no da prisão de *Pettonville* projectada pelo engenheiro inglês J. Jebb, e o terceiro de Ricardo Júlio Ferraz, elaborado, depois da viagem dêste engenheiro à Bélgica e à Inglaterra, no outono dêsse ano. Foi êste o que se executou, inspirado no das prisões de Birmingham e de Leeds, embora o segundo também tivesse sido aprovado pela Junta Consultiva das Obras Públicas. Como, porém, o engenheiro Lecoq deixasse a direcção dos trabalhos e lhe sucedesse Ricardo Júlio Ferraz, veio a executar-se o plano dêste engenheiro.

Por *portaria* de 10 de Julho de 1874, passaram as obras da Penitenciária a constituir uma direcção especial ficando à frente dela êste funcionário, mas sendo, em 1877, exonerado a seu pedido foi substituído provisòriamente pelo engenheiro Eça, passando as obras para a Direcção Geral do Ministério. Ao engenheiro Eça sucedeu outro, de nome Garção, que novamente ficou encarregado da superintendência dos trabalhos desligados outra vez da Direcção Geral.

A êste seguiu-se Jaime Larcher em 1878 e depois o chefe de secção Joaquim Pedro Xavier da Silva, aca-

bando as obras por ficar definitivamente sob a tutela da Direcção Geral do respectivo Ministério.

*

O edificio é vastíssimo e compõe-se da prisão pròpriamente dita, edifício da Administração, habitações de empregados, hospital, capela, cozinha e gasómetros. As habitações formam um edifício isolado, cuja frontaria constitui a fachada principal da Penitenciária. O corpo central e a prisão constituem um edifício de forma estrelada cujo centro é ocupado por uma rotunda, onde é a capela, e donde partem as seis alas destinadas ao serviço da prisão.

O corpo central dá ingresso à Rotunda e constitui uma sétima ala cujo eixo é perpendicular à fachada principal.

Lavanderias, casas de banho, serviços clínicos e hospitalares, de administração e de detenção provisória, acumulam-se no corpo central. Os subterrâneos da rotunda e da parte das seis alas são destinados ao serviço doméstico. Tanto no tôpo das alas como entre elas estão distribuídos os passeios dos presos, dispostos em forma de leque. Uma muralha de oito metros de altura fecha o recinto, havendo exteriormente outra com quatro metros, formando as duas um caminho de ronda.

Descrever minuciosamente o edifício seria fastidioso e ocuparia algumas páginas sem mais interêsse, tanto mais que tal descrição se acha bastante vulgarizada.

Por isso, passo adiante.

*

Uma das condições a que obedeceu a escolha dêste local para edificação da Penitenciária, foi a de ficar arredado da cidade, longe dos arruamentos, fora, enfim, do tumultuar da vida urbana. Com o andar dos tempos veio, porém, a cidade até ela, e a *Casa do Silêncio* acha-se agora ameçada no seu isolamento, e arriscada, daqui a alguns anos, a ficar encravada em pleno burgo moderno.

Na sua frente, todo êsse vasto trato de terreno, vai desaparecer em breve. A rua Castilho, prolongando-se, irá terminar numa meia laranja em frente daquele trágico portão, onde bem se podia escrever o letreiro que Dante fantasiou sôbre a porta do Inferno. Pelos olivais e terras de semeadura avançam os alveneis e os cavouqueiros; as árvores cáem abatidas perante a invasão; as colinas verdejantes demolem-se e enchem-se os graciosos vales com os entulhos das demolições e, em vez de searas, ir-se-ão, em breve, semear alicerces de cantaria bruta.

A Penitenciária assiste indiferente, ouriçada de ventiladores, coroada de torreões, recortada de ameias, a êste caminhar impávido da cidade porque, a-pesar-do seu aspecto ridículo de castelo de papelão onde, a todo o momento, esperamos ver passar uma fila de cordeirinho e de pastores, postos em movimento por oculta manivela, há-de servir fatalmente de barreira formidável ao desenvolvimento urbano. Os edificadores desfalecerão perante tal vizinhança, mil vezes mais triste e opressora do que a de um cemitério onde repousam os mortos.

Muito se tem escrito sôbre êsse regime penal, sôbre as desvantagens do enclausuramento impiedoso a

que ali são sujeitos os delinqüentes. Eu sou abertamente contrário a tal regime que longe de corrigir e de regenerar, deprime, enlouquece, tuberculiza e mata.

Antes mil vezes a Fôrca.

Entra ali um homem, sai de lá um frangalho moral, vítima do isolamento da inacção e da continência.

A cidade que teve fôrça de arrasar o *Passeio Público*, que arrostou com o ridículo da *horta dos Tripas*, que conseguiu vencer as mil peias judiciais da quesilenta questão do *Casal Mont'Almeida*, deve encorajar-se a meter ombros a uma benemérita emprêsa: demolir a Penitenciária de Campolide.

Ao tôpo do futuro Parque, onde deveria assentar um palácio de festas e de exposições, não pode nem deve ficar aquele monstro.

*

A seguir à Penitenciária fica agora o quartel de Metralhadoras n.º 1 da guarnição de Lisboa. A estratégia das revoluções faz dêste ponto de Lisboa um ninho de aquartelamentos.

Nestes terrenos projectou-se em 1917 a construção de um edifício onde se instalassem a Escola de Belas Artes, o Museu de Arte Contemporânea e o Conselho de Arte e Arqueologia, pèssimamente abrigados no velho casarão de São Francisco. A Biblioteca alargaria então as suas instalações. Ficou tudo em projecto.

O que não sofre dúvida é que a vida oficial e comercial da cidade se vai deslocando para o norte.

Nesta hora em que escrevo vem na Imprensa a notícia de ter sido comprado o palacete Serôdio., na Rotunda, para, nos seus terrenos, se construír um Palace-Hotel.

A seguir é o palacete do sr. Henrique de Mendonça. A porta entre o seu jardim e a Penitenciária, que servia os terrenos da família Amaral, foi feita na brecha aberta no muro por Paiva Couceiro no dia 4 de Outubro de 1910, para assestar uma das suas peças contra a Rotunda.

*

Passada a quinta e terras *do Poceiro* (que foram mais tarde do Principal Deão Azevedo, depois dos seus herdeiros e mais tarde de um tal Carlos Joaquim, vindo finalmente parar às mãos do Seabra) avultava à esquerda, o palácio, com seus belos jardins e magnifica quinta que fôra do Duque de Aveiro. Extinta a casa ducal, depois da misteriosa tentativa de 1759, passou a propriedade para um tal António Vaz Coimbra e depois (em 1767) para José de Seabra da Silva, irmão de Lucas de Seabra da Silva, duas figuras célebres da época (1).

José de Seabra parece ter tido a ideia de formar à roda do seu grandioso palácio um dos mais extensos domínios de que havia memória às abas de Lisboa o qual sob o nome de *Terras do Seabra*, chegou quási intacto a nossos dias (2).

Em 1770 vê-mo-lo adquirir uma propriedade constituída por bens de capela, a qual era administrada

---

(1) Citados *Livros da Decima* — Diferentes anos (Arquivo do Tribunal de Contas).

(2) O Dr. Almeida Silvano, no seu livro *O Grande Marquez de Pombal*, diz, a pág. 243, que foi Sebastião José quem *arranjou* (?) a José de Seabra a mercê da casa e quinta de Entremuros e por último o seu vantajoso casamento com a herdeira dos Coutinhos de Coimbra.

pelos religiosos do convento da Estrêla e que pegava com a quinta do Noviciado; em 1786 compra a quinta *da Rabequinha* e, ao começar o século XIX, ei-lo já de posse da propriedade dos jesuítas, e da quinta e casas de Carlos Joaquim (antiga quinta *do Poceiro*) que tinham sido dos herdeiros do Principal Azevedo, como já ficou apontado (1).

José de Seabra tinha tôdas estas propriedades por sua conta e habitava no palácio Aveiro. Apenas no segundo semestre de 1779 vejo alugar-se a velha moradia ducal ao Marquês de Niza que, por sinal, pagava de renda 250$000 réis (2). Em 1805 José de Seabra habitava-a e com êle quadro criados, quatro parelhas e quatro cavalos de sela. Em 1821, estava ausente em França, e em 1832 devoluto, pois o visconde residia então na sua casa de Entremuros. Em 1833, diz o *Livro da Decima*, ocupavam-no «as tropas» (3).

José de Seabra casara com uma senhora fidalga, D. Ana Felícia Coutinho de Sousa Tavares da Horta Amado e Cerveira, e dêsse casamento nascera o primeiro Visconde da Baía, Manuel Maria da Piedade.

Do casamento dêste com D. Ana Isabel de Saldanha Oliveira e Daun, quarta filha dos Condes de Rio Maior, veio ao mundo o segundo visconde João Maria da Piedade. José de Seabra falecera em 13 de Março de 1813 com oitenta e um anos de idade (4).

Meado o século XIX, o vasto domínio dos Seabras desmembrou-se, vindo entretanto a maior parte dêle parar às mãos do falecido capitalista José Maria Eu-

---

(1) Citados *Livros da Decima* — Anos respectivos.

(2) *Idem* — Ano de 1779

(3) *Idem* — Anos de 1805, 1821, 1832 e 1833.

(4) *Resenha dos Titulares*, por Sanches de Baena e Silveira Pinto, vol I.

génio de Almeida. Passou então a chamar-se o *Casal Mont'Almeida.* O resto, já o sabe o leitor.

*

Esta casa e quinta dos Aveiros serviu, por várias vezes, no século XVII, de alojamento a notáveis personagens. Vejamos.

Em 22 de Janeiro de 1668 chegou a Lisboa o Conde de Sandwich, Vice-Almirante de Inglaterra, vindo de Madrid a assentar as pazes com que o povo tanto importunava El-Rei (1). Para aqui veio aposentar-se com luzido cortejo à frente do qual não faltava o rapazio *que alternava vivas e pazes.*

A audiência régia realizou-se a 24, e a 25 foi ao convento da Esperança beijar a mão à Raínha.

A 23 de Novembro dêsse mesmo ano chegou o embaixador de Castela. Desembarcou no cais de S. Paulo e veio também alojar-se no palácio Aveiro. Aqui esteve, esperando pelo parto da Raínha para fazer a entrada solene, mas como êsse acontecimento se demorasse até 6 de Janeiro seguinte, só em 12 de Fevereiro realizou a entrada e a audiência (2).

Êste palácio dos Aveiros ficou bastante arruinado com o terremoto. O Conde de Aranda, Embaixador de Espanha na nossa côrte que viera substituir, em 1756, o de Peralada, seu antecessor, vítima do desastre na casa dos Meneses, à Cruz de Pau (palácio de *A*

---

(1) O povo costumava, nas ruas, sempre que via El-Rei ou o Infante, prorromper em gritos pedindo a paz. Di-lo o autor misterioso das *Monstruosidades do Tempo e da Fortuna.*

(2) *Monstruosidades do Tempo e da Fortuna,* pág. 51, 66 e 71.

Luta ao Calhariz), viu-se coagido a construir, na quinta, uma barraca para habitar. Dias depois, como se a ruína não bastasse, pegou fogo no solar arrabaldino dos Duques.

Um dos quartos que escapara ao incêndio passou depois a ser ocupado por uns criados do Embaixador e certo dia, a-pesar-de, aparentemente, não mostrar perigo, desmoronou-se, e os servos foram salvos a custo ficando mal feridos com o desabamento. O Conde de Aranda, nada contente com isto tudo e custando-lhe a respirar o ambiente de pavor que ainda envolvia Lisboa, mal se desampenhou da sua principal missão, que era dar os pêsames a El-Rei e oferecer os auxílios do seu soberano, partiu para Castela. Veio substituí-lo, outro grande de Espanha, o Conde de Macedo e Taboada que se instalou numa barraca nesta mesma quinta, enquanto outra, de maiores acomodações, se ia construindo (1).

*

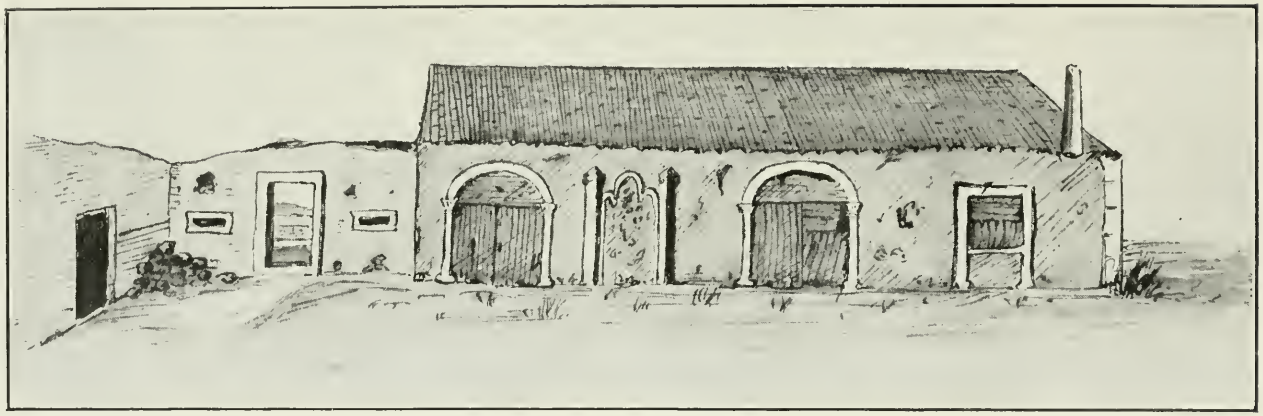
Em seguida à propriedade dos Duques, ficavam as de Manuel Gomes de Campos — umas casas nobres e dez casas abarracadas com vasto terreno atinente. Isto do lado esquerdo da travessa de São Francisco Xavier.

Do lado direito assentava o palácio dos Leites Pachecos Malheiros, circundado por terras de semeadura, hortas, olivais, pomar, etc.

Dou a palavra ao Padre Urbano José de Melo Pinto

---

(1) *O Terremoto do 1.º de Novembro de 1755 em Portugal e um estudo demográfico, por Francisco Luiz Pereira de Sousa, volume III — Lisboa, 1928,* pág. 727, transcrição do curioso manuscrito do Padre Manuel Portal.



Os restos do Palácio dos Malheiros

da Silva, prior de São Sebastião da Pedreira e informador de seu colega Luiz Cardoso, em 1758:

«*Neste mesmo sitio da parte da mão esquerda está uma grandiosa quinta que he de Jeronimo Leite de Vasconcelos Pacheco Malheiro com um notavel portal por onde se entra em um grande corredor que vai parar em um grande pateo, adonde tem casas nobres, com uma vistosa varanda*», etc. (1).

Jerónimo Pacheco Malheiro, dono do palacete, era filho de António Leite Pacheco Malheiro e de D.ª Violante Engrácia de Sá, possuïdores de vinte e quatro mil cruzados de renda, ela de Leça do Bailio e êle de Lisboa, e donos também de outro palácio a Santo António da Sé (largo do Malheiro) que António Leite comprara em 1711 à Condessa da Feira (2). Seu avô fôra Diogo Leite Pacheco de Macedo, fidalgo de Santarém, e sua avó D. Ana Maria de Melo, tudo sangue limpo. Casara Jerónimo Malheiro com D. Maria Teresa Josefa de Portugal, filha de João Sanches de Baena e de D.ª Violante Antónia de Portugal, neta materna de Diniz de Melo e Castro, Conde das Galveias (3).

O abastado casal não chegou a residir nesta quinta arrabaldina, onde aí por 1734 a 1736, tinha havido um hóspede ilustre, nada menos do que o asmático infantinho D. Carlos, a que já largamente me referi num

---

(1) *Dicionario Manuscrito*, já citado, vol. II — Tôrre do Tombo.

(2) *Elementos para a Historia do Municipio de Lisboa*, vol. VII, pág. 119.

(3) *Habilitações para familiares do Santo Oficio* — 24-677 e 111-1.929 de Antónios; 7-118 de Jerónimos; e 5-151 de Diogos (Tôrre do Tombo).

dos capítulos passados. Ignoro a época exacta da estada aqui do débil Infante.

Por êsse tempo, diz o meu informador, era numemeroso o concurso de gente grada a êste local e não raro se viam os coches reais no amplo páteo do Malheiro (1). Aí por 1758 residiu no palácio o conhecido Principal Lázaro Leitão Aranha, e, em 1765, Luiz José Leite Pacheco Malheiro, filho de Jerónimo Pacheco Malheiro. A casa pertencia então ao seu irmão António Manuel que era o primogénito e herdeiro, e que foi, como seu pai e avós, familiar do Santo Ofício (2).

António Manuel viveu nesta casa por várias vezes mas não seguidamente, tendo falecido entre os anos de 1806 a 1810. Em 1769 morou aqui o capitão de cavalos João de Sousa Meneses (3).

Nos anos de 1785 a 1788, esteve, por exemplo, arrendado o palacete ao Contador do Erário Sebastião Francisco Betâmio, por 550$000 réis. Nos anos de 1779 e 1790 esteve devoluto. A quinta esteve também arrendada a diferentes. Em 1805 lavrava-a um tal António José Alves, ao tempo que o senhorio habitava as casas nobres com cinco criados e uma parelha, e em 1812 alugava-a António de Oliveira (4).

Em 1812, habitavam-nas os herdeiros de António Manuel Pacheco Malheiro.

Em 1834, a casa e quinta, eram de Francisco Teles de Melo e de sua mulher D. Mariana Guilhermina de

---

(1) *Dicionario* do Padre Luiz Cardoso, já citado.

(2) *Livros da Decima — Superintendencia de São Sebastião da Pedreira* — Anos citados.

(3) *Livro dos Obitos da Freguesia de São Sebastião da Pedreira* — Óbito de sua mulher D. Josefa Evangelista da Silva e Macedo, em 28 de Junho de 1769.

(4) Citados *Livros da Decima* — Anos citados.

Almeida Malheiros. Trazia-as de renda José Ferreira Lage (1).

As casas estavam então arruinadíssimas, assim como as dependências entre as quais vejo mencionar-se um mirante, em 1820, ocupado por um açougue.

Da parte nobre da residência estavam de pé os portais. O resto tinha-se desmoronado, tornando-a inhabitável (2). Assim se conservou ao abandono de então para cá, e assim se conserva ainda. Aqui há quinze anos, pouco mais ou menos, fui ao velho pátio ver dois brazões de armas reais que me tinham denunciado ali existir, a-fim-de os adquirir para o Museu do Carmo, caso tivessem algum valor. Não o tinham, a não ser como recordação histórica, por terem sido dos antigos armazéns reais do Jardim do Tabaco. Ocupava então os restos do palacete Malheiros um carpinteiro de carros. Aquilo nem já era sombra do que fôra.

Com os trabalhos de plantação do futuro Parque, em cujo âmbito se inclui, perto da nova Avenida António Augusto de Aguiar, vai, em breve, ser arrazada aquela ruinaria. Voltei lá outra vez, por isso, a 23 de Fevereiro de 1922 e pude, graças à minha falta de jeito, tirar dois péssimos desenhos do desmantelado palacete, mais tão fiéis quanto possível. Aqui os dou ao leitor.

*

Voltemos agora novamente ao ponto de partida.

Seguindo pela estrada de Campolide, que se iniciava na *Cruz das Almas*, ficava à direita um terreno

---

(1) *Periodico dos Pobres* de 20 de Novembro de 1834.

(2) Citados *Livros da Decima* — Anos 1820 e 1832.

de forma triangular que era, ao tempo do terremoto, de um tal Francisco da Costa e que pegava com as propriedades do já referido Gaspar José dos Reis. Do lado oposto, ficavam terras de semeadura, conhecidas pelas *terras do Zambujo*, depois as propriedades de Francisco Fernandes, onde hoje assenta o moderno bairro de Campolide e a seguir as *terras do Vintém*.

Em perto de cento e sessenta anos, dezenas de vezes mudaram de proprietários aqueles troços de terreno.

Onde acabam as terras do Zambujo inicia-se hoje a rua do General Taborda, restando apenas, embora restauradas e disfarçadas em prédio moderno, as casas de Francisco Fernandes, em frente à bica de Campolido (1). As ruas Vítor Bastos, Soares dos Reis, D. Carlos Mascarenhas, Marquês de Fronteira e outras, cortaram, até às fortificações, a rústica encosta que descai violentamente sôbre o vale de Alcântara.

*

Seguindo ainda a estrada, passado o último arruamento do bairro novo, ergue-se, à esquerda, o grande edifício que foi das *Irmãzinhas dos Pobres*, sob a invocação de São Patrício. Estas *Irmãzinhas* eram as do velho casarão de São Patrício, que fôra palácio do Viso-Rei D. Garcia de Noronha, ali a S. Mamede-o-Velho. Fôra-lhe cedido em 1884 com obrigação de ali manterem o culto. A nova construção de Campolide fêz-se de esmolas, angariadas de porta em porta pelas

(1) Esta bica recebia a água de uma mina do monte de Estêvão Pinto (Colégio de Campolide). Agora recebe-a do Alto da Atalaia (Veloso de Andrade — *Memoria sobre Chafarizes, etc.*, pág. 30).

religiosas. Não houve dinheiro para fazê-la melhor; o essencial era haver casa para as três centenas de velhos que lá se acolhiam, feia, sim, mas útil e agasalhada.

Em 19 de Março de todos os anos patenteava-se ao público o edifício. Nunca lá fui. Na cêrca havia uma estátua de São José acolhida numa moita de rosas. Digo *havia* porque não sei se a demoliram, o que é o mais provável.

Não conheci a capela do Asilo-Colégio de São Patrício, profanada em 5 de Maio de 1912, por ocasião de uma sessão comemorativa do aniversário da laïcização dêste Instituto de Caridade, mas dizem-me que nada tinha de notável.

As *irmãzinhas* abandonaram o edifício em 18 de Janeiro de 1911. Existiam então ali 152 homens e 133 mulheres.

Aqui há anos, certo jornalista foi visitar o Asilo e pensou que seria interessante ouvir os velhos acêrca das vicissitudes passadas daquela instituïção. Encetou por isso conversa com uma das asiladas e a certa altura inquiriu:

¿E a respeito de liberdade?

— ¡Há liberdade de mais, meu senhor! ¡Olhe que isto da muita liberdade também faz mal!

E abaixando a voz, rematou:

— ¡Que isto de êles saírem a passear quando as mulheres saem, olhe que é perigoso!

¡O que a gente pensa aos oitenta anos, Santo Deus!

---

(1) Citados *Livros da Decima* — Ano de 1766.

*

Continuando pela estrada, fica-nos, à direita, o portão nobre do *Casal de Campolide* onde se conservam ainda uns fornos de cal que já lá existiam em 1766 e que pertenciam então ao Dr. Francisco Eusébio Joaquim Belém (1). Depois surge-nos à direita uma calçada empinada. Era a *travessa de Estêvão Pinto.*

Subindo-a, e deixando à direita um portão com um nicho vazio, talvez da casa do Dr. Belém, segue-se uma casa antiga, tornejando para um bêco sem saída, restos do tal caminho em continuação da azinhaga da Torrinha; e depois, virando à direita, eis-nos no extinto Colégio de Campolide. A calçada continua em direcção do Alto da Atalaia.

Aqui era a *quinta da Tòrre*, propriedade em 1755 de Estêvão Pinto de Morais Sarmento, criado particular de El-Rei D. José e seu guarda-jóias. Foi êle quem deu o nome à travessa.

As casas eram nobres e tinham pegada uma capela da invocação de Nossa Senhora da Penha, com sua tôrre de sinos onde, por êsse tempo, se faziam notáveis festividades, muito concorridas pelos moradores das cercanias (1). A festa anual do Santo Nome de Maria era a 10 de Setembro (2).

Estêvão Pinto, que em 1766 era Secretário do Desembargo do Paço e Oficial Maior da Secretaria de Estado e da Raínha, vivia aí nesse ano (3). Casara

---

(1) *Dicionario* do Padre Luiz Cardoso — Freguesia de São Sebastião da Pedreira.

(2) *Diario Eclesiastico para 1815.*

(3) *Livros da Decima,* já mencionados.

com D. Teresa Mongiardino (1). Por sua morte passou a casa a seu filho mais velho Pedro Caetano Pinto de Morais Sarmento que foi Escrivão dos Registos das Mercês. Desta família pouco pude apurar.

Um irmão dêste Pedro Caetano, chamado João Gualberto, era bacharel e fôra Escrivão da Mesa do Sal antes de passar à América como ouvidor do Sabará.

Quis a desgraça que êle perecesse no naufrágio ocorrido na viagem, deixando órfão Estêvão Pinto de Morais Sarmento, soldado do regimento de Peniche e empenhados os réditos do edifício de que era proprietário. Recolheu-se o órfão a casa de seu tio Pedro Caetano. Como em 1793 fôsse mandado para fora do reino o regimento a que pertencia, requereu Estêvão Pinto a El-Rei pedindo-lhe fôsse entregue o rendimento do ofício. El-Rei atendeu-o (2).

Em 1832 êste Estêvão Pinto residia em Campolide em umas casas do Dr. Inácio Francisco Silveira da Mota (3).

---

(1) Esta senhora fêz dívidas no valor de dezassete mil cruzados, hipotecando a sua quinta, o que levou o filho a pedir à Direcção da Fábrica das Sêdas, onde servira o avô materno, para a dívida ser paga pelo Cofre do Novo Imposto (*Livro 928-2.º de Representações e Consultas*, pág. 73 v.º).

Conforme um anúncio na *Gazeta* de 3 de Junho de 1812, os bens de D. Teresa Mongiardino foram penhorados neste ano requerimento da Irmandade do Santíssimo da frèguesia da Encarnação. De outro anúncio no *Diário do Govêrno* de 1835, vê-se que outro Estêvão Pinto, neto dêste, deixou uma filha, D. Maria Isabel, e um filho, David Pinto de Morais Sarmento, o qual recebeu a parte da herança que competia à irmã, por desistência desta.

(2) Processo do Desembargo do Paço (Estremadura) — 1688-14 da colecção existente na Tôrre do Tombo.

(3) Citados *Livros da Decima* — Ano de 1832. Estêvão Pinto

Em 1832, morava na quinta da Tôrre o Marquês de Pombal, pagando de renda 300$000 réis; e em 1833 já a propriedade pertencia a um tal Nicolau de Abreu Castelo Branco (1).

No *Diário do Govêrno* de 6 de Junho de 1837, aparece o seguinte anúncio, com o n.º 13:

«*Quem quizer comprar as casas e quinta da Torre, na Travessa de Estevam Pinto, achará com quem tratar na Travessa da condessa do Rio n.º 1*».

Os demais proprietários que teve a propriedade, não sei. Em 1858 era dono dela o poeta João de Lemos, tão notável, no seu tempo, pelos versos que compunha como pelas suas ideias miguelistas, expostas e coordenadas em numerosos folhetos de combate e artigos publicados na imprensa.

Foi a êle que o benemérito e conhecido Padre Carlos Radmaker, comprou nesse ano esta quinta e casas nobres para ali fundar o Colégio de Campolide.

*

¿Quem não conheceu em Lisboa o Padre Radmaker?

Era um erudito, um fluente e elegante orador sagrado, um conversador interessantíssimo, muito aceito e querido em todos os salões elegantes e piedosos da

---

de Morais Sarmento, foi moço da Real Câmara em 1712 e depois Guarda-Jóias de El-Rei D. João V. Foi êle quem encomendou para França a célebre Baixela Germain (*Inspecção ao Imposto de Licenças*, pág. 88).

(1) Citados *Livros da Decima* — Ano de 1833.

capital. E agora me lembro de uma anedota a propósito do assunto. Contou-a a meu pai, muita vez, o velho Marquês de Penalva cujos ditos de espírito chegaram a ter voga.

O Marquês estava então adoentado e abatido. Uma vez seguia por São Roque e eis senão quando encontra Radmaker. Penalva, católico fervoroso, fêz menção de ajoelhar beijando a mão do virtuoso clérigo que ao vê-lo assim desmudado lhe disse, depois de alguns momentos de conversa:

— V. Ex.ª está abatido, sr. Marquês. ¡Permita V. Ex.ª que eu lhe lembre a necessidade de se ir dispondo para dar as suas contas a Deus!

— Estou doente, estou, disse o Marquês entre chocado e surprêzo.

Ficou um instante pensativo e despediu-se.

Quando Radmaker se ia já a afastar, tornou-lhe o velho fidalgo:

— ¿Faz-me um favor Padre Radmaker?

— Pois não, retorquiu imediatamente o interpelado.

— ¿O meu bom amigo... onde nasceu?

— Em Lisboa, respondeu, admiradíssimo da pregunta, Radmaker.

— ¡Ah! ¡Ainda bem! Agora vou mais aliviado... ¡Ninguém é profeta na sua terra!...

E seguiu, sorridente.

O Padre Radmaker era efectivamente lisboeta. Seu pai, o Conselheiro José Basílio Radmaker, Ministro Plenipotenciário junto do Govêrno Sardo em 1828, residira por muito tempo em Lisboa. Radmaker, depois de estudar até os dezoito anos em Turim, no Colégio dos Nobres, foi para o noviciado da Companhia em Chieri e, em 1848, veio com seu pai para Portugal.

Aqui estudou teologia e tomou ordens de presbítero em 1851.

*

Em 1854, o Padre Isley, Vice-Presidente do Seminário dos Inglesinhos, fundara na rua dos Cardais um colégio para meninos pobres. Em 1855 sucedeu-lhe Radmaker na direcção da casa e logo pensou em mandá-la para sítio mais apropriado. Assim a escola passou para o largo da Páscoa, depois para a rua de Buenos-Aires e, a seguir, para a travessa do Moinho de Vento.

A-pesar-destas melhorias não estava ainda realizada a aspiração do clérigo, e, em 1858, comprou a João de Lemos a quinta da Tôrre e as casas arruïnadas onde o poeta miguelista morara alguns anos.

O colegio de meninos pobres transformou-se num instituto de meninos ricos.

Procedeu-se imediatamente grandes reparações no velho edificio, do qual pouco ou nada se aproveitou. A pequena capela de Nossa Senhora da Penha transformou-se numa igreja, para a qual foi lançada a primeira pedra em 8 de Dezembro de 1879.

A consagração realizou-se cinco anos depois.

O edifício do Colégio, que se chamava *de Maria Santíssima Imaculada*, é vastíssimo, cheio de luz e de ar. Do alto da sua tôrre disfruta-se uma surpreendente panorama.

Os alunos, aparte os estudos e os exercícios religiosos, tinham um magnífico ginásio, campo de jogos desportivos e larga quinta de recreio, Aí foram educadas entre outras muitas pessoas em evidência, D. Augusto Eduardo Nunes, arcebispo de Évora e orador sagrado de primeiro plano, e o poeta e dramaturgo D. João da Câmara, o bondoso e sonhador D. João.

Todos os anos se realizava ali a grande solenidade

da distribuïção dos prémios aos alunos. O último director foi o Padre Luiz Gonzaga Cabral.

Com o advento da Rèpública extinguiu-se o Colégio. O enorme edifício fechou as suas noventa e quatro janelas da fachada principal e ficou abandonado, entregue à guarda de alguns polícias.

*

O professor Borges Grainha na sua *Histoire du College de Campolide et la Résidence des Jesuites à Lisbonne*, tradução de um texto latino escrito por vários jesuítas, deixou-nos miúda documentação àcêrca dêste edifício e desta instituïção.

A casa foi comprada a João de Lemos, por quatro contos de réis. O Padre Martim Rodrigues encarregou-se dos trabalhos das primeiras obras de adaptação, começando o edifício a ser habitado em dia de São Luiz Gonzaga dêsse ano.

O noviciado começou em fins de 1859, tendo o Padre Radmaker aplicado às obras todos os bens da sua herança materna, computados em doze contos de réis.

Em 1860 o noviciado passou para o convento do Barro, em Tôrres Vedras, separando-se a administração das duas casas no ano seguinte.

Em 1861, pensou-se em comprar o convento beneditino de Tibães, vindo finalmente a adquirir-se o Colégio de São Fiel em 1863. Os jesuítas, em 1864, estabeleceram a sua residência no Convento do Sacramento, a Alcântara, conseguido a diligências de Radmaker.

De 1860 a 1870 fizeram-se várias obras em Campolide: — murou-se a quinta, fêz-se um novo dormitório, restaurou-se e adornou-se a capela, acrescentou-se ao edifício um corpo com dois andares, adquiriram-se

livros, estabeleceu-se uma enfermaria, fizeram-se refeitórios separados, construíu-se um hangar na cêrca para recreio no inverno, pôs-se um relógio na tôrre, plantou-se um pomar, etc.

Eram constantes e avultadas as esmolas, e por isso as obras não paravam. Em 1873 organizou-se o Gabinete de Física, compraram-se móveis e livros e prosseguiram as obras de aumento no edifício. A igreja enriquecia-se de objectos de culto. Em 1874 vendeu-se ao Govêrno parte da quinta para a construção da Penitenciária, por 1.105$000 réis e o Colégio passou então às mãos de uma Sociedade de católicos inglêses. A bandeira inglêsa passou a hastear-se, por êsse motivo, no edifício, nos dias santos e feriados.

De 1874 a 1880 as principais obras foram: o aumento da Biblioteca e do Gabinete de Física, a construção de uma galeria no Parque, obras na igreja, levantamento de um muro contra a Penitenciária, construção de mais um dormitório, de um depósito de água, com bomba, de um refeitório novo e de retretes, e compra de vários livros no leilão Castelo-Melhor. Em fins de 1879 foi lançada a primeira pedra para a nova igreja.

O Centenário de Camões, em 1880, foi brilhantemente festejado no Colégio. Nesse ano outra festa se realizou em 19 de Outubro, a inauguração da capela dos colegiais. Esta capela tinha o tecto de estuque com dourados, o altar imitando mármore e alguns quadros com imagens. A obra da igreja continuava e as esmolas também. De 1881 a 1882, aumentou-se a galeria do Parque, construíu-se um tanque e fizeram-se melhoramentos no Gabinete de Física. Para o templo em construção vieram de Itália seis imagens de madeira, uma das quais — a de Santo Inácio — não agradou, pelo que foi enviada para a igreja da Covilhã, mandando-se vir outra de Marselha. Compraram-se ainda dez sinos de

bronze e vários ornamentos. Em 1883 fizeram-se pinturas na igreja, a imitar mármore e a claro-escuro, realizou-se a benção dos sinos, comprou-se um jazigo nos Prazeres, e mandaram-se vir, de França, livros para a Biblioteca.

Em 30 de Abril de 1884 realizou-se a inauguração e a consagração da igreja com a assistência do Patriarca D. José III. Radmaker prègou. Em 4 de Maio nova festividade a que assistiu o Núncio Vanutelli. Houve missa de pontifical e à tarde *Te-Deum* cantado pelo Arcebispo de Mitilene.

O Reitor era então o Padre Francisco Sturzo, peritíssimo em obter esmolas. Em 18 de Setembro de 1884 passou a reitor o Padre Joaquim Campo Santo.

As obras continuaram. Alterou-se o muro do Parque, fizeram-se pesquizas de água, organizou-se outra enfermaria especial para doenças contagiosas, construíu-se a tôrre circular para observações astronómicas, compraram-se mais livros, nivelou-se o terreiro em frente do edifício, construíu-se outro depósito de água, fêz-se a escada da tôrre, galerias de esgotos, construíu-se um forno, etc. A irregularidade do edifício, resultante dos sucessivos acrescentamentos foi remediada, levando-se a cabo a nova fachada de três andares com cinqüenta e dois metros de comprido, catorze de largo e dezasseis de alto até à igreja, ficando as aulas em baixo, o Museu da História Natural e o Gabinete de Física no segundo pavimento e os dormitórios e quartos no terceiro. Em 1891 estava a grande obra quási concluída.

O Núncio Vanutelli foi um dos grandes amigos do Colégio, nunca faltando às suas festas e aos comuns exercícios espirituais. Outras bemfeitoras foram a sr.ª D. Maria Joaquina Bertrand que muito ajudou esta obra com importantes donativos e com uma pensão

anual, e a Marquesa de Monfalim e Terena que ofereceu aos padres quantiosas importâncias, dando-lhes também jóias, um órgão, tapetes, vitrais, vestidos para as imagens, uma espada de prata para a Senhora das Dores, etc. Para a capela compraram os padres, bancos, lustres de vidro, as imagens de São Joaquim e Sant'Ana e no fim de 1888 abriram-na ao culto.

Em 1892 e 1893, alargou-se o refeitório para trezentos alunos, passaram os serviços de lavagem de roupas a ser feitos por homens, enriqueceu-se o Museu de História Natural e acabaram-se com as representações que os colegiais costumavam fazer pelo Entrudo. As obras não pararam. Junto aos dormitórios que ocupavam todo o último andar, fêz-se o vestiário e adquiriram-se novas peças para o Museu onde um espanhol embalsamava os animais. No Parque, fizeram-se outros cobertos, abriu-se uma cisterna, construíram-se lavadouros, cocheiras, quartos de criados, casas para os motores, etc.

Em 1898 os alunos já chegavam a trezentos e trinta e cinco. Nesse ano, felizmente, apareceu uma nascente que deu água para todo o Colégio, tendo-se aberto um poço, com seis metros de largo e vinte e nove de fundo, junto à Penitenciária.

Em 1899 já o edifício estava acabado, todo iluminado a luz eléctrica e abastecido de água.

Pouco depois começava o movimento liberal a intensificar-se e a vida escolar a tornar-se mais difícil. A campanha contra os jesuítas e contra as ordens religiosas acendia-se cada vez mais. Isto, junto ao mau resultado dos exames, deu lugar a que, em 1902, a freqüência baixasse para duzentos e cinqüenta alunos.

A-pesar-de tudo prosseguiam os melhoramentos: galerias com terraços no Parque, uma nova sala para receber a família dos internos, uma outra cozinha

maior, mais vestiários, modificações no refeitório, etc. Compraram-se mais livros para a Biblioteca e paramentos para a igreja, etc.

De Abril de 1902 a Maio de 1905, construíu-se uma casa independente para serviço dos padres, um balneário com vinte e nove banheiras, embeleza-se o Parque, fazem-se plantações, cascatas, lagos; acaba-se a tôrre de quarenta metros, compra-se perto uma casa para moradia dos empregados e renova-se a capela interior, consagrando-se à Virgem, cuja imagem, de mármore, se põe no pórtico do edifício.

De Maio de 1905 a Setembro de 1906, acabava-se a Biblioteca. No tecto via-se um quadro com a Virgem e três retratos — Camões, o Padre António Vieira e um aluno do Colégio oferecendo à imagem a sua inteligência e o seu coração.

As estantes subiram até à sanca. Neste período a capela do corredor foi profanada para a instalação de um refeitório dos alunos mais velhos, e construiu-se outra na Enfermaria para os doentes ouvirem missa. Fêz-se contrato com a Companhia para fornecer água para o depósito do Parque, e procedeu-se a várias plantações nos seus terrenos.

As escadarias acabaram-se em princípios de 1907, ano em que se construíu a clarabóia e se restaurou a enfermaria elevando-se-lhe o tecto. Aumentou-se a cozinha, construíu-se um pombal, comprou-se a quinta do Val de Rosal (Almada), puseram se várias estátuas da Virgem no recreio e a do Coração de Jesus, na capela doméstica.

De Agôsto de 1907 a Setembro de 1908, reformaram-se as capoeiras, fizeram-se novos pavimentos nas enfermarias, construíu-se outro terraço no Parque e procedeu-se a outros melhoramentos nas cozinhas e nas canalizações. De então até o final, ainda se transfor-

mou o pátio em jardim, ornamentou-se o Museu, fizeram-se espoeiras e novas escadas de serviço, a-pesar-dos padres confessarem ser precário o estado financeiro do Colégio.

Quando das festas do 50.º aniversário dêste estabelecimento, cunhou-se uma medalha comemorativa. Modelou-a um antigo aluno.

Eis o que diz, sucintamente extratada, o texto latino da *História do Colégio*, traduzido em francês, pelo falecido professor Borges Graínha.

¿Foi um pouco fastidioso, não é verdade? Mas é história e convém arquivar.

*

Em 1916, foi feita a cessão do vasto edifício, a título precário, com tôdas as suas dependências, à «Comissão de Hospitalização da Cruzada das Mulheres Portuguesas» para ai fundar e manter um Hospital de Sangue (1). Em 1921 foi declarada sem valor a cedência que se tinha feito desta mesma casa à «Inspecção dos Servicos de Protecção a Menores» voltando à posse da «Comissão Jurisdicional das Extintas Congregações Religiosas (2). A primeira cedência ainda deu, pelo menos, a ceremónia da inauguração do Hospital, em 1 de Dezembro de 1917, a que assistiu o Presidente da República. Esta nem isso.

Actualmente o vasto edifício do Padre Radmaker é um quartel. Está ali instalada uma das unidades militares da Guarnição de Lisboa: — Caçadores 5.

---

(1) *Diário do Govêrno* de 3 de Outubro de 1916.

(2) *Diário de Notícias* de 15 de Novembro de 1921.

*

O sítio de Campolide — outrora tão dilatado — às abas de Lisboa, tinha, em 1742, apenas dez fogos.

Resumia-se então, na parte incluída na área da paróquia de Santa Isabel, ao pedaço de estrada que ía da Cruz das Almas à Circunvalação. Só de 1805 por diante é que as listas paroquiais o classificam de estrada. O resto pertencia a São Sebastião da Pedreira.

A cortina de muro desde a Cruz das Almas ao chafariz de Campolide foi feita no tempo em que era presidente do Senado o Conde de Oeiras, filho do Marquês de Pombal (1). Êste chafariz ou bica recebia água de uma mina na direcção do monte da quinta de Estêvão Pinto (2). Nesse troço da estrada morou, de 1757 a 1758, o Desembargador Manuel José de Faria e Sousa, e em 1766, D. José de Sousa, Deão da Sé de Braga, perto de uma casa a que então chamavam, não sei porquê, a *Parreirinha* (3).

O portão, que tem um nicho na parte superior, e se encontra à entrada da travessa de Estêvão Pinto, à direita, era o do *Casal das Grades*, que foi de D. Maria Inácia Braamcamp, bem como a casa que faz esquina, do mesmo lado, para a rua de Campolide. A casa hoje do pintor Roque Gameiro, era de Duarte Ferreira Pinto (4).

---

(1) *Códice 646* da Colecção Pombalina da Biblioteca Nacional, pág. 279 a 286 v.º

(2) *Diario Eclesiastico para 1815* (10 de Setembro), pág. 37.

(3) *Rol dos Confessados da Freguesia de Santa Isabel* — Anos citados.

(4) Informações do meu consócio e amigo sr. António César Mena Júnior, a quem devo muitas outras que aqui são aproveitadas sôbre o sítio, moderno, de Campolide.

A parte que pertencia a São Sebastião da Pedreira, era a mais vasta e povoada de quintas. Como os *Rois* desta frèguesia se perderam, pouco posso adiantar quanto aos seus moradores e proprietários. Apenas sei, por referências dos registos de óbitos, que eram freqüentes por aqui os assaltos e os crimes. Os falecidos por motivo de estocadas, facadas, tiros, desastres, são freqüentes. Sítios isolados e apartados deviam de ser.

Em 1616, morre um Duarte de Pavia, aqui morador, única pessoa de qualidade que encontrei nomeada nos livros (1).

Outra indicação que lá vi foi a de que um tal Diogo Correia era o dono da *quinta do Rabequinha* em 1753 (2).

Mais nada.

*

O populoso bairro moderno que continua descendo até o vale, é composto de ruas e casaria sem carácter, tudo em estilo «Mestre de Obras».

Na *rua Soares dos Reis*, fica a oficina cerâmica de Mestre José Baudoin, figura simpática e pitoresca de industrial popular que teima, até nos reclamos, chamar-se *Mestezé*. O nome engola a categoria. As faianças de Campolide, são bonitas e vendem-se.

Na rua de *Carlos Mascarenhas* moram três grandes figuras do nosso tempo: o grande arqueólogo Leite de Vasconcelos, o sábio camonianista Dr. José Maria Rodrigues e o filólogo sr. José Joaquim Nunes (3). Com

---

(1) *Livro dos Obitos da Freguesia de São Sebastião da Pedreira* — Ano citado.

(2) *Idem.*

(3) Êste faleceu em Julho do ano corrente (1932).

a residência do Dr. Augusto de Castro, nesta mesma rua, actualmente nosso Ministro em Roma, são quatro os académicos que dignificam a serventia. No mesmo arruamento está o *atelier* do escultor Maximiano Alves.

Outro artista, o pintor Frederico Aires, tem o seu, na rua *Marquês de Fronteira*.

Em Campolide, reside também o pintor Roque Gameiro, na Travessa de Estêvão Pinto.

O novo bairro, tem um *Cinema* (na rua Leandro Braga) e uma associação recreativa e desportiva (*Campolide-Club*).

O progresso chega a tôda a parte.

CAPITULO XXII

SUMARIO: Uma vista de olhos sôbre o Vale de Alcântara — A ermida da Senhora Sant'Ana da quinta de Sebastião José de Carvalho — A devoção e o engenho do ermitão cego José Soares de Oliveira — Um manto oferecido por D. João VI — O Asilo de Espie Miranda — O novíssimo bairro de Campolide e as suas barracas — Inauguração de uma nova capela e de uma escola — Percorre-se o Vale de Alcântara desde o «Casal do Grilo» à Pimenteira — As «quintas do Inferno» e «do Sargento-Mór» e do «Cabrinha» — Uma paragem a propósito dos «Cabrinhas» e de D. Francisco Manuel de Melo — Divaga-se sôbre as fortificações de Lisboa — Os planos de Francisco de Olanda — Projectos do Marquês de Castelo Rodrigo em 1625 e do de Montalvão em 1646 — D. João IV ordena à Câmara o início das obras — Schomberg encurta a linha defensiva da capital — Continuam as obras — Providências em 1701 — Os engenheiros pombalinos pensam de novo na fortificação — Os redutos da Atalaia e de Campolide — Evoca-se o ataque das tropas realistas a Lisboa, em 1833 — A luta no bosque de Palhavã — Episódios do cêrco — Os generais do exército liberal — É levantado o cêrco e Saldanha cumpre a sua promessa — O fim da luta fratricida — Considerações gerais sôbre o desenvolvimento da cidade — Acaba a obra.

Convido o leitor a descansar num dos bancos do vasto terreiro subjacente ao antigo Colégio de Campolide e a lançar os olhos sôbre o verdejante vale.

Lá em baixo rumoreja, com as águas das últimas chuvas, a, habitualmente sêca, ribeira de Alcântara, recortam-se os casais murados de pedra solta pelas encostas povoadas de oliveiras melancólicas; além avulta a moita de eucaliptus do *Casal do Brito* onde

morreu Possidónio da Silva, êsse prestante cidadão que foi o benemérito fundador do Museu do Carmo; ao fundo espalmam-se, por sob a quinta da Mineira, o *Ferro de Engomar* e a *Rabicha*, as duas hortas que lembram as patuscadas da boémia, o gemer da guitarra indolente nas merendas domingueiras, a estroinice alegre e fidalga de há cinqüenta anos; e, para lá dos arcos do Aqueduto das Águas Livres, que poisam no valle os seus pègões colossais, sorri, entre um amontoado de casaria que se desmorona aos poucos, a ermida da Senhora de Sant'Ana, sôbre um adro semi-circular onde outrora acampavam os romeiros da devota imagem.

Êste templozinho merece algumas palavras.

*

Poucos anos depois do terremoto pertencia esta ermidinha às casas e quinta de Sebastião José de Carvalho e Melo, primeiro Marquês de Pombal. Di-lo o Padre Luiz Cardoso, no seu citadíssimo *Dicionário Manuscrito*. Sebastião José era grande proprietário por estas bandas. As terras do *Carvalhão* vinham desde o alto dos Sete Moinhos e descaíam para a ribeira, tomando ainda parte da encosta contrária, ocupando a linha de cumeada desde a «Cruz das Almas» ao referido alto.

Houve tempo em que no dia da festa da Senhora e no primeiro domingo do Advento, se povoava êste recanto arrabaldino de numerosos romeiros (1). A er-

---

(1) A *Gazeta* de 19 de Julho de 1796, anunciava para 7, 8 e 9 de Agôsto dêsse ano, as festas com Feira Franca, na Senhora de Sant'Ana.

midinha engalanava-se tôda, fazia-se um esbôço de feira; comia-se, bebia-se e cumpriam-se promessas atestadas por alguns ingénuos quadrinhos que ornamentavam o templo. Tudo acabou e quem perdeu foi a casa da Senhora. Entrou a arruïnar-se e se não é tê-la amparado um dia a devoção de um ermitão, vinha tudo abaixo.

José Soares de Oliveira se chamava o devoto da Senhora de Sant'Ana, falecido há anos. Foi para ali cuidar da ermida em 1894, se não estou em êrro, e nunca a fôrça de vontade e a devoção fizeram maiores prodígios. José Soares de Oliveira foi a reprodução exacta dos ingénuos e lendários ermitões de que nos falam as crónicas vetustas. Dedicou-se de alma e coração à obra que constituía o seu único pensamento. Tudo quanto não fôsse a ermida e o seu culto, era nada para êle.

Quando êle ali assentou arraiais a ermida estava a caír. Faltava-lhe metade do telhado e havia lá dentro cobras e rataria a monte. Pôs mãos à obra, cuidou, limpou, e alindou; fêz-se pedreiro, carpinteiro e pintor, e dois anos depois, como o atesta uma lápide, posta ao alto da fachada, em 30 de Abril de 1896, concluiu os seus trabalhos de restauração (1). ¿Com que dinheiro? — preguntar-me-ão. Com as suas economias. Soares de Oliveira levou para lá 328$000 e lá os deixou em argamassa, em madeira e em tintas. ¡E foi isto em nossos dias!

Pois a fortuna, que às vezes tão propícia se mostra aos maus, foi adversa para com o bondoso ermitão. ¡Pouco depois de concluída a obra em que pusera todo o oiro da sua bolsa e do seu coração, cegou!

---

(1) A lápide diz: *Restauração desta capella em 30 de abril de 1896 por José Soares de Oliveira.*

Era lícito supor que ferido por tal calamidade, desistisse o ermitão de cuidar da sua amada capelinha, mas não. Soares de Oliveira continuou, paciente e resignado, a velar pelo desamparado templo. Fêz os bancos para os devotos, a grade que separa a nave da capela-mór, o confessionário e, inclusivamente, foi êle quem construíu um aparelho da sua invenção para produção de acetilene, sem perigo de explodir, a-fim-de iluminar a ermida nas sextas-feiras à noite quando, envergando a sua batina preta, fazia a ceremónia da *Via-Sacra* muito concorrida pelo povo das proximidades.

Foi êle quem fêz tudo. Os seus 328$000 réis operaram milagres, e foi ainda com êles que comprou o órgão que êle mesmo tocava sentidamente sem saber uma nota de música. A escola que funcionava no prediozinho pegado fôra fundada por êle. A mulher era a professora, mas a má-sina que o perseguia, levou-a a morrer no hospital depois de lhe ter dado muitos desgostos. Falecida a mulher, contratou uma professora, mas pouco tempo passado teve de a despedir por não se portar como devia. Tudo conjurado contra o pobre cego.

¡ Engenho sublime ! O ermitão-cego, afora o que já referi, ainda dotou o povo do Vale com um relójio, feito por êle, já se vê, porque êle era tudo ali. O relójio era de uma primitividade encantadora. Duas caixas de lata, soldadas uma a outra, de onde a água, que continham, ia caindo num prato que se abaixava com o pêso do líquido de quarto em quarto de hora. Um grande mostrador acusava, com um único ponteiro, mercê de uma roda dentada, as horas, com uma precisão absoluta. ¡ E era por esta simples clepsidra que o povo se regulava !

Um dia o cego adoeceu. Desamparado totalmente

de recursos, recolheu, por esmola, ao hospital da Ordem Terceira de São Francisco entregando a capela, bem como o colégio e a catequese à professora D. Emília Gaspar. Depois morreu. ¡ Ah como lhe devia ser doloroso na última hora pensar no abandono a que ficaria votada a ermida que tanto amara!

Hoje ninguém fala dêle. A ermidinha está novamente arruïnada, fendidas as cantarias, esboroadas as paredes.

Nunca mais se fêz a *Via-Sacra* às sextas-feiras, nem se acendeu a luz de acetilene, nem se ouviu o órgão melancólico. Aquilo está morto como êle.

*

A ermida tem no altar a imagem da Senhora. O arco da capela-mór, fendido e periclitante, tem ao alto uma inscrição que não consegui decifrar. Nada tem de notável a não ser, dentro de uma arca, um manto de Nossa Senhora, de sêda branca bordada a oiro, que lhe foi oferecido, dizem, por El-Rei D. João VI. A ermida pertence actualmente à frèguesia de São Sebastião da Pedreira.

Tudo isto é pouquíssimo, mas não consegui apurar mais nada.

*

À sombra do Aqueduto fica ainda o edifício do *Asilo de Espie Miranda*, na quinta da Mineira, fundado em 24 de Agôsto de 1900, e que sustenta vinte e sete velhinhos. Os asilados foram prejudicados recentemente com o desenvolvimento do bairro vizinho, êsse indisciplinado e pitoresco «Novo Campolide» todo feito

de casas de adobe, barracas de tabiques e zincos, sem plano, sem alinhamento, à mercê das necessidades urgentes dos alfacinhas sem casa, a galgar pela encosta poente do vale.

A nascente que dava água para o Asilo, e lhe refrescava a horta, foi desviada pelos moradores, em sucessivas aberturas de poços. É neste bairro que se encontra a famosa taboleta do *Barbeiro Semi Ferro Viário* digna rival daqueles *Letreiros Célebres* coleccionados em 1806, por um *Taful de Luneta* (1).

Perto fica o outro bairro — chamado da *Liberdade* ou das *Minhocas* — perto do apeadeiro do Rêgo. Tanto um como outro nasceram, como os seus antepassados de 1755, da crise de habitação urbana. Os motivos da crise é que foram diferentes. A variedade, a indisciplina e a miséria, são as suas características. À entrada de Lisboa estes dois bairros são desagradabilíssimo cenário (2).

---

(1) Vide o meu trabalho *Letreiros célebres* incluído no volume *Relação de vários casos notáveis e curiosos, etc.*, — Coimbra, 1925.

(2) O *Diário de Notícias* de 28 de Dezembro de 1931 trazia uma notícia bem feita, tocante, sincera. Transcrevo-a aqui porque diz respeito a êste bairro simpático, não pela sua beleza, mas pela sua pobreza:

«No bairro da Liberdade, para lá de Campolide, à beira do Aqueduto das Águas Livres, mora uma gente que dá gôsto vê-la, de simples e de honrada que é. A fantasia de quem nunca andou por aquele sítio, emprestou-lhe famas indevidas, tenebrosas, de miséria negra e de vileza turva, que não tem. É um bairro simpático êsse bairro da Liberdade. É pitoresco, É amável. É bom.

«Ainda ontem bem claramente o mostrou, a quantos lá foram para assistir às cerimónias da benção de uma capela nova, e à festa da inauguração de um edifício escolar anexo, com duas alas, para ensino primário de sua população infantil. É graciosa e maneirinha essa construção, Fica bem no coração daquele bairro

*

Fronteira à ermida de Sant'Ana fica o antigo *Casal dos Grilos* e depois a *Quintinha* que deu o seu nome à calçada que vai juntar-se com a *dos Mestres*, em frente às velhas barreiras de Campolide. Para lá, na encosta, as *terras de Sebastião José*, depois chamadas

---

simples. Ergue-se a capela a meio, com sua tôrre. Para a direita, e para a esquerda, ficam as instalações escolares, aulas para a pequenada, duzentas e cinqüenta crianças, meninas dêste lado, petizes daquele...

«Melhoramento que se deve à iniciativa do Albergue de São Sebastião da Pedreira, recebeu-o com alegria tôda aquela gente.

«E assim, foram pela população do bairro acolhidas com ternura e carinho, as altas personalidades oficiais e eclesiásticas que para êsse fim ali foram.

«Ás nove horas da manhã benzeu a capela o sr. Arcebispo de Mitilene. Disse missa, ouvida com devoção e deferência por assistência numerosa. Deu comunhão a crianças e adultos.

«Depois, à tarde, às 15 horas, houve na escola uma sessão solene inaugural. O mesmo prelado presidiu, tendo junto de si, na mesa de honra o prior da freguesia de São Sebastião da Pedreira, e os srs. Zuzarte de Mendonça, dr. Silva Passos, da Junta Geral de Saüde, e o regedor António Gomes, como representante do sr. governador civil.

«Fizeram-se discursos cativantes. Falou o sr. Fernando Amaral, presidente da assembleia geral do referido Albergue; o sr. Pinto de Araújo; o rev. Mauricio, assistente oclesiástico da capela; o rev. Pereira, prior da freguesia; Raul Eduardo, do grupo local e recreativo «26 de Maio»; o regedor Gomes; o dr. Silva Passos, e por fim o sr. arcebispo, numa bela oração, rematada pela sua benção.

«E todo o acto decorreu num ambiente de solicitude e carinho, para timbre do Bairro da Liberdade, o completo desmentido àqueles que o julgam um sítio esconso e torvo da capital, e não lugar onde vive uma gente simples, trabalhadora e agradável, que dá gôsto vê-la».

do *Braamcamp* (1) e, para baixo ainda, seguindo pela Ribeira, a *quinta do Inferno* que foi de Luiz Anastácio da Fonseca e onde havia uma ermida de Nossa Senhora da Conceição (2). Mais para o sul avista-se a *quinta da Pimenteira*, notabilizada pela sua água, e depois a *do Sargento-Mór*, com a sua ermida dedicada a Nossa Senhora da Piedade (3).

Continuando a descer a Ribeira iríamos ter à *quinta do Cabrinha* que foi de D. Francisco Manuel de Melo e onde se diz ter morrido o erudito e elegante autor da *Carta de guia de casados* (4). Na carta 28.ª da primeira série das suas *Cartas Familiares*, diz êle:

«... *se V. S. quiser que domingo muito por bem nos vamos ao campo, e a huma quintinha que eu lá tenho, chegue-se V. S. por aqui, faremos romaria até Alcantara*».

Deve esta carta ter sido escrita em 1651.

Da «Tôrre» foi êle transferido em 1650; em 4 de Abril dêsse ano já estava no Castelo, como se conclui da carta 75.ª, da segunda Centúria.

---

(1) Gerardo Wenceslau Braamcamp de Almeida Castelo Branco era o senhor do domínio directo das terras do Carvalhão.

(2) Em 16 de Setembro de 1821 houve um incêndio nas casas desta quinta, de que já se tem falado por várias vezes nesta obra. Distinguiu-se nos salvamentos um soldado dos Voluntários Reais de Milicias, chamado Miguel José, a quem a Direcção da Fábrica das Sêdas, à qual a propriedade pertencia, premiou (*Livro 3.º-921 de Decretos e Avisos da Direcção*, pág. 49 v.º, 55 v.º, 56, 56 v.º e 57).

(3) O Sargento-Mór era o nosso conhecido Domingos do Amaral Valente. A *Memória Paroquial* (Padre Luiz Cardoso) chama a esta ermida «de Santo António».

(4) Nos *Livros de Óbitos de Santos-o-Velho*, faltam aqueles que respeitam ao ano em que êste escritor morreu.

Em 1812 já se chamava «do Cabrinha», di-lo um mapa-planta dêsse ano da colecção do meu amigo Jesuíno Artur Ganhado (1). Em 13 de Março de 1849 foi vendida, por D. Ana Rita Botelho de Groot, a Joaquim José dos Anjos que, em 27 de Setembro de 1873, a vendeu a uma Companhia de Estamparia e Tinturaria que hoje a possui juntamente com a quinta da Lamparina, comprada em 4 de Agôsto de 1882 a José das Neves e Silva e a sua mulher D. Adelaide Guilhermina das Neves e Silva. O domínio directo pertencia aos Melos, tendo passado, em 1863, do Conde de São Lourenço a seu filho o Marquês de Sabugosa e dêste para D. Jorge José de Melo, Conde do Cartaxo que o vendeu à Companhia, por 800$000 réis por escritura feita nas notas do tabelião Távares de Carvalho, em 8 de Junho de 1907.

Se continuássemos descendo a Ribeira iríamos ter à vetustíssima *Orta-Navia*, a avoenga remota da Alcântara actual, a Fonte que à divindade «Navia» consagraram os habitantes da *Alis-Ubbo*.

---

(1) Esta alcunha de *Cabrinha*, aplicada aos desta família, manteve-se pelos séculos fora. D. Francisco de Melo Manuel da Câmara, que foi Governador do Maranhão de 1806 a 1809, teve a mesma alcunha. Era descendente do autor das *Epanáforas*. A livraria, vendida por seu filho D. João de Melo Manuel da Câmara, primeiro Conde da Silvã, ao Estado, foi conhecida pela «Livraria do Cabrinha». O Governador do Maranhão era, dizem, muito moreno. A um trisavô seu, Antão Rodrigues da Câmara, instituïdor de um morgado na Ribeira Grande (S. Miguel) também chamavam o *Cabrinha*. Ao que consta a mãe dêste Cabrinha (Maria Rodrigues) era preta, e daqui o amulatado da família. Ao próprio Antão Rodrigues chamavam, igualmente, o «mulato».

O pintor jesuita, Domingos da Cunha, era conhecido também pelo *Cabrinha* «por suas achinadas feições e pálidas côres». O *achinado* refere-se a traços fisionómicos chinas e a palidez está de-certo pelo terroso-amulatado da pele (*D. Francisco Manuel de Melo — Esbôço Biográfico*, pág. 5, 6, 265 e 266).

É bom que a loquela se seque junto da secular fonte. ¡Senão onde iríamos parar!

Olhemos agora de novo para a vertente norte e poente de Campolide onde alastravam as terras do *Casal do Frick;* depois para as eminências do nascente. Lá está uma ruína notável, afogada em florescências campesinas, que vai merecer o meu reparo. É o forte de Campolide ou de Palhavã, um dos poucos vestígios das fortificações lisboetas do século XVII.

*

Depois da cêrca gôda ou moura, do muralhão de D. Deniz, e da cêrca Fernandina, estudadas minuciosa e proficientemente pelo engenheiro sr. Vieira da Silva, a primeira notícia que se oferece dar ao leitor sôbre a defesa militar urbana, é a do plano, como todos os dêle, imaginoso, do pintor-poeta Francisco de Olanda, contido na sua «Memória» — como diriamos hoje — intitulada *Da Fábrica que falece á cidade de Lisboa.*

D. Manuel mandara-o a Itália estudar o assunto o que não o impediu de dizer: — *Nunca se aproveitaram de mim por culpa do tempo.* Antes de morrer quis deixar essas lembranças do seu mérito e das suas ideas. Quanto às fortificações de Lisboa diz: — *E consyrando quão descomposta está Lisboa de fortaleza e quão desarmada do que lhe muito importa...* Isto no Prólogo. No Capítulo III em que trata especialmente *Do Castelo e Bastiães e Muros que convem a Lisboa*, lembra fazer-se um novo forte no sítio da velha Alcáçova, metendo dentro dêle os montes de São Gens e da Graça, cercar-se a cidade de novos muros e portas ou repararem-se os antigos, tudo à maneira de Itália, com tejolo cozido e pouca cal «que resiste muito mais às bombardas».

Entendia também que se fortalecessem de novo São Gião e Belém, tanto mais que o primeiro forte não estava acabado e se fizessem alguns baluartes fortes do lado da Trafaria e da Adiça, ficando um defronte da Tôrre de Belém, onde estava a Tôrre Velha, e outro fronteiro a Santa Catarina de Ribamar que era em seu juízo a melhor fortaleza de Lisboa, baluartes estes todos razos e de tejolo.

*

Foi em 1625 que pela primeira vez se pensou a sério na fortificação da cidade. A velha cêrca de D. Fernando transitara já para os domínios da arqueologia, afogada dentro da casaria de extra-muros. Em Junho dêsse ano, resolveu a Câmara, por ordem dos Governadores do Reino, se fizessem trincheiras pela banda do mar, com paus de pinho e fachina, desde os *Cobertos* até o *Cais do Carvão;* porém no princípio do mês seguinte o Marquês de Inojosa, traçando mais largo plano, pôs a Câmara em dificuldades pecuniárias extendendo a linha das trincheiras desde as casas do Marquês de Castelo Rodrigo até às do Duque de Aveiro, e ainda por cima com redutos nestes pontos e no Terreiro do Paço. Os vereadores que contavam com uma despesa de quatro mil cruzados, tirada do Cofre do Real de Água, viram-se obrigados a negociar um empréstimo sôbre as rendas da Câmara, tanto mais que o Marquês se propunha ainda aumentar a traça das fortificações até Alcântara (1).

As muralhas de D. Fernando tinham sido vistorizadas em Março dêsse ano e o relatório — chamamos-

(1) *Elementos para a Historia do Municipio de Lisboa*, t. III, pág. 187 a 193.

-lhe assim — dos engenheiros e peritos, que foram Nuno de Mendonça, Gonçalo Pires de Carvalho, João de Frias Salazar e os arquitectos de El-Rei, limita-se a propor reparos meúdos, cônscios, como certamente estavam, da inutilidade militar de tais fortificações. Compor ameias, tapar aberturas e postigos, derrubar alpendres e casas encostadas aos muros, consertar parapeitos, desobetruir os muros de edificações miúdas e pouco mais, foram as obras alvitradas pela vistoria. Viu o soberano o relatório, e resolveu que apenas se reparassem os muros e as ameias, deixando para outra ocasião as demolições das casas e alpendres (1).

Em 9 de Junho de 1636 propôs a Câmara a D. Filipe III que fôsse ordenada nova diligência aos muros da cidade, por não querer, ao que parece, responsabilizar-se pelas faltas que ao depois lhe fôssem assacadas, declarando também ao monarca castelhano que tinha tudo, a postos, para, de um momento para o outro, se fazerem as demolições indicadas na vistoria de 1625 (2).

*

Veio depois o 1.º Dezembro de 1640. Os quatro mil cruzados que o «Cofre do Real de Água» dera para as trincheiras, em cuja obra, então, superintendia Jorge de Melo, estavam já esgotados em Julho de 1641. A Câmara não tinha onde ir buscar os dez mil cruzados necessários para a conclusão dos trabalhos de defesa da cidade. Os sessenta anos de dominação castelhana deixara-a esgotada. A muito custo os almoxarifados da Água, da Carne e do Vinho, poderiam dar, dos seus

(1) Citados *Elementos*, pág. 162 a 172.
(2) *Idem*, tômo IV, pág. 193 e 194.

rendimentos, os dois mil cruzados que se lhe pediam (1). Com as ameaças de Castela, impôs-se novamente a todos os espíritos dirigentes, a necessidade de fortificar a capital. Em Outubro de 1645 aprestava-se em Cadiz a armada de Castela, e os seus têrços começaram a defrontar a raia alentejana. Era preciso acudir a Lisboa. O Mestre de Campo General Marquês de Montalvão, foi nomeado por D. João IV para superintender na defesa da cidade. Fizeram-se algumas trincheiras nas praias, e a artilharia que se tirou dos navios da armada veio guarnecê-las; mas tudo isso era pouco para o que necessitava fazer-se (2).

*

Em 1646, ou fins de 1645, surge-nos o *Memorial que o Marquez de Montalvão offereceu a el-rei D. João IV sobre o modo da defensão e conservação do reino*, documento muito interessante que se esplana em considerações políticas e económicas e se refere a tudo quanto diz respeito à defesa do país e mobilização das suas tropas, mas que, no tocante à defesa da cidade, pouco ou nada diz. O que se conclui dêle é que o Marquês se contentava com os reparos já propostos em 1625 e até com os planos do Marquês de Inojosa que se resumiam em evitar que o inimigo, porventura desembarcado em Peniche, se aproximasse da capital, dando-lhe batalha em Tôrres Vedras ou na Cabeça de Monta-

(1) Citados *Elementos*, pág. 431.

(2) *Idem*, pág. 620. O Príncipe D. Teodósio teve um projecto para fortificar a cidade, tornando-a numa ilha (*Vida do Principe D. Theodosio*, pág. 110 e 111). Já no *Sitio de Lisboa* de Luiz Mendes de Vasconcelos se alvitra o mesmo.

chique, pontos estes que eram já, para os engenheiros militares dêsse tempo, as linhas de defesa de Lisboa (1).

Quando, em 1648, D. João IV suscitou ao Senado a necessidade da obra de fortificação, êste, em seu *assento* de 31 de Junho dêsse ano, resolveu seguir o desenho e planta do Marquês de Montalvão, fazendo para isso mais um dos seus habituais empréstimos.

Os donos das casas encostadas às muralhas da cêrca, conforme o plano do Mestre de Campo General, seriam obrigados à reformação e a dar passagem livre, caso fôsse necessário. Tudo isto dá a entender que nada de novo se continha no *desenho* do Marquês que se reportava, como já disse, às providências antigas do tempo dos Felipes (2).

*

O *decreto* de D. João IV de 27 de Outubro de 1651 e os do Principe D. Teodósio de 15 de Fevereiro e de 11 de Março do ano seguinte dirigidos ao Senado, ordenando que se principiassem as obras, aplicando-se para elas os cinco réis na água, três no vinho e dois na carne, que o povo de Lisboa oferecera ao terceiro Felipe, e o resto dos vinte mil cruzados que se tinham apartado para as trincheiras em 1650, dão-nos a entender ter-se efectuado neste ano qualquer diligência tendente a defender a capital do perigo castelhano (3).

Efectivamente assim fôra.

Estudara-se uma novo linha de fortificações em 1650, tão grandiosa como difícil de realizar. Êsse projecto — que era dos engenheiros João Gilot (holandês), Le-

---

(1) Citados *Elementos*, tômo v, pág, 118 a 125 (nota).
(2) *Idem*, pág. 113 a 126.
(3) *Idem*, pág. 342 a 343.

gard (francês) e Cosmander, o famoso jesuíta peritíssimo em tais trabalhos — deveria ser executado sob a direcção do Marquês de Marialva. Chegaram a fazer-se alguns trabalhos, um dos quais foi o forte do *Sacramento*, onde a cinta de vales e redutos principiava, segundo o projecto, seguindo depois até *Nossa Senhora dos Prazeres. Arco do Carvalhão* e *Campolide*, rematando na *Cruz da Pedra*, onde deveria ficar o último dos trinta e seis baluartes (1).

O forte do Sacramento foi fundado em uma quinta que, em Alcântara, possuía o Intendente Geral das Obras, Marquês de Marialva, e na qual residiu desde 1635, ano em que se casara com D. Catarina Coutinho. Só em 1640 passou para o seu palácio do Loreto.

Como se sabe foi o Marquês a alma da conspiração de 1638. ¿E quere saber o leitor onde se reüniam os conjurados? Ali mesmo na quinta, sob uma copada árvore, num local sobranceiro ao Tejo. Essa árvore histórica ainda lá existia, em 1862, sôbre a muralha do velho baluarte (2). Com as obras do moderno quartel de marinheiros e da sua esplanada desapareceu essa relíquia patriótica.

*

Foram longas e demoradas as obras. Quando D. João IV morreu, em 6 de Novembro de 1656, pouco ou nada estava feito. A conclusão do plano urgia.

Ninguém sabia até onde nos poderia levar a sorte das armas e tornava-se, pois, mister apressar a defesa da capital.

D. Afonso VI, ou por outra Castelo Melhor, man-

(1) *Mappa de Portugal*, pelo Padre João Baptista de Castro, vol. III, pág. 81 a 83, da edição de 1763.

(2) *Archivo Pitoresco*, vol. V, pág. 252 — Artigo de Vilhena Barbosa.

dou que se activassem os trabalhos. Por êsse tempo chegava, porém, a Lisboa o Marechal Conde de Schomberg, e posto ao corrente do plano, aprovou-o. Achava, o hábil general, larga em demasia a linha de defesa e opinava que, não sendo possível guarnecê-la eficazmente, se diminuísse a sua extensão aproximando-a da cidade.

Tal opinião fôra também a de Gilot que chegara a apresentar um plano idêntico ao de Schomberg, propondo que a cinta fortalezada principiasse na *Pampulha*, onde depois se fêz o convento de São João de Deus (depois quartel de infantaria 2), seguisse ao *convento da Estrêla* (hospital militar), depois ao *Noviciado da Cotovia* (Escola Politécnica) e daí ao *Monte de São Gens*, vindo a fechar-se em *Santa Apolónia*, apenas com dezasseis baluartes.

Propôs Schomberg que se parasse na execução do plano de Legart e de Cosmander. Foi aceita a proposta. Apenas se tinha concluído os fortes do *Sacramento* e da *Cruz da Pedra* (1).

O do *Livramento*, junto ao convento das Necessidades, ficou também concluído, mas êsse já fazia parte das fortificações do projecto de Gilot, perfilhado depois por Schomberg.

A muralha que, em 1860, formava o muro da quinta dos Viscondes de Manique, era ainda resto das obras de 1656. O velho reduto incompleto que o leitor além vê é outro vestígio dessas fortificações.

*

O *decreto* de 10 de Fevereiro de 1656, ordena ao Senado que acrescente, para a conclusão da obra de

(1) O baluarte de Alcântara principiou a levantar-se em 22 de Dezembro de 1652. Diz-se a pág. 114 do tômo III do *Sumario de Varia Historia* de Ribeiro Gulmarães.

defesa da cidade, a consignação de um conto de réis cada mês, do dinheiro dos novos impostos, que mais tarde (Fevereiro de 1657) também subsidiaram o pagamento aos artilheiros que o Conselho de Guerra resolvera exercitar para a mesma defesa (1).

O inverno de 1659 a 1660 destruíu, ao que parece, parte dos valos que se tinham feito em redor da cidade. Isto, e o facto do povo ser coagido a trabalhar nas cavas, deu em resultado uma reclamação do Juiz do Povo quanto à forma de pôr em execução as determinações régias no tocante ao prosseguimento da obra *de pouca ou nenhuma consideração para a defesa da cidade.*

A coacção aos trabalhos da circunvalação dava tristes resultados, pois o povo não podendo cuidar do amanho da sua vida achava-se desprevenido de dinheiro para pagar as constantes contribuïções. Foi essa reclamação presente a El-Rei, com uma *consulta* da Câmara, em 12 de Abril de 1660. A Câmara lembrava que os trabalhadores para as obras deviam ser escolhidos pelos róis das frèguesias, não havendo distinção para os ricos, como já se tinha feito anteriormente, evitando-se assim (ó ingenuïdade municipal!) as reclamações do povo, e fazendo-se a obra mais depressa pela muita quantidade de operários que se conseguiria dêsse modo. Parece que D. Afonso VI não gostou muito da reclamação do Juiz, nem da consulta da Câmara. Entretanto escreveu à margem desta:

«*Tenho mandado considerar o que aponta esta consulta, e seja certo o Senado que não hei-de mandar fazer senão o que fôr mais conveniente à defesa desta côrte e conservação do reino*» (2).

---

(4) Citados *Elementos*, tômo VI, pág. 14 a 19.
(5) *Idem*, tômo VI, pág. 159 a 161.

*

Depois disto pouco mais sei do andamento dos trabalhos de fortificação. Em 1678, propos à Câmara, em *consulta* de 1 de Julho dêsse ano, que se demolisse o baluarte do Terreiro do Paço que, não servindo como obra de defesa, tirava a vista do mar ao Terreiro, desfeava-o e, pior do que tudo, tornava a praia, que ficava fora da cortina, um lugar imundo e indigno de tal local. Não sei ao certo que resolução tivesse tal proposta, sendo contudo evidente que a demolição se não fêz, visto que o baluarte ainda ali ficou por largos anos (1).

*

Em 1700 duravam ainda os trabalhos na linha de fortificações. Em um documento datado dêsse ano, vejo mencionados uns «*homens que trabalham nos muros de El-Rei*» para as bandas de Alcântara e Senhora dos Prazeres (2). Eram, sem dúvida, os últimos arrancos da obra. Daí a pouco estava tudo abandonado.

O que ficara por concluir, nunca mais se acabou.

Quando em 1701, interviemos, com a política francesa, na questão da sucessão à coroa de Castela e se receou, por isso, um ataque a Lisboa pela esquadra inglêsa que, se dizia vir ao nosso pôrto para nos obrigar a pagar quinhentas mil libras que se deviam a Inglaterra desde o tempo de Cromwell, pensou-se que iam servir pela primeira vez as defesas de João Gilot e de Schomberg.

---

(1) Citados *Elementos,* tômo VIII, pág. 291.

(2) *Rois dos Confessados da Freguesia de Santos* — Ano de 1700.

Puseram-se a postos os artilheiros da guarnição das trincheiras, aprestaram-se mantimentos, guarneceu-se tôda a cidade de cavalaria e de infantaria, e os marqueses das Minas e de Alegrete e os condes de Atalaia e de Alvor, por quem foi dividida a defesa da marinha da cidade, estiveram activos e vigilantes durante os dias da prevenção. Afinal a esquadra inglêsa não apareceu e o Almirante Conde de Chaternou, comandante da esquadra francesa fundeada em Cascais, levantou ferro em 4 de Setembro. Não havia razão para sustos (1).

As trincheiras da margem, que para tal efeito se desentulharam dos lixos da cidade, voltaram à sua única utilidade de vasadoiros públicos a-pesar-da proïbição municipal (2).

Bem tinha razão o Juiz do Povo, quando dizia, em 1660, que *tal obra era de pouca ou nenhuma consideração para a defesa da cidade.*

*

Desculpe o leitor esta divagação a que me levou o velho baluarte de Campolide.

No plano da reconstrução da cidade, subscrito pelos engenheiros pombalinos, projectava-se a conclusão da linha de fortes, tal como em 1650. Tudo isso está muito claro na planta que o leitor já viu.

Nada se fêz como é sabido.

O reduto da Atalaia, incluído hoje no parque do palácio de Palhavã, é de todos os da cinta Joonina

---

(1) Citados *Elementos*, tômo x, pág. 86 e 87.

(1) *Idem.*

(2) *Idem.* Carta do Senado de 13 de Setembro de 1701.

o que mais tem de contar, porque foi de todos o primeiro que serviu como defesa militar. E um episódio sangrento referirei em que êle desempenhou o seu papel de abrigo eficaz assistindo a uma das últimas arrancadas das tropas realistas em 1833. ¡Mal diriam os engenheiros seiscentistas para que estava reservado êsse baluarte!

A longa caminhada evocadora está perto do seu têrmo. Servir-lhe-á de ponto final êsse episódio comovedor, e, para isso, transportemo-nos a Setembro dêsse ano, época em que as fôrças absolutistas, sob as ordens de Bourmont, defrontaram a cidade defendida pelo, então, Conde de Saldanha.

Estas encostas que, a nossos pés, se somem até o vale, foram teatro dêsses memoráveis combates

*

O conselho dos generais realistas, depois de larga discussão, aceitara finalmente a proposta do general Seabra, Conde da Baía. O Conde conhecia magnificamente o terreno onde ia desenrolar-se essa cena sangrenta. Nêle assentavam as suas vastas propriedades, as conhecidas *terras do Seabra*.

Segundo o seu parecer, as fôrças realistas investiriam a cidade em duas colunas. Uma atacaria a entrada de São Sebastião da Pedreira, e outra, entrando pelo bosque do palácio Louriçal em Palhavã (hoje Embaixada de Espanha) alcançaria a sua quinta de onde eficazmente tentaria o assalto da cidade.

Bourmont, que convidara o Conde a assistir ao conselho, estava confiadíssimo na vitória.

As restantes fôrças atacariam de frente os fortes de Campolide e da Atalaia.

Quando rompeu a madrugada do dia 5, logo se iniciou o ataque. Divididos em seis colunas os onze mil soldados absolutistas avançaram. No Campo Pequeno fêz-se a divisão das duas fôrças que tinham de operar diversamente. A que investiu por Palhavã destinava-se a ocupar o palácio e a quinta, conforme o plano.

O reduto da Atalaia dominava as duas estradas. Excelentemente situado e municiado, impedia, com relativa facilidade, a comunicação entre as duas colunas.

Dubreil comandava aquela que ia ocupar as terras do Seabra.

A batalha, imediatamente começada, durou bravamente durante horas. Fôra extraordinário o ímpeto dos realistas. Ao Conde da Baía, morrera-lhe o cavalo crivado de balas, ao tempo que o duelo entre a artilharia realista e a do reduto da Atalaia se tornava intensíssimo.

A muito custo conseguem os soldados de Dubreil entrar no bosque de Palhavã. Ocuparam-no por fim numa arrancada heróica, mas logo a seguir tiveram de abandoná-lo, debaixo de uma terrível fuzilaria, para de novo o tornaram a ocupar entre gritos de vitória.

De parte a parte são inúmeros os actos de bravura e de valor pessoal, chegando a ignorar-se, durante meia hora, quem levaria a melhor. Tôdas as posições eram sucessivamente tomadas e perdidas pelos encarniçados combatentes.

¡E dizer-se que eram todos portugueses!

Derivou depois o mais acêso da luta para o jardim do palácio, no sopé do alto da Atalaia, ao passo que a terceira brigada de artilharia de montanha, ocupando as eminências da quinta do Malheiro, investia com o desmantelado reduto da quinta do Seabra. Comanda Barros e Vasconcelos o denodado ataque. D. Tomaz Mascarenhas, à frente da sua brigada, vem em so-

corro do reduto e investe contra o alto do Malheiro. Pouco depois caía mortalmente ferido. ¡Nos jardins de Palhavã vai uma mortandade medonha!

Enchem-se de mortos e de feridos as ruas de buxo onde outrora passeavam os filhos de D. João V. O bravo regimento de caçadores 4, sob as ordens de Xavier, arroja-se contra o batalhão realista de Lamego; mas os soldados de D. Miguel resistem heròicamente.

Saldanha, acompanhado pelos Condes de Bonfim e de Campanhã, voava sempre ao mais acêso dos combates, animando os soldados, dando ordens e expondo-se, intrépida e serenamente, às balas inimigas. Ora estava em Campolide ora em Palhavã, sempre activo e diligente. Já o Conde de Bomfim fôra ferido quando caíu morto o cavalo em que montava o Duque da Terceira. Os realistas visavam os chefes liberais, pois o próprio Imperador, no alto de Campolide junto à quinta da Tôrre, de onde assistia à batalha, estivera também em riscos de ser alvejado por uma bala de artilharia que, caindo junto dêle, matara um fachina.

Obram-se prodígios de valor em ambos os campos. José Maria Lôbo de Ávila, oficial de artilharia, o alferes D. Alexandre de Sousa Coutinho, o capitão José Maria Taborda e o sargento Alves da Encarnação, portam-se como heróis. D. Alexandre foi dêstes o único que morreu.

O alferes Cordeiro Furtado, de caçadores, acometido por um grupo de inimigos, põe três dêles fora de combate e cai ferido de morte.

Saldanha viu, então, que era mister ultimar a acção. Redobram os esforços dos defensores da cidade e pouco depois os realistas eram sucessivamente repelidos da frente do reduto, dos jardins e do palácio, e perseguidos ainda para além das linhas de defesa.

Deu-se então aquele notável cometimento, aquela gentileza de armas que impressionou os próprios combatentes, asselvajados e transmudados em feras no ardor da batalha. Luiz de Larochejacquelin, sobrinho do general do mesmo nome que fôra ferido no cêrco do Pôrto, vendo perdidas as esperanças e desanimados os seus camaradas, não podendo compreender nem sofrer a vergonha da derrota, arroja-se contra o forte da Atalaia, à frente de um esquadrão que o seu heroísmo fanatizara. Ficam-lhe pelo caminho os soldados. A metralha varre o esquadrão que a cada galão dos cavalos se desmantela e se desfaz. Fogem os corséis sem cavaleiros, espavoridos, do campo onde tudo é destrôço e sangue. São apenas doze, dez, oito, quatro, dois cavaleiros que avançam. Um tiro mais, e Larochejacquelin sòzinho, épico, sublime, agitando a espada, sem olhar para trás, segue, galopa sempre para o baluarte até que, quási junto do fôsso, cai crivado de balas.

¡Mal empregada heroïcidade! A batalha estava perdida, irremediàvelmente perdida. Eram dez horas quando os liberais deram a última carga de baioneta. Dirigira-a o próprio marechal. Da eminência fronteira ao reduto do Seabra, onde perecera o bravo D. Tomaz Mascarenhas, foram acossados os últimos soldados de D. Miguel.

¡Tinha acabado o combate!

*

No dia 14 realizou-se um novo ataque à cidade, mas desta vez com menor intensidade. O desânimo entrara nas tropas. O local escolhido para a investida fôra a trincheira da casa do Forte, ao alto de São João.

Bastou o regimento do 2 de caçadores para repelir o ataque.

Os soldados realistas estavam desmoralizados. Bourmont e Clouet demetiam-se do comando do, já então, reduzido exército miguelista.

O epílogo dêste ataque realizou-se a 10 de Outubro no Campo Grande e ainda foi bem renhido e sanguinolento. Saldanha, prometera, porém, ao Imperador que no dia dos seus anos seria levantado o cêrco de Lisboa. Ora D. Pedro IV cumpria anos nesse dia e Saldanha não quis deixar comprometida a sua palavra (1).

A 15 de Outubro chegaram os realistas a Santarém.

Tais foram os combates travados nestas verdejantes encostas, há cem anos. Tôdas as casas, dessa época, do alto de Campolide, apresentavam, ainda em 1840 e tantos, numerosos sinais das balas do exército de Bourmont (2).

¡¡Hoje, quem o dirá! Tudo se renovou, tudo desapareceu. Nos antigos redutos da Atalaia e do Seabra rebentam searas e florescem jardins modernos. Os caminhos, regados de tão abundante e generoso sangue, transformaram-se em largas avenidas, cujo *macadam* mal deixa fantasiar os sulcos das carretas de artilharia da brigada realista.

O troar dêsses canhões fratricidas ficou apenas na história, pois o tempo deliu sôbre a face sempre renovada da natureza, todos os vestígios da luta que iniciou, às portas de Lisboa, o seu último capítulo (3).

---

(1) *Historia do Marechal Saldanha*, por D. António da Costa, pág. 341 e seg. do único volume publicado.

(2) *Memorias*, de Bulhão Pato.

(3) Em 1833 foi o Coronel de Engenheiros, José Feliciano da Silva e Costa quem dirigiu as obras improvisadas da fortificação da cidade, por ordem de D. Pedro IV. Essas fortificações de

campanha constavam de 126 obras defensivas guarnecidas por 184 bôcas de fogo. Levaram menos de um mês a fazer.

Em 1857, D. Pedro V, já Silva e Costa era general, encarregou-o de estudar um novo plano de fortificação de Lisboa e uma *portaria* de 23 de Maio de 1859 nomeou uma comissão para êsse fim, composta do marechal José Jorge Loureiro, visconde de Sarmento, Silva Costa, brigadeiros visconde de Vila Nova de Ourém e Augusto Xavier Palmeirim e visconde de Nossa Senhora da Luz, a qual se instalou em 31 dêsse mês e ano. Essa comissão em 1860 estava em actividade, pensando em guarnecer a cidade de duas linhas de defesa; a primeira aproveitando a linha de 1833 e a segunda, com maior âmbito cercando a cidade desde a bôca do rio de Sacavém até Algés. O plano era semelhante ao de Anveres. Em 11 de Julho de 1861 deu o seu parecer, e a *lei* de 11 de Setembro dêsse ano votou para tal obra 400.000$000 réis.

Os trabalhos da fortificação inauguraram-se em 30 de Dezembro de 1863 no forte da Serra de Monsanto tendo assistido o Rei D. Luiz e os infantes D. Augusto a D. Fernando. Os fortes de Alcântara e de Almada estiveram em obras em 1864, mas em Outubro do ano seguinte pararam os trabalhos.

No ano de 1866, abriu-se na Câmara-Alta um largo e elevado debate sôbre o assunto, em que tomaram parte Sá da Bandeira, Fontes, Saldanha, visconde de Fonte Arada, Casal Ribeiro. Nomes como estes. O Tesouro estava exausto. Fontes que era o Ministro da Fazenda disse-o a Sá da Bandeira que defendia calorosamente a ideia da fortificação. O forte de Monsanto só se veio a acabar depois. Palmeirim era de parecer favorável à efectivação dessa obra, que deveria seguir por Benfica, Palma, etc, em vista do maior alcance da artilharia, abandonando-se as defesas de 1833. O Visconde da Luz pensava que as obras se deveriam iniciar por Sete-Rios e pelas Terras do Seabra (*Memorias sobre as Fortificações de Lisboa*, por Sá da Bandeira, Lisboa, 1866).

*
* *

Acabam aqui os meus apontamentos respeitantes a esta parte da cidade. Muito ficou por dizer; muitíssimo mesmo. Pontos há que ficaram imperfeitamente tratados e escassamente desenvolvidos, mas a indifenença e estranheza de uns, a desdenhosa superioridade de outros e as insuperáveis peias da falta de tempo disponível para estas extravagâncias arqueológicas, obstaram a que os completasse nas poucas vezes em que tal imperfeição não provinha da incompetência própria.

Dos que me prestaram o seu auxílio e gentilmente me informaram ou facultaram informações de outrem e consulta de papéis particulares, deixo menção na devida altura dêste trabalho e com ela vai agora aqui a expressão do meu reconhecimento.

Ficam ainda nos meus macetes de apontamentos larga cópia de notícias dos velhos bairros da Boavista e de Santos, da Esperança, do Mocambo, da Mandragoa, das Janelas Verdes, Pampulha e Alcântara, assim como dos mais recentes da Estrêla, da Lapa, de Buenos-Aires, da Boa-Morte, Fonte Santa e Santa Isabel.

Essas serão as bases de um seguinte trabalho em continuação dos presentes volumes. Todos êsses locais estão envelhecendo, não tanto pela idade própria, senão pelo continuado nascer de irmãos mais novos que lhe põem brancas veneráveis e rugas precoces. Por isso mesmo, vão tendo muito que contar e, a não faltar-me o ânimo, serei eu o seu cicerone e o seu cronista perante a cidade moderna que cresce sem cessar, de sul a norte e de nascente a poente, afogando nos seus tentáculos de casaria os olivais e hortas do arrabalde.

Todos os dias nos jornais diários e nas revistas ilustradas, surgem novos projectos de avenidas, pontes, viadutos, arcos triunfais, palácios de exposições; depois o Pôrto-Franco, o nascer de uma nova cidade, de vida intensa, essencialmente fabril, ouriçada de chaminés, a galgar os oiteiros escarpados da «outra-banda»; depois... E a fantasia ala-se, em vôos arrojados, sonhando o empório da raínha do ocidente, reflectindo no rio, coalhado de esquadras e de navios de mercância, os seus supostos sete oiteiros recortados de corucheos e grimpas historiadas.

Tudo isto me assusta, e não porque eu seja retrógrado ou estùpidamente aferrado à rotina e ao ramerrão que tanto tempo tiveram quási improgressiva esta linda cidade, mas, por que muito lhe quero exactamente, receio êsse civilizar apressado, com modificações que, muita vez, o bom senso não aprova e o tempo não dá ocasião a joeirar.

A hiper-civilização, sonhada pelos furiosos innovadores, assemelha-se muito a uma desnacionalização completa, em que o fatal cosmopolitismo vencerá, num golpe rápido, o carácter próprio, a maneira de ser tradicional de uma população de seiscentas mil almas.

Lisboa, a executarem-se todos êsses planos entusiásticos, tôdas essas iniciativas, belíssimas na essência, virá a ser certamente uma grande cidade, mas deixará de ser, sem a mínima dúvida, uma cidade portuguesa.

O progresso urbano de agora é desnacionalizador, iguala, cosmopolitiza. As povoações são standartizadas como os automóveis e as máquinas de costura, num tipo único que as banaliza. E é disso que tenho pena.

Em tudo se quere conta, passo e medida. Na civilização também. Encha-se a cidade de ar, de luz, de confôrto; esmaltem-se-lhe as praças com o verde dos jardins floridos; arborize-se o contôrno e o arrabalde,

as ruas e os largos, num culto de gratidão pelas sombras refrescantes; construam-se habitações com carácter, com proporções e simplicidade de linhas, apropriadas ao clima e adequadas ao meio, fugindo à plétora campesina dos alpendres e de outros motivos rurais; tornem-se higiénicas as que o não forem; defendam-se os panoramas como quadros de museu; respeite-se o que é antigo, e edifique-se à moderna, criando-se estilos em vez de se copiarem manuelinos e joaninos. Mas só isso e não mais. Não dêem à capital uma indigestão de progresso inventado, dêsses destemperados estranjeirismos que para aí vemos, sem graça, sem beleza e sem lógica.

¡Fala-se, de há muito, em arrasar Alfama! ¡Alfama que é o diche, o encanto, o deslumbramento dos estranjeiros que passam sem olhar pelas novas avenidas. Já alguem até falou em avenidas que cortassem São Miguel e Santo Estêvão, a Regueira e o Chafariz de Dentro! ¡Santos Deuses! !Avenidas em Alfama! Seria o mesmo que abrochar de pérolas um lenço de ramagens.

Todos os dias se demolem edifícios antigos, com estilo, com carácter, com tradição, construindo-se, em contraposição, *chalets* pintados às riscas, *cottages* que o nosso céu azul cobre desconfiado, prédios em estilo Amadora com telhados ponteagudos para a neve (!), caixotões pretenciosos, e fancarias semelhantes.

Destruír é fácil, dizê-lo ainda mais. Quem não sabe construír é que não tem êsse direito. Só recentemente é que alguns arquitectos têm mostrado que o são.

Civilizar não é sinónimo de arrasar. A conservação dos monumentos e dos documentos da nossa história, a par do renovar incessante a que obriga o ritmo da vida moderna; isso é que é civilizar na mais clara e elevada expressão desta palavra.

NOTAS FINAIS

NOTAS FINAIS

Nota 1

(Pág. 50 a 54)

Fábrica da Loiça

Alguma coisa há já a acrescentar sôbre os longos e difíceis capítulos que escrevi sôbre esta oficina pombalina e sôbre a cerâmica portuguesa em geral.

Falaremos primeiro dos *púcaros*.

A página 54 apresentei a hipótese dos «púcaros da Maia» derivarem o seu nome das «galantes» da côrte que os usavam e às quais chamavam *Maias*, levado pela evidência dos oleiros Maias, sendo setecentistas, não poderem nomear tais vasilhas já assim conhecidas muito anteriormente.

Depois de tal ter escrito mudei de opinião. E mudei em face de um documento datado de 1625 em que já se menciona a *travessa da Maia*, aos Anjos. Êsse documento é uma escritura de venda que encontrei no *Index das Notas dos Tabeliões de Lisboa*, a página 60, onde se dão como moradores em tal travessa Duarte Vaz Henriques e sua mulher Maria da Gama. Nada mais possível do que já existirem ali oleiros trabalhando os pucarinhos à roda, dado que tal região de Lisboa desde o século XVI é nomeada como alfôbre de oleiros.

Na *Fastigimia* de Tomé Pinheiro da Veiga há várias referências a púcaros, «perçolanas» e barros de Estremôs.

Por exemplo:

A página 37: — A mulher do Alcaide Gudiel, de Valladolid, tinha na mão um pucarinho de Estremôs.

¿— *Señora* (disse-lhe um português) *no me hará usted merced de dar-me su pucarillo?*

E ela rindo-se maliciosa:

— *Perdone V. Merced, que nadie hasta aora ha bebido por elé.*

A página 86: — Tendo-se pedido para cantar a certa dama, disse que só o faria se lhe dessem um púcaro de água de Portugal.

A página 264: — O Rebêlo, chocarreiro da Raínha, dissera a Manuel Gomes de Elvas que a sua senhora gostaria de um cofre de tartaruga. O fidalgo mandou vir de Portugal o cofre e quatro *porçonalinhas*, uma cheia de almiscar, outra de vidros, outra de côcos e outra de marmeladas.

A páginas 323, num discurso em defesa do «Amor Platónico», apuraram-se as seguintes frases:

...Não vai muyto de comer a mesma iguaria em hua poçolana fina ou em hua talavera groça.

...Para ornar a casa se cobre o retrato e para afermosentar a prateleira o brinco de Estremoz.

...Pega-se o brinco de Estremoz no beiço sequioso, mas não se faça dêle mantimento para o baixo corpo.

...O frio Estremoz para servir água, para recriar o olfato, e não para fartar o estomago.

Os pucarinhos, o barro de Estremôs e as «perçolanas» viviam à vontade na linguagem figurada do princípio do séc. XVII.

Nota 2

(Pág. 54 a 68)

Sôbre azulejos, também alguma coisa ficou por dizer.

— Os azulejos que guarnecem a sala de jantar da casa do Dr. José de Arruela, na travessa de André Valente, e que foram adquiridos num bric-a-brac da rua 16 de Outubro são dignos de atenção demorada. Ignora-se a sua origem.

São quatro os painéis e ainda um vão de uma fonte ornamental. Deviam de ser mais, ou maiores, porque dos restos de outros ou dêstes, fizeram-se, adicionando-lhes azulejos novos, mais quatro painéis pequenos e os vãos das duas janelas. O primeiro painel, representa um combate naval, ou entrada festiva, com salvas. As naus arvoram bandeiras listradas em barras e com uma cruz (amarela). Vêem-se ainda um caíque e outras embarcações menores. Em terra, à esquerda, a Tôrre de Belém, a que falta o parapeito inferior. No terraço mais alto, duas peças fazem fogo; um rapaz joga o pião e outros pescam, sendo um nos baixos da Tôrre. Decoração polícroma. Faixa dupla: — a interior,

de animais, porcos monteses, veados, elefantes, girafas, cães, etc.; a exterior, de aves e flores.

O segundo painel tem o mesmo enquadramento de animais e flores. Figura cenas cortesãs ao ar livre: — palácio de colunata clássica, e entre as figuras da côrte, uma que parece a *Nina* de Velasquez. À esquerda, um cavalo gualdrapado. Êles e elas trajados à maneira do século XIVI, primeiro têrço. Decoração polícroma. Além de duas figuras de côrte, maiores, no primeiro plano, vê-se também um frade (dominicano ?).

O terceiro painel figura várias cenas campestres, populares: homens fumando cachimbo, mulheres matando e depenando galinhas, crianças brincando no chão, sacos, utensílios agrícolas, etc. Ao centro, uma árvore, tendo, suspenso de um ramo, um caldeirão sôbre lenha ardendo. Decoração a tinta azul.

O quarto painel figura um combate. Fundo de montanhas das quais surgem grupos de cavaleiros. Ao centro, um grupo de vinte figuras lutando. Duas bandeiras com a cruz de Cristo, sendo uma empunhada por um charameleiro. Um dos combatentes traja de côrte, banda para suspender a espada, chapéu de plumas; outros de armadura (século XVII). No primeiro plano, fortaleza com barbacã e várias figuras de soldados. Uma personagem de trajo cortesão, chapéu de feltro e cabelo comprido sôbre os ombros. Parece Afonso VI. Decoração polícroma.

No vão da fonte, a representação de um jardim com ruas e canteiros. Figuras cortesãs e campesinas passeando. Ao centro, uma fonte com leões e uma figura nua ao alto. Esta liga-se com a bacia da fonte a valer, de mármore, embebida na parede. Nos vãos das janelas, restos de azulejos antigos (soldados escalando uma fortaleza, um transportando uma escada de assalto, um «anão de Velasquez» sentado, fumando cachimbo, etc.) e outros modernos figurando a conquista de Lisboa, a oração de Nuno Álvares Pereira em Aljubarrota, etc. Os amarelos dêstes falharam. Vê-se bem que são modernos. Alguns dos painéis antigos estão emendados com um ou outro azulejo moderno.

Parecem-me todos os azulejos, obra da primeira metade do século XVII. O caracter da pintura é mais castelhano ou andaluz do que português.

Devem de ser assuntos portugueses, pintados em Lisboa, possìvelmente, por um artista da república vizinha. ¿Mas serão assuntos indeterminados?

Inclino-me a crer que esta decoração cerâmica tem qualquer significado pessoal, como tantas que ornam salões e que se refe-

rem a factos ligados com a família que os encomendou. Assim são os azulejos do salão da tôrre do Solar de Azevedo. Os trajos nada significam a maioria das vezes. Os azulejos antigos que estão nos vãos das janelas deviam ter pertencido aos quatro painéis que foram diminuídos para se ajustarem às paredes onde estão.

Na capela da mesma casa há um painel de azulejos polícromos (15×12) representando um *calvário*. No supedâneo há uma *cartouche* com legenda religiosa e a data *1713*. Ao lado do Cristo, vêem-se Santo António e São Francisco.

— Na rua da Rosa, n.º 203, num prédio do século XVII que segundo me parece era o da família *Nabo*, há uma guarnição de azulejos na escada, com substituïções e emendas nalguns pontos. São todos a azul. No primeiro patamar acima de três ou quatro degraus, estão dois painéis que não eram de-certo dali (embora do mesmo pincel) e que deviam ser de qualquer sala. Num, vê-se uma caçada ao porco bravo e, noutro, uma dama de *Fontange* com um guarda-sol, de cabo torneado, na mão. A parte de cima dos painéis é de sanefas e borlas recortadas. Em baixo, numa fita, EL MEDIO DIA; em cima, restos de um zodíaco de duplo arco, onde ainda se lê *Virgo* e *Tau*.. (Taurus). ¿Serão azulejos castelhanos?

A escada é tôda ela interessantíssima, com azulejos de balaústres entremeados de figuras do século XVII, trajadas umas à moda da côrte, e outras à oriental — um rapaz de turbante com um cesto de frutas, um prêto, etc. Nos intervalos, cães, gatos, carneiros, macacos, uma gaiola com aves, e outras aves soltas.

Logo ao princípio, partindo do patamar baixo, duas figuras de maior tamanho chamam a atenção. São dois pobres, um homem e uma mulher, a pedir esmola, de mão estendida.

Vale uma visita esta escada do Bairro-Alto.

— Os azulejos do «Asilo das Cegas», na rua do *Século*, são holandeses e estão assinados

I. VAN OORT:
AMST: FECIT

numa cartouche, na base da guarnição da parede que dá para a rua.

Fica assim emendado o meu êrro de critério quando os supuz da autoria de Gabriel del Barco, a página 62. Já Castilho tinha

assinalado a origem holandesa desta guarnição a página 220 do volume quarto da segunda série da *Lisboa Antiga*. O que isto prova é que del Barco seguiu o estilo dos azulejadores da Holanda, ou pelo menos dêste. Não sei de outra guarnição cerâmica de composição larga de figuras, que esteja assinada. O facto de ter sido feita em Amsterdão ainda particulariza mais êste caso. Não encontrei êste Van Oort entre os pintores citados por Augusto Demin.

— Em São Bento de Castris (junto a Évora) existem também azulejos caricaturais (século XVII). Lá se vê um Cupido a surgir de um diabo, uma ratoeira armada numa cabeleira feminina e outras travessuras, mais ou menos frescas, no dizer de Mestre Gabriel Pereira.

— O palácio dos Condes de Óbidos, como tantos em Lisboa é rico de revestimentos cerâmicos. Pertence, actualmente, à «Cruz Vermelha Portuguesa». Esteve lá a Embaixada de Espanha e o Club Inglês que hoje se instala em frente de São Roque, na rua de São Pedro de Alcântara. Há azulejos em quatro dos sete salões do andar nobre (primeiro pavimento). Num dêles a História de Diana; no de entrada, silhar de ornatos bem desenvolvidos; na casa de jantar, cenas de caça e de interior, jardins, etc., onde se observa o pormenor conhecido da cena do jôgo de cartas com a aia de espelho empunhado a denunciar o jôgo contrário, e o dinheiro acumulado junto da dama que está «depenando» o galante. Os outros três salões certamente tiveram semelhantes decorações. Hoje acham-se nuas de azulejos. Todos os que vi são do fim do século XVII.

— Na igreja matriz da vila da Cuba, vi, em 7 de Maio de 1931, alguns curiosos exemplares de cerâmica de revestimento. Sôbre a porta de entrada, um registo (10×11) polícromo com um São Vicente, num fundo, bem alentejano, de sobreiros. O santo tem na mão direita a palma e na esquerda o corvo; dentro do templo há um revestimento completo de azulejos de *padrão* e de *laçaria e rosas*, a azul e a amarelo, com vinte e dois registos embutidos, figurando vários santos e cenas religiosas. No registo da parede do côro, contra a fachada principal, figura-se outro São Vicente tendo na mão direita a palma, e, na esquerda, a nau com os dois corvos. Os registos são todos polícromos.

Nota 3

(Pág. 68 a 70)

Escultores barristas

Francisco Coelho de Figueiredo (*Teatro* de Manuel de Figueiredo, vol. XIV, pág. 470, 565 e 566) dá-nos notícia da aula de escultura de barro, «por fôrmas», que existia, meado o século XVIII, atrás de São Domingos, *voltando do adro logo sôbre a direita.*

Administrava a casa uma *fragona muito alta com a roca na cinta fiando estôpa.* Era ela quem, muito mal encarada, punha sôbre o mostrador de loja as figuras que os rapazes lhe pediam: em penitentes, imagens devotas para as charolas, pastores com oferendas e extravagâncias para os presépios. À porta do estabelecimento de São Domingos, muito freqüentado em vésperas de Natal e dos Santos de Junho, estava sempre quem vendesse queijadas cujo tamanho fazia saüdades ao Figueiredo quando em velho passava por lá.

Os «penitentes» de barro que se vendiam em São Domingos eram a tentação dos petizes, que viviam felizes, dias e dias, na esperança de que os pais cumprissem a promessa de lhes dar um.

Mais tarde foi o nosso mercado invadido pelos bonequinhos de França que se vendiam na rua dos Capelistas e pelos castelhanos. A *Gazeta* de 16 de Agôsto de 1816 anuncia a chegada a Lisboa de *uma colecção de bonecos de barro da melhor escultura, o mais natural possível, tanto em caracteres como em trajos próprios com as côres mais vivas, de sorte que não deixam invejar a natureza.* Eram figuras dansando boleros, senhoras e homens em trajos de passeio, toureiros matando touros, pastores e pastoras vestidos pobre ou ricamente, etc. Tudo isso se vendia *em casa de Jorge Latur no Cais do Sodré. n.º 3, 2.º andar, quarto n.º 6.*

Nota 4

(Pág, 99 a 100)

Outras oficinas cerâmicas

Nos livros da «Junta de Administração das Fábricas», existentes na Tôrre do Tombo, encontro menção de outras fábricas.

Os diplomas, respectivamente, de 10 de Janeiro de 1780, 10 de Maio, 25 de Junho, 8 de Outubro de 1784, 6 de Abril, 14 e 23 de Setembro de 1785, privilegiaram as oficinas de louça de Severino José da Silva, no Pôrto; de José Rodrigues da Silva e Sousa, de louça branca, no Juncal; de Jerónimo Rossi, de loiça fina, em Gaia; de José Vieira da Rosa, de louça branca, em Rio Maior; de João dos Santos, em Lisboa; de João Carlos Alves, na Carnota; e a de Domingos Vandeli.

Em 1794 (*alvará* de 20 de Dezembro) foi ainda privilegiada uma fábrica de pó de pedra, no Pôrto.

Nota 5

(Pág. 104 a 120)

A loiça do Dr. Milagres

Francisco Coelho de Figueiredo, conversador pitoresco e incansável, mostra-se (*Teatro*, vol. XIV, pág. 546 a 551) admirador entusiasta dêste ceramista um tanto mágico, lembrando, sem pena, o tempo da loiça primitiva da Fábrica do Rato que estalava logo que se lhe deitava água quente, das «sopeiras» mal modeladas e do resto que mal podia competir com as vasilhas que os franceses para cá traziam da Fábrica de Viena, ao tempo do terremoto. O coronel recorda a loiça leve da fábrica de Mr. Robillion, em Queluz, a de Belas, do Pauletti, que até ia ao fogo, e extasia-se perante as terrinas, as manteigueiras, os pratos compridos e outras peças do Milagres. Coelho de Figueiredo dá ainda o informe de que o Doutor ceramista, ia, de uma vez, a dizer-lhe o que faltava para a louça da sua invenção ser perfeita, mas não chegou a acabar a frase. Era o processo dêle.

Noutro ponto das suas curiosas *Notas* (pág. 623 a 624) felicita-se também pelo aparecimento de certas vasilhas vidradas que tinham vindo substituir as de barro do Cartaxo e das Caldas e a que êle chama, picarescamente, fábricas caseiras de amoníaco.

A viúva do Dr. Milagres, D. Ana Doroteia de Campos, requereu à direcção da Fábrica das Sedas, em 23 de Agôsto de 1820, a pensão anual de 400$000 réis pelos serviços de seu marido, desde 1 de Julho de 1814 até 5 de Novembro de 1817, data em que morreu. Durante êste tempo recebera 17.162$300 réis e mais 987$727 réis referente aos utensílios de fabricação, tendo havido na fábrica um prejuízo total, com a sua louça, de 8.174$673

réis. A matéria do requerimento da viúva do Dr. Milagres foi remetida pela direcção à *piedade de Sua Majestade.* E Sua Majestade indeferiu o requerimento. Como se vê o parecer de Francisco Coelho de Figueiredo tinha muitos opositores (*Livro 929 de Representações e Consultas da Direcção da Fábrica da Sêda*, pág. 197 v.º a 199).

Nota 6

(Pág. 150)

Venda da Fábrica do Rato

O terreno onde se construíra a Fábrica pertencia a êsse tempo a um tal António Ribeiro dos Santos. Em 1788 pagaram-se ainda quantias em dívida, por essa aquisição, aos seus herdeiros Germano Ribeiro dos Santos e outros (*Livro 929 de Representações e Consultas*, pág. 59 v.º a 60 — *Consulta* de 14 de Abril de 1788).

Nota 7

Faianças do Rato

— No convento de Santa Clara de Évora, havia uma terrina com o diâmetro de $0^{m},31$, de faiança imitando «china», marcada com as letras D. V. R. ¿ Seria do fabrico de Domingos Vandelli?

Esteve exposta em Londres na Exposição de Arte Ornamental Espanhola-Portuguesa, realizada, em 1881, no Museu Kensington.

— No bric-a-brac «Armazém de Antigüidades» da rua de D. Pedro V, esteve há tempo à venda uma terrina, marcada T. B. R. O esmalte era amarelo-esverdeado, devia ser uma peça de ensaio.

— Pratos com a figuração da estátua equestre, e de outras baixelas conhecidas como a da legenda na aba comparando o barro ao unicórnio, aparecem às vezes nas casas de antigüidades. Também não são excessivamente raros os pratos brazonados, a que na sua altura fiz referência, produzidos na Fábrica do Rato.

Nota 8

(Pág. 197 a 199)

Relógios portugueses

Pertence ao sr. Dr. Álvaro Teixeira, um relógio que foi da Universidade de Coimbra, armado numa prancha de madeiras em-

butidas, com a legenda *Sero-Sed. Sério*, e a data *Lisboa 1775* dentro de uma fita de pontas enroladas.

Nota 9

(Pág. 251)

Cemitério dos Prazeres

A *Revista Universal Lisbonense*, dedica um artigo subscrito por Silva Túlio à reconciliação da ermida do Cemitério dos Prazeres (n.º 2, 8.º ano, 2.ª série de 16 de Novembro de 1848) realizada em 1 de Setembro de 1848. A «reconciliação» foi feita pelo arcebispo de Mitilene, com assistência da Câmara Municipal e dos Ministros do Reino e da Justiça. Estava apenas assoalhada a ermida, para servir enquanto a capela se não construía Houve missa de pontifical e, a seguir, um sermão ou, melhor, uma espécie de sermão, diz Silva Túlio. O prègador cujo nome se não menciona disse, entre outros dislates, que o Rei D. Manuel vencera os godos. Louvou a Câmara por ter *aliciado* os fiéis para aquele acto e concluíu com uma imagem formidável figurando a nação portuguesa, dentro da ermida, passando entre os vereadores a chorar, até se ir rojar no altar-mor a pedir um disparate qualquer.

RETOQUES E ADITAMENTOS AOS VOLUMES ANTERIORES

RETOQUES E ADITAMENTOS AO VOLUME PRIMEIRO

O Terremoto de 1755

(Pág. 23)

Depois de escrita a página referida em que se concluía que o cismo de 1755 ainda não estava estudado, saíram os magníficos trabalhos do falecido engenheiro e arqueólogo, Francisco Luiz Pereira de Sousa. O volume terceiro dessa obra, publicado pelos Serviços Geológicos, e que se intitula *O Terremoto do primeiro de Novembro de 1755 em Portugal e um estudo demográfico,* é trabalho capital. Saído em 1928, veio preencher essa lacuna sensível.

A Cotovia

(Pág. 52 a 61)

Desde 1916, data da saída a lume do primeiro volume desta obra, que me tem preocupado a origem da designação *Cotovia.* Por várias vezes se me sugerira a possibilidade de tal nome se filiar etimològicamente no têrmo *Kotoubia* significativo dos altos minaretes moiriscos. A povoação moira de baixo-Tejo, situada, porém, no outeiro, hoje do castelo, ao nascente da cidade moderna, longe das cumiadas dos Moínhos de Vento, deixava apenas para a explicação satisfatória dessa origem, a analogia do sítio acuminado da Cotovia com o alto minarete árabe. Datada de 19 de Janeiro de 1924 recebi uma gentilíssima carta, subscrita pelo sr. Eduardo de La Tôrre Lisboa que, num francês elegante, me dava tal sugestão, citando um trecho de um artigo da *Revue des Deux Mondes* de 15 de Novembro de 1923, da autoria de Emile Mâle, intitulado *Les influences arabes dans l'art roman,* em que se fazia referência à *Kotoubia de Marrakech.* Julgo tão possível a hipótese como aquela que apresentei a páginas 60 e 61 do citado primeiro volume desta obra.

Basílica Patriarcal

(Pág. 81 e 82)

No *Gabinete Histórico* de Frei Cláudio da Conceição (vol. VI, pág. 404 e segs., e volume IX, pág. 183 e segs.) descrevem-se a entrada solene em Lisboa do primeiro Patriarca D. Tomaz de Almeida e a separação e união das duas metrópoles, ocidental e oriental.

Erário Novo

(Pág. 114 a 115)

O modêlo de madeira do corpo central do edifício do Erário, está no Museu do Carmo, da Associação dos Arqueólogos Portugueses.

A Patriarcal Queimada

(Pág. 124 a 135)

Da *Sinopse*, *Annais* e *Arquivo* municipais, algumas notas colhi relativas a êste local.

Havia ali em 1838 um poço constantemente rodeado de entulhos que quási lhe escondiam o bocal de pedra.

Em Maio de 1843, mandou-se fechar a casa da água onde se conservava a que tinha de repuxar no Passeio Público.

Em Maio de 1852, por ordem do Conde de Rio Maior, estava-se terraplanando o largo. A-pesar-disso a Junta Administrativa da Fazenda do Colégio dos Nobres continuava a vasar aqui o entulho das obras. A Câmara, em Setembro, protestou. De pouco lhe valiam os protestos. Em 1856 estava ainda o largo cheio de montes de pedra.

Em Setembro de 1858, foi demarcado, pela Câmara, um terreno, para nêle se armar o circo de uma companhia equestre.

Não sei se tal circo, cuja instalação fôra requerida ao Município por Tomaz Price, chegou a funcionar e se se pode identificar com o circo de cavalinhos da rua da Procissão de que fala Júlio César Machado. O que sei é que em 1859 êle desistiu do local, e a Câmara deu-lhe a escolher, para assentar o circo, o Campo de Santana ou o largo de Santo Bárbara.

No princípio de 1859 ainda a Câmara tinha dúvidas acêrca do direito de posse ao terreno do largo.

Carlos Pezerat levantou uma planta do Pátio do Tejolo, Alto do Longo, etc., em Fevereiro dêsse ano. O projecto do poço feito pela Companhia das Águas foi, nessa data, alterado. O reservatório que estava marcado no lado ocidental, junto da rua da Procissão, passou para o centro do largo, projectando-se o actual tanque do repuxo. Foi isto em Agôsto, e Carlos Pezerat e os engenheiros da Companhia das Águas levantaram a planta.

O resto dos alicerces da Patriarcal e das Obras do Erário eram desfeitos a tiros de pólvora, pela Companhia das Águas.

Em Agôsto de 1860, uma mulher que passava pela orla nascente do largo foi ferida por uma pedra projectada pelo tiro. A Câmara protestou contra o processo de destruïção usado, e a Companhia mandou pôr uma defesa de vimes entrelaçados.

Foi em Julho de 1860 que se começou a regularizar a praça para ficar o mais quadrada possível *(sic)* e para que o tanque ficasse bem ao meio. Regularizou-se também o alinhamento da rua do Jasmim e removeram-se vários montes de pedras para se poder plantar arvoredo.

Em 1861 continuavam os trabalhos da Companhia das Águas. Desentulhou-se a galeria do poço central para a rua da Procissão e fêz-se a obra das escadas sôbre esta serventia. A planta da nova praça foi finalmente aprovada em sessão de 22 de Julho de 1861.

Durante muito tempo esteve, em 1862, impedido o trânsito pela calçada do Moínho de Vento (rua de D. Pedro V) por causa das obras da Companhia das Águas e por ter abatido uma galeria subterrânea que por ali passava.

A construção da muralha para a rua da Procissão, foi resolvida em sessão de 9 de Dezembro de 1862.

Em 1863, alinharam-se vários prédios particulares em derredor da praça, na rua do Jasmim, Abarracamento de Peniche, etc.

Em 1839 tinha-se pensado fazer aqui um mercado, chegando-se a solicitar a autorização das Côrtes; mas em 1840 apenas se resolveu que se fizesse no largo um dos mercados de porcos da capital. O outro era em Vale do Pereiro.

Alto do Longo

(Pág. 150 e 151)

— Houve aqui, há setenta ou oitenta anos, uma fábrica de fósforos que foi destruída por um incêndio.

— Manuel Vilas, vendia, neste local, em 1833, uma traquitana (Anúncio da *Crónica Constitucional* de 1833, pág. 54).

— Nesse mesmo ano, e na mesma *Crónica* anuncia-se que aqui se vendiam, perto do Pôsto da Guarda da Patriarcal, *púcaros com pomada superior para fazer o cabelo preto* (Número de 11 de Dezembro de 1833)

— No *Livro de Óbitos da Freguesia das Mercês*, em 20 de Janeiro de 1669 regista-se o óbito de *Pedro Lomguo*, na rua Formosa.

— Em 1860 o Alto do Longo era um foco de imundície. O Conselho de Saúde Pública oficiava em 17 de Fevereiro dêsse ano à Câmara, reclamando a necessidade da construção neste local de canos de despejo, por perigar a sanidade da capital com o estado em que o «Alto» se encontrava.

Praça do Rio de Janeiro

(Pág. 180 e 181)

A casa que foi do capitalista Policarpo Pecquet Ferreira dos Anjos, é do risco do arquitecto-pintor Cinatti. Manuel Gomes de Carvalho e Silva, Tenente-General de Artilharia, Fidalgo da Casa Real, Cavaleiro de Cristo, Alcaide-Mor de Aveiro, Almoxarife dos Paços de Azeitão, Juiz das Coutadas da Serra da Arrábida, faleceu em 1 de Janeiro de 1755, sendo sepultado no convento das Francesinhas onde tinha duas filhas recolhidas (*Gabinete Histórico*, vol. XIII, pág. 1), portanto o Tenente-General do mesmo nome que residiu no palácio que antecedeu a casa Ferreira dos Anjos, era outro, talvez filho do primeiro. O que não sofre dúvida é de que um Tenente-General Manuel Gomes de Carvalho e Silva ainda ali é dado como morador em 1780 (*Rois dos Confessados da Freguesia de São Mamede*).

Êste segundo Tenente-General Manuel Gomes de Carvalho era-o, como então se dizia, da Tenência, ou seja do Arsenal do Exército, como se disse depois. Foi um dos colaboradores de Bartolomeu da Costa nos progressos das fundições da artilharia e na perfeição do fabrico da pólvora.

— Neste palacete, há algum tempo deshabitado, está agora (Setembro de 1933) a instalar-se a «Escola Superior Colonial».

Rua da Procissão (1)

(Pág. 187 a 190)

A gente, às vezes, em Lisboa, ao passar por ruas banais, entaladas entre prédios burgueses, sem uma nota de arte nem um pormenor garrido de arquitectura, mal suspeita quantas coisas interessantes se nos escondem dentro dessas edificações. Cruza-se uma rua, como a da Procissão, alinhada pela encosta desde a cumeada da velha Patriarcal até o bairro da praça das Flôres, e nem sequer nos passa pela mente a possibilidade de, num daqueles prédios, haver com que distrair os olhos uma boa meia hora. Pois há, Aquela casa a que compete o número de polícia 90, guarda dentro das suas paredes mestras uma surprêsa. O aspecto nada diz: uma sobreloja, um andar nobre de sacadas e um outro pavimento, tendo cinco vãos de frente. Nos baixos, uma carvoaria e uma taberna. Havemos de confessar que os atractivos são pequenos; mas suba o leitor comigo ao pavimento nobre e terá com que pasmar.

*

A frente da casa é ocupada por um salão a que correspondem quatro vãos, e por um gabinete. O salão pode denominar-se o *Salão dos Poetas*; o gabinete, *Gabinete da Rainha*. A primeira quadra que está partida em três quartos por tabiques que chegam à sanca, é decorada luxuosamente de estuques e pinturas. Estas são constituídas por seis medalhões, intervalados por molduras de estuque feitas à mão, onde deveriam existir placas de velas com espelhos gravados como era de uso na época. Os medalhões ovais, talvez de $0^{m},75$ no maior diâmetro, contêm os retratos, a fresco, de Homero, Vergílio, Metastásio, Poppe, Voltaire e Camões. É uma galeria de poetas. Evidentemente são de obra de mais de um pincel. O retrato de Voltaire é muito razoável; o de Metastásio é francamente mau. Camões é representado conforme o retrato de Faria e Sousa: de armadura reluzente e coroa de loiros. A pintura de alguns dos medalhões acha-se deteriorada mas a restauração não deve ser complicada. O tecto desta sala, ainda em bom estado, é de um magnífico efeito decorativo.

---

(1) Artigo do autor «A História de uma Casa» publicado no *Diário da Tarde* de 10 de Outubro de 1925.

Ocupa o centro uma composição alegórica, num largo oval, figurando o carro de Apolo. Dir-se-ia, pela côr e pelo desenho, do pincel do fecundo Pedro Alexandrino de Carvalho. Em derredor vêem-se quatro medalhões acantoados, onde Cupidos róseos empunham tubas, frautas pastoris e outros instrumentos músicos, agitam grinaldas, e desfecham setas dos arcos assassinos. Entre os medalhões intervalam-se ornatos de estuque de rara elegância. O conjunto é admirável.

O *Gabinete da Raínha*, outra surprêsa. O tecto é ornamentado por seis pinturas a fresco (païsagens, marinhas, torreões e ruínas) na superfície convexa que vai do friso ao *plateau* central, relevado de finos estuques. Numa delas há uma sugestão da Tôrre de Belém. Decoram as paredes cinco medalhões do mesmo formato e tamanho dos que ornam o salão, três na parede do fundo e dois na que separa o gabinete do salão, ladeando a porta de passagem. Daqueles o do meio, contém o retrato da Raínha D. Maria I, e os laterais o do Príncipe regente (D. João VI) e o de outra princesa, talvez D. Mariana Vitória que veio a casar com o Infante D. Gabriel, de Espanha. Os que ladeiam a porta devem ser o Príncipe do Brasil D. José, e sua mulher e tia a Princesa D. Maria Benedita, fundadora do Asilo de Runa. Êste gabinete é também um encanto de decoração. O retrato da Raínha é de pincel adestrado, sendo possível que os restantes medalhões pertençam à mesma autoria.

*

¿Mas como se explica esta riqueza de ornamentação naquele prediozinho banal da rua da Procissão! ¿Quem pintaria e decoraria as duas salas? ¿A que idea obedeceu êsse guarnecimento de retratos ovais, e essa apoteose aos grandes poetas mundiais que ali estão sob a protecção mitológica do carro de Apolo e dos Cupidos amorosos?

Ora aqui está uma pregunta de difícil resposta. Desde há muito que ouvia referir que naquele prédio morara a Princesa D. Maria Benedita. Uma tradição local asseverava mesmo que a piedosa fundadora do Asilo para Inválidos Militares tinha ali morrido. Nada, porém, até hoje se apurou, a não ser que a irmã de Maria I faleceu no Paço da Ajuda, com oitenta e três anos, em 18 de Agôsto de 1829, dois anos depois da inauguração da sua obra beneficente. Desde 1821, data em que voltou do Brasil não era possível ter ali residido. Só se foi anteriormente a 1807, data da

partida para o Rio de Janeiro, mas os almanaques do tempo, pelo menos de 1789 até êsse ano, indicam como morador nesta casa o seu proprietário.

Vejamos a história do prédio. Em 1783 a Junta de Fazenda do Colégio dos Nobres, por escritura de 25 de Fevereiro, aforou a um tal Aleixo Nicolau Scribot, um chão de terreno com uma barraca aqui neste local. Chamava-se então à rua, rua de S. João Baptista. Um mês depois, êste Scribot que já em 1759 era professor de latim na Aula Régia estabelecida no Hospício do Santo Borja, onde depois foi o Colégio do Billingue, mais tarde um filatório de sêda à milanesa, depois moradia do velho Castilho e a seguir o palacete do falecido Luiz Fernandes, vendeu — juntamente com sua mulher D. Bernardina Teresa de Miranda — o terreno e a Barraca ao Dr. Manuel José Saturnino da Veiga, advogado em Lisboa. Foi êste Veiga quem edificou o prédio e certamente quem mandou decorar interiormente, as duas salas, de estuques e pinturas. Por sua morte, herdou-o seu filho Vicente Tomaz Saturnino da Veiga que mais tarde o vendeu, com o domínio directo, a João Francisco da Cunha Bastos Gervis. Em 5 de Julho de 1853 foi à praça na Boa Hora, arrematando-o o conhecido engenheiro Mateus Valente do Couto Deniz. Por morte dêste ficou, em meação, a sua mulher D. Luiza Cristina Pinto Valente, senhora que o vendeu em 1878 ao negociante Joaquim Nunes Garcia, também já falecido em 1893, ficando o prédio, como legado, a um seu sobrinho, Manuel Nunes Garcia que faleceu em 1905 sem chegar a tomar posse da propriedade. Herdou-o sua mãe D. Joana Nunes, sogra do negociante José Dias Sobral, e por morte dela, em 14 de Maio de 1915, ficou aos filhos dêste senhor a quem devo tão exactas informações. São os actuais proprietários. Os tábiques que dividem o *Salão dos Poetas* foram ali postos quando era inquilino da casa o Dr. Máximo Brou. Não há justificação que o salve do apodo de vândalo que lhe compete.

*

A história da casa fica feita. O que é, por agora, difícil de apurar é a idea que presidiu à estranha decoração do seu andar nobre. Não sei de minúcias biográficas do Dr. Saturnino da Veiga. ¿Como *não fazem dano às Musas os doutores*, seria êle dotado de bens apolíneos que lhe sugerissem as pinturas do Salão? ¿Explicar-se-á por uma especial afeição à família reinante aquele congresso de príncipes e princesas no luxuoso gabinete?

Fiquem as preguntas de pé. Do que eu estou absolutamente certo é de que ninguém suspeita, ao passar pela rua, da existência, em efígie, naquele prédio, de seis poetas, dois príncipes, duas princesas, uma raínha, e de um Deus mitológico que cruza o espaço no carro do Sol puxado por frisões.

—A *Revista Universal Lisbonense,* no seu n.º 30, 8.º ano, de 31 de Maio de 1849 refere um lôgro de que foram vitimas duas sebastianistas, lôgro que se estendeu a muitos sectários do Encoberto. Foi o caso que duas mulheres moradoras desta rua estando a ouvir missa, convenceram-se de que ao pé delas estava o neto de D. João III.

O pseudo-Encoberto que, pelo visto, era um intrujão de carreira, aproveitou-se da imaginada parecença, e denunciou-se às criaturas como sendo o próprio rei. Nada mais foi preciso para que elas o hospedassem em casa e para a rua da Procissão passasse a ter mais concorrência do que o Rossio em dia de festa. O «habilidoso» dava, diàriamente, beija-mão aos crédulos. O pior foi que a noticia de D. Sebastião estar hospedado na rua da Procissão, começou a fazer eco demasiado. Os estudantes intervieram com embaixadas galhofeiras ao vencido de Alcácer-Quibir, e a polícia acabou por intervir no caso.

O falso Encoberto conseguiu, porém, escapulir-se prometendo à sua côrte que se ia tornar invisível. E não faltou à promessa. Ninguém mais o viu.

Os bens do Colégio dos Nobres

(Pág. 281 a 283)

Os prédios que o Colégio dos Nobres possuía no sítio da Esperança e que tinham sido da casa de Aveiro, doados à instituïção, pelo Marquês de Pombal, foram, em 1861, vendidos pelo Govêrno à Câmara Municipal pela quantia de 4.845$600 réis, autorizado isto por carta de lei de 10 de Setembro dêsse ano. Os prédios eram no largo da Esperança, rua da Silva, bêco do Guerra, calçada do Marquês de Abrantes e travessa de Santo António. A Câmara demoliu-os seguidamente para descongestionar o local (*Arquivo Municipal de Lisboa,* ano de 1861).

Rua da Escola Politécnica

(Pág. 381 e 382)

Foi o *edital* de 1 de Setembro de 1859 que deu a denominação de rua da Escola Politécnica à rua do Colégio dos Nobres e à rua da Fábrica da Sêda, englobando-as naquele único nome.

Imprensa Nacional

(Pág. 445)

Para a história dos progressos dêste estabelecimento do Estado, devem ver os curiosos a interessante carta do Administrador Firmo Pereira Marrecos *sôbre o estado actual da Imprensa Nacional,* publicada no n.º 15 do ano de 1846 na *Revista Universal Lisbonense,* e datada de 24 de Agôsto dêsse ano.

Travessa de S. Marçal

(Pág. 192 a 198)

O palacete que foi do saüdoso Luiz Fernandes, morto de um desastre em Paris, um dos mais belos e generosos espíritos que o Brasil deu a Portugal, conhecido, dado o seu prestígio de capitalista, pelo «Menino de Oiro», foi vendido, pouco depois, pelos seus herdeiros, dizem que por mil contos. O famigerado Alves Reis, nos tempos fartos do «Angola e Metrópole», adquiriu-o por seu turno aos compradores.

Quando da descoberta da burla, voltou às mãos dos leiloeiros e foi o Banco de Portugal que ficou com êle, pela quantia de quinhentos contos.

O Govêrno pensou em instalar ali o Ministério de Instrução e chegou até a comunicá-lo à Comissão Liquidatária do Banco Angola e Metrópole. Veio no *Diário* o respectivo decreto (o n.º 14.511 de 31 de Outubro de 1923), mas desistiu-se da idea. O Ministério da Instrução foi para o Campo dos Mártires da Pátria para o palácio que fôra do Dr. Silva Amado, mais vasto e mais acomodado. Foi êste palacete da travessa de S. Marçal comprado nos primeiros dias de Dezembro de 1923. Nesta residência foram apreendidos alguns dos massos de notas falsas de 500$00. Visitei-a por ocasião dos leilões. É triste. As decorações escuras

davam-lhe um ar soturno, a-pesar-das quatro frentes e do jardim envolvente. Era aqui, numa das salas, que Luiz Fernandes tinha a sua preciosa colecção de chícaras, legada ao Museu de Arte Antiga e que agora o enriquece, enchendo uma das salas do rez-do-chão do antigo palácio da Imperatriz.

No último dia de Novembro do mesmo ano de 1923, realizou-se a ceremónia do descerramento da placa que mudou em «rua Luiz Fernandes» a «travessa de S. Marçal». A placa é de bronze e foi mandada executar por um grupo de amigos de Luiz Fernandes. O desenho foi de Raúl Lino e a fundição de Teixeira Lopes. Esteve a Câmara representada e numerosos amigos do morto compareceram, tendo discursado, após o descerramento da placa pelo sr. Henrique de Holanda, cônsul do Brasil, os srs. Manuel Emídio da Silva em nome dos ofertantes, Dr. Luiz Mesquita de Barros em nome do herdeiro de Luiz Fernandes e Dr. Daniel Rodrigues em nome da Câmara Municipal. O «auto» respectivo, que estava encerrado numa pasta de veludo com lavores de prata, foi assinado por todos os presentes.

RETOQUES E ADITAMENTOS AO VOLUME SEGUNDO

Praça de S. Bento

(Pág. 68 a 72)

Em 1926 o Município enfrentou enèrgicamente, e a sério, a questão dos mercados. A Praça da Figueira, insuficiente perante a expansão cidadã, gerara uma série de abarracamentos e amontoados de tábuas e zincos, em vários pontos, que se condecoravam com o pomposo nome de Mercados de Abastecimento.

O principal dêles era o de *24 de Julho* de que todos nos lembramos sem saüdades.

Em Outubro dêsse ano começavam a demolir-se êsse e o de S. Bento cujo destino tinha sido desvirtuado e se resumia a uma sucursal da Feira da Ladra. A-pesar-de todos os protestos, individualmente justos mas colectivamente sem fôrça convincente, os proprietários dos lugares de ferro-velho tiveram que abandoná-lo.

Em 2 de Novembro caía, a golpes de machado, a grande palmeira central. Houve alguns renitentes. De nada, porém, lhes va-

O Painel das Luminárias, em 1808, no Seminário dos Meninos Órfãos da Rua de S. Bento

leu a teima. Na manhã de 4, os bombeiros arrazaram-lhes as locandas e o recheio foi posto na rua. Entre êle estava um altar de talha doirada que havia sido comprado no leilão do convento de Santa Joana. Os negociantes de antiguidades Nobre & C.ª L.da transferiram para uns armazéns, fronteiros ao mercado, tudo quanto lhes enchia as barracas.

O sítio é bom para os antiquários. Na rua de S. Bento contam-se ainda hoje seis bric-a-bracs, sem contar com o estabelecimento de venda e restauro de estampas do João Santos que fica acima da rua da Imprensa, do lado do nascente.

O mercado de S. Bento serve hoje, exclusivamente, para venda de géneros alimentícios, e já nada faz lembrar o antigo pandemónio onde pontificava o *Mano João* de cuja ciência bibliográfica contei ao leitor.

Rua de S. Bento

Há que aditar alguma coisa ao que escrevi sôbre esta rua.

— Para a abertura da Avenida Pedro Álvares Cabral, ou melhor para o seu alargamento, começou a ser demolido em 14 de Abril de 1930 o «Teatro Joaquim de Almeida» cuja vida foi tão curta como a das rosas de Malherbe. O barracão de madeira, de palco triangular, que foi o sonho do actor Casimiro Tristão, agora em Cabo Verde fugido ao desabar da sua vida de artista teatral, desapareceu. No bocadinho de terreno que ficou livre para construção está-se agora erguendo um prediozinho banal (Março de 1933). O Teatro tinha sido inaugurado em 7 de Maio de 1925 com a peça *A Severa* de Júlio Dantas.

— A edificação onde esteve um Cinema que figurava uma carruagem de caminho de ferro, com bulha de rodados, porteiros a fingir de revisores e tudo o mais que se julgou preciso para atrair o público, está hoje transformada num *stand* de automóveis (porta n.º 684) e numa igreja evangélica (porta n.º 636).

— Latino Coelho morou num segundo andar desta rua. Di-lo Pinto de Carvalho, na sua saborosa prosa, num artigo do *Brasil-Portugal*.

— Estou convencido de que a casa onde esteve o Seminário do Padre Carvalho é aquela que foi depois dos Almeidas Araújos e Falcarreiras e veio a pertencer, mais recentemente, à família

Mayer. Anda agora anunciada para venda. Tem largo jardim atinente na parte posterior, e destaca-se na rua, entre o Rato e a embocadura da rua do Arco, pelos vidros convexos das suas janelas.

O Seminário da Caridade dos Órfãos festejou, como se disse, a restauração do reino em 1808, pondo na sua fachada um painel de luminárias onde o seminarista Manuel António pintou a batalha do Vimeiro. As luzes cercavam a composição do aluno do Padre Carvalho que assentava sôbre a porta da igreja. Outro painel do mesmo via-se no mais alto da janela do côro. Era mais pequeno e representava o Tribunal da Regência com os seus membros sentados e por cima as armas reais. Por baixo, lia-se: *Regência.* Por cima, lia-se: *Surrexit.* Reproduz-se aqui o primeiro painel que foi ideado pelo Padre António Luiz de Carvalho, desenhado por Francisco de Paula e gravado por João Cardini, e que se encontra ilustrando e documentando o folheto *in-folio* composto na Impressão Régia (sem data) que se intitula: *Prospecto do Painel das Luminarias que se puzerão na frente da igreja do Seminario da Caridade dos Orfãos da Rua de S. Bento da Cidade de Lisboa, pela feliz restauração deste Reino: no qual se representa a Batalha do Vimeiro, e o Anjo Custodio do Reino, exterminando com espada de fogo a Aguia de Napoleão, e a Tropa Francesa, no ano de 1808.*

— Foi o *edital* de 1 de Setembro de 1859, e não 8 de Setembro, como disse a pág. 112 (nota 1), do, então, Governador Civil Alberto António de Morais Carvalho, que estendeu à antiga rua da Flor da Murta a designação de *rua de S. Bento.* Êsse mesmo *edital* mudou em «bêco de Santa Quitéria» o antigo «bêco dos Mortos», nesta travessa que desemboca em S. Bento.

— A antiga casa onde moraram os Galveias e o poeta Correia Garção, à esquina da rua de Santo Amaro para S. Bento, hoje propriedade da familia Vilhena, foi recentemente restaurada sob a direcção do arquitecto Tertuliano de Lacerda Marques.

— Em 1852 é que se projectou a obra de calcetamento da rua de S. Bento e foi aprovada a proposta do Visconde da Fonte Arcada para se construir a cortina com rampa do largo das Côrtes para a rua. Também, nesse ano, o proprietário Faustino da Gama ofereceu ao Município as minas da antiga cêrca de S. Bento para lançar os sobejos dos tanques do Passeio da Estrêla.

Rua do Arco (S. Mamede)

(Pág. 114)

Em 9 de Dezembro de 1930 escreveu-me um anónimo obsequioso:

«... Diz V. Ex.ª tratando de um quintal que pertencera ao Páteo do Gil na rua de S. Bento que não sabia como essa terra fôra para a familia Apleton: a-pesar-de ser cousa de quási nula importância informa-se que Daniel Apleton em 187... casou com Maria de Jesus Marques a qual herdou o Páteo do Gil e anexos de sua tia e madrinha Eustáquia Marques, moradora na antiga Travessa do Pombal e filha do arrematante dêsses bens de António Rodrigues Gil.

«.....

«Apleton é o apelido de uma nobre família católica irlandesa da qual um membro emigrou para Portugal no século XVII, fugindo à perseguição religiosa e dedicando-se ao comércio».

Os Jardins Daupiás já não existem. A sr.ª Viscondessa de Assentiz, filha do falecido floricultor Frederico Daupiás vendeu a propriedade. O prédio (tipo *chalet*) denominado *Mon Repos*, pertence hoje ao sr. Alfredo Anjos (Fontalva).

Parte do terreno foi vendido a outrem, construindo-se ali um prédio de rendimento (1931) que prejudicou, por sinal, o cenográfico panorama que se avistava do tôpo da rua. ¡Foi pena! Os panoramas pertencem a todos. É um roubo que se faz à propriedade colectiva.

(Pág. 143 a 145)

Era aqui na rua do Arco o *Teatro do Timbre* onde Taborda representou aí por 1840 a 1842 a peça *O Holandês ou pague o mal que não fêz*. João José da Mota, tipógrafo, dono de um barracão à Trindade que era uma espécie de circo de cavalinhos, e que êle depois transformou, associado com Manuel Machado, no que foi o Teatro do Ginásio Dramático, convidou o saüdoso artista que vira representar no teatrinho particular da rua do Arco, a inaugurar a nova Casa de Espectáculos.

Tal inauguração foi em 16 de Maio de 1846 com a peça *Paquita ou os fabricantes de moeda falsa*. Taborda era então aprendiz de tipógrafo.

Em Janeiro de 1842, representaram e cantaram amadores portugueses, neste teatrinho a «Luccia de Lamermoor.

Costa Cascais faz crítica elogiosa no número da *Revista Universal Lisbonense* de 13 de Janeiro dêsse ano, citando os cantores srs. Tôrres, Figueiredo e Lima, e o maestro regente da orquestra sr. Justino José Pinto. Depois da ópera houvera um baile.

Na mesma revista, em Janeiro de 1843, noticia-se que a Sociedade de Curiosos que explorava o Timbre ia melhorar e desenvolver-se, alterando os estatutos e diligenciando que os papéis de damas só por damas fôssem desempenhados. O director do grupo era Justino José Pinto. Para Fevereiro anunciava-se uma representação onde os homens fariam, pela última vez, os papéis de mulheres.

Rua Nova de Santo António

(Pág. 145 a 148)

O académico sr. António Ferrão, no seu excelente livro *A Primeira Invasão Francesa*, publicado em 1925 diz a pág. CCLVI, noticiando, devidamente seriados, os assaltos feitos pelos soldados de Junot a várias residências lisboetas:

«A 1 de Março outros franceses entraram à fôrça no n.º 17 da rua de Santo António da Cotovia e procuraram forçar as filhas dos donos da casa, cometendo outras violências, ferindo os guardas da polícia que acudiram, e matando à estocada um criado do antigo presidente do Real Erário, Luiz de Vasconcelos».

Consultando os *Róis dos Confessados da Freguesia de S. Mamede*, dos anos de 1807 e 1808 entendo que a família assaltada devia de ser a de um tal Caetano Pereira que ali vivia com sua mulher Ana Maria e suas filhas Isabel Egídia e Petronilla Rosa e uma hóspeda Ana Águeda, a que o *Rol* dá Dom; ou então a de Joaquina Tomásia que vivia com sua irmã Joana Teresa e suas filhas Maria do Carmo e Herculana do Carmo.

— O muro que tapava o tôpo norte desta rua, onde se fizera uma das entradas da Floresta Egípcia, já não existe. Foi demolido em 1931 e a rua avançou mais uns metros flectindo para o Norte. No novo trôço aberto ha três prédios concluídos e um em construção. Dos primeiros um é pertença do escultor João Silva, artista de primeira fila, modelador animalista, admirável, que

ali tem agora a sua oficina de milagres; outro é do sr. Pedro de Brito do Rio que o construíu para sua residência.

Palácio Alagôa

(Pág. 160 a 166)

Em 24 de Junho de 1918 visitei a parte dêste palácio a que pertencia a capela e que tinha sido propriedade e moradia do sr. Dr. Magalhães Barros. Comprara-a e reformara-a. Nessa ocasião vendia-se, em leilão, casa e recheio. Vi alguns tectos de estuques antigos, apreciáveis, rodapés de azulejos e pouco mais. Entre os azulejos notei alguns verdes, marmoreados, da Fábrica do Rato, guarnecendo uma das salas. A casa foi então vendida, ouvi dizer que por quatrocentos e cinqüenta contos, ao sr. Visconde de Sacavém (José) que faleceu pouco depois.

A capela àparte o painel do altar-mor de António Machado Sapeiro, onde se figura Nossa Senhora da Conceição, tem numa das paredes uma má pintura do século XVIII em tela, com moldura recortada, que era o estandarte de Nossa Senhora Mãe dos Homens. Na parte inferior li o seguinte letreiro:

ESTE ESTENDARTE HE DA VIRQEM MARIA MAY DOS HOMENS DO CONVENTO DE XABREGAS DA ORDEM DO S. P. S. FRANCISCO PRIMEIRA IMAGEM QUE TEVE ESTE TITULO QUE MANDOU FAZER O S. REY D. JOÃO V.

Sem querer, ao fixar esta legenda, vem logo à nossa ideia Frei João de Nossa Senhora, o gordo poeta de Xabregas que possìvelmente teria empunhado êste curioso *estendarte*.

O teto da capela é de estuque antigo. Tem um rodapé alto de azulejos do Rato (século XIX), uma Virgem das Dores, imagem de roca, de tamanho natural, um Cristo antigo de marfim, crucificado numa cruz com contas e remates de prata, feita recentemente, no ourives Reis, do Pôrto, e alguns quadros.

Voltei a visitar a capela e parte do palácio onde ora reside o sr. engenheiro Gabriel Ramires dos Reis e sua espôsa, filha do grande poeta e diplomata Alberto de Oliveira, a convite dêste senhor. O estandarte de Nossa Senhora Mãe dos Homens e o Cristo de marfim, já lá não estão. Foram vendidos quando do leilão, assim como os quadros a que me referi.

O que vi a mais nesta visita que a gentileza dos donos da casa tornou agradabilíssima, foi uma guarnição (silhar) de azulejos holandeses, num dos quartos interiores. Êsses azulejos que me parece não serem da primitiva do palácio, mas sim ali postos por algum inquilino de bom gôsto, como o que agora coube em sorte à casa, são do tipo antigo, comum, com o desenho figurado, de assuntos bíblicos e naturalistas, inscrito num círculo.

S. Mamede-o-Velho

(Pág. 180 a 182)

A pág. 342 do manuscrito 1.069 do «Fundo Geral» da Biblioteca Nacional, existe, transcrito, o documento da instituïção do morgado dos Manuéis. em S. Mamede-o-Velho.

Igreja Paroquial de S. Mamede

(Pág. 214 a 215)

O n.º 35 da *Revista Universal Lisbonense* de 1844 dá conta do seguinte episódio ocorrido neste templo :

«Segunda-feira de Paschoa ocorreu na parochial egreja de São Mamede d'esta cidade um sucesso, que poz todo o povo, ahi reunido para a missa, em reboliço, e as mulheres em precipitada fuga : — eram septe horas da manhã. Um homem que se acabava de confessar, parecia engolfado na oração, levanta-se clamando : — não ! não hei-de ir para o inferno !... não hei-de — e principia a rasgar e despir o fato com uma furia verdadeiramente de alienado. Procuram cohibi-lo e apoderar-se d'elle ; foge espavorido e gritando ; vai lançar-se por uma escada de mão acima ; seguram-n'o — está phrenetico ; amarram-n'o ; cobrem-n'o com uma manta, e levam-n'o para o hospital, não se lhe percebendo mais vozes do que um porfiado pedir de confissão.

«Este infeliz, segundo se conta, era o comprador ou copeiro de certa casa titular».

Êste trecho de jornalismo é típico. A ortografia, a pontuação, a redacção, são bem de 1844.

(Pág. 214)

S. Mamede fêz-se com esmolas de dinheiro, esmolas de material, e «benefícios» no Passeio Público, como se disse no seu lugar, os quais se deram nos anos de 1860 e 1861.

De um apontamento dado em tempos pelo falecido investigador sr. Joaquim Rasteiro, meu consócio da Associação dos Arqueólogos, consta, pela sua letra clara, que as pedras que ornam a custódia de prata doirada dêste templo eram de umas fivelas que pertenceram ao Conde da Lousã. A cruz que encima o frontão, é a da demolida igreja de Santo André. Foi cedida pela Câmara Municipal em 1856, como consta dos *Annais*, tão citados.

O novo templo foi solenemente inaugurado em 24 de Fevereiro de 1924. Arquivo aqui duas notícias sôbre êsse acontecimento.

Do *Diário de Notícias* de 1924:

A sagração da igreja de S. Mamede

Realizou-se, ontem, a reabertura ao culto da igreja de S. Mamede, tendo a ceremónia revestido grande imponência. Às 10 horas e meia chegou o sr. Cardial Patriarca, que era acompanhado pelos cónegos srs. Santos, Rêgo e Pontes e beneficiados Rocha, Cabrita e pelo sr. Dr. Henrique Cisneiros Ferreira. Sua Eminência dirigiu-se à casa da Junta da Freguesia, onde se esteve paramentando, procedendo, depois, à bênção exterior do templo, que foi seguida de tôdas as cerimónias litúrgicas. Pouco depois, o Santíssimo, que se encontrava na Casa do Despacho, foi transferido para a capela-mor do templo. Os altares, que até ali se encontravam desertos, foram ornamentados por vários grupos de senhoras, destapadas as imagens, que se encontravam veladas, e acesas as velas de cera, deixando a igreja de ser iluminada a luz eléctrica.

No interior do templo haviam sido colocadas cento e cinqüenta cadeiras destinadas aos membros das irmandades dos SS. de S. Mamede e da capela de Monserrate e alunos do Colégio dos Inglesinhos.

Seguiu-se a execução da missa de Bordesi por orquestra e vozes, sob a regência do professor sr. Fernando Cabral, tendo as despesas, feitas com a orquestra e cinqüenta professores de canto,

corrido a cargo do sr. Conde de Fontalva. Ao Evangelho prègou o sr. Cónego Pontes.

Tôda a cera foi fornecida pela sr.ª D. Tomásia Garrido.

Foi, depois, cantado o *Te-Deum* pelo prior José Maria da Silva Livramento, acolitado pelo prior da Encarnação e pelo coadjutor da freguesia de Santa Isabel, servindo de mestre de cerimónias Monsenhor Câncio, coadjutor de S. Mamede. Seguidamente, o reverendo prior de S. Mamede fêz uma brilhante alocução, patenteando o seu reconhecimento por tôdas as pessoas que o auxiliaram na obra de reconstrução do templo. Um grupo de catorze senhoras da freguesia, trazendo o emblema do Apostolado da Oração, andou angariando donativos para a conclusão das obras, tendo a quantia atingido cêrca de dois contos.

Como constasse que alguns elementos avançados, no regresso do projectado comício contra a carestia da vida, iriam ali empanar o brilho daquela festa com algum desacato, o comandante da polícia dirigiu-se para ali, sendo o serviço de manutenção da ordem feito escrupulosamente por guardas da esquadra do Rato, não havendo a registar o menor incidente desagradável.

Do jornal *A Voz* de 25 de Fevereiro de 1924:

O Prior

Eis a bela poesia em que a ilustre poetisa sr.ª D. Branca Colaço pôs em contraste as angústias do venerando Prior perante o espectáculo do incêndio e o júbilo de ver o seu templo restaurado:

Quando o furor das chamas alterosas
tomava o Templo, em tragicos arrancos,
quis a Hóstia salvar, com mãos piedosas;
e a luz das labaredas pavorosas
avermelhava os seus cabelos brancos...

Hoje, ao doce calor de horas tão belas,
espelha-se a alegria em risos francos:
e em tôrno do Prior, a luz das velas,
é uma poeira de rútilas estrêlas
doirando suave os seus cabelos brancos...

Branca de Gonta Colaço.

Todos quantos visitaram o templo restaurado ficaram encantados com o seu aspecto.

O trono do altar-mor foi substituído por um formoso retábulo do ilustre pintor Conceição e Silva, de luz suave e mística e

de um colorido que nos faz lembrar a arte de Tiepolo. Representa-se nêle a alma de S. Mamede aureolada pelo martírio e levada para Deus pelos anjos.

Em lindos azulejos de tom suave são representados diferentes passos da vida do Santo Padroeiro. Em catorze painéis de azulejos de estilo do século XVIII vemos as citações da via-sacra.

O teto é um belo trabalho de estuque e de pintura. Merecem especial menção os magníficos vitrais de Ricardo Leone de uma bela tonalidade e de cristã inspiração no desenho, representativos do Calvário e de quatro doutores da Igreja.

Eis as inscrições que se lêem perto do guarda-vento:

ESTA IGREJA INAUGURADA EM XVIII DE AGOSTO DE MDCCLXI DEVORADA POR UM INCENDIO NA MADRUGADA DE XXVI DE MAIO DE MCMXXI FOI RECONSTRUIDA POR SUBSCRIÇÃO PUBLICA NOS ANOS DE MCMXXI E MCMXXII. ARQUITECTO RAUL MARTINS. DIRECTOR DOS TRABALHOS, CONSTRUTOR CIVIL ANTÓNIO JOSÉ CATALÃO.

A outra diz:

A RECONSTRUÇÃO DESTE TEMPLO FEITA APOZ O INCENDIO FOI DEVIDA Á INICIATIVA DE UMA COMISSÃO DE PAROQUIANOS QUE TEVE POR PRESIDENTE D'HONRA SUA EMINENCIA O SENHOR CARDEAL PATRIARCA DE LISBOA D. ANTONIO MENDES BELO SENDO PRIOR DA FREGUESIA O REV.º JOSÉ MARIA DA SILVA LIVRAMENTO QUE DA REFERIDA COMISSÃO FAZIA PARTE — MCMXXII.

A fundação da igreja remonta de 1220. Foi destruída pelo terremoto de 1755.

Só em 1801 se abriu ao culto novo templo.

Aos srs. Duques de Palmela, Dr. Cisneiros Ferreira, José Luiz Monteiro, arquitecto, conselheiro António Vasconcelos Pôrto, Fernando de Oliveira Belo, arquitecto Raul Martins, pintor de vitrais Ricardo Leone, mestre de obras Catalão se deve especial menção. Se fôssemos enumerar quantos bem mereceram pela coooperação nessa obra de fé!

Seja-nos lícito mencionar ao menos uma ilustre e virtuosa senhora: D. Joana Hintze Ribeiro que se fêz mendiga para a obra de Deus com a maior perseverança e dedicação.

Além da cerimónia a que se refere o nosso artigo de fundo, houve de tarde solene *Te-Deum* e Bênção do Santíssimo.

— A capela de Nossa Senhora de Fátima foi aberta ao culto em 13 de Outubro de 1932.

Transcrevo a notícia saída no *Diário de Notícias* de 12. A capela fôra inaugurada em 13 de Maio de 1927:

A capela de Nossa Senhora de Fátima na igreja de S. Mamede

Na igreja de S. Mamede, em Lisboa, reabre amanhã ao culto de Nossa Senhora de Fátima, a capela que lhe foi consagrada, agora enriquecida com os painéis de azulejos representando os santos portugueses.

Entre êsses santos figura Nuno Álvares Pereira, cuja veneração anda ìntimamente ligada à de Nossa Senhora de Fátima, por ter sido nos mesmos terrenos da Cova da Iria, onde a Virgem tem agora o seu santuário, que, segundo a tradição, o vencedor de Aljubarrota, nas vésperas da grande batalha, impetrou aos céus protecção para a nossa Pátria.

O culto de Nossa Senhora de Fátima, assim concebido, pretende, pois, ter um carácter de culto religioso nacionalista, à feição de Nuno Álvares, o primeiro que entre nós sentiu a noção exacta da Pátria, pela qual se bateu, vencendo o preceito até então existente de que o território nacional era pertença pessoal e dinástica dos soberanos.

Os santos portugueses, pintados em azulejo pelo distinto artista Antonio Conceição e Silva e cuja realização se deve em grande parte aos esforços do zeloso pároco da frèguesia, Monsenhor Freitas Barros, são os seguintes:

S. Teotónio — Grão Prior de Santa Cruz, confessor, confidente e amigo dilecto de Afonso Henriques, abençoando as tropas portuguesas e o seu chefe antes do combate.

Santa Mafalda — Filha de Sancho I, ajustada espôsa do Rei de Castela, Henrique I, que por morte inesperada dêste recolheu ao reino e professou no convento de Arouca, onde se celebrizou pelas suas virtudes, assim como noutros que também fundou.

Santa Sancha — Filha do mesmo Rei, fundou o convento de Celas e foi a protectora dos franciscanos, cuja ordem acabava de se formar. Cedeu-lhes o seu Paço, em Alenquer, de onde saíram os cinco primeiros missionários de Marrocos, e que lá acabaram mártires.

Santo António de Lisboa — O taumaturgo português e um dos maiores santos da cristandade, no momento de embarcar para a

evangelização marroquina, e como que a ensinar-nos o caminho do nosso Império de Além-Mar.

Nuno Álvares — Em Aljubarrota afastando-se dos seus companheiros, recolhe-se em oração a Nossa Senhora e implora-lhe a vitória para os portugueses.

Santa Joana — A nobre filha de Afonso V, aos 18 anos regente do reino, na ausência do pai e do irmão, empenhados na conquista de Arzila e Tânger, com tanta prudência e justiça procedia que era a admiração dos grandes da côrte. Nas suas orações pedia com grande fervor o auxílio divino para o bom êxito das armas portuguesas, e teve a visão da vitória. No regresso, e tendo já recusado três coroas, qual delas a mais nobre, alcançou não sem custo, do pai e do irmão, que a idolatravam, autorização para professar no convento de Aveiro.

S. João de Deus. — Em Granada, onde exerceu o apostolado, por tal forma se celebrizou pela sua caridade para com os pobres que um hospital por êle fundado se tornou em poucos anos, pelo seu zêlo, o primeiro da Europa, e foi origem dessa famosa Congregação dos Irmãos Hospitaleiros a quem a indigência tanto deve. Os painéis honram o pincel do sr. Conceição e Silva. A forma como êle se desempenhou dêste trabalho ressalta à vista de quem os contempla. Quer na sua composição, quer na sua execução, foi perfeito. Na primeira há o estudo consciencioso dos quadros em todos os seus pormenores, a-fim-de corresponderem à verdade histórica, e na segunda nota-se o conhecimento completo da técnica dos nossos passados artistas, com uma maior correcção no desenho das figuras, sem lhes tirar a leveza dos antigos.

A capela de Nossa Senhora de Fátima estará patente desde as 8 horas.

— Da parte crítica dêste noticiário transcrito aconselho o leitor a não se fiar demasiadamente. A lembrança do noticiarista em citar Tiépolo, a propósito do novo retábulo do templo, é de uma extravagância ilimitada. Por outro lado as anotações aos painèis de azulejo da capela de Nossa Senhora de Fátima, feitas no segundo artigo, são de uma fantasia nacionalista demasiadamente exuberante, indo a ponto de se querer firmar uma tradição que nem sequer existe. ¡¡¡ Nuno Álvares a rezar na Cova da Iria, é de uma politiquice abominável, só comparável à intenção de Santo António mostrando aos portugueses o *Império de Além-Mar! ! !*

— A estátua de pedra, que Castilho dizia ser de *cinzel alemão* e que para êste templo veio da igreja de S. João Nepomoceno, está assinada e é italiana. Na parte anterior do soco, lê-se o seguinte: PIETRO MARTIRE SANTVS DI MILANO.

A estátua está hoje no corredor que vai da nave para a sacristia, cartório, e capela de Nossa Senhora de Fátima. Com a mudança, depois do incêndio, ficou à vista a assinatura.

Travessa de S. Mamede

(Pág. 247 a 248)

Em Setembro de 1930 começaram os trabalhos do alargamento e novo alinhamento desta serventia. O corpo da igreja que tornejava para ela e onde era o cartório, a sacristia e a residência paroquial, foi demolido, passando tais serviços para o outro corpo do edifício do lado oposto confinante com a propriedade dos herdeiros do falecido Conde de Fontalva. Foi êste titular quem cedeu à Câmara a faixa de terreno necessária para o alargamento. Esta construíu o muro de suporte e vedação e pavimentou o novo leito da rua, onde se assentou uma segunda linha de eléctricos. O bairro ficou assim melhorado na sua ligação com o de Barata Salgueiro. Já em 1859 se pensara, com menos exigências, em facilitar o acesso entre S. Mamede e Andaluz, ainda longe do sonho da Avenida da Liberdade. O caminho do Vale do Pereiro começava a ser insuficiente, e pensou-se em prolongar esta travessa de S. Mamede até à cêrca do antigo quartel de caçadores 2. Era o esbôço da actual rua Rodrigo da Fonseca. Consta êste projecto do relatório do munícipe Júlio Máximo de Oliveira Pimentel, lido no acto da posse da nova direcção de 1860.

Vale do Pereiro

(Pág. 250 a 251)

— Em sessão de 16 de Fevereiro de 1860, o vereador Severo de Carvalho propôs o alargamento da Azinhaga de Vale do Pereiro, por sinal que nessa mesma ocasião o referido munícipe propôs, também, que a Câmara solicitasse ao Govêrno a cedência da igreja do Carmo para ali se fazer um estabelecimento de banhos públicos.

— No extremo do antigo casal da Carvoeira onde estava o respiradouro do Túnel do Rossio, levantou-se depois um prédio que ficou tornejando para a rua Alexandre Herculano.

(Pág. 257 a 263)

O Marquês de Fronteira, nas suas *Memórias* (parte 1) descreve os episódios passados aqui à roda do quartel de Vale do Pereiro, sendo êle ajudante do General Sepúlveda.

Êste que fôra em 1820 o ídolo do povo de Lisboa, o herói de 24 de Agôsto, três anos passados caíra no desagrado da turba.

¡As voltas que a política dá! Morras ao traidor Sepúlveda gritavam-se na rua, e o bravo militar, agredido, ameaçado, se salvou a vida, no Terreiro do Paço, do furor dos chamados patriotas, deveu-o ao General Avilez que carregou à baioneta sôbre os díscolos, à frente de cem milicianos. Saldanha, com as tropas aquarteladas no Castelo de S. Jorge, descia já, então, até à Baixa e arrastava outras até Vila Franca. O golpe absolutista já não tentava iludir ninguém. Dali até o Paço da Raínha a insurreição alastrava. Sepúlveda, escapo de um tiro de pistola, entre vários insultos veio então até Vale do Pereiro onde o regimento 16 às ordens do Coronel Gatinara se conservava firme, em formatura, defronte do quartel. A noite estava de luar. Enquanto, porém, o General e o honrado Gatinara entravam no quartel, o Major Gerardo Oliveira, aparecido de súbito, chegava à frente do regimento e dava três vivas a D. Miguel, logo correspondidos com entusiasmo pela tropa. Estava dada a insubordinação. O coronel nada pôde fazer e o regimento vitoriando o Infante, e marchando em direcção ao Campo Grande, secundava o movimento do General Saldanha.

As páginas das *Memórias* que descrevem a Vilafrancada são das mais expressivas desta admirável obra.

(Pág. 263 a 265)

No Colégio de Luiz Maigre Restier que em 1804 estava na Torrinha, ensinava-se a dansar (Pinto de Carvalho — artigo na revista *Brasil-Portugal*).

Em 1818 êste Colégio estava no Pátio de D. Fradique (*Gazeta de Lisboa* de 29 de Setembro de 1818).

Em 1810 estava ali outro colégio que era do Padre D. António da Anunciação Avelino, ou foi por êle dirigido, juntamente com

outro reverendo, Joaquim José da Silva Calejo, advogado da Casa da Suplicação. O último morador da *Torrinha* foi o cidadão francês Gustave Mathieu que ali instalara em 1887 uma oficina metalúrgica. Entre o quartel e a *Torrinha*, havia, nos princípios do século XIX, a *Horta do Freixo* (que me parece depois ter-se passado a chamar *dos Cyprestes*), retiro arrabaldino muito concorrido da estúrdia fidalga da época (João Paulo Freire — *Lisboa do meu tempo e do meu passado*, vol. II, pág. 455).

(Pág. 267)

O *edital* de 1 de Setembro de 1869 reüniu, sob a designação de Rua de Vale do Pereiro, a antiga travessa de Lázaro Verde e rua do abarracamento de Vale do Pereiro.

(Pág. 271)

O palacete que tornejava para Santa Marta e travessa do Enviado de Inglaterra onde em 1806 morou o Enviado Lord Rebert Fitz Gerald e depois pertenceu ao Marquês de Sá da Bandeira, começou a ser demolido, em 1930, para alargamento da primeira serventia. O prédio por vezes era dado como fazendo parte da velha travessa da Natária.

(Pág. 282)

Era aqui um dos dois mercados de porcos que havia em Lisboa. O outro era na Patriarcal Queimada (Praça do Rio de Janeiro). A disposição municipal que o estabelece é de 1840. Em 1852, havia mesmo um recinto próprio para a venda dos suínos, permitido e regulamentado pela Câmara. O mercado, que pertencia à firma Matos Pinto & Pinto, intensificava as suas transacções em Outubro (*Sinopse* e *Annais* do Município).

Rua do Salitre

(Pág. 294 a 296)

A «Escola Veterinária» que ocupou em tempos o antigo Hospício dos Brunos de Laveiras, não está encorporada no «Instituto de Agronomia e Veterinária». Desde 1910 há duas escolas independentes — a de «Medicina Veterinária» que funciona na rua Gomes Freire, e o «Instituto Superior de Agronomia», com edi-

fício próprio na Tapada da Ajuda (informação do falecido investigador Joaquim Rasteiro).

No edifício dos Cartuxos estão hoje funcionando repartições do Estado, tendo sido tomado de arrendamento. É ali que se encontra a Direcção Geral de Estatística. Tem os actuais n.os 62 e 64.

(Pág. 301 a 303 e 309)

A família Botelho Moniz a quem pertenciam as casas que eram em 1818 propriedade de D. Ana Bárbara Moniz da Silva, provinha do casamento de Luiz Botelho de Sequeira, Fidalgo da Casa Real e Familiar do Santo Ofício (filho de Belchior Botelho de Sequeira, senhor do morgado de Vale de Cavalos, em Almeirim, Fidalgo da Casa Real, da geração dos Botelhos, de Pero Botelho, e de D. Luiza de São Payo, senhora do Morgado de Valverde, em Óbidos) com D. Isabel Maria Moniz da Silva de Carvalhosa, filha de João Moniz da Silva, senhor dos morgados da Ribeira de Maia-Afonso em Dois Portos e do Campo de Sant'Ana em Lisboa.

Dessa união nasceram José Botelho de Sequeira, herdeiro dos morgados, Fidalgo da Casa Real, e Adrião Botelho de Almeida, também Fidalgo da Casa. Dêste foram filhos José Botelho Moniz da Silva; Mariana Moniz da Silva, casada com o Dr. Carlos José de Mendonça Fialho; e João Anastácio Botelho de Almeida que foi administrador da Fábrica de Loiça do Rato. De José Botelho de Sequeira houve descendência ainda hoje representada pelos apelidos Botelhos Monizes de Sequeira, tendo um dos filhos de José Botelho, casado com uma segunda sobrinha do grande Avelar Brotero. Do ramo de Adrião Botelho de Almeida, há hoje também muitos representantes, um dos quais é o sr. Jorge Botelho Moniz. Francisco Carlos Botelho Moniz que morou num dos prédios da família de 1829 a 1871, era sobrinho e não fiho de José Botelho da Silva (informação obsequiosa do meu amigo coronel Augusto Botelho da Costa Veiga, actual Director da Biblioteca Nacional de Lisboa).

(Pg. 309)

Sôbre a família dos Bandeiras do «Arco do Bandeira», tive uma espontânea e amabilíssima informação da Ex.ma Sr.a D. Maria José Dick Bandeira Nobre (proprietária da linda quinta do Vinagre, em Colares) em 10 de Julho de 1922. O apontamento genealógico que me enviou é valioso sob muitos pontos de vista.

Domingos Pires Bandeira, era natural de Viana do Castelo, filho de António Pires Bandeira e neto de Manuel Pires Bandeira, de Santo Estêvão da Facha.

Veio para Lisboa muito novo, dedicou-se ao comércio e enriqueceu. Foi êle quem ergueu o prédio onde morava no Salitre, esquina do Vale do Pereiro. Êste prédio parece ter sido destruído por um incêndio no tempo das lutas entre liberais e absolutistas.

Casou Domingos Pires Bandeira com D. Maria Tomázia da Fonseca, e veio a falecer em 18 de Novembro de 1755 na sua quinta de Santa Bárbara de Talaíde, freguesia de Barcarena. Teve um filho, também chamado Domingos Pires Bandeira, Familiar do Santo Ofício como o pai, cavaleiro de Cristo, que casou com D. Gerarda Monteiro de Sampaio e Castro; e outro, de nome José Rodrigues Bandeira que veio a ser Familiar do Santo Ofício e Presidente da Junta do Comércio. Êste José Rodrigues Bandeira foi o que deu o nome ao «Arco do Bandeira». Nascera em 1706 e veio a falecer a 11 de Janeiro de 1780, tendo sido casado com D. Brígida Teresa da Conceição Sousa, filha de Custódio Nogueira, grande capitalista e de D Antónia de Sousa, sua mulher.

Possuía muitas propriedades na rua da Betesga, rua Augusta e outros pontos.

Quando da reedificação da cidade, após o terremoto, diz a tradição familiar que Pombal fôra pessoalmente a casa do Bandeira propor-lhe trocas do terreno na rua Augusta por outros na Betesga. Foi êle quem levantou o quarteirão tornejando da rua Augusta e rua do Oiro para o Rossio fronteiro ao actual Teatro Nacional, então Palácio da Inquisição, e daí a construção do «Arco» em correspondência com o que havia neste edifício. José Rodrigues Bandeira foi condecorado com o hábito de Cristo e uma tença de 50$00 do antigo Pescado. Seu irmão Domingos, do casamento acima referido, teve a Domingos Pires Monteiro Bandeira que nasceu na casa familiar do Salitre. Foi educado em Paris.

Serviu os cargos de Escrivão da Real Câmara e Secretário da Mesa da Consciência e Ordens. Morreu solteiro em 29 de Maio pe 1800, tendo sido um dos amigos de Bocage. O morgado instituído por seu avô passou para outro seu irmão Francisco Gonçalves Pires Monteiro Bandeira.

De José Rodrigues Bandeira — o do Arco — e de sua mulher, nasceu, entre outros, Custódio José Bandeira, bacharel em Direito, Cavaleiro de Cristo, Familiar do Santo Ofício, Tesoureiro da Misericórdia de Lisboa, Deputado da Junta do Comércio, Juiz dos

Direitos Reais, Almoxarife da Repartição das Águas da Vila de Colares, etc., o qual casou com D. Mariana Paula Bollarte Dick, proprietária do morgado instituído por Afonso Dick em 1712, constituído por um prédio na rua das Portas de Santo Antão, fronteiro ao dos Condes de Almada, e pela quinta do Vinagre em Colares, ainda hoje na posse da família. Dêstes foram filhos José Pedro Dick Bandeira que casou com D. Maria do Carmo Serrão Diniz (filha do Conselheiro Miguel Serrão Diniz e de D. Josefa de Sande) e Maria Doroteia que casou com o Desembargador Manuel António da Fonseca Gouveia. De José Pedro Dick Bandeira e de sua mulher, nasceu e foi herdeira D. Maria José Dick Bandeira, casada com o Dr. António Nobre Pereira de Almeida, e senhora do Morgado de Afonso Dick. Dêstes foi filho José Maria Dick Bandeira Nobre casado com D. Emília de Abreu, pais da senhora D. Maria José Dick Bandeira Nobre, autora dos apontamentos que me foram enviados e que em 10 de Julho de 1922 ainda era a proprietária da quinta do Vinagre e do morgado de Afonso Dick. A quinta pertence a esta família desde 10 de Julho de 1630, datando, porém, a sua fundação de 1536, ano em que o bispo de Silves e Lamego D. Fernando Coutinho nela instituíu um morgado a favor dos filhos da sua filha natural D. Isabel Vilarinho. E a sr.ª D. Maria José Dick Bandeira Nobre rematava o seu apontamento genealógico dizendo: *que se desculpe algum equívoco dado nesta notícia referente a uma família modesta e a uma propriedade velha e desconhecida.*

(Pág. 314 a 318)

O palacete Mayer, depois de ter sido clube galante como o «Maxim's», o «Monumental» e outros, passou em 1929 a ser a sede da *Casa de Espanha*. Primeiro adquirido pelo cidadão espanhol D. Matéo Benito Garcia, comerciante da rua da Madalena, para seu uso particular, êste cedeu-o à Embaixada de Espanha sabendo que esta andava procurando em Lisboa, um edifício para instalação da «Casa de Espanha» dotado que tinha sido pelo Govêrno da Nação vizinha um crédito de 900.000 pesetas para êsse fim. Os arrendatários, do palacete, receberam uma indemnização pela transacção efectuada.

O *Parque-Mayer*, centro de diversões alfacinhas, com dois teatros, cinemas, bar's, restaurantes populares, pavilhões, jogos, esplanadas, moderno avatar do *Tívoli da Flor da Murta*, da *Floresta Egípcia* e do *Paraíso de Lisboa*, singra mais próspero do

que os seus antecessores, cuja vida foi sempre atribulada e difícil. É uma das atracções lisboetas para os naturais e para a província, e nos meses de verão regorgita de gente que foge ao calor.

(Pág. 318)

A quinta do Moreira era defendida para a travessa do mesmo nome (hoje rua Júlio César Machado) por um muro. O mesmo sucedia ao quintal fronteiro junto à Escola Veterinária. Encontro menção na *Sinopse* e nos *Annais* do Município de providências que dão a entender a ruína dessas defesas e o estado de abandôno da serventia.

(Pág. 320 a 323)

Em 1844 e 1845 morou no Salitre Joaquim António da Silva Quelhas e sua mulher D. Inácia da Silva Quelhas. Calculo que o apelido fôsse tomado da rua dêste nome às Trinas que, como já foi dito, se nomeou assim pela moradia ali de D. Francisco de Sousa — o Quelhas de alcunha.

Camilo Castelo Branco, também aqui morou. Di-lo *Tinop* num artigo publicado no *Brasil-Portugal*.

(Pág. 323 a 324)

A «travessa da Horta da Cera» que fazia a ligação para Santa Marta e Coração de Jesus, estava em 1861 num estado lamentável. O vereador Severo de Carvalho, em sessão de 28 de Fevereiro dêsse ano chamou-lhe, numa proposta de vistoria, *a pior de tôdas as ruas de Lisboa.*

(Pág. 328)

O vereador Júlio Máximo de Oliveira Pimentel, em 3 de Julho de 1859, fêz à Câmara a seguinte proposta:

«Proponho que se mande estudar desde já a abertura de uma larga rua, ou boulevard, ou lameda, que partindo do fundo do Passeio Público, corte pela parte inferior do Salitre, e siga pelas terras de Vale de Pereiro até S. Sebastião da Pedreira, ramificando-se para o Campo Pequeno».

Era o primeiro esbôço da Avenida da Liberdade.

(Pág. 329)

— Em 1860, no dia 25 de Setembro, às cinco horas da tarde, realizou-se nesta calçada do Salitre a experiência oficial, perante a vereação, de um salva-vidas para ser adaptado às seges. Era seu inventor Diogo de Sales de Pina Manique. O sítio era óptimo para tal experiência dado que eram ali freqüentes os atropelamentos. Em 1861 em frente do Circo Price foram tantos que o *Jornal do Comércio* pediu a atenção da Câmara, e esta oficiou ao Governador Civil solicitando providências. Os bolieiros faziam no Salitre campo de corridas.

— Quando foi da èclosão da revolução de 1820, em Lisboa, no dia 15 de Setembro, o 10 de infantaria sublevado pelo tenente Aurélio e que o Conde de Resende teve de comandar, proclamado, à fôrça, general em chefe do movimento, desceu o Salitre, acompanhado de centenares de populares. A meio da calçada encontrou um impedimento. Era uma carruagem que pachorrentamente conduzia o Inter-Núncio, Monsenhor Cherubini que pouco antes substituíra Monsenhor Macchi. O prelado que era uma figura de um cómico inexcedível, totalmente calvo mas muito empoado, alto, gordo, portador sempre de um grande leque, tanto sofria de calor, ao ver a tropa, e ao ouvir a palavra *Revolução*, perdeu de todo a compostura. Ao tempo que o cocheiro e o moço da tábua fugiam espavoridos, apeou-se tremendo de medo, e pôs-se de joelhos no meio da rua implorando piedade. Se não fôsse D. Carlos Mascarenhas que o socorreu e o levou até à Nunciatura, então no Quelhas, Monsenhor Cherubini teria morrido de pavor.

Conta êste episódio o Marquês de Fronteira nas suas admiráveis *Memorias* (vol. 1, pág. 205).

Praça do Salitre

(Pág. 439 a 452)

Em 6 e 7 de Outubro de 1781, sábado e domingo, com licença da «Real Mesa Censória», houve funções na Praça do Salitre. A de sábado foi um congresso do pirotecnias com fogo do ar e prêso e um espectáculo de dansa, música e outros *divertimentos lícitos, e de gôsto, para divertimento dos Senhores Espectadores*, como se diz no programa. A função de domingo foi um combate de toiros, precedido, às quatro horas da tarde por dansas e

«carrinhos novos». João Gomes Varela, acompanhado dos capinhas e criados do Marquês de Niza, toireou o cavalo doze toiros das manadas do Marquês, matando-os a rojão e a espada. No intervalo, enquanto o operoso Varela descansava, saíu a toirear três bichos um mudo que era familiar da casa do Marquês Estribeiro-Mor. O espectáculo acabou como principiara, por cortesias, não tendo faltado o indispensável *Neto*.

O Intendente da Polícia quis proïbir as funções, e expôs ao Govêrno os inconvenientes que eram dois — o perigo do fogo de artifício *de que podem nascer inumeráveis desordens* e o perigo de se juntarem, nos camarotes e trincheiras, pessoas de ambos os sexos *e entre elas algumas de vida libertina*.

João Gomes Varela, porém, levou a sua àvante.

Não se falou no programa (transcrito na obra do académico António Ferrão — *A 1.ª Invasão Francesa*, pág. CLIX a CLXI) de outros artistas toureiros. O Coronel Francisco Coelho de Figueiredo (*Teatro* de Manuel de Figueiredo, pág. 366, vol. XIV) cita como cavaleiros tauromáquicos, o *Fava Sêca*, o *Corcunda*, o *Almeirãozinho*, o *Gaieta*, o *César* e certo homem distinto de Trás-os-Montes, de'que oculta o nome como se fôsse vexatório emparelhá-lo com os outros que pelas alcunhas não percam.

A exibição de fogo de artifício na Praça do Salitre ainda em 1860 era considerada perigosa. Na sessão de 2 de Julho dêsse ano, o vereador Vaz Rans, propôs se intimasse o empresário da Praça a não queimar fogo nos seus espectáculos.

Na Praça do Salitre (artigo de Carlos Alberto, no primeiro número do jornal taurino *O Capote*, transcrito por Paulo Freire a pág. 259 e 260 do segundo volume da sua obra *Lisboa do meu tempo e do passado*) toirearam como cavaleiros João dos Santos Sedvem, Manuel José de Figueiredo e António Roberto da Fonseca que algumas vezes era também toireiro de pé. Como matadores exibiram-se lá Sebastião Garcia Calabaça e Pedro Rodrigues e, como capinhas, João Pedro da Herra, Antão da Fonseca, Dâmaso de Carvalho, João Alberto — o Barbeiro — e António do Carmo Faria que também era matador.

Prazo da Cotovia

(Pág. 477 e 478)

Em 13 de Novembro de 1860, a requerimento do Marquês de Castelo-Melhor fêz-se a demarcação e o tombo do Prazo da Co-

tovia, tendo a ela comparecido o arquitecto da cidade com a planta respectiva.

Travessa do Rosário

(Pág. 482)

Nesta travessa, n.os 8 e 10, mora e tem o seu *atelier* o grande artista José Vital Branco Malhôa, o mais português de todos os pintores.

O Mercado da Praça da Alegria

(Pág. 485, 489 e 490)

O *aviso* do Secretário de Estado, Marquês de Pombal, de 1 de Fevereiro de 1773 (*Elementos para a História do Município de Lisboa*, vol. XVII, pág. 398 a 401) foi que ordenou a mudança das vendedeiras de S. Domingos para êste local. O *edital* de 13 de Março do mesmo ano, manda mudar para êste sítio, as cabanas volantes que estavam também no sítio da Esperança.

Chafariz da Praça da Alegria

(Pág. 487 e 488)

Junto a êste chafariz havia em 1783 um aglomerado de barracas que habitualmente servia de velhacouto de vàdios e malfeitores. A *ordem* de 24 de Janeiro dêsse ano mandou-as demolir. Outra *ordem* de 15 de Abril de 1785 mandou desentupir os canos dêste chafariz (*Livro 939-1.º do Registo de Ordens da Colecção da Junta da Administração dos Fábricas do Reino*, pág. 34).

Praça da Alegria

(Pág. 484 a 496)

— Em 1773 foram para esta praça transferidas as vendedeiras que estavam no Rossio e largo de S. Domingos, com as suas cabanas e lugares (*Elementos para a História do Município de Lisboa*, vol. XVII, pág 398 e 399).

— Houve aqui uma famigerada Casa de Pasto freqüentada pelos literatos do romantismo que se intitulava a *Padeira*. Aí acamaradaram em modestos ágapes, Herculano, Rebêlo da Silva, Oliveira Marreca, Luiz Palmeirim, Lopes de Mendonça, Bulhão

Pato, Bordalo, Ricardo Guimarães, Domingos Ardisson (*Brasil--Portugal,* vol. III, pág. 250 — Artigo de Tinop «Um velho tipo lisboeta»...).

Da *Sinopse, Annais* e *Arquivo* Municipais extracto as seguintes notas:

— Em 1835 (Abril) a Feira da Ladra é mudada daqui para o Campo de Santana e passa a ser diária.

— Em 1839 (Novembro) começou-se a mudar-se para êste local o chafariz do Passeio Público.

— Em 1840, mandaram-se demolir algumas barracas sórdidas que havia na praça. Estas barracas eram do professor Caldas Aulete.

— Em 1841 mencionaram-se escandalosos abusos nas barracas que se mandaram demolir no ano anterior. É de querer que fôsse a resistência dos abarracados. O proprietário foi indemnizado, em 700$00, em 1843.

— Em 1846, manda-se recolher o muro do quintal de Inácio José Fernandes que prejudicava o alinhamento da praça.

— Em 1852, estudavam-se melhoramentos nas escadas do chafariz. A casa que ali se vê com uma porta no recanto foi feita em 1842.

RETOQUES E ADITAMENTOS AO VOLUME TERCEIRO

Fábrica da Sêda

(Pág. 263 a 265)

A *Crónica Constitucional* do ano de 1833, dá-nos algumas notícias sôbre a vida desta Fábrica. As notícias são estas:

— O *decreto* de 6 de Agôsto de 1833 extingue a «Direcção da Fábrica das Sêdas e Obra das Águas Livres», e nomeia Girão como único administrador (*Crónica Constitucional* de 9 de Agôsto de 1833).

— O *decreto* de 27 do mesmo mês demitiu os Deputados da Junta do Comércio, Acúrcio das Neves e José Maria da Costa e Sá por se terem tornado indignos de se empregarem no serviço de Sua Majestade Fidelíssima, dado o seu criminoso comportamento (*Crónica Constitucional* de 19 de Agôsto de 1833).

— No número da *Crónica* de 7 de Outubro, vem um anúncio dos Armazéns da Fábrica, na rua Bela da Raínha. Enumeremos os artigos que lá se vendiam: — Damascos, sarjas, tafetás, pelúcias, veludos, veludilhos, setins, nobrezas, sêdas para coletes, sedinhas, *grodenaplos*, lenços, fitas de hábitos, galões de oiro e prata, talagarças de oiro e prata, meias, luvas, malhas, etc.

— No número de 23 de Novembro, vem um anúncio de um leilão de retalhos e fazendas avariadas da Real Fábrica da Sêda.

Os *grodenapes lisos*, a que me refiro a pág. 251, e que disse não saber o que fôssem (no anúncio acima chamados *grodenaples*, diz-me, numa carta, o meu amável informador sr. Eduardo de La Torre Lisboa deverem corresponder ao têrmo *gros de naples* que eram uma espécie de tafetás de grão pronunciado, muito em voga naquele tempo.

Jôgo da Pela

(Pág. 354 a 356)

Francisco Coelho de Figueiredo, de pág. 449 a 451 do XIV volume do *Teatro*, de seu irmão, nas suas confusas, atabalhoadas, mas curiosíssimas «Notas» pinta-nos algumas cenas dêste jôgo.

Jogavam-no muito os nobres e os estudantes, rojando-se pelo chão, gritando *Raia à Pela* quando a viam em risco de ultrapassar o campo marcado, teimando ferozmente entre si, e divertindo os mirones sentados nos bancos que ladeavam, no comprimento, o terreno do jôgo. A meio dêle, em cadeira de ilhargas forrada de azulejo, o Juiz do jôgo, de capotinho, bengalinha e larga cabeleira para dar autoridade, levantava-se de quando em quando, para intervir nas discussões e sentenciar, tirando testemunhas, quem tinha razão, isto é quem *gafara* ou *não gafara*.

O jôgo era «vara de visco» para os *Estorninhos*. Os «estorninhos» eram os estudantes de Santo Antão, vestidos como os de Coimbra, todos de preto, de casaca ou «à Romana», com cabe-

leira ou sem ela, que enxameavam sempre no «Jôgo da Pela» seu vizinho. Os Mestres-Jesuítas das Aulas, cometiam ao Perfeito o emprêgo de mandar diàriamente o Meirinho *botar cordão* (fazer a sua rusga) no Terreiro do Jôgo; e êle lá ia pelo Arco da Graça, Socorro, rua da Palma, Moiraria, Rossio, espreitar os *estorninhos*, vestido de pano preto, com espada de ferro muito comprida e muito limpa, de que também se assustavam os marujos que vinham, até Santo Antão, desafiar os estudantes para rixas de pedrada e de faca.

O José do Rato

(Pág. 358)

O José do Rato, típico servo do tempo das Freiras Trinitárias de Campolide, não se chamava José Duarte, como me informaram; chamava-se José Epifânio da Costa, segundo me esclareceu, em carta, o falecido Dr. Santos Farinha.

Leilão da Igreja do Rato

(Pág. 372 e 373)

A Irmandade de Nossa Senhora da Conceição, Patrocínio e S. José, foi instalar-se em Santa Isabel. A imagem da Senhora dos Remédios, encontra-se igualmente neste templo, adquirida em leilão pelo sr. Luiz Miguel Furtado Júnior, irmão da referida irmandade (Informação do falecido Dr. Santos Farinha).

Largo do Rato

(Pág. 377 a 403)

— Da data da publicação do terceiro volume desta obra até agora, algumas alterações se têm dado na moderna Praça do Brasil. O seu traçado continua, porém, a ser irregular. As três casas do princípio do século XVIII que fazem frente para a rua do Rato e para o ante-pátio do antigo convento já se decoram com a tabuleta municipal — *Para demolição* — mas ainda estão de pé. O prédio que se construíu na quina de Alexandre Herculano para São Felipe Nery é um caixote inexpressivo. Não será compensação da perda das pitorescas edificações de 1730.

— Das publicações municipais *Sinopse, Annais* e *Arquivo* cons-

tam os esforços camarários para «civilizar» o local, desde 1835 para cá, macadamizações, construções de canos gerais, alinhamentos, demolições, desentulhos, etc. Em 1845 ainda o largo estava atravancado com entulhos das obras das Aguas Livres, cuja remoção deu origem a um pleito entre aquele organismo e o juiz de paz de S. Mamede.

— Da *Sinopse* de 1852 consta uma desordem formidável havida no chafariz do Rato, na noite de 27 de Setembro, entre grilhetas, aguadeiros e soldados do Regimento de Vale do Pereiro, a qual obrigou a Câmara a fazer um inquérito. Em 1860 foram consertados os degraus do chafariz. Em tal estado estavam que diàriamente os aguadeiros ali quebravam pernas e cabeças. Em 1861 (sessão de 18 de Julho) foi resolvido que o largo do Rato passasse a ser «praça de trens e de seges». Em 24 e 25 de Agôsto de 1863 tornaram a haver desordens de tristes conseqüências no chafariz. Quem as promovia eram, ainda, os soldados do Regimento de Vale do Pereiro (Caçadores 2).

— As preciosas *Memórias do Marquês de Fronteira e de Alorna* enquadram aqui, no largo do Rato, algumas cenas citadinas do primeiro têrço do século passado. Os movimentos militares dessa época, tão agitada, animaram por vezes o Rato onde, no palácio do Conde da Cunha, o General Sepúlveda teve o seu quartel general.

Vésperas da Vilafrancada, vemos aqui passar as fôrças do coronel Lôbo Pessanha, sair a companhia de cavalaria do Colégio dos Nobres, depois a revolta dos soldados do coronel, a fuga dêste. e todos os mil episódios dêsse período de política indecisa e de facciosismo feroz. Em Julho de 1833, no dia 29, passa aqui o dador, de volta de S. Vicente onde fôra pregar no túmulo do pai aquele célebre papel onde se lia: — *Hum filho te assassinou outro te vingará.* Encontrando neste largo, de carruagem, a condessa da Ribeira, deu-se uma cena de côrte. Apeou-se o rei, apeou-se a dama e rasgaram-se cumprimentos palacianos. Êsse dia foi para D. Pedro IV um dia de visitas, recepções e cumprimentos. Correu os quartéis (Vale do Pereiro, Trindade, S. Domingos e Castelo), visitou o Quartel-General, o Comendador José Ferreira Pinto Basto, a mulher do Tenente-General Jorge de Avilez, os marqueses de Alvito e de Angeja, e ainda deu audiência nas Necessidades.

Palácio do Marquês de Viana

(Pág. 395 a 402)

Sôbre êste palácio e a sua capela, transcrevo parte da carta datada de 8 de Agôsto de 1922 que recebi do meu amigo, ilustre investigador e académico sr. Coronel Henrique de Campos Ferreira de Lima:

«Possuo um folheto assim intitulado: *Sermão pregado na dedicação da capella da invocação de Nossa Senhora da Bonança contigua ao palacio dos illustrissimos e excellentissimos Marqueses de Vianna no dia 14 de dezembro de 1846 pelo presbytero Carlos do Cenaculo — Lisboa — na Imprensa Nacional — 1847* — 1 folheto 8.º de vinte e três páginas. O folheto é precedido de quatro páginas, sem numeração e sem título, assinadas — Almeida Garrett.

«Delas copio o que pode interessar-lhe:

«Foram estes os pensamentos (diz Garrett, depois de várias considerações sôbre a incredulidade, a fé, a cruz, etc.) — ou mais exactamente, este era o sentimento intimo da alma com que ha pouco, em 14 de Dezembro deste memoravel anno de 1846, assisti á mais rara e interessante solemnidade em que ainda tomei parte, á dedicação de um novo templo.

«Ha no palacio dos Marqueses de Vianna, todo o brilho da riqueza, toda a elegancia das artes, todo aquelle fino gosto que charateriza o nobre Marquez e as suas splendidas festas nos rodeava: a primeira sociedade de Lisboa alli estava, assistia o Sr. Patriarcha, officiava o Sr. Arcebispo de Mythilene; todas as grandezas e todas as atracções alli se reuniam. Mas erguida sobre todas as pompas da egreja e da sociedade estava a Cruz de Christo, estava a imagem da Virgem: symbolos de fe e de esperança alçados sôbre todas as incertezas e agitações do seculo!

«A invocação da Virgem é a de Nossa Senhora da Bonança: e a capella um voto feito pelos Srs. Marquezes vendo-se em perigo de vida na altura do cabo de Finisterre quando regressavam de França e Portugal em 1843, no dia 30 de Outubro.

«N'aquelle seu palacio, ao Rato, hoje o mais elegante de Lisboa, mora ha muito, com Suas Excellencias a elegancia, a urbanidade e a perfeita grandeza. Seus splendidos salões amiudadas vezes se abrem a todas as distinções sociaes sem exclusão de partido ou de opinião. Nunca se fez melhor uso do podêr, da riqueza, da superioridade do nascimento e posição social; nem se deu me-

lhor documento do muito que valem reunidas, do quanto podem ser populares, e da benefica influencia que são chamadas a exercer n'uma epoca difficil como a nossa. A criação da elegante capella é um remate digno do palacio e do dono d'elle.

«Escrevo aqui o que pensei e senti n'aquella occasião, o que muitas vezes tenho ditto, que o não tome o Sr. Marquez por lisonja: não as sei dizer.

«A sua festa foi completa. O Sermão — coisa mais rara que nenhuma hoje em Portugal — tinha razão, stylo, elevação de pensamentos, e não lhe faltava uncção christan.

«Recordarei sempre com satisfação a manhã do dia 14 de Dezembro de 1846.

«Estas palavras de Garrett encontram-se, tambem, na edição (em dois volumes) das suas obras completas».

— Neste palacio, ao tempo do Conde da Cunha, esteve o Quartel General do general Sepúlveda, em 1823. Transcrevo os curiosos períodos das *Memórias do Marquês de Fronteira e de Alorna* que a êle dizem respeito (pag. 256 a 258, vol. 1):

«O Conde da Cunha, antigo amigo do General Sepúlveda, duma originalidade pouco comum, duma grosseria espantosa e dum mau tão pouco natural, principalmente, naquela época, na sociedade em que nascera, era casado com uma excelente senhora muito bem educada, irmã do actual Conde de Farrobo, e sua irmã D. Mafalda, em nada se parecia com êle, porque era o tipo da delicadeza e do bom gôsto.

«Infelizes senhoras, porque passaram, na sua primeira mocidade, os momentos mais amargos que se podem imaginar. Uma filha única que o Conde tinha, teria então oito anos e é actualmente Marquesa de Viana; não tinha a menor educação, a-pesar dos esforços de sua mãe; muitas vezes, por caridade, a tirei da cavalariça e da cocheira, onde havia o perigo de ficar esmagada debaixo das patas dum cavalo ou de aprender a linguagem pouco senhoril dos moços de cavalariça ou dos cocheiros. A ocupação da pobre criança, durante o dia, era ir à cosinha ou à copa acender os cigarros que fumava o seu extravagante pai.

«As salas do primeiro andar do palácio do Conde, que é hoje do Marquês de Viana, tinham sido ricamente mobiladas pelo capitalista Barão de Quintela, pai da Condessa, e numa delas, via-se o belo retrato do famoso diplomata Luiz da Cunha, ascendente do nobre Conde. O ar distinto do diplomata formava um grande contraste com as maneiras comuns do seu neto.

«O quarto que ocupava o General Sepúlveda, ainda que bem mobilado, era muito incómodo, pela vizinhança do quarto do Conde, onde reinava grande confusão, desordem e gritaria, em todo o dia e parte da noite.

«Para haver de tudo na reconcentrada residência do Conde da Cunha, instalou ali uma loja maçónica, onde se reünia a ralé da maçonaria portuguesa, por onde se pode fazer ideia da bela sociedade. O venerável da loja era o capelão do Conde, o padre mestre Frei Francisco das Chagas, religioso franciscano de Xabregas, gordo, baixo, e sempre de pitada constante nos dedos, com perto de setenta anos, caindo-lhe a todos os momentos, os óculos do nariz, e, em tôdas as caravanas, companheiro fiel do seu fidalgo, como êle lhe chamava. Quando o Conde passava nas suas belas carruagens, viamo-lo ir, uma vezes acompanhado do seu capelão, e, outras, da actriz do Teatro da Rua dos Condes, Maria do Carmo, com quem êle se distraia amiudadas vezes.

«A bela D. Mafalda tinha muitos admiradores, com o justo fim de casarem com ela mas seu irmão tinha a habilidade de os espantar a todos. António de Meneses, que podia ser pai de D. Mafalda, pois que tinha sido camarada e contemporâneo de meu pai e tinha a sua idade, e que era primo co-irmão do Conde, estava o mais enamorado possível, mas o Conde deu-lhe de mão e foi substituído logo por D. António de Almeida, hoje Conde das Galveas; mas, em poucos dias, houve um duelo entre o Conde e D. António de Almeida, duelo ridículo em que não correu sangue e só produziu o rompimento do projectado casamento.

«Aproveitou imediatamente o ensejo o contemporâneo de meu pai, D. António de Meneses, contratando o casamento que mais tarde se realizou. Excelente homem era D. António de Meneses, mas um verdadeiro maricas, ainda que foi gravemente ferido em uma das batalhas da Guerra Peninsular.

«Segundo o meu constante costume, levantava-me sempre cedo e fazia as minhas visitas a horas pouco usadas. Fui dar os parabens de casamento ao camarada de meu pai e achei-o na cama. O seu quarto era verdadeiramente uma câmara de noiva; o cheiro de almiscar era de perturbar a cabeça, a toilete era igual à da senhora mais pretenciosa; estava deitado num grande leito com belas cortinas de damasco amarelo, com uma touca de noite e um mandrião, como o de uma noiva, tudo cheio de folhos, e, com uma voz de velha, disse-me: *Entra, meu amigo; não sou a mana Maria José, com quem muita gente se equivoca; sou António de Meneses, êste é o meu quarto.*

«Uma tal casa e uma tal sociedade não convinham a um general de trinta e um anos de idade e com a importância do meu, e, por isso, tomou a resolução de estabelecer o seu Quartel General na Calçada das Necessidades, na casa que pertence hoje à viúva Franzini, o que muito gôsto deu a todos os seus Ajudantes de Campo, porque todos unânimemente detestávamos o mau tom e gôsto do nosso patrão».

— O sr. professor D. Tomaz de Melo Breyner, Conde de Mafra nas suas *Memórias* recentemente publicadas (pág. 76 e 77) traça admiràvelmente, com piedoso realismo, o retrato da última Marquesa de Viana, já no período da decadência. Vêmo-la trôpega e alcachinada, com uma opulenta capa de peles sôbre os andrajos da pobreza extreme, acompanhada pela mulata Dorinda. Morava, então, em Pedrouços com as filhas, e freqüentava a Feira de Belém abancando na barraca da Lima das queijadas, ela cujos bailes faustosos tinham marcado na alta sociedade lisboeta.

Através da reportagem do baile da noite de 5 de Março de 1847, publicada na *Revista Universal Lisbonense*, espreita-se essa pompa elegante e deslumbrante. Remeto para tal artigo o leitor.

Doces

(Pág. 405 a 432)

— Pergaminho a citar, referindo-se à nobreza dos doces nacionais, deve ser a notícia que se encontra na curiosíssima *Fastigimia* de Tomé Pinheiro da Veiga. A mais célebre tenda de doces de Valladolid era a *Tenda da Portuguesa*. Isto em 1605. Na festa de S. João dêsse ano vendeu 650 cruzados de guloseimas: *rosquillas. suplicaciones*, marmeladas, confeitos, etc. E é preciso notar que na cidade do Pisuerga havia então 105 tendas de doçarias onde se fabricavam e vendiam *figones*, guisados doces, tortas, empadas, etc. A marmelada de Lisboa, vendia-se lá a cinco e seis reales. A castelhana custava apenas três. Devia, pois, a nossa ser mais fina. Turpin (vide *Fastigimia*) quando acaba uma história diz: — *Minha história acabada minha bôca cheia de marmelada* (pág. 271).

— As «queijadas de Sintra», cujo preço tem aumentado na razão inversa do tamanho, tem uma antiguidade respeitável. Já em escrituras e outros documentos do século XIV se citam para

pagamento de foros. Um saloio erudito, que se assinou Manuel do Crido, numa carta dirigida ao jornal *O Século*, aqui há anos, atribui a sua origem provável aos colonos do sul da França que vieram para esta região, nos tempos do primeiro Sancho.

— De uma carta que me foi escrita em 1922 (25 de Junho, pelo falecido orador sagrado Dr. Santos Farinha, transcrevo os seguintes períodos:

«As especialidades da Esperança (convento da) eram os pastéis e as lampreias de ovos. Comi muitas por presente da última abadessa que presenteava minha avó.

«As Francesinhas tinham o doce de alperches. Quando passavam fome, mandavam um cuvilhete e enviava-se em troca 600 réis!

«De Chelas havia os massapães. A última vigária *in capite*, à hora de receber o S. Viático queimou tôdas as receitas das doçarias conventuais. Sant'Ana tinha uma especialidade raríssima, esquisita e de difícil preparação: — as ferraduras de ovos!

«O manjar branco a que o meu amigo se refere não é de Chelas mas sim das cistercienses de Celas em Coimbra. Ainda me deliciei com êle e oferecia esta singularidade: tinham o manjar branco feito com peito de galinha, e com bacalhau para o advento e quaresma. E ninguém descobria o sabor do ex-fiel amigo na alva guloseima».

Para a bibliografia doce devo mencionar ainda a obra do sr. Emanuel Ribeiro *O doce nunca amargou* e as referências a pág. 245 do encantador livrinho de Gabriel Pereira *Pelos Subúrbios e Vizinhanças de Lisboa*. Sôbre «papéis recortados para doces» foi também publicada uma nota na revista *Terra Portuguesa*.

— Em 1819 vendia-se «batata da ilha» numa loja de confeiteiro defronte do palácio do Marquês de Abrantes (anúncio da *Gazeta* de 29 de Maio de 1819).

Rato — Quinta de D. Helena

(Pág. 435 a 440)

Num *aviso* para uma medição, feito ao Mestre Joaquim José dos Reis, em 19 de Abril de 1787 diz-se: *na quinta de D. Helena, hoje de D. André* (*Livro 939 do Registo de Manufacturas, a se-*

guir a pág 26 v.º na Colecção da Junta da Administração das Fábricas do Reino).

— Nos terrenos da antiga «quinta de D. Helena» pelo norte da actual rua Braamcamp, inaugurou-se em 1 de Janeiro de 1927 o mercado denominado «Primeiro de Dezembro».

Transcrevo a notícia de um dos grandes informadores lisboetas:

«Nos terrenos onde esteve instalada a Carpintaria Mecânica Portuguesa, na rua Alexandre Herculano, foi ante-ontem inaugurado o mercado «Primeiro de Dezembro».

«Ao acto, que teve uma certa solenidade, assistiram os presidentes e vogais da Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Lisboa, srs. Coronel José Vicente de Freitas, Ferreira Lopes, Bivar de Sousa, Baptista Gomes e Mardel Ferreira, o sr. Conde de Santar, Director da Praça da Figueira, e emprêsa do novo mercado com os seus respectivos representantes srs. Botelho de Gusmão e Carlos de Oliveira, etc.

«O novo mercado encontra-se òptimamente instalado numa área de terreno com cêrca de 7.000 metros quadrados, estando provido de cantina, armazém para depósito, abegoaria para recolha das carroças, etc. Os géneros da venda estão divididos por secções, sendo grande o número de lugares marcados, pois só para a venda de peixe e hortaliças estão inscritas mais de 400 pessoas. A área principal está tôda empedrada e coberta por telheiros, não lhe faltando os modernos requisitos que a higiene aconselha.

«Aos representantes da Câmara, depois de uma minuciosa visita, foi oferecido pela emprêsa concessionária um copo de água, motivo para troca de brindes entre o sr. Coronel José Vicente de Freitas e o gerente do mercado, sr. Carlos de Oliveira. Pelo sr. Botelho de Gusmão foi levantado um brinde à imprensa, que foi correspondido por um dos nossos colegas presentes.

«À tarde foi distribuído um bôdo a 100 pobres, constante de géneros de mercearia».

Tal mercado já ali funcionava com carácter provisório, tendo-se, no ano anterior, projectado transferi-lo para S. Bento.

Em Julho de 1925 as vendedeiras dêste novo núcleo abastecedor, já davam sinal de si. Quando se realizou no Coliseu dos Recreios a *Festa da Alegria* a favor das crianças da Assistência

Pública, foram elas quem pagaram dos seus bolsinhos, os doces, brindes e bombons que se distribuíram à criançada.

A ideia de um mercado neste sítio já é antiga. Em 1835 a Câmara projectara-o no pátio do antigo convento dos Remédios, adiantando o capital, sem juros a vencer, e ficando o rendimento metade para ela e metade para as freiras, logo que a dívida se pagasse. As religiosas, porém, não aceitaram a proposta (*Sinopse dos Principais Actos Administrativos da Câmara Municipal de Lisboa*).

Palácio dos Guiões

(Pág. 444 a 454)

Uma entrevista com o sr. Júlio da Mota Marques, publicada no *Diário de Lisboa* de 9 de Dezembro de 1931, dá alguns pormenores interessantes acêrca do Colégio Luso-Britânico que esteve instalado neste palácio. Transcrevo-a pois aqui:

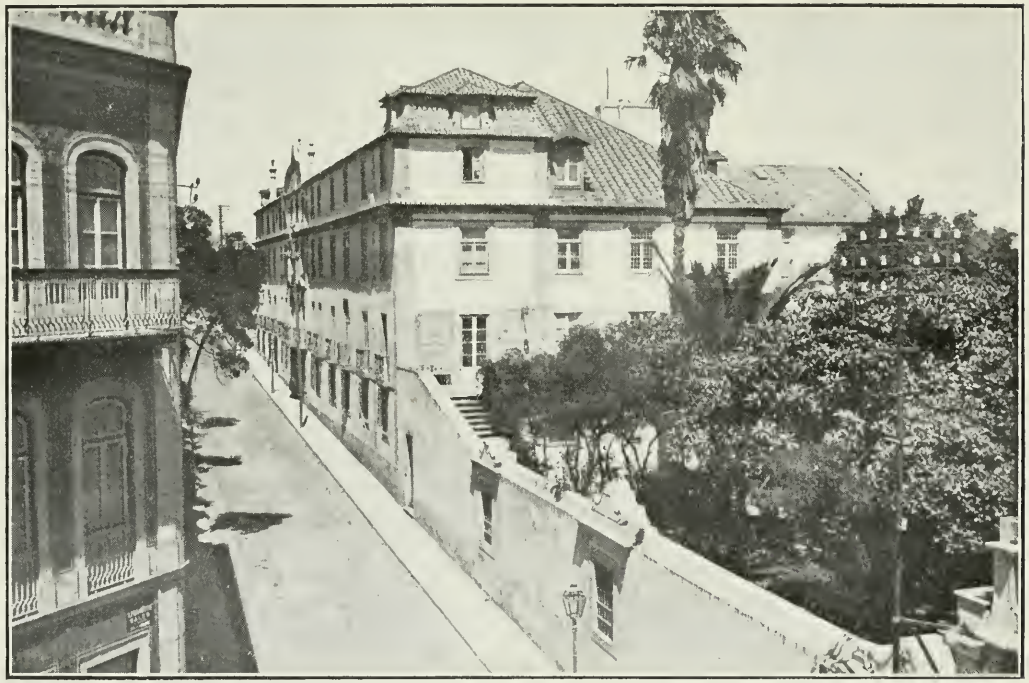
«O sr. Júlio da Mota Marques é um antigo e distinto funcionário que passou grande parte da sua vida no estranjeiro. Hoje conta setenta e um anos, e, como quere que ontem o encontrássemos à porta do nosso jornal, preguntámos-lhe o que fazia:

«— Venho dos Inglesinhos onde fui assistir à festa da Padroeira...

«E como os velhos têm o vício de evocar, o sr. Mota Marques começou:

«— Há sessenta e um anos — ¡lembro-me como se fôsse hoje! — vim, com os outros alunos do Colégio Luso-Britânico, debaixo de forma, aos Inglesinhos assistir às festas em honra de Nossa Senhora da Conceição e receber a medalha e o laço azul que ali distribuíam. O Colégio Luso-Britânico! Era no Palácio dos Guiões, na rua de S. Filipe Nery, onde mora hoje o Conde de Bobone. Estava sob a orientação dos Inglesinhos. O seu director era «Father Richard». Eram, respectivamente, professores de inglês e de francês, Lewis e o avô do saudoso Luiz Derouet — dois homenzarrões, altos como tôrres. Franco ensinava latim e latinidade. E para a escrita e caligrafia (naquele tempo aprendia-se...) tínhamos Lecoing que mais tarde dirigiu o Colégio.

«Mota Marques recorda os seus condiscípulos, quási todos já desaparecidos: dois irmãos seus, António da Costa Lima, que foi lente da Politécnica, o Conde de Figueiró, João e Eduardo Araújo, sobrinhos do Visconde dos Olivais, o Conde de Belmonte, os filhos negros do Barão de Água-Izé.



O Palácio dos Guiões

«— Hoje, restamos, eu, meus irmãos Joaquim e João, D. Nuno da Câmara (Belmonte) e não sei se mais algum... Depois, fui para a Inglaterra, completar os meus estudos, e não sei que fim teve o Colégio.

«Uma evocacão política:

«— O Marechal Saldanha morava ali ao lado no Pátio do Geraldes. E nós conhecíamo-lo muito bem, porque era êle quem ia distribuir os prémios aos alunos do Colégio.

«Recordo-me perfeitamente de o ver sair de lá, em 19 de Maio de 1870, à frente do seu Estado Maior e das suas tropas, para o golpe de Estado. Chegámos todos à janela e, como gostávamos dêle, aclamámo-lo. Foram os primeiros aplausos que o caudilho recebeu nesse pronunciamento».

*

Além das erratas mencionadas no fim do volume terceiro há mais as seguintes:

Pág.	Linha	Onde se lê:	Deve ler-se:
49	34	*Fspelho*	*Espelho*
54	7	de onde	donde
75	10	Rocio	Rossio
126	4	o grude	a grude
141	23	a amálgama	o almagama
170	4 e 5	as manufacturas	às manufacturas
292	19	João Maria Baptista	Joaquim Maria Baptista
297	29	(1)	(2)
297	30	(1)	(2)
355	21	dos dois Evangelistas	de dois Evangelistas
367	1	escuras e tristes	escuros e tristes
422	5	alcomonia	alcamonia

A nota (1) que está em pág. 296 pertence à pág. 297.

RESENHA DAS ILUSTRAÇÕES, INDICE E ERRATAS

RESENHA DAS ILUSTRAÇÕES DÊSTE VOLUME

Pág.

— O pátio de entrada do Palácio do Geraldes 280-*a*

— O Palácio do Geraldes, do lado do Parque, vendo-se o Pombal e as chaminés 288-*a*

— S. Pedro de Alcântara no primeiro têrço do século XIX, segundo Luiz Gonzaga Pereira 384-*a*

— Um aspecto da galeria do Aqueduto das Águas Livres, segundo Luiz Gonzaga Pereira..... 432-*a*

— A capela da Cruz das Almas e o prédio do cunhal.... 496-*a*

— Os restos do Palácio dos Malheiros..... 512-*a*

— O painel das Luminárias, em 1808, no Seminário dos Meninos Órfãos da Rua de S. Bento 584-*a*

— O Palácio dos Guiões 616-*a*

ÍNDICE

CAPÍTULO I

Pág.

SUMÁRIO: Chegamos defronte da Fábrica do Rato e diz-se onde era a oficina — Toponímia da rua e seus moradores — A propósito de faianças cita-se a *Cerâmica Portuguesa* e evoca-se a figura de José Queiróz — A importância do seu trabalho e a sua rara intuïção artística — A moda das faianças — Uma opinião de Acúrcio das Neves — O autor pára e tenta traçar o quadro retrospectivo da Cerâmica Nacional — É chamado a depor o Foral de Lisboa de 1500 — Prova-se que se não fabricava faiança no país, nessa data — As «mállegas» de Talavera, Sevilha e Valença — Inventários reais — O Regimento dos Oleiros de 1572 — O que dizem João Brandão e Cristóvão Roiz de Oliveira, no *Tratado da Abastança* e no *Sumário* — Os Fornos do Moínho de Vento e as providências da Câmara contra a extracção de barro do Castelo, da calçada do Combro e da Cotovia — Os oleiros de Santa Catarina, Jesus, São Bento e Janelas Verdes — Faz-se uma lista — Mencionam-se os locais onde se vendia a louça no século XVI — Documentos pintados de faianças quinhentistas — O falso «canudo» de 1589 e a falsa «Escola Cerâmica dos Freires de Palmela». — Um parecer que se não justifica quanto às peças brazonadas — Quando começou em Lisboa a fabricar-se faiança — O oleiro que veio de Talavera — Uma confusão esclarecida — O que se chamava «porcelana» no século XVI — O arco dos oleiros na recepção de Filipe II em 1619 e um romance de Rodrigues Lôbo — O comércio da loiça oriental e um presente do Cardial-Rei ao Papa .. 1

CAPÍTULO II

Pág.

Sumário: Em que se conjectura quem seria o oleiro que veio de Talavera — Uma nota sôbre Francisco de Matos — A influência oriental na nossa faiança seiscentista através da Holanda — O empório das porcelanas orientais e as cinqüenta fábricas de Delft — Contraria-se a influência veneziana alvitrada por um investigador — Peças datadas — Os tipos da faiança portuguesa: «Desenho miúdo», «Tecido Oriental» ou «Estrêla», «Aranhões», «Barôco», «Malmequer», «Bagas», «Renda», «Arabescos» e «Esponjado» — Citam-se várias peças e apontam-se as suas características pelos elementos decorativos apresentados — A influência das fábricas de Castela e da Andaluzia — As legendas e os brazões — O que significavam, conforme a sua localização nas peças — A teoria do coleccionador Dr. Luís de Oliveira — As loiças das frascas conventuais e as peças de botica — Ligação entre a decoração destas peças e o azulejo — O que eram os malegueiros e donde veio êste nome — As peças atribuídas ao século XVI — Como Júpiter dando uma audiência no Olimpo destrói a conjectura das obras cerâmicas dos Freires de Palmela, cuja Escola não está provado ter existido 27

CAPÍTULO III

Sumário: As composições cerâmicas do século XVI que aparecem datadas — A propósito do púcaro de Coimbra, da colecção de Mestre Gonçalves, faz-se uma digressão sôbre púcaros — Citam-se vários trabalhos acêrca de tal matéria — Púcaros de oiro, de prata, de vidro e de barro — A mania de beber água e a de comer púcaros — O vasto assunto dos azulejos — Enumeram-se os tipos dos azulejos nacionais: *Rótulos e Pendurados, Diamantes ou Jóias, Caixilhos, Laçaria e Rosas, Tapete, Folhagens, Jarras, Painéis, Motivo isolado, Caricatura e Grinaldas* — Citam-se alguns pintores e as suas obras — Azulejos datados — Os variados assuntos tratados nos azulejos de figura — Fabricam-se azulejos no

Pág.

Pôrto e no Juncal — Registos, figuras recortadas, cruzes, alminhas e lápides de fôro — Fica estabelecida uma linha genealógica e cronológica no azulejo — Os escultores barristas — Frei Pedro, escultor barrista da escola de Alcobaça, em 1676 faz umas figuras para um Senhor da Tábua — Interessante documentação — A «louça grossa das Olarias» e a «louça fina de Lisboa» — Um parecer do bispo do Grão-Pará — Toponímia cerâmica — Em que se diz ao leitor onde era o «largo da Cruz do Azulejo» 49

CAPÍTULO IV

Sumário: Principia a fábrica do Rato a funcionar em 1767 — As «condições» com o Mestre Tomaz Brunetto — Quem era o Mestre — Diz-se da sua escassa sabedoria e dos artífices com quem se aperfeiçoou — A «blague» do Contra-Mestre José Veroli que era genro de Brunetto e copeiro de profissão — Cita-se o mestre Severino José da Silva — Os desmandos de Brunetto — O regulamento da Fábrica — A fábrica de Paulo Paulette rouba oficiais ao Rato — É proïbida a importação de loiça estranjeira — Exceptua-se a loiça oriental e, mais tarde, a inglêsa — São expulsos Brunetto e Veroli — «Condições» com o novo Mestre Sebastião Inácio de Almeida, pintor — Severino mestre da Roda e do Laboratório — Obras e reformas apressadas — Abusos na venda da loiça — Mestre Almeida propõe-se ficar com a fábrica — Novo contrato em 1777 — O Mestre modelador José Baptista de Almeida — Várias providências para dar saída à loiça artística — O gôsto, a moda e o luxo — A opinião de Acúrcio das Neves e o amor de Pombal pela fábrica — Os artistas pintores, modeladores e rodeiros que trabalharam no Rato de 1767 a 1779 — Uma lista valiosa — Comprar loiça no Rato para agradar a Pombal — Citam-se importantes encomendas e vendas — As baixelas brasonadas do Rato — As encomendas para as Companhias Privilegiadas e para os particulares ricos — Citam-se algumas peças brasonadas que hoje se conhecem — Os Inventários e

Pág.

as listas para leilões documentando tôda a produção do Rato — Lista das peças fabricadas, nomes, variantes e preços — Algumas considerações sôbre a extensa lista — Peças de nomes misteriosos — Alguns leilões em 1770 e 1771 — Um grande negócio de Veroli — Citam-se algumas peças de excepção — Em que se diz a receita da «pasta» e do «vidrado» do Rato, neste primeiro período 73

CAPÍTULO V

Sumário: Relata-se a gerência do administrador Botelho de Almeida, de 1779 a 1816 — Quem era êste sujeito — Lucros da Fábrica de 1779 a 1812 — Um projecto de José Joaquim Terrier — Citam-se outras oficinas cerâmicas — Obras na Fábrica do Rato — Falta de lenha e de carvão em 1811 — Artistas que trabalharam no Rato, neste período — Oleiros e pintores. — Os azulejos do Rato — Citam-se algumas obras aqui feitas — O seu «tipo» — As oficinas da Bica do Çapato e do Rato produzindo o mesmo azulejo — Entra em scena o Dr. Joaquim Rodrigues Milagres — Quem era o *Inventor da nova loiça* — Uma hipótese admissível — Introduz-se na Real Fábrica e principiam os ensaios — Favor real que lhe era dispensado — Primeiras questões com a Direcção e excessivas despesas com o novo Invento — Requere Milagres se lhe trespasse a Fábrica — O projecto dos irmãos Raposos, sobrinhos de Bartolomeu da Costa — Ideia de uma outra loiça fina — Nada se resolve — Exames e avaliações à loiça do Dr. Milagres — Lucros fictícios e prejuízo real — Outro projecto do negociante Luís António da Costa — Botelho de Almeida pede a demissão de Administrador da Real Fábrica — Nova discussão sôbre a loiça do Milagres — O Procurador Fiscal e o Guarda-Livros, alheiam-se da questão e o Doutor irrita-se e reclama para S. A. R. — Uma carta insultuosa e ameaçadora — Morrem o Botelho e o Milagres — Cessa a questão — O segrêdo do «pó de pedra» que era faiança — Diz-se a «receita» ao leitor 97

CAPÍTULO VI

Pág.

SUMÁRIO: A infeliz administração de Vandelli — Luta entre a Teoria e a Prática — Mestre e Administrador incompatibilizados — Acusações, queixas e intrigas — A «gafe» dos três hemisférios — A Procuradoria Fiscal e a Direcção resolvem o problema, ficando tudo na mesma — O negócio do azulejo; diz-se qual era e como era — Vários tipos de azulejo feitos na Fábrica — Vinda dos barros de Leiria e venda de loiça para essa região — O projecto de Mateus Pereira Pacheco — Um adiantamento ao Mestre Paula e Oliveira — Vandelli acusa-o de novo — Devassas e inquéritos sem resultado — Dois projectos dos negociantes de loiça Inácio Pereira Guimarães e Vicente José — O combustivel empregado na Fábrica — Ensaios com os barros de Cascais feitos por Salvador Luís e Silva Franco — Vêm para a fábrica barros de Molelos — O dr. Tomé Roiz Sobral e a sua acção na oficina: castigos, abusos do pessoal, preços e leilões — Os Armazéns da Fábrica na rua do Arsenal e na Rua Bela da Raínha — Perda de fornadas — É a Fábrica avisada de que vai vender-se — Susta-se a ordem — Os ensaios felizes de Salvador Luís — Renasce a questão Vandelli-Paula e Oliveira — Sai Vandelli da Administração — Reclamação sua — Mais dois pretendentes à Fábrica do Rato — Superintendência do brigadeiro Francisco António Raposo, de 1825 a 1829 — Quesitos postos à Direcção da Fábrica das Sedas — Dividem-se os pareceres — Outro engenho de moer vidro — Encomenda para a quinta real do Rio de Janeiro, e o busto de D. João VI feito por Salvador Luís — Intervêm os mestres da Aula de Desenho — Abatimentos nas vendas e leilões — A administração do brigadeiro Raposo — Outro pretendente à oficina do Rato 117

CAPÍTULO VII

SUMÁRIO: A administração do Brigadeiro Francisco António Raposo — Experiências infelizes — A Fábrica do

Pág.

Rato em ruína — Citam-se as suas instalações — O novo Administrador Teixeira Girão — Quem era êste sujeito — As suas opiniões sôbre a Fábrica — Uma aula de Química e outra de Desenho — Propõe-se um professor e um compêndio—A sua receita quanto à um novo «biscoito» — O estado precário da oficina — Obras e despesas — Citam-se alguns artífices e empregados — O Mestre de pintura Joaquim José Guimarães — Sucede na Administração Francisco António Chaves — Reduções de despesas e de pessoal — Economias e mais economias — Vai a Fábrica à praça em 1835 e acaba o estabelecimento — Citam-se algumas fábricas de loiça em Lisboa — As descobertas de Bartolomeu da Costa, de Drouet e de Brocard — José Manso Pereira faz experiências com a «Tabatinga» — As peças atribuídas a Bartolomeu da Costa — O serviço de chá da Exposição de Cerâmica do Pôrto em 1882 — A baixela da inauguração da estátua eqüestre — Outra baixela de porcelana, alegórica — A loiça do «Ratinho» — Acaba o capítulo com uma transcrição da *Cerâmica Portuguesa* de José Queirós 143

CAPÍTULO VIII

Sumário: Achamo-nos, o leitor e eu, no Jardim das Amoreiras — Apontam-se as quintas em que se recortava aquele terreno e os caminhos que as serviam — A classe dos Fabricantes de Sêdas — É projectado um bairro para ela — Escolhe-se na vizinhança da Casa da Água — O primitivo plano do engenheiro Carlos Mardel — Sua vastidão — Retraïmento da iniciativa particular — O «Real Colégio das Manufacturas» sonhado por Pombal — É ordenado o comêço da obra — Aforamento dos terrenos — As barracas provisórias de 1755 — Planta-se a Praça, de amoreiras — A amoreira do Marquês — O abarracamento dos Carmelitas Calçados — Transfere-se para o Carmo a Imagem de Nossa Senhora em 1758 — Origem de alguns nomes das ruas bairristas — As travessas da Légua da Póvoa, da Lebre, das Bruxas, de S. Francisco Xavier, do Alto de S. Fran-

Pág.

cisco, etc. — A Fábrica dos Pentes — Diz-se o que lá se fabricava e citam-se os seus mestres — A «tartaruga do Alentejo» — A Fábrica de Caixas de Cartão e Vernizes — Dois incêndios — Trespassa-se a Fábrica dos Pentes e arremata o fabrico e o contrato do marfim, o Erário Régio — Reivindicações operárias — Faz-se uma lista dos artífices — Citam-se os pintores que trabalharam na Fábrica das Caixas, e enumeram-se os seus artefactos — As iniciativas de La Croix — O atrazo da indústria nacional no século XVIII — A Fábrica de Cutelaria — Mencionam-se os Mestres e alguns artífices — Faz-se uma lista dos artefactos que lá se produziram — A Oficina de Ferragem de Cirurgia — Um mestre de fazer lancetas — Mencionam-se várias outras fábricas semelhantes — A Fábrica de Relójios — O génio irrascível de Berthet — Lista dos oficiais da oficina — O progresso no tempo de Durand — Os relojoeiros que lhe sucederam — Um relójio feito para o coleccionador Marquês de Marialva — Mencionam-se alguns relójios e alguns relojoeiros — Oficinas em Lisboa, Santarém, Maia e Barcelos, e na Índia, Brasil e Moçambique — O carrilhão de Alcobaça 161

CAPÍTULO IX

Sumário: Continua-se a matéria do capítulo antecedente — Uma digressão a propósito de relójios — De Frei João da Comenda a Cláudio Berthet — O príncipe D. Teodósio fabricante de relójios — Citam-se vários relójios e relojoeiros — Fábricas de Serralheria em Lisboa e Pernes — Os Schiappas-Pietras — Progressos destas oficinas — Diz-se o que lá se fabricava — Encomendas importantes — Um trono-jaula para el-rei D. José, mandado fazer por Pombal — Fábrica de Limas em Alcântara — Diz-se o que se fabricava nestas oficinas — A Fábrica de Botões e a de objectos de estanho de Giulianetti — Reclamações dos latoeiros — As abotoaduras setecentistas — Botões de estanho, casquinha e prata — Citam-se algumas oficinas metalúrgicas da época — A Fábrica de Fundição de Metais — Manufacturas pro-

Pág.

postas para a sua importação ser proïbida — Leiloa-se a Fábrica — Uma tapeçaria encomendada pelo Conselheiro Sobral — Outra fábrica em Estremôs — Outra vez a Oficina de charões, vernizes e caixas — Suas vicissitudes — A Aula de Estuque e Desenho — Seus discípulos e aprendizes — Reclamação contra os estucadores, não habilitados — Uma lista de fábricas pombalinas privilegiadas — Os documentos da «Junta da Administração das Fábricas» e a História da Indústria Portuguesa 202

CAPÍTULO X

Sumário: A capela de Nossa Senhora de Monserrate — Sua fundação — Citam-se dois *alvarás* régios — Faz-se a trasladação para a nova ermida — Algumas palavras sôbre a Irmandade — Sua constituïção e compromissos — Os fabricantes de *largo* e de *estreito* — Descreve-se o templo minuciosamente — Os seus belos azulejos — Obras antigas e festividades diversas — A primitiva Feira — A Princesa da Beira e a criação dos bichos de sêda — O arraial e romaria dos Prazeres — Sua origem — É transferido para Campo de Ourique e depois para as Amoreiras — Notícias sôbre a romaria dos Prazeres — A feira das Amoreiras — Transcreve-se uma descrição de Júlio César Machado — As barracas das figuras de sêra — Descreve-se uma — Os teatros — A barraca dos Dallots — Algumas notas sôbre estes comediantes — Para onde passou a Feira — Modifica-se o bairro — Uma vista de olhos pela antiga Colónia Fabril — O registo de azulejos da rua das Amoreiras — Um teatro bairrista — A toponímia da rua e dos pontos próximos 235

CAPÍTULO XI

Sumário: De Entremuros à rua de Artilharia 1 — Variadas designações dêste local — O «vasadouro» de 1715 — Um concêrto instrumental e vocal numa «casa de pasto» —

Pág.

Outras quintas — O Pátio do Geraldes — Descreve-se a casa actual e o antigo convento dos Oratorianos — A ermida, as imponentes chaminés, o palácio e suas dependências — Informação do Padre Manuel Portal — Volta-se ao Rato e à quinta de D. Elena — A invasão dos foragidos da cidade em 1755 — Uma povoação de barracas — Luxo e miséria — Os que habitaram a quinta de D. Elena — Procissões, penitências e preces — O pavor dos terremotos em 1755 e 1756 — O trágico-pitoresco do local — As duas quintas dos Padres Quentais — Os seus moradores ilustres em 1756 — Barracas opulentas — Os oratórios e o culto — Visitas e embaixadas ao Cardial Patriarca aqui abarracado — Instalam-se na quinta a Relação Patriarcal e o Senado da Câmara — É vendida a casa e quinta dos Padres Quentais — Compra-as o Desembargador Bartolomeu José Nunes Cardoso Geraldes de Andrade — Diz-se quem era o comprador e fala-se na sua família..... 263

CAPÍTULO XII

Sumário: Compõe-se a lista dos moradores do Palácio dos Geraldes — Uma reclamação da proprietária da quinta — Continua a história da casa — As reüniões de Miguel do Canto — Mora no «Geraldes» o Marechal Duque de Saldanh — Os seus serões — D. António da Costa, descreve o 19 de Maio — Os últimos inquilinos — Notáveis moradores de Entremuros — Os Palácios Balsemão, Costa e Silva e outros e a «Casa de Saúde» — Mais gente notável — O leilão do Conde de Rhode — O Quartel de Artilharia — O achado de um brasão — Promete-se estudar logo o assunto — A casa e quinta do Guarda-mor — O casal Monte-Almeida e as quintas que o formaram — Os comícios da Torrinha e a «Feira de Agôsto» — A célebre questão do Parque Eduardo VII — Esboça-se o seu início e desiste-se de contá-la — As obras do Parque, o 5 de Outubro... e o resto — O «Sebastianismo» dos lisboetas — As obras actuais, os pavilhões, o lago e a «Estufa fria» — O ódio à árvore.. 281

CAPÍTULO XIII

Pág.

Sumário: Elogio da água — O que das águas de Lisboa disseram Duarte Nunes do Lião, Luís Mendes e Marinho de Azevedo — Propriedades milagrosas e medicinais da água do chafariz de El-Rei — As vozes e os rostos das mulheres de Lisboa — As supostas Termas e o Aqueduto romano — Noticiam-se as sucessivas descobertas do Reservatório da rua da Prata — O que há de verdade sôbre a matéria — As Conservas da Água já aproveitadas pelos engenheiros pombalinos — A Baixa no tempo da dominação romana — As galerias do Rossio e do Arco do Marquês de Alegrete — O nome primitivo do chafariz de El-Rei — Aumenta a população e falta a água — Os cercos de 1185 e 1373 — A sêde dos sitiados — D. João II e os chafarizes — O poço do Rossio em tempo de D. Manuel — Os projectos para a condução da água do chafariz de Andaluz — Brigas junto às fontes públicas — A postura das Bicas em 1551 — Como se abastecia de água a Lisboa quinhentista — Relação de todos os poços e chafarizes em 1552, segundo o *Tratado da Magestade, Grandeza e Abastança da Cidade de Lisboa*, escrito por João Brandão — Fornecem-se ao leitor indicações topográficas de todos êsses mananciais de água 303

CAPÍTULO XIV

Sumário: Um projecto quinhentista de condução de água — O poeta narrador de 1626 — Os chafarizes dos Cavalos e de El-Rei e a Bica do Çapato — Os vendedores ambulantes no século XVI — Moiros, negros e galegos — O projecto imaginoso de Francisco de Olanda — Analisa-se o desenho da Fonte dos Elefantes — A sêde em Lisboa em 1516 — Procissões rogativas — Diligências para a condução da Água Livre no reinado de D. Sebastião — Lançamento de imposições sôbre a carne e o vinho — A condução da água de Andaluz para o Rossio — Os preços da água em 1611 — Propõe-se o Senado trazer a Lisboa a Água Livre — As ideias do primeiro Filipe a êste respeito — Exames e vistorias —

Pág.

O Roteiro da Água Livre de Pero Nunes Tinoco — Medições até o Moinho de Vento — Outros exames — Curiosos desenhos de Tinoco — O portal da quinta dos Apóstolos, o Noviciado da Cotovia e os Fornos da Louça — Prosseguem as diligências da Câmara — Como o monarca intruso dificultava a obra, parecendo patrociná-la — Visita de El-Rei à Água-Livre — Continua o duelo entre a Câmara e o Soberano — O «papel» de Leonardo Turriano — Os quatro projectos do Aqueduto — Onde se fala no aqueduto romano e na fonte de Santo André — Ordena El-Rei uma nova vistoria — Continua o chafariz de El-Rei a dessedentar a cidade.. 329

CAPÍTULO XV

Sumário: Condução da água de Chelas — Compra-a o Senado — Litígio entre a Câmara e os herdeiros do vendedor — Condução da água ao Terreiro do Paço — Preços da água no século XVII — Desordens nos chafarizes — A fonte do Salgado — É distraída a água das fontes públicas da Horta-Navia, Anjos e Samaritana — Demandas enfadonhas — A bica dos Olhos de Água — Os banhos do cirurgião Guilherme e o Enviado de Inglaterra — Apresenta um projecto para levar a água ao Bairro Alto, um António de Miranda — Malogro da primeira experiência — O projecto de Teófilo Dupineaut — Sua demorada análise — O parecer do Síndico e dos Procuradores da Câmara — Onde se mostra por que tal projecto não foi avante — Turva-se a água do Chafariz de El-Rei — Descobrem-se-lhe duas novas nascentes — Seca o chafariz do Rossio — Um vedor de águas, Visiense, em Lisboa — Entaipa-se a porta da ermida da Água-Livre — A fraude das quartas de barro — Postura municipal — Desavêem-se os oleiros e os aguadeiros — O projecto de António Júlio de La Pomarée — A sêde de Lisboa — Aproxima-se a obra — Repartem-se por Cláudio Gorgel e por D. João V os elogios devidos aos propugnadores e iniciadores da obra das Águas Livres — Opinião dos vereadores e procuradores acêrca do tributo a lançar-se — Orçamentos e cálculos 353

CAPÍTULO XVI

Pág.

SUMÁRIO: Sai o *decreto* mandando começar a obra — Isenta-se a Câmara do pagamento das sisas — Principiam os trabalhos — Os protestos do clero e o princípio da autoridade régia — Funda-se a primeira Sociedade de pedreiros construtores — Várias irregularidades — O prior de São Nicolau dirigindo as obras — Empréstimos e dívidas — Pareceres técnicos acêrca da matéria dos canos — Abusos e reclamações — O projectado Aqueduto Monumental de São Pedro de Alcântara e a «Mãe de Água» — Expropriações neste local — Um soneto ao chafariz — O que era o Sequeiro de São Roque — Vicissitudes passadas da actual Alameda — A história de uma grade e os suicídios — Adiantam-se os trabalhos das Águas Livres — Informações do *Mercúrio Histórico de Lisboa* — Concorrência do povo à Senhora de Santana e a Campolide — Outras Sociedades de Pedreiros — Questões várias — Custo total da obra — Verbas extravagantes incluídas na conta do Aqueduto — Em que mãos esteve a administração da obra — Apontam-se os técnicos que a dirigiram..... 375

CAPÍTULO XVII

SUMÁRIO: Descrevem-se o Aqueduto e a «Casa da Água» nas Amoreiras — As antigas e modernas inscrições do Arco Grande das Amoreiras — Conclui-se a Casa da Água — Enumeram-se as várias galerias abastecedoras dos chafarizes — Notas sôbre as fontes do Bairro — A pedinchice dos «sobejos» — A «Junta» tentando defender a água dos apetites particulares — O povo pede que se distribua a água por novas fontes — Medições, vistorias e estudos — Começa a acentuar-se a falta de água — Providências municipais — Uma «partida» do Valverde para acudir à seca do chafariz do Loreto — Várias leis, editais, posturas e providências diversas sôbre aguadeiros, chafarizes, preço da água, etc. — A Câmara Municipal herda o legado da Junta das Águas Livres — Os últimos retoques no Aqueduto — A estiagem de

Pág.

1833 — O corte das Águas Livres — Boatos terroristas — Medidas adoptadas pelo Govêrno — Novas estiagens em 1834, 1839 e 1840 — Continuação da falta de água.. 403

CAPÍTULO XVIII

Sumário: Ainda a falta de água — As ideas de Estêvão Cabral em 1791 — O exército dos aguadeiros — Francisco Sodré apresenta, em 1823, o seu fantasioso projecto de abastecimento de água em carros de bois — Segundo projecto do General António Bacon — Terceiro projecto de Francisco Martins em 1847 — Um dilúvio de propostas e de planos — Abrem-se concursos para o abastecimento de água — Várias leis e providências — Quarto projecto de Duarte Cardoso de Sá. — Cria-se em 1855 a Companhia das Águas — Citam-se as dificuldades que teve de vencer — Anulação do primeiro contrato — Faz-se segundo contrato em 1867 — Iniciam-se os trabalhos — Traçado do canal do Alviela e orçamento da obra — Sua inauguração na cêrca dos Barbadinhos em 1880 — A célebre questão da passagem dos Arcos das Águas Livres — Castilho defende a proïbição — Os suicídios e os lendários crimes de Diogo Alves — Fecha-se a passagem — Destino de algumas figuras de pedra dos chafarizes — Apontamento final sôbre a falta de água — Comissões, estudos, decretos e questões — ¿Resolver-se-á o problema? 423

CAPÍTULO XIX

Sumário: São João dos Bemcasados — Refere-se a história da fundação da ermida de Nossa Senhora da Boa Sentença — A promessa de um soldado de Alcácer-Quibir — As nove invocações de Nossa Senhora — Funda-se a ermida do Cabeço do Alperche — A imagem de São João Baptista — Em que se procura a razão do nome de São João dos Bemcasados — Pede-se auxílio a Diogo de Paiva de Andrade e a D. Francisco Manuel de Melo — O «assento» da Câmara de 1385 contra a *barriguice de casados* — A quem pertencia a capela no século XVIII

Pág.

— Dois esboços topográficos — É demolido o templozinho — A casa nobre dos Anadias — Serve de hospedagem ao infantinho D. Carlos — Notas biográficas dêste príncipe — Freqüentes visitas régias a São João dos Bemcasados — Invocam-se as figuras do «César polvilheiro» e da «Mulher do cavalo branco» — Passa a casa ao Secretário de Estado Aires de Sá e Melo — Reside lá D. Joana Perpétua de Bragança — Notas biográficas desta fidalga — O seu sumptuoso e festejado casamento — As dívidas do Marquês de Cascais — Arde o palacete de São João dos Bemcasados em 1780 — Hospeda-se D. Joana Perpétua no convento do Rato — Morre em 1785 — A sua notável correspondência com D. João Carlos de Bragança — Precioso repositório de notícias do tempo — Outros hóspedes reais em São João dos Bemcasados — Algumas palavras sôbre os Anadias — Alojam-se no palacete um general francês em 1808 e os generais ingleses em 1811 — Obras em 1821 e 1830 — Outros moradores — A moderna capela da casa Anadia — Enumeram-se os seus quadros e imagens..... 441

CAPÍTULO XX

Sumário: Um artigo de Bulhão Pato, sôbre a «Casa Anadia» — Preciosidades que lá se continham — Quadros de Vieira Portuense e de Sequeira — A baixela de prata e as jóias — As festas em casa do Conde de Anadia — Os habituais convivas — Apreciação que Bulhão Pato fêz do popular Conde de Anadia — Um raro exemplar de faiança — O teatrinho do Palácio — O Palácio Real de Campo de Ourique — A rua de São João dos Bemcasados — A Joaninha Italiana — A rua do Portal de São João — A questão dos Polvoristas — A Fábrica da rua Formosa — São intimados a sair de lá os Polvoristas — Marca-se-lhe local para a Fábrica em São João dos Bemcasados — Resistem e conseguem vencer o Senado da Câmara — Duas terríveis explosões de pólvora em 1576 e 1745 — Casos extraordinários que então se deram — A Tôrre da Pólvora e as casas da Pólvora — A casa

Pag.

dos Laguares — *O Arco do Carvalhão* — Diz-se quem era êste *Carvalhão* — Chega-se à *Cruz das Almas* — Onde era, e o que era a Cruz de São João dos Bemcasados — O portão n.º 221 da rua das Amoreiras — Estabelece-se uma hipótese aceitável — O brasão dos Rebelos e o portal sôbre que êle assentava — De quem eram as casas que tinham a cruz — A ermida da Cruz das Almas — Diz-se quem foi o fundador — Descreve-se o interior — Um lindo rodapé de azulejos do Rato — Descrevem-se as alegorias da composição — Um Batalhão Nacional aquartelado neste sítio — O Instituto Branco Rodrigues — A casa de *Junot!* 469

CAPÍTULO XXI

Sumário: O antigo caminho da Circunvalação e a travessa de São Francisco Xavier — Como era o local ao tempo do terremoto — A quinta do Noviciado da Cotovia — Sua história — Criação da Penitenciária — Referem-se os engenheiros que dirigiram a obra — Sua conclusão — Algumas considerações acêrca dêsse regime penal — O desenvolvimento da cidade perante a Penitenciária — Um quartel moderno — Prossegue-se o passeio pela Circunvalação — A quinta dos Duques de Aveiro, depois do Seabra — Um incêndio no Palácio — Como se formaram as terras do Seabra — A casa e quinta do Malheiro — Hospeda-se lá o Infante D. Carlos — Quem eram estes Malheiros — Dá-se notícia do palacete — O que resta dêle — A estrada de Campolide — As propriedades antigas e o moderno bairro — O Asilo de São Patrício — A casa e quinta da Tôrre de Estêvão Pinto de Morais Sarmento — Algumas notícias sôbre a sua família — Como foi parar às mãos do poeta João de Lemos — Compra-a o Padre Radmaker para instalação do Colégio de Campolide — Notícias biográficas dêste clérigo — Uma anedota do Marquês de Penalva — Como se fundou o Colégio de Campolide — Obras, aumentos e desenvolvimento da instituïção — Expulsão dos padres — O destino do edifício — O moderno bairro de Campolide 501

CAPÍTULO XXII

Pág.

Sumário: Uma vista de olhos sôbre o Vale de Alcântara — A ermida da Senhora Sant'Ana da quinta de Sebastião José de Carvalho — A devoção e o engenho do ermitão cego José Soares de Oliveira — Um manto oferecido por D. João VI — O Asilo de Espie Miranda — O novíssimo bairro de Campolide e as suas barracas — Inauguração de uma nova capela e de uma escola — Percorre-se o Vale de Alcântara desde o «Casal do Grilo» à Pimenteira — As «quintas do Inferno» e «do Sargento-Mór» e do «Cabrinha» — Uma paragem a propósito dos «Cabrinhas» e de D. Francisco Manuel de Melo — Divaga-se sôbre as fortificações de Lisboa — Os planos de Francisco de Olanda — Projectos do Marquês de Castelo Rodrigo em 1625 e do de Montalvão em 1646 — D. João IV ordena à Câmara o início das obras — Schomberg encurta a linha defensiva da capital — Continuam as obras — Providências em 1701 — Os engenheiros pombalinos pensam de novo na fortificação — Os redutos da Atalaia e de Campolide — Evoca-se o ataque das tropas realistas a Lisboa, em 1833 — A luta no bosque de Palhavã — Episódios do cêrco — Os generais do exército liberal — É levantado o cêrco e Saldanha cumpre a sua promessa — O fim da luta fratricida — Considerações gerais sôbre o desenvolvimento da cidade — Acaba a obra 533

Notas finais 563
Retoques e aditamentos ao volume primeiro 575
Retoques e aditamentos ao volume segundo 584
Retoques e aditamentos ao volume terceiro 606
Resenha das ilustrações dêste volume 621

ERRATAS

Pág-	Linha	Onde se lê:	Deve ler-se:
4	11	estave	estava
28	20	o séquito, ou êle só demorou-se	o séquito, ou êle só, demorou-se
40	16	espelhante	espelhenta
57	29	caractizaram	caracterizaram
73	9	estrangeira	estranjeira
79	18	Justamente	Justamante
110	5	coçtesãs	cortesãs
114	12	ela	êle
114	15	e de argila	e argila
120	23	valorizarr	valorizar
122	3	Atacaram seu o crédito	Atacaram o seu crédito
150	17	mencionaa	menciona
153	22	serenissimo	seriissimo
205	34	alvaras	alvarás
209	4	farça	farsa
211	25	Gulianetti	Giulianetti
232	27	Uheco	Nheco
239	27	ediculo	èdiculo
240	6	alisare	alisar
243	24	seu	sua
257	1	atravessado	atravancado
262	1 e 2	revia	se via
267	4	telha	talha
279	5	Abadines	Abadim
293	24	Valucci Manson	Valucci, Manson
299	11	50$000 réis,	500$000 réis
325	14	*Fonte do Frol*	*Fonte da Frol*
353	5	destraída	distraída
354	5	até trese desde,	até trese, desde
381	17	pasando	passando
387	4	Academia de Belas Artes	Escola de Belas Artes
415	12	a legaram	alegaram

Pág.	Linha	Onde se lê:	Deve ler-se:
465	29	gedtilissima	gentilíssima
482	24	1754	1654
482	26	Julho	Junho
506	13	perpendicular	prependicular
512	12	desampenhou	desempenhou
528	2	espoeiras	capoeiras

A páginas 384, o segundo parágrafo é quási ininteligível Onde se lê: *por causa da Junta das Aguas Livres lhes não querer pagar, por cheios, os vãos dos arcos da Ribeira de Alcântara com o fundamento de não por terem mais dos trinta palmos estipulados no referido contrato,* deve ler-se *por causa da Junta das Águas Livres, lhes não querer pagar, por cheios, os vãos dos arcos da Ribeira de Alcântara, com o fundamento de terem mais dos trinta palmos estipulados no referido contrato, etc.*

ell.

DP
764
M3
v.4

Matos Sequeira, Gustavo de
Depois do terremoto

PLEASE DO NOT REMOVE
CARDS OR SLIPS FROM THIS POCKET

UNIVERSITY OF TORONTO LIBRARY